



Experiências Atlânticas e História Ambiental

Kênia Sousa Rios (Org.)



COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA

Organizadoras
Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Experiência atlântica e História Ambiental

Kênia Sousa Rios (Org.)

Sobral/CE
2020



Experiências atlânticas e História Ambiental

© 2020 copyright by Kênia Sousa Rios(Org.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Coordenação

Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi

Conselho Editorial

Antônio Maurício Dias da Costa (UFBA)
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (UFPI)
Flávio Weinstein Teixeira (UFPE)
Francisco Régis Lopes Ramos (UFC)
João Paulo Rodrigues (UFMT)
James Green (Brown University)
Kênia Sousa Rios (UFC)
Paula Godinho (Universidade Nova de Lisboa)



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaoocult.com
sertaoocult@gmail.com
www.editorasertaoocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Revisão

Revisão textual de responsabilidade dos autores

Diagramação

Lucas Corrêa Borges
João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

E96 Experiências atlânticas e História ambiental./ Kênia Sousa Rios. (Org.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

548p. (Coleção História e Historiografia)

ISBN: 978-65-87429-58-8 - papel
ISBN: 978-65-87429-59-5 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/87429595-2020

1. História ambiental. 2. Atlântico- História. 3. História.
4. Meio ambiente. I. Rios, Kênia Sousa. II. Título.

CDD 990
332. 72

Coleção História e Historiografia

Esta coleção de livros que apresentamos para vocês é mais um produto de parceria iniciada em 2006, entre programas de pós-graduação em História das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2020, com uma rede de colaboração e intercâmbio ampliada, formada por UFC, UFPE, UFPA, UFMT, UFPI, UFRN, UFBA, UFRPE, UFAM e Unifap, realizamos, entre 04 e 06 de novembro, o VI Seminário Internacional História e Historiografia. O evento, que deveria ter ocorrido presencialmente, em Fortaleza, no Campus do Benfica, na Universidade Federal do Ceará, acabou acontecendo de forma remota, por conta da pandemia de Covid 19. A manutenção do Seminário diz não somente de nosso esforço e ousadia em realizar um trabalho conjunto, descobrindo e aprofundando temas, debatendo e cruzando abordagens plurais, mas endossa nossa capacidade de resistência.

Os últimos anos trouxeram profundas dificuldades para a sobrevivência e realização das atividades das universidades públicas brasileiras, com abruptos cortes de recursos, redução da autonomia universitária e negação da ciência. Mas, especialmente, para os que produzem conhecimento na área de Humanas, os desafios são ainda maiores. Passam por campanhas que envolvem o desprestígio, acusações e perseguição. Para os historiadores brasileiros há um explícita tentativa de descredenciamento do saber produzido e acumulado em diferentes âmbitos de sua produção, especialmente em temas do

tempo presente, indiferença por métodos de pesquisa e construção de narrativas, além da banalização da verdade histórica, reduzida a versões interessadas sobre o passado.

Os ataques aos historiadores estão diretamente articulados a um cenário de intensa disputa política em que passados que não passaram são apropriados como instrumentos de mobilização política e conquista de fiéis. A produção histórica é relativizada por narrativas que mesclam notícias falsas e manipulação de dados e fatos, capazes de alimentar afetos e ressentimentos, no retrocesso de direitos e ameaças ao ambiente democrático.

Diante desse cenário, nossa rede de pesquisa sentiu a imperiosa necessidade de reflexão sobre a conjuntura social e política e, também, sobre as possibilidades da História em suas dimensões crítica e ética. Pesquisadores de várias universidades do Brasil e do mundo reuniram-se para discutir, sob a luz do tema *Os Usos Políticos do Passado* em conferências, mesas e simpósios temáticos, os desafios e possibilidades de nosso ofício num mundo em turbulência.

A Coleção História e Historiografia traz um panorama atualizado sobre alguns dos principais temas e áreas de preocupação dos historiadores brasileiros na atualidade. Os textos foram organizados em 10 livros temáticos — 1) Ditadura, fontes históricas e usos do passado; 2) História, Literatura e Historiografia; 3) História, memória e Historiografia; 4) História Agrária, migrações e escravidão; 5) História, espaços e sensibilidades; 6) Experiências atlânticas e História Ambiental; 7) Intelectuais, usos do passado e ensino de História; 8) Patrimônio, memória e historiografia; 9) Culturas políticas e usos do passado e 10) História da saúde e das religiões.

Esperamos que a coleção possa dar visibilidade a trabalhos produzidos em diálogos, trocas entre pesquisadores dos mais diferentes lugares e das mais distintas abordagens historiográficas, fortalecendo o trabalho conjunto entre grupos de

pesquisa das instituições envolvidas. Desejamos, ainda, que os textos aqui reunidos possam ajudar a renovar saberes históricos, estimulando historiadores em suas tarefas de construção de novos objetos de pesquisa ou em suas atividades de ensino nas universidades ou redes básicas de ensino, além de possibilitar, a partir da reflexão crítica, novos futuros possíveis.

Ana Rita Fonteles Duarte

Profa. do Departamento de História e Coordenadora do PPGH - UFC

Tem doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora associada do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, coordena o Programa de Pós-Graduação em História da UFC. É membro do corpo docente do Prohístoria (UFC). Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e ditadura no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GPEHG/UFC/CNPq).

Ana Sara Cortez Irffi

Profa. do Departamento de História e Vice-coordenadora PPGH - UFC

Tem doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professora do Departamento de História da UFC. É vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (UFC). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em História Econômica e Social - LAPHES. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando, principalmente, nos temas: mundos do trabalho, mundo rural, escravidão, História do Brasil, pesquisa, história e teoria.

Apresentação

O volume VI se organiza em torno da reflexão proposta pelos Simpósios Temáticos: O Oitocentos na periferia do império: perspectivas em debate; O Mundo Atlântico: colonização, sertões e fronteiras (séculos XVI ao XIX); História e Historiografia ambiental na Pan Amazônia; História, Natureza e Cultura: diálogos de fronteiras. Os principais temas em debate nesses simpósios reafirmam uma reflexão que pontua a História do Brasil pelas marcas da política colonial, continuada pelo Império e a República, através da instituição de um poder que se estabeleceu pela escravização de negros e populações indígenas, além da destruição da diversidade ambiental e cultural como ato contínuo do tripé que estruturou em bases mortificantes, a história transatlântica na América do Sul e Brasil.

Desse modo, os temas aqui abordados partem de perguntas que colocam a história a serviço da ação no tempo presente, pois articulam os passados estudados com as máximas de uma inquietação historiográfica comprometida politicamente com o entrecruzamento entre tempos e lugares, longe de uma perspectiva linear de um “tempo homogêneo e vazio”, para citar Walter Benjamin na sua tese de número 13, “A concepção de progresso do gênero humano ao longo da história é algo inseparável da concepção de que esta transcorra num tempo homogêneo e vazio. A crítica à concepção desse processo precisa constituir o fundamento da crítica à própria concepção de progresso”.

É justamente a crítica estabelecida sobre o tempo do progresso, como tempo que centraliza a reflexão historiográfica a partir do re-

ferente europeu, o que articula os vários temas aqui expostos, pois que partem de um outro lugar de existência e resistência, qual seja: o homem, a mulher, o negro, o indígena, o cientista, a terra, a água, a flora ou a fauna produzida ou destruída do lado de cá do Atlântico.

Nossas gentes expropriadas, nossas terras “monoculturadas”, nossas águas desviadas. Humanos e não humanos se adaptando, sobrevivendo ou morrendo no Novo Mundo. O massacre dos povos indígenas, a escravização de negros e negras, o assassinato de trabalhadores e trabalhadoras rurais e a fome entre os mais pobres dão o tom da continuidade entre o colonialismo e o capitalismo na América Latina.

Do Sertão nordestino à floresta Amazônica, em tempos e espaços diversos, os temas se enredam pela constituição de fronteiras que se movem e de modo conflituoso, aproximam espaços distantes ao mesmo tempo que distanciam tempos aproximados.

Kênia Sousa Rios

Profa. Dra. do Departamento de História do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará - UFC

Tem doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Desde 2004, é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Entre 2011 e 2014, foi coordenadora do Programa Institucional de Bolsa de iniciação à Docência (PIBID/ História). Atualmente, coordena o Programa Educação Tutorial (PET). É líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em História e Natureza/CNPq.

REFERÊNCIA

BENJAMIN, Walter, 1892-1940. **O anjo da história**. Org. e Trad. de João Barrento. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2012, p. 17.

Sumário

O Oitocentos na periferia do império: perspectivas em debate

A espetacularização da morte: enforcamentos de escravos no Ceará / 15

Territorialização do espaço da Freguesia de Sant'Ana pelos escravizados: São José de Mipibu, século XIX / 29

O “estrangeirismo do barão” e os canteiros da repartição de obras públicas da Província de Pernambuco (1837-1850) / 43

Política e fiscalidade na formação da tesouraria provincial em Pernambuco (1831-1840) / 59

Espaço urbano e manifestações religiosas populares na cidade de São Luís do Maranhão no final do oitocentos / 77

Câmara da vila de índios de Monte-mor Novo: Atuação política indígena no início dos oitocentos / 89

Províncias, tipografias e a propagação do ideal de “liberdade” pelos confederados do norte em 1824 / 105

“Tem a cor amarelada por uma hitirice”: a condição de saúde dos escravizados piauienses do século XIX / 125

Sociedade e instituições de assistência infantil no Maranhão oitocentista: os registros bibliográficos nas obras de Mário Martins Meireles / 141

De moleque a capitão da Guarda Nacional: a trajetória de Antônio Rello de Paula Araújo / 153

Mulheres pobres em Fortaleza: *habitus* de viver e “polícia da família” no mundo do trabalho urbano, nas últimas décadas do século

XIX / 173

“O comandante geral seria branco?": O fim das milícias segregadas por cor na imprensa e no parlamento (1830-1834) / 191

Produtores, comerciantes e cossignatários: o comércio interprovincial / 207

O Mundo Atlântico: colonização, sertões e fronteiras (séculos XVI ao XIX)

A medida da floresta: as viagens de exploração e demarcação pelo “País das Amazonas” (séculos XVII e XVIII) / 225

As categorias de Kulturwissenschaft, Völkerpsychologie e Anthropogeography da antropologia alemã na definição dos sertões do Norte em Capítulos de História Colonial de Capistrano de Abreu / 241

Os usos do espaço na Amazônia atlântica: as fábricas reais / 257

Criação de novas capitanias e demarcação de fronteiras centrais e meridionais na América Portuguesa, século XVIII / 271

Os rincões do Maranhão e as transformações na configuração da urbe de vilas e lugares (1757-1779) / 285

Ancestralidade judaica: a influência de reminiscências do período colonial na formação social de famílias do sertão cearense / 299

Entre verbetes e canhões: os padres tapuitinga e a política pombalina na Amazônia portuguesa (1753-1757) / 311

Com fé, lei e rei: a organização do território jurisdicional do sertão do Piancó e as transformações em seu estatuto político ao longo do século XVIII / 329

O Comércio das Drogas do sertão e o avanço pelo sertão amazônico (Século XVIII) / 347

Os Correia Vieira e a ocupação espacial do Banabuiú/CE no século XVIII / 361

Dois Estados em uma só colônia: conflitos de jurisdições e Formação Territorial nos Sertões do Norte (c. 1650 — c. 1700) / 379

Construção do sertão colonial no vale do Acaraú (1680-1758) / 397

História e Historiografia ambiental na Pan Amazônia

Da natureza dos espaços de fronteira nos escritos do Padre João Felipe Betendorf (séc. XVII) / 415

O “tempo das águas” em Vila Bela colonial (1750-1777) /427

“Natureza inconveniente, natureza peculiar”: Uma breve história da chuva na Belém da Belle Époque /441

História, Natureza e Cultura: diálogos de fronteiras

A natureza das regiões equinocais: Alexander Von Humboldt e a Geografia das plantas / 457

A cidade que habita as profundezas das águas...: apanhados historiográficos sobre Piranhas Velha, PB, na década de 1930 /471

Vidas (Re) Negadas: Zé Maria do Tomé e as implantações das políticas de morte no Perímetro Irrigada Jaguaribe-Apodi (1985 aos dias atuais) / 485

Bicho solto, bicho preso: debates e políticas sobre os animais de criação no Cariri cearense (1850-1870) / 497

Ciência e Imagem nas descrições botânicas de Francisco Freire Alemão /511

Natureza e Modernidade de Belém pela íris dum belga /527

Índice Remissivo

O Oitocentos na
periferia do império:
perspectivas em
debate

A espetacularização da morte Enforcamentos de escravos no Ceará

Anderson Coelho da Rocha¹

O CASO DO ESCRAVO FUISSET

Chamavam-lhe José, mas ficou mais conhecido como Fuisset, apelido a ele dado por João Bagatela, pois foi assim que interpretou o som que o condenado fizera quando deu seu último suspiro². Onde e quando nascera não sabemos, mas Fuisset destaca-se em nosso estudo por ter sido o primeiro escravo levado à forca na província do Ceará no século XIX.

Condenado por ter participado do assassinato de seu senhor, Fuisset seguiu para a morte no dia 30 de março de 1837. Uma forca havia sido erguida no Alto do Rosário, na Serra do Estevão, termo de Quixeramobim. Ali aguardava uma multidão ansiosa para ver o espetáculo da execução. Fuisset mostrou-se abatido, recusou a alimentação que lhe ofereceram e percorreu as ruas da vila “aos dobres plangentes dos sinos” (NOGUEIRA, 1894, p. 175). Acompanhava o padre Inácio Antonio Lobo, vigário interino que servia de confessor do condenado e liderava o préstito, recitando em voz alta o salmo 50

1 Doutorando em História Social PPGH/UFC, Bolsista da CAPES. Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9069355018881858>. E-mail: andersoncdr@gmail.com.

2 Segundo Paulino Nogueira, João Bagatela era a alcunha de João Antônio de Genova, “espírito pilhérico” presente à execução do escravo Fuisset. Toda a narrativa que segue foi baseada nas informações trazidas em NOGUEIRA (1894, p. 173-176).

de Davi. Ao chegar à frente do patíbulo, a sentença foi proferida pelo porteiro Manoel Gomes da Silva, vulgo Manoel Grazina. Em seguida, Fuisset foi estrangulado na frente de todos.

Tudo tinha sido previsto para que a execução do escravo Fuisset se constituísse num ritual que levasse aqueles lá presentes a entender que crimes graves, principalmente aqueles perpetrados por escravos contra seus senhores, haveriam de ser punidos com a morte em público. Era bem o caso de Fuisset, preso, julgado e condenado por ter participado do assassinato de seu senhor, o português José de Azevedo, conhecido por todos em Quixeramobim, onde vivia, como José da Fama. Numa trama idealizada pela esposa do senhor português, Fuisset fora convencido a atrair José da Fama até um lugar isolado da mata, onde desferiu um golpe de machado contra a nuca da vítima.

Possivelmente, o crime contra José da Fama ocorreu em fins do ano de 1836 ou princípios do ano seguinte, pois logo no dia 29 de março de 1837 Fuisset era interrogado, processado, pronunciado e condenado à morte na forca. A celeridade com que tudo transcorreu explica-se pelo momento histórico em que ocorreu o caso. Para Ricardo Figueiredo Pirola (2015), as agitações das revoltas do Período Regencial, principalmente aquelas nas quais participavam mais ativamente os escravos, fizeram com que os legisladores do Império aprovassem, em 10 de junho de 1835, uma lei que previa a pena capital, sem brechas para recursos ou apelos, para todo escravo que atentasse contra a vida de seu senhor, membros da sua família ou feitores. Fuisset foi um desses, enquadrado na lei de 10 de junho de 1835.

Para que cumprisse com sua função intimidatória, o enforcamento haveria de se constituir numa espécie de teatro do poder. Daí todo o ritual que acompanhava a caminhada do condenado até a forca: a procissão pelas ruas da vila, o dobrar dos sinos, as proclamações, a benção do vigário e, mais importante de tudo, a presença da multidão que a tudo assistia. Como se tratava de uma medida que visava o gru-

po dos cativos, em particular, a presença ali dos escravos da região era fundamental. Daí porque, no dia da morte do escravo Fuisset, como relatou Paulino Nogueira, “todos os senhores de escravo mandaram os seus para assistir ao ato como exemplo...” (NOGUEIRA, 1894, p. 175).

Mas nem tudo correu como esperado. Até às vésperas da execução de Fuisset não havia quem quisesse servir de carrasco. O enforcamento teria sido adiado, não fosse uma decisão tomada pelo juiz responsável pelo caso. Como relatou Paulino Nogueira:

Ocorreu então ao juiz da execução, tenente-coronel Pedro Jayme de Alencar Araripe, ir a cadeia que estava cheia de recrutas para o exército e oferecer a soltura àquele que se quisesse prestar. Logo se apresentou um, recebendo em paga a soltura prometida, 5\$000 réis, uma garrafa de vinho e uma galinha gorda (NOGUEIRA, 1894, p. 175).

Resolvido o problema do carrasco, pode-se dar curso à execução de Fuisset. Mas, tão logo o último sopro de vida abandonara o corpo do infeliz cativo, um fenômeno desviaria a atenção dos presentes. Como é habitual no Ceará, a ausência de chuvas após o dia do padroeiro São José (19 de março) deixava os habitantes do sertão apreensivos, temerosos pela ocorrência de mais um ano de seca, e naquele ano de 1837 não havia ainda caído uma só gota do céu. Mas, “de repente e como por encanto”, escureceu o tempo e caiu uma chuva torrencial que fez toda a multidão se retirar do Alto do Rosário, deixando para trás o cadáver de Fuisset pendurado sob o temporal, onde permaneceu até o dia seguinte, quando foi enfim retirado e sepultado.

Em seguida, os que assistiam à execução de Fuisset entenderam que aquilo havia sido um sinal, dando ao fato “o caráter de castigo de Deus, e como certa a salvação do réu, a quem começou a fazer promessas...” (NOGUEIRA, 1894, p. 176). Conta Paulino Nogueira que inclusive os jurados e o juiz, diante das evidências, “juraram nunca mais condenar ninguém à morte” ou “presidir mais a nenhuma execução”. Uma procissão de penitência foi organizada na mesma noite, percorrendo as

ruas da pequena vila, “suplicando aos céus a revogação do castigo que se reputava iminente (NOGUEIRA, 1894, p. 176).

A relutância de pessoas de Quixeramobim a se apresentarem como carrascos, assim como o entendimento difundido de que a chuva forte que caiu sobre os que assistiam ao enforcamento de Fuisset seria um castigo divino, são aspectos que fazem crer que o espetáculo da morte pela força não cumpriu plenamente sua função de punição exemplar. Para tanto, deveria prevalecer o sentimento de medo diante do poder punitivo do Estado imperial que se mostrava implacável diante daqueles que ousassem descumprir suas leis. No entanto, diante da execução do escravo Fuisset em 1837, o que se viu foi o sentimento de culpa prevalecer sobre o temor, mostrando por meio do imaginário religioso que a população local estava principalmente preocupada em não descumprir com os desígnios de uma lei que se entendia ser superior, a lei divina.

O caso do enforcamento do escravo Fuisset, de Quixeramobim, apresenta, como visto, diversos elementos relativos ao uso da pena de morte como punição de escravos na província cearense oitocentista. Sendo um importante mecanismo de controle social, abordaremos nas próximas páginas as execuções públicas de escravos como uma porta de entrada para o tenso universo da escravidão na província. Analisando as estratégias do uso dos enforcamentos no controle dos escravos, observando os rituais de execução como uma teatralização do poder e abordando a atitude popular diante da punição pela morte, iniciaremos nosso estudo sobre a pena capital na província cearense durante o século XIX, para a qual esse assunto revela uma face ainda pouco conhecida da história social.

PROCISSÕES PARA A MORTE: O TEATRO DAS EXECUÇÕES

Um enforcamento público de um escravo condenado poderia assumir as dimensões de um ritual bastante complexo. Foi o que se constatou em Fortaleza, em 28 de fevereiro de 1840, por ocasião da execução

do escravo José, condenado à morte pelo tribunal do júri de Fortaleza de 16 de novembro de 1839, por ter matado com um tiro o seu senhor, o sobralense Luiz Ferreira Gomes:

Às 7 e meia horas da manhã, saiu o préstito com as prescrições e formalidades já conhecidas. Desfilou pela Rua da Boa Vista, entrou na praça conselheiro José de Alencar, atravessou a rua Senador José de Alencar (antiga rua das Hortas), saiu na rua do Major Facundo e seguiu até o largo do Paiol da Pólvora (Passeio Público), onde estava armada a forca. O juiz José Maria Eustáquio Vieira trajava preto, montava um cavalo preto, com arreios cobertos de preto. O carrasco Pareça seguia no seu costumado posto, em cumprimento do seu desgraçado ofício (NOGUEIRA, 1894, p. 61).

O horário marcado, as ruas por onde passaria o préstito, a presença do juiz trajando terno preto, montado em cavalo preto, “com arreios cobertos de preto”, o carrasco em seu “costumado posto”... Tudo tinha sua forma, seu tempo e lugar, tudo tinha sido planejado para gerar o máximo efeito nos que assistiam àquele espetáculo da morte. O próprio Código Criminal, em seu artigo 40, prescrevia certas providências a serem adotadas durante a procissão para o enforcamento:

Art. 40. O réu com seu vestido ordinário, e preso, será conduzido pelas ruas mais públicas até à forca, acompanhado do juiz criminal do lugar, aonde estiver, com o seu escrivão, e da força militar que se requisitar. Ao acompanhamento precederá o porteiro, lendo em voz alta a sentença, que se for executar (CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO, 1830, art. 40, p. 25).

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz (2001), a procissão pública era o ritual por excelência pelo qual o regime monárquico brasileiro ordenava o teatro da política imperial. O tempo do coroamento de Pedro II, em 1841, parece ter marcado o momento auge no qual o regime imperial valeu-se da função agregadora de rituais e símbolos para promover uma almejada centralização política no país. Segundo a autora:

Se não há governo que deixe de usar esse tipo de recurso, pode-se dizer que é somente na monarquia que rituais e símbolos ganham um lugar oficial, fazendo parte do corpo da lei. É nesse regime que a etiqueta adquire uma posição central, que a festa se realiza como uma extensão do sistema, que as insígnias representam a sobrevivência e a vigência do modelo e que o rei se transforma em ícone maior, símbolo dileto do Estado (SCHWARCZ, 2001, p. 8).

Assim como nas peças teatrais, em que tudo era encenado segundo um roteiro que determinava as falas e os gestos dos atores, os cortejos de execuções capitais também seguiam uma lógica preestabelecida. Os rituais de enforcamento começavam quando o réu era levado até o oratório para que fosse realizada a confissão, sempre um dia antes da data marcada para a execução. No caso do escravo Luís, executado em Aracati no ano de 1840: “No dia 24, subiu para o oratório, assistido pelo vigário da freguesia Joaquim de Paula Galvão e pelo padre Antônio Francisco Sampaio” (NOGUEIRA, 1894, p. 61). A confissão dos réus fazia parte das prerrogativas legais estabelecidas no Código Criminal de 1830 para a realização da execução, e durante todo o cortejo o réu deveria ser acompanhado por representantes da justiça e da igreja, irmanando poder temporal e divino num mesmo desfile.

O escravo Luís havia matado um homem branco em Aracati, amante de sua senhora, com sete facadas. O crime ocorrera em 1836, porém Luiz teve de aguardar a decisão da justiça preso na cadeia pública de Fortaleza. Após quase quatro anos de penosa espera, o resultado foi a da condenação à morte por enforcamento. Dos relatos disponíveis sobre procissões em rituais de execução de escravos, o préstito que acompanhou os últimos momentos do escravo Luís pareceu ter tido uma especialmente forte atmosfera sagrada, a se levar em conta os detalhes expostos a seguir:

O préstito, acompanhado pelo juiz municipal Alexandre Ferreira dos Santos Caminha, que ia a cavalo, pelo escrivão, o carrasco vindo da capital e a força pública, partiu da cadeia pela manhã. Dobrando, afinados, os sinos dos quatro templos, tendo a sua frente o porteiro José dos

Santos, conhecido por José Mãozinha, que apregoava a sentença, e subiu pela rua do Comércio, voltou para o local da forca pela rua do Piolho, hoje do Rosário. O condenado ia algemado, sem chapéu, de barço de barbante ao pescoço. Vestido de camisa branca e calça de riscados de listas encarnadas, ladeado pelo padre Antônio Francisco Sampaio e o seminarista José Bento Barbosa, que conduzia na mão a imagem de Cristo (SANTOS, 1910, p. 66).

Segundo o estatuto do padroado, a Igreja Católica no Brasil estava submetida ao poder temporal do Império, mas isso não significava que os serviços religiosos fossem desvalorizados. Bem pelo contrário, no que tange aos rituais de enforcamento a presença do sagrado, expressa pelo acompanhamento de clérigos, badalos de sinos, imagens sacras, bênçãos e confissões, oferecia um precioso reconforto aos que estavam ali reunidos para assistir a uma morte provocada.

Mas aquele era um rito, sobretudo, jurídico. Isso ficava claro pela presença destacada do juiz que, em geral, seguia à frente do cortejo, montado a cavalo, de um escrivão e de um porteiro, este último encarregado de proclamar a sentença do condenado por todo o percurso da procissão e também à frente do patíbulo, antes da execução do enforcamento.

A atenção do público, porém, voltava-se preferencialmente para a figura do condenado. Este deveria, como regra, trajar “vestido ordinário”, de cor clara, porém não branca, e caminhava com mãos amarradas, ao redor do pescoço o barço. Pelos relatos disponíveis, os seis condenados pelo motim da escuna *Laura 2ª* estavam “vestidos todos de camisas e ceroulas de ganga amarela”. Bonifácia, que seguiu para a forca em 1842, vestia “calça de homem, com saia e cabeção”. Sobre o escravo Benedito, vulgo Capitão Cebola, marchou ao patíbulo “com passo firme, vestido de alva, descalço” (NOGUEIRA, 1894, p. 79).

Na outra ponta da corda, atrás do condenado, ia o carrasco, responsável por garantir a morte do enforcado. Desse importante protagonista dos enforcamentos esperava-se muito sangue frio, indiferença, coragem.

Geralmente, era um condenado pela justiça que negociava vantagens em sua pena em troca do serviço desgraçado. Sua função não se restringia em armar a forca e arremessar o condenado; devia completar o enforcamento subindo nos ombros do executado, estrangulando-o, gesto designado como “cavalgar sobre o condenado”.

Mas nem sempre os carrascos no Ceará tiveram atuação regular. Por ocasião da execução do escravo Sebastião, em Sobral, 1841, conta-se que o condenado “mostrava coragem e presença de espírito, que contrastavam com a covardia do carrasco” (NOGUEIRA, 1894, p. 87).

Este, ao chegar o préstito ao patíbulo, chorava tanto, distanciando-se da forca, que o réu, sem aguardar providências do juiz, tratou de por si mesmo executar a sentença! Pôs o baraço no pescoço, subiu sozinho os degraus da forca, amarrou a corda, ouviu o sacerdote rezar o *Credo*; e às últimas palavras — Vida eterna! — atirou-se desembaraçadamente ao espaço, contorcendo-se pouco a pouco em agonias, por *algumas horas*, até expirar! A morte se deu não por estrangulação, como de costume, mas por asfixia muito demorada (1894, p. 87).

Ao se conduzir o cadáver de Sebastião para o enterro, uma dúvida surgiu: tratava-se, afinal de contas, de um “justiçado” ou de um “suicida”? Seu sepultamento somente poderia ser acompanhado pelos ritos sagrados caso se afastasse a caracterização de suicídio. As autoridades, piedosas, permitiram enfim que o enterro ocorresse de fato no cemitério, situado à poente da cidade de Sobral, onde jaziam os corpos dos numerosos desvalidos que, durante a epidemia de varíola de 1825, haviam sido ali enterrados.

Na província cearense, uma figura que ficou bastante conhecida por exercer a função de carrasco foi o homem de nome Francisco Correia Pareça. Pareça era um condenado a galés perpétuas por ter cometido um assassinato em Fortaleza. Segundo Paulino Nogueira, era “caboclo baixo, de cor escura, um tanto taciturno” (NOGUEIRA, 1894, p. 72). Pareça era uma figura problemática; enquanto esteve

preso, sempre arrumava confusão. A primeira vez em que serviu como carrasco foi em 1835, na execução de Maximiano da Silva Carvalho, a primeira execução por enforcamento tida na capital. Realizou em vida onze execuções, no total, dez em Fortaleza e uma em Aracati, até abandonar a função, em 1845, após lançar João Gregório para a eternidade. Enviado para a prisão de Fernando de Noronha, faleceu no hospital no dia 16 de julho de 1882, com aproximadamente 86 anos de idade (NOGUEIRA, 1894, p. 72).

Pareça foi o carrasco responsável pelas seis execuções realizadas contra dos escravos da *Laura 2ª* no ano de 1839 na capital Fortaleza.

Marchava na frente ainda, o porteiro dos auditórios Agostinho José da Silva, fazendo o pregão da sentença, seguiam atrás a cavallo, o juiz coronel Fidelis, o cirurgião José Antônio Figueiras Portugal, a direita, e o escrivão Manoel Lopes de Souza, a esquerda. Iam em seguida os seis pacientes vestidos de camisas e ceroulas de ganga amarella, algemados, com baraço ao pescoço, ladeados pelos confessores d'agonia. O carrasco, Pareça, acompanhava-os sem pegar nas pontas das cordas, tantas eram dessa vez (NOGUEIRA, 1894, p. 52).

De tal modo, foi realizado o cortejo do maior ato de execução de escravos na província do Ceará, tanto que o carrasco Pareça nem mesmo conseguia pegar nas pontas das cordas, já que eram muitas. Até mesmo no momento das execuções, a organização dos que iam primeiro foi feita com um caráter simbólico punitivo:

João Mina foi o primeiro, tinha sido o assassino do Capitão; mas chorava copiosamente; maldizia-se da sorte; pedia socorro em voz alta ao juiz, a todo mundo! Mostrava um terror e temor invencíveis a morte. Contrastava com suas lamentações o cynismo selvagem de Hilário, que devia seguir-se: este comia pão de ló, bebia vinho com outros dous e dizia com ar de repressão, *Morre, homem, mas não dá gosto aos teos inimigos!* Não obstante, o carrasco lutou por longos minutos para fazer o réo subir a forca, mas enfim consumou a tragédia legal. Seguiu-se Hilário, sua coragem foi maior que seo crime,

que consistiu apenas em lançar ao mar os cadáveres do marujo Maia e do práctico Felipe. Quando viu que era chegado sua vez, não foi preciso chama-lo, marchou com passo firme e ar triunphante, subiu com sobranceira de quem ia se vingar. Benedicto o terceiro. Era um cabra que ia ser vendido ao Recife. Foi o assassino de Feliciano Prates. Antonio, natural da Angola matou o Marujo, foi o quarto. Constantino o quinto na ordem das execuções. Bento foi com rasão o ultimo, porque foi o primeiro na perversidade. Quando o Capitão já esfaqueado, refugia-va-se no logar do leme, foi ele quem gritou Venha a Fisga! E o lançou ao mar. Foi ele também quem matou o marujo Maia, instigou Constantino a matar o preto velho Antonio, e distribuiu pelos parceiros bebidas para encoraja-los na infernal emprezal; (NOGUEIRA, 1894, p. 52).

As execuções dos pretos do *Laura 2^a* seguiu-se do grau de participação na ação do motim, sendo a última execução reservada ao escravo Bento, pois, segundo o que havia sido apurado durante o processo, foi o que agiu com maior violência, sendo considerado pela justiça como o cabeça do motim. Sua execução só foi realizada quando o mesmo terminou de assistir todos os seus companheiros padecerem na forca antes dele, ou seja, antes de ter seu fim trágico, ainda precisou assistir seus companheiros ter as vidas ceifadas pelos representantes da justiça imperial que utilizavam das mãos de Pareça como meio para esse fim.

O missionário norte-americano Daniel P. Kidder esteve em Fortaleza em 1839, poucos dias depois da execução dos condenados do motim na *Laura 2^a*. Pôde, então, observar o “largo, junto ao forte”, onde ocorreram os enforcamentos. Chamou-lhe a atenção as diferenças em relação ao que se dava nos Estados Unidos, quanto às cerimônias de pena de morte:

No Brasil não se adota o cadafalso de alçapão. A forca ergue-se sobre três moirões, em forma triangular. A ela se sobe por uma escada, e, quando a corda já está ajustada ao pescoço do condenado, este é içado pelo carrasco que,

para abreviar a morte, se pendura nos ombros da vítima (KIDDER, 1980, p. 179).

Os locais escolhidos para a realização das execuções eram geralmente os mais públicos da cidade ou vila em que tinha acontecido o crime motivador da sentença. Mesmo quando o julgamento e a prisão aconteciam na capital da província, o réu era escoltado até a vila em que o crime tinha sido praticado, como foi o caso do escravo Luís, de Aracati:

No dia 16, pela manhã, saiu Luís da cadeia da capital, escoltado por 30 praças ao comando do alferes, depois capitão, Joaquim do Carmo Ferreira Chaves, cunhado também que foi do assassinado. Acompanhava-o também o celebre carrasco Francisco Correia Pareça. [...] No dia 23, ao amanhecer, entrou a escolta no Aracati e logo se derramou pela população, com a rapidez do raio, a fatal notícia: Era enorme a quantidade de gente que corria até a cadeia para ver o condenado, que aliás, não se mostrava abatido (NOGUEIRA, 1894, p. 285-286).

Um caso, porém, de duplo enforcamento, diverge dos aspectos mais comuns quanto ao lugar da execução. Trata-se do que ocorreu com os condenados Luiz e Antônio, ambos escravos de uma família maranhense que vivia na vila de Viçosa, em 1841, na serra da Ibiapaba, ali refugiados durante os conflitos da insurreição conhecida como Balaiada. Alguns furtos estavam ocorrendo na vila e se descobriu que estavam sendo praticados por um grupo de escravos, entre os quais figurava Luiz, que foi duramente repreendido por seu senhor, Inácio João de Magalhães. Indignado pelas ameaças recebidas, Luiz armou o assassinato de seu senhor nas vésperas da partida da família que voltava ao Maranhão. Luiz matou Inácio João de Magalhães com um tiro de bacamarte. Em seguida, descobriu-se que o crime havia sido preparado em conluio com o escravo Antônio, pertencente a d. Mariana, esposa da vítima. Ocorre que Antônio, para não ser preso, fugiu para a vila de Granja, onde foi encontrado e capturado. Luiz também já havia sido agarrado num sítio há poucas léguas do local do assassinato.

As autoridades condenaram os escravos, mas tomaram a decisão de enforcar Antônio em Viçosa, “por ter sido capturado na Granja”, e enforcar Luiz em Granja, “por ter sido preso na Viçosa!” (NOGUEIRA, 1894, p. 298). O cronista Paulino Nogueira, estranhando o fato décadas depois, opinou que aquela sentença devia-se a “lógica jurídica daqueles tempos” (1894, p. 298). Podemos pensar, por outro lado, que aquela decisão permitia com que as punições, ocorrendo em lugares diferentes, exercessem sua função intimidatória sobre um público mais extenso de cativos, situados em zona ainda bastante agitada pelos conflitos da Balaiada, revolta que, como se sabe, contou com a participação incisiva de negros, tanto livres como escravos (ASSUNÇÃO, 2008).

A execução em praça pública de escravos, enquadrados em crimes considerados graves (geralmente associados a ações violentas contra seus senhores, administradores e feitores), teve início na província cearense, como no restante do Império, num tempo em que revoltas multiplicavam-se pelo país e agitavam as massas escravas, representando um grande perigo para o próprio sistema escravista. Da perspectiva dos que almejavam manter o governo dos escravos sob controle, a intimidação pelo enforcamento exemplar parecia uma saída necessária para fazer desacreditar a confiança crescente que envolvia então as aspirações dos cativos por liberdade.

O espetáculo do enforcamento de escravos, tendo uma função disciplinadora muito clara, não deixava de ser igualmente um drama das tensões sociais inerentes às relações escravistas. Todo o conjunto de acontecimentos desencadeados pela ocorrência do delito praticado pelo escravo, até o sepultamento do condenado, era acompanhado de perto por todos os agrupamentos da sociedade, suscitando muita emoção e ansiedade. Desde o momento da descoberta do ato criminoso, geralmente seguido pela fuga do cativo, rumores tratavam de colocar todos a par de notícias que alteravam o curso regular do cotidiano. Notas eram estampadas nos jornais e as autoridades faziam circular informações, procurando cumprir o protocolo oficial.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. 2ª edição. São Luiz: Edufma, 2008.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil**: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

NOGUEIRA, Paulino. Execuções de Pena de Morte no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. T. 08, p. 03-326, 1894.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. **A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte** (Tese de Doutorado) UNICAMP. Campinas-SP, 2015.

SANTOS, Benedicto. A pena de morte em Aracaty. **Revista trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano XXIV, tomo XXIV, p. 62-78, 1910.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Império em Procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2001.

Territorialização do espaço da Freguesia de Sant'Ana pelos escravizados

São José de Mipibu, século XIX

Clara Maria da Silva¹

INTRODUÇÃO

Estudos sobre famílias cativas já se tornaram algo consolidado na historiografia brasileira. Principalmente, porque se conferiu lugar de agente da história e não de simples mercadorias inanimadas aos escravos. Os novos estudos iniciados por Robert Slenes (2011) na década de 1970 tinham por objetivo demonstrar a ação dos escravos, os quais constituíam um sistema construído por agentes sociais múltiplos. Com um olhar crítico não apenas sobre as fontes do século XIX — relatos de estrangeiros sobre as famílias escravas —, mas também o investimento crítico na análise de fontes demográficas — censos, registros paroquiais, inventários — o autor apresentou dados para desconstruir os argumentos de autores como Caio Prado Júnior (1942) e Florestan Fernandes (1965) os quais acreditavam que a promiscuidade nas senzalas e a destruição da família impuseram aos escravos “condições anômicas de existência”, perdurando muito além da Abolição.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista CAPES. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9324800771118580>. E-mail: claramaria_s@hotmail.com.

De acordo com Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997), com o uso das novas fontes os historiadores brasileiros observaram que os cativos eram capazes de criar e viver sobre normas e que o cativo não abortou a família escrava. Significando que “para além das presumíveis ordenações de classe, jurídicas, de sexo ou de cor, todos se sabiam coletivamente cientes da importância das relações de parentesco” (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 20-21). O argumento central dos autores no livro *A paz das senzalas* foi de que não apenas o tráfico, mas também as famílias, eram responsáveis pela manutenção do sistema escravista.

Robert Slenes (2011), por sua vez, em *Na senzala uma flor* considerou as famílias escravas como elemento decisivo para a criação de uma comunidade cativa que compartilhavam experiências, valores e memórias. As famílias eram resultado das ligações criadas a partir das esperanças e recordações dos escravos, cruciais para a formação de identidade no cativo. Para o historiador norte-americano a ancestralidade africana era um elo emocional e cultural que ia muito além das estratégias de domínio escravistas e enfraquecimento das resistências dos escravos em relação aos senhores.

Entretanto, as pesquisas que renovaram os estudos sobre a escravidão têm focalizado regiões de *plantation* do Sudeste, áreas que perdiam relativamente poucos escravos por venda. Slenes (2011) aponta a necessidade de se ampliarem os estudos sobre o Nordeste e o Sul, espaços com propriedades escravistas menos estáveis. O estudo dessas regiões se faz importante para compreendermos as estratégias de controle senhorial e as táticas dos escravos para criarem comunidades unidas em torno de experiências, valores e memórias, em situações distintas, e possivelmente menos favoráveis. As conclusões desses estudos sobre as chamadas províncias do Sul não podem ser estendidas para o Rio Grande do Norte, pois as novas abordagens sobre a família escrava no Brasil têm destacado como o processo de produção e a apropriação do

espaço influi de forma decisiva na constituição da família escrava. Este trabalho, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pretende preencher a lacuna nos estudos articulando a constituição das propriedades dedicadas à grande lavoura açucareira, a organização das atividades econômicas e padrões de posse da mão de obra escrava com as experiências das famílias cativas.

Este artigo procura analisar a composição das famílias cativas na região de São José de Mipibu — cidade da região litorânea do Rio Grande do Norte — entre os anos de 1840-1862, período que compreende a promulgação da lei Eusébio de Queirós, em 1850, a qual encerrou definitivamente o tráfico transatlântico de cativos, aumentando o comércio interprovincial, da região Norte para a Sul, mas também foi responsável por uma maior incidência de famílias escravas devido às melhorias das condições naturais do cativo e incentivo dos senhores a reprodução. A província norte-rio-grandense era pequena em número de habitantes e em cifras econômicas no Oitocentos — se comparado com províncias como a de Pernambuco, Salvador ou Rio de Janeiro. Porém, ao longo deste século, com a implantação do cultivo da cana de açúcar nas principais regiões férteis da província (o vale do Capió e Ceará-Mirim, localizados nas zonas rurais das cidades de São José de Mipibu e Ceará-Mirim respectivamente), o Rio Grande do Norte experimentou um crescimento antes não presenciado.

Nos deteremos aqui à análise das fontes paroquiais da freguesia de Sant'Ana de São José de Mipibu, compreendendo como se deu o processo de territorialização deste espaço pelos escravos, o qual até o século XVIII constituía uma missão indígena. Em um segundo momento refletiremos acerca da territorialização deste espaço pelas famílias escravas e a escolha dos padrinhos nas cerimônias de batismo e casamento como forma de construção de relações com indivíduos de diferentes *status* na freguesia.

DA MISSÃO DO MIPIBU À VILA DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU: CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SANT'ANA

No século XVII, o espaço hoje formado pela cidade de Nísia Floresta era povoado por índios Potiguara. Tem-se notícia desde a época do período holandês no Rio Grande da existência da aldeia “*Moppobu*”, provavelmente uma das primeiras formações da aldeia na ribeira do Mipibu. Entretanto, somente no ano de 1736 que a missão volante de Mipibu foi finalmente elevada à Missão de Aldeamento com a presença fixa de missionários capuchinhos e recebeu uma nova demarcação de terras, instalando-a no local de São José de Mipibu atual.

No ano 1757 o Governo Português publica o Diretório dos Índios, documento que expressava importantes aspectos da política indigenista. A intenção do reino era de evitar a escravização dos índios, sua segregação, seu isolamento e a repressão ao tratamento dos indígenas como pessoas de segunda categoria entre os colonizadores e missionários brancos. Há neste documento o incentivo a elevação das missões indígenas a Vilas, sendo o caso da então Missão do Mipibu. Para concretizar tal ato, o Diretório previa a necessidade de índios e brancos no mesmo espaço para que estes últimos os ensinassem atividades agrícolas e manuais, além do incentivo aos casamentos inter-raciais. Percebemos, portanto, que o casamento e a geração de filhos eram fundamentais para a formação da Vila. Isto garantiria o desenvolvimento do espaço e a integração dos índios à sociedade. O papel da Igreja Católica começa a mostrar-se singular na colonização e expansão dos territórios lusitanos, afinal, a sociedade cristã portuguesa tinha no catolicismo as bases da moral e dos bons costumes, sendo a religião fundamental para a proteção e as bênçãos de Deus.

Com o aumento a cada dia da população indígena e branca na missão, devido à fertilidade do solo da região, em 20 de fevereiro de 1762 o Juiz de Fora Castelo Branco promoveu à demarcação definitiva do território. Dois dias depois, houve a incorporação imediata de

quinze casais luso-brasileiros, originalmente moradores da Vila de Extremoz, cumprindo as determinações régias quanto à formação dos novos moradores, preferencialmente oficiais de profissões necessárias a uma vila - como ferreiro, sapateiro, pedreiro. Assim em 13 de março do mesmo ano houve a oficialização da Vila de São José do Rio Grande. A criação de uma nova Vila apresentava-se como sinônimo de crescimento e desenvolvimento para a região, uma oportunidade de adquirir terras e desenvolver a economia, podendo significar a ascensão de postos sociais melhores para brancos e índios.

A benção de Deus acompanhava de perto as ações dos homens, desde a fundação de capelas, com vistas ao estabelecimento definitivo dos homens no território. A capela era efetivamente a melhor garantia da estabilidade social e econômica, pois ao seu redor iam agrupando-se casas e desenvolvendo a agricultura e o comércio, tudo sob a autoridade espiritual do pároco local. Havia também a estabilidade política, porque a capela, e em seguida a Igreja Matriz, constituíam a sede da vida política, posto de votação, lugar de reuniões da Câmara antes da construção de sua casa. Era nesse lugar de culto que os chefes políticos locais assumiam seus mandatos, sob a benção de Deus e da Igreja (TEIXEIRA, 2009, p. 456). Observamos, mais uma vez, como as relações do Estado e da Igreja eram tão próximas que por vezes se misturavam. Houve, portanto, no momento da criação da Vila de São José do Rio Grande a criação também da freguesia de Sant'Ana.

A partir da década de 1840 os presidentes da província do Rio Grande do Norte começaram a voltar seus interesses e preocupações para com a cultura canavieira, destacando a região do vale do Capió, zona rural da cidade de São José de Mipibu, como espaço fértil privilegiado para o desenvolvimento desta indústria na província. Assim, buscamos observar também o crescimento na quantidade de registros de batismo e casamento de sujeitos escravos na freguesia de Sant'Ana, associando o crescimento da cultura da cana de açúcar com o aumento da presença negra escrava na região.

Estudar a presença negra a partir do período de crescimento e desenvolvimento açucareiro da província, passando pela data de promulgação da Lei Eusébio de Queirós e pelo conseqüente aumento do tráfico interprovincial de escravos da região Norte para a região Sul do Império, nos possibilita investigar o impacto destes fatores na mão de obra escrava em São José de Mipibu. Devido à importância econômica e social da mesma na província, este trabalho pode nos fornecer indícios sobre algumas das estratégias que os escravos produziram em meio a esta dicotomia entre o crescimento econômico e fim do tráfico de africanos, para lutar pela manutenção de suas famílias, melhores condições de vida ou até mesmo a busca pela liberdade.

Provavelmente como estratégia para a constituição de redes de contato e parentesco espiritual nesta freguesia que Isabel, escrava de Vicente Tavares Guerreiro, deve ter escolhido como padrinhos de sua filha, Luisa, homens livres: Sebastião Marinho de Vasconcellos e Antonia Maria da Conceição. Por relações, não apenas afetivas, mas também estratégico-sociais, não à toa o casal de escravos Vital e Damiana, pertencentes ao capitão João Duarte da Silva, escolheram como padrinho de seu filho, Ildefonso, o escravo Clemente, propriedade deste mesmo senhor. Os assentos de batismo da freguesia de Sant'Ana nos permitem identificar, analisar e reconstituir essas famílias escravas parentais e monoparentais e os parentescos espirituais, como observamos nestes registros:

Aos vinte e hũ de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e hũ em minha licença baptizei solemnmente o Padre Vicente Ferreira Guedes em a Capella do Pipiri a parvula Luisa com idade de dozes meses filho natural de Isabel escrava de Vicente Tavares Guerreiro forão seos padrinhos Sebastião Marinho de Vasconcellos e Antonia Maria da Conceição moradores no Pipiri. Do que para constar mandei fazer este assento que me assigno. O Conego João Soares da Veiga Albuquerque Almeida, Vigario Interino (FREGUESIA DE SANT'ANA DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU, 1841-1843, f. 6v).

Aos vinte e hum de Fevereiro de mil oitocentos e cincoenta e oito neste Matris baptisei e pus os Santos Oleos a Ildefinno nascido a trinta e hum de Janeiro passado e filho legitimo de Vital e Damiana, escravos do Capitão João Duarte da Silva, casado, e morador no seu Engenho Porteiras nesta Freguesia. Forão padrinhos Clemente, escravo do mesmo Senhor. Do que para constar fis este assento que assigno. O Vigario Gregorio Ferreira Lustosa (FREGUESIA..., 1857-1862, f. 15f).

A função de Sebastião Vasconcello, Antonia Maria da Conceição e Clemente, como padrinhos, era de proteger Luisa e Ildefinno, seus afilhados respectivamente, como seus próprios filhos, sendo como segundos pais para as crianças, contraindo parentesco espiritual, ou seja, uma ligação familiar eterna com o batizado, seus pais e mães, entre ambos estabelecida no ato do batismo. As escolhas dos padrinhos espirituais, feitas pelos próprios cativos, será por nós interpretada como uma busca por afirmação e construção de relações nesta sociedade escravista. Esta era também uma via de mão dupla, porque segundo as Constituições Primeiras quando declarados padrinhos, estes ficavam sendo fiadores para com Deus pela perseverança do batizado na fé, sendo seus pais espirituais, tendo a obrigação de lhes ensinar a doutrina cristã e os bons costumes (VIDE, 1853, p. 26-27).

Ao invés de vítimas passivas de imposições culturais, buscamos compreender, aqui, os negros escravos como agentes ativos dos processos. Eles incorporaram elementos da cultura cristã, dando a eles significados próprios e utilizando-os para a obtenção de possíveis ganhos nas novas situações em que viveram. Seria uma espécie de “resistência adaptativa”² STERN, 1987 *apud* ALMEIDA, 2001, p. 52),

2 Apesar de Stern (1987) estar tratando da realidade indígena, acreditamos que os escravos e índios foram grupos marginalizados desde a sociedade colonial, os quais tiveram que mudar de território ou se readaptar ao seu espaço agora territorializado com uma nova cultura. Almeida (2001) acrescenta ainda, para o caso dos indígenas que “as aldeias indígenas na colônia podem ser vistas, então, como espaço de interação de grupos sociais e étnicos diversos, nos quais os índios aprendiam novas práticas culturais e políticas, que reelaboravam a partir de seus próprios valores e tradições e de acordo com as necessidades que se lhe apresentavam. Neste processo de ressocialização, adquiriam o instrumento necessário que lhes permitia sobreviver e adaptar-se ao mundo colonial em formação e sabiam lançar mão dele nos momentos apropriados” (ALMEIDA, 2001, p. 52). Apesar dos autores estarem tratando dos povos indígenas, acreditamos que os negros cativos também tiveram que fazer reelaborações a partir de seus valores, como estratégia de sobrevivência, apropriando-se da cultura branca quando necessário para sobreviver e construir redes de relações.

formas que encontravam de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova situação em que se encontravam. Chamamos de nova situação, pois compreendemos que os negros e negras cativos, sejam eles nascidos em África ou Brasil, foram retirados de seus territórios originais de maneira forçosa, tendo que territorializar um novo espaço, se reconstruírem, reterritorializarem.

PRESENÇA NEGRA NO TERRITÓRIO DE MIPIBU

Para compreender este processo, portanto, o estudo da territorialização da freguesia de Sant’Ana mostra-se fundamental. Diferentes processos históricos ocorreram desde o século XVIII no espaço que hoje corresponde a São José de Mipibu até ter-se a efetivação da presença de negros escravos neste território. Estes buscaram territorializar esta sociedade através de estratégias como a criação de redes e malhas por meio do compadrio, construindo com os seus parentes espirituais — livres, libertos e/ou escravos — redes de comunicação-circulação e de representações simbólicas. Apesar de Maria Regina Celestino de Almeida estar trabalhando com a questão indígena, concordamos com a autora quando ela afirma que “os grupos sociais humanos, mesmo reduzidos à escravidão e às piores condições, são capazes de reconstituir significados, culturas, histórias e identidades” (ALMEIDA, 2010, p. 23-24).

Conforme a Vila de São José do Rio Grande foi se desenvolvendo social e economicamente, o número de moradores aumentava, desenvolvendo-se as zonas urbana e rural, expandindo as atividades agrícolas e comerciais. Todo este processo pelo qual os negros escravos precisaram enfrentar para construir novamente laços sociais na freguesia de Sant’Ana são multiescalares e multitemporais. Ocorreram de forma simultânea e sobreposta vivendo “diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre novas territorialidades e novos

territórios que contém traços/características dos velhos territórios e territorialidades” (SAQUET, 2008, p. 78).

Quanto à chegada dos negros no Rio Grande do Norte, tem-se notícia de que já em 9 de janeiro de 1600, a primeira sesmaria era concedida a João Rodrigues Colaço e este começava os trabalhos de roçaria empregando escravos vindos da Guiné. Os documentos que falam da construção do Forte dos Reis Magos registram a presença do negro nesse trabalho de edificação. Significa dizer que, já em 1598, o negro escravo iniciava como força de trabalho na construção da economia da Capitania (SANTOS, 1994, p. 81). Vê-se assim que a presença do negro foi uma constante no processo produtivo, desde a colonização até fins do Império, constituindo uma das alavancas para impulsionar as bases econômicas norte-riograndenses.

De acordo com Paulo Santos (1994), a partir do século XIX com a maior necessidade de mão de obra negra escrava na Província, foram comprados em grande escala negros “africanos” vindos do Maranhão. Eles eram desembarcados em Mossoró, Areia Branca e Macau. Segundo o autor, “a quantidade de negros procedentes do Maranhão era superior à dos negros vindos de Pernambuco. Para se ter uma ideia, em 1854, a exportação [de açúcar] chegava à ordem de 80.749 arrobas. Em 1859, subia para 350.000” (SANTOS, 1994, p. 82). O autor ainda acrescenta que com o fim do tráfico transatlântico de escravos em 1850³ alguns cativos eram comprados ilegalmente de outras províncias e chegavam até as fazendas de São José de Mipibu a pé por terra, geralmente à noite, ou em pequenos navios por meio da navegação de cabotagem. O número de escravos crescia à medida que crescia a produção e a exportação. De qualquer forma, estes homens e mulheres

3 A lei 581 de 4 de setembro de 1850 extingue o tráfico africano de escravos fomentando o tráfico interno de escravos no Império, principalmente da região norte para a região sul. Devido às graves secas de 1877, 1878 e 1879; do decréscimo do cultivo da cana de açúcar nas regiões litorâneas e o aumento das plantações de café no eixo Rio- São Paulo-Minas, muitos escravos do norte foram vendidos para as lavouras cafeeiras destas regiões.

chegavam neste território contra suas vontades, retirados de seus espaços de origem, sendo desterritorializados (SANTOS, 1994).

Com a elevação da Missão do Mipibu à Vila de São José do Rio Grande, tem-se a incorporação de famílias brancas ao espaço anteriormente apenas de missão indígena. Questionemo-nos, pois, como os escravos chegaram a este território? Fátima Lopes (2011) fornece indícios sobre essa questão. Em capítulo intitulado *As mazelas do Diretório dos Índios: exploração e violência no início do século XIX* a autora nos apresenta o caso de Luiza da Rocha de Carvalho, viúva do ex-diretor dos índios da Vila de São José, o capitão-mor João de Oliveira Freire. De acordo com a mesma, “é conveniente lembrar que tais diretores receberam parte do gado das antigas missões no momento da criação das vilas, e que alguns ganharam porções de terra no termo das vilas administradas” (LOPES, 2011, p. 254). Em petição feita por Luiza Carvalho ao então governador de Pernambuco em 1774, entendemos que esse é o caso do seu marido, na época falecido, o ex-diretor Oliveira Freire da Vila de São José do Rio Grande que no período em que exerceu o cargo administrativo montou um engenho nas terras que recebeu, construindo casa de morada e senzala, demonstrando, assim, investimento em benfeitorias na terra e na compra de escravos⁴. A partir da análise de documentos oficiais produzidos no Oitocentos, como o que foi deixado pela viúva, podemos compreender que o negro foi sendo incorporado ao território da Vila de São José do Rio Grande a partir de uma demanda econômica por mão de obra nos engenhos e lavouras.

Estes homens e mulheres, entretanto, não faziam parte a priori deste território, foram desterritorializados, retirados de seus territórios originais, trazidos forçosamente da África e vendidos como

4 Petição de Luiza da Rocha de Carvalho, viúva do capitão-mor João de Oliveira e Freire, ao governador de Pernambuco, ant. a 25/6/1774. IHGRN, LCPCSJM, fls. 113v-115 *apud* LOPES, 2011, p. 254.

escravos no Brasil. A análise dos registros eclesiásticos (batismo e casamento) nos possibilita justamente compreender o perfil das famílias escravas constituídas neste território e as estratégias de reterritorializar o espaço que foram obrigados a ocupar. A nossa principal hipótese pauta-se no poder de escolha dos padrinhos que a Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia assegurava aos pais das crianças escravas que estavam para ser batizadas e dos noivos escravos que estavam para se casar. A autonomia de escolha sob os padrinhos (padrinho e/ou madrinha) de seus filhos ou de seus próprios casamentos faziam com que eles conseguissem construir redes de solidariedade com atores de diferentes *status*, os quais poderiam lhes oferecer futuramente algum tipo de apoio e/ou auxílio em conflitos político-sociais ou jurisdicionais e até mesmo na luta pela liberdade do cativo. Quanto a isso a Constituição Primeira é clara ao afirmar que o “parentesco conforme a disposição do Sagra-do Concilio Tridentino, se contrahe sómente entre os padrinhos, e o baptizado, e seu pai, e mãe; e entre o que baptiza, e o baptizado, e seu pai e mãe” (VIDE, 1853, p. 26-7). Ou seja, ocorria a aliança entre duas famílias, com o compromisso de proteção e respeito entre pessoas do mesmo *status* ou não, formando o que a historiadora Solange Rocha (2009) chama de parentesco espiritual.

Inclusive esta mesma Constituição dedica um capítulo exclusivamente para o sacramento do matrimônio dos escravos. No título 71 é assegurado aos cativos o casamento com outras pessoas cativas ou livres,

e seus senhores lhe não podem impedir o Matrimonio, nem o uso dele em tempo, e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar peor, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrario peccão mortalmente, e tomão sobre suas consciências as culpas de seus escravos, que por este temor se deixão muitas vezes estar, e permanecer

em estado de condenção. Pelo que lhe mandamos, e encarregamos muito, que não ponhão impedimentos a seus escravos para se casarem, nem com ameaços [sic], e máo tratamento lhes encontrem o uso do Matrimonio em tempo, e lugar conveniente, nem depois de casados os vendão para partes remotas de fora, para onde suas mulheres por serem escravas, ou terem outro impedimento legitimo, os não possão seguir. E declaramos, que posto que casem, ficão escravos como de antes erão, e obrigados a todo o serviço de seu senhor (VIDE, 1853, p. 125).

A Igreja, portanto, procurou legalmente assegurar a união das famílias escravas, fossem os nubentes da mesma unidade produtiva ou não, com a intenção de prevenir o abuso senhorial para com os cativos através da venda de um dos membros do casal. Este poderia ser um dos motivos que levavam os escravos a reconhecerem o matrimônio na Igreja Católica, como uma estratégia de proteção legal para manterem-se unidos dentro de um sistema que os tratava como objetos. Entretanto, por muitas vezes este aparato legal da Igreja não era nem mesmo seguido pelos senhores que professavam o catolicismo.

Apesar de um dos principais objetivos da Igreja Católica desde o século XVIII ser o de controlar os indivíduos da sociedade através dos sacramentos católicos, compreendemos que havia uma preocupação especial sob à conversão dos cativos. Entretanto, esses homens e mulheres escravas, agentes de suas próprias ações e desejos, atribuíram sob o território sagrado outro significado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos compreender o território da freguesia de Sant'Ana como um espaço transformado historicamente pelas ações dos homens, individual e coletivamente. De acordo com Claude Raffestin (2008) o território é produzido por atores sociais através da efetiva-

ção dos mesmos no espaço, da formação de redes de comunicação e circulação, das relações de poder, das atividades produtivas e das representações simbólicas. Foi exatamente isso que os índios, missionários, brancos e negros fizeram no que era antes apenas o espaço da Vila de São José do Rio Grande e da freguesia de Sant'Ana: ressignificaram o espaço transformando-o em território a partir das ações empreendidas nesse lugar e nas relações de poder. O espaço foi transformado através das ações individuais e coletivas dos diferentes atores sociais presentes, as interações sociais, econômicas e políticas entre os grupos, sendo capazes de construir redes e fluxos sociais produzindo o território.

Mesmo vivendo nesse sistema excludente e diante das circunstâncias nas quais sobreviviam, os escravos da Freguesia de Sant'Ana procuraram agenciar sua história por meio de negociações, concessões e da construção de famílias negras, fossem elas monoparentais, nucleares ou extensas, formadas por meio das relações de compadrio, que, na maioria das vezes, ocorriam no espaço religioso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios aldeados: histórias e identidades em construção. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 16, p. 51-57, 2001.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LOPES, Fátima Martins. *As mazelas do Diretório dos índios*: exploração e violência no início do século XIX. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 241-265.

RAFFESTIN, Claude. *A produção das estruturas territoriais e sua representação*. In: RAFFESTIN, Claude. SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSI-

TO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35.

ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SANTOS, Paulo Pereira dos. *A economia na Província (1822-1889)*. In: SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte**: séculos XVI ao XX. Natal: Clima, 1994.

SAQUET, Marco Aurélio. *Por uma abordagem territorial*. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 69-90.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, sudeste, século XIX. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens**: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRN, 2009.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typ. 2 de Dezembro, 1853.

O “estrangeirismo do barão” e os canteiros da repartição de obras públicas da Província de Pernambuco (1837-1850)

Bruno Adriano Barros Alves¹

INTRODUÇÃO

Em 1840, José Lúcio Correia, homem de confiança do então Presidente da Província de Pernambuco, Francisco do Rego Barros (Barão, depois Conde da Boa Vista), estava procurando engenheiros capacitados para engajar na Repartição de Obras Públicas (ROP). Segundo Cláudia Poncioni (2010, p. 331-333), Gustave Coriolis, diretor pedagógico da École Polytechnique de Paris, uma das instituições que mais formava engenheiros de pontes e calçadas na França, indicou o nome de Louis-Léger Vauthier. Na época, Vauthier trabalhava em Vannes, hoje comuna francesa administrada pela Bretanha, porém, não titubeou em aceitar o convite inesperado, iniciando a sua travessia rumo ao Brasil em 17 de julho de 1840. Na época, o engenheiro tinha pouco mais de 25 anos de idade, um homem maduro para os padrões do século XIX.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O presente trabalho é oriundo da minha pesquisa de mestrado (em andamento) orientada pela Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas (UFPE) e auxiliada pelo fundo de fomento à pesquisa CNPq. E-mail: brunoalves_2010_@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0177227324792447>.

Desde que chegou ao Havre, porto que ficava 176 km a oeste de Paris, Vauthier passou a registrar suas impressões em diário. O manuscrito, todavia, nunca foi publicado, permanecendo nos arquivos de sua família até ser vendido ao escritor Paulo Prado, que o doou a Gilberto Freyre em 1930. Freyre se apaixonou pelo diário e, com o auxílio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o publicou junto ao livro *Um engenheiro francês no Brasil* em 1940. A obra acompanha a trajetória de Vauthier em Pernambuco, bem como analisa as relações entre a França e o Brasil na primeira metade do século XIX e a pertinência da ROP para o entendimento do conturbado contexto sociopolítico das décadas de 1830 e 1840 em Pernambuco.

A historiografia que se utilizou de passagens do diário de Vauthier para analisar um ou outro objeto de pesquisa é relativamente extensa. No entanto, são poucos os trabalhos que se dedicaram a estudar a fundo a ROP. Dentro da historiografia da Insurreição *Praieira*, conflito que fecha o ciclo das rebeliões liberais no Nordeste, uma das historiadoras que mais enfatizou a importância da repartição para a conjuntura política da época foi Izabel Marson.

Em *O Império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*, publicado em 1987, a autora coloca a instituição como ponto nevrálgico dos debates empreendidos por *baronistas* e *praieiros* em torno da administração provincial. O governo do barão, que a partir de 1837 buscou transformar a cidade do Recife em uma *cosmopolita* moderna e capaz de atrair investidores estrangeiros, via melhoramentos urbanos, remodelou a ROP e a colocou no centro de sua política de “reorganização do futuro” (Diário de Pernambuco, 12/09/1842). Insatisfeitos com as decisões exclusivistas, políticos e trabalhadores urbanos compactuaram para enfraquecer a política *estrangeirista* do barão que, especialmente a partir de 1840, passou a engajar mais e mais trabalhadores estrangeiros para o mercado das obras públicas e inviabilizou a participação de pequenos e médios proprietários na hasta pública.

Um dos estrangeiros mais atacados pela oposição durante o governo *baronista* foi justamente Vauthier. A imprensa política ficou no encaixo dos engenheiros estrangeiros engajados na repartição principalmente a partir de 1842, quando a publicação de um novo regulamento provocou a demissão de funcionários antigos da instituição e a elevação de Vauthier ao status de chefe. Segundo John D. French (2002, p. 17), os funcionários públicos, categoria por muito tempo negligenciada pela historiografia, constituem um objeto de pesquisa muito pertinente, haja visto sua quantidade e o papel representativo que são forçados a exercer como símbolos de ineficiência, corrupção e prepotência governamental. No entanto, Gilberto Freyre, um dos maiores defensores da conduta de Vauthier em Pernambuco, não relaciona o engenheiro a nenhum desses estigmas. Em sua ótica, as críticas ao engenheiro eram movidas pelo sentimento de inveja ou retaliação ao presidente (1940, p. 129). Contudo, outros estudos sinalizam que essas relações eram bem mais complexas.

Desde finais da década de 1980, a historiografia enfatiza que os movimentos insurrecionais da década de 1840 não são apêndices da Europa, nem tampouco a nossa revolução burguesa “fracassada”. Na ótica de Marcus Carvalho e Bruno Câmara (2011, p. 359), Barbosa Lima Sobrinho, Nancy Naro e Izabel Marson demonstraram que a *Praieira* foi um movimento particular, uma disputa entre duas facções oligárquicas pelo poder local. Entretanto, a análise das manifestações de rua, ainda que em uma perspectiva muito diferente das preconizadas por Caio Prado Júnior, Amaro Quintas, Edison Carneiro e muitos outros estudiosos entusiasmados com a implantação do socialismo no Brasil, merece atenção. Assim, trabalhos mais recentes voltaram a destacar a mobilização de artesãos e outros trabalhadores urbanos na *Praieira*, sob a ótica da história vista de baixo.

Nessa proposição, outras faces do chamado “projeto de modernização” podem ser contempladas. De fato, o plano geral de melhoramentos urbanos do barão buscou, por intermédio de sua positividade

de, esconder seu caráter exclusivista. Contudo, o ápice dessa política esbarrou na criação do chamado Partido *Praieiro* em finais de 1842. Catalisando inúmeros descontentamentos da “classe artística”, a oposição conseguiu minar a hegemonia das famílias Rego Barros-Cavalcanti, cerrando fileiras nos cargos públicos e na corrida eleitoral. Todavia, a “população” possuía os seus próprios interesses, agenciando-os conforme a oferta de benesses. Tanto que muitos artífices que haviam apoiado os *praieiros* nas eleições primárias de 1844, segundo Marcelo Mac Cord, mudaram de lado após o não cumprimento das promessas de campanha, negociando mercês com os *baronistas* (2012, p. 91-92).

É importante também destacar que o projeto de modernização modificou as relações de poder em todos os âmbitos. Se o jogo político ganhou ares de dramaticidade, os canteiros de obras experimentaram uma transformação inédita em sua dinâmica. Os canteiros de obras espalhados na cidade e região circunvizinha receberam muitos trabalhadores estrangeiros, como pedreiros, mestres de obra, serralheiros, carpinteiros, marceneiros, pintores, piconeiros; principalmente trabalhadores ligados a Companhia de Operários Alemães, comandada pelo engenheiro Augusto Kersting (AULER, 1959, p. 23-29). Para além dos estrangeiros, nos canteiros de obras da ROP também trabalhavam africanos livres, escravos, indígenas, calcetas e livres brasileiros. É instigante pensar na relação entre do Estado, como “patrão”, e esse mundo do trabalho.

Nesse sentido, o presente trabalho, cuja inspiração surgiu da leitura do diário de Louis-Léger Vauthier, mas percorreu por muitos outros caminhos, tem por interesse desenvolver nas linhas que se seguem um estudo, ainda que curto e em estágio inicial, sobre o chamado *estrangeirismo* do barão e os canteiros de obras da ROP da Província de Pernambuco entre 1837 e 1850. Escolhi como marco cronológico o ano de 1837, porque é nesse momento que o barão assume a presidência de Pernambuco e inicia o seu plano geral de melhoramentos urbanos, dando um novo *status* a ROP. Assim, con-

cluo o recorte temporal no ano de 1850, quando a Insurreição *Praieira* chegou a seu fim e Pernambuco presenciou a formação de uma nova conjuntura política, repercutindo inclusive na ROP. Acredito que um recorte institucional como o desse estudo de caso, pode nos proporcionar uma maior compreensão acerca das nuances sociopolíticas das décadas de 1830 e 1840, bem como da experiência dos trabalhadores responsáveis por de fato tocar o mercado das edificações no Pernambuco oitocentista.

EM BUSCA DA “RACIONALIDADE TÉCNICA”: O “ESTRANGEIRISMO” E OS EMBATES POLÍTICOS

Entre 1834 e 1844, a ROP da Província de Pernambuco passou por um período de organização institucional e adaptação ao conjunto administrativo provincial. De acordo com Sílvio Mendes Zancheti (1989, p. 77), uma repartição de obras existia na província desde 1822, contudo, possuía uma atuação muito limitada, se restringindo a cuidar da manutenção e reparo de pontes, estradas e edifícios públicos, principalmente no Recife. Com um aparato administrativo precário e uma falta de “racionalidade técnica” a execução da maior parte desses serviços dependia de arrematadores atrelados à política local.

Esta primeira iniciativa não obteve êxito, tanto que foi interrompida em 1830, passando as suas respectivas funções para a Câmara Municipal. Segundo Maria Angela de Almeida Souza (2002, p. 179-180), a década de 1830 representa um marco no âmbito das posturas municipais do Recife, principalmente no que se refere ao embelezamento do espaço físico da cidade. Entretanto, a submissão do poder municipal à província, mediante as legislações de 1828 e 1834, provocou intensas alterações nos moldes administrativos das obras públicas, modificando a execução dos trabalhos a partir da incorporação da ROP ao poder provincial.

Em busca de uma “racionalidade técnica”, o governo provincial buscava engajar técnicos, engenheiros e operários estrangeiros para as obras públicas desde 1830. O engenheiro e Major alemão João Bloem foi um dos primeiros trabalhadores estrangeiros alocados naquela instituição. Na ótica de Gilberto Freyre (1940, p. 92-95), o engajamento do engenheiro alemão em 1830 foi muito importante, principalmente pelo “furor reformista” que apresentava em seus trabalhos, algo totalmente diferente da condução dita “incompetente” da Câmara Municipal do Recife. Posteriormente, Jules Boyer, engenheiro francês radicado no Brasil, foi contratado para chefiar os trabalhos da repartição (1837), onde permaneceu até 16 de maio de 1840, conforme o *Diário de Pernambuco*.

Na mesma época, o engajamento de companhias de operários estrangeiros era debatido na imprensa, Câmara e Assembleia. Dessa maneira, aportaram em Pernambuco no ano de 1839 aproximadamente 195 trabalhadores para as obras públicas, além de 15 familiares². O engajamento da chamada “Companhia de Operários Alemães” representou um desafio para os canteiros de obras, bem como mais uma estratégia política em benefício dos ideais de moralização e civilização dos trabalhadores.

Depois, foi a vez de chegar ao Recife alguns franceses para compor o corpo de engenheiros da ROP. Os primeiros engajados foram Henri-Auguste Milet³, Pierre-Victor Boulitreau⁴ e Louis-

2 Relatório apresentado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, sessão ordinária de 1839 ao exm.o presidente da província, Francisco do Rego Barros, p. 12 [Typ. de Santos & Companhia, 1841].

3 Natural de Paris, negociante. “Parece ter sido um daqueles filhos de boa família que, após alguma aventura desastrosa, teria sido enviado a um país distante como punição pela própria família”. Torna-se engenheiro civil e posteriormente senhor de engenho ao se casar com uma jovem da família Cavalcanti. Convertido ao fourierismo analisou e escreveu muito sobre a situação socioeconômica do Brasil. Escreveu diversas obras como: O quebra-quilos e a crise da lavoura, *Le Brésil pendant la guerre du Paraguay (1865-1870)*. Morreu em 1898 no Recife atropelado e esmagado por um trem (PONCIONI, 2010, p. 77 [nota de rodapé]).

4 Pierre-Victor Boulitreau prestava serviços militares como “conducteur” no Serviço de Obras Públicas da Bretanha quando foi recomendado por Vauthier para fazer parte do projeto de

-Léger Vauthier. Vauthier foi contratado para chefiar o corpo dos engenheiros, mas já com a promessa de que nos próximos anos assumiria a direção da repartição, concretizada em 1842. Depois, se uniram mais três franceses ao corpo de engenheiros: Joseph Jean-Jaques Morel, Florian Désiré Portier e Louis Férrrol Buessard, ambos auxiliaram a ROP mesmo após a demissão de Vauthier em 1846.

A chegada desses trabalhadores encheu os olhos de muitos políticos alinhados a política do barão. Entretanto, esse engajamento não foi visto dessa forma por diversos seguimentos da sociedade pernambucana. As críticas ao chamado *estrangeirismo* do barão foram intensificadas especialmente após 1842, quando uma cisão entre os liberais modificou o panorama político da província. O ímpeto francês de energizar os trabalhos incomodou muitos funcionários mais antigos da repartição, como o engenheiro em chefe da ROP, Firmino Âncora. O engenheiro brasileiro demonstrava certo apego aos processos burocratizados da administração e revelava, na ótica de Silvio Mendes Zancheti, uma falta de iniciativa decorrente da sua prática administrativa ligada ao passado, além de não possuir uma “clara compreensão do programa do projeto político do presidente” (1989, p. 81). Possivelmente, a “compreensão do programa” era um problema, mas não o único e nem o principal.

A contratação dos engenheiros franceses na administração da repartição modificou as relações de poder até então existentes, causando conflitos. Esses embates começavam no setor administrativo da ROP, mas resvalavam até no presidente. Em 3 de novembro de 1840, Vauthier se dirigiu até o palácio para se explicar ao barão acerca das queixas do Sr. Figueiredo⁵. De acordo com o ajudante de engenheiros, Vauthier não teria dado provas de confiança ao “cavalheiro”, pois teria

melhoramento urbano da Província de Pernambuco. No Brasil Boulitreau foi um dos companheiros mais próximos a Vauthier, protagonizando a execução de diversas obras.

5 Possivelmente, se tratava do ajudante de engenheiro Joaquim de Fonseca Soares de Figueiredo (FREYRE, 1940, p. 141-142).

virado um ofício sobre a mesa para que ele não visse. Além do mais, Vauthier não lhe cumprimentava com a “devida cortesia”. Irritado, o engenheiro francês registra em seu diário que o Sr. Figueiredo era preguiçoso, estúpido, vaidoso e um “verme” (Diário de L.-L. Vauthier, 03/11/1840). Todavia, o barão o acalmou, assegurando-lhe que nada aconteceria. Nesse sentido, a posição firme e inabalável de Firmino Âncora também pode ser compreendida como uma clara tentativa de frenagem do protagonismo dessa nova leva de estrangeiros na instituição que ele exercia forte influência desde a década de 1820.

Essa resistência por parte de Firmino Âncora resultou primeiro em seu afastamento, mediante o regulamento de 25 de maio de 1842, e depois em sua demissão em 1843. No entanto, Vauthier assumiu a repartição em um momento bastante conturbado, repleto de rupturas políticas e diversas críticas ao exclusivismo partidário do presidente no que se refere aos empregos públicos e as benesses oriundas das instâncias administrativas. A ROP, apesar de intensificar os trabalhos, precisou lidar com constantes denúncias de corrupção e difamação de seus empregados estrangeiros.

Para Izabel Marson (1987, p. 195), se até então a administração *baronista* conseguia lidar bem com a oposição, abrindo espaço para bacharéis liberais etc., a partir da cisão política de 1842, responsável por dar “origem” ao partido *praieiro*, uma conciliação se tornou quase impossível. Os debates saíam do âmbito parlamentar para a imprensa e da imprensa para as ruas, até o fim da Insurreição *Praieira* e posterior renegociação. O ataque dava-se em duas frentes: os salários dos técnicos estrangeiros e a pertinência e a qualidade das obras realizadas especialmente no Recife. Em especial, as críticas eram dirigidas às novas construções de edifícios públicos, cujo centro das atenções era o Teatro de Santa Isabel. Segundo Silvio Mendes Zancheti (1989, p. 79): “pela primeira vez na administração provincial os ‘melhoramentos materiais’ tornaram-se opção principal de um programa de governo e tema central de debate político”.

AS SANGUEXUGAS ESTRANGEIRAS” E OS CANTEIROS DE OBRAS DA ROP

A insatisfação dos trabalhadores livres com o predomínio estrangeiro na província pode até ter sido potencializada pelos praieiros, mas o partido não a inventou. Segundo Marcus Carvalho (2010, p. 73-74), a população livre que vivia entre os três bairros do Recife cresceu 85% na comparação entre os censos de 1828 e 1856. Boa parte da historiografia sobre o Pernambuco oitocentista explica esse inchaço pela migração do interior para a capital. A administração provincial e seus diversos cargos públicos atraía muita gente ao Recife. A “carga humana”, contudo, não era suportada pela cidade, levando muitas pessoas a vagarem pelas ruas. Dessa forma, nem mesmo a política de “reorganização do futuro”, protagonizada pelo governo do barão a partir de 1837, conseguiu abarcar as necessidades do crescimento demográfico na região.

Um dos cargos mais solicitados na ROP era o de inspetor de obras. A brecha contida na legislação de 10 de junho de 1835 permitia a contratação de leigos para o cargo, ainda que a preferência fosse de engenheiros formados. Ciente dessa possibilidade, quem possuía relações clientelares com os políticos influentes no governo, tentava conseguir a nomeação. Na observação de Manoel Cavalcanti Jr. (2001, p. 31), um dos casos mais extremos foi o de João Baptista Diniz, que se agarrou a uma promessa de emprego feita pelo então vice-presidente Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Depois de muita insistência, João foi indicado para inspecionar os trabalhos na estrada de Pau d’Alho. A situação, que já era complicada, piorou consideravelmente com a chegada de diversos trabalhadores estrangeiros para a ROP. Segundo Bruno Câmara (2005, p. 95), só na comarca do Recife residiam cerca de mil duzentos e dezenove estrangeiros. É bem verdade que nem todos estavam ligados às artes úteis ou aos trabalhos artesanais, mas uma parcela significativa de imigrantes cerrava fileiras com os artistas nacionais na capital.

A falta de recursos levou muita gente a aceitar níveis salariais muito inferiores aos padrões da capital. Muitos empregadores se aproveitavam dessa situação, aumentando a precarização. Em 1836, quando a ROP estava à procura de um intérprete para Thomas Wood, engenheiro inglês responsável pela abertura de poços artesianos em Goiana, uma das regras para o engajamento era o menor preço (Diário de Pernambuco, 29/07/1836). No dia a dia, até mesmo quem oferecia o seu trabalho se atentava a essa questão, como uma senhora que se propunha no Diário de Pernambuco a ensinar meninas a ler, escrever, contar, cozinhar e bordar pelo menor preço possível.

Os artífices nacionais sofriam com a perda do monopólio no ramo das edificações desde o fim das antigas corporações de ofícios, com a Constituição de 1824. Na parte mais negra da cidade, Marcelo Mac Cord nos conta sobre a fundação da Irmandade de São José do Ribamar, formada a princípio por mestres oficiais e aprendizes que lidavam com madeira em meados do século XVIII. Entre a década de 1770 e o ano de 1824, a irmandade usufruiu das benesses oferecidas pelas corporações de ofício, porém, as mudanças constitucionais exigiram que os artistas se reinventassem, ainda que mantivessem práticas e costumes culturais tradicionais. Assim, a irmandade, que até então possuía escravos matriculados, procurou se adaptar às demandas do progresso, principalmente após a modernização empreitada pelos guabirus no poder (2012, p. 29-48). Para ser bem vista pela sociedade, a irmandade deixou o elemento cativo de lado, pois ser livre e brasileiro marcava uma posição importante na luta pela proteção e por espaço no difícil mercado das obras públicas.

De acordo com o Mac Cord, a elaboração de um “Novo Compromisso”, redigido em 1838, mas sancionado apenas em 1840, reposicionou os irmãos ao lado da ideologia do progresso. Contudo, a política do barão, que havia posto em discussão política a categoria “atraso”, relacionando-a aos privilégios artísticos e seus processos restritivos de aprendizagem, descentralizou o ensino das artes mecânicas, até então protagonizado

por irmandades como a de São José do Ribamar em suas oficinas, tendas e canteiros. É nesse momento que a Companhia de Operários Alemães passou a exercer um papel fundamental no ensino de diversos ofícios, “moralizando” a população interessada no mercado em expansão e tomando os lugares outrora ocupados pelos confrades. Para o autor, “o ensino das artes mecânicas ao público mais amplo representaria a proletarização dos ofícios mecânicos e o golpe final sobre a prerrogativa dos mestres” (2012, p. 65).

A publicação do regulamento de 25 de maio de 1842 acentuou esse quadro, diminuindo consideravelmente o papel dos trabalhadores nacionais no seio administrativo da ROP. Segundo Mac Cord, em resposta, os confrades criaram uma “Sociedade”, regulada por um novo estatuto e repleta de rupturas. Todavia, as mudanças não inseriram os artífices de maneira automática no projeto de modernização. Se para os conservadores a “Sociedade” estava aquém do progresso, o discurso da oposição ia de encontro ao desejo dos artífices. Assim, os confrades enxergaram nos embates políticos a oportunidade de barganhar benefícios sociais e um maior protagonismo no mercado das edificações. Se por um lado a aliança dos artífices com os dissidentes liberais e demais políticos e proprietários insatisfeitos com a política exclusivista do barão oferecia maior poder de negociação, concomitantemente o partido recém-criado entendia que essa relação possibilitaria o aumento do número de votantes para as eleições primárias. Para Mac Cord (2012, p. 85), contra a “nulificação” da classe necessitada que vivia dos ofícios mecânicos, praiheiros e uma grande parcela dos artistas nacionais se uniram temporariamente.

Na ótica do historiador, a Sociedade soube tirar vantagens da conjuntura política da época. Os confrades, que tentavam desde 1840 firmar um acordo de proteção com o governo provincial, finalmente conquistaram o tão sonhado auxílio anual em 1844. O artigo 25 da lei nº 130 de 1844, que concedeu à instituição o valor anual de 500\$000 réis, porém, não foi suficiente para frear o ímpeto antiestrangeirista dos artífices nacionais. Alguns meses após a publicação do auxílio,

os confrades produziram o chamado Manifesto dos artistas de 1844, sob patrocínio praieiro. Nele, os artífices reivindicavam diversas pautas, inclusive a da proibição da utilização de mão de obra estrangeira em Pernambuco (2012, p. 86-87).

Se a proibição não entrava em vigor, os artífices nacionais mantinham-se críticos aos “ambiciosos” operários alemães mediante imprensa. De acordo com uma correspondência do Diário Novo de 24 de setembro de 1844, assinada pelo “O inimigo da ambição”, o mestre capina alemão Sr. Zacher estava acumulando estranhamente muitos trabalhos em época de escassez. Segundo o autor, a proximidade do artífice com o engenheiro Vauthier explicava essas benesses. Segundo outro comunicado, publicado ainda em 16 de agosto de 1844, Vauthier havia contratado Zacher para o compor o número das “sanguexugas estrangeiras” da ROP, com salário equivalente a 1:200\$000 réis anuais. Não contente, e “ganancioso” que era, Zacher ainda assim não recusava absolutamente nenhuma empreitada, atravessando inclusive negociações em andamento com outros artífices. Para completar, o alemão ainda oferecia sua força de trabalho independentemente do tipo de ofício e sempre por um valor mais baixo. Ao que parece ele gostava de “abarcá-lo mundo com as pernas”.

Para o correspondente, Zacher precisava entender que não era o primeiro e nem o único artista a retirar do mercado das edificações a sua sobrevivência e muito menos o único artista hábil existente na província. No que se refere às empreitadas, afirma que o mestre de obras deveria se contentar com as que lhes aparece espontaneamente e não com as que são ocupadas por outros artífices. Nesse sentido, se o Zacher era bom, como todos sabiam, deveria esperar e não ficar se oferecendo. Encerra sua correspondência então com um conselho de colega de profissão: “se tomar este conselho, asseguro-lhe que se ha de dar muito bem, ganhar muito dinheiro, como tem ganho, e ser estimado de todos os seu collegas”.

Se entre os artífices nacionais Zacher não era muito bem visto, um relatório publicado no Diário Novo de 25 de maio de 1848 pelo admi-

nistrador do Teatro de Santa Isabel, Joaquim Claudio Monteiro, tece diversos elogios à conduta do alemão ao anunciar, entristecido, o retorno próximo do “archetecto André Zacher” para a Europa, devido a problemas de saúde. Todavia, a oferta de empregos, os salários razoáveis e o apreço de seus empregadores não eram a regra geral para todos os alemães arregimentados em 1839.

Dentro do relatório do Capitão João Pedro sobre o estabelecimento da Companhia em Pernambuco (1839-1843) é possível encontrar uma série de mortes e deserções no cotidiano dos trabalhos. Segundo consta, aproximadamente trinta e dois operários desertaram para diversos lugares já no primeiro ano de contrato, enquanto outros dezessete conseguiram romper o contrato unilateralmente posteriormente. Entretanto, dos 195 operários cerca de dezesseis não resistiram a labuta pesada e às doenças, falecendo ainda nos primeiros meses de 1839 (AULER, 1959, p. 43-45).

O primeiro operário a desertar foi o pioneiro Carlos “Etting” ou “Edding”. Natural de Husum, o artífice é descrito da seguinte maneira: 27 anos, 7 palmos de altura, cabelos louros, olhos azuis, solteiro e “carneiro”. Desapareceu em 9 de agosto de 1839, menos de um mês após o desembarque, fugindo para o Norte. Semelhantemente, em setembro fugiram rumo à Bahia os operários Carlos Blenck e André Huth. Posteriormente, outros operários tracejaram caminhos semelhantes (AULER, 1959, p. 69-74).

As péssimas conduções de labuta, junto a mudança de clima e os problemas de salubridade ainda foram responsáveis por levar muitos desses operários às enfermarias improvisadas nos Arsenais de Guerra e Marinha. Com menos de três semanas, dezoito operários necessitaram de cuidados médicos devido às constantes desinterias, sarnas e constipações. O primeiro falecimento ocorreu apenas um mês após o desembarque: em 20 de agosto de 1839 morreu o já debilitado Teófilo Kuhn, assim como outros quinze até 1843 (AULER, 1959, p. 57-59).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além dos artífices estrangeiros, nacionais livres e libertos, labutavam nesses canteiros muitos escravos de pequenos, médios e grandes proprietários, com ou sem o consentimento de seus senhores. Segundo Marcus Carvalho (2010, p. 177), a forte presença negra nas cidades possibilitava aos fugidos despistar as autoridades e conseguir algum dinheiro trabalhando nas ruas. O autor também nos conta que os maiores beneficiários desse tipo de estratégia provavelmente eram os trabalhadores especializados ou semiespecializados (2010, p. 263). O preto Domingos, por exemplo, com seus 16 anos já experimentava os caminhos da cidade-esconderijo. Ladino que era, o ganhador de rua já havia trabalhado de carpina e de servente em obras públicas enquanto o seu senhor o procurava. Um outro “moleque”, de nome Vicente, que também possuía 16 anos, costumava trabalhar de servente de pedreiro antes de fugir. Uma das suspeitas de seu proprietário era de que ultimamente ele estava se aproveitando de seu ofício para trabalhar anonimamente no calçamento do aterro da Boa Vista.

Com as leis do tráfico de 1831 e 1850 muitos “africanos livres” também foram arregimentados nesses canteiros, bem como batalhões de indígenas, presos ferropoados (calcetas) etc. Assim, um estudo detalhado sobre os canteiros de obras de uma instituição como a Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco pode proporcionar um maior entendimento acerca da experiência dessa multidão de trabalhadores de diferentes etnias e condições jurídicas, mas semelhantes em termos de condições de trabalho e precariedade. Nessa proposição, os canteiros de obras da ROP, ao engajar uma multidão de trabalhadores estrangeiros, livres, libertos e escravos constituem um espaço privilegiado para se analisar diversas questões. Dentre elas, a precariedade da liberdade imposta pela organização do trabalho sob a ótica da escravidão e os conflitos e relações de solidariedade que surgiram mediante às semelhantes condições

de vida, exploração e compulsoriedade no trabalho. Temas os quais buscarei contemplar em meus estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004.

AULER, Guilherme. **A companhia de operários 1839-1843**: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil. Recife: Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial, 1959.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil imperial**: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira. 2005, 203f. Dissertação (Mestrado em História) — Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica (org.). **Revoltas, motins e revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p. 357-389.

CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. **Praieiros, guabirus e “população”**: as eleições gerais de 1844 no Recife. 2001, 150f. Dissertação (Mestrado em História) — Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

FRENCH, John D. **A história latino-americana do trabalho hoje**: uma reflexão crítica. In: História-Unisinos, v. 6, n. 6, 2002, p. 11-28.

FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil. Rio de Janeiro**: J. Olympio, 1940.

MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania**: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MARSON, Izabel Andrade. **O Império do progresso**: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

PONCIONI, Claudia. **Pontes e ideias**: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil. Recife: CEPE, 2010.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife imperial**. 2002, 312f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2002.

ZANCHETI, Sívio Mendes. **O Estado e a cidade do Recife, 1822-1889**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1989.

Política e fiscalidade na formação da tesouraria provincial em Pernambuco (1831-1840)

Artur Gilberto Garcéa de Lacerda Rocha¹

INTRODUÇÃO

Podendo acontecer que existam ainda no Brasil dissidentes da grande causa da sua Independência Política, que os Povos proclamaram e Eu Jurei Defender, os quais ou por crassa ignorância, ou por cego fanatismos pelas antigas opiniões espalhem rumores nocivos à união e tranquilidade de todos os bons brasileiros; e até mesmo ousem formar prosélitos de seus erros: cumpre imperiosamente atalhar ou prevenir este mal, separando os pérfidos, expurgando deles o Brasil, para que as suas ações e a linguagem das suas opiniões depravada; não irrite os bons e leais brasileiros, a ponto de se atear a guerra civil, que tanto Me esmero em evitar (BRASIL, 1822, p. 46).

A busca da união e tranquilidade “aos bons brasileiros” e com esmerado empenho para evitar uma guerra que o então regente Pedro de Alcântara expõe no decreto de 1822 nos termos “legais” da separação do Brasil em relação a Portugal. Mas em que circunstâncias se encontrava o Brasil após o retorno da Família Real portu-
gue-

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

sa? Quais os desafios a serem enfrentados para a manutenção desta união tranquila proferida em 18 de setembro de 1822.

Um deslumbre desses primeiros desafios foi colocado na Fala do Trono em 03 de maio de 1823 por ocasião da abertura dos trabalhos da Assembleia Constituinte e Legislativa quando o já proclamado Imperador do Brasil, depois de exortar os representantes das províncias “fazerem conhecer umas às outras seus interesses” (SENADO FEDERAL, 2019, p. 31), passou a descrever as condições encontradas nos cofres públicos após o retorno de D. João VI para Portugal.

“As circunstâncias do Tesouro Público eram as piores, pelo estado a que ficou reduzido, e mui principalmente, porque até quatro ou cinco meses foi somente provincial” (SENADO FEDERAL, 2019, p. 33), não alcançando a quantia aqui deixada para honrar com os pagamentos necessários, afetando inclusive a sustentação da Casa Real, como ressalta o imperador.

Apesar das despesas maiores que a quantia do cofre, das dificuldades de arrecadação inicial, por ocasião de dívidas locais, descontrolado administrativo ou resistência de algumas províncias em aderir a independência, como colocado na dita Fala do Trono, em pouco mais de um ano, a conta pública “que estava em abril de 1821 devedor de 60:000\$000, hoje não só não deve, mas tem em ser 60 e tantos mil cruzados” (SENADO FEDERAL, 2019, p. 36), isto tudo ainda sem lançar mão da caixa dos dons gratuitos e sequestro das propriedades nos ausentes por questões políticas.

No que concerne àquele nascente país e sua estrutura institucional, D. Pedro I afirmou que “em todas as administrações se faz sumamente precisa uma grande reforma; mas nesta da fazenda ainda muito mais, por ser a principal mola do Estado” (SENADO FEDERAL, 2019, p. 35).

A provisoriedade dos atos, decretos e leis que estava imerso o Brasil desde o 26 de abril de 1821 também foi comentada pelo imperador e o quanto era um fardo à sua pessoa as circunstâncias que o obrigava a legislar, que em sua fala “nunca parecerão que foram tomadas por ambição de legislar, arrogando um poder em o qual somente devo ter parte; mas sim, que foram tomadas para salvar o Brasil, visto que a assembleia, quanto a umas não estava convocada” (SENADO FEDERAL, 2019, p. 38). Provisoriamente que perpassou até a consolidação legal com a outorga da Constituição Imperial em 1824.

As construções possíveis para o soerguimento e consolidação das instituições no Brasil pós-independência nos levam a compreender as tessituras que formaram os tecidos políticos, administrativos, judiciais e fiscais do país. Este artigo visa abordar as transformações, adaptações da legislação que impulsionaram a questão referente a fiscalidade nacional de um caráter provisório e centralista rumo a uma provincialização nas duas primeiras décadas pós independência.

O campo da construção de um país é palco de embates e escolhas onde a posse ou transferência das atribuições coercitivas (justiça, polícia e fisco) típicas de um Estado significam ganho ou perda de material de poder por parte dos agentes, tanto públicos como privados. Olhar a construção ou reformulação das instituições estatais de caráter fiscal é debruçar-se sobre as relações de produção de poder e das formas de resistências aos monopólios diante da imposição dos exercícios desse poder.

A formação do Estado brasileiro é assunto bastante tratado pela historiografia, principalmente no que concerne as tramas políticas nacionais e locais, poucos historiadores se detiveram nas questões fiscais do período, outros trataram o assunto como

coadjuvante do rumo tomado para a formação da unidade político-administrativa brasileira.

Desta forma, a proposta de inserção dos estudos da fiscalidade na formação e reformulação das relações entre a corte e as províncias nos primeiros anos do Estado brasileiro vem ampliar em mais um campo o levantamento, manutenção e consolidação das instituições no Brasil Imperial.

Estudar a tributação, sua arrecadação e a elaboração dos orçamentos requer uma compreensão da burocracia estatal para estes fins, assim também como a legislação no contexto de sua formulação. No que diz respeito à burocracia brasileira daqueles anos, ela não demonstrava uma forte profissionalização, uma exceção talvez seja a da burocracia fiscal, sendo esta, uma das mais organizadas e profissionais, à medida que representava a própria presença do Estado e do poder público, merecendo um estudo mais aprofundado desse setor responsável pela formulação das políticas financeiras dos níveis estatais (CARVALHO. 2003).

O Estudo das finanças públicas é um conjunto de ideias que reúnem não apenas o ordenamento jurídico de natureza fiscal, mas sua efetiva manifestação nas sociedades, as receitas e despesas, os sistemas de arrecadação, a eficiência fiscal, e, claro, a pressão fiscal sobre a sociedade (CARRARA, 2016).

A história fiscal de um povo é, sobretudo, uma parte essencial de sua história geral. [...] em alguns períodos históricos, a influência formativa imediata das necessidades e políticas fiscais do Estado sobre o desenvolvimento da economia, e com ela sobre todas as formas de vida e todos os aspectos de cultura, explica praticamente todas as características importantes dos acontecimentos; em muitos períodos explica uma grande quantidade de coisas (SCHUMPETER, 2000, p. 149).

E desde que os estudos de sociologia econômica introduziram o termo Estado Fiscal (SOARES, 2013; CARRARA, 2016), o estudo

sobre as contas públicas passou a constituir em investigação fundamental sobre o processo de formação dos Estados modernos.

A formação do Estado moderno consistiu num processo cujo estágio inicial correspondeu à transição do “Estado senhorial” (*Domänenstaat; domain state*) ao “Estado fiscal” (*Steuerstaat; tax state*), decorrente da incapacidade de os senhorios régios fazerem frente às necessidades crescentes do Estado, principalmente com as guerras. Do estágio original em que os recursos fiscais provinham dos domínios régios, chega-se a outro, no qual todo o reino é chamado a prover fundos aos príncipes: um estado fiscal (“*tax state*”) (CARRARA, 2016, p. 17).

O tributo tem ação generativa para o estado, cria e molda as instituições e serviços (SOARES, 2013). Isso porque aos regimes fiscais veem-se um caráter mutante, já que se transformam em decorrência de crises, revoluções, ou ainda em crescimento autossustentado (CARRARA, 2016), e que

As finanças públicas constituem um dos melhores pontos de partidas para um estudo aprofundado da sociedade, e não apenas da sua vida política [...] o espírito de um povo, o seu nível cultural, a sua estrutura social, as ações de que a sua política é capaz, tudo isso e muito mais, está escrito na sua história orçamental (SCHUMPETER, 1991 *apud* SOARES, 2013, p. 128).

A legitimação do poder de atribuir e criar tributos do Estado decorreu da relação de fatos políticos e razões de ordem econômica e social. Esse processo teria sido construído segundo as variáveis econômicas, políticas e sociais dos Estados em um determinado momento. Pode-se, a partir daí, falar em sistema tributário, uma vez que o elemento da soberania garantiu a autonomia técnica e a exclusividade de aplicação de um conjunto de normas em um determinado espaço territorial (FALCÃO, 2012).

Os impostos não apenas ajudaram a criar o Estado. Ajudaram a fomar-lo. Com o recibo da contribuição na mão, o Estado penetrou nas economias provadas e foi obtendo um domínio crescente sobre elas. O imposto desenvolve um espírito financeiro e de cálculo naqueles rincões em q (que) nao existia anteriormente, e assim se converte em um fator formativo no mesmo órgão que o fez desenvolvido (SCHUMPETER, 2000. p. 163-164).

Ao se pensar na construção de um Estado a partir das concepções sociais, econômicas e políticas do século XIX, vê-se a emergência do Estado moderno inaugurando o Estado Fiscal.

As possibilidades abertas pelo estudo do fisco permitem olhar o Estado simultaneamente no que ele tem “universal” - um conjunto de instituições que materializam a projeção do poder para fora do corpo social - e naquilo que é peculiar à história de cada Estado: a interação específica que se estabeleceu, no seu processo formativo, entre a esfera política que se constituiu como pública e os detentores privados de poder e riqueza; entre a resistência à extração de recursos e a elaboração de direitos e formas de representação política. Vislumbram-se, desse modo, algumas das maneiras pelas quais o passado de uma comunidade humana e reciclado e reinventado para legitimar a ordem política centralizada e fazê-la assumir uma dimensão “pública” (COSTA, 2003, p. 143-144).

Dessa forma, pensar a fiscalidade e a formação do pensamento de economia política em tempos de Império é buscar entender como os órgãos arrecadadores trabalhavam, se transformaram e se consolidaram, é perscrutar o que cada um tinha de específico no trato fiscal, quais as semelhanças, como pensavam e como arrecadavam suas receitas, como agiam para a elaboração dos orçamentos, e como estas instituições efetivamente colocavam em prática suas ordens tributárias. E compreender e rastrear como resolviam suas necessidades de financiamento de seus déficits públicos.

É clara a importância desse tema quando se procura estudar as questões de competência tributária, pois o desdobramento ad-

ministrativo-burocrático traz novos questionamentos a respeito do cotidiano das instituições, cargos e efetivos entrelaces legais e também profissionais, no que concerne à competência do funcionalismo público diretamente ligado aos problemas fiscais. No que se refere à burocracia das fazendas públicas e da tentativa de reorganizar a partir do Ato Adicional de 1834, não podemos prescindir da ideia de que os procedimentos burocráticos no Brasil Imperial são herdados, em grande parte, da época colonial (CAMPELLO, 2013).

O estudo da criação e separação das instituições que dividiam a normatização e regulamentação da fiscalidade no Império do Brasil, de forma geral, e especificamente na Província de Pernambuco, traz consigo inúmeros questionamentos sobre a gênese dos Estados modernos, das escolhas dos pontos de inflexão temporais — elemento auxiliar na construção arbitrária de um espaço dentro do tempo pesquisado, indicando as suas extremidades, por isso a escolha do período da independência até a consolidação das mudanças impetradas pelo Ato Adicional é natural para o desenvolvimento do estudo das questões administrativas e fiscais.

Durante os atribulados nove anos do reinado de D. Pedro I, os órgãos vinculados às Juntas da Fazenda funcionam com o intuito de concentrar os recursos nas mãos da Capital.

As províncias eram unidades arrecadoras e pagadoras, esperando-se que enviassem ao Erário Régio as sobras de suas administrações. No contexto da formação da nova nação o conceito “sobras” virá a assumir conteúdo fortemente fragmentador e ultrafederalista servindo a uma concepção que privilegiava a esfera da província ante à do governo central (COSTA, 2003, p. 182).

A relação entre centralistas e provincialistas, como fator determinante na construção da unidade territorial do Brasil Imperial não

mais abraça os múltiplos níveis de complexidade das conexões e interligações dos sistemas de comunicação entre estes espaços.

O debate em torno da distribuição dos encargos fiscais associou-se classicamente à discussão da igualdade política e da equidade, e conseqüentemente, à crítica do Estado absolutista e à construção das democracias representativas. Os organismos representativos e sua função de controle sobre os orçamentos e as finanças públicas são filhos desse processo que nem sempre foi pacífico, mas que, longe de reduzir a eficiência do Estado, aumentou sua capilaridade e poder (COSTA, 2003, p. 144-145).

Portanto, é na observação das relações políticas na busca do controle fiscal entre a província e a corte, é no olhar sobre a documentação de comunicação oficial entre os órgãos executivo e legislativo que se busca a identificação das tramas e negociações públicas e particulares, as atuações dos agentes locais e a sua capacidade de flexibilização do sistema impostas pelas especificidades dessas relações entre os níveis de poder (SOUZA, 2009).

LEIS, E DECRETOS: ADMINISTRAÇÃO E FISCO, DA INDEPENDÊNCIA AO ATO ADICIONAL

As semelhanças das cartas magnas portuguesas e espanhola com a brasileira aponta para uma clara inspiração dos movimentos ibéricos na condução dos nossos primeiros textos legais, a Revolução Liberal do Portal e a Constituição portuguesa de 1822 marcaram profundamente o cotidiano administrativo institucional do Brasil, assim como a Constituição de espanhola de 1812, que foi até cogitada como carta de referência para o Brasil, entre a ausência do rei D. João VI até o juramento da carta constitucional portuguesa, como consta nas coleções das leis do Império do Brasil de 1821.

Este episódio de poucas horas de vigência da Carta de Cádiz foi suficiente para precipitar o retorno de D. João VI a Portugal e a nomeação, por decreto, de D. Pedro de Alcântara para ficar à frente do governo geral e da inteira administração de todo reino do Brasil constituindo-o regente e lugar tenente do rei, enquanto não houvesse uma constituição para a nação portuguesa.

Este decreto de 22 de abril de 1821, que antecede em apenas três dias a partida de D. João VI rumo a Portugal, é seguido de instruções encarregando ao príncipe real a administração em regime provisório do reino do Brasil, assim como concede todos os poderes ao regente para a administração da justiça, fazenda e governo econômico, como também nomear o preenchimento de cargos vagos, incluindo os eclesiásticos, com exceção dos bispados.

Apesar das tentativas de influenciar a administração do reino em território brasileiro por parte da família real portuguesa, as cortes portuguesas antes do final daquele ano de 1821, e sob o decreto de 1º de outubro, determinou, em caráter provisório a forma de administração política e militar das províncias do Brasil.

Neste documento destaca-se a autoridade e jurisdição das juntas provisórias de governo provinciais no que concerne à parte civil, econômica, administrativa e da polícia, porém inteiramente subordinada às leis gerais, ou seja, sem autoridade política para qualquer assunto exposto, apontando a dependência a Lisboa. Desta forma, nos artigos 6º, 7º e 8º as autonomias e subordinações são claramente impostas pelas leis gerais e de “nenhum modo poderão ser revogadas, alteradas, suspensas, ou dispensadas pelas juntas do Governo”.

Da mesma forma, o artigo 9º subordina a administração das fazendas existentes na província às normas gerais, e ao governo do reino e às cortes, e em outros artigos posteriores separam a administração do governo e do comando das armas centralizando as nomeações e regimes às autoridades gerais.

Durante a Fala do Trono para a Assembleia Constituinte em 1823, D. Pedro I exorta os representantes das províncias fazerem conhecer umas às outras seus interesses e construir uma liberal constituição que as reja e que seja digna dele e do Brasil (SENADO FEDERAL, 2019), o que em sessões seguintes gerou debates e dúvidas dos constituintes sobre a adesão real a constituição que estava sendo elaborada.

Agindo conforme convocação do imperador e conforme as necessidades primeiras, o conjunto de leis de Portugal não foi excluído de imediato com a independência, como claramente exposto no projeto de lei que teve sua primeira leitura na sessão do dia cinco de maio de 1823 e apresentado pelo deputado Antonio Luiz Pereira da Cunha, futuro Marquês de Inhambupe, desde que obtiveram o imperial cumpra-se, mas com a nova estrutura situação e estruturação política do Brasil, com forte centro na corte no Rio de Janeiro, fica evidente a necessidade de reorganização das instituições e de seus regulamentos (SENADO IMPERIAL, 1823).

Enquanto não pode concluir-se a importante obra da nossa constituição política; enquanto a assembleia legislativa, não pode aperfeiçoar um código, nem ainda avulsamente promulgar todas as leis, que são indispensáveis para o bem regulado regime da pública administração nos seus diversos ramos; declara em seu inteiro vigor todas as leis atualmente existentes, ou sejam as do Sr. D. João VI, e seus augustos antecessores, ou sejam as das cortes de Portugal, que mereceram a sanção de Sua Majestade Imperial; assim como todos os decretos e ordens, que expediu o mesmo senhor, como príncipe regente e como imperador até a data da instalação das cortes; e recomenda mui instantemente aos povos do Brasil a sua observância, enquanto o contrário não for expressa, e legalmente determinado (SENADO IMPERIAL, 1823, p. 47b).

Em segundo momento começam os debates para a substituição das mais urgentes, e entre elas as que tratam dos governos provinciais elaborados pelas cortes portuguesas em 1821 e confiava os go-

vernos provinciais a um presidente e conselho, porém ainda em caráter provisório conforme seu artigo 2º.

Para esta lei de 20 de outubro de 1823 o Governo das Províncias seria formado por um presidente executor e administrador da província e nomeado pelo presidente, conjuntamente com o secretário, que também assumiria o cargo de conselheiro, dando às unidades provinciais um caráter meramente administrativo.

Além da presidência de província, esta lei cria um conselho de estado, mas estes não denotam a formação de um legislativo provincial, sendo apenas agentes do executivo e não representam nenhum corpo eleitoral das províncias, assim como o presidente, já que seu cargo é preenchido por nomeação direta do Imperador, o que demonstra um claro recuo diante as ideias liberais das cortes portuguesas.

No que tange a fiscalidade, esta lei atribui ao presidente o exame das contas de despesas do conselho; dar parte dos abusos que notar na arrecadação das rendas; determinar as despesas extraordinárias, mas com a prerrogativa de apenas serem colocadas em prática com a anuência do Imperador (arts. 5º, 6º, 11, 16), ainda a respeito do fisco, o artigo 35 versa que a administração e arrecadação da Fazenda Pública das Províncias continuará fazer-se pelas juntas das fazendas e presidida pelo Presidente da Província, conforme leis e regimentos existentes.

A centralização fiscal caracterizada pela Constituição do Império do Brasil e pelas leis regulamentadoras, criaram um formato burocrático de arrecadação, de construção e distribuição de dotações orçamentária, onde as províncias não tinham autonomia, apesar de serem elas mais equipadas para o desempenho das funções fiscais.

Apenas com a abdicação de D. Pedro I em abril de 1831 que se abriu espaço para o revisionismo dos pactos que foram estabelecidos na construção do Estado brasileiro, pois com seu afastamento e ascensão das regências é que se deu o início dos debates provincialistas de maneira mais profunda.

Com este novo cenário, em 04 de outubro de 1831 foi decretada uma lei que deu organização ao Tesouro Público Nacional e às Tesourarias Provinciais, dando atribuições aos seus respectivos cargos e divisões na administração, nas realizações das despesas e da arrecadação geral e local. O reflexo prático desta lei apenas foi efetivamente sentido com a elaboração da lei orçamentária de 24 de outubro de 1832, onde expos a nova estrutura da administração fiscal, repartindo as responsabilidades da elaboração orçamentária entre as assembleias geral e provinciais.

As reorganizações legais que a Regência estava a promover deveria ter um respaldo mais sólido, e para tal seria necessária uma emenda à Constituição Imperial. Para a realização deste feito era necessário o cumprimento dos tramites postos na Carta de 1824, que em seus artigos 174 a 177 deixava a reforma ser realizada pela legislatura seguinte àquela que a achasse necessária, para que os deputados tivessem ciência e já fossem eleitos com esta incumbência.

Então, em 1832 a lei de 12 de outubro coloca em artigo único que “os Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura lhes conferirão nas procurações especial faculdade para reformarem os artigos da Constituição, que se seguem:” (BRASIL, 1832). São ao todo 27 artigos da Constituição Imperial indicados para a reforma. Entre os principais pontos destacam-se as reformas nos conselhos gerais nas províncias a serem convertidos em assembleias legislativas e os artigos referentes a Fazenda Nacional.

Desta forma, aos 12 de agosto de 1834 a Regência, em nome do Imperador D. Pedro II, fez saber todos os súditos, que a Câmara dos Deputados, competentemente autorizada para reformar a Constituição do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832 decretou as seguintes mudanças e adições à mesma Constituição (BRASIL, 1834).

Em linhas gerais a única emenda que sofreu a Constituição Imperial transformou a regência trina em regência uma, deu as com-

petências (art. 9º) constitucionais anteriores dos conselhos gerais de Estado para as Assembleias Legislativas, o que proporcionou uma maior autonomia às províncias, tanto do ponto de vista político-administrativo, como pelo lado da fiscalidade.

Ainda sobre as competências das assembleias legislativas provinciais, o Ato Adicional em seu artigo 10 versa a respeito do que pode legislar, com destaque aos incisos 6º e 7º que especificamente aborda a formulação dos orçamentos vindos do presidente da província, assim como a fixação e fiscalização das receitas e despesa das rendas públicas provinciais e municipais.

Na Província de Pernambuco a assembleia legislativa tem sua primeira legislatura já no ano seguinte a promulgação do Ato Adicional, e em seu primeiro artigo determina que a data de 1º de abril é a do “Aniversário da Primeira Representação da Província de Pernambuco” (PERNAMBUCO, 1836).

Nesta primeira legislatura 11 leis foram publicadas, onde 3 delas aborda a respeito dos procedimentos internos, vencimentos e tempo de funcionamento, 2 outras sobre obras públicas e as restantes sobre emprego de juiz de órfãos; a quem pertence as estradas construídas com o dinheiro provincial; assuntos eclesiásticos; e a criação da Mesa das Diversas Rendas da Província. Ou seja, todos os assuntos tratados neta primeira legislatura foram assuntos pautados como reformistas pelo Ato Adicional e que se mostram de interesse imediato pelos políticos locais.

A primeira lei orçamentária (nº 24) da Província de Pernambuco foi sancionada pelo Presidente de Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque no dia 10 de junho de 1836, e apenas dois dias após a lei Nº 26 criou uma contadoria e uma tesouraria na província e também de as competências aos funcionários que nelas serão empregados.

Para Dolhnikoff (2005), eram nas assembleias provinciais que se teciam as redes de negociações e se forjavam as elites locais como elites

políticas articuladas ao Estado Nacional. Era nas suas representatividades na Câmara dos Deputados que estas elites exerciam suas participações, encontrando os espaços de decisões para conflitos e negociações.

As assembleias provinciais constituíram-se em espaços essenciais para consideração e a acomodação da multiplicidade de interesses vindos dos muitos microespaços que coexistiam no macroespaço provincial. Eram nesses espaços provinciais que as elites eram capazes de inter-relacionar os vários desejos e objetivos dos grupos políticos, econômicos e sociais em apoio à definição e à implementação de programas, como os de defesa da plantation agrícola, baseada no uso intensivo da mão de obra escrava, na grande extensão de terra, na monocultura e em sua produção voltada para exportação (GOUVÊA, 2008).

Especificamente sobre o caso das tesourarias provinciais foi necessário o estabelecimento de novos espaços no momento da separação das atividades da arrecadação e controle das despesas e receitas. Foi imprescindível apaziguar os conflitos de interesses entre as elites no comando do erário.

Da mesma forma que a política orçamentária, a política tributária também tinha suas áreas de congruência entre as elites central e local. A quem pertencia o dinheiro e quem dotava e destinava o orçamento era de alta relevância, podendo levar a inviabilidades nacionais, intra e interprovinciais.

Não era raro que algumas das mais importantes províncias, como Pernambuco e Bahia, por exemplo, tinham a obrigação de enviar recursos para solucionar problemas de caráter financeiro nacional, mesmo antes de realizá-los em suas origens. Negociações desse tipo deixaram clara a importância da delimitação dos espaços de comando e controle da atividade fiscal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo sobre a formação do Estado e das instituições do Império do Brasil prevaleceu um arranjo institucional que conferiu certo nível de autonomia para as províncias, com a criação das assembleias legislativas e de determinações de suas novas funções, e a participação de suas elites nas negociações de interesses e conflitos no interior do governo central, na Câmara dos Deputados. Este arranjo permitiu a construção de um cenário que tornou atraente aos diversos grupos o compromisso com a construção de um Estado com hegemonia sobre o território luso americano.

A construção desse Estado, onde se preservou a dominação central sobre as organizações institucionais provinciais, propiciou mais do que evitar a fragmentação do território nacional, deu condição para a continuidade de uma ordem escravocrata. As negociações que levaram à vitória da unidade nacional significou a derrota de um modelo de sociedade que contemplasse uma maior inclusão social.

Depois de consolidadas as unidades nacional do ponto de vista espacial e de domínio sobre a força de trabalho, as elites locais reordenaram suas representações institucionais levando a uma divisão constitucional entre os níveis de governos e, posteriormente, a autonomia das províncias em assuntos referentes ao funcionamento do Estado, como a elaboração de orçamentos, arrecadação de tributos, fixação de efetivos militares e empregos públicos.

No geral, o que importava não era o grau de descentralização, mas sim a existência de uma divisão de competências negociáveis entre o centro e regiões periféricas, e, respondendo às questões iniciais, qual a parcela dos recursos financeiros que caberia a cada um. No jogo representativo do parlamento, coube às elites provinciais a negociação de suas demandas específicas ao mesmo tempo das negociações referentes ao funcionamento do Estado nacional.

O Estado constituído a partir das relações intrínsecas dos grupos locais necessitava de um aparelho burocrático e administrativo que fosse capaz de impor uma hegemonia sobre todo o território, e a criação de governos autônomos provinciais significava a organização de um aparato administrativo local que poderia e deveria servir como braço do Estado central na província. Uma condição estrutural importante para a elaboração de uma coexistência de níveis administrativos que garantiram uma representação autônoma do poder local sem revogar o poder do governo central, construindo um federalismo e um Estado nacional viável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto de 18 de setembro de 1822**. Câmara dos Deputados [1822]. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bd-camara/18337/collecao_leis_1822_parte2.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. **Lei de 20 de outubro de 1823**. Câmara dos Deputados [1823]. disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/antioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. **Lei de 04 de outubro de 1831**. Câmara dos Deputados [1831]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 16 de 12 de agosto de 1834**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM16.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

CAMPELLO, André E. B. Barreto. **Direito constitucional tributário no Império do Brasil**. SINPROFAZ, 2013. <http://www.sinprofaz.org.br/artigos/direito-constitucional-tributario-no-imperio-do-brasil/>. Acesso em: 10 maio 2016.

CARRARA, Ângelo Alves. **Fiscalidade e finanças do Estado brasileiro, 1808-1889**. V Congresso Latinoamericano de História Econômica FEA/USP (19 — 23 de julho de 2016 (Simpósio Temático).

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial. 4. ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, Wilma Peres. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil**: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 143-194.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. Globo. São Paulo, 2005.

FALCÃO, Maurin A. A Teoria do Fato Social em Durkheim e os elementos de Conexão para uma Análise Sociológica do Tributo. **Revista de informação legislativa**. Brasília. Ano 49. Nº 196. Out./nov., 2012, p. 39-52.

GOUVÊA, M^a de Fátima Silva. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 24 de 10 de junho de 1836**. Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco dos anos de 1835 e 1836 Tomo I. Tipografia M F. de Faria. Recife, 1836.

SCHUMPETER, J.A. La crisis del Estado fiscal. **Revista Española de Control Externo**. Vol. 2, Nº 5, 2000, p. 147-192. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1068736.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

SENADO FEDERAL. **Falás do trono**: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

SENADO IMPERIAL. **Anais do senado**. Anno de 1823. Livro 1. Assembleia constituinte do Império do Brasil. Secretaria Especial de Editoração e Publicações — Subsecretaria de Anais do Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1823/1823%20Livro%201.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

SOARES, Donitília; MARQUES, Rafael. **A sociologia fiscal**: um esboço histórico. p. 115-162. In: SANTOS, A.C.; LOPES, C. M^a da Mota (Coord.). Fiscalidade — outros olhares. Vida Económica. Porto, Portugal, 2013.

SOUZA, Laura de Mello. Política e administração colonial: problemas e perspectivas. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, M^a Fernanda (Org.). **O Governo dos Povos**. Alameda. São Paulo, 2009, p. 63-90.

Espaço urbano e manifestações religiosas populares na cidade de São Luís do Maranhão no final do oitocentos

Thiago Lima dos Santos¹

INTRODUÇÃO

É lugar comum na produção científico-acadêmica maranhense sobre o tema das religiões afro-brasileiras, as interpretações a partir da lógica das interdições, proibições e perseguições. Esse mote é, em parte, justificável pelas fontes utilizadas para construção das narrativas acerca da história das comunidades de terreiro.

Digo justificável em parte, porque uma análise mais cuidadosa das fontes oriundas dos aparatos repressivos vai mostrar cenários complexos de relações sociais e de poder que vão muito além das proibições e interdições e partir das quais podemos afirmar que a pluralidade e a heterogeneidade cultural brasileira foram forçadas.

Em 1989, João José Reis apontava para esse cenário ao afirmar que dentro do sistema escravista havia muito mais negociação do que conflito aberto (REIS, 1989). Muito embora o recorte temporal

¹ Doutor e Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Licenciado em História pela Universidade Federal do Maranhão. Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Maranhão. Contato: thiagolima.santos@yahoo.com.br.

desse trabalho extrapole os limites da escravidão e as análises sobre as religiões afro-brasileiras não possam ser reduzidas ao universo do sistema escravista, há, em certa medida, a permanência desse espectro sobre as comunidades de terreiros e demais agentes religiosos ligados às tradições religiosas afro-maranhenses.

Não se trata, em absoluto, de negar as práticas repressivas registradas nos jornais e nos documentos de polícia, mas sim de tentar perceber, à exemplo do que nos ensina Carlo Ginzburg (1989), que essas fontes, permitem muito mais do que constatar falseamentos da realidade, cujo teor daquilo que era escrito e descrito, estava contaminado pelas visões de mundo hegemônicas naquele momento.

Segundo o historiador italiano, esse tipo de fonte é marcado por algo que Mikhail Bakhtin chamou de dialogia ou polifonia. Ou seja, o texto do documento nunca é apenas a fala de quem escreve, mas, sobretudo, uma reunião de falas que interagem e que influenciam na “redação” final.

A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes *plenivalentes* constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski. Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência uma do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciências *equipolentes* e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade (BAKHTIN, 2010, p. 4-5)².

Embora a análise de Carlo Ginzburg (1989) tivesse sido originada a partir das fontes inquisitórias, é possível ampliarmos a compreensão para além desse cenário. Se a ação de inquirir nunca é unilateral,

2 Notas do Tradutor: PLENIVALENTES: “plenas de valor, que mantêm com as outras vozes do discurso uma relação de absoluta igualdade como participantes do grande diálogo”. EQUIPOLENTES: “são consciências e vozes que participam do diálogo com as outras vozes em pé de absoluta igualdade; não se objetificam, isto é, não perdem o seu SER como vozes e consciências autônomas”.

uma vez que ao seu lado (em termos não físicos) encontra-se certo número de pessoas que pensa com os mesmos conceitos que aquele que, momentaneamente, ocupa o espaço da fala, as matérias de jornais e documentos policiais podem ser observadas da mesma forma.

Os redatores de notícias, notas, crônicas, colunas e matérias em geral não estão sós, os escrivães, delegados e subdelegados tão pouco, pois em sua escrita há um diálogo com os discursos hegemônicas — que permitem com que a comunicação se consolide — e com os discursos que poderiam ser considerados de subalternos — que permitem construir ou reforçar os limites e interdições impostos.

No bojo dessa relação dialógica, os documentos dos aparatos repressivos dos grupos hegemônicos e as fontes jornalísticas — quando abordam eventos comumente chamados de “casos de polícia” — são veículos de visões de mundo conflitantes, cujos atores estão buscando formas de ocupar e defender espaços físicos e simbólicos.

Nesse sentido, acreditamos que a ocupação dos espaços urbanos ocorria por mecanismos complexos, que iam desde a definição dos limites físicos, como ruas e espaços, passando pela definição dos horários da realização das festas e chegando até a uma miríade de adjetivos e adjetivações que estabeleciam padrões de classificação sobre os indivíduos e suas práticas.

É a partir da dessa trama complexa que buscamos compreender o processo de periferização dos terreiros, movimento que é caracterizado como a migração das comunidades afro-maranhense para as periferias ou regiões que margeiam o centro urbano. Da mesma forma, buscamos elementos para discutir e debater esse conceito à partir de outros elementos trazidos pela documentação que permitem refletir melhor sobre a história das comunidades afro-maranhenses no final do século XIX.

AS RELIGIÕES AFRO-MARANHENSES

São Luís, nasceu como uma cidade vigiada e vigilante. Devido à invasão francesa no início do século XVII, a ocupação deste espaço no norte do território colonial obedeceu a uma lógica cujo controle foi, pelo menos inicialmente, bastante efetivo por parte dos administradores coloniais. A tentativa de criar condições para a moradia das pessoas

No entanto, como indica LACROIX (2012), esse controle foi aos poucos sendo flexibilizado. Pensando uma periodização mais dilatada entre os séculos XVII e XIX, destaca-se, a partir da fala dos administradores públicos, que a preocupação com o controle social estava distante da sua efetiva realização. Pela falta de estrutura suficiente para lidar com uma cidade pensada para crescer e garantir a posse da região, São Luís, passou de cidade planejada/idealizada para cidade real com todos os eventos sociais, econômicos e culturais inerentes aos espaços colônias.

Pensando no cenário cultural, o controle sobre as manifestações religiosas da população afrodescendente era tópico recorrente. Saltando alguns séculos em direção à segunda metade do século XIX, os rituais de origem africana e ameríndia passam a assumir um lugar de destaque nos periódicos. Preocupados em denunciar eventos ou relatar ações policiais, os jornais da cidade tornam-se um dos principais repositórios de informações sobre o Tambor de Mina e a Pajelança.

O Tambor de Mina e a Pajelança são manifestações religiosas distintas, mas assumem a posição de denominação das manifestações religiosas afro-brasileiras característica do Maranhão. Grosso modo, o Tambor de Mina é uma religião associada ao culto de entidades espirituais do reino do Daomé. Segundo Sergio Ferretti:

No século XIX, negros e forros começaram a organizar grupos de culto religiosos. No Maranhão receberam o nome de tambor de mina ou casas de mina, equivalentes a candomblé, xangô ou batuques de outras regiões. O ter-

mo mina refere-se ao forte português de S. Jorge da Mina, antigo entreposto de escravos no atual Ghana e também ao nome de grupos étnicos existentes na região, próxima ao antigo Reino do Daomé. Casas de mina antigas desapareceram, dando origem a novos grupos hoje existentes, sendo ainda conhecidas em São Luís três que se dizem fundadas no século XIX. [...]

Entre as casas antigas, duas foram fundadas provavelmente na primeira metade do século XIX: a Casa das Minas e a Casa de Nagô. Esta, de tradição iorubana, deu origem a vários grupos atuais. A Casa das Minas Jeje, de origem fon, do antigo Reino do Daomé, não possui grupos que lhe sejam filiados. Em torno destas casas, implantou-se no Maranhão e na Amazônia um culto religioso afro-brasileiro, com modelo de organização que se diferencia do de outras regiões, especialmente do candomblé baiano, mais conhecido no país. As diferenças se evidenciam em diversos aspectos dos rituais, dos cânticos, da indumentária da mitologia e da forma de organização (FERRETTI, S., 2004, p. 198).

A Pajelança, por sua vez, pode ser considerada como um complexo de práticas, saberes e fazeres intimamente ligada à estrutura social maranhense e que não pode ser definida a partir de uma estrutura de culto muito rígida.

A “pajelança” refere-se a um conjunto de práticas e rituais e de representações da natureza e do corpo, típica das populações amazônicas, aplicada principalmente pelos pajés na cura das doenças e aflições. Habitualmente considera-se, em Antropologia, que um tal “conjunto” (de ritos e mitos) enraíza-se na cultura de cada povo. Existem, assim, tantas pajelanças quanto povos diferentes existem no Norte do Brasil, tanto nas sociedades indígenas quanto no mundo “caboclo” ou camponês. [...] Assim, uma característica geral da pajelança está nessa flexibilidade cultural, permitindo uma importante heterogeneidade de conjuntos rituais e míticos, e uma larga distribuição em todo o espaço social (LAVELEYE, 2008, p. 113).

Independentemente de suas distinções, Tambor de Mina e Pajelança eram objetos da repressão policial, que ao longo do tempo se fez presen-

te na vida de inúmeros sujeitos, hora mais flexível hora mais acintosa. No entanto, o objeto deste trabalho não é abordar as questões relativas às religiões, mas tratar de um dos elementos relativos à repressão que nos permite avançar em pontos específicos sobre a história dos terreiros.

TERREIROS E A CIDADE

Segundo Mundicarmo Ferretti,

A perseguição policial obrigou os curadores de São Luís a estabelecerem-se em sítios afastados e realizarem ali seus rituais. E, segundo os pesquisadores Maria do Rosário e Manuel dos Santos Neto (1989, p. 119), como a Mina era menos perseguida, os 'pajés' começaram a "mascarar-se" de 'mineiros' e a abrir terreiros com linha de Mina e Cura. É provável que o surgimento desses terreiros tenha sido também encorajado pela abertura de novas casas de Tambor de Mina por pessoas ligadas à Casa de Nagô, tanto na cidade como nos subúrbios e em que sítios da zona rural (onde também eram realizados rituais de Cura), o que, segundo Costa Eduardo (1948), começou a ocorrer por volta de 1910 (FERRETTI, M., 2000, p. 68).

Como afirmado anteriormente, havia diferenças entre os rituais do Tambor de Mina e de Pajelança que podem ter surtido efeito diretamente na forma como as forças policiais da cidade e as instituições administrativas compreendiam as comunidades que se formavam em torno de cada um dos cultos. O que se percebe é que a perseguição era uma rotina frequente, que teria, inclusive, levado terreiros a migrarem para áreas mais distantes a fim de resistir à repressão.

No entanto, uma análise dos periódicos do período final do século XIX e início do século XX vai mostrar que as ocorrências envolvendo perseguição a mineiros e pajés indicam que se houve um processo de afastamento dos terreiros do centro para a periferia não se deu especificamente nesse momento ou não se deu somente por conta da repressão. Os que os registros jornalísticos vão mostrar é

que havia uma preocupação latente com a permanência desses sujeitos nas áreas centrais das cidades, mas não indicar para o afastamento dos mesmos para áreas mais distantes, pois o número de registros não diminuiu com o passar do tempo.

Não podemos confundir a intenção dos administradores públicos em eliminar a presença dos terreiros do centro da cidade com a migração dos terreiros para as ditas periferias, pois aparentemente este último processo não é foi condicionado apenas pelo primeiro. O que resta, para além da dúvida é, de fato, que havia uma intenção muito objetiva em definir quais tipos de sujeitos e práticas deveriam ocupar determinados espaços da cidade.

É sobre essa ótica que podemos observar as reformas urbanas vividas pela maioria dos centros urbanos no início do século XX. Mais tácitas em algumas cidades do que em outras, as reformas irão ocorrer ou pelo menos irão ganhar algum tipo de nuance nas políticas públicas a partir de 1900. No caso de São Luís, retrata essas divisões simbólicas dos espaços tendo como base quem teria a possibilidade de ocupá-lo. O projeto reformista dos espaços é também um processo civilizador, na medida em que busca criar ou reforçar relações sociais tendo como base

[...] novos critérios de alteridade racial, religiosa, étnica, geográfica e sexual. Marcadores sociais de diferença dos mais vigorosos porque condicionados por realidades e hierarquias sociais, mas moldados por critérios considerados racionais e objetivos — porque biológicos —, faziam agora grande sucesso. Um novo racismo científico, que acionava uma pletera de sinais físicos para definir a inferioridade e a falta de civilização, assim como estabelecer uma ligação obrigatória entre aspectos “externos” e “internos” dos homens. Narizes, bocas, orelhas, cor de pele, tatuagens, expressões faciais e uma série de “indícios” foram rapidamente transformados em “estigmas” definidores da criminalidade e da loucura. O resultado foi a condenação generalizada de largos setores da sociedade, como negros mestiços e também imigrantes, sob o guarda-chuva seguro da biologia (SCHWARCZ, 2012, p. 21).

Em São Luís, a preocupação com a reformulação do espaço diz respeito a uma série de questões, como a saúde pública e os princípios da higiene, que figuram entre os principais argumentos utilizados para justificar a perseguição aos terreiros, vistos como espaços em que os sujeitos não se adequavam aos padrões civilizados.

Fruto e fonte da anti-civilidade, os terreiros eram espaços a serem curados. Daí o fato da metáfora médica fazer tanto sentido nas reformas urbanas e na tentativa de controle dos costumes. De acordo com os princípios do saber biocientífico da época, as “pestes”, enquanto situações de doença generalizada da população brasileira, não estavam ligadas unicamente às condições de vida dos indivíduos, mas aos próprios indivíduos, que precisavam ser curados, corrigidos e reconfigurados, assim como o espaço urbano.

Sidney Chalhoub (1996, p. 29) ressalta que nesse período é fortalecida a “metáfora da doença contagiosa”, ligado às classes pobres. O risco de contágio não dizia respeito unicamente às doenças (pestes), mas, sobretudo, às formas de vida consideradas inadequadas aos ideais de civilização, como o toque de tambores e caixas, as formas de falar, os odores, as cores, as expressões corporais entre tantos outros elementos elencados nas combativas matérias de jornais.

Acredito, assim como demonstra CHALHOUB (1996), SCHWARCZ (2012), DEL PRIORE (2017), e PALHANO (1988), que a questão da organização das cidades no entre séculos não era unicamente de ordem física e material. A alargar ruas e modernizar instalações públicas era parte de um processo que objetivava fundamentalmente o aspecto humano.

Algo semelhante se observa no controle as práticas lúdicas, como as reuniões e batuques. Império e República foram incapazes de executar a legislação construída por eles próprios por falta de recursos. Desde o início do século XIX os batuques eram proibidos, com o século XX no-

vas interdições viriam e mais uma vez o que se observa é a incapacidade dos governantes em executar o controle previsto nos códigos de lei.

Os códigos de posturas e demais regulamentações demonstram que o espaço construído sob a égide da modernização deveria ter regras de ocupação e creio que a questão de cidadania levantada por José Murilo de Carvalho (1990) também é atravessada por esse elemento, na medida em que as regras de ocupação baseavam-se no princípio da exclusão, que também era um dos princípios organizacionais do Estado brasileiro republicano.

Essa ideologia da modernidade e higienização consubstanciava uma miríade de elementos relativos aos indivíduos, mas permanecer na literalidade do que os cientistas diziam não permite avançar naquilo que as práticas significavam.

A intenção reformadora dos costumes e da cidade articulada, com o projeto de civilização e urbanização na passagem do século XIX para o XX, trabalha diretamente com esses códigos na medida em que busca impor apenas uma linguagem ou uma gnose hegemônica.

Centro e periferia, cidade (urbe) e subúrbio (suburbium) são antes de tudo espaços dinâmicos, que variam de acordo com as representações sociais. São temporais, contingenciais e que não obedecem rigidamente a um desenho urbanístico moldado pelas ruas ou endereços, podendo fazer referências às experiências e relações sociais que neles se desenvolvem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São Luís no fim do século XIX era, assim como o mundo colonial apresentado por Frantz Fanon (1968), um ambiente dividido em dois. Não em duas metades, mas no sentido binário em que um polo exclui o outro. O projeto civilizacional previa a exclu-

são e não a conciliação e o suburbano deveria sofrer um processo de subalternização a fim de não interferir no mundo do centro. Civilizar o bárbaro, nesse contexto era expurgá-lo para longe ao mesmo tempo em que impunha limites a sua existência dentro do mundo que não lhe pertencia.

Segundo esse raciocínio, periferia ou subúrbio podem ser vistos não apenas como espaços que se localizam distantes de um ponto central das cidades, mas um espaço que pode ser assim caracterizado pelas sociabilidades dos sujeitos que nele habitam. As distancias nesse caso são simbólicas.

Refletindo sobre as reformas urbanas do Rio de Janeiro percebe-se um processo de expurgo da população pobre, a partir da demolição dos cortiços e de acordo com as novas regras de ocupação do espaço público. Sendo o caso mais conhecido na historiografia, uma vez que a cidade era a capital da nascente república e consequentemente o seu centro nervoso, há a tendência em generalizar os processos ocorridos na capital carioca, para as outras cidades.

Os espaços da cidade, como centro e periferia, não devem ser naturalizados, ou tomados como realidades fixas. São, antes de tudo, resultados de representações sociais aplicadas as relações sociais que nele ocorrem. Eram tempos de reformulação os ideais de cidade e de sociedade tendo em vista a reconfiguração dos espaços a parti de novos referenciais histórico, econômicos, políticos e culturais.

Se os terreiros mudaram do centro da cidade para as periferias — o que não podemos afirmar, visto que muitos registros indicam a permanência de terreiros nas regiões centrais —, esse processo pode ter sido resultante da própria ampliação da cidade ou de acordo com dinâmicas particulares das comunidades de terreiros, como a abertura de novas casas, busca por áreas de mata, ou acompanhando a formação das ocupações urbanas.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. — São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira, volume 3**. — Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
- EDUARDO, Octávio da Costa. **The Negro in Northern Brazil: a study in acculturation**. New York: J. Augustin Publisher, 1948.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERRETTI, Mundicarmo. **Desceu na Guma: o caboclo no Tambor de Mina em um terreiro de São Luís — a Casa Fanti-Ashanti**. — São Luís: EDUFMA, 2000.
- FERRETTI, Sergio Figueiredo. **Pajelança do Maranhão no século XIX: o processo de Amélia Rosa**. — São Luís: CMF; FAPEMA, 2004.
- GINZBRUG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão: corpo e alma**. — São Luís — ALUMAR, 2012.
- LAVELEYE, Didier de. **Distribuição e heterogeneidade no complexo cultural da “pajelança”**. In *Pajelança e Religiões Africanas na Amazônia*. — Belém: EDUFPA, 2008.
- PALHANO, Raimundo Nonato Silva. **A produção da coisa pública; serviços e cidadania na primeira república ludovicense**. — São Luís: IPES, 1988.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: Resistência Negra no Brasil Escravista**. São Paulo, Companhia das Letras 1989.
- SALIBA, Elias Thomé. Cultura. In SCHWARCZ, Lília Moritz. **A abertura para o mundo: 1889-1930**. — Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SANTOS, Maria do Rosário C., SANTOS NETO, Manoel dos. **Boboromima: Terreiros de São Luís, uma interpretação sociocultural**. São Luís, SECMA/SIOGE, 1989.

Câmara da vila de índios de Monte-mor Novo

Atuação política indígena no início dos oitocentos

João Paulo Peixoto Costa¹

INTRODUÇÃO

A vila de índios de Monte-mor o Novo da América foi fundada em 1764 no maciço de Baturité. Antiga aldeia da Palma, era formada por indígenas das nações jenipapo e canindé e, por conta da elevação à categoria de vila em decorrência do Diretório, recebeu também a etnia quixelô, vinda da aldeia de Telha, para dar conta do mínimo de habitantes exigido (ALEMÃO, 1961 [1964], p. 338-339; STUDART FILHO, 1965, p. 137 e 140; CATÃO, 1937, p. 63; CASTRO, 1999, p. 35-40). Foi uma das cinco vilas de índios criada pela citada legislação no Ceará, além de três povoações. Marca da ação indigenista do ministério do marquês de Pombal, sob o reinado de dom José I, visava a integração da população indígena à sociedade colonial portuguesa por meio da mudança dos costumes, pelo trabalho — geralmente de aluguel a proprietários — e pela condição de igualdade aos demais súditos da monarquia lusitana. Entretanto, apesar desse último aspecto, havia uma contradição: os índios eram

1 Professor do Instituto Federal do Piauí, campus de Uruçui, e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Piauí em Parnaíba. Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas, mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Contato: joao.peixoto@ifpi.edu.br.

considerados incapazes, e, por isso, deveriam ser tutelados por um diretor leigo, substitutos dos antigos religiosos (SILVA, 2005).

Um dos epicentros dessa condição indígena dúbia na legislação portuguesa talvez tenham sido as câmaras municipais dessas novas vilas. Por um lado, aos índios se reservava cargos nos senados, como na condição de vereadores e juizes; por outro, deveriam dividi-los com extranaturais, como eram chamados todos os que não fossem índios. O Diretório estimulava a convivência com extranaturais nas câmaras e na própria vila para que os indígenas fossem melhor civilizados, mas destacava que suas prerrogativas, como terras e os cargos nos senados, deveriam ser rigorosamente respeitadas. No entanto, com a coexistência, eram inevitáveis os conflitos por poder e os assédios ao patrimônio fundiário indígena. As câmaras municipais, em si, eram motivo de indignação de muitos, ou, no mínimo, de denúncia sobre suas inviabilidades, já que os índios não teriam capacidade para assumir tais cargos (MARCIS, 2004, p. 70; SILVA, 2005, p. 112-115; COSTA, 2019, p. 42-43).

Ocupar a posição de vereador em uma vila na América portuguesa do Antigo Regime dava ao indivíduo a condição de nobre da terra e cidadão, bem como o poder de gerência de questões fundiárias, econômicas e comerciais do município (BICALHO, 1998, p. 3-6). Ou seja, uma invejável posição social, política e econômica nessa sociedade tão fortemente hierarquizada, que evidencia a razão da cobiça por esses cargos e a oposição ao exercício indígena do governo. Mas o motivo principal de tanto incômodo era a própria atuação política indígena nas câmaras municipais. Seja na condição de membros do senado ou como súditos se utilizando das câmaras como ambiente de reivindicação, os índios operacionalizavam seu poder administrativo ou suas prerrogativas legais e nobiliárquicas para defender suas terras e lutar por condições dignas de trabalho, tanto a serviço de outros quanto em suas roças (MARCIS, 2004, p. 56-84; REGO, 2013; COSTA, 2019).

Tensões que passavam pela câmara de Monte-mor Novo eclodiram a partir da década de 1810, em uma conjuntura de transformações comum a outras pelo país. Na crise do Antigo Regime português, os senados das vilas, até então ocupados majoritariamente pela nobreza da terra — proprietários descendentes de antigos conquistadores e povoadores —, passou a contar com a presença de ricos comerciantes vindos de outros lugares (BICALHO, 1998, p. 7-9; GOUVEIA, 2002, p. 129-131). Nas vilas de índios não foi diferente, e talvez com especial destaque para Monte-mor Novo, que já no início dos oitocentos passou a ser a única que contava com uma majoritária população de extranaturais.

Desde muito antes, a diminuta povoação — que precisou da população de outra aldeia para ascender a vila — sofria dificuldades financeiras, assim como as outras vilas de índios da capitania do Ceará. No ano de 1786, em visita a Messejana, Soure, Arronches e Monte-mor Novo, o ouvidor Manuel de Magalhães Pinto e Avelar descreveu suas câmaras municipais como “tão pobres que nem ao menos possuíam em cofre” dinheiro suficiente para pagar seus oficiais, e “se arruinavam as [...] casas de câmara sem haver pecúlio de que se pudessem reparar”. Em 1790, Monte-mor Novo chegou ao ponto de arrematar a sua pelas condições precárias da edificação. Sofrendo nos últimos anos dos setecentos com a queda da arrecadação, que provinha principalmente dos foros patrimoniais (CATÃO, 1937, p. 95-96), a vila recebeu migrantes fugidos da seca em busca do refrigério da serra e de terras. De acordo com Liberal de Castro, a chegada dos extranaturais incentivou a dispersão da população indígena da vila, também motivada pelas violências sofridas dos diretores (CASTRO, 1999, p. 62-63).

Monte-mor Novo passou a ser a única vila de índios em que a população indígena era minoria nos oitocentos. Segundo João Antônio Rodrigues de Carvalho, escrevendo em 1816, era “quase toda habitada por extranaturais. Não tem casa de câmara, nem cadeia, nem o conselho patrimonial. [...] A vila tem oitenta e quatro casas, muitas arruina-

das, muitas cobertas de palha, e todas insignificantes” (CARVALHO, 1929, p. 28). Aires de Casal se referiu a ela como “vila medíocre” com “ricas plantações de mandioca, e canas de açúcar”, mas sequer mencionou que era de índios (CASAL, 1817, p. 235). De acordo com Freire Alemão, a partir de relatos que colheu em sua passagem pela região em meados do século XIX, a agricultura do café cresceu nos oitocentos, e as terras que antes eram dos índios foram, gradativamente, passadas para os extranaturais (ALEMÃO, 1961 [1964], p. 343-344).

Contudo, essa transferência só foi concluída após anos de embates travados na administração do município, onde os indígenas, ainda que em minoria, batalhavam pela manutenção de suas prerrogativas. Não foi à toa que a luta das elites não-índias do Ceará foi pela supressão dessa condição jurídica dos indígenas e de suas vilas, possibilitada após a independência brasileira e com a consolidação dos preceitos liberais e constitucionais do país, suplantando o antigo sistema corporativo do império português (COSTA, 2018, p. 96-103). Excluídos das antigas prerrogativas políticas e sob novos enquadramentos legais e sociais, os índios de Monte-mor Novo perderam gradualmente, a partir da década de 1820, seu poder de atuação por meio da câmara municipal, tradição que remetia a meados da centúria anterior.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E CONFLITOS FUNDIÁRIOS

Há bem poucos registros preservados da câmara de Monte-mor Novo do século XVIII. Apesar dos termos de sua fundação em 1764 formarem “um dos mais valiosos conjuntos documentais relativos ao método lusitano de projetar vilas no território brasileiro durante o século XVIII” (JUCÁ NETO, 2011, p. 2. Também analisados em: CASTRO, 1999; SILVA, 2005, p. 106-121; ARRAES, 2012, p. 412-418), depois disso, o pouco que se conhece é o que foi transcrito por Pedro

Catão em 1930 na Revista do Instituto do Ceará. Acerca da atuação política indígena, o autor anotou que em 1765 o capitão-mor Miguel da Silva Cardoso reclamou do “hábito de se darem vários meninos para os serviços de moradores sem a faculdade do peticionário e com prejuízo das escolas”, despachada em Fortaleza em 13 de dezembro de 1765 pelo governador da capitania Borges da Fonseca, “que mandou aplicar dispositivos do Diretório” (CATÃO, 1937, p. 89).

Segundo Carlos Studart Filho, Miguel da Silva Cardoso era índio “chefe dos jenipapos”, nomeado capitão-mor em 30 de julho de 1764 (STUDART FILHO, 1965, p. 141). Diante de uma câmara ainda bastante indígena, sua posição certamente influenciou o acato da reclamação sobre um tema muito presente nos requerimentos dessa população entre os séculos XVIII e XIX. O caso toca em várias questões ao mesmo tempo: primeiramente, é fácil imaginar o sofrimento das famílias que viam seus filhos sendo utilizados como mão de obra em propriedades muitas vezes distantes, longe de sua proteção e provavelmente sofrendo diversas violências. Em segundo lugar, a justificativa do prejuízo das escolas talvez fosse apenas um pretexto para endossar seus pedidos, mas poderia ser bem mais do que isso. Com as crianças longe dos estudos, não se desenvolveriam futuros membros letrados da comunidade a lutar por ela no exercício de cargos de câmara. Por fim, a referência ao Diretório evidenciava que, apesar da exigência de se dar índios ao trabalho de aluguel, também era obrigatório que se respeitasse a educação dos meninos e as autoridades locais,² que, no caso citado, sequer sabia da distribuição.

O registro também não esclarece se os moradores que recebiam as crianças eram do termo da vila ou de fora. Fato é que não há referências a conflitos entre índios e proprietários até o século XIX, o que combina com o que foi dito por Freire Alemão e Liberal de Castro acerca da chegada cada vez mais intensa de extranaturais em Monte-

2 Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, enquanto sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758, \$7-\$9, p. 4-5.

-mor Novo. Em 1809, o antigo escrivão Francisco Pereira Torres respondeu a um ofício da câmara sobre questões tratadas na fundação da vila e que já não estavam mais nos registros. Entre elas, que nenhuma “pessoa poderia trazer animal solto, e sim preso em cordas ou cercados para não ofenderem as lavras dos índios e outras, e por serem as terras deste continente destinadas a plantação, destinando-se o sítio Mucunã para logradouro dos gados” (CATÃO, 1938, p. 186-187). O interesse da câmara nessa questão sinaliza para uma presença que já vinha se tornando crescente e incômoda para os antigos moradores indígenas.

Segundo os relatos colhidos por Freire Alemão, até 1810 “havia então pouca gente branca na vila” (ALEMÃO, 1961 [1964], p. 339), e de acordo com Luís Barba Alardo de Menezes, que foi governador da capitania do Ceará até 1811, a pequena população de Monte-mor Novo era quase toda composta de índios (MENEZES, 1997, p. 45). Após esse período, o tema da posse de terras já passa a ser evidente nos registros da câmara nos anos seguintes. A vereação de 16 de março de 1816 registrou um

requerimento do comandante dos índios pedindo para que se lhe mandassem dar e aos seus dirigidos posse da lagoa da Forquilha, Mari e Jucá. Acordarão em que no dia 20 se achassem para cumprir a convenção tratada pelo seu diretor com o suplicado Alexandre Correia de Araújo (CATÃO, 1938, p. 1991).

Esta é a primeira referência que encontrei a um conflito fundiário na vila envolvendo indígenas e extranaturais. A rigor, não deveria haver confusão neste sentido, já que as terras foram rigorosamente demarcadas na fundação de Monte-mor Novo com espaços para habitação e plantações de índios e não-índios (JUCÁ NETO, 2011, p. 10-11; ARRAES, 2012, p. 415). Se a questão surgiu nesse momento, é de se supor que os extranaturais passaram a invadir as terras indígena outrora delimitadas e a ocupar cada vez mais posições de poder econômico e político.

Este entendimento se reforça quando constatamos que a referência não foi isolada, e o acordo feito entre os índios e Araújo não se sustentou por muitos anos. Na reunião da câmara de 7 de dezembro de 1821

apareceu o comandante dos índios desta vila Manoel Soares do Nascimento com um requerimento despachado pelos senhores do governo provisório [da província do Ceará] [rasgado] na câmara informar sobre uma questão que traz os mesmos índios com Alexandre Correia de Araújo sobre a lagoa Forquilha, o que acordaram em ser diferida dita informação para a futura vereação a fim de poderem vir a conhecimento verdadeiro da sobredita matéria.³

Pouco tempo depois, no dia 7 de janeiro de 1822, a junta governativa do Ceará informou ao diretor dos índios de Monte-mor Novo, Manuel Moreira Barros, que recebera o comandante Nascimento, dizendo que havia se ausentado “com receio que o prendessem”. Diante disso, o governo lhe ordenara que “voltasse ao seu distrito, e que fosse viver em paz”, e ao diretor, que o vigiasse “sobre seu viver, para ser castigado competentemente no caso de transgredir as ordens desta Junta e faltar ao que prometeu”. Nascimento era o grande protagonista da luta indígena diante do governo da província e da câmara municipal de sua vila. O medo do comandante, manifesto apenas um mês após sua presença no senado de Monte-mor Novo, com novas reclamações contra Araújo e levadas aos membros do governo do Ceará, pode ser um indício de que a sua situação e a dos índios de sua povoação passou a ser não só bastante desvantajosa, mas também perigosa (COSTA, 2018, p. 146). Foi justamente pelo temor em relação à própria vida que Nascimento se dirigiu novamente Fortaleza para buscar o amparo das lideranças da província, uma vez que, possivelmente, o da câmara de sua vila não era mais suficiente.

3 Termo de vereação da câmara de Monte-mor Novo, 7 de dezembro de 1821. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), fundo Câmaras Municipais (CM), série Monte-mor Novo (MN), livro 54, p. 22-22V.

No dia 23 de janeiro uma solução foi tomada. A câmara notificou Araújo, o capitão-mor Nascimento e o diretor Barros, para que assinassem um termo de acomodação (CATÃO, 1938, p. 192). Na “[casa] que interinamente ser[via] de câmara e paços do conselho”, os envolvidos,

perante a câmara, disseram de suas livres vontades, sem constrangimento de [?] alguma, fariam acomodação, e não queriam mais em tempo algum questionarem sobre dita terra e lagoa, a qual composição é repartindo a terra que se achar da dita lagoa Forquilha até um riacho primeiro que se acha bojando para a lagoa Jucá, que fica para a parte do sul, ficando repartida dita terra meio a meio entre a lagoa e o dito riacho o que assim havendo-se por acomodados e disseram perante a mesma que em tempo mais nenhum fugiriam do trato feito, e logo à mesma câmara mandaram por mim escrivão fazer este termo de acomodação no qual se assinaram com o diretor e os acomodados, assinado pelos índios seu acomodante [sic]⁴.

Além da celeuma com Araújo ter voltado à tona, provavelmente por ter invadido terras que haviam sido acordadas como de posse dos índios, chama atenção o fato do capitão-mor Nascimento ter tido que recorrer ao governo da então província do Ceará para que alguma providência fosse tomada. Ainda que a sede do município também tivesse competência judiciária até 1828, ela não foi satisfatória na tentativa de solucionar o problema, tendo sido importante ao indígena o resguardo da autoridade do governo provincial.

A câmara, que protelou a resolução do problema, talvez já fosse composta nesse tempo por uma maioria de representantes dos extranaturais. Quanto mais não-índios houvesse nesse ambiente, mais teria força as percepções sobre a inferioridade indígena. Além disso, a obrigatoriedade da presença do diretor no senado da vila para a assinatura do termo acentuava a visão que se tinha dos índios enquanto

4 Termo de acomodação feito entre Alexandre Correia de Araújo com os índios desta vila tudo como nela se declara. Anexo ao termo de vereação da câmara de Monte-mor Novo, 23 de janeiro de 1822. APEC, CM, MN, livro 54, p. 33-36.

incapazes. Ainda assim, mesmo diante da ambiguidade de sua condição nesse contexto, os indígenas não deixaram de se utilizar da câmara municipal, espaço que também era seu, como uma ferramenta de luta política em prol de suas prerrogativas, conseguindo, pelo menos, um acordo. Para isso, foi fundamental a articulação do capitão-mor Nascimento em se dirigir diretamente ao governo da província, aumentando a pressão sobre a câmara, mas também, possivelmente, a atuação de algum vereador indígena que estivesse compondo o senado da vila durante o imbróglio. No dia 27 de janeiro, informaram os membros do governo provisório sobre a acomodação feita entre os índios e Araújo “com a assistência do diretor dos mesmos”.

FORMAÇÃO DO ESTADO E ATUAÇÃO POLÍTICA

Até o período que analisamos, os índios Monte-mor Novo conseguiram ter considerável peso político na vila, apesar de sua diminuição percentual no número de habitantes e da presença cada vez maior dos extranaturais. A câmara da vila poderia estar gradualmente passando de um espaço de atuação administrativa indígena para um ambiente misto, próximo daquilo que pretendia o Diretório ainda em vigor no Ceará. Entretanto, a lei almejava que a convivência contribuísse com a civilização de uma população temporariamente incapaz, mas igualmente digna de respeito e merecedora, inclusive, de cargos públicos, status de nobreza da terra e de poder em nível municipal. O que se deslindava em vilas como Monte-mor Novo era que ficava cada vez mais maciça a presença dos extranaturais, que dificilmente se pensariam enquanto equivalentes aos índios.

A situação tendeu a se acirrar com a independência do Brasil. Desde o contexto constitucional português os índios do Ceará se imbuíram de antilusitanismo, iniciado com boatos de ameaças à sua liberdade vinda das Cortes. Seu ódio culminou com as violências sofridas por portugueses que compunham as juntas governanti-

vas provisórias e do apoio destes aos que coagiram o rei dom João VI, visto pelos índios como um protetor, a atravessar de volta o Atlântico. Por isso, se posicionaram ao lado das forças políticas do interior da província que, em oposição às elites de Fortaleza, alinharam-se ao projeto do Rio de Janeiro encabeçado por dom Pedro I (COSTA, 2018, p. 137-157, 279-314). No Ceará, as câmaras do interior, que já haviam se posicionado contrários à Constituição portuguesa apoiada pelo senado de Fortaleza (FELIX, 2010, p. 83-87), derrubaram a antiga junta governativa composta pela elite da capital, formaram uma nova e selaram a fidelidade da província a dom Pedro I (FELIX, 2010, p. 88-91).

Na busca por apoio e unidade nacional, o novo rei do Brasil mobilizou com especial atenção as câmaras municipais do interior do país (SOUZA, 1998, p. 2. NEVES, 2011, p. 100). A de Monte-mor Novo, por exemplo, chegou a receber exemplares “dos decretos e das proclamações de sua alteza real e da assembleia geral constituinte e legislativa” em agosto de 1822 (CATÃO, 1938, p. 192), o “exemplar do manifesto de S.A.R Constitucional e defensor perpétuo do reino do Brasil aos povos deste reino para fazer ver aos mesmos povos” em setembro e uma carta da Corte “sobre as novas armas da bandeira e [...] sobre o modelo do laço nacional que devem todos trazerem” em dezembro (CATÃO, 1938, p. 192-193).

Tal unidade entre as províncias, no entanto, não implicava harmonia social e étnica. Cada grupo dessa sociedade ainda corporativa tinha uma noção própria do país que compunha, de si e do conceito de liberdade, tão em voga em tempos de liberalismo e no contexto da emancipação política brasileira. Os indígenas, por exemplo, viam nessa conjuntura uma oportunidade para lutar por cada vez mais autonomia. Enquanto havia exemplos de mobilização pela extinção do Diretório e da tutela nele prevista (COSTA, 2018, p. 124-137), também era comum a luta pela posse da terra garantida pela lei.

Os extranaturais em vilas de índios, por outro lado, percebiam nesse momento a formação de uma esfera pública, ou seja, da liberdade de discussão política e de ocupação de cargos administrativos (NEVES, 2011, p. 90-110; VILLALTA, 2016, p. 21-22; ARAÚJO, 2018, p. 52-59). Não foi à toa que, no contexto constitucional e liberal na América portuguesa, muitos tentaram extinguir as prerrogativas dos índios, oriundas justamente das mercês da monarquia portuguesa que se entendia derrotada. Em dezembro de 1821, por exemplo, os indígenas de Monte-mor Novo reclamaram à junta provisória do Ceará do vigário José Francisco dos Santos, que queria “botar os índios para fora desta vila”. Em resposta, a câmara alegou que “nada era verdade”, sendo provavelmente parte de um “levante que pretendeu nesta vila o padre José Monteiro de Sá Palácios da Silva contra o vigário”. Ainda que a história não passasse de um boato, tocava em algo melindroso para os indígenas e que viria a se concretizar uma década depois. Se fossem realmente despejados da vila, esta não só deixaria de ser de índios como estes perderiam suas terras, seus cargos e o acesso a um espaço fundamental para a proteção de suas garantias.

Para os extranaturais, introduzir-se em uma vila de índios no contexto do Antigo Regime era uma chance de “andar na governança”, ou seja, ocupar um cargo em uma câmara municipal; com a ascensão do liberalismo, tais oportunidades poderiam ser ainda mais ampliadas. Para a manutenção e ampliação de suas “propriedades”, conceito também em voga nesse momento, era fundamental o controle do senado da vila. Os registros de vereação de Monte-mor Novo revelam a importância dessa discussão pelas referências a questões de terra que aparecem no final de 1822. Na ata do dia 8 de outubro, bastante rasgada, lê-se que foi levado à câmara um requerimento de um comandante “índio desta vila” para que “concedessem 160 léguas de terra no lugar Picada [...] pagando cada ano mil réis por ser [?] suas”. A ocorrência de um pedido indígena por

terra em uma vila de índios já é indicativo de que seu espaço e suas posses estavam em franca redução e cerceamento.

Isso se confirma com a volta dos problemas envolvendo os indígenas de Monte-mor Novo e Alexandre Correia de Araújo. Desta vez, o acordo parece ter sido desfeito pelos abusos de Araújo, e, diante disso, a câmara de Monte-mor Novo,

à vista dos seus documentos e despacho do governo provisório e provimento deixado pelo doutor ouvidor em que neles mandam que eles ditos índios fiquem de posse da dita lagoa Forquilha, e o dito Alexandre Correia a nada tem atendido, o que a vista de tudo mandasse por seu despacho que aquele Alexandre não contendessem mais com eles índios, o que foi acordado que os mesmos índios fossem conservados na posse em que se achavam da lagoa Forquilha.

O antigo termo assinado, portanto, durou apenas um ano por conta da ganância do proprietário, intensificada já no contexto de Brasil independente, mas com desfecho favorável aos indígenas. Chama atenção que, mais uma vez, os índios tiveram que recorrer ao governo da província para que a contenda tivesse uma resolução. É difícil entender o papel que teve o senado da vila na situação: acolheu com cuidado a demanda indígena ou foi apenas uma executora de ordens superiores? É de se questionar, portanto, se os índios vereadores de Monte-mor Novo ainda tinham força política para lutar pelos interesses de sua comunidade, e, por outro lado, o quanto os índios comuns poderiam ver na câmara de sua vila um espaço seguro de sua atuação.

É instigante a este respeito a verificação da câmara de 20 de junho de 1824, quando os senadores acordaram “em mandarem que o procurador do conselho Francisco Alves Marques mande consertar o tronco desta vila e juntamente em mandar fazer uma polia para castigo dos homens índios, tudo a requerimento do diretor, o capitão Manoel Moreira Barros” (CATÃO, 1938, p. 193). O que havia sido o principal espaço de atuação para a política indígena, preciosa mercê real e um dos seus mais importantes patrimônios comunitários, se transformou

em um agente repressor. Ordenando a reforma de uma ferramenta de violência disciplinar em pleno contexto liberal, a câmara se coadunava com o pensamento de muitos proprietários, que tratavam os índios semelhantes a escravos, e não como concidadãos que eram.

Diante disso, qual era a importância política da câmara de Monte-mor Novo para a população indígena da vila? Até a presente fase da pesquisa ainda não foi possível identificar a etnicidade de todos os membros do senado, o que gera incerteza acerca do poder de atuação dos oficiais camarários indígenas. Mas, ainda que estes fossem uma minoria de mãos atadas diante dos poderosos extranaturais durante os oitocentos, as fontes aqui analisadas revelam que nem assim a câmara pôde se abster da execução das ordens dos governos do Ceará e, muito menos, do que era previsto pelo Diretório a respeito das terras indígenas. A vila de Monte-mor Novo ainda era dos índios, e, mesmo que passados a minoria, não perderam de vista esta prerrogativa. Recorriam aos governos da capitania e província, mas não deixaram de comparecer na câmara quando era necessário, como no início das contendas com Alexandre Correia de Araújo e na assinatura do termo de acomodação.

Além disso, chama atenção a presença quase constante do capitão-mor indígena Manoel Soares do Nascimento nos documentos que se referem ao caso da lagoa Forquilha, pois era sob sua liderança que os índios levaram suas demandas para os governos do Ceará ou para as autoridades municipais. Pelo menos aqui é possível visualizar alguma intervenção mais direta da câmara, já que eram seus membros quem escolhiam e atestavam as patentes das lideranças militares. É possível supor, portanto, que havia alguma articulação entre lideranças indígenas camarárias e militares que, unidas, poderiam lutar mais fortalecidas pelas prerrogativas de sua comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Diretório foi extinto no Ceará na década de 1830 (COSTA, 2018, p. 99), dificultando bastante para os índios as chances de acesso a cargos de vereação. Em 1843 a lei foi reestabelecida na provín-

cia, mas sem as mesmas prerrogativas indígenas que sua primeira promulgação trazia. Neste mesmo ano, para auxiliar sua instalação, o presidente José Maria da Silva Bitencourt enviou circular a câmaras municipais de diversas vilas indagando sobre a situação da população indígena que lá vivesse (COSTA, 2018, p. 113-114). A câmara de Monte-mor Novo respondeu em 10 de outubro, alegando que

nesto município existem índios que residem em pontos diversos e distantes, [...] o seu número há de chegar a 140, incluindo todas as idades e ambos os sexos; [...] se ocupam em plantações e [...] não vivem aldeados. Esta câmara persuade-se que a dispersão será preferível aos índios, por morarem alguns deles em terras próprias, e lembra a V. Ex.^a que poucos desses índios deixam de ter mistura com as diferentes castas do país.

O número de indígenas apresentado é pequeno. Sua dispersão pelo termo do município e seu número diminuto apontam para as extremas dificuldades vividas pelos antigos donos da vila, que podem tanto ter perecido diante das péssimas condições materiais quanto ter buscado outros lugares mais propícios para morar. A sugestão supostamente benevolente da câmara de Monte-mor Novo revela que a antiga ambição de liberação das terras indígenas nunca sessou. Também tem a ver com isso a declaração de que os índios contabilizados não tinham “mistura com as diferentes castas”, o que reduzia a possibilidade de direito à terra por quem fosse classificado como mestiço ou mestiça.

Essa última descrição apresentada sobre a população indígena de Monte-mor Novo é uma trágica culminância da história da relação dos índios da vila com a sua câmara municipal. Quando a emigração de extranaturais se intensificou no início dos oitocentos, as prerrogativas dos indígenas de Monte-mor Novo, povoação já diminuta no tempo do aldeamento, foram seriamente abaladas pela falta de autonomia nos espaços que lhes haviam sido dados. Mesmo assim, ainda que os vereadores indígenas tivessem passado a minoritários, a câmara municipal continuou sendo um ambiente possível para resolução de suas demandas. Mas a formação do Estado nacional levou os índios a viver uma dúvida, precária e sob nova condição social: eram cidadãos, e, justamente por isso, deveriam ser despeitados das mercês

oriundas do Antigo Regime (COSTA, 2018, p. 96-103). Já a câmara municipal da vila de Monte-mor Novo, que antes fora um espaço indígena de atuação política, se converteu em uma instituição comprometida com o que havia de mais anti-indigenista no Brasil recém-emancipado: os interesses dos proprietários.

REFERÊNCIAS

ALEMÃO, Francisco Freire. Notícias sobre o povoamento e o desenvolvimento de Baturité. *apud Anais da Biblioteca Nacional*: os manuscritos do botânico Freire Alemão [catálogo e tradução por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha]. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, vol. 81, 1961 [1964].

ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **A parte no partido**: relações de poder e política na formação do Estado brasileiro, na província do Ceará (1821-1841). Tese (doutorado) — Universidade Federal do Ceará, 2018.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas**: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. Dissertação (mestrado) — Universidade de São Paulo, 2012.

BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras municipais no império português: o exemplo do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 36, 1998.

CASTRO, José Liberal de Castro. Urbanização pombalina no Ceará: a paisagem da vila de Montemor-o-Novo da América. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo CXIII, ano CXIII, 1999, p. 35-81.

CATÃO, Pedro. Baturité: subsídio geográfico, histórico e estatístico. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Ramos e Pouchain, tomo LI, ano LI, 1937, p. 49-99.

CATÃO, Pedro. Baturité: subsídio geográfico, histórico e estatístico (continuação). **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Ramos e Pouchain, tomo LII, ano LII, 1938, p. 179-200.

CARVALHO, João Antônio Rodrigues de. Memória sobre a capitania do Ceará. *In*: CAVALCANTI, João Alcides Bezerra (Org.). **Publicações do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1929.

CASAL, Manuel Aires. **Corografia brasílica, ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil composta e dedicada à Sua Majestade fide-**

líssima por um presbítero secular do grão priorado do Crato. Rio de Janeiro: Impressão Régia, tomo II, 1817.

COSTA, João Paulo Peixoto. Cultura política indígena na câmara municipal da vila de índios de Messejana no Ceará. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, vol. 32, n. 2, 2019, p. 34-54.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Na lei e na guerra:** políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845). Teresina: EDUFPI, 2018.

FELIX, Keile Socorro Leite. **“Espíritos inflamados”:** a construção do Estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840). Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Ceará, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder, autoridade e o senado da câmara do Rio de Janeiro, ca. 1780-1820. **Revista Tempo**, n. 13, 2002, p. 111-155.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Ritual, rigor e pragmatismo: os procedimentos de instalação da vila de Monte-mor o Novo da América na capitania do Ceará. **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR**, 2011.

MARCIS, Teresinha. A **“hecatombe de Olivença”:** construção e reconstrução da identidade étnica — 1904. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal da Bahia, 2004.

MENEZES, Luís Barba Alardo de. Memória da capitania independente do Ceará Grande escrita em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma. *In:* **Documentação primordial sobre a capitania autônoma do Ceará.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. *In:* SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). **Crise colonial e independência:** 1808-1830, volume 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

REGO, André de Almeida. Núcleos urbanos e política indigenista: o caso das vilas indígenas na província da Bahia (século XIX). **Especiaria — Caderno de Ciências Humanas**, v. 14, n. 25, 2013, p. 117-140.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de índios no Ceará Grande:** dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Campinas: Pontes Editora, 2005.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. A adesão das câmaras e a figura do imperador. **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 36, 1998.

STUDART FILHO, Carlos. **Os aborígenes do Ceará.** Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1965.

VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822).** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

Províncias, tipografias e a propagação do ideal de “liberdade” pelos confederados do norte em 1824

Francisco Weber Pinto Porfírio¹

INTRODUÇÃO

Parte dos liberais das províncias do Norte aguardava, após a emancipação política do país, a instauração de uma monarquia representativa e constitucional na qual prevalecesse a autonomia das províncias, além de uma Constituição liberal que representasse a soberania do povo. Assim, decepcionados com as atitudes do Imperador no que diz respeito à dissolução da Assembleia Constituinte (1823), a outorga da Carta Constitucional (1824) e o descaso com a segurança das províncias do Norte devido a uma provável invasão portuguesa, somado a vários distúrbios internos causados pelas disputas da administração local, os liberais pernambucanos e cearenses oficializaram respectivamente a Confederação do Equador em julho e agosto de 1824.

¹ Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Grupo Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista (SE-BO-UFC). Texto centrado nas discussões inseridas no tópico 3.2 (Dois inimigos, um mesmo sentido: Rio de Janeiro e Portugal), da dissertação de mestrado de minha autoria intitulada “(Re) pensando a nação: a Confederação do Equador através dos jornais “O Spectador Brasileiro” (RJ) e “Diário do Governo do Ceará” em 1824. Ver bibliografia.

Aliás, a região Norte, em virtude dos conflitos surgidos em Pernambuco nos séculos XVIII e XIX, já se configurava enquanto espaço contestatório e de agitações políticas. Essa animosidade foi agravada com a eclosão da Confederação do Equador na província de Pernambuco e, posteriormente, em outras províncias e vilas no segundo semestre de 1824, revelando que o poder do Governo Imperial não estava solidificado em toda extensão do território nacional. No entanto, a intenção dos confederados de unir os brasileiros em prol de um sistema federativo/representativo no qual todos devessem ser convidados a seguir e a imitar recebeu de imediato outra conotação: o de movimento separatista.

Sobre essa questão, ponderamos um pequeno fragmento do Manifesto da Proclamação da Confederação do Equador o qual fora publicado em 02 de julho de 1824: “Segui, ó brasileiros, o exemplo dos bravos habitantes da zona tórrida, vossos irmãos, vossos amigos, vossos compatriotas; imitai os valentes de seis províncias do norte representativo [...]” (BONAVIDES, AMARAL, 2002, p. 786-788).

A autoria desse manifesto direcionado ao povo brasileiro é comumente atribuída a Manuel de Carvalho Paes de Andrade, então Presidente da Província de Pernambuco (1823-1824) Nele está presente a aspiração “separatista” frequentemente relacionado à Confederação do Equador, indicando que as províncias do Norte deveriam reagir contra a forma despótica à qual D. Pedro I vinha se estabelecendo e cuja pretensão era mantê-la durante todo o Império.

Desse modo, tais indícios levam a crer que os líderes da confederação intentavam tornar o Brasil, ou, pelo menos, inicialmente as províncias do Norte, realmente independentes, separando o país definitivamente do jugo português e, conseqüentemente, obter liberdade frente a um modelo de governo que suprimia a autonomia das províncias.

E foi por esse ideal de liberdade que alguns editores e membros das elites políticas locais existentes nas províncias do Norte, mormente no Ceará e em Pernambuco, no biênio de 1823-1824, também utilizaram seus impressos para se posicionarem, difundir seus ideais constitucionais e o modelo de governo que nem sempre convergia com as expectativas oriundas do Rio de Janeiro, ou seja, as de D. Pedro e de seus sectários. A propósito, sobre esse discurso dual (Corte fluminense x confederados) em seus determinados espaços de propagação, cabe-nos ponderar o pensamento do autor inglês J. Pocock (2003, p. 36-37) ao afirmar que os “modos de falar de política”, enquanto linguagem dotada de um vocabulário pode constituir o discurso político:

Uma “linguagem” no nosso sentido específico é, então, não apenas uma maneira de falar prescrita, mas também um tema de discussão prescrito para o discurso político. Neste ponto, podemos ver que cada contexto linguístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. Contudo, neste mesmo ponto, somos obrigados a reconhecer que cada linguagem, em certa medida, seleciona e prescreve o contexto dentro do qual ela deverá ser reconhecida.

DOIS INIMIGOS, UM MESMO SENTIDO

“Maldito seja o Cearense, que não propugnar pela Liberdade da sua Patria!”. Essa afirmação impressa em 31 de março de 1824 pela Junta Provisória do Governo Cearense, em resposta ao ofício emitido pela Câmara da Vila do Crato (CE) que, entre outras coisas, repudiava o fim da Assembleia Constituinte, denota as tensões dos cearenses em meio às hostilidades daqueles grupos que simpatizavam ou se reconheciam liberais/patriotas em oposição aos que acreditavam serem corcundas em 1824. Não que isso fosse uma novidade, pois a província cearense já apresentava a fragmentação desses

grupos como consequência da alternância do poder no governo da província (as Juntas Provisórias) e vilas do interior. A Confederação do Equador contribuiu para o acirramento desses interesses em jogo.

Para Reginaldo Alves Araújo (2018, p. 269), o movimento.

[...] deu-se como uma pelega entre um projeto centralizador e extremamente impositivo, determinado por Pedro I, contra uma pretensão federalista. Mas não foi só isto. Foi também um intenso combate entre as casas locais, ideologicamente posicionadas no debate político do seu tempo, no sentido de assumir um discurso político como bandeira, mas fortemente marcado pelas rivalidades locais. Neste sentido, a Confederação do Equador, no Ceará, também foi um momento onde grupos locais encontraram uma bela justificativa para eliminar inimigos e vingarem-se dos rancores aprofundados durante o constitucionalismo vintista e o processo de independência.

Mesmo não sendo o foco a ser debatido neste trabalho, é importante salientar a existência dessas querelas, não só pelo fato de que existiram, mas para compreendermos que o *discurso político como bandeira* servia tanto para encobrir as disputas locais quanto também favorecia para a identificação ideológica dos grupos em seus respectivos campos de atuação, o que motivaria e justificaria as represálias.

Cenário não tão diferente daquele vivido por portugueses e europeus, no qual prisões e/ou substituições de cargos públicos eram recorrentes em face da acusação de não comungarem com a *Causa do Brasil*. Convém destacar que a estratégia de destituir a administração da província e de combater ideologias adversas por meio da disseminação da palavra (impressa ou manuscrita), ainda que não se assemelhasse ao alcance das folhas impressas na *Tipografia Nacional*, foi igualmente utilizada por opositores.

O editor do *Diário do Governo do Ceará*, o Padre Gonçalo Ignácio de Loiola Albuquerque e Melo (Padre Mororó), noticiou uma dessas investidas:

A imprudencia, e a temeridade quase nunca conseguiraó os seus fins, e sempre arrastraraó males irremediáveis. Hoje appareceo hum pasquim á maneira de Proclamação contra o Governo convidando os povos a huma conspiração. Seu author he inimigo da sua espécie; creio quer ver [palavra não identificada] de cadaveres as ruas desta triste Cidade com huma sangrenta guerra civil, o mais execravel dos males, que pode acontecer entre as Nações.

Observa-se que para além do Diário do Governo e dos impressos da Tipografia Nacional havia um fluxo de papéis informativos na capital da província, ambos os periódicos disputando a atenção do público leitor, de seus oradores e de seus possíveis ouvintes. Sobre essa relação entre impressos e o público leitor, é mister assinalarmos, como pontuou a autora Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (1995, p. 15 *apud* LUSTOSA, 2009, p. 15), o caráter instrutivo da imprensa. Tanto jornais quanto jornalistas haviam adquiridos bastante relevância no século XVIII, garantindo uma “dignidade que havia sido prerrogativa dos livros e de seus autores” (BURKE, 1995, p. 15 *apud* LUSTOSA, 2009, p. 15). Por essa ampla função, a autora assinala que

Muitas são, então, as defesas da imprensa periódica como fonte de ilustração e instrução, a mais importante de todas sendo a da famosa *Encyclopédie* (**grifo da autora**) que se descreve como uma espécie de “journal”; da arte dos jornalistas como a arte “não de agradar, mas de analisar e instruir”; uma arte, de fato, muito próxima da dos próprios enciclopedistas que deveriam abster-se de “fornecer diversão e prazer, quando é possível instruir e influenciar”. Uma vez aprendendo a lê-los, todo periódico pode desempenhar um papel ilustrativo, dizem alguns dos seus defensores (BURKE, 1995, p. 15 *apud* LUSTOSA, 2009, p. 15).

Fato posto, compreende-se a importância da circulação dos impressos e por seguinte, a atuação dos editores no processo de difusão de ideias. Quer fosse o impresso com perfil monarquista ou dialógico com as intenções dos liberais confederados.

Desde meados do século tentativas de unir ou apaziguar as divergências internas entre os cearenses não faltaram. Cientes de que para se ter o reconhecimento do governo, engajar os habitantes da província na luta e na defesa do seu território contra um inesperado ataque militar português e conseguir apoio total para as causas que dariam sustentação à Confederação do Equador, Tristão Gonçalves de Alencar e Padre Mororó movimentaram diversas publicações, algumas não assinadas, no *Diário do Governo*, o qual intentara suscitar a conciliação de todos os cearenses.

A título de exemplo, no dia 08 de maio de 1824, Padre Mororó editou uma proclamação no *Diário do Governo* convocando os cearenses a lutarem pela liberdade da pátria. Ao final, nota-se a mensagem:

Irmãos! Meos queridos Irmãos, filhos da minha amada Mai Patria! Não he mesmo tempo de descançarmos, exercitemos as armas para o inimigo, e empunhando-as, gritemos **todos unidos (grifo meu)** ao Governo, que felizmente temos Guerra, Guerra, Guerra aos tyranos, que querem devorar o nosso precioso Bem; e sem nos esquecermos de entuarmos >> Viva a Religião pura de Jesus Christo. Viva a Nação Brasileira. Viva o Imperador C, e L. Viva os Intrepidos Cearenses (BRITO, 2006, p. 79).

De modo semelhante a Tristão Gonçalves de Alencar quando suplicou: “Reine entre vós a união, cessem partidos, e facções, a todos perniciosos, e eterna será vossa Liberdade, e fama”. O uso de determinados termos como “irmãos”, “cearenses”, “filhos”, e, sobretudo, “mãe pátria” (ou apenas “pátria”), tão comuns e usuais no vocabulário da maioria das publicações oficiais disseminadas pelo *Diário do Governo*, além dessas palavras demonstrarem para os cearenses que todos compunham a mesma “família”, elas também estiveram geralmente correlacionadas à retórica dos patriotas junto ao objetivo a ser perseguido ou mantido, nesse caso, do que concebiam no tocante à ideia de “pátria”, “nação” e “liberdade”.

É pouco provável que a concepção da palavra pátria, em fins do século XVIII e início do século XIX, fosse revestida de um sentido que aspirasse evocar à nação ou à nacionalidade. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, originalmente composto pelo Padre D. Rafael Bluteau (1712), reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva em 1789, igualmente na edição posterior lançada em 1813 e 1823, o termo estava associado à “terra donde alguém é natural” (MORAIS, 1789, p. 170).

Entretanto, François Xavier Guerra apontou que o senso dos termos polissêmicos “pátria” e “nação”, na época definida enquanto “A gente de um paiz, ou região, que tem Lingua, Leis, e Governo á parte [...]” (MORAIS, 1813, p. 332), passaram por diferentes compreensões no século XVIII na França e na Espanha, sobretudo, pelo impacto político causado com a “Revolução Francesa”, resultando no apreensão moderna dos seus respectivos sentidos na primeira metade do século XIX, ele ainda salienta que “A “pátria”, mesmo conservando sua relação com o particular, também se identificará com a nação [...]” (GUERRA, 2003, p. 43), ou seja, possibilitando que estes sujeitos pensassem do particular ao geral.

Resguardado as singularidades dos termos em seus campos de experiências, ou em outros de similar manifestação, é possível encontrarmos essa relação “pátria” e “nação”, ou melhor, a “pátria brasileira” nos discursos dos liberais cearenses na conjuntura dos acontecimentos políticos de 1824.

Dessa forma, as proclamações e demais textos escritos pelos patriotas cearenses davam a entender, nesse primeiro momento, que todos precisavam defender a província e o Brasil, e que, nessa época, acreditavam estar a um passo do conflito militar contra Portugal. A pátria cearense, bem como a pernambucana, continuaria o ano de 1824 em constante alerta de defesa, como veremos no decorrer dos conflitos da Confederação do Equador.

Em 17 de dezembro de 1823, o projeto de Constituição foi remetido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império a Câmara do Rio de Janeiro e sucessivamente ao longo de 1824 enviado as demais províncias.

Avivou-se entre os liberais do Norte do país o entendimento de que a atitude do Imperador em nada se diferenciava de um governo considerado despótico. Esse termo, inclusive, passou a ser uma constante nos discursos de protesto relacionados a D. Pedro I e ao seu projeto de Constituição. O “despotismo fluminense” se tornaria uma das principais ameaças a liberdade política professada pelos participantes da Confederação do Equador.

No decurso do primeiro semestre de 1824, as tipografias instaladas em Pernambuco e no Ceará, por meio dos seus editores, produziram e difundiram impressos indagando as recomendações da Corte fluminense. Foi nesse campo de intrigas e acusações que o Diário do Governo postulou cooperar com as ambições federalistas dos pernambucanos em desacordo com o modelo constitucional designado por D. Pedro I.

Antes da primeira edição do Diário do Governo, Padre Mororó publicou um aviso, pela Tipografia Nacional, se posicionando acerca do momento político:

Entro n'humra estrada perigosíssima; e estou na certeza de desafiar inimigos sem conto; mas não esmoreço; e a custa da vida prometto perante Deos, e os Homens ser imparcial nas minhas narrações. Quer o Imperador ostente as suas forças, quer o Governo seja despótico, quer as riquezas predominem; nada, nada me abala; e a minha pobreza já mais offuscará os sentimentos de hum coração, todo cheio do amor de sua Patria adorada; e muito menos os éccos da verdade (BRITO, 2006., p. 157).

Os leitores cearenses passaram a ter o primeiro contato com as reflexões do clérigo que agora desempenhava a função de editor em uma tipografia a serviço do governo liberal. Em tom de apre-

sentação, o autodenominado filho do Ceará, externalizou seus sentimentos patrióticos ao afirmar que desafiava seus inimigos chegando a relacioná-los indiretamente a D. Pedro I e ao despotismo.

Em carta destinada a Manoel de Carvalho Paes de Andrade, escrita no dia 05 de maio de 1824, Padre José Martiniano de Alencar² já declarava as intenções dos liberais cearenses em compactuar com as decisões políticas dos pernambucanos. Há também menção de que o ideal de liberdade, tão caro aos confederados, estaria sendo propositalmente alastrado no Ceará. Com isso, esperava-se que as províncias unidas ganhassem mais adeptos na luta para combater os inimigos, fosse o despotismo fluminense ou a Corte portuguesa.

Fácil me foi no Ceará e fácil me tem sido aqui plantar no povo os ideias de liberdade, que nós desejamos semear, por isso digo-lhe que toda esta província está bem animada [...] Se Pernambuco não jurar a Constituição já também esta província não jura. Como o capitão José Pereira Filgueiras, o meu mano Tristão Gonçalves de Alencar tem não conseguido felizmente ganhar uma ascendência extraordinária sobre os povos desta província a ponto que nada se fazer senão pela serviço deles, e como estes sejam adiros a boa causa e me ouçam, bem vê que fácil é termos a província disposta a causa da liberdade [...] (BONAVIDES, AMARAL, 2002, p. 764-765).

D. Pedro I outorgou a primeira Constituição do Brasil, no dia 25 de março de 1824. O documento causou grande revolta em parte das províncias do Norte que ainda nutriam expectativas a favor da retomada da Constituinte. A criação do Poder Moderador, descrito no Art. 98, assinala que

2 Nasceu em 1794 na Vila do Crato (CE) vindo a falecer no Rio de Janeiro em 1860. Teve sua formação intelectual através de seus estudos no Seminário de Olinda. Esteve envolvido diretamente junto com sua mãe, Barbara de Alencar, e seu irmão, Tristão Gonçalves de Alencar, na chamada "Revolta de 1817". Posteriormente representou a província do Ceará como um dos deputados componentes da Assembleia Constituinte de 1823. Participou da Confederação do Equador, porém, conseguiu se livrar das consequências do ato rebelde após o perdão de D. Pedro I. Foi Senador do Império e Presidente da Província do Ceará entre 1832 a 1841. Pai do famoso escritor José de Alencar. Ver Valdelice Carneiro Girão (bibliografia)

O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos (BRASIL, 1824).

Para os liberais implicados na Confederação do Equador, esse poder representou um absolutismo disfarçado de Monarquia Constitucional. Como pontuou Frei Caneca³ (BONAVIDES, AMARAL, 2002, p. 779) em seu manifesto ao afirmar que este seria

[...] a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele o Imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo dos seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do Imperador.

Nesse sentido, D. Pedro I passou a ser acusado pelos liberais do Norte na condição de opositor aos anseios da nação brasileira em prol de um “povo livre”, além de querer manter o poder centralizado em sua augusta pessoa e na capital do Império.

No Ceará, diversas vilas rejeitaram o projeto de Constituição. Suas decisões eram noticiadas no *Diário do Governo* em tom de coragem por defenderem os direitos da pátria e do Brasil. As ações dos liberais cearenses ganhavam proeminência à medida que novos acontecimentos eram registrados e divulgados no periódico.

3 Frei Joaquim do Amor Divino Caneca nasceu em Recife (1779) e faleceu em 1825 após ser julgado e condenado em consequência de sua participação na Confederação do Equador. A alcunha “Caneca” está relacionada a profissão de tanoeiro exercida pelo seu pai, o português Domingo da Silva Rabelo. Tomou hábito em 1796 ordenando-se em 1801. Integrou uma das primeiras turmas do Seminário de Olinda logo após sua inauguração em 1800. Em 1803 assumiu o cargo de professor de geometria e retórica, tendo também exercido os cargos de definidor e de secretário do visitador geral da Ordem. De ideias liberais e constitucionalistas, teve seu nome envolvido na “Revolta de 1817”, sendo preso e encaminhado a Bahia (permanecendo ali preso por quatro anos). Em 1824, participou de forma ativa da Confederação do Equador ao lado de Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Foi o principal editor do periódico Typhis Pernambucano. Jornal de cunho liberal e político que circulou em Pernambuco entre 1823-1824.

Na edição do dia 08 de julho 1824, o editor do *Diário do Governo* publicou na íntegra o ofício da Câmara de Fortaleza (CE) remetido ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, João Severiano Maciel da Costa, no dia 26 de junho de 1824.

No trecho concernente à Carta Constitucional, os liberais fortalezenses determinaram que eles proclamavam a Constituição feita pelos *briosos*, representantes da nação brasileira legitimamente reunidos na Assembleia Geral, recusando, assim, ter parte no Projeto de Constituição organizado por um Conselho de Estado (BRITO, 2006, p. 108). Esse não foi o único registro divulgado que os leitores cearenses tiveram acesso. Houve também manifestações impressas no *Diário do Governo* das Vilas de Campo Maior, Granja e Sobral.

Em ofício sem assinatura, acredita-se ser do Governo do Ceará, dirigido ao Governo do Maranhão, no dia 14 de junho de 1824, publicado no *Diário do Governo*, no dia 08 de julho de 1824, o editor novamente ratifica a convergência do pensamento liberal no Norte do Brasil mediante os atos em favor da liberdade:

Os nossos negócios cada vez augmentão mais a sua importância; e cada vez mais cresce o número dos Constitucionais Liberaes nas Províncias do Norte. Resplandece o furor do Gabinete do Rio de Janeiro no mais pequeno rasgo do seo procedimento para inculcar o despotismo já occulto, mas abertamente. Os covardes do Sul juraraõ quase todos o projeto de Constituição, não será assim no Norte, que brioso defende sua liberdade política (grifo meu) ((BRITO, 2006. p. 105).

Quando essa proclamação veio à tona, os federalistas pernambucanos já haviam assentados a Confederação e procuravam a adesão de outras províncias para dar apoio, sobretudo, militar. Assim, intencionava-se dar seguimento ao projeto de governo que seria

organizado em Recife. O ofício também dar a ver, de um modo um tanto maniqueísta, que as províncias do Centro-Sul estavam quase todas a favor do projeto de Constituição, diferentemente das do Norte. Local este no qual mais se avultavam liberais constitucionais.

Esse foi um dos fatores que fizeram os liberais cearenses e pernambucanos utilizarem como retórica, visando angariar a adesão não só do Maranhão mas também de outras vilas/cidades que receberam emissários com seus ofícios/proclamações. Para Frei Caneca, aquele que jurasse a Carta Constitucional estaria compactuando com o “nefasto tirano” em detrimento da liberdade do povo:

[...] queremos uma Constituição que afiance e sustente a nossa independência, a união das províncias, a integridade do Império, a liberdade política, a igualdade civil, e todos os direitos inalienáveis do homem em sociedade; o ministério quer que à força de armas aceitemos um fantasma ilusório e irrisório da nossa segurança e felicidade [...] (MELLO, 2001, p. 456)

A luta pela liberdade política do Brasil ganhava força na forma de um governo baseado nos moldes de uma confederação, preliminarmente, implementado a partir das províncias do Norte. Os ideais de “Soberania” e “Autonomia” aparentemente conquistados pelo governo dos Estados Unidos com o fim da guerra de 1776, seguida da proclamação de sua república federativa, inspiraram a luta pela independência e a efetivação do modelo político de países do Novo Mundo frente aos colonizadores europeus.

UNIÃO DAS PROVÍNCIAS DO NORTE?

Nessa empreitada pela consolidação da proposta confederativa no Norte, o Diário do Governo, contou com discursos análogos aos dos jornais pernambucanos o Typhis Pernambucano, de Frei Caneca, e do Desengano aos Brasileiros, de João Soares Lisboa.

Inclusive, a Tipografia Nacional reimprimiu edições dos referidos periódicos, favorecendo a comunhão dos assuntos e interesses entre cearenses e pernambucanos na efetivação do modelo confederativo de governo. Exemplo disto encontra-se no Suplemento ao Desengano aos Brasileiros publicado em Pernambuco em 04 de julho de 1824 e reimpresso no Ceará. Nele, o editor João Soares Lisboa, pondera a respeito das províncias se tornarem “independentes”, isto é, “separarem de hum centro vicioso, qual he o da Corte do Rio de Janeiro [...] e escolherem hum centro comum aos Estados Unidos do Brazil em lugar conveniente”. Sem nenhuma surpresa, os leitores iriam sendo informados que Pernambuco sediaria o “centro comum” desejado por João Soares Lisboa.

Ainda que se dê crédito a toda vanguarda da Confederação do Equador aos pernambucanos, é importante que reflitamos sobre a questão de que a ideia de unificar as províncias do Norte em um só governo provavelmente tenha sua gênese na província do Ceará, mais estritamente na antiga Vila de Aracati.

Barbosa Lima Sobrinho (1998, p. 209) fez referência ao feito cearense quando teceu seus comentários sobre a efetivação da Confederação do Equador em Pernambuco:

A 9 de janeiro se declarava destituída, no Ceará, a Dinastia Bragantina, proclamando-se de imediato a República. Como vinha do Aracati, a 9 de fevereiro de 1824, a ideia de união das províncias do Norte, como o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sob um regime de Confederação, com sede no Recife.

De fato, logo após receberem e responderem um ofício da Vila do Icó (CE) informando sobre a mudança de governo destes, de acordo com o modelo republicano indicado pela Vila de Campo Maior, a Câmara de Aracati enviou um ofício para a Junta do Governo do Ceará em 09 de fevereiro de 1824 se contrapondo à dissolução da constituinte e indicando a saída viável para as províncias do Norte:

O único remédio para estovar a anarquia hé o estabelecimento de hum Governo Salvador, não húa Junta Provincial, que será sempre hum Governo débil, mas húa Regencia que resida no Recife e que em nome de S.M o Imperador governe as cinco províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Esta regência que poderá ser composta de hum procutador nomeado por cada Comarca servindo do Sentro a estas Províncias fará que ellas obrem debaixo das mesmas direções emfluidas pelas mesmas opiniões; assim unidos ganharemos grandes forças contra os inimigos internos e externos e athé conseguiremos que S.M o Imperador nos tribute o Respeito devido (STUDART, 1924, p. 358).

Chama atenção que nessa proposta se presume que todas as cinco províncias do Norte, mesmo que formassem uma regência, e não confederação, como afirmado por Barbosa Lima Sobrinho, a parte do Império, ainda reconhecessem o poder do Imperador enquanto chefe da nação, consideração também ignorada no comentário do autor. O plano da Câmara de Aracati de firmar uma regência com as províncias do Norte certamente chegou nas mãos de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, segundo podemos conferir nessa notícia descrita no Diário do Governo em 22 de maio de 1824:

A Camara da Villa do Aracati, magoada com rasoão do ataque, feito a Soberana Assembleia Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil protestou á este Governo os mais enérgicos sentimentos de Liberalismo; clamou altamente contra a usurpação dos direitos invioláveis da Nação; e mesmo riscou hum plano de opposição aos progressos do Despotismo, o qual a Junta Provisoria do Governo enviou ao de Pernambuco, como testemunho authentico do amor puro da Liberdade dos habitantes do Aracati (grifo meu).

É provável que o “plano de oposição” da Câmara do Aracati citado seja o mesmo enviado a Junta do Governo do Ceará solicitando a criação da regência, o que poderia ter vindo a fortalecer a concepção de unir politicamente as províncias do Norte em uma Confederação similar a dos norte-americanos.

O número de províncias componentes da Confederação do Equador também divergiu nas proclamações e manifestos dos liberais cearenses e pernambucanos. Na Regência de governo para as províncias do Norte projetada em Aracati prevê a união de cinco províncias: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Já na proclamação da Confederação do Equador no Ceará foram listadas quatro províncias: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco e por fim, Manuel de Carvalho Paes de Andrade informou em Pernambuco que o número de seis províncias (não detalhadas) confederadas. As diversas propostas revelam que não havia um consenso com relação as eventuais províncias participantes. Caberiam aos emissários dos governos confederados persuadir as demais províncias limítrofes a aceitarem o novo governo.

Independente de se (re) aproximarem devido à Confederação do Equador, a convergência de pensamentos e a quase utópica luta pela unidade política das províncias do Norte não cessaram com fim da “Revolta Pernambucana de 1817”.

O relato de Manoel de Souza Martins, chefe do governo do Piauí, escrito em 21 de outubro de 1824, ratificou os esforços dos *patriotas confederados* em semear os ideais “republicanos” nas províncias que originalmente não pertenciam a Confederação do Equador. Até meados dos meses de julho e agosto de 1824, época em que Pernambuco (02 de julho) e o Ceará (26 de agosto) irrompem com o movimento, muitos officios oriundos de ambas as províncias pretendiam obter o máximo de províncias possíveis (Sergipe, Bahia, Alagoas, Pará, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba e Maranhão) para a formação do levante confederado no Norte do Brasil, porém, apenas dois presidentes de província (Ceará e Pernambuco) com grande intervenção das vilas chegaram a proclamar a participação. Enquanto outras duas (Paraíba e Piauí) tiveram a cooperação de algumas vilas.

E foi com essa perspectiva real de adesão à Confederação do Equador que os confederados encararam os embates militares contra as forças imperiais entre julho a novembro de 1824.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação mudaria completamente nos meses de setembro, outubro e novembro de 1824, tanto na província pernambucana quanto na cearense, com o avanço das forças militares pró-império lideradas por Francisco Lima e Silva e o almirante inglês Lord Cochrane, o juramento da Constituição nas capitais e vilas do interior, e especialmente quando D. Pedro I criou as Comissões Militares com a finalidade de julgar os “rebeldes”, também optando igualmente por retirar os direitos constitucionais das províncias de Pernambuco em 26 de julho e do Ceará em 05 de outubro de 1824.

Com o abatimento das tropas “rebeldes” confederadas, e com as condenações a morte dos principais envolvidos, como Frei Caneca e Padre Mororó, a Confederação do Equador sucumbiu levando nos discursos de seus participantes uma outra idealização de liberdade política pensada para a nação.

FONTES

Dicionários

MORAIS, Antonio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Reformado e acrescentado. Tomo Primeiro. V. 1 (A-K), Lisboa: na Offcina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412> Acesso em 30/12/2018.

MORAIS, Antonio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Reformado e acrescentado. Tomo I, v. 1 (F-Z), Lisboa: Na Typografia Lacerdina, 1813. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=11s7A-QAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false Acesso em 30/12/2018.

Jornais

Diário do Governo do Ceará. In: BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografia cearenses**. Fortaleza: Secretária da Cultura/Museu do Ceará, 2006.

Typhis Pernambucano. In: MELLO, Evaldo Cabral de. **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. São Paulo: Ed. 34, 2001, p. 456.

Suplemento ao Desengano aos Brasileiros. n.º4. Reimpresso na Tipografia Nacional. In: BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografia cearenses**. Fortaleza: Secretária da Cultura/Museu do Ceará, 2006, p. 173.

Fontes manuscritas e digitais

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil** (25 de março de 1824). Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Acesso em 23 jan. 2019.

STUDART, Barão de. Documentos para a historia da Confederação do Equador no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo Especial 1824-1924. 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. Disponível em: <https://www.institutoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1924TE/1924TE-AConfederacaodoEquadorDocumentosparaHistoria.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

Manifesto da Proclamação da Confederação do Equador. 2 de julho de 1824. In: BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto (Org.). **Textos Políticos da História do Brasil**. 3ª Ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 786-788.

Manifesto de Frei Caneca (1824). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (Org.). **Textos Políticos da História do Brasil**. 3. ed. Brasília: 2002, p. 779.

Officio da Camara de Aracaty à Junta de Governo. In: STUDART, Barão de. *Documentos para a história da Confederação do Equador no Ceará*. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo Especial 1824-1924, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924, p. 358. Disponível em: <https://www.institutoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1924TE/1924TE-AConfederacaodoEquadorDocumentosparaHistoria.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

“Se Pernambuco não jurar a Constituição já, também esta província a não jura” — Carta de José Martiniano de Alencar a Manuel de Carva-

lho Paes de Andrade (05 de maio de 1824). Ver: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (Org.). **Textos políticos da História do Brasil**. 3. ed. Brasília: 2002, p. 764-765.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **A parte no partido**: relações de poder e política na formação do Estado Nacional Brasileiro, na província do Ceará (1821-1841). 2018. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BURKE-PALLARES. Maria Lúcia Garcia. **The Spectator**: o Teatro das Luzes. Diálogo e Imprensa no século XVIII. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). Tese de Doutorado em História. UFF. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010, p. 183-237. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1199.pdf> Acesso em: 28 jun. 2019.

GUERRA, François Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil**: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí, Fapesp. 2003, p. 33-60.

JUNIOR, Alvaro Santos Simões. CAIRO, Luiz Roberto. RAPUCCI, Cleide Antonia (Org.). **Intelectuais e imprensa**: aspectos de uma complexa relação. São Paulo: Nankin, 2009.

LUSTOSA, Isabel. *Uma Imprensa ilustrada*: os primeiros jornalistas brasileiros e seu lugar no mundo português. In: JUNIOR, Alvaro Santos Simões; CAIRO, Luiz Roberto; RAPUCCI, Cleide Antonia (Org.). **Intelectuais e imprensa**: aspectos de uma complexa relação. São Paulo: Nankin, 2009, p. 13-26

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004.

POCOCK, John G. **Linguagens do ideário** político. São Paulo: Edusp, 2003.

PORFIRIO. Francisco Weber Pinto. **(Re) pensando a nação**: a Confederação do Equador através dos jornais “O Spectador Brasileiro” (RJ) e o “Diário do Governo do Ceará” em 1824. Dissertação (mestrado), Uni-

versidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Pará: Companhia Gráfica Lux, 1970.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador**. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1998.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **O Ceará no Senado Federal**. Brasília: [s.n.], 1992, p. 23-25. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/533155/000135996.pdf?sequence=1> Acesso em: 21 out. 2018.

“Tem a cor amarelada por uma hitirice”

A condição de saúde dos escravizados piauienses do século XIX

Talyta Marjorie Lira Sousa Nepomuceno¹

INTRODUÇÃO

No dia 12 de maio de 1852, foi publicado no jornal O Echo Liberal da cidade de Teresina, o anúncio sobre o mulato Raimundo que fugiu de Bacaba na província do Maranhão para a região de Oeiras à procura do Major Portela. O escravo tinha 21 ou 22 anos, era baixo, sem barba, cabelos anelados, rosto comprido e redondo, olhos grandes, nariz afilado, gengivas à mostra e dentes limados. Raimundo padecia há tempos de uma hitirice, o que causava uma cor amarelada na pele, além de ter uma ferida acima da junta do pé esquerdo e gagueira. Poderia passar-se por livre, pois segundo Antonio da Silva Ferreira, o escravo era mulato e não possuía sinais visíveis de violência pelo corpo. O anúncio estampado nas páginas

1 Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2019), mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2012), especialista na área de Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola pelo Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (2015), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (2009) e graduada em Bacharelado em Direito pelo Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba (2019). talytamarjorie@gmail.com . https://www.cnpq.br/cvlat-tesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=44A9B3AF9C8F532D5996D56FC080A829#

do periódico evidenciava não só mais uma fuga, mas a condição de saúde do escravizado no cenário piauiense oitocentista.

Durante muitos anos os jornais foram excluídos da produção historiográfica por serem consideradas fontes subjetivas, representantes de uma ideologia e interesses políticos de um grupo específico. Os historiadores reconheciam a importância dos periódicos, mas resistiam quanto ao seu uso, balizavam a escrita numa forma objetiva, neutra e fidedigna, queriam estar livres do envolvimento com o objeto de estudo. A partir da década de 1970 ocorreram mudanças na forma de construção do conhecimento histórico impulsionada pelas contribuições da terceira geração da escola do *Annales*, alterando a concepção de documento histórico e ampliando o campo de atuação do historiador.

Os jornais tornaram-se um material de pesquisa fundamental para o estudo da vida cotidiana, onde múltiplos sujeitos puderam ser investigados. Dessa forma, o uso dos jornais como fonte e objeto de pesquisa nos levou a compreender a condição de saúde dos escravizados a partir dos anúncios de fuga.

Nessa perspectiva, este trabalho propõe-se a analisar as doenças e a condição de saúde dos escravizados a partir dos anúncios de fuga dos jornais piauienses da segunda metade do século XIX. Os anúncios de fuga de escravos são importantes como fontes primárias, pois são pedaços de significação, representações da sociedade piauiense oitocentista que expõem uma descrição minuciosa de todos os sinais e marcas que pudessem identificar o cativo.

Compreendemos que os anúncios podem ser pautados na tentativa de conhecer, identificar e compreender as condições de vida dos escravos. Por meio desses anúncios, fazemos inferências a respeito dos motivos que levavam a fuga, observamos as marcas da violência, dos chicotes, os ferros no pescoço, as correntes nos pés, as tatuagens no corpo, a falta de dentes e os vícios.

Escolhemos como recorte temporal a segunda metade do século XIX, pois a imprensa piauiense surgiu a partir da publicação do jornal de cunho oficioso O Piauiense em 1832. Durante o século XIX tivemos a publicação de uma gama de periódicos como A Voz da Verdade, Echo Liberal, O Conciliador Piauiense, O propagador, O Expectador, Liga e Progresso, A imprensa, A Época, entre outros. Houve a intensificação na publicação de anúncios nesse período, pois muitos negociantes e políticos dedicaram-se à captura e venda de escravos e a província do Piauí tornou-se um ponto de apoio para o tráfico interprovincial.

No que diz respeito ao levantamento da documentação, recorremos às fontes primárias existentes no Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação — NUJOC da Universidade Federal do Piauí e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. No que concerne a metodologia do processo investigativo, adotamos a pesquisa histórica descritiva a partir da consulta e análise da base documental.

A CONDIÇÃO DE SAÚDE DOS ESCRAVOS E OS ANÚNCIOS DE FUGA DOS JORNAIS PIAUIENSES DO SÉCULO XIX

O jornal é um documento que proporciona ao historiador uma medida aproximada do panorama, consciência e problemas que os sujeitos têm de uma época. Mesmo que estas notícias sejam apenas informativas, elas não estão livres de demonstrações críticas e opinativas e omissões deliberadas (CAMARGO, 1971, p. 225). A visão parcial e subjetiva da realidade, não significa que ela seja falsa, visto que o pesquisador deve perceber que a concepção de documento se modificou e um documento/notícia/fato visto como “falso” também é relevante do ponto de vista histórico, cabendo averiguar porquê e como produzido (CAPELATO, 1988, p. 23).

O uso dos jornais dependerá do recorte dado pelo historiador, do seu objeto de pesquisa e de sua abordagem. Ressaltando que o uso dessa fonte deve estar atrelado ao seu tempo histórico, não podendo dissociá-la do local e momento em que foi escrita, por quem foi produzida, o público que se destinava e as questões externas que envolviam a sua produção. Ao trabalhar com jornais percebemos que não é possível um enquadramento e uma abordagem uníssona (LAPUENTE, 2016, p. 17), pois este é fonte de sua própria história, meio de expressão de ideias, cotidiano de uma determinada sociedade e prática política, econômica e cultural (CAPELATO, 1988, p. 21).

A imprensa piauiense surgiu na cidade de Oeiras em 1832 com a publicação do jornal *O Piauiense* de cunho oficioso que narrava as decisões políticas do governo imperial e provincial (PINHEIRO FILHO, 2017, p. 23). Segundo Pereira da Costa, o primeiro periódico nada tinha de particular na sua redação e montagem, pois “se refere a ata da sessão do conselho do governo da província, de 5 de janeiro de 1833, bem como o barão da Parnaíba no seu relatório presidencial de abertura do mesmo conselho em 7 de dezembro daquele ano, mencionando que uns tantos documentos citados já tinham sido publicados no periódico da cidade” (PEREIRA DA COSTA, 1974, p. 387).

O autor aponta que os documentos piauienses do período não atribuem título ao primeiro periódico e que só foi possível encontrar a denominação desse jornal a partir de pesquisa realizada no jornal *Aurora Fluminense* do Rio de Janeiro do ano de 1832. Este impresso cita: “[...] particularmente o Recompilador Sergipano, em Sergipe, e no Piauí *O Piauiense*: ambos estes periódicos escritos com dignidade, boa frase e em sentido constitucional” (PEREIRA DA COSTA, 1974, p. 388).

A publicação regular de periódicos na província do Piauí ocorreu com *O Telégrafo* em 1839, impresso pela tipografia saquarema e que tinha como principal foco notícias oficiais e os desdobramentos políticos relacionados a Balaiada (PINHEIRO FILHO, 2017, p. 30). No

decorrer do século XIX foram publicados vários periódicos: *A Voz da Verdade*, *Echo Liberal*, *O Conciliador Piauiense*, *O propagador*, *O Expectador*, *Liga e Progresso*, *A imprensa*, *A Época*, entre outros.

A escrita jornalística destes periódicos era produto da sociedade do século XIX e estava permeada pelo seu tempo. Segundo Vinícius Leão Araújo, a escrita dos jornais era “um lugar recorrente de prática da política, pois, através dela, se veiculavam ideais, anseios e eram publicizados os debates políticos” (ARAÚJO, 2013, p. 12). Os periódicos eram marcados pela visão de mundo de quem escrevia, suas motivações e suas escolhas.

A investigação dos anúncios de jornais referentes a escravos trouxe grande contribuição para a elucidação de parte tão desconhecida da nossa história, mais do que isso, a análise sistemática de anúncios relativos a escravos nos jornais brasileiros do século XIX permitiu chegarmos a importantes conclusões ou interpretações de caráter antropológico, seja psicossomático, seja cultural, através de descrições das figuras, falas e gestos de negros — ou mestiços — à venda e, sobretudo, fugidos: altura, formas de corpo, pés, mãos, cabeça, dentes, modos de falar, doenças (FREYRE, 2010, p. 28).

Os anúncios possuíam uma composição simples com uma descrição das características físicas e algumas vezes comportamentais do escravizado, o oferecimento de uma gratificação a quem encontrasse o “fujão” e penalidade para aquele que protegesse o cativo (FERREIRA, 2010, p. 68). Era uma das fontes de renda dos jornais e distinguiam-se da linguagem produzida em outras seções por serem redigidos pelos próprios anunciantes, da forma que melhor lhe conviesse, sem uma concepção fixa e rígida, e com um tom pessoal relacionado aos escravos (SCHAWARCZ, 2017, p. 156).

Além de ser fonte de renda para os jornais, os anúncios tinham o objetivo de despertar o interesse da sociedade para o controle, vigilância e chamar a atenção das pessoas que se dedicavam à tare-

fa de capturar escravos. A fuga era um ato simbólico que produzia efeitos e sentidos, ao ser descrita dentro da seção de anúncios do jornal. A descrição pode ser a voz do dono, mas através da escrita, o escravo ganha corpo e figura. A voz do dono “caracteriza-se por exprimir as relações de poder a qual se encontra existentes na época e próprias dessa e do lugar do poder de quem fala: a classe dos donos de escravos” (FERRARI, 2010, p. 103).

No que diz respeito às doenças e a condição de saúde descrita nos anúncios de fuga, observamos que era recorrente membros amputados, deformidades possivelmente causadas pelo esforço repetitivo (GOMES, 1996, p. 14), marcas ou deformações profundas que se tornavam traços identificadores (FREYRE, 2010, p. 107-108). Na descrição do escravo Apolonio notamos os indícios da violência e da má condição de trabalho, conforme o anúncio a seguir:

Fugiu ao abaixo assinado na noite do dia 21 para 22 deste mês, o escravo Apolonio, cafuz, claro (passa por mulato), alto, espadaúdo, com alguma barba, tem 24 anos de idade pouco mais ou menos, e boa dentadura, um tanto limada, costuma falar muito em vaqueiresse, tem muito visível uma unha arrancada do dedo grande de um pé, e em outro, entre o dedo grande e o imediato tem um talho de machado. Tem nas costas sinais de relho. Quando fugiu levou camisa de riscado, suja, chapéu de baeta, alpercatas e rede.

Quem o pegar e entregar a seu senhor, no seu escritório na rua Bella, será bem gratificado

Teresina, 22 de setembro de 1858

Antonio Moreira do Carmo (O Propagador, 28 de agosto de 1858).

Na análise do anúncio, notamos que Apolonio possuía “uma unha arrancada do dedo grande de um pé e entre o dedo grande e o imediato um talho de machado”, essa deformidade poderia ocorrer devido à atividade laboral desenvolvida pelo cativo. Não podemos confirmar o diagnóstico sobre o trauma nos dedos dos pés de Apolonio, pois as condições de saúde eram registradas de

forma ambígua, com a apresentação de uma sintomática variada e um quadro específico para os nomes das doenças daquele momento histórico. Segundo Sônia Magalhães, existe uma dificuldade na apreensão da terminologia das moléstias, pois as nomenclaturas possuem denominações populares que variam conforme o tempo e o espaço, e por não haver padronização nos registros (MAGALHÃES, 2004, p. 119).

O cativo também foi descrito pelo sinal de castigo que sofreu “tem as costas sinais de relho”, demonstrado o rigor da escravidão e os aspectos íntimos da sociedade escravocrata piauiense. Uma das formas de identificar os “fujões” era justamente a descrição dessas marcas, prática recorrente nos oitocentos conforme se verifica no corpus analisado neste artigo. Como o escravo Antonio Izidoro, cabra, estatura regular, cinquenta anos, pouca barba, olhos encarniçados, panos pretos no rosto, um dos dedos grandes do pé rachado de um talho de machado, abaixo de um dos braços sobre as costelas têm o sinal de facada, rendido de uma virilha e tem sinal de relho nas nádegas e nas costas. A cativa Maria Izabel tinha idade de 40 anos, cabelos crespos um tanto miúdos, testa estreita, porém com as entradas largas, as pontas das orelhas grossas e um tanto despregadas, olhos pequenos e fundos, maça altas, nariz pequeno e grosso, beijos grosso e arroxeados, nas costas a baixo do talho da camisa tem um pequeno sinal de relho, sobre um dos peitos tem dois sinais, um redondo de fogo e outro comprido, sendo este de relho, uma das mãos o dedo fura bolo tem a unha rachada ao comprimento, a dentadura de cima quase toda podre e com falta de alguns dentes (O conciliador piauiense, 21 de setembro de 1857).

Além da distinção dos corpos pelos sinais de violência física, existem características particulares nos dois escravos anunciados por Liberato Lopes e Silva. Observamos que Antonio Izidoro possuía possivelmente uma doença de pele, “panos pretos no rosto”, e uma hérnia inguinal por ser “rendido de uma virilha”. Já Maria

Izabel tinha marca ligada a saúde bucal, “a dentadura de cima quase toda podre e com falta de alguns dentes”.

Em grande parte dos anúncios há descrição da saúde dentária dos cativos, como a falta de dentes ou dentes limados. Segundo Gilberto Freyre, um elemento identificador de origem era a dentadura dos escravos, chamadas de marcas “nação, isto é, de tribo e identificadoras de predominâncias de característicos psicossomáticos e de situações culturais, de outros, informam suas línguas também tribais” (FREYRE, 2010, p. 52).

Dos jornais piauienses do século XIX insurgem nove anúncios demonstrando a falta de dentes dos escravos e cinco em que o escravo foi descrito com dentes limados, mas não ficou especificado o caráter étnico. Como Manoel que fugiu do sítio Ingá no município de Barras, cabra, de 20 a 30 anos, espaduado, dentes limados, pés de papagaio e quase sem barba (O Piauí, 30 de janeiro de 1872) e Dorotheu, mulato, alto, magro, olhos pequenos, cabelos crespos, pouca barba, dentes limados, pernas tortas, muito conversador e um tanto gago, é dado ao vício da embriaguez (A Época, 14 de dezembro de 1878).

Na narração das características de Dorotheu evidenciamos que a violência do sistema escravista poderia desencadear doenças de caráter psíquico. Márcia Amantino pesquisou a descrição dos castigos de caráter psicológico que poderiam ser indicativos das pressões encaradas pelos escravos durante a vida e traçariam um esboço da saúde. Segundo pesquisas médicas, a gagueira poderia ser causada pelos medos e traumas na infância, e a condição da escravidão poderia ser propícia para desencadear tal problema (AMANTINO, 2007, p. 1338).

O escravo Izidoro, além de possuir uma deficiência física: “aleijado do braço direito [...] seco e completamente paralítico desde crian-

ça”, possivelmente tinha um transtorno psicológico visto que ocasionalmente os olhos tornavam-se piscos, conforme a citação a seguir:

Fugiu de casa de seu Senhor no dia 28 janeiro de 1866 o escravo Izidoro com 20 anos de idade, cor cabra da pele vermelha, aleijado do braço direito, pois o tem pequenino, seco e completamente paralítico desde criança, sem barba alguma, estatura regular, boa dentadura, conversa desenvolvida, sofrendo de vez em quando dos olhos que se tornam piscos, e é filho de Anastácia preta alforriada que reside na cidade de Teresina.

Roga-se a todas as autoridades a captura desse escravo, e a pessoa que o capturar e levar à casa de seu senhor abaixo assinado em sua fazenda Ininga do termo da União, será bem recompensado.

Antonio José de Sampaio (*A Imprensa*, 28 de abril de 1866).

O escravo Izidoro poderia sofrer do que conhecemos como Síndrome de Tourette, uma doença comum na presença de ansiedade e tem como um dos sintomas típicos como a piscada de olhos. Podemos inferir sobre a doença de Julião e Izidoro, mas não podemos confirmar um diagnóstico, pois as informações dos anúncios eram repassadas pelos senhores e utilizadas para identificar e tornar possível a captura dos cativos fugidos.

A descrição dos olhos dos escravos fugidos nos leva a Theodoro, 18 anos, crioulo, olhos grandes e esbranquiçados, baixa estatura, porém bem esbelto (*A Imprensa*, 20 de março de 1879); Maximo, com muito preta, sem barba, rosto meio quadrado, testa pequena, olhos vessos, nariz chato, boca grande, boa dentadura, queixo fino, voz fanhosa, altura quase regular, cheio do corpo (*O Piauí*, 19 de março de 1870); e Francisco matriculado na coletoria de Teresina sob número 1164, mulato, estatura elevada, 30 anos, olhos amarelados, cabelos pretos, tirando a ruivo, pés grandes, bons dentes, era fábrica da Fazenda Nova Olinda no termo de Marvão (*A Imprensa* 13 de janeiro de 1883).

Alguns casos de doenças nos olhos manifestavam-se pela carência de vitaminas A devido à má falta de nutrição (FREYRE, 2010, p. 172). De acordo com Odilon Nunes, os cativos das Fazendas Públicas recebiam por um dia de trabalho nos canteiros de obra durante a edificação da cidade de Teresina 200 gramas de carne seca, duas canecas de farinha, meia de feijão, meia quarta de libra de toucinho, sal, milho cozido com rapadura e arroz, e sabão para lavar as roupas (NUNES, 2007, p. 87). Mas a situação dos escravizados diferia da exposta pelo autor, pois além da condição subumana, os cativos tinham uma alimentação rarefeita composta basicamente por farinha e carne seca, que levava uma parte dessa população à morte. Essa base alimentar ainda sofria com o problema do abastecimento interno, a capital não era autossuficiente na produção de farinha de mandioca, milho e arroz, e o período seco se estendia por quase todo o ano. Dessa forma, a incidência de moléstias podia estar associada a disfunções da má alimentação, do trabalho excessivo e dos maus-tratos.

A cor amarelada dos olhos no caso do escravo Francisco e da pele como o escravo Raimundo, descrito no início desse artigo, poderia indicar uma doença hepática. A icterícia era uma das doenças destacadas no Dicionário de Medicina Popular do doutor Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. Para o médico a icterícia “quando não é súbita, principia ordinariamente pelos olhos, pouco a pouco a coloração estende-se ao rosto, pescoço, unhas, peito, ao tronco, e enfim aos braços e pernas [...] A duração da icterícia é ordinariamente bastante longa, dissipa-se raramente antes de quinze ou vinte dias e há casos em que se prolonga por dois e três meses, mas esses casos são raros” (CHERNOVIZ, 1890, p. 190).

O prognóstico, de acordo com Chernoviz, dependia de várias circunstâncias, não sendo possível estabelecê-lo de uma maneira geral, visto que essa moléstia não era grave. Em geral “a icterícia sara naturalmente pelo repouso, com bebidas emolientes e refrigerantes, um regime brando e frugal, composto da metade da alimentação habitual” (CHERNOVIZ, 1890, p. 190).

Outra condição de saúde descrita pelos anunciantes era de escravos que sofriam com “vícios”. O vício na cachaça era comum em áreas produtoras de cana-de-açúcar e o tabaco era fumado “em cachimbo de pau ou de barro, ou mascado, provavelmente com uma folhinha ou duas de maconha para aumentar o gosto do pecado” (FREYRE, 2010, p. 120).

Gratifica-se generosamente a quem capturar o escravo Benedito do major Joaquim Pereira da Silva; os sinais são os seguintes: Alto, cheio do corpo, 37 anos de idade, pouco mais ou menos, cor preta, pernas arqueadas, pés grandes, pouca barba, usa suíça, beiços grossos e salientes, tem o dedo índice da mão esquerda mais fino do que o outro, é canhoto, tem sinais de relho nas nádegas e costas, usa tomar torrado, e masca, fala alto.

Evadiu-se do poder do seu Sr. ao dia 3 de junho do ano próximo passado, indo ter na capital desta província em casa de Sr. Dr. José Manoel de Freitas, dali e evadiu-se em julho do mesmo ano, conduzindo um surrão de couro de bode, um chapéu de couro e rede.

E para que não se julgue abandonado, faço presente ao público.

Quem o capturar o entregar na fazenda Uhyca no Termo de Jerumenha.

Uhyca, 30 de janeiro de 1872 (*O Piauihy*, 31 de março de 1872).

Nas descrições aparecem os escravos “tabaquistas”, os que gostam “cheirar torrado” e “masca fumo” como Benedito que fugiu da fazenda Uhyca no Termo de Jerumenha. Nesta descrição observamos outra comorbidade, “cheio do corpo”, que poderia indicar que o escravo estava acima do peso ou ser um sinal de elefantíase (JESUS, 2016, p. 7).

O Dicionário de Medicina Popular chamava de elefantíase inchações dos membros, principalmente dos membros inferiores, do escroto e de outras partes do corpo. A moléstia também era chamada de erisipela branca, edema duro, moléstia glandular de Barbada ou sarcocela do Egipto (CHERNOVIZ, 1890, p. 926-928).

Vários fatores poderiam estar ligados à proliferação e existência das moléstias como a ausência na limpeza e manuseio dos alimen-

tos, a proximidade com os locais que serviam de depósito de lixo e a falta de vestimenta adequada (VIANA, 2016, p. 130-149). Nessas condições precárias os médicos eram chamados em último caso quando o cativo já não reagiria ao tratamento.

No Piauí, os escravos poderiam ser tratados no Hospital de Caridade que inicialmente foi fundado na cidade de Oeiras (primeira capital do Piauí) por meio da Lei provincial nº 19 de 4 de julho de 1835. Segundo o presidente de província Manuel de Souza Martins, o hospital foi fixado numa casa alugada, apertada, imunda e servia para tratar “os escravos nacionais em suas moléstias [...] em que se curam todos os miseráveis indigentes de ambos os sexos, que se entregam a nossa Caridade” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório do Presidente da Província de Manuel de Souza Martins, 1835).

Em 1845, o hospital era o único estabelecimento de caridade que existia na província do Piauí, continuava a tratar dos enfermos indigentes e dos cativos das Fazendas Nacionais, ampliando seu quadro de atendimento para os presos e soldados do corpo fixo e de polícia provincial. O médico do Partido Público assinalou que o hospital possuía material suficiente para funcionar, que o serviço era regular, precisando da construção de um muro ao redor do edifício, com o objetivo de assegurar a segurança interna, e de salas arejadas e espaçosas (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório do Presidente da Província de Zacarias de Góes e Vasconcelos Martins, 1845).

Com a mudança da capital de Oeiras para Teresina, o Hospital de Caridade continuou a funcionar em Oeiras, pois a nova capital não dispunha de espaço adequado para atender aos enfermos. Em 1853, Teresina não possuía um Hospital e o da cidade de Oeiras era o único lugar em que os enfermos e desvalidos achavam recursos a seus males. No ano seguinte o Hospital foi inaugurado na parte pronta do quartel do corpo de polícia, pois não existia sede própria. Em 1861, o Hospital de Caridade passou a ser administrado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, que recebia dez contos de réis para atuar

no combate às enfermidades e “receber nas enfermarias de seu hospital um grande número de enfermos pobres, que não podem hoje ser cobertos com o manto protetor da caridade pública” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório do Presidente da Província Manuel Antonio Duarte de Azevedo, 1861).

Assim, observamos os escravos enquanto fogem, reclamando o direito de liberdade e resistindo ao poder vigente. Compreendemos que o poder não era privilégio obtido ou conservado da classe senhorial, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas que o cativo burlava através da fuga. Cada fuga era peculiar e cada escravizado levava consigo sua expectativa de liberdade. Os escravos desfaziam a dominação cotidiana por intermédio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escrever esse artigo, pretendemos analisar “existências reais; que se lhes pudessem dar um lugar uma data, que por detrás destes nomes que já não dizem nada, que por detrás destas palavras breves [...], tenham havido homens que viveram e morreram com os seus sofrimentos, as suas malfetorias, os seus ciúmes, as suas vociferações” (FOUCAULT, 2006, p. 206).

Hoje há uma multiplicidade de trabalhos e um número crescente de teses e dissertações que utilizam os jornais como fonte e objeto de pesquisa. Devemos ter cuidado quando aos usos e abusos, não dispor dos jornais de maneira indiscriminada, sem metodologia e sem aprofundamento teórico (BORGES, 1999, p. 163) Segundo Cláudio Pereira Elmir a consulta a um periódico deve ser feita obedecendo a uma criteriosa análise, exigindo do pesquisador a leitura diversa da realizada ao jornal do dia-a-dia, sempre que possível contrapondo o jornal as outras fontes, e nos despidendo de resultados pré-concebidos que tendenciam a leitura do documento (ELMIR, 1995, p. 22).

Compreendemos que as notícias e os fatos divulgados nos jornais durante o século XIX devem ser entendidos e recuperados, não como situações “reais”, mas como representações, produzidas, difundidas e repercutidas de formas diversificadas (SCHWARCZ, 2017, p. 19). Os jornais são agentes vivos, ativos e essenciais na reconstrução da história.

Os anúncios de fugas não são apenas retratos da sociedade escravocrata oitocentista, são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas cujas palavras foram os instrumentos. A fuga proporcionava para os cativos uma forma de recuperar o poder sobre sua vida, abolir os castigos, romper com laços sociais e afetivos, e dispor de sua força de trabalho como achar adequado. O senhor buscava reaver a propriedade e manter seu domínio. O efeito dos anúncios atinge uma nova dimensão, não apenas dada pela possibilidade de captura, mas pela transmissão de representações, sensibilidades sociais e pelo estabelecimento de uma rede de relações intersubjetivas (FERRARI, 2010, p. 14a).

Os anúncios de fuga tinham a preocupação em identificar os escravos através das suas características físicas: cabra, alto, sinal visível de uma verruga, rosto comprido, mulato claro, bem parecido, grosso, não possui barba alguma, olhos grandes, cabeça pequena, um tanto ruivo, cabelo carapinhado, dentes limados, pés grandes, seco. A atividade que desenvolvia: sapateiro, ferreiro, pedreiro, vaqueiro, carpina, marceneiros. Seus vícios e doenças: cor amarelada devido a uma hitrice que padece a tempos, cisura de panarício no dedo polegar de uma das mãos, andar mascando fumo, gosta de beber aguardente, jogar.

Os anúncios são construções discursivas legitimados por uma dada realidade conectada às intenções, interesses dos sujeitos históricos escrevem os jornais, são representações forjadas e que não são neutras, pois “produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas, condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17). Assim, os anúncios são construídos nas atividades dos grupos sociais que

evolvem suas práticas e estratégias, onde podemos compreender como são produzidos e adquirem sentido histórico.

REFERÊNCIAS

AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. *In: Revista História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1377-1399, out.-dez. 2007, p. 1377-1399.

ARAÚJO, Vinícius Leão. **História e Imprensa: a cultura política em jornais piauienses de 1868 a 1875**. Mestrado em História do Brasil, Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, 2013.

BORGES, Vavy Pacheco; JANOTTI, Maria de Lourdes; MARSON, Iza-bel. A esfera da história política na produção acadêmica sobre São Paulo (1985-1994). *In: FERREIRA, Antônio Celso (Org.). Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP/Fapesp/Anpuh, 1999.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. **Anais do V Simpósio Nacional do Professores Universitários de História**. São Paulo, 1971.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de Medicina Popular e das ciências assessórias para uso das famílias**. 6. ed. Pariz: A. Roger & F Chernoviz, 1890, p. 160.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, 1995, p. 19-29.

FERRARI, Ana Josefina. **A voz do dono: uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos**. Campinas: Editora Pontes, 2010a.

FERREIRA, Heloisa Souza. Dando voz aos anúncios: os escravos nos

registros de jornais capixabas (1849-1888). **Temporalidades** — Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, v. 2, n. 2, ago./dez. 2010b, p. 67-75.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (Org.) **Estratégia, poder-saber** (Ditos e escritos; IV). Tradução de Vera Lúcia Avelar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 206.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. I, n. 1, 1996, p. 67-93.

JESUS, Antonio Marcos Cardoso de. O corpo escravo: suas condições físicas e de saúde nos anúncios de fuga do jornal A Matutina Meiapontense (1830-1833). *In*: **Anais Congresso Internacional de História: Novas epistemes e narrativas contemporâneas**. UFG — Jataí, Goiás, 27 a 29 de setembro de 2016.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa com fonte apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. *In*: **Revista Bilros**, v. 4, n 6, p. 11-29, jan.-jun. 2016.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2004, p. 119.

NUNES, Odilon. A mudança da capital Teresina e seu desenvolvimento no Império. *In*: **Pesquisas para a História do Piauí**. v. IV, Teresina: FUNDAPI, 2007.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. Teresina: Zodíaco, 3ª edição, 199, p. 23.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, p. 388.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VIANA, Iamara da Silva. Doenças de escravizados em Vassouras, 1840-1880: principais causas mortis e suas implicações. *In*: **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016, p. 130-149.

Sociedade e instituições de assistência infantil no Maranhão oitocentista

Os registros bibliográficos nas obras de Mário Martins Meireles

Rosyane de Moraes Martins Dutra¹

INTRODUÇÃO

A escrita da história do Maranhão, desde meados do oitocentos, seguiu um olhar saudosista e de manutenção de uma ordem social pelos seus primeiros escritores. Os intelectuais que se destacavam no registro das memórias e fatos maranhenses possuíam características comuns como a exaltação da Terra das Palmeiras como lugar de glórias conquistadas e a descrição cronológica dos principais momentos dessa história, contada sem críticas. Nesse movimento, as experiências desses intelectuais são fundamentais para a compreensão dos discursos, nos quais a interpretação histórica revelara um lugar social (CERTEAU, 1982).

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) na Linha de Pesquisa História da Educação: sujeitos, objetos e práticas. É Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Infância e Brincadeiras - GEPIB/UFMA. Também, é Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Infância, Cultura e História - GEPICH (UNIFESP/Guarulhos-SP). Atualmente é professora assistente do Departamento de Educação I no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (Área: Educação Infantil). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3305787052738350>. E-mail: rosyane.martins@gmail.com.

Os registros realizados pelas lentes de consagrados escritores, retomam a história de uma província na efervescência da construção dos seus espaços públicos e respectivamente, no atendimento das necessidades de uma paupérrima população. São Luís, capital da Província, se reveste da mitologia de Atenas Brasileira², como simbologia de diferenciação das demais províncias e como construção de uma identidade própria pela fundação francesa (MEIRELES, 1994). Além das instituições da saúde como lugares de assistência social, os autores abordavam sobre as ordenações religiosas e irmandades que aportaram em São Luís desde a era colonial e se consolidaram não somente como espaços de devoção popular, mas como disputa do poder sobre os bens adquiridos. Governo, grupos políticos e igreja relacionavam-se conflituosamente na garantia do domínio das atividades sociais promovidas pelas ordens religiosas e que traziam retorno financeiro. Dentre elas, casas de recolhimento para crianças abandonadas, que recebiam milionárias doações de políticos influentes e famílias legitimadoras do poder local.

Assim, esse artigo pretende analisar a sociedade maranhense e as instituições de assistência infantil que se formaram no império a partir das obras de Mário Martins Meireles, historiador com destaque expressivo dentre o grupo de intelectuais que atuavam no Maranhão República para a construção de uma identidade, reafirmando em suas obras “elementos identitários relacionando o contexto intelectual maranhense ao caráter de bravura ateniense de busca incessante pela ampliação do conhecimento” (CORRÊA, 2001, p. 45). Para a análise, foram priorizadas as obras História do Maranhão, de 1960, e Dez Estudos Históricos, de 1994. A escolha partiu das identificações de termos e discursos utilizados por Meireles (1960, 1994) onde se colocara em defesa da vinda das irmandades e ordens religiosas para o Maranhão, anunciando

2 Devido à efervescência intelectual que aconteceu no Maranhão Império, primeira e segunda geração de intelectuais das diversas áreas surgem, pelo reconhecimento nacional de suas obras.

uma postura política que concordava com a assistência aos pobres, e que via nessas instituições uma resolução para o problema do abandono das crianças.

UM PANORAMA ECONÔMICO E CULTURAL: MEIRELES E A “HISTÓRIA DO MARANHÃO”

O Maranhão ilustrado por meio de suas lendas, histórias e mitos, recebeu ênfase historiográfica nas obras de autores como Barbosa de Godóis, Rubem Almeida e Jeronimo de Viveiros. Nesse grupo, a obra *História do Maranhão* de Mário Martins Meireles destaca-se por apresentar as características típicas dos registros históricos desses escritores saudosistas: “fiel à dignidade com que os de sua terra sempre exerceram a profissão das letras” (MELLO, 1960, p. 15). Meireles (1960) dava visibilidade a um Maranhão escasso e em decadência econômica e política, devido à decadência da indústria têxtil conduzida pela política coronelista e latifundiária. Era um processo de redenção entregue às mãos dos intelectuais, para a luta contra o esquecimento, no resgate às tradições culturais pela memória e pelo regionalismo verdadeiro.

Quando se propôs a narrar a *História do Maranhão*, Meireles o fez de forma objetiva, comungando com critérios geracionais que cultuavam os mitos locais e que resgatava a imagem de um passado glorioso. Nessa extensa obra, publicada em 1960 (1ª edição), o autor traçou o percurso historiográfico do Maranhão, anterior a Colonização até o Estado Novo, em trinta capítulos. Os registros demarcam um tempo de saudade e de medo de perda da memória individual e coletiva. Sirinelli (1996) pontua que os intelectuais assumem características de mediação cultural, como Meireles, que informava à mocidade a riqueza da história maranhense, numa época de escassez literária. “Uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver” (SIRINELLI, 1996, p. 248). Os mitos da Atenas Brasileira

e da Terra das Palmeiras, respaldam o desejo de um letrado em contribuir na construção da autoimagem provinciana, que mesmo diante das dificuldades, se reergue pelo poder da palavra.

Esse artigo se respalda nas produções de Meireles (1960) no capítulo 24, intitulado O Maranhão no Império — Panorama econômico e cultural, onde esses ideários aparecem com nítida dimensão historiográfica e pontua como um dos mais expressivos da história da Província, considerando como um tempo áureo com o triunfo da civilização contra a barbárie.

O período do Império foi a fase áurea do Maranhão. Abolida a escravidão, em que se fundava a sua então estabilizada economia, e entrada a República, a velha província entrou, não há como negá-lo em decadência, dentro de poucos anos vindo a perder aquela situação privilegiada que houvera conseguido, principalmente no Segundo Reinado quando, como galardão maior, à força da inteligência de seus filhos conquistou o título de glória que tem enobrecido as gerações subsequentes — o de Atenas do Brasil (MEIRELES, 1960, p. 280).

O período áureo, antes apresentado por Meireles (1960) como sendo os últimos quarenta anos do período colonial, caracterizado pela expansão econômica advindas das políticas pombalinas e a ascensão da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, é deslocado para o oitocentos, quando as elites investiam na formação dos seus filhos no exterior. A formulação de uma ideia de nação e de civilização, imposta pelo Império brasileiro, foi uma invenção das elites letradas para que grupos e instituições sociais fossem as mantenedoras das relações de poder junto ao processo de urbanização. No Maranhão, isso se estabeleceu na organização de lugares que aplicariam as propostas de adequação da sociedade às exigências de modernização e higienismo.

Essa relação da província com os costumes europeus (a localização geográfica privilegiava o acesso pelas navegações) facilitou a construção de uma imagem de cidade instruída e conectada com os

valores do Velho Mundo. Uma “predestinação intelectual do homem maranhense”, atraído pela efervescência cultural e pelas instituições que surgiam como bibliotecas, tipografias, casas de educação etc., com ênfase entre os anos 1832-1868, no surgimento do “grupo maranhense” do romantismo brasileiro (MEIRELES, 1960, p. 291). Sobre a sociedade patriarcal e mantenedora dessa correria rumo ao progresso pairava o sentimento de triunfo das luzes sobre a escuridão do período colonial, e que descartava os desamparados e desvalidos.

Os discursos civilizatórios demarcam uma cidade para poucos, nos quais educação e arte são áreas de alcance para “senhores moços, feitos doutores”, em detrimento aos “bandidos, desajustados, ociosos” (MEIRELES, 1960, p. 299). A população rural, sob os efeitos da Balaiada, aumentava em número de deserdados da sorte, e que na capital, iriam em busca de assistência social. Em seus registros, o autor considerou essa revolta uma afronta a ordem estabelecida, e revela-nos o caráter de perda e de decadência que reveste a sua obra.

Atiraram-se à luta, eletrizados por uma comunhão espiritual de vindita. Para vingar uma prisão injusta; para lavar a honra pessoal; para reparar o furto legalizado; para entravar a extorsão fiscal; para escapar ao recrutamento; para desforrar imerecidos castigos; para livrar-se da perseguição, da humilhação; para brigar, brigar enfim, contra o rico, o poderoso, a autoridade (MEIRELES, 1960, p. 300).

Sustentado pelas ideias do tutor Jeronimo de Viveiros (1940), que em seu livro considerou a Balaiada a mais sanguinária de todas as revoltas que ouviu no período regencial, Meireles alimentara o pensamento da aristocracia maranhense, contrária aos movimentos de oposição que se levantavam contra a supremacia elitista na Província. “Uma volúpia de roubos e incêndios, de mortes e atrocidades incitados pelas indefinições de um partido político que levantou o pó da terra, como estúpido instrumento” (VIVEIROS, 1940, p. 05-06). Desse movimento do interior para a capital, sur-

gem inúmeros infortúnios a partir do mandonismo patriarcal e das desigualdades que surgem com as mazelas sociais que se intensificavam nesse cenário de guerra e pobreza extrema.

Nesse panorama, destacam-se as crianças, que sofreram intervenções institucionais que inibiam suas liberdades. Utilizando dispositivos de controle e disciplina dos corpos infantis, a sociedade construiu um aparato governamental sobre a infância no Maranhão oitocentista, que seguia os anseios de uma província ora degenerada, ora civilizada. Para Meireles (1960, p. 333), a ruptura com a ignorância e a decadência primava pelos “altos estudos”, característica da elite local. Para as famílias de classes subalternas, a regeneração perpassava pela institucionalização, pela moralização, pela educação religiosa.

“UMA CASA PARA OS MENINOS EXPOSTOS”: INSTITUCIONALIZAR A INFÂNCIA PARA CIVILIZAR A CIDADE

A atuação de instituições de caridade no contexto maranhense foi primordial na constituição dos principais lugares de assistência social, incluindo a educação das crianças que eram institucionalizadas. No século XIX, o anúncio de asilos, casas e reformatórios para acolhimento dos pobres, marginalizados socialmente, excluídos da convivência com os ditos cidadãos, restabeleceu o equilíbrio social. Retirar do meio os moribundos, e confiná-los nas instituições de guarda e instrução pública, seria uma alternativa para “civilizar os jovens corpos” (FOUCAULT, 2004).

A pobreza foi motivo para que políticas públicas fossem planejadas para a população, que revelaram o descaso dos governantes com os mais necessitados. “Essa sociedade, estratificada discriminadamente em classes, ainda não pudera admitir a existência de um

hospital [...] o da Caridade; enfim, a socorrer os miseráveis” (MEIRELES, 1994, p. 274). São Luís, com os seus 30.000 habitantes, já vivia sobre os reclames de uma sociedade requintada, que absorvendo os costumes europeus, incomodava-se com os “deserdados da sorte”.

Em sua obra, Meireles mencionara o processo de institucionalização da infância, com destaque para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, que com objetivos de atender os pobres, criou um espaço de recolhimento e educação das crianças abandonadas pelas famílias, legítimas ou não. No capítulo oito dos seus Dez Estudos Históricos, Meireles (1994) apresentou as intenções da Irmandade no Maranhão, e com destacada concordância, mencionou como conquistas maranhenses as construções realizadas por essa instituição na cidade, para a assistência social. Dentre elas, a Casa dos Expostos, “a Casa da Roda, inaugurada a 15/07/1837”, que recolhia bebês abandonados na Roda (MEIRELES, 1994, p. 275).

A intenção, portanto, era difundir a boa moral e a conduta em conformidade aos preceitos de civilidade. Livrar os meninos e as meninas do pecado presente nas ruas da cidade e garantir-lhes um futuro na sociedade rica era a pedagogia central dessas instituições, que conforme Foucault (1999, p. 114), “trata-se de uma inclusão por exclusão”. O controle da vida e dos corpos das crianças sob o pretexto da purificação da alma, que deveria ser iniciado o mais cedo possível, para que o quanto antes mãos-de-obra baratas estariam à disposição do mercado maranhense. Percebe-se uma discordância nas concepções acerca do movimento de institucionalização infantil no Maranhão. Evidencia-se, nos registros de Meireles (1994) a boa intenção das Misericórdias na Província, que enviados pela Igreja para a catequização das colônias, trouxeram as formas para civilizar os povos latinos, chamados de selvagens.

O abandono de crianças na capital da Província era costumeiro. Essa prática inseriu-as como prioridade assistencialista nos serviços

ofertados pela Irmandade, na garantia de um futuro para a infância desvalida. O recolhimento de bebês abandonados na calada da noite por suas mães iniciou no dia 27 de abril de 1829. As crianças eram deixadas, conforme orientações da Igreja e para a salvação da alma que abandona, nas janelas das instituições de caridade. Especificamente, em uma roda³ em forma de cilindro colocada para facilitar a retirada da criança. Após recolhimento, eram logo batizadas, recebiam um nome, quando já não o possuíam via bilhete deixado pela mãe, e encaminhadas a amas de leite. Em mapa de movimento anual, da Casa dos Expostos, os dados mostram que nos primeiros dez anos, desde sua fundação (1829-1839), o quantitativo de crianças abandonadas crescia gradativamente, e que além da amamentação, poderiam ser entregues a famílias, para adoção.

O atendimento a números tão elevados de bebês era possibilitado pelo sistema da criação externa por amas-de-leite, contratadas pela Santa Casa de cada cidade. A criação coletiva de crianças pequenas nas Casas de Expostos, em um período anterior às descobertas de Pasteur e da microbiologia, resultava em altíssimas taxas de mortalidade. A amamentação artificial era um risco sério para as crianças, obrigando as instituições a manterem em seu quadro de pessoal amas-de-leite, responsáveis pela amamentação de um grande número de lactentes. No Brasil, muitas escravas serviram nesta função, alugadas por seus proprietários (RIZZINI, 2004, p. 23).

A assistência às crianças era sistematizada sobre a égide das Ordens Religiosas e se estruturava em instituições com características de clausura. A sociedade maranhense justificava a importância da Roda por temor ao infanticídio que proliferava na Província e também a segunda oportunidade às mulheres desonradas, ou seja, grávidas e solteiras. Mulheres, da elite e mães-escravas, que sofriam abusos, estupros e outras coerções masculinas, eram obrigadas a abandonar seus filhos.

3 A Roda dos Expostos, segundo Maria Luiza Marcilio (1998) tem sua origem na Itália, século XV, nos hospitais de caridade e conventos religiosos. É constituída por um dispositivo de madeira cilíndrico com uma divisória no meio fixado na janela ou muro das instituições.

O condicionamento social da mulher era ainda mais flagrante em São Luís, com um falso moralismo que obrigava uma conduta ilibada e fiel das mulheres livres, enquanto tacitamente permitia o abuso sexual dos homens livres com as escravas. O controle sobre a conduta, a sexualidade, a religiosidade, a maternidade, representavam uma forte vigilância sobre o corpo e a alma da mulher (ABRANTES, 2004, p. 151).

Ainda segundo a autora, Elizabeth Sousa Abrantes (2004), as mulheres pobres e desvalidas eram mais propensas a caírem na prostituição, na luta pela sobrevivência e pela falta de amparo e proteção sendo sempre que possível recolhidas pelo poder público em asilos, para educá-las conforme a moralidade cristã. Essa era uma situação que alavancava o número de crianças expostas e o abandono das mesmas na Casa mantida pela caridade da Santa Casa servia para “aliviar a consciência de uma sociedade envergonhada e ameaçada com a sua presença” (RIZZINI, 2004, p. 26)

A rotina das crianças na Casa da Roda dos Expostos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, incluindo as que recebiam a educação das amas⁴, foi regulamentada pela Mesa Administrativa da Irmandade, no dia 29 de abril de 1832, e organizada como um lugar, não somente para recolhimento de enjeitados, mas também como instituição educativa, com caráter de Asilo, que “sempre buscaram dar um destino a suas crianças, procurando colocar meninos e meninas em casas de famílias ou, então, prepará-los para assumir suas próprias vidas, por meio da profissionalização” (MARCÍLIO, 1998, p. 163).

A infância exposta, pelo abandono de suas mães, entregue às instituições, era subordinada a processos educativos de exclusão social e de sujeição dos corpos. A escrita dessa história percorria um processo higienista, no qual eram enfatizadas as práticas de “socorrer os miseráveis, os deserdados da sorte, com os quais não iriam se misturar os,

4 De 0 a 3 anos, as crianças ficavam à mercê das amas de leite mercenárias contratadas pela Santa Casa. Quando não recebiam seus ordenados em dia, deixavam de alimentar os bebês, e muitos morriam antes de retornarem à Casa. Os administradores da Casa dos Expostos deveriam acompanhar esse serviço externo, para garantir a sobrevivência das crianças.

como se dizia na colônia, homens bons da terra, e muito menos as sinhás-donas e as sinhazinhas, senhoras de muitos escravos.” As instituições, portanto, eram representadas como templos civilizatórios, importantes para uma província em ascensão, “em que os brancos e senhores eram minoria” (MEIRELES, 1994, p. 274).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Mediante as discussões estabelecidas podemos resumir algumas ideias que subsidiaram a história da institucionalização infantil no Maranhão nas obras de Mário Martins Meireles. O Oitocentos foi um anúncio de uma modernidade, montada aos moldes das elites, e que sob o lema do higienismo e da eugenia, impôs às instituições práticas e discursos de controle social. Em relação a institucionalização infantil, dos prédios as pessoas, tudo era pensado com cuidado, para que a dita “civilização” fosse percebida, já na formação das nossas crianças, nascidas, sejam nos lares, nas ruas, nos hospitais, nos subúrbios das cidades.

Nas obras de Meireles, percebemos a preocupação no registro sobre as instituições para a infância. Meireles (1994), como analítico social da Província, se colocou em defesa da vinda das irmandades e ordens religiosas para o Maranhão, anunciando uma postura política que concordava com a assistência aos pobres, e que via nessas instituições uma resolução para o problema do abandono das crianças. Pela Doutrina da Igreja Católica, as instituições de caridade no Maranhão construíram um legado de instituições para recolhimento e disciplinarização das crianças e adolescentes maranhenses, como a Casa dos Expostos. Foi possível compreender, a atuação da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão e o exercício frente a regeneração das crianças expostas.

Nessas relações, os interesses financeiros se sobressaiam sobre toda e qualquer intenção de *ajuda ao próximo*. Com as crianças, o desejo era de confiná-las pela perspectiva do adulto ambicioso, de uma elite ignorante e uma sociedade à própria sorte. Sobre a história das crianças

maranhenses, um capítulo a construir com mais profundidade será a prioridade dessa e de muitas pesquisas. As infâncias institucionalizadas precisam ser desvendadas para entendermos os tempos construídos sobre nossa cultura e nossa gente, pelas lentes dos autores da história.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação feminina em São Luís (século XIX). *In*: COSTA, Wagner Cabral da (Org.) **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORRÊA, Rossini. **Atenas brasileira: a cultura maranhense na civilização brasileira**. Brasília: Thesaurus; Corrêa & Corrêa, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MEIRELES, Mário Martins. **Dez estudos históricos**. São Luís: ALUMAR, 1994.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da DASP, 1960.

MELLO, Manoel Caetano Bandeira de. Apresentação. *In*: MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da DASP, 1960.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2004.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: REMOND, René (Org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

VIVEIROS, Jeronimo de. **O Coronel Alves de Lima e Silva no Maranhão**. Rio de Janeiro: Gráficos Bloch, 1940.

De moleque a capitão da Guarda Nacional

A trajetória de Antônio Rello de Paula Araújo

Gustavo Alves Cardoso Moreira¹

INTRODUÇÃO

Antônio Rello de Paula Araújo, que se identificava como advogado na vila fluminense de Itaguaí, fez publicar um artigo inflamado no *Correio Mercantil* de 25 de julho de 1867. Ele investia contra o Dr. Manuel Rodrigues Jardim, juiz de Direito da comarca de São João do Príncipe, cuja jurisdição abrangia também os municípios de Itaguaí e Rio Claro.

Segundo Antônio Rello, aquele magistrado havia intimado o cidadão José Antônio Pereira a responder pelas contas referentes à tutela dos órfãos de Sabino Pereira Ramos. Por razões que ficam ocultas na matéria, o tutor não queria se apresentar a Rodrigues Jardim, e deu a Rello uma procuração que lhe conferia poderes para efetuar a dita prestação de contas. Todavia, também estava fora dos planos do advogado se avistar com o juiz de Direito, fato que o levou a subscrever a procuração em favor do promotor público Joaquim Moreira da Silva. Este último preencheu o requerimento necessário para comparecer diante do magistrado, o qual teria informado que só tomaria contas a Rello, e não ao procurador substabelecido.

¹ Doutor em História pela UFF, historiador do Museu Nacional/UFRJ.

Interpretando os acontecimentos como indício de que Rodrigues Jardim desejava provocá-lo, Antônio Rello aconselhou Pereira a constituir um procurador especial, confirmando sua intenção de não ir ao juízo. O tutor dos órfãos atendeu à sugestão e emitiu um novo documento, que atribuía ao Dr. Moreira competência para prestar as contas. Mais uma vez, o juiz se recusou a atender ao promotor-procurador, exigindo a presença de Antônio Rello. Mesmo diante de uma petição do convocado, na qual este alegava não ser procurador e estar doente, com atestado médico em anexo, Rodrigues Jardim teria insistido em sua posição inicial. Munido de um mandado, declarava o propósito de processar Rello por desobediência.

Seria inviável, é claro, aferir a veracidade de todos os detalhes desta exposição cerca de um século e meio mais tarde. À primeira vista, o advogado alimentava um conflito que poderia ter consequências graves para si próprio: Rodrigues Jardim, além de figurar como principal autoridade judiciária da região, contava com importantes conexões familiares na paróquia da vila de Itaguaí. Ali, onde a princípio foi promotor, se casou com Maria Cornélia Tavares, filha do major José Pinto Tavares², presidente da Câmara e chefe do Partido Liberal.

A historiografia assinala, como elemento do sistema de dominação, “a transferência da inimizade pessoal para o plano das organizações do governo, usadas como armas contra os adversários”. Era comum que funcionários públicos se valessem dos cargos para prejudicar inimigos, até perseguindo-os através de medidas judiciais (FRANCO, 1997, p. 138), coisa bem ao alcance de um juiz de Direito. Neste caso, a rixa entre advogado e magistrado tinha relação com as questões políticas de Itaguaí, e talvez se devesse de todo a elas.

A escolha do *Correio Mercantil* por Antônio Rello como veículo para expor suas queixas deve ter sido um passo estudado. Antes

2 Verificamos, entre diversos registros da Igreja Católica, que Gaston, filho de Manuel Rodrigues Jardim e Maria Cornélia Tavares Jardim, nasceu em Itaguaí a quatro de maio de 1873 e foi batizado em oito de dezembro do mesmo ano na freguesia do Santíssimo Sacramento da Corte, tendo como padrinho o avô materno José Pinto Tavares. Ver transcrição no Livro de Batismos da Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí, 1871-1881, folha 31 verso.

dirigido por Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889), um dos caciques liberais da província, o jornal agora pertencia a Rafael José da Costa Júnior, que seria eleito deputado provincial pelo Partido Conservador nos biênios 1870-1871, 1872-1873 e 1876-1877 (MOREIRA, 2014, p. 211-214). O citado Otaviano nos fornece pistas sobre a política de Itaguaí. Escrevendo ao amigo Jacobina em março de 1863, ele disse que Caetano Filho, novo subdelegado de Itaguaí “por proposta do Araújo da Cunha e do Jardim e por intermédio do Governo” fora “garantido ao Leão como adversário dos Cardosos para os nulificar (OTAVIANO, 1977, p. 131)”.

O recurso à bibliografia existente sobre o município não deixa dúvidas de que se tratava de uma manobra de lideranças locais do Partido Liberal (juiz de Direito Manuel de Araújo da Cunha e promotor Manuel Rodrigues Jardim) para, com a chancela do presidente Policarpo Lopes de Leão, colocar um correligionário em posto estratégico com relação a futuras eleições. Desta forma, pretendiam solapar o prolongado domínio estabelecido naquela municipalidade pela família Cardoso, vinculada ao Partido Conservador³.

Cabe aqui informar que na eleição municipal cujos resultados foram apurados em sete de novembro de 1864, levando à presidência da Câmara o sogro de Manuel Rodrigues Jardim, Antônio Rello obteve 534 votos, qualificando-se como primeiro suplente. Devido à ausência dos eleitos José Antônio Airoso e Antônio Dias Pavão de Araújo, Rello prestou juramento como vereador em sete de janeiro de 1865. Àquela altura, deveria estar bem com os liberais, pois apresentou em 20 de novembro do mesmo ano moção favorável a uma das notabilidades do partido, Bernardo de Sousa Franco, que deixava a presidência da província fluminense⁴.

3 Sobre a longa rivalidade entre José Pinto Tavares e os comendadores Francisco José Cardoso e Manuel José Cardoso, e as lutas partidárias em Itaguaí, ver MOREIRA, 2005, em especial o trecho entre as páginas 151 e 155.

4 Estes dados constam do Livro de Atas da Câmara Municipal de Itaguaí, 1846-1872, nas folhas 297, 299 verso e 317.

Por razões que ignoramos, algo mudou no biênio seguinte, pois a correspondência de Antônio Rello no jornal deixava sinais claros de ruptura com os liderados do major Pinto Tavares. Antes de definir o fórum local como “um caos”, submetido “à égide do patronato mais escandaloso”, o advogado aludiu à derrota de Rodrigues Jardim “nas eleições transatas”. Atacou o magistrado no terreno da ética profissional, reprovando a existência de “juízes políticos com interesses de advocacia nas liquidadas demandas por dívidas e títulos de obrigações”, e não perdeu a oportunidade de elogiar o bacharel Luís Matoso Duque-Estrada Câmara⁵, o qual Itaguaí teria a “fortuna” de dispor como juiz municipal; ao reverenciar um parente de Eusébio de Queirós, Rello invocava a proteção dos chefes saquaremas.

A provável mudança de lado na guerra dos partidos, por parte de Antônio Rello, seria registrada de maneira sarcástica no *Correio Mercantil* de 17 de outubro daquele ano pelo articulista que em apoio ao “íntegro juiz de Direito Dr. Jardim” se intitulou “o defensor das vítimas”:

Um outro seu protetor [de Rello] o cavalheiro Sr. comendador Manuel José Cardoso teve em recompensa muitos desgostos, e se pela sua magnanimidade o perdoou por vê-lo de rastos pedindo perdão, não é menos certo que já o julgou digno de ser cunhado de seu boleiro Raulino.

O tom altamente depreciativo da frase nada tinha de gratuito. Consultando o Almanak de 1867, verificamos que Antônio Rello de Paula Araújo não era bacharel em Direito, mas advogado provisionado. Seguiria as pegadas, portanto, de outros homens que, sem a influência familiar ou os recursos necessários para cursar uma faculdade, lograram se firmar numa profissão “que exigia o acúmulo de notório saber”. Dentre estes, talvez o mais notável tenha sido Antônio Pereira Rebouças (1798-1880), que após um desempenho brilhante como escrevente de cartório, enquanto estudava como autodidata, recebeu do Tribunal do Desembargo do Paço da Bahia uma provisão para advogar (GRIN-

5 A lista dos juízes de Direito, juízes municipais e promotores públicos da província do Rio de Janeiro está no Almanak Laemmert de 1867, seção província, p. 8.

BERG, 2002, p. 69-71). Além de exercer a advocacia, Rello foi listado no Almanak daquele ano entre os consultores da Casa de Caridade de Itaguaí, o que nos permite apontá-lo com certa segurança como integrante dos setores médios da sociedade itaguaiense.

Estendendo a busca pelo programa de digitalização de periódicos extintos da Biblioteca Nacional, foi possível a partir dos nomes dos envolvidos constatar a continuidade de uma troca de acusações com desdobramentos verificados ao longo de vários meses. O juiz de Direito recebeu um novo ataque na edição do Correio Mercantil de 13 de setembro de 1867, pelo correspondente que se autoneomeou “O gato lambeu” e exigia o seguinte esclarecimento: “Pede-se ao Sr. Dr. M. R. Jardim [que] nos declare, se entre os títulos que anuncia ter em seu poder estão as apólices da pobre menor, mulher de Souza Rodrigues”.

Seis dias mais tarde, o mesmo jornal publicava uma resposta anônima em que a insinuação contra Manuel Rodrigues Jardim era repelida através da negação da existência dos referidos documentos. Ademais, no parágrafo seguinte o próprio, ou algum preposto, passava ao contra-ataque:

Não há em Itaguaí quem ignore de onde unicamente ali parte e partirá contra esse magistrado qualquer artigo anônimo, ou que for assinado por algum ignorante e cego instrumento, ainda que pomposamente se intitule — advogado-, sem acrescentar- provisionado-, e cujos sentimentos e ações são tão negras [grifos nossos] como as suas cores.

Embora no trecho não fossem citados nomes, parece evidente que o suposto fantoche era Antônio Rello de Paula Araújo. Este, também sem assinar, retrucou na edição de quatro de outubro:

Já é a segunda vez que o bacharel assim praticando na ausência de fatos acusatórios contra indivíduos de reputação firmada na sociedade, busca manchá-las pela cor individual e até responsabilizando-se por ela. Somos os primeiros a reconhecer que não possuímos a pele branca, cabelos louros e olhos azuis; mas nem por isso deixamos

de nos honrar pela cor que temos, a qual põe bem patente que sendo esse o emblema de nossos pais é também a prova que nossa mãe só teve filhos legítimos.

Rello rechaçava, no plano da retórica, a tentativa do adversário de inferiorizá-lo a partir da cor. Manifestava, nas mesmas linhas, seu orgulho por descender de pessoas casadas na Igreja. Esta condição deveria ser bastante valorizada em Itaguaí, onde os registros de batismo do século XIX apresentam um elevado contingente de “filhos naturais”. Para além da influência da moral católica tradicional, o apego do advogado a valores e convenções que não eram necessariamente os de sua classe de origem nada tem de surpreendente.

Ilmar de Mattos salienta que durante a expansão de classe que promoveram em meados do Oitocentos os saquaremas atraíram para seu projeto “tabeliães, médicos, advogados, professores, jornalistas, guarda-livros, caixeiros, mas sobretudo os contingentes sempre crescentes dos empregados a serviço do Estado, entre os quais se incluem o funcionalismo leigo e eclesiástico, civil e militar (MATTOS, 1990, p. 167)”. Naquele período, a inserção na máquina pública e em particular na carreira do Direito, levada a cabo por Rello, pressupunha a adesão individual aos fundamentos da direção imposta à sociedade.

Mas quem seriam os “pais legítimos” dos quais o advogado se orgulhava? Um assento de batismo tardio, transcrito no ano de 1853 pelo vigário de Itaguaí, Diniz Afonso de Mendonça e Silva, revela que Elídia, menina parda nascida em seis de setembro de 1837, era filha de Francisco de Paula Araújo e Alexandrina Maria Paula, batizada em seis de janeiro do ano seguinte pelo reverendo Antônio Dias Rello⁶. Assinalamos aqui o nome do padre apontado pelos adversários de Antônio Rello de Paula Araújo como seu padrinho, conforme se verá mais adiante. O afilhado certamente incorporou aos sobrenomes paternos o Rello proveniente do eclesiástico. Tal apelido,

6 Assento localizado no Livro de Batismos de Pessoas Livres da Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí, 1848-1871, folha 103 verso.

que possui a mesma grafia nos idiomas italiano e espanhol, é raro no Brasil, e cremos que neste caso tinha origem espanhola, visto aparecerem em alguns documentos as grafias Rêllo e Rêlho, sugerindo a pronúncia fechada das vogais.

Outro registro paroquial, datado de quatro de novembro de 1830, traz novos esclarecimentos. A “inocente Maria”, filha de Francisco de Paula Araújo e Alexandrina Maria da Conceição [sic], era neta paterna do tenente-coronel Francisco José Pereira de Castro e de Leocádia Maria da Conceição, sendo incógnitos os avós maternos. Buscamos sem sucesso informações sobre o avô paterno no periódico Gazeta do Rio de Janeiro. Ali aparecem, porém, outras pessoas com estes sobrenomes, como Manuel Pereira de Castro, mestre no comércio de cabotagem entre o Rio e a Bahia, Félix José de Matos Pereira de Castro, militar de alta patente lotado no Rio Grande do Sul, e Tomás Pereira de Castro Viana, negociante da Corte autorizado pela Real Junta do Comércio a administrar “a casa do finado Elias Antônio Lopes”. Estes dados, isoladamente, não nos levam a conclusões seguras.

Quanto ao pai das crianças, apuramos que Francisco de Paula Araújo, pardo, viúvo de uma segunda mulher, Fortunata Maria da Conceição, foi sepultado em Itaguaí no dia 15 de maio de 1859. O padre Diniz atribuiu ao morto cinquenta anos⁷, dado que se exato indica que teria sido pai de Antônio Rello em torno dos dezenove. Acreditamos, com base na alta quantidade de idades aproximadas que se verificam nos livros de óbitos da vila, que fosse um pouco mais velho. De qualquer forma, veio ao mundo no início do século XIX, filho de um homem que, a julgar pela patente declarada, deveria ser branco e reinol. Assim, Leocádia Maria da Conceição tenderia a ser negra ou mulata, talvez liberta ou mesmo escrava. Por extensão, surgem outras hipóteses: o próprio Francisco pode ter nascido cativo, ou figurado na categoria dos libertos na pia batismal. A circunstância

7 Ver Livro de Óbitos da Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí, 1855-1879, folha 54 verso.

de não assinar Pereira de Castro sugere a ausência de um reconhecimento formal de paternidade, ou mesmo o não reconhecimento.

Pelos inimigos de Rello, descobrimos que seus avós maternos não eram exatamente incógnitos para os itaguaienses. Disse o “defensor das vítimas” na matéria já citada que

Antônio Rello de Paulo [sic] Araújo é oriundo do nosso cancro social, o avô foi hipotecado pelo senhor cognominado Isca ao finado capitão João Antônio, é um crioulo afilhado do falecido vigário Rello e foi fiel do cartório do honrado escrivão Miguel José Coelho da Silva que em paga de lhe dar e à sua família o pão da subsistência, de arranjar-lhe mais tarde uma provisão, e de arrancá-los da espelunca em que viviam, sofreu dele a mais feia ingratidão no último quartel da vida, pelo que só o chamava moleque reles [gri-fos nossos], nome por que é geralmente conhecido.

A menção à origem escrava também por parte de mãe e a atitude deliberada dos desafetos de injuriá-lo como homem negro, não empregando os termos pejorativos habitualmente dirigidos aos mulattos, nos leva a crer que Antônio Rello seria um mestiço cuja aparência física revelava mais a ancestralidade africana do que a europeia. A associação que os moradores mais antigos da vila poderiam fazer entre sua família materna e as de seus ex-senhores era, sem dúvida, um fator que potencializava o desprestígio social decorrente da cor.

Muitos anos mais tarde, exatamente em 31 de julho de 1875, o padre Diniz batizou Jovina, parda, nascida a dois de março daquele ano, filha de Antônio Rello de Paula Araújo e Maria Hortência Corrêa de Araújo. A referência aos avós paternos Francisco e Alexandrina de Paula Araújo⁸ nos permite afirmar que os registros paroquiais de Itaguaí, apesar de muito incompletos, delineiam em boa parte três gerações da família Paula Araújo, todas identificadas na categoria dos descendentes mestiços de africanos. Antônio, Maria e Elídia tiveram pelo menos mais uma irmã, Leocá-

8 Ver Livro de Batismos da Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí, 1871-1881, folha 48.

dia de Paula Araújo, falecida na paróquia carioca do Espírito Santo aos 17 de dezembro de 1890⁹.

A perda ou extravio do livro segundo de batismos de livres de Itaguaí, que continha assentos anteriores a 1829, nos impede de precisar a data de nascimento de Antônio Rello de Paula Araújo. Todavia, podemos presumir que isto se deu nos anos finais da década de 1820, pois a nota da Igreja sobre seu óbito, datada de 11 de abril de 1879, lhe atribui 51 anos. A sociedade em que nasceu, se criou e começou a trabalhar se caracterizava por um racismo estrutural, tributário da colonização e do caráter racializado que as relações escravistas assumiram na América. A este respeito, Ilmar de Mattos resgata a obra de Ferreira de Resende para lembrar que, combinando “condições sociais e matrizes raciais” a sociedade brasileira era composta de três classes: “a dos brancos e sobretudo daqueles que por sua posição constituíam o que se chama a boa sociedade; a do povo mais ou menos miúdo; e finalmente a dos escravos”. Dentro de tal contexto, “cada raça e cada uma das classes nunca deixavam de mais ou menos manter e de conhecer o seu lugar (MATTOS, 1990, p. 112-113)”.

Um intelectual de renome, Frederico Burlamaque (1803-1866), membro do Conselho do Imperador e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, publicou em 1837 a Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica. No início do capítulo 2, intitulado Fazer ver a nociva influência que a introdução de escravos africanos exerce sobre os nossos costumes, civilização e liberdade, o autor expõe despreço à miscigenação ocorrida na América Colonial, dizendo que “às metrópoles interessava que a população branca desenvolvesse pouco as suas faculdades, que se abastardasse mesclando-se e que as barreiras dos prejuízos e das opiniões, mais fortes que as muralhas de ferro, a separassem da população escrava (BURLAMAQUE, in COSTA, 1988, p. 125)”.

9 Registro descoberto no Cartório da 7ª Circunscrição do Registro Civil, cidade do Rio de Janeiro, livro de óbitos 1890, novembro- 1891, março, folha 37.

Mais à frente, Burlamaque hesita entre relacionar as supostas qualidades negativas dos negros à negligência senhorial ou à inferioridade biológica. Entretanto, identifica categoricamente no contingente escravo da população uma escassez de atividade mental que seria causadora de graves prejuízos à sociedade:

Ou os indivíduos da raça negra têm uma conformação cerebral que os torna estúpidos ou esta estupidez seja o resultado da escravidão e do interesse que julgam dever ter os senhores a que eles desenvolvam pouco as suas faculdades intelectuais, o que é mais natural; seja, finalmente, o que quer que for, o fato é que os negros são de uma estupidez, de uma incúria e imprevisão que revolta; eles vegetam no estado o mais vizinho do mais bruto animal e para sofrê-los é necessário uma paciência mais que humana (BURLAMAQUE, *in* COSTA, 1988, p. 171).

Baseado nesta premissa, Burlamaque, partidário da abolição “gradual e lenta”, considerava inconveniente a permanência no país de “uma grande massa de libertos, de raça absolutamente diversa da que a dominou”. A “raça dominante” ficaria sempre exposta aos rancores da “raça dominada”, que por sua vez jamais se livraria dos preconceitos ancestrais direcionados contra ela. Desta maneira, caberia ao Império estabelecer, lado a lado com medidas emancipacionistas, uma colônia africana nos moldes da Libéria, para ali instalar os escravos recém-libertados (BURLAMAQUE *apud* COSTA, 1988, p. 178-179).

Onze anos antes, em pleno Parlamento imperial, Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), por ocasião de uma queixa apresentada por africanos de terem sido “esbulhados de sua liberdade pela tripulação do bergantim Santa Rosa”, defendeu os marinheiros, alegando que “a presunção é que um homem de cor preta seja sempre escravo”. Vasconcelos recebeu naquela sessão uma série de críticas de seus colegas (SOUSA, 1957, p. 49-50), mas é relevante recordar que caberia a seus discípulos Paulino José Soares de Sousa (1807-1866), Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872) e Eusébio de Queirós

Coutinho Matoso Câmara (1812-1868), em futuro não demasiado distante, o papel de timoneiros do Estado imperial.

Diante de todas as desvantagens decorrentes da naturalização de uma hierarquia racial, como Antônio Rello ascendeu do segmento dos livres pobres ao setor médio da sociedade itaguaiense? Que mecanismos, além do investimento em instrução, teria empregado para conquistar o apreço de membros influentes da classe senhorial, ou no mínimo para se mostrar útil perante estes a ponto de impulsionar sua subida da “espelunca” de origem rumo a uma situação material e social bem melhor? Um deles foi o estabelecimento de vínculos de compadrio, os quais, segundo Schwartz, “podiam ser usados para reforçar laços de parentesco já existentes, ou solidificar relações com pessoas de classe social semelhante, ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais (SCHWARTZ, 2001, p. 266)”.

Desde muito jovem, Antônio Rello estabeleceu alianças através do compadrio. Já em agosto de 1842, quando não deveria passar dos quatorze anos de idade, batizou Vicente, filho de Teresa, escrava de Felisbela de Oliveira Freitas, filha do negociante Joaquim Pedro de Freitas; em abril de 1843, foi padrinho de Maria, filha de Angélica, cativa de Amélia Luísa de Oliveira, e dois anos mais tarde dos adultos Brás e Helena, provavelmente africanos, pertencentes a Valentim José Antônio. Esta “precocidade” era possível porque o sínodo católico de 1707, cujas normas foram transcritas nas Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia em 1720, autorizava o exercício da função de madrinha a partir dos doze anos, podendo os homens ser padrinhos dos quatorze em diante (SCHWARTZ, 2001, p. 266-267).

Assinalamos em março de 1848 um registro que deve ter sido erroneamente inserido no mesmo livro de batismos de escravos. Antônio Rello aparece como padrinho de Leopoldina, sem declaração de cor, filha de Fortunato da Rosa Rangel e Alexandrina Maria das Dores. Além dos sobrenomes, que a maioria dos escravos não

ostentava, inexistiu menção a um eventual senhor, dando margem à suposição de que se tratava de um casal de pessoas livres, porém próximas do cativo a ponto de gerar confusão na mente do padre encarregado das anotações. Porém, na mesma época, conseguimos constatar o acesso de Rello a membros dos extratos médios e superiores da sociedade itaguaiense: em junho de 1849 apadrinhou Amélia, filha de Marta, escrava do médico, vereador e juiz de paz Raimundo Antônio Teixeira (LAEMMERT, 1849, província, p. 144); em dezembro de 1851 foi a vez de Francisco, preto, filho de Sofia, cujo dono João Bezerra Cavalcanti detinha o cargo de escrivão da Coletoria de Rendas do município (LAEMMERT, 1851, província, p. 93).

Salvo desatenção nossa, Antônio Rello passou treze anos e meio sem batizar crianças cativas, mas em junho de 1865 rumou à pia baptismal com Aurora, filha de Balbina, escrava de João Cruvello D'Ávila, escrivão da Mesa de Rendas e consultor da Casa de Caridade de Itaguaí (LAEMMERT, 1865, província, p. 219-220). Em maio de 1870, por fim, apadrinhou Alexandrina, parda, filha de Delfina, pertencente a D. Bernardina, viúva de João José Moreira, cujo nome aparece alternadamente no Almanak como solicitador do foro e advogado (LAEMMERT, 1853, província, p. 55 e 1854, província, p. 75). Dentro dos limites desta pesquisa, não pudemos apurar se algum dos batizados, sobretudo entre os primeiros, possuía laços de sangue com a família Paula Araújo. Fica claro, entretanto, que Rello considerava relevante se colocar como um dos protetores da comunidade escrava de Itaguaí. Isto não implicava, é claro, na rejeição ideológica à instituição servil, como veremos em breve.

Antônio Rello figurou também como padrinho de pessoas livres de variadas cores e condições, a começar por Alberto, filho da escrava Graciana, cujo senhor era Antônio Alves de Oliveira. O menino ganhou a liberdade no batismo. Rello desempenhou a mesma função perante diversas crianças “ilegítimas”, como os brancos José, filho de Francisca Maria de Jesus (em abril de 1859), Antônio (de Isabel Maria

Cardoso, outubro de 1862) e Alexandrina (de Carolina Inês, fevereiro de 1869), além da parda Maria, cuja mãe foi Ana Maria Rosa da Conceição (abril de 1858). Nestas alianças, à primeira vista, permanecia no papel de protetor, sem descartarmos a possibilidade de que alguma das mulheres fosse a amante mantida com luxos por um proprietário abastado. Talvez a noção de verticalidade ainda se aplique à conexão com o afilhado Gervásio, pardo, filho do padeiro Felismino José da Costa. O menino foi batizado em dezembro de 1865, quando Rello estava bem inserido no jogo político local.

Pelo compadrio, Rello reforçou vínculos com as irmãs Maria Luísa e Elídia, sendo seus afilhados os inocentes Francisco, filho legítimo da primeira com o solicitador do foro Manuel Pedro de Oliveira (LAEMMERT, 1858, província, p. 173), e Francisca, filho da segunda com seu marido, o seleiro Gervásio José Matias (LAEMMERT, 1859, província, p. 145). Também era solicitador do foro, ascendendo em seguida a escrivão do Juízo de Paz e da subdelegacia local, João Francisco Régis, cujos filhos Antônio e Artur, brancos, tiveram Rello como padrinho em batismos ocorridos, respectivamente, em fevereiro de 1860 e em data indeterminada de 1861. Um dado em particular ratifica nossa percepção da ascensão social de Antônio Rello: ele apadrinhou em setembro de 1866 mais uma Alexandrina, branca, sendo pais João Nunes de Araújo, cafeeicultor, e Germana Rosa de Meneses.

Ainda a respeito do parentesco ritual, mas agora no sentido inverso, localizamos nos livros de batismos de Itaguaí sete filhos de Antônio Rello e Maria Hortência Corrêa de Araújo, todos classificados como pardos: Francisco, nascido em 1866, José (1868), Aprígio (1870), Alexandrina (1873), Jovina (1875), Arnaldo (1877) e Manuel (1878). Sabemos por outras fontes que existiram pelo menos outros dois, Antônio e Josino, cujos registros de nascimento não encontramos. Através de seus herdeiros diretos, Rello fortaleceu ainda mais as ligações com as irmãs e os cunhados: Manuel Pedro de Oliveira e Maria Luísa foram os padrinhos de Francisco e de Arnaldo, que

viveu apenas dez meses; Gervásio Matias, “sob a proteção de Nossa Senhora”, levou à pia batismal o pequeno Aprígio.

Nos demais casos, Antônio e Maria Hortência se puseram nitidamente na posição de protegidos. José foi afillhado de Antônio de Oliveira Freitas, vereador, alferes da Guarda Nacional e cafeicultor, que nos anos seguintes se firmou como um dos pilares do Partido Conservador na região. Alexandrina teve como padrinho Adrião Gomes Guerra, proprietário na vila de Itaguaí. O batismo de Jovina coube ao Dr. José Maria de Sousa Loureiro, médico e vice-cônsul de Portugal no município. Por fim, alguns meses após a morte de Rello, seu filho caçula Manuel foi apadrinhado na matriz de Santo Antônio, da Corte, pelo comendador Manuel José Cardoso e sua esposa Maria Delfina.

Paralelamente às múltiplas conexões estabelecidas pelo compadrio, e ainda no âmbito da sociabilidade religiosa, Antônio Rello de Paula Araújo atuou desde a juventude nas duas principais irmandades que funcionavam na vila de São Francisco Xavier. Ele foi listado, já em 13 de janeiro de 1850, entre os irmãos que participaram da reunião ocorrida no consistório da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário¹⁰, que em muitos lugares do Brasil funcionava como instância congregadora para os negros católicos. Rello provavelmente manteve durante toda a vida uma ligação estreita com aquela instituição, onde exerceu várias funções; em 1877, dois anos antes de sua morte, figurava como mesário (LAEMMERT, 1877, p. 154).

As irmandades negras exerciam, segundo Mary Karasch, a função de “garantir rituais e orações religiosos adequados para os santos negros como São Benedito, Santo Elesbão, Santa Ifigênia e o rei mago Baltasar”, pois obtinham as autorizações necessárias para celebrar suas respectivas festas nas praças públicas. Além disto, aquelas associações “realizavam frequentemente coletas ou pediam esmolas nas

10 O volume intitulado Livro de Actas da Irmandade de N. S. do Rozario da Freguesia de Vila de Itaguaí (1846 a 1858) é custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, tendo como referência o código PP.SPP.1136.

ruas a fim de libertar seus membros escravos, em especial os que estavam sendo brutalizados por donos cruéis”. Em 1834, por exemplo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito da Corte levantou recursos para libertar pela primeira vez um irmão escravo (KARASCH, 2000, p. 133, 136, 465-466).

Notamos que, além do próprio Antônio Rello, outros familiares participavam ativamente da Irmandade do Rosário: as zeladoras da Casa relacionadas pelo Almanak em 1859 foram Amália Elísia de Araújo, Leocádia de Paula Araújo, Maria de Paula Oliveira de Araújo e Elídia de Paula Matias de Araújo (LAEMMERT, 1859, província, p. 143). As três últimas, como já apontamos, seguramente eram irmãs de Rello.

Constatamos com alguma surpresa que não havia em Itaguaí, na segunda metade do século XIX, um impedimento absoluto à inserção de homens pardos nas instituições religiosas e/ou caritativas associadas aos grupos dominantes. Antônio Rello foi escrivão da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1859, mesário em 1864 e 1868, consultor da Casa de Caridade em 1861, 1866, 1867 e de 1875 a 1878, secretário da mesma em 1865. Superou notavelmente as barreiras impostas às pessoas de sua cor e origem social ao se colocar como provedor da Irmandade do Sacramento em 1871 (LAEMMERT, 1871, província, p. 91). Seu cunhado Gervásio Matias é mencionado como mesário da mesma Irmandade em 1860, fato talvez ainda mais atípico, visto que reunia à condição de pardo o exercício de um ofício manual.

Outro fator de prestígio na sociedade imperial era a inserção na Guarda Nacional, que Mattos define como “o mais eficiente e poderoso difusor das noções de ordem, disciplina e hierarquia, da associação entre unidade do Império e unidade da Nação, do estabelecimento da relação entre Tranquilidade e Segurança Pública e Monarquia” (MATTOS, 1990, p. 214). Não sabemos quando Rello se alistou na milícia cidadã, mas em 1860 ele foi registrado no Almanak como alferes do

32º Batalhão de Infantaria da Província, comandado pelo capitão Felipe José Cardoso (LAEMMERT, 1860, província, p. 61).

Destacamos ainda a questão do acesso à propriedade de homens, que sempre funcionou como fator de distinção na sociedade escravista brasileira. Não obstante a provável situação de pobreza da família nas primeiras décadas da monarquia, Francisco de Paula Araújo teve pelo menos uma cativa, Rita, que no dia 25 de outubro de 1845 foi madrinha dos adultos Marcelino e Joaquina, pertencentes à firma de José Bento de Araújo Bastos¹¹.

Quanto a Antônio Rello, as fontes paroquiais dão a entender que chegou a ser um médio proprietário de escravos, talvez adquiridos após a aquisição do dote de Maria Hortência. Encontramos nos registros de óbitos seus cativos Manuel de nação, com 50 anos, falecido em 1867, Sancha parda, baiana morta com a mesma idade em 1872, e Manuel crioulo, sepultado aos 32 anos em 1877. O casal também foi proprietário de Felisbela crioula, cuja prole de filhos naturais, composta por Evaristo (1871), Sebastiana (1874), Joana (1876), Quitéria (1878) e Caetano (1879), não desfrutou do benefício àquela altura mais comum da liberdade plena concedida no batismo.

Não é improvável, ainda, que Antônio Rello participasse do tráfico interno de escravos, conforme se nota, outra vez, pelo discurso do “defensor das vítimas”. Para este, se o dinheiro proveniente da legítima de sua mulher não houvesse sido embargado pelos substitutos do juiz municipal (entre eles José Pinto Tavares), Rello lhe daria o seguinte destino:

Já estaria consumido em uma sociedade feita com o seu compadre o tenente Adrião Gomes Guerra para comprar escravos. Tanto tem o cunho de verdade o que avançamos que logo o tenente Adrião procurou um pretexto para acabar a sociedade com o Sr. Bernardino de Souza Machado e teve uma forte disputa com o Sr. Comendador

11 Livro de Batismos de Escravos da Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí, 1842-1888, folha 57 verso.

Cardoso, amigo do Sr. Bernardino, e não é menos certo que, quando Rello foi ao Tesouro para retirar uma porção desse dinheiro para dá-lo ao seu sócio e o achou embargado, vociferou de modo tal, julgando-se em algum prostíbulo, que os empregados o ameaçaram com prisão se não se calasse.

Vimos que Rello e Adrião tiveram de fato o parentesco ritual. O segundo, numa época em que poucos corriam o risco de tanta exposição negativa, anunciou-se em 1875 como negociante de escravos (LAEMMERT, 1875, província, p. 140). Isto amplia a força daquela hipótese. Virtualmente inexistia, entre muitos pretos e pardos do Império, embaraço em se tornarem senhores de outras pessoas. Como aponta Grinberg,

É notório que uma das primeiras providências tomadas por libertos ao ascender socialmente era comprar escravos, não só porque assim marcavam melhor a distinção entre a antiga vida e a nova, protegiam-se de possíveis reescravizações, mas também porque não concebiam outra forma de obter determinados serviços, agora que eram livres (GRINBERG, 2002, p. 184).

A mesma autora relata, a respeito de seu biografado Antônio Pereira Rebouças, que durante discussões sobre a reforma da Guarda Nacional, em 1846, aquele parlamentar, que se julgava representante da população mulata, propôs o aumento da renda exigida para ser oficial de 200 para 400 mil réis. Este valor corresponderia ao necessário “para pagar aluguel, gastar com roupas, calçados e alimentação e manter dois escravos”. Segundo Rebouças, apenas o cidadão que dispusesse de pelo menos um cativo doméstico e outro para o serviço de rua teria idoneidade suficiente para assumir o oficialato (GRINBERG, 2002, p. 183).

Homem pardo ilustre, o editor Francisco de Paula Brito (1809-1861) teve vários cativos, uma das quais, Maria Conga, fugiu em abril de 1837. Os jornalistas d’O Grito Nacional, seus desafetos, acusaram-no em artigo de 1850 de “massacrar os seus escravos, tendo por isso

perdido a amizade do seu padrinho de casamento” (GODOI, 2016, p. 150-153). Creiamos ou não nesta versão, é fato que após a exibição da peça *O Demônio Familiar*, de José de Alencar (1829-1877), encenada no Ginásio Dramático em 1857, Paula Brito censurou o literato. Opinando em seu jornal *A Marmota*, considerou reprovável que o cativo Pedro, protagonista da montagem, fosse libertado no final da trama depois de criar muitos problemas para o amo. Segundo o editor, a alforria era um prêmio destinado ao “bom escravo, ao ente do coração, bem formado” (GODOI, 2016, p. 304-305).

A naturalização da instituição do cativo emerge igualmente do discurso feito pelo também mulato Justiniano José da Rocha (1812-1862) em 21 de maio de 1855. Apesar dos ataques que na juventude desferiu pelos jornais contra o tráfico (MAGALHÃES JÚNIOR, 1956, p. 133-135), naquele dia Justiniano lembrou na Câmara a distribuição de africanos apreendidos que se fazia no final da Regência, em prol de “figuras da alta administração e, ainda, aos jornalistas”. Ele mesmo teria requisitado a posse de um negro, sendo atendido pelo ministro Bernardo de Vasconcelos (MAGALHÃES JÚNIOR, 1956, p. 151-152).

O estreitamento de laços com os conservadores, em especial com Manuel Cardoso, denunciado pelo partido contrário em 1867, permitiu a Rello seus voos mais altos. A queda do gabinete Zacarias e a formação de uma maioria parlamentar conservadora logo repercutiram nos municípios fluminenses. Poucos meses após a ascensão do gabinete Itaboraí, em julho de 1868, Rello surgiu no Almanak como capitão da Guarda Nacional e secretário-geral do Estado Maior do comando sediado em Itaguaí (LAEMMERT, 1869, província, p. 42), composto pelo coronel Francisco José Cardoso, seu filho tenente-coronel Manuel e pelo major João Basílio Teixeira Pires, genro do primeiro. Ainda exercia a advocacia e era o quarto suplente do delegado municipal (LAEMMERT, 1869, província, p.

42, 185 e 186). O ápice da carreira profissional viria um pouco mais tarde. O jornal *O Cruzeiro* reproduziu em dois de março de 1878 notas sobre o expediente administrativo da província, dando ciência de que Antônio Rello entrara no exercício interino do cargo de promotor da comarca de Itaguaí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antônio Rello de Paula Araújo, sem deixar de ser um típico homem do seu tempo, foi um negro livre que ambicionou mais do que a sociedade da província do Rio de Janeiro oferecia como teto para as aspirações das pessoas de origem semelhante à sua, ainda que nascidas fora da escravidão. Superando os obstáculos que impunham à maioria de seus compatriotas o analfabetismo, soube utilizar, malgrado prováveis resistências, os mecanismos que poderiam lhe favorecer uma ascensão social e econômica. Beneficiou-se da patronagem e, dentro dos seus limites, buscou exercê-la. Sem negar sua ancestralidade, e até afirmando-a com altivez, aceitou as regras do escravismo fluminense e se tornou senhor de outras pessoas. Sua morte prematura talvez haja impedido conquistas ainda mais surpreendentes.

REFERÊNCIAS

COSTA, João Severiano Maciel da... [*et. al.*]; introdução de Graça Salgado. **Memórias sobre a escravidão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Fundação Petrônio Portella, Ministério da Justiça, 1988.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

GODOI, Rodrigo Camargo de. **Um editor no Império**: Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: Edusp; Fapesp, 2016.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAEMMERT, E. H. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Brasil**. Rio de Janeiro: 1844-1889.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. **Três panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. 2ª edição. São Paulo; Hucitec, 1990.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso Moreira. **Uma família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder)**. [dissertação de mestrado] Niterói: UFF, 2005.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso Moreira. **Legislação eleitoral e política regional: um estudo sobre o impacto das reformas de 1855, 1860 e 1875 no sul fluminense (tese de doutorado)**. Niterói: UFF, 2014.

OTAVIANO, Francisco. **Cartas de Francisco Otaviano; coligidas, anotadas e prefaciadas por Wanderley Pinho, estabelecimento de texto de Alphonsus de Guimaraens Filho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP, EDUSC, 2001.

SOUSA, Octavio Tarquinio de. **História dos fundadores do Império do Brasil, vol. V**: Bernardo Pereira de Vasconcelos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

Mulheres pobres em Fortaleza Habitus de viver e “polícia da família” no mundo do trabalho urbano, nas últimas décadas do século XIX

Eylo Fagner Silva Rodrigues¹

Fortaleza, nas últimas décadas do século XIX, era uma cidade com predominância numérica, em termos demográficos, de mulheres. Um arrolamento de sua população foi realizado em 1887, cujos dados denotam um total de 11.594 homens e 15.349 mulheres (RODRIGUES, 2018, p. 155). No tocante ao estado civil, os solteiros eram a maioria, alcançando o total de 18.556 indivíduos; os casados chegavam a 6.478 e os viúvos totalizavam 1.909 pessoas (PEDRO II, 1887, p. 1). Pode-se deduzir daí que as mulheres, sobretudo, das camadas populares eram, em grande medida, solteiras, estabelecendo relações relativamente fortuitas e não oficiais. Elas eram donas de casa e da rua. Michelle Perrot recorre frequentemente à imagem da cidade como floresta, na qual as mulheres “caça[m] furtivamente a vida” (PERROT, 2014, p. 38). Caçam, normalmente, sem abandonar sua prole. Lavadeiras estavam nos córregos, na “cacimba do povo”, carregavam água para suas choupanas e para casas em que prestavam serviços. O corpo molhado, com as vestes coladas a ele, ressaltando a sua silhueta está na origem de sua representação masculina pelo

¹ Possui graduação em HISTÓRIA pela Universidade Estadual do Ceará (2007), mestrado em História pela Universidade Federal do Ceará (2012) e doutorado em História pela Universidade Federal do Ceará (2018). Contato: eylofagner@gmail.com.

viés da sensualidade. Uma cartografia das águas de uma cidade diz necessariamente respeito à presença das mulheres, em espaços que se tornam pontos de sociabilidade, de transmissão de saberes, de intrigas, de mexericos, de debates sobre o custo e as agruras da vida. Michelle Perrot considera que entre mulheres e fontes de água “o elo é imemorial” (*Idem. Ibidem*, p. 36).

Entre a rua e a casa senhorial ou patronal, várias eram as formas de sobrevivência e também de coerção, que exigia aguçar-se pela experiência entre negociação e conflito um habitus de viver (THOMPSON, 1981, p. 194). O mundo dos serviços domésticos compreendia grande variedade de funções e empregos de mão de obra de mulheres, homens e crianças. Olímpio Manoel dos Santos Vital, chefe de polícia do Ceará, que idealizou e acompanhou de perto a realização, em 1887, do recenseamento dos cidadãos de Fortaleza e redigiu e fiscalizou a aplicação da Postura Para Alocação dos Criados de Servir, processos complementares entre si para funcionarem como polícia preventiva e coerção dos pobres ao trabalho, divulgou que, até meados de janeiro de 1888, “se acham matriculados 184 criados, do sexo masculino 42 e do sexo feminino 142” (CONSTITUIÇÃO, 1888, p. 01), no Livro de Matrícula, a cargo da Secretaria de Polícia. Já o arrolamento de Fortaleza registrou o montante de 1.579 empregados domésticos (1.180 mulheres e 399 homens). Dentre os quais, 876 estavam na condição de criados de servir, sendo 608 mulheres e 268 homens. Já aquelas pessoas classificadas como agregadas somavam o total de 671 (544 mulheres e 127 homens), muitas das quais também realizam funções domésticas. Quanto às amas de leite, havia 14 em diferentes propriedades; quer na condição de criadas, quer na de agregadas (CEARÁ, 1887).

Os dados referentes à quantidade de criados e de agregados, bem como de amas de leite parecem modestos e não equivalerem ao contingente de pessoas que circulavam cotidianamente no mundo dos serviços de casas, internos e externos. Thomaz Pompeu, em 1896, estimou haver no serviço doméstico de 4 a 5 mil pessoas (BRASIL,

1896, p. 49). Isto é, mais ou menos um quarto (1/4) da população da capital cearense. Não se deve separar, conquanto analiticamente, os serviços ditos domésticos daqueles que se referem ao espaço da cidade em geral. O grupo dos jornaleiros, aqueles que recebiam por jornadas diárias de trabalho, compreendia diversas categorias profissionais relacionadas à manutenção das casas, interna e externamente. Da casa para a rua, e vice-versa, havia cocheiros, carpinteiros, jardineiros, criados(as) que vendiam e compravam mercadorias nas praças e ruas. Nesse sentido, Gonçalo Alves da Silva, solteiro e analfabeto, foi contratado para o serviço de cozinheiro, engomador e para realizar compras, mediante o salário de 12\$000 réis por mês, por tempo indeterminado, pelo abolicionista Isaac do Amaral (CEARÁ, 1887, p. 40-41; CEARÁ, 1887, p. 02).²

A especialização dos serviços domésticos não era tão fixa em termos de gênero ou idade, ou condição civil — até quando vigio a escravidão. Os anúncios deixam patente que o(a) empregador(a) queria alguém que realizasse diversas tarefas, não importando tanto se livre ou escravo(a); como se lê n'O Cearense, em aviso assinado por José Antonio Vieira da Cunha, sobrinho de Joaquim da Cunha Freire, comerciante de escravos: "CRIADA. Precisa-se de uma criada livre ou escrava que saiba cosinhar e engomar" (O CEARENSE, 1871, p. 4). Eram poucos os homens que realizavam as funções de engomar e lavar roupas. Mais comum era que fossem empregados como cozinheiros. Esta era a profissão mais especializada e mais bem paga, conforme dados do Livro de Matrícula (RODRIGUES, 2018, p. 289), com vencimentos chegando até 12\$000 réis mensais. Os que tinham a designação genérica de empregados em serviços domésticos recebiam de 8\$000 a 3\$000 réis por mês. As mulheres tendiam a receber menores salários, embora cumprissem o mesmo trabalho — e nesse ponto entra a perspectiva analítica da interseccionalidade

2 Aqui, tratam-se de referências distintas, embora produzidas pela mesma instituição, a Província do Ceará, no ano de 1887. A saber: o Arrolamento da População de Fortaleza, de 1887. Freguesia de São José, 01/08/1887. Livro 382 e o Livro de Matrícula de Criados de Servir, de 1887.

das formas de opressão, que são sempre poliédricas, multidimensionais e com modos complexos de imbricação (HIRATA, 2014, p. 63). Ana Maria da Silva, cozinheira, ganhava 8\$000 réis; Maria Teodora, com atribuição genérica de serviços domésticos, solteira e de 21 anos, vencia o salário de 4\$000 por mês e Maria Filomena de Lima, engomadeira, que recebia igual importância, eram criadas na residência de Jorge Victor Ferreira Lopes Filho, empregado aposentado. Morador na casa nº 30, na Rua Formosa, o censo acusou haver outra criada nessa moradia, seu nome era Francisca, de 21 anos, solteira, e igualmente ocupava-se nas obrigações domésticas (CEARÁ, 1887, p. 17; CEARÁ, 1887, p. 11). Carlos Messiano, italiano, negociante e dono de loja de joias, nº 76, na Rua Major Facundo, pagava à Maria da Conceição, cozinheira, 7\$000 réis e à Maria da Silva, encarregada de serviços de casa, 5\$000 réis, mensalmente (CEARÁ, 1887, p. 8; CEARÁ, 1887, p. 1).

A lista de profissões identificadas de mulheres consideradas cabeças de família pode ser assim apresentada: caixeira 3, costureira 73, cozinheira 9, criada 2, chapeleira 1, doceira 1, desenhista 1, diretora 1, engomadeira 15, Florista 3, Jornaleira 11, lavadeira 41, louceira 1, Meretriz 158, Modista 3, Negociante 8, Proprietária 37, Professora Pública 1, Prof.^a particular 5, Parteira 5, Quitandeira 10, Serviço doméstico 8, Tecedeira 17, Teceloa/Tecelã 4; quanto às inativas, 3 eram pensionistas e 457 foram consideradas sem profissão (RODRIGUES, 2018, p. 355).

No grupo das ativas, sobressaem-se as meretrizes, as costureiras, lavadeiras, proprietárias, tecedeiras e engomadeiras. Cozinheiras, criadas, lavadeiras, meretrizes, jornaleiras, serviço doméstico, engomadeira, jornaleira e até as arroladas como sem profissão estavam, direta ou indiretamente, compreendidas no mundo dos trabalhos domésticos, internos ou externos aos domicílios. A designação jornaleira podia se referir a mulheres que lavavam e engomavam, assim como cozinheiras nem sempre se detinham à cozinha. Iam fazer compras nas bodegas e armazéns de secos e de molhados. Também mulheres sem profissão, segundo o olhar dos recenseadores, poderiam

periodicamente ou de modo permanente contribuir com a composição da renda familiar, realizando algum serviço de costura, bordado, fabricação caseira de utensílios domésticos em argila crua ou queimada, produção e venda de doces, dentre outras possibilidades.

A mão de obra feminina, bem como a infantil, era absorvida por fábricas. É o que se vê no anúncio de uma especializada em fiação e tecelagem: "Precisa-se de homens, mulheres e meninos para o serviço deste estabelecimento. A tratar no edifício da fabrica ou á Rua 24 de Maio n° 120" (GAZETA DO NORTE, 1887, p. 2). Ao se analisar os dados do censo de 1887, percebe-se que nem o espaço doméstico era exclusivo das mulheres, nem o público era próprio dos homens.

No entanto, as mulheres majoritariamente ocupavam os limiares entre o público e o privado. Expressão radical desse intercâmbio, que se inscrevia no corpo, era encarnada pelas mulheres ditas "públicas". Joana Silva era uma delas, tachada "mulher do povo". Seu marido seguiu para "o interior do Amazonas". Joana ficou em Fortaleza com seu filho recém-nascido, considerado "creança-gigante", por ter nascido com sete quilos e oitocentos gramas, "26 centímetros de largura no torax e 47 de altura em todo o corpo". Lavadeira de profissão, não podia trabalhar e prover sua alimentação, bem como a de seu filho. O Jornal do Ceará expôs o seu drama e o de seu filho, Clóvis, a fim de que os curiosos o fossem visitar numa casa em frente ao Colégio de Nossa Senhora de Lourdes, com a condição de que "as pessoas, porem, que o quiserem ver, [...] levem pequena esmola como um caridoso auxilio á infeliz" (JORNAL DO CEARÁ, 1907, p. 2). Expostos estavam ambos, o filho pelo exagero de tamanho, a mãe pelo desvio moral. A mulher pública, "de todos" e de ninguém, é associada ao horror, à monstruosidade moral, contraposta ao homem público, que trabalha, que migra corajosamente mobilizado pelo ímpeto moral de buscar um meio de vida digno. Eis o viés moralista e que quer combater a cidade prostituída, "prostitucional" (PERROT, 2014,

p. 24), corrompida e corruptora, monstruosa e infértil. Joana conseguiu dar à luz a uma criança, porém anormal, desproporcional, “gigante”. Apresentado como caridade à pobre mulher, lavadeira e meretriz, o anúncio naquele periódico publiciza seu drama como uma lição moral às moças da cidade.

Meretrizes expurgavam, com sua má fama, os pecados diuturnos da cidade que se queria ordeira e pudica, dos senhores chefes de família que garbosa e autoritariamente ocupavam a esfera das decisões políticas e nas instâncias do comércio e dos negócios particulares. Quantas histórias sabiam e quantos senhores poderiam comprometer caso, convenientemente, perdessem sua discricção? Discricção plena era algo difícil de manter, sobretudo, com periódicos que cumpriam o papel de difamar concorrentes políticos e nos negócios, em uma cidade que buscava consolidar e ampliar as relações comerciais e econômicas com a Corte e com as principais praças comerciais da Europa (TAKEYA, 1995). As trabalhadoras domésticas também inspiravam receios quanto ao que podiam ouvir. E ouviam muito, conquanto aprendessem a esquecer e a silenciar. E o jogo entre ouvir, esquecer, falar e dissimular fazia parte das densas e veladas negociações entre patrões e empregadas.

Nada ou muito pouco lhes passava aos ouvidos, sempre atentas aos cochichos das senhoras e sinhás. Engomadeiras pagavam por anúncios em periódicos de então para atrair interessados em seu trabalho, dando garantia de esmero com as peças de roupas que lhes fossem confiadas. A roupa, sabe-se, desde há muito é questão de status na sociedade, faz parte da encenação (embora envolvesse violência simbólica) no teatro social que garante distinção. Costureiras não ficavam por baixo, nem cozinheiras, nem, ainda, amas de leite. Também registros dessas se encontram em páginas noticiosas da época. Algumas delas se inseriam no mundo do ganho urbano por mais de uma entrada, aos olhos da instituição policial. Podiam ser lavadeiras e engomadeiras, cozinheiras e criadas, amas de leite e meretrizes.

Não havia anúncios de meretrizes nos jornais, porém, a divulgação de casos policiais prestava-se, inversamente, ao mister de fazer saber à população pretensamente ordeira e pudica os maus-lugares (PESAVENTO, 2001) a serem evitados. A polícia não faltava a tais lugares, quer para prender meretrizes, mulheres violentas, embriagadas, combater brigas que às vezes resultavam em morte, ou simplesmente para diversão. Havia alferes amasiados com prostitutas. Algumas delas mantinham criadas em casa para tomar conta dos afazeres que requeriam o tempo de que elas mesmas não dispunham. Criadas às vezes ganhavam por jornada diária, morando em casa própria ou alugada. Em certos casos, sequer recebiam algum vencimento, vivendo em troca do trabalho na residência do patrão — amiúde, um antigo senhor (RODRIGUES, 2018).

A lista categorias socioprofissionais (CERUTTI, 1998, p. 233-242) é extensa para aquele contexto. Grande parte das mulheres das camadas populares vivia dos serviços domésticos. Mas havia empregos e ocupações não cobertos por esse amplo espectro de funções. O censo de 1887, que arrolou em torno de 17 mil pessoas é uma rica fonte para a história das mulheres, particularmente as pobres — embora os modos de opressão se expressassem como um poliedro, integrando sem hierarquia aparente entre si sua condição de classe, de cor e de gênero. Nesse breve artigo, tratarei apenas de lavadeiras e engomadeiras. O dito arrolamento contém informações relevantes nesse sentido, todavia, cabe cruzá-las com outras fontes históricas, como os jornais, a literatura, dentre outras.

A literatura mais sensível a essas personagens da cidade captou o seu (des)pudor quanto aos segredos de família, alguns dos quais podiam causar intrigas graves e constrangimentos no interior de um segmento social. Juvenal Galeno (1978, p. 361-365) idealizou o cotidiano de lavadeiras:

Trago ao rio minha trouxa/Quando vem nascendo o sol,/E me sento dentro d'água.../Minha saia a tiracol... [...] Cuidadosa esfrego o pano,/Que já sobe e logo cai:/Esfrega o pano, ligeira,/Bate, bate, lavadeira [...] É destino êste viver:/Todo o dia, sem descanso,/Alheias roupas bater!/
Lava, lava, e mais ligeira/Bate, bate, lavadeira [...] Esta chita certamente/Muito dinheiro custou;/Que vestido bem talhado,/Como a môça o rabeou!/Estende o pano, ligeira,/Eia, vamos, lavadeira./Minha gente, esta camisa/Nunca teve um só botão!/Levo a culpa... paciência.../Ora vejam que rasgão!/Estende o pano, ligeira,/Eia, vamos, lavadeira!/Que bonito casaquinho.../Vamos... nada de invejar;/Enche a cuia, molha a roupa/No quarador a secar:/Molha a roupa, e mais ligeira,/Eia, vamos, lavadeira./Sacudi água na roupa,/Enquanto fica a quarar,/Vou comer alguma cousa,/Que são horas de almoçar [...] Já devo à dona, já devo,/Se não me engano, um tostão,/Que por conta da lavagem/Eu tomei na precisão.../Eia, vamos, e mais ligeira/Bate, bate, lavadeira./Para o resto do dinheiro/Quanto emprêgo! [...] Ai, paninhos faladores.../Que segredos muita vez!/Quanta história me não contam/De seu dono, meu freguês.../Não te importes!... E ligeira/Bate, bate, lavadeira./Mas, nada descubro, nada.../No que faço muito bem;/Se eu falasse, a sua roupa/Quem me daria? Ninguém!/Pois não fales, e ligeira/Bate, bate, lavadeira./Arre lá! É meio-dia,/Preciso a roupa estender!/Que sol quente! Fica pronta,/Se de tarde não chover:/Estende a roupa, ligeira,/Eia, vamos, lavadeira./Ontem na casa do rico/Quantas histórias ouvi!/Como a dona se queixava.../Quantas cousas aprendi!/Tudo esqueças, e ligeira,/Eia, vamos, lavadeira./Vou dobrar agora a roupa,/Que descamba já o sol [...] Entrouxei contando tudo.../Três patacas e um vintém;/Vou levar a roupa [...] Toma a trouxa.../Anda ligeira.../Vamos, vamos, lavadeira./Assim na vida labuto/Para ganhar o meu pão;/E de bater tanta roupa/Já me dói o coração;/Mas, na aurora derradeira,/Descansarás, lavadeira.

“Ontem na casa do rico, quantas histórias ouvi!” É assim que Juvenal Galeno, através do eu lírico de uma mulher pobre que canta sua sina, sonhos e desventuras enquanto fuma “dentro d’água”, este sendo em si já um ato destoante da moral dominante vigente, constrói um relato sobre a condição das lavadeiras na década de 1860. “Vamos, vamos”, “passa, passa”, “bate, bate”, “dobra, dobra”...

repetições que dão ideia de ritmo, de cadência que articula corpo e pensamento. Enquanto um padece o rigor da faina diária, o outro especula sobre sua condição que requer cuidado com a roupa, para não ter de assumir dívidas; atenção aos procedimentos de lavagem, desde a roupa molhada até a fase de secá-la ao sol, o que ainda estima cuidado com chuvas repentinas que pusessem o trabalho a perder, e certa discrição ao saber de segredos dos fregueses para não os afastar. Pode-se cogitar que houvesse, entre as lavadeiras, certa disputa por famílias que pagassem relativamente bem por cada peça de roupa. De vintém em vintém ganhava-se a vida, ainda que de modo precário. Nesse sentido, a cantiga sobre as "Lavadeiras" dá-nos ligeira noção do quanto essas mulheres, boa parte das quais solteiras e com crianças pequenas para sustentar, eram ricas de saberes sobre o mundo do trabalho e táticas de sobrevivência. A pressa que Galeno imprime na cantiga pela repetição de palavras-chave, que imprimem sentido de movimento, devia-se ao fato de que quanto mais roupas conseguissem lavar mais vinténs ganhariam. Algumas vezes lavadeiras precisavam de dinheiro para comprar sabão, quando não o faziam artesanalmente (este também um saber antigo que elas traziam consigo), e pediam emprestado às senhoras para adquiri-lo. Certamente, esse valor seria deduzido do seu pagamento, tendo sido feito o trabalho. A experiência de proximidade com os fregueses era a da fronteira social, o que requeria, portanto, a arte de silenciar e esquecer do que "a dona se queixava". Aprender ouvindo várias histórias era quase incontornável, porém, no que se afigurasse inconveniente aos patrões, a sabedoria recomendava: "tudo esqueças, e ligeira".

Lavar roupas era um trabalho braçal extremamente extenuante. Consistia em bater panos contra pedras, numa luta corporal; torcê-los para que secassem mais facilmente ao sol e ao vento; estendê-los; dobrá-los; carregá-los em trouxas pesadas às vezes por longas distâncias... Tudo isso, na visão romântica de Galeno, com resignação ao que se veria como destino: "Assim na vida labuto/

para ganhar o meu pão;/E de bater tanta roupa/Já me dói o coração;/ Mas, na aurora derradeira,/Descansarás, lavadeira”. O descanso não seria conquistado em vida. A sina retorna noutra tema de Galeano, a “Engomadeira”: “é minha sina a pobreza.../Suando ganho o vintém” (GALENO, 1978, p. 409-412). A mera constatação da pobreza como destino pode ter um tom de rebeldia contra o que se apresentaria como ordem natural das coisas e das relações sociais, de modo que, de imediato, Galeno faz a engomadeira cantar resolutamente: “E entretanto a engomadeira/Que sabe tanto agradecer.../Sempre esquecida e mal paga.../Se o freguês sabe pagar.../Ai, não é graça!/Se o freguês sabe pagar./Mas, devo calar-me, devo.../Que todos querem-me bem”. A engomadeira, mesmo mal paga, e quando paga, deveria resignar-se e agradecer a seus fregueses com trabalho esmerado. Galeno imprime à engomadeira certa consciência da relevância de seus serviços. A roupa distinguiria socialmente, no mercado das paixões, os jovens moços que investiam no alinhamento de suas vestes. Uma sociologia mais atenta à moda dá-nos a ver que não apenas a roupa em si, mas, o “bom gosto” que ela expressa, ou não, é decisivo para marcar mobilidades no sentido de ascensão social (BOURDIEU, DELSAUT, 2001). Isso dava às trabalhadoras condições de manter o preço cobrado por cada peça e negociar com os fregueses. Galeno imagina certa negociação em torno do custo dos serviços: “Três vinténs esta camisa.../Pois é caro, ó meu senhor?/Roupa assim encanta as môças.../Três vinténs lhe custa amor.../Ai, não é graça!/Três vinténs lhe custa amor”. Para que as engomadeiras articulassem tal argumento em defesa do custo de cada pano engomado era preciso uma leitura nada superficial das relações sociais de então. As engomadeiras não sabiam apenas agradecer, também cobravam seu pagamento e o sustentavam com base numa leitura aguçada do jogo social a partir dos indumentos e do seu trabalho de mantê-los apresentáveis.

O risco inerente de queimar-se ao ferro de passar, que manipulava com certa intensidade de força, a depender da qualidade do pano, concorria para conferir boa aparência aos rapazes e senhores (torná-los ditosos, dignos do status que tivessem ou almejassem), inseridos numa rede de relações sociais, desde a qual se disputavam privilégios, bem como se cuidava em preservá-los, que lhes exigia relativo investimento em sua autoimagem. Na visão romântica de Galeno, a engomadeira não maldizia sua sorte, embora reconhecesse viver do próprio suor. Ela sorria entre ferros abrasantes, aceitando sua condição como ventura. Os ferros, instrumentos de trabalho, seriam amigos. O poeta pinta uma paisagem afetiva em que situa a engomadeira. O seu trabalho, todavia, requeria força, certa destreza e desvelo com a integridade de cada roupa; caso contrário, elas, assim como as lavadeiras, seriam cobradas pelo extravio de qualquer peça de pano. Era, provavelmente, comum que os fregueses lhes exigissem pagamento por danos mesmo que não tivessem causado; sem mencionar que não raro tinham que explicar o sumiço de roupas estendidas ao vento sob sua responsabilidade (MAIA, 2015, p. 184). De novo, lavadeiras e engomadeiras constituíam-se em suspeitas. Aliás, a sua própria condição no mundo do trabalho e da pobreza já lhes definiam como tais. A questão não é de somenos relevância. Essas mulheres lidavam com espécie de patrimônio material e simbólico.

Se é certo, no entanto, que as roupas constituíam signos de distinção social para as classes dominantes, Michelle Perrot, por outro lado, deu a ver a relevância que a vestimenta tinha para os trabalhadores, preocupados também com sua autoimagem. Na medida em que, se “a sujeira e o desalinho marcam sua inferioridade”, conviria admitir que “a dignidade operária passa pelo ‘bom aspecto’” (PERROT, 1988, p. 104). Mais do que isso, “uma roupa conveniente permite que se misturem sem vergonha à festa urbana, que ‘saíam’”; pois os trabalhadores usam a cidade não só para o trabalho, senão para o lazer, a missa

nas tardes dominicais, os passeios nas praças, que podiam se estender noite adentro em direção a sambas, casas de mulheres de “má fama”.

Aliás, quanto à fama, lavadeiras, engomadeiras e meretrizes não se distanciavam muito. Viver por si, ser mãe solteira — ou por viuvez, abandono ou desquite — conviver com outras mulheres, parentes ou não, a fim de conseguir pagar aluguel ou manter choupana nos arrabaldes de Fortaleza, tudo isso era motivo suficiente para tachar alguém de prostituta. Todavia, essas trabalhadoras eram fundamentais para o estilo de vida das classes dominantes e para a reprodução de seu capital simbólico (BOURDIEU, 1996, p. 157-197). Sem roupas, sem alinho, sem pose e pompa não haveria saraus, recitais, visitas ao teatro, ida à missa, ao passeio público — lugar de desfile de beleza e distinção em seu primeiro nível.

Numa época em que não havia tecnologia para automaticamente controlar a temperatura do ferro de passar, ressaltava-se o imperativo da destreza de esfriar o instrumento num pano mais grosso; ou esperar a troca de calor deste com o próprio ambiente, respeitando o tempo inerente a esse ofício. E, assim como as engomadeiras, as lavadeiras igualmente deveriam ter uma intimidade com o tempo, o das condições climáticas, a fim de antever e precaver-se de precipitações de chuvas. Para a roupa ficar cheirosa e agradar os fregueses, o segredo estava no sol e vento constantes.

Em geral, as engomadeiras também realizavam serviços de lavagem, e vice-versa. Algumas eram também meretrizes, cumprindo assim uma terceira jornada de trabalho. Na verdade, o meretrício podia ser uma profissão — pois aparece como tal no censo de 1887, ou seja, ela é afirmada enquanto tal pela negação — praticada em períodos em que faltava roupas para lavar e engomar. Ou até, no hiato de tempo em que se esperava os panos secarem e ficarem prontos para engomá-los, dobrá-los e, por fim, realizar a entrega. A busca pelo reconhecimento do serviço exímio, que se expressou mesmo

na literatura popular, mas, também nos anúncios de jornais, não se explicava tão somente pelas exigências dos fregueses. Trabalhadoras, tal como artífices que pretendiam se distinguir e se diferenciar dos demais pela qualidade do que ofereciam (MAC CORD, 2012), buscavam valorizar seu trabalho alegando exímia habilidade em sua arte.

Em 1907, no *Jornal do Ceará*, divulgou-se este chamado para serviço de: “ENGOMADEIRA. Precisa-se de uma, que seja perita em roupa de homem. Paga se bem á rua Formosa, 180 A” (*JORNAL DO CEARÁ*, 1907, p. 3). Num anúncio de 1872, informava-se a venda de uma escrava “de 23 annos de idade, que engoma e lava perfeitamente” (*O CEARENSE*, 1872, p. 3). A realização exímia de determinada função podia até amenizar certo desvio moral de uma trabalhadora doméstica ou até certa insolência — desde que não afrontasse radicalmente a autoridade do patrão.

Richard Sennett considerou, nesse tocante, que, no século XIX, mesmo os trabalhadores menos favorecidos, aqueles que tinham maus empregos, desempregados ou os que tinham trabalhos temporários, tentavam se definir pedreiros, marceneiros, tecelões etc. “O status no trabalho”, como deu a ver, “resulta de ser mais que apenas ‘duas mãos’; os trabalhadores braçais, assim como criados, nas casas vitorianas, buscavam-no usando as palavras ‘carreira’, ‘profissão’ e ‘arte’ de uma maneira mais indiscriminada do que julgaríamos admissível” (SENNETT, 2009, p. 144). A perícia em certa arte, no mundo do trabalho, inclusive nos serviços domésticos, referia-se à qualificação, portanto, das criadas, lavadeiras, engomadeiras e uma sorte variada de profissionais que trabalhavam em casas de família ou em sua própria residência — mas, compreendidos pela economia doméstica que fundamentava pequenas produções, a exemplo da fábrica de sabão, de louças, das oficinas de tecelagem, alfaiatarias, e demais fomentadas por modos de habitar e de viver na cidade. Como era o caso de Paulina Julia Braga, dona de um negócio que prometia roupas engomadas com perfeição, na Rua Conde d’Eu, nº 79.

Em maio de 1885, Paulina publicou anúncio em que se oferecia para “fazer todo e qualquer engommado, quer de particulares, quer dos alumnos dos collegios, garantindo perfeitissimo trabalho e commodidade nos preços, dispondo para esse fim de pessoas bastantes habilitadas para todo e qualquer serviço de sua profissão” (O CEARENSE, 1885, p. 3). O arrolamento de 1887, listou os habitantes daquela casa. Eram em seis mulheres as suas moradoras, todas elas costureiras, com idades entre 66 e 25 anos. Todas elas sabiam ler e eram solteiras. A mais velha era Ana Joaquina Ferreira, cabeça da casa; com ela moravam as filhas Francisca Ferreira, Paulina Julia Braga, que havia assinado aquele anúncio, e Rita, além de outras duas mulheres. Essas mulheres trabalhavam por conta própria como costureiras e engomadeiras. Seu negócio girava em torno de algo capital para a vida social, a autoimagem, a boa aparência.

O boêmio Raimundo Ramos Filho, ou Ramos “Cotoco”, reconheceu em uma de suas composições irreverentes, “Engomadeira”, aquela que garantia ao homem viver limpo e engomado com perfeição, “graças à arte” (RAMOS, 1906, 159-160). A perícia na arte de engomar, lavar e cozinhar era evocação constante, como dito, nos anúncios em periódicos de então. Não era mera graça de um poeta popular, errante, enamorado entre as camadas sociais, acostumado a frequentar as casas pelas portas dos fundos ou, quiçá, a aventurar-se afetivamente na Rua dos Charutos, a Avenida Carapini (ou Carapinima, continuação da Rua da Lagoinha), que, conforme Adolfo Caminha, era cognominada assim “por ser mais freqüentada por gente de cor”, na medida em que seria “ponto dileto de cozinheiras e raparigas baratas da rua da Misericórdia” (CAMINHA, 1997, p. 94). O argumento de possuir perícia em determinado trabalho constituía-se num signo de autoestima, de afirmação da dignidade socioprofissional e, de novo, requeria uma leitura aguçada, pelo habitus de viver, do mundo social.

Tanto Juvenal Galeno, como Ramos “Cotoco” pintam trabalhadoras com sorriso no rosto, enamoradas, idealizando uma graça que seria natural das mulheres, presente mesmo nas feias, confor-

me o segundo. De fato, criadas e trabalhadoras domésticas em geral foram apreendidas historicamente pelo viés da sensualidade. Esta uma forma de dissimular, enquanto economia libidinal ou, se quiser, da sedução no interior do paternalismo e da família patriarcal — responsável em dado contexto por uma polícia preventiva sobre as(os) criadas(os) de servir —, violências de toda sorte, mas, sobretudo sexual. Isso aparece na literatura; vide *A Normalista*, em que Maria do Carmo, retirante e agregada na casa do padrinho fora “seduzida” por ele; e também em glosas e sonetos publicados em seções literárias e crônicas de costumes nos jornais oitocentistas. E tem repercussões até nossos dias mais contemporâneos. Xavier de Castro, da Padaria Espiritual, versou sobre o assunto:

A creadinha de casa/Tem quinze annos apenas!/ Anda
por ella uma aza/ Cahindo, quebrando as pennas.../ Dona
Maria á bodega/ Mandou-a hontem cedinho,/ Dizendo:
— Felicia, péga,/ Vou comprar banha e toucinho./ Já lá
no becco a esperava/ Seu Pedro — a aza que andava/ Por
ella pensa... de rasto.../ A velha espera a Felicia/ Dizen-
do: — Est’hora a policia/ Levou-a p’r’o mata-pasto! (DE
CASTRO, 1894, p. 2).

“Criadinha”, “morena” ou negra, “quinzes anos”, “seduzida”, “deflorada”... são palavras que estruturam enredos comumente encontrados em notícias de natureza criminal no século XIX e no XX, na verdade, até nossos dias. O poema intitulado *Chromo* dá a cor das intrincadas relações no mundo dos serviços domésticos e nos ajuda a pintar a experiência de criadinhos entre afeto e exploração, entre violência e sedução.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus. 1996.

BOURDIEU, Pierre; DELSAUT, Yvette. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n° 34, p. 07-66, dez. 2001.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. Importância da vida humana como fator da riqueza. O desenvolvimento da população da Fortaleza. Sua natividade e mortalidade. Taxa excessiva desta. **Revista da Academia Cearense**, ano I, fascículo I, Fortaleza, Typographia Studart, 1896,

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. Cenas do Ceará. Fortaleza: Diário do Nordeste, 1997.

CEARÁ. **Arrolamento da População de Fortaleza**, de 1887. Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, 01/08/1887. Livro 355.

CEARÁ. **Livro de Matrícula de Criados de Servir**, de 1887.

CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. *In*: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.

Constituição, ano XXV, nº 09, Fortaleza, Sexta-feira, 20/01/1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/235334/per235334_1888_00009.pdf. Acesso em: 01 fev. 2018.

DE CASTRO, X. **Chromo**. A República, ano III, nº 117, Fortaleza, Sábado, 26/05/1894. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/801399/per801399_1894_00117.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

GALENO, Juvenal. **Lendas e canções populares**. 4. ed. Fortaleza: Casa de Juvenal Galeno, 1978.

Gazeta do Norte, ano VIII, nº 140, Fortaleza, Segunda-feira, 27/06/1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/103950/per103950_1887_00140.pdf. Acesso em 02 mar. 2018.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, jun. 2014.

Jornal do Ceará, ano IV, nº 512, Fortaleza, Segunda-feira, 1/04/1907. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/231894/per231894_1907_00517.pdf. Acesso em: 23 jul. 2014.

Jornal do Ceará, ano IV, nº 678, Fortaleza, Sábado, 16/11/1907. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/231894/per231894_1907_00678.pdf. Acesso em: 26 jul. 2014.

MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania**: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água:** territorialidades, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856 — 1926). Tese (Doutoramento em História Social) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

O Cearense, ano XXV, nº 05, Fortaleza, Quarta-feira, 17/01/1872. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709506/per709506_1872_00005.pdf. Acesso em: 13 jul. 2014.

O Cearense, ano XXV, nº 87, Domingo, 30/07/1871. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709506_1871_00087.pdf. Acesso em: 13 out. 2014.

O Cearense, ano XXXIX, nº 73, Fortaleza, Domingo, 03/05/1885. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709506/per709506_1885_00073.pdf. Acesso em: 03 nov. 2014.

Pedro II, ano 48, nº 89, Fortaleza, Domingo, 06/11/1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/216828/per216828_1887_00089.pdf. Acesso em: 21 jan. 2016.

PERROT, Michelle. O gênero da cidade. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 50, p. 23-44, jan./jun. 2014.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

RAMOS, Raimundo. **Cantares Bohêmios**. Fortaleza: Empreza Typ. Lithographica, 1906.

RODRIGUES, Elylo Fagner Silva. **Os párias da modernidade na “Terra da Luz”:** a “gente ínfima” de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877-1912). Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará:** origens do capital estrangeiro no Brasil. Natal: UFRN/HUCITEC, 1995.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

“O comandante geral seria branco?”: O fim das milícias segregadas por cor na imprensa e no parlamento (1830-1834)

Maria Clara Aredes de Figueiredo¹

INTRODUÇÃO

A principal medida do período regencial - considerando-se os objetivos dessa pesquisa - foi criação da Guarda Nacional. Tal medida, fruto das políticas do governo *moderado*, a criação da Guarda Nacional e a extinção das forças milicianas, se efetivou com a lei de 18 de agosto de 1831. Foi Feijó, ministro da justiça à época, o principal dirigente do país nesse período que, com a criação da G.N., a “milícia cidadã”, fortaleceu os proprietários, os senhores locais e o poder central, ao passar o controle da nova milícia ao Ministério da Justiça e localmente aos juízes de paz (GOUVÊA, 2008, p. 29).

A criação da Guarda Nacional foi uma decisão estratégica do governo central *moderado* na busca por uma força que fosse de confiança para combater os conflitos que surgiram no período. A necessidade advém do fato de que, desde o 7 de abril, soldados e oficiais das forças regulares participaram dos movimentos da abdicação e muitos não estavam satisfeitos com os rumos que o “carro da revolu-

¹ UFRuralRJ - PPGHIS Mestranda; Bolsista CAPES; Currículo Lattes: E-mail: mariaclara.aredes@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/2226826427510706>.

ção” estava tomando. O governo, por temor dos revoltosos, cada vez mais se fechava no grupo dos *moderados*, isolando os *exaltados* e os excluindo das tomadas de decisões (GOUVÊA, 2008, p. 20-24).

Desse modo, uma grande parcela de população se via excluída das decisões da Corte e excluída dos direitos políticos. A G.N. vem como uma instituição capaz de agregar de forma hierárquica, seguindo o padrão dessa sociedade, indivíduos de diferentes regiões sociais com o objetivo de defender a ordem (GOUVÊA, 2008, p. 24). Cidadãos em armas.

Sendo as milícias segregadas por cor o objeto dessa pesquisa, vamos à elas. Os principais prejudicados com a extinção desses corpos auxiliares foram os homens membros das milícias segregadas por cor: os Henriques (pretos) e os batalhões de pardos. A G.N. nacional nasce com o título de cidadã ao ter seus batalhões não mais segregados de acordo com a cor, mas sim com medidas bastante integradoras e democráticas em seu interior, ao menos na teoria.

Considerando as relações hierárquicas militares, regidas por valores compartilhados pela sociedade como um todo, as instituições militares se tornavam chave, espelhando esses valores em suas relações internas e, ao mesmo tempo, sendo capazes de manter e conservar a ordem social excludente e desigual de uma cidadania que não foi pensada para todos.

Assim, buscamos demonstrar como o fim das milícias estava aliado à um projeto político desenvolvido pelos liberais *moderados* no poder, do ser cidadão dentro do Império brasileiro. Projeto que, ao excluir as milícias e fundar a G.N. gerou problemas para os homens vindos das milícias segregadas por cor, integrados em suas redes de solidariedade e sociabilidade dentro de um universo em que eram, quase sempre, comandados por homens da mesma cor, conseguiam ascender dentro da hierarquia miliciania.

A G.N., por não ser mais segregada, traz problemas práticos quando sua hierarquia interna e a integração de homens de cor, brasileiros e cidadãos pretos e pardos - na prática seria impensável um homem branco ser comandado por homens de cor. Na milícia cidadã, fica a necessidade de saber qual seria o cidadão bem quisto aos postos de oficialidade e se a integração ocorreu entre os homens de todas as cores.

A ASCENSÃO LIBERAL MODERADA

Nos anos iniciais do Período Regencial, os moderados buscavam reorganizar a situação política do país, após a grave crise política que sucedeu a abdicação de d. Pedro, impondo suas medidas aos dois outros grupos concorrentes, caramurus e exaltados. No mesmo contexto, pretende-se trabalhar com a ideia de cidadania e como essa ideia do “ser cidadão” era vivida em uma realidade escravocrata pelos homens de cor.

O projeto moderado se pautava na combinação entre monarquia e liberalismo constitucional. Segundo Marco Morel, ele foi mais frequentemente apresentado por seus membros como um comportamento e menos como posição política. A moderação era uma espécie de visão de mundo, que permitiria a seus partidários posicionarem-se “sobre qualquer assunto, um critério para distinguir o que é sábio e civilizado, em harmonia com os costumes e o bom senso”, moderação como sinônimo de razão (MOREL, 2016, p. 135).

Outros termos que podemos associar ao grupo são *juste milieu*, liberdade limitada, monarquia constitucional, soberania nacional, e uma recusa ao absolutismo e ao despotismo e a certa ambiguidade em relação a ideia de revolução. Uma equação política que combinava conservadorismo e liberalismo.

Para os moderados, a definição de liberalismo passaria pela preocupação de fixar os limites da liberdade. Assim, “os limites da liber-

dade devem partir da lei, da Constituição, mas também de um Estado forte” (MOREL, 2016, p. 138). Um exemplo desse tipo de discurso podemos encontrar nos escritos do deputado e redator Evaristo da Veiga, inclinado ao liberalismo definido por François Guizot, para quem seria necessário — antes de mais nada — garantir a ordem e evitar conflitos ou “choque violento entre os partidos, com um governo intervindo de modo decisivo para (de)limitação das liberdades”. A moderação era, para Evaristo, o único meio para manter a ordem no Brasil, e foi com essa mentalidade que o deputado se tornou um dos principais defensores da Guarda Nacional, sendo um dos redatores do projeto aprovado (MOREL, 2016, p. 138).

A liberdade com limites era, para os moderados, um ato razoável. Pregava-se a soberania da razão — em que alguns seriam os mais capacitados como cidadãos — versus a soberania popular. A razão deveria ser soberana contra aquilo que chamavam de ditadura da maioria, “sobretudo num país onde predominava a escravidão” (MOREL, 2016, p. 142).

Queriam conservar a ordem social e trazer algumas transformações à ordem política. Assim, se mostravam favoráveis e portadores de ideias da modernidade política, como a repartição dos Poderes, direitos individuais, liberdades públicas e comerciais (MOREL, 2016, p. 143). Valorizaram a revolução visando aplicar uma “engenhosa operação política com duas dimensões: legitimar a construção de uma nação nos feitiços de seus interesses e frear a possível corrida do processo revolucionário” (MOREL, 2016, p. 145).

O sentimento de insegurança que surgiu com os conflitos e tumultos na cidade fez com que surgisse entre os cidadãos da elite o anseio pôr ordem na cidade. A pressão que esses cidadãos exerceram sobre a Câmara dos Deputados foi primordial para que, em 6 de junho de 1831, fosse aprovada uma lei que deu amplos poderes ao poder central para manter a ordem pública. Assim, passou a ser crime de ajuntamento ilícito reu-

niões de mais de três pessoas, podendo gerar até nove meses de prisão. Além disso, reuniões noturnas de mais de cinco pessoas também passaram a ser punidas com o encarceramento (SOUZA, 2008, p. 187-192).

Foi nesse clima de instabilidade política e convulsão social que, apenas quatro meses após a abdicação, em 18 de agosto de 1831, a lei da Guarda Nacional, que extinguiu as antigas milícias, foi aprovada. A criação da Guarda Nacional foi uma decisão estratégica da regência moderada na busca por uma força que fosse de confiança para combater os conflitos que surgiram no período. O governo, por temor dos revoltosos, cada vez mais se fechava no grupo dos moderados, isolando os exaltados e os excluindo das tomadas de decisões (BASILE, 2004, p. 20-24).

Junto com os exaltados, uma grande parcela da população se via excluída do debate político. A Guarda Nacional foi pensada como uma instituição capaz de agregar de forma hierárquica, seguindo o padrão dessa sociedade, indivíduos de diferentes regiões sociais com o objetivo de defender a ordem (GOUVÊA, 2008, p. 24). Cidadãos em armas, assim ficou conhecida a Guarda. No entanto, de acordo com José Murilo de Carvalho, o ser cidadão estaria ligado aos direitos políticos, em particular ao direito de voto (CARVALHO, 2001, p. 31-36).

SER CIDADÃO NO IMPÉRIO

O ser cidadão dentro do liberalismo estava atrelado ao critério de ser proprietário e o poder político dos liberais se pautava na diferenciação dos indivíduos pelo fato de serem homens de posses. A posse de bens materiais ia ao encontro do direito à representação política. Àqueles que não eram proprietários o direito de representação estava vetado (MONDAINI, 2013, p. 130).

A cidadania liberal foi, portanto, excludente. Nela, existiam cidadãos ativos e passivos, com posse e sem posses. Muito dessas

características são percebidas no Brasil no período regencial sob governo liberal *moderado*.

Assim, uma sociedade justa para os intelectuais de finais do século XVIII era “aquela em que as leis e o direito fossem naturais, ou seja, nascessem com o próprio homem”. O direito natural, em que os homens nascem iguais, é “uma declaração de caráter universal, valendo para todos os homens, sejam quem forem, venham de onde vierem” (ODALIA, 2013, p. 161-162).

No Brasil, com a Independência em 1822, veio o desafio de tentar modelar as instituições liberais europeias — pensadas em uma realidade completamente distinta da brasileira e bem menos diversa — à realidade brasileira. O que era ser cidadão no liberal Império do Brasil?

Aprender a “ser cidadão” não se deu sem dificuldades. No pós-independência, o Império do Brasil sofreu com as intensas disputas entre diferentes forças políticas, umas lutando pela unidade/separação, outras pelo federalismo/centralismo, havendo ainda quem discutisse a criação de uma república (CANÊDO, 2013, p. 528).

O voto, como signo máximo da participação do povo nas decisões políticas, foi fruto de um trabalho social e político até que ganhasse forma simbólica e material, como fruto de ação humana. Seus ritos foram resultado de um processo lento e descontínuo, constituído por uma delimitação da categoria de cidadão que, inicialmente, foi a que lhe deu forma. Uma eleição precisa de eleitores, afinal. Na época colonial, as eleições nas Câmaras Municipais definiam os “homens bons” na função de eleitores (CANÊDO, 2013, p. 519-521).

A cidadania no Brasil, portanto, foi instituída a partir de um território não mensurável, controlado por políticos locais. Como afirma Nilo Odalia, “o laço com a soberania representativa se efetuou através do filtro de uma hierarquia de poderes transitórios — as eleições por

graus” (CANÊDO, 2013, p. 523). Isso em um país de grande dimensão territorial, sociedade escravista e quase totalmente analfabeta.

A Constituição de 1824, que permaneceu até o fim da Monarquia no Brasil, com todo o seu apelo liberal, não mencionou — em nenhum de seus artigos — a questão da escravidão, essa trazia avanços aos direitos políticos e limitados direitos civis (CARVALHO, 2001, p. 34). Nela houve a separação dos poderes em quatro: executivo, legislativo, judiciário e o poder moderador, sendo este reservado ao Imperador. Em seu Capítulo VI e entre os artigos 90 e 97, temos a regulação dos direitos políticos: quem poderia votar e ser votado, definidos por critérios de renda, sexo e idade. Analfabetos não estavam proibidos de votar.

Para a *moderação* a razão se representava no império das leis e no regime constitucional: “no cerne desse equilíbrio juste milieu estava a valorização das capacidades”. Assim, “a cidadania não tinha relação direta com a democracia: o papel do processo eleitoral era selecionar os homens mais capazes de conduzir os negócios públicos, os que detinham o poder e o saber”. Assim, a representatividade da nação “era atributo de grupamento restritos, embora mais abertos do que a nobreza hereditária e mesmo a fortuna econômica” (MOREL, 2016, p. 142-143).

A massa desorganizada, pobre, sem acesso à educação e que se via excluída de uma cidadania plena. Afinal, a cidadania pensada pelos moderados era excludente e em perfeito acordo com os preceitos liberais de governança. Nega-se à massa pobre e de cor o exercício pleno dos direitos políticos. Apenas os civis não lhes eram negados. Nessa nação pensada pelos *moderados*, os cidadãos são iguais apenas na carta da lei. Assim, qualquer ação que resultasse em uma igualdade e que pudesse reduzir as diferenças de classe seria vista como uma violação a norma padrão pensada e idealizada

pelo grupo. Tendo em mente que, para os *moderados*, as diferenças entre os homens eram naturais e legítimas (GOUVÊA, 2008, p. 45).

A EXTINÇÃO DAS MILÍCIAS

Para a elaboração deste tópico, foram analisados os Anais da Câmara dos Deputados relativos aos anos de 1831 e 1832.² A intenção é analisar os discursos dos deputados como um produtor de fatos políticos e irradiador de princípios que levaram à aprovação da lei de criação da Guarda Nacional, em agosto de 1831, e à sua primeira grande modificação, apenas um ano e dois meses depois, em outubro de 1832.

Entre os meses de maio e agosto de 1831, o projeto foi discutido e votado na Câmara dos Deputados. Como o objeto dessa pesquisa é o debate sobre a extinção das Milícias, e não sobre a criação da Guarda Nacional, iremos analisar apenas os debates ocorridos na Câmara dos Deputados sobre os possíveis obstáculos que os homens de cor encontrariam para ingressar na Guarda Nacional (CASTRO, 1977, p. 22).

Durante os debates, o tema da extinção das antigas Milícias e do destino de seus oficiais e soldados só foi abordado de forma indireta, quando foram apresentados os artigos 140 e 141 do projeto, respectivamente sobre a extinção das Milícias e sobre o emprego desses homens na Guarda Nacional. É sobre eles que vamos nos deter aqui.

O projeto submetido à Câmara dos Deputados não foi debatido, ou o debate não foi transcrito nos anais. A lei e os artigos 140 e 141, esse modificado com o decreto de 1832, foram aprovados por unanimidade na mesma sessão. A lei foi integralmente aprovada sem discussão de seus artigos de forma individual. Mas, pelo texto, é possível perceber como ele atinge diretamente os oficiais pretos e pardos de

2 A pesquisa, que faz parte do desenvolvimento de Dissertação para a obtenção do grau de Mestre, ainda está em andamento. Sendo assim, aqui somente iremos apresentar a análise dos anais, a análise da imprensa carioca ainda está em andamento.

Milícias ao extinguir a força milicianiana e ao definir como as patentes seriam distribuídas entre a oficialidade na nova força.

O artigo 140 da lei foi aquele que extinguiu todos os corpos de Milícias, Guardas Municipais e Ordenanças. A lei condiciona essa extinção tão logo as Guardas Nacionais fossem organizadas em cada um dos municípios do Brasil. Não foi em nenhum momento discutida pelos deputados. A única mudança que sofreu, desde a elaboração do projeto e a promulgação da lei, foi a especificação das forças que seriam extintas. No projeto, constava que seriam suprimidas e extintos os Corpos de segunda linha e Ordenanças do Império (Lei de 18 de agosto de 1831).

Os corpos milicianos foram extintos sem discussão, sem planejamento, o único artigo que pensava nos ex-milicianos era o artigo 141. Este foi modificado pelo decreto de 1832, que modificou a lei de 18 de agosto de 1831. De acordo com o artigo 141, os oficiais milicianos que recebiam soldo continuariam a recebê-lo, e aqueles que não recebiam ficariam com as “honras anexas aos seus postos”. Entretanto, não ficariam isentos do serviço das Guardas Nacionais, caso fossem alistados na conformidade da lei.

A emenda formulada em 1832 acrescenta que aqueles que não recebiam soldo e que não haviam perdido suas patentes poderiam ser eleitos oficiais da Guarda Nacional, desde que tivessem “os requisitos acima declarados no artigo 13”.³ Além disso, permitia que, caso a patente fosse inferior à que já possuíam, estariam livres para não aceitar a eleição (Lei de 18 de agosto de 1831. Art. 141).

A emenda foi apresentada pelo deputado Costa Ferreira no dia 25 de agosto de 1832. Nela temos que os “oficiais de milícias poderão ser eleitos oficiais da guarda nacional”, desde que tivessem

3 O artigo 13 do decreto é aquele em que se define como critério para a nomeação dos oficiais os cidadãos que podiam ser eleitores e que tivessem renda de 400 mil réis anual no Rio de Janeiro, Bahia, Recife e Maranhão e nos demais Municípios renda de 200 mil réis. Decreto de 25 de outubro de 1832. Art. 13.

“os requisitos da lei; sendo-lhes livres porém deixar de aceitar a nomeação quando esta for para posto inferior ao da sua patente” (Anais da Câmara dos Deputados, 1832).

Em ambas as situações, seja na elaboração da lei ou das emendas, os artigos não foram discutidos. Interessante que apenas um ano após a promulgação da lei, os deputados tenham pensado no que ocorreria com os oficiais milicianos que migrassem para a Guarda Nacional. Acreditamos que isso se deveu à pressão exercida pelos de ex-milicianos na imprensa da cidade (Anais da Câmara dos Deputados, 1832).

Os cidadãos em armas deveriam ser eleitores, com mínimo de 18 anos e máximo de 60 anos, poderiam ser alistados nas Guardas, para o Rio de Janeiro. O Conselho de Qualificação, criado no projeto de lei, órgão por meio do qual o juiz de paz e os seis eleitores mais votados da freguesia determinavam quem deveria servir na Guarda e quem ficaria isento do serviço ativo, ficaria responsável por “verificar a idoneidade dos cidadãos” (Anais da Câmara dos Deputados, 1832).

A emenda aprovada um ano depois, em 1832, em seu artigo 13, trazia uma novidade: além da exigência de renda de 400 mil réis para moradores do Rio de Janeiro que pretendesse ser guarda nacional, incluía necessidade de serem eleitores. Tal emenda, excluía da oficialidade da Guarda Nacional os libertos, ex-escravos nascidos no Brasil.

Estes, pelo Art. 94 da Constituição de 1824, apesar de cidadãos brasileiros, não podiam ser eleitores (MATTOS, 2000, p. 40). A emenda que consolidou a impossibilidade do ingresso de ex-escravos na Guarda Nacional, foi questionada duas vezes pelo deputado Antonio Rebouças, que também solicitou sua retirada da discussão. Nesse momento, o deputado fez um longo discurso para justificar sua demanda (Anais da Câmara dos Deputados, 1832).

Para Rebouças, a emenda era injusta, incendiária, impolítica e inconstitucional. Para o deputado, a emenda de Calmon, ao definir

“que para oficiais das guardas nacionais somente possam ser votados os que podem ser eleitores”, acabaria por restringir ou ampliar a emenda “da ilustre comissão,” que para os guardas nacionais, e em geral nas capitais mais populosas do império, somente exige das condições de eleitor a renda de 200\$”. E destacava como a emenda excluía parcela do antigos oficiais de milícias, aqueles que eram libertos.

O deputado questiona se “será constitucional, justo, conforme aos nossos costumes e mesmo político, que nós, agora ampliamos essa exceção odiosa, contraditória e impraticável”, presente na classificação de eleitor, também para a Guarda Nacional (Anais da Câmara dos Deputados, 1832).

A Constituição — argumentava Rebouças — havia imposto restrições aos brasileiros que não nasceram ingênuos de serem eleitor de paróquia, conselheiro de província, deputado, senador e conselheiro de estado. E, deste modo, para Rebouças, ao limitar o acesso dos ex-escravos a determinados cargos, com as exceções “firmou a regra geral em contrário”, e de acordo com os princípios consagrados na Constituição “de serem todos cidadãos obrigados a pegar em armas em defesa da pátria, de serem acessíveis à todos os empregos sem outra distinção que à dos seus talentos e virtudes”, não deveriam ser privados do direito aos cargos de oficial na Guarda (Anais da Câmara dos Deputados, 1832).

Vemos a ideia liberal de que as pessoas devem ser vistas pelos seus talentos e virtudes em sua relação com a sociedade, não falando em nenhum momento sobre a cor dos cidadãos. Segundo o deputado, todos os cidadãos deveriam ser considerados como tal por seus méritos (talentos e virtudes), o dinheiro sendo um bom indício de distinção social e esse deveria ser o critério de definição de quem seria oficial da Guarda Nacional.

Deste modo, para o deputado os cidadãos libertos poderiam servir todos “os empregos para os quais se achem habilitados por seus

talentos e virtudes”. Rebouças afirma que Calmon sabia que “as disposições legislativas contrárias aos costumes, à harmonia, à mútua confiança, à paz, à justiça e aos direitos naturais ou aos adquiridos dos povos não se cumprem, ou se cumprem para mal e nunca para bem”. Talvez aqui estivesse prevendo ou mesmo expondo um problema que já estava acontecendo com relação às Guardas, lembrando a força dos costumes em sociedades como a do Império do Brasil (Anais da Câmara dos Deputados, 1832).

O deputado questiona quando seria possível a um liberto “os sufrágios de seus concidadãos”, indagando: não deveria ser “pela melhor índole e comportamento cívico” para desfazer “as desagradáveis impressões da sua infeliz origem?”. O afastamento do mundo da escravidão — seguia argumentando Rebouças — poderia vir pela ação cívica, algo que os homens de cor já vinham fazendo nas Milícias desde o período colonial.

Rebouças encerrou seu discurso dizendo que acreditava no caráter da “augusta câmara e dos sinais mais positivos do uso parlamentar” e que, desse modo, tinha certeza de que a emenda seria rejeitada por ser inconstitucional, “injusta, nociva e perigosa”. Por fim, ainda perguntou a Calmon se ele realmente queria que a emenda fosse votada e se ainda não seria melhor o partido retirá-la (Anais da Câmara dos Deputados, 1832). Apesar dos contínuas manifestações de apoiado registrado na ata, a emenda não só não foi retirada como foi aprovada pela Câmara, associando a condição de eleitor ao ingresso aos postos da oficialidade na Guarda Nacional.

Ao que parece, a maioria dos deputados não concordou com as declarações de Rebouças e sua preocupação com a inconstitucionalidade da emenda do deputado Calmon, e muito menos com aqueles que seriam prejudicados, os homens de cor ex-cativos. Mesmo esses homens sendo considerados cidadãos do Império, de acordo com a Constituição de 1824, a Guarda Nacional conhecida como guarda

cidadã, não lhes permitiria assumir cargos da oficialidade ainda que provassem a renda mínima.

Com a sua criação e a extinção das forças auxiliares milicianas e diminuição do Exército, a Guarda Nacional se tornou a principal força auxiliar do período regencial, elemento de manutenção da integridade nacional e controle social. Assim, exerciam o seu poder de dominação sobre a sociedade através de um recurso estatal controlado em máxima instância pelo Ministro da Justiça e, localmente, pelos juízes de paz.

A Lei com seus 143 artigos e parágrafos nunca chegou a ser posta totalmente em prática, assim como o decreto de 1832. O fato de ter sido feita à cópia deliberada de princípios estrangeiros e diversos à realidade do Brasil no século XIX fez com que a Guarda Nacional tal como foi pensada na carta da lei nunca tenha se tornado realidade. A lei não conseguiu se ajustar à realidade social do país. Assim, vemos o “aparecimento de um imenso número de avisos, portarias, decretos, decisões, esclarecendo, corrigindo e resolvendo dúvidas, certamente completadas por soluções e interpretações locais” (CASTRO, 1977, p. 31).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do fim das milícias, este trabalho procurou questionar e expor como as políticas públicas dos liberais moderados interferiram no ingresso e ascensão aos cargos de oficialidade dos homens de cor. O foco foi o fim das milícias com a criação da G.N., uma força que nasceu com o status de democrática e cidadã, mas que, na prática, apenas reafirmaram as práticas racistas e as hierarquias sociais.

A sociedade do período regencial era permeada por tensões, uma sociedade rica em aspectos raciais e bastante hierarquizada. Uma hierarquia que era imposta de cima para baixo e buscava colocar as pessoas em categorias pré-definidas e prejudiciais às pessoas de cor, ligadas ao mundo escravocrata.

Aqui privilegiamos o discurso de Antonio Rebouças contrário a associação da ascensão aos cargos de oficialidade ao ser eleitor e em como isso seria inconstitucional e prejudicial aqueles que não haviam nascido livres. O ser cidadão dentro dos parâmetros estabelecidos pela Constituição de 1824 não eram suficientes para ascender dentro da milícia cidadã dos liberais moderados. Os próximos passos da pesquisa buscam associar as decisões tomadas pelos deputados às opiniões surgidas na imprensa sobre o processo de criação da lei da G.N. e a extinção das milícias.

REFERÊNCIAS

BASILE, Marcello. **O Império em construção**: projetos de Brasil e ação política na corte regencial. 2004. Tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**, 1831-1832, Tomo I e II. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/discover?query=1829&scope=bdcamara%2F28839&submit=Buscar>. Acesso em: maio 2020.

BRASIL. **Decreto de 25 de outubro de 1832**. Art. 13. Acesso em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/203385-altera-a-lei-de-18-de-agosto-de-1831-da-creauuo-das-guardas-nacionaes-do-imperio.html>.

BRASIL. **Lei de 18 de agosto de 1831**. Art. 140. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html. Acesso em: maio 2020.

CANÊDO, Letícia B. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 516-561.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã**: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, 1977.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Império das Províncias** - Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MONDAINI, Marco. Revolução Inglesa - O respeito aos direitos dos indivíduos. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 114-132.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: Imprensa, Atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Paco Editorial, 2016.

ODALIA, Nilo. A liberdade como meta coletiva. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 158-169.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Produtores, comerciantes e cossignatários: o comércio interprovincial de charque para Pernambuco¹

Josenildo Américo Paulino²

INTRODUÇÃO

No dia 12 de março de 1831, dava entrada no porto do Recife, então capital da província de Pernambuco, a escuna Firmeza, vinda do Rio Grande do Sul, após 50 dias de viagem. O mestre, João Ignacio de Melo, trazia consigo uma carga de charque para o comerciante português Galdino Agostinho de Barros (Diário de Pernambuco, 16/03/1831). Este expediente estava longe de ser incomum. Mensalmente, várias embarcações tendo como carga principal a charque aportavam na capital da província de Pernambuco, colocando a como uma das principais destinatárias da produção charqueadora do Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1825 e 1835, 179 embarcações carregadas com este produto deram entrada no porto do Recife, onde eram descarregadas e posteriormente vendidas nos mercados da cidade.

O charque tinha uma enorme importância na alimentação da população do Recife, sobretudo pela dificuldade do comércio de proteína animal. Leonardo Rolim (2012, p. 73) afirma que um grande proble-

1 Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro dado para a realização desta pesquisa.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, <http://lattes.cnpq.br/9329843576226956>, e-mail: josenildo.paulino@hotmail.com.

ma para as autoridades administrativas da época era a conservação de carnes e a venda. Nos grandes centros como Recife, Salvador e Rio de Janeiro o abate das carnes era feito de acordo com as regras ditadas pelas Câmaras Municipais, em matadouros públicos: o abate, o envio das carnes para os açougues e os horários de venda, por exemplo, eram ditados pelas autoridades. Entretanto, o comércio ilegal e a ação dos atravessadores aconteciam normalmente, causando aumento nos preços e até mesmo o consumo de carne estragada por parte da parcela menos abastada da população. Quando não se tinha acesso a chamada carne verde, os habitantes recorriam a proteína animal conservada em sal em virtude do baixo preço e sua capacidade de conservação.

A cidade do Recife na primeira metade do século XIX figurava como um dos principais centros urbanos do Império brasileiro. Marcus Carvalho chama atenção para dois censos produzidos a mando dos Presidentes da Província, um no ano de 1828 e outro no ano de 1856. Por motivos de maior aproximação com o recorte do presente estudo, daremos uma maior ênfase ao primeiro. É importante ressaltar que não era uma tarefa fácil apontar com exatidão o contingente populacional, devido às dificuldades enfrentadas pelas autoridades para colher os dados. O autor chama atenção para dois erros que eram frequentes em censos do século XIX: subestimação da população escrava, para evitar a cobrança de um possível imposto por parte do governo imperial, e da população masculina livre, para evitar o recrutamento para o serviço militar e a guarda nacional (CARVALHO, 1998, p. 46). Este segundo fator era ainda mais forte pelo contexto político, pois a província tinha acabado de passar pela Confederação do Equador, em 1824, sofria com o recrutamento para a Guerra da Cisplatina, e ainda teria que combater os dissidentes na Guerra dos Cabanos³. O referido censo indicava 25.678 pessoas somente nos três bairros centrais — São José, Santo Antônio e

3 A Guerra dos Cabanos foi um movimento conduzido por indígenas, escravos fugidos, posseiros, proprietários rurais e sua malha clientelar na mata sul de Pernambuco, fronteira com Alagoas. O principal objetivo era trazer de volta ao trono do Brasil D. Pedro I. Seu principal líder foi Vicente de Paula, que comandava as gentes da mata (índios e negros fugidos).

Boa Vista —, das quais 7.935 eram escravos. No termo do Recife — que incluía alguns subúrbios — havia 38.159 pessoas, das quais 11.692 eram cativas (CARVALHO, 1998, p. 44-50). Alimentar uma cidade destas proporções era uma tarefa extremamente complexa, envolvendo os mais variados agentes comerciais e as diversas praças mercantis do Império.

Uma das principais marcas do Recife é sua aproximação com os rios Capibaribe e Beberibe, amplamente navegáveis e com ligação direta ao oceano Atlântico. O Beberibe e principalmente o Capibaribe faziam parte do espaço urbano formado pelos então bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista. Ao olhar para um mapa da época⁴ se percebe facilmente a relevância do sistema fluvial para a vida cultural e social da cidade: através deles circulavam pessoas, cargas e produtos, dentre eles os alimentos que abasteciam a população.

O porto ficava situado no Bairro do Recife e contava com uma intensa atividade, se estabelecendo como um importante centro econômico do Império nos oitocentos. Bruna Dourado afirma que Pernambuco esteve entre os três maiores portos de exportação do Império entre 1775 e 1885. Os principais produtos da pauta de exportação pernambucana — açúcar, algodão, aguardente e couros — representaram em torno de 93,2% das receitas provenientes (2015 p. 60-61). Este protagonismo do Recife só foi possível pela existência de uma ampla rede de ligações comerciais, que operavam como “agentes do Recife”. Portos de mar como Fortaleza e Maceió, cidades de fundo estuário como Sobral, ou centros localizados próximos a rios navegáveis por embarcações de pequeno e médio porte como Paraíba, Rio Grande, Porto Calvo e Penedo fizeram parte desta rede (MELLO, 2002, p. 179). A navegação de cabotagem proporcionou a criação de

4 Um mapa da cidade do Recife, produzido no início do século XX, pode ser consultado em: <https://www.labtopope.com.br/cartografia-historica/>. Apesar da data, o mapa revela muito sobre a composição da cidade nos oitocentos. Nele, é possível perceber os rios e seus afluentes cortando a cidade, além dos subúrbios, que tinham uma ligação direta com os três bairros principais.

uma rede local de intermediários, que mantinham relações extremamente regulares com o Recife, onde escoavam sua produção.

Entretanto, ao mesmo tempo em que tinha um enorme fluxo de exportação, a província de Pernambuco também recebia em seu porto os mais variados produtos, entre eles os alimentos que se destinavam a população da cidade do Recife e seus arredores. Ao consultar o Diário de Pernambuco, principal jornal da província, é perceptível a alta movimentação de embarcações descarregando alimentos dos mais variados locais, fornecendo produtos que atendiam desde gostos sofisticados até os chamados gêneros de primeira necessidade, presentes na mesa de parcela significativa da população. A diversidade fica latente quando se olha a sessão dos preços correntes de importação. Chegava ao porto e era distribuído pela cidade produtos como: bacalhau seco, bolachas inglesas, carnes de boi conservadas — do Rio grande do Sul, Montevideu, irlandesa, norte-americana americana — carne de porco — norte americana e irlandesa — manteiga inglesa, paios de Lisboa, peixe da Suécia e dos EUA, presuntos do Porto e da Inglaterra, queijos, vários tipos de chá, vinhos portugueses e franceses, além da farinha de trigo, considerada um artigo de luxo (Diário de Pernambuco, 31/05/1834).

Os gêneros de primeira necessidade também estavam presentes. Em levantamento feito na sessão de notícias marítimas do jornal Diário de Pernambuco foram contabilizadas 131 embarcações carregadas com farinha de mandioca e 179 embarcações tendo o charque como o seu produto principal. Estes números são expressivos, demonstrando que havia um comércio interprovincial de gêneros de primeira necessidade que não deve ser desprezado.

Para a realização do presente trabalho, o principal corpo documental consultado foi o Diário de Pernambuco, especificamente a sessão de notícias marítimas. Nela era destacado o local de origem da embarcação, a duração da viagem, o mestre e/ou cossignatário e sua carga.

Em seguida, essas fontes foram quantificadas e serializadas. Segundo José D'Assunção Barros, a história serial se refere ao uso de fontes homogêneas, referente a um período coerente com o problema a ser examinado. A serialização dos dados, portanto, permite que o historiador encontre elementos ou ocorrências comuns que permita a identificação de padrões, e também de variações. A definição de história serial, portanto, traz para o centro da análise a série. Já a história quantitativa se refere mais ao campo de observação do historiador. Neste caso, o que guia a análise é o âmbito numérico e as variações quantitativas (BARROS, 2011, p. 164-165). Na análise, estas duas abordagens estarão presentes.

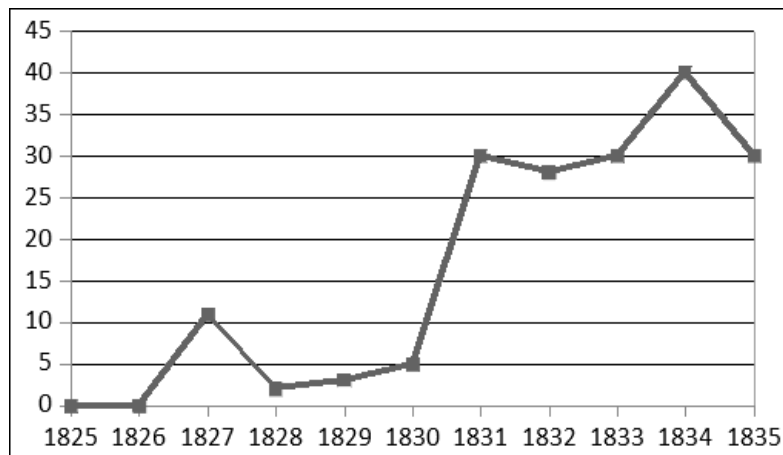
O objetivo principal é fazer uma análise quantitativa das embarcações que deram entrada no porto com cargas de charque e sua variação anual, buscando algumas possíveis explicações para elas. Em seguida, passo a analisar os principais locais de origem da charque: o Rio Grande do Sul era o principal produtor e dominava o mercado nacional, sem a concorrência dos produtores platinos. Por último, serão apontados alguns dos principais cossignatários das embarcações. Parcela significativa deles eram comerciantes portugueses de grosso trato, que também se envolviam com o tráfico de escravos.

O COMÉRCIO INTERPROVINCIAL DE CHARQUE PARA A PRAÇA DO RECIFE

Durante a década que o presente estudo contempla, 179 embarcações deram entrada no porto do Recife. O gráfico abaixo demonstra as variações de cunho quantitativo. Em 1825 e 1826 houve uma dificuldade com relação às fontes, devido ao baixo número de edições do Jornal Diário de Pernambuco. A partir de 1827 é que os dados passam a ser mais sólidos e uma estimativa consistente pode ser traçada. Entre este ano e 1830, as importações estavam em um ritmo lento, contabilizando apenas 21 embarcações. Esta baixa pode ter sido um reflexo da guerra da Cisplatina. Os conflitos na região perduraram entre os anos de 1811 e

1828 e envolveram questões inerentes a produção de charque. O território da chamada banda oriental era rico em pastagens, causando embates entre os produtores na região de fronteira. Durante este conflito, as exportações de charque sofreram uma queda significativa. A partir do ano de 1831, o comércio de charque cresce e mantém certa constância até o ano de 1835, apresentando leves variações no período.

Gráfico 1 - Embarcações com charque que deram entrada no porto do Recife (1825-35)



Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, sessão de notícias marítimas (1825-1835).

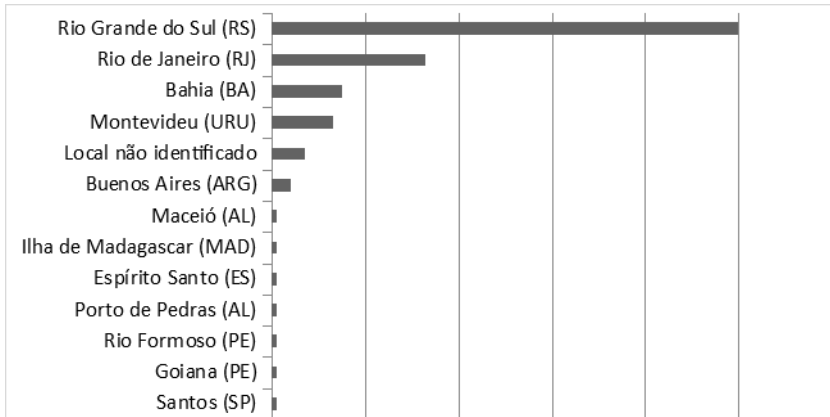
Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

A cidade do Recife revendia carne seca vinda, em grande parte, do Rio Grande do Sul. Aliada a produção de couro, estes dois produtos eram o eixo motor das exportações da província. Segundo Jonas Vargas, enquanto o comércio de charque se concentrava no mercado nacional (pequenas remessas eram enviadas para Cuba e Lisboa), os couros tinham uma alta demanda nas indústrias do Velho Mundo e dos EUA e conectava os comerciantes do Sul do país ao mercado internacional (VARGAS, 2013, p. 18).

A charque do Rio Grande do Sul não enfrentava concorrência, sendo local de origem de mais de 60% das embarcações que vieram para Pernambuco. Outro fator que chama bastante atenção é que não há, nas tabelas de preço dos gêneros de primeira necessidade, uma distinção en-

tre a charque do Rio Grande do Sul e as de outros locais do Império. Tudo indica que as outras praças revendessem a charque sulista para Pernambuco, como é o caso do Rio de Janeiro, que aparece como o segundo maior local de origem das embarcações.

Gráfico 2 - Locais de origem das cargas de charque (1825-1835)



Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, sessão de notícias marítimas (1825-1835). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

As ligações comerciais entre o Rio Grande do Sul e Pernambuco iniciaram ainda no final do século XVIII. Junto com a Bahia, Pernambuco se tornou um importante comprador de charque. Após a entrada destas duas localidades a produção anual foi crescendo gradativamente, ao ponto da Bahia e Pernambuco superarem o Rio de Janeiro como principais compradores. Jonas Moreira Vargas afirma que o circuito mercantil Rio Grande do Sul — Bahia — Pernambuco era estimulado pelos próprios comerciantes de Salvador e Recife. As embarcações vindas do Sul, ao desembarcar nos portos das províncias acima citadas, eram carregadas com sal, açúcar, fumo, escravos e aguardente, abastecendo a província do Rio Grande do Sul (VARGAS, 2014, p. 544). Assim, os lucros eram maiores e ambos os comerciantes saíam beneficiados.

De 1820 em diante os dados sobre as quantidades e os locais para onde a charque foi remetida são fragmentados. Jonas Moreira Vargas

encontrou dados mais seguros a partir do ano de 1828. Nele, o Rio de Janeiro superou a soma dos montantes da Bahia e Pernambuco juntas, sendo 51,3% e 39,8% respectivamente. Quatro anos depois a balança voltava a ser favorável para os nordestinos. Pernambuco e Bahia totalizaram 50,8% do charque comprado contra 42% do Rio (VARGAS, 2014, p. 546). A importância de Pernambuco na compra do charque do Sul é reforçada por dados encontrados por Gabriel Berute. Em um estudo que busca analisar comércio das cidades de Rio Grande e Porto Alegre, ele afirma: “considerando todos os sessenta e quatro registros que disponho com carregamentos de charque (1834, 1839, 1847-48 e 1850-51), observa-se que os principais destinos permaneciam os mesmos [das primeiras décadas do século]” (BERUTE, 2011, p. 72). Nos anos citados, Pernambuco foi o destino de mais da metade do charque oriundo do porto de Rio Grande, seguido por Rio e Bahia.

O gráfico 02 apresenta o Rio de Janeiro como o segundo maior fornecedor de charque para a província de Pernambuco, com 33 embarcações. A capital do Império desempenhava um papel fundamental nas circulações mercantis dentro do Império. O porto carioca era o 4º maior das Américas no período: havia uma circulação intensa de mercadorias diariamente, que era escoada para áreas próximas e até reexportadas. No período da corrida do ouro em Minas Gerais, por exemplo, o principal ponto de abastecimento eram as mercadorias oriundas do porto do Rio. Já no decorrer do século XIX, o Vale do Paraíba despontava como a maior região escravista e necessitava de gêneros de primeira necessidade para alimentar a escravaria. As ramificações comerciais dos comerciantes da capital do Império eram enormes e ligava-os a várias partes do Mundo Atlântico.

Sobre o caso da charque, era muito comum que grandes comerciantes se envolvessem na compra para em seguida repassar para comerciantes de pequeno trato e demais interessados. Jonas Moreira Vargas afirma que era uma prática relativamente comum a redistri-

buição do produto para as províncias vizinhas e as vilas interioranas (VARGAS, 2013, p. 326).

Os agentes envolvidos nestas transações comerciais eram, majoritariamente, comerciantes de grosso trato. Estes detinham mais capital, tendo certa facilidade para financiar as viagens de “longa distância”. No caso do Recife do século XIX, este tipo de comércio era dominado pelos portugueses. O contingente de imigrantes portugueses era bastante heterogêneo, com pessoas de diversas procedências e ocupações. Parcela significativa se dedicava a atividades ligadas ao comércio, que tinha uma trajetória extremamente peculiar de trabalho, ascensão profissional, riqueza e prestígio social. Muitos deles começaram a vida como caixeiros e, ao longo do tempo, foram ascendendo até se tornarem donos de seus próprios estabelecimentos (cf. CÂMARA, 2005). Alguns, inclusive chegaram a acumular verdadeiras fortunas, adquirindo status de maiores comerciantes da cidade (CÂMARA, 2013, p. 117-118).

Tabela 1 - Principais cossignatários das embarcações (1825-1835)*

NOME	QNTD. DE EMBARCAÇÕES
Manoel Alves Guerra	03
José da Silva Neves	04
José Gonçalves Pereira	08
Vicente Lopes dos Santos	04
Luiz Gomes Ferreira & Mansfield	08
José Antônio de Oliveira	03
Galdino Agostinho de Barros	19
Manoel Gonçalves Pereira	05
Nuno Maria de Seixas	03
Pedro Dias	04
Adolf Schramm	03
José Luiz Paredes	03
José Luiz Francisco Martins de Almeida	03
Antônio José de Amorim	03
TOTAL	73

Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, sessão de notícias marítimas (1825-1835). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

* Na presente tabela foram contabilizados apenas os cossignatários de três embarcações ou mais.

Dos comerciantes acima listados foram encontradas informações sobre alguns deles. Luiz Gomes Ferreira (firma Ferreira & Mansfield), e Antônio José de Amorim. O primeiro foi cossignatário de oito embarcações: duas no ano de 1829 (Bahia e Ilha de Madagascar), duas no ano de 1830 (Bahia e Montevidéu) e quatro no ano de 1831 (Montevidéu, Bahia e duas de local não identificado⁵). Já Antônio José de Amorim foi cossignatário de duas embarcações vindas de Montevidéu e uma do Rio Grande do Sul⁶.

Chama bastante atenção que uma das cargas de Luiz Gomes tenha como origem a Ilha de Madagascar, no ano de 1829. Uma das possibilidades é de que sua embarcação cruzou o Atlântico em busca escravizados, pois sabemos que a charque era utilizada nas rações de marinheiros e escravos que cruzavam o oceano. Porém, o tráfico transatlântico e suas rotas para Pernambuco estavam funcionando normalmente. Levanto aqui duas possíveis hipóteses: 1) esta embarcação pode ter ido buscar cativos ao norte da linha do Equador, sendo uma prática proibida pelo tratado de 1815, justificando, assim, o motivo do disfarce; 2) a sua suposta carga de cativos pode ter sido desembarcada ao longo da costa de Pernambuco, que contava com vários portos naturais, e em seguida o mestre da embarcação se dirigiu ao porto do Recife. Infelizmente, as informações que disponho no momento não possibilitam um avanço na análise, limitando a pequenas hipóteses.

5 Nem sempre o nome do cossignatário aparecia no jornal. Portanto, foi necessário fazer o cruzamento de fontes, comparando o nome da embarcação e do mestre. Para informações adicionais das embarcações de Luiz Gomes ver as seguintes edições: (Diário de Pernambuco, 03/01/1829) / (Diário de Pernambuco, 11/08/1829) / (Diário de Pernambuco, 17/04/1830) / (Diário de Pernambuco, 26/05/1830) / (Diário de Pernambuco, 28/03/1831) / (Diário de Pernambuco, 22/04/1831) / (Diário de Pernambuco, 08/04/1831) / (Diário de Pernambuco, 19/12/1831).

6 Para informações adicionais das embarcações de Antonio José, ver as seguintes edições (Diário de Pernambuco, 03/04/1834) / (Diário de Pernambuco, 17/02/1835) / (Diário de Pernambuco, 23.03.1827).

O principal importador de charque para a província de Pernambuco foi, de longe, Galdino Agostinho de Barros, com dezenove embarcações. Marcus Carvalho aponta o mesmo como um grande traficante de escravos. Ele é fundador da Associação Comercial de Pernambuco, no ano de 1939, além de aparecer na folhinha de Algibeira, de 1848, como cônsul da Rússia e do Chile, com endereço na pracinha do Corpo Santo, número 66 (CARVALHO, 1998, p. 118 e 196). Não foi possível encontrar informações que ligassem a sua participação no comércio de charque com o aprovisionamento das embarcações que cruzavam o atlântico em busca de cativos. Porém, não é nenhum exagero especular que este cenário poderia ser plausível, sobretudo pelas suas 19 embarcações no período.

Fernand Braudel argumenta que ao passo que a economia de mercado progride, a especialização do trabalho é um reflexo natural. Os ofícios, os lojistas e os mascates se especializam. Porém, o mesmo não ocorre com os grandes negociantes: eles nunca se limitam a uma única atividade (BRAUDEL, 2009, p. 51). Negocia em vários ramos, como é o caso do comerciante Galdino Agostinho de Barros: em suas embarcações também era comum virem cargas secundárias como chifre, madeira e couros, além de ter sido consignatário de embarcações de farinha de mandioca. As ligações comerciais de longa distância também são elementos que distinguem os grandes negociantes e os pequenos. A atuação em comércio com regiões distantes significa grandes riscos, e conseqüentemente, grandes lucros. Necessitava-se de um grande capital para tocar este transporte de produtos, o lucro viria das diferenças de preço na comercialização. Esta modalidade de comércio joga com preços de dois mercados afastados entre si, que apresentam oferta e procura distintas: “dois mercados díspares cujos produtos se valorizam ao cruzar o oceano num sentido ou noutro, cobrem de ouro alguns homens, os únicos a lucrar com essas grandes diferenças de preços” (BRAUDEL, 2009, p. 331 e 357). Galdino Agostinho

mantinha ligações comerciais com o Rio de Janeiro, de onde vieram onze embarcações e Rio Grande do Sul, de onde vieram sete de suas embarcações. Uma única embarcação teve como origem a Bahia⁷.

Um último caso merece uma menção. Apesar de não ter figurado na lista dos maiores cossignatários, o comerciante português Bento José da Costa também estava inserido nestas relações mercantis entre Pernambuco e Rio Grande do Sul. Os charqueadores sulistas tinham ligações mercantis espalhadas por todo o Império e até fora dele. Gabriel Berute analisou a inserção mercantil dos comerciantes de Rio Grande e de Porto Alegre no século XIX, através dos procuradores nomeados por eles para atuarem em diferentes regiões. Este tipo de contrato contribuía para o estabelecimento de vínculos entre agentes de ambas as praças mercantis, e fortalecia o comércio. Neste sentido, os laços de confiança eram fundamentais para a realização das transações mercantis de longa distância: Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro estavam presentes nestes tipos de contratos. Para locais fora do Brasil se destacam as províncias da antiga corte: Lisboa, Minho, entre outros (BERUTE, 2011, p. 215).

Gabriel Berute encontrou 56 procaurações oriundas do Rio Grande e de Porto Alegre, entre os anos de 1808 e 1845, que autorizavam pernambucanos a tomar conta dos interesses dos charqueadores no Recife (BERUTE, 2011, p. 222). Dentre eles estava Bento José da Costa. O outorgante da carta foi Manuel Antônio de Magalhães, que era administrador dos contratos do quinto e dos dízimos da capitania rio-grandense. Também se envolvia em negociação de imóveis rurais e fornecimento de mercadorias e empréstimos ao governo colonial (BERUTE, 2011, p. 252).

7 Para informações adicionais sobre as embarcações do Galdino Agostinho de Barros, ver as seguintes edições: (Diário de Pernambuco, 20/07/1831) / (Diário de Pernambuco, 24/03/1832) / (Diário de Pernambuco, 29/03/1832). (Diário de Pernambuco, 13/12/1832) / (Diário de Pernambuco, 27/07/1833) / (Diário de Pernambuco, 16/08/1833) / (Diário de Pernambuco, 22/09/1833) / Diário de Pernambuco, 05/ 05/1834) / (Diário de Pernambuco, 27/06/1835) / (Diário de Pernambuco, 06/11/1835) / (Diário de Pernambuco, 16.03.1831) / (Diário de Pernambuco, 11/04/1832) / (Diário de Pernambuco, 30/03/1833) / (Diário de Pernambuco, 22/06/1833) / (Diário de Pernambuco, 21/11/1833) / Diário de Pernambuco (03/04/1834) / (Diário de Pernambuco, 07/04/1834) / (Diário de Pernambuco, 04/03/1835) / (Diário de Pernambuco, 07/05/1835).

Não foi possível descobrir até que ano os dois mantiveram relações comerciais prósperas. Podemos especular que Bento cuidasse de interesses relacionados ao tráfico de escravos para o Rio Grande do Sul, especificamente para Manuel. Bento José também foi cossignatário de uma embarcação que carregava 800 alqueires de Sal de Pernambuco para o Rio Grande do Sul no ano de 1811, além de manter um armazém de sal na cidade do Recife (Diário de Pernambuco, 21/05/1834). Ele também foi cossignatário, no ano de 1827, de uma embarcação de Charque vinda do Sul (Diário de Pernambuco, 21/06/1827). Sobre os demais comerciantes as informações são escassas, necessitando de pesquisas mais pontuais para traçar um perfil dos mesmos. O comércio interprovincial de charque não tinha um monopólio. Como foi visto na tabela acima, apenas Galdino Agostinho ultrapassou a marca de 10 embarcações como cossignatário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado, Pernambuco exercia um importante papel de centro comercial nas regiões próximas, sendo responsável pelo escoamento das províncias limítrofes. Esta característica fazia com que o porto do Recife figurasse entre os principais na pauta de exportação do Império brasileiro. Entretanto, este local também recebia inúmeros produtos diariamente, dentre eles os alimentos — de luxo ou primeira necessidade — que abasteciam a população da cidade. Sem dúvida, as 179 embarcações que deram entrada no porto do Recife entre os anos de 1825 e 1835 foram essenciais para fornecer proteína animal, seja para complementar o consumo de carne verde ou até para suprir a sua ausência.

A charque tinha a seu favor a capacidade de se manter em um bom estado por uma quantidade significativa de tempo, o que facilitava seu comércio. Esta característica permitiu que os comerciantes do Rio Grande do Sul dominassem o comércio de charque dentro do Impé-

rio brasileiro, sendo o principal vendedor para a província de Pernambuco. Entretanto, remessas também foram enviadas do Rio de Janeiro, que aparece como o segundo maior fornecedor. Outro fator que atesta a dimensão deste comércio é o envolvimento de portugueses, ligados ao comércio de grosso trato e ao tráfico transatlântico de escravos. O principal deles foi Galdino Agostinho, cossignatário de 19 embarcações. Infelizmente, não foi possível estabelecer paralelos entre sua atividade neste comércio com o provisionamento de embarcações para o tráfico. Espero que em pesquisas futuras este tema possa ser aprofundado.

Sem dúvida, o porto era um dos principais pilares do abastecimento da cidade, recebendo produtos dos mais variados locais do Império brasileiro através do comércio de cabotagem. Sem ele, o abastecimento da cidade do Recife seria uma tarefa muito mais árdua.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. História serial, história quantitativa e história demográfica: uma breve reflexão crítica. **Revista de Ciências Humanas**, v. 11, n. 11, p. 163-172, jan./jun. 2011.
- BERUTE, Gabriel. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. 2011. 309 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII. Vol. 2**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes 2009.
- CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira**. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2005.
- CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho do comércio”: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo Recife, 1822 — 1850**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

DOURADO, Bruna Iglesias Motta. **Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c. 1837 — c. 1871):** a trajetória do negociante João Pinto de Lemos. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal:** história e historiografia. São Paulo: editora 34, 2002.

ROLIM, Leonardo Cândido. **“Tempos das carnes” no Siará Grande:** dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas Margens do Atlântico:** um estudo sobre as elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (Século XIX). Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013, p. 18.

VARGAS, Jonas Moreira. Abastecendo plantations: A inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). *In: História*. vol. 33, n. 2, p. 540-566, 2014, p. 544.

Acervo digital

Jornal Diário de Pernambuco, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

O Mundo Atlântico: colonização, sertões e fronteiras (séculos XVI ao XIX)

A medida da floresta: as viagens de exploração e demarcação pelo “País das Amazonas” (séculos XVII e XVIII)

Janaina Valéria Pinto Camilo¹

INTRODUÇÃO

Este texto refere-se à parte da minha tese de doutorado, que recebeu o mesmo título aqui apresentado, defendida na Linha de Pesquisa História Cultural, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, em 2008.

Publicar nestes Anais, do VI Seminário Internacional História e Historiografia e XIV Seminário de Pesquisa do Departamento de História Universidade Federal do Ceará, significa a oportunidade de ainda apresentar e publicar informações coletadas em fontes primárias e secundárias em arquivos históricos do Brasil e de Portugal sobre a colonização da Amazônia, especificamente sobre as viagens exploratórias do século XVII e as de demarcação fronteiriça do século XVIII, que revelaram aos europeus os homens, as mulheres, a fauna e a flora amazônicas.

Do ponto de vista teórico, meu trabalho alinhou-se aos parâmetros conceituais propostos, principalmente, pela historiografia

¹ Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará (1996), mestrado em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e doutorado em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (2008). Atualmente é professora de magistério superior da Universidade Federal de Campina Grande. Contato: janainavpcamilo@gmail.com.

francesa contemporânea, notadamente, pelos historiadores ligados à História Cultural, como Roger Chartier e Jacques Le Goff, além daqueles que, na França e em outros países, trabalham em campos teóricos próximos e afins, como Peter Burke (2000), para quem, trabalhar com a História Cultural não é uma tarefa fácil, porque ela não está estabelecida de maneira sólida, pelo menos institucionalmente. Prova disto está nas muitas variedades de História Cultural praticadas em diferentes partes do mundo e que, nos últimos anos, se fragmentou ainda mais em subdisciplinas, em setores, como a ciência, a arte, a literatura, a educação ou a própria historiografia.

No meu trabalho, dedicado essencialmente ao estudo das formas e condições, a partir das quais foi delimitado o espaço amazônico; o conceito de fronteira foi central, sendo desenvolvido segundo as proposições da História Cultural e observando como as fontes podem revelar detalhes sobre as condições a que foram expostos os homens que navegaram pelo Rio Amazonas e seus afluentes, fundando aldeamentos e vilas, construindo fortificações, povoando e catequizando as populações nativas, tudo integrado ao desenho das fronteiras amazônicas. Portanto, não pretendemos pensar a fronteira a partir das discussões teóricas do século XIX, quando este conceito era prioridade da Geografia e da Geopolítica, sendo definido, basicamente, pela concepção derivada da mobilidade, já que a fronteira aparecia como “constituída pelos inúmeros pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar” (ZIENTARA, 1989, p. 306 - 307). Esta definição partia do pressuposto de que a fronteira era uma linha que, por si, poderia separar duas regiões diferentes e surgiu em um período no qual se tentava estabelecer, quase nunca por vias pacíficas, o direito de propriedade em territórios que, por motivos diversos, eram palco de disputas. Além disso, à época, tratava-se da fronteira que poderia, por razões geopolíticas, dividir grupos que, embora separados por marcos fronteiriços, consideravam-se elementos de um todo maior.

As influências dessas ações estavam assentadas, sobretudo, nas ideias de Friedrich Ratzel, considerado o fundador da moderna Geografia Humana, o qual, sob influência da Geografia Política, criou, em 1897, a expressão “organismo vivo”, para designar a ação do Estado sobre um espaço vital, buscando conferir uma identidade comum à nação, neste caso, especificamente, preocupado com a unificação alemã. As ideias de Ratzel propõem que se estude as relações entre o homem e a natureza, não apenas sob a óptica da mediação técnica ou econômica (trabalho, progresso), mas também, e sobretudo, levando-se em consideração a mediação política (ZIENTARA, 1989, p. 306-307).

Na verdade, a noção de fronteiras políticas, entendida como a divisão espacial entre diferentes nações, acompanhou a formação dos Estados contemporâneos e, portanto, sua compreensão pode ser relacionada ao binômio fronteira/país, fazendo surgir a concepção de linearização das fronteiras materializadas nas representações cartográficas, que foram, e ainda são, os instrumentos ideais para definir, delimitar e demarcar as fronteiras, pois, para além dos traçados lineares, o mapa é também o resultado de práticas humanas e, por isso, está repleto de significados culturais e políticos (XAVIER, 2001).

As teorias de Ratzel sempre foram alvo de muitas críticas. Sob influência de Lucien Febvre, por exemplo, a teoria da Geografia Política de Ratzel foi combatida na França, por ser considerada determinista (FEBVRE, 1925), preferindo o historiador dos Annales a “teoria possibilista” de Vidal de La Blache (MORAES, 1990, p. 13), reconhecido por ter inaugurado uma longa tradição geográfica, fundamentada na relação homem-natureza, que muito influenciou os discípulos de Bloch e Febvre, sobretudo, Fernand Braudel. O “possibilismo vidaliano” distinguiu-se do pretendido “determinismo ratzeliano”, porque este último limitou as relações Homem-Natureza a uma ação mecânica de fatores naturais sobre uma humanidade puramente receptiva (FEBVRE *apud* MERCIER, 1995, p. 215).

Assim, estudar as representações do espaço, significou, também, pensar na associação interdisciplinar da História com a Geografia, com a Antropologia e a Sociologia, principalmente, através da premissa de que o espaço sofre e atua conforme a interferência humana, o que nos sugere pensar nas fronteiras da Amazônia Colonial como uma construção moderna.

A conjunção com a Antropologia pode ser percebida quando buscamos nos estudos de cultura-personalidade, que significaram muito menos a descrição minuciosa de características específicas e muito mais a explicação dada pelo observador, segundo os seus parâmetros sociais e culturais, a explicação para os traços físicos e culturais das pessoas que habitavam o vale amazônico, entre os séculos XVII e XVIII (XAVIER, 2001, p. 112).²

Além da proposta de Ratzel, é importante observar as teorias de Frederick Jackson Turner³, para quem não era o Estado e sim o povo o “organismo vivo” que dava mobilidade à fronteira (“frontier spirit”). Essa afirmação foi baseada na compreensão do lugar como o espaço de interação, de comunicação, de encontros e desencontros e, também, na percepção de sistemas territoriais diferentes e de nacionalidades distintas, permitindo ainda a tradução para a expressão de Isaiah Bowman, “vida de fronteira” (“pioneer fringe”) ou — por que não dizer? —, mais recentemente, “identidade de fronteira” (MACHADO, 2002, p. 9).

2 Sem incorrer em anacronismo, pois sabemos que os conceitos de caráter nacional ou de cultura-personalidade começaram a ser refutados pelas Ciências Sociais a partir do século XX, o que objetivamos foi lançar mão desses pressupostos para tentar viabilizar uma discussão teórica. Contudo, isso não implicou uma visão unilateral dos acontecimentos, pois não podemos desconsiderar as manifestações preconceituosas dos europeus em relação aos índios e, depois, aos negros que contribuíram para a formação do Brasil, especificamente considerando, aqui, a região Norte.

3 Para Jackson Turner (1976), o estudo da colonização da América do Norte não pode prescindir da observação de como a vida europeia entrou no continente e como a América modificou e desenvolveu aquela vida, reagindo à Europa. Segundo ele, o começo dessa história é o estudo de germes europeus se desenvolvendo num ambiente americano. A fronteira era a linha mais rápida e efetiva de americanização. Sendo o, em primeiro lugar, extremamente forte e determinante para o homem. Por isso, ele deve ajustar-se ao ambiente indígena e seguir sua trilha, transformando, pouco a pouco, a selva. Neste processo, o resultado final não era a velha Europa, um novo conjunto de formação cultural: o homem americano. Na direção do Oeste, a fronteira foi se tornando cada vez mais americana...

Mesmo Turner tendo direcionado sua teoria sobre a mobilidade da fronteira para analisar o processo de colonização da América do Norte, mas utilizamos seu raciocínio teórico para entender o processo de construção das fronteiras amazônicas. Por este viés a leitura de "Caminhos e fronteiras" de Sérgio Buarque de Holanda (1975) foi importante para pensar como deu-se o alargamento das fronteiras para o interior do Brasil. Segundo este autor, nos sertões bravios, inclusive a Amazônia, os colonos e seus descendentes diretos foram mais abertos às influências da vida cultural dos naturais da terra; porém, sobre os aspectos da vida familiar e social, os princípios ainda permaneceram assentados nas tradições europeias: em suma, um movimento que, ao mesmo tempo, significou a aceitação e a negação dos costumes "dos negros da terra", o que o autor chamou de "diluição e recuperação" (HOLANDA, 1975, p. 7).

Entretanto, é importante ressaltar que Sérgio Buarque de Holanda alertou para os cuidados que devemos tomar ao aplicar os esquemas de Turner às condições criadas no Brasil para sua expansão geográfica. Para ele, "o contraste entre as ações e reações dos herdeiros de um João Ramalho, por exemplo (que a si próprio se chamou, certa vez, 'fronteiro do Paraíba'), e as dos "pioneers" da América anglo-saxônica é, com efeito, tão obviamente radical quanto será, sem dúvida, o que subsiste entre as consequências próximas ou remotas que delas podem decorrer" (HOLANDA, 1975, p. 13).

Para tentar escapar desta armadilha, é bom deixar claro que nossa leitura de Turner visa, apenas, aproveitar suas ideias relativas à fronteira móvel, pois elas nos fazem pensar nas paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas e até mesmos na língua que, aqui no Brasil, confluíram, "ora para a formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se ao menos enquanto não a superasse a

vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados” (HOLANDA, 1975, p. 12).⁴

É no interior desse debate que procuramos inserir a construção das fronteiras da região Amazônica, sobretudo no século XVIII, quando projetos tratadísticos foram concebidos, visando à divisão dessa região entre as Coroas portuguesa e espanhola. Não que isso tenha sido, conforme nossa leitura, o fundamento mais importante para a demarcação desses limites, mas foi, pelo menos em regra geral, o princípio articulador das viagens demarcatórias que configuraram a concepção do espaço amazônico. Por esse viés, conforme escreveu Friedrich Kratochwil (*apud* MACHADO, 2002, p. 9) o Tratado de Madri⁵ estaria incorporado ao nascimento do moderno sistema interestatal, que se sustentava a partir de uma rede tripartite de intercâmbios: o primeiro, justifica-se pelo binômio “limite/ambiente”, sugerindo a compreensão sistêmica do coletivo, indo ao encontro, portanto, do conceito de unidade. Já o segundo tipo revela-se, quando um elemento define o limite do todo. Por último, o terceiro intercâmbio, que se justifica entre o centro da unidade e a sua periferia, com o que o entendimento se faz pelas aspirações dos habitantes da periferia em relação ao centro e vice-versa.

No século XVIII, os debates sobre as delimitações fronteiriças orientavam-se a partir das determinações naturais; portanto, a segurança de um país estava assentada também nas “barreiras” ou “sinais” criados

4 Alguns defensores da teoria turnerianas, como Herbert Eugene Bolton, historiador norte-americano, sugeriu, em 1917, que as teorias de Turner também eram referências para se pensar as fronteiras hispano-americanas e as experiências colonizadoras de portugueses e ingleses na América, sobretudo quando o ponto a ser observado é a ação missionária dos Dominicanos, Franciscanos e Jesuítas, que muito mais do que converter os nativos, fundaram “agências de fronteiras”, materializadas nos aldeamentos indígenas (BOLTON *apud* OSÓRIO, 2001, p. 158).

5 Como negociadores principais do Tratado de Madri, foram indicados, do lado português, Alexandre de Gusmão secretário particular do rei D. João V, entre 1730 e 1750. Como negociador espanhol, foi nomeado José de Carvajal y Lancaster, ministro de Estado, governador Supremo de Índias, presidente da Junta de Comércio e Moeda e Superintendente Geral das Postas e Estafetas de Dentro e Fora de Espanha. Gusmão e Carvajal, foram encarregados de conduzir a demarcação das linhas, segundo o Tratado de 1750, considerado pela Coroa Portuguesa, num primeiro momento, como o principal instrumento para solucionar as questões dos limites que abrangiam a vasta extensão que ia do Amazonas até o Javari, do Mato Grosso à região Sul.

pela natureza, tais como rios, lagos, mares ou montanhas, nomeados — conforme ainda lemos em alguns livros didáticos - de acidentes geográficos. Daí o caráter defensivo deste modelo teórico que, não obstante, justificava inclusive os esforços ofensivos para se concretizar os limites de um determinado país até as suas proclamadas barreiras naturais.

Visto de outra forma, as fronteiras também podem ser associadas a imagens e símbolos de poder e tradições (algumas vezes inventadas). O sociólogo italiano Raimondo Strassoldo (*apud* ANDERSON, 1996) revisou os significados simbólicos, psicológicos e sociológicos das fronteiras. Segundo ele, elas têm o poder de controlar a imaginação, o que responde por suas representações literárias relacionadas a saída, perigo e ao desrespeito quanto às leis, convenções e outras formas de inibições delas derivadas.

Exemplo disso, foram as representações produzidas, entre os séculos XVI e XVIII, sobre o homem, a fauna e flora Amazônicas, responsáveis pela produção de uma fronteira que oscilava entre a decrepitude e o deslumbramento. Mas, apesar de todas as comunidades humanas terem se definido, em certo grau, de acordo com suas próprias percepções de fronteiras, elas foram, algumas vezes, criadas conscientemente para promover um senso de separação e individualidade, porque difundiu-se um medo, quase que supersticioso, que caracterizou, e ainda caracteriza, as fronteiras “fechadas” (ANDERSON, 1996, p. 6) ou desconhecidas. No século XVIII, por exemplo, elas eram vistas como linhas de transição entre dois mundos — atravessá-las significava fazer uma passagem para terras selvagens.

Diante dessas considerações, o conceito de fronteira estaria asentado na construção ideológica, cultural e política, bem como no conjunto de fenômenos concretos identificáveis no campo da representação ou na sua dimensão simbólica. Assim, enquanto a compreensão representativa do território estaria concretizada no coletivo, a fronteira, além disso, estaria também condicionada pela

questão da alteridade, já que as representações são construções do Outro, que é diferente daquele que vê e busca, através de interpretações, explicações para representar o diferente.

Assim, a interface identidade/alteridade supõe a imagem que a sociedade constrói sobre si mesma e sobre o Outro, refletindo tanto o ponto de vista estrutural, quanto o ponto de vista fenomenológico. Seria o que Clifford Geertz chamou de *ethos* e visão de mundo; o primeiro justifica-se pelo “tom, caráter e pela qualidade de vida, seu estilo moral e estético e sua disposição; é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao mundo que a vida reflete”, já o segundo explica-se pelo “quadro das coisas como são na realidade, o conceito que um povo tem da natureza e de si mesmo. Esse quadro contém suas ideias mais abrangentes sobre a ordem” (GEERTZ *apud* MALDI, 1997, p. 188).

Deste modo, a preservação das fronteiras estaria muito mais ligada ao processo de povoamento do que aos marcos estabelecidos para separar possessões distintas. Essa dinâmica das relações pessoais, verdadeiras guardiãs do espaço a ser preservado, é responsável pela criação de novas identidades. Sobre isso, mais recentemente, Stuart Hall escreveu que o sujeito sociológico é formado por uma *mélange* de significados, valores e símbolos da sua essência interior com os mundos culturais externos, de onde resulta a necessidade de pertencer, “de alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural” (HALL, 1998, p. 11).

Essa orientação teórica foi o ponto norteador do meu estudo, que objetivou ir além dos pressupostos de uma História diplomática, buscando observar as diferentes relações entre as personagens que criaram e compuseram os espaços amazônicos. Foi isto que me levou a incorporar na análise os conceitos de representação e, por conseguinte, de alteridade, imprescindíveis para se compreender as categorias culturais que refletem historicidades particulares e, ao mesmo

tempo, coletivas, o que nos orientou para uma investigação associada à História Cultural, já que fronteira, enquanto representação implica a ressonância das construções que a sociedade faz de si e do Outro.

Por isso, embora minha investigação estivesse delimitada, temporal e espacialmente, pela região amazônica dos séculos XVII e XVIII, meu objetivo não foi repetir as análises regionalistas típicas do século XIX, mas sim estudar os limites propostos pelas expedições exploratórias de Seiscentos e pelos Tratados estabelecidos, ao longo de Setecentos, enxergando o espaço da Amazônia Portuguesa por meio das práticas humanas decorrentes das transformações e da dinâmica do contexto político-econômico do mercantilismo português no período pombalino.

PARA MEDIR A FLORESTA

É importante ressaltar que os séculos XVII e XVIII — recortes temporais da minha pesquisa - caracterizaram-se, também, como um momento de particular importância para a formulação das bases teóricas nas quais procuramos apoiar este trabalho. Como assinalou Peter Burke (2000), este período foi decisivo para a História Cultural, já que foram aí produzidos inúmeros trabalhos sobre a história da ciência, tais como: Johan Kepler, que apresentou o desenvolvimento da astronomia; Diógenes Laércio, com sua História da matemática e dos matemáticos; Pierre Rémond de Montmort, com a História da geometria, a partir dos modelos existentes na pintura e na música, e também a *Geschichte der Chemie*, apresentada em 1797, onde se tentou fazer uma história da Química, baseada em considerável esforço para enquadrar seu desenvolvimento num contexto social, político e cultural.

Esse universo de descobertas científicas muito influenciou, portanto, as viagens dos técnicos envolvidos na exploração e demarcação da Amazônia. Os desenhos, plantas e descrições, coletadas desde o século XVII, bem como as descrições literárias do período, constituí-

ram um corpus conceitual e informativo que representou significativa ruptura com a atmosfera exótica descrita pelos antigos viajantes da Floresta. Neste sentido, os mapas geográficos e astronômicos, os diários de bordo e a correspondência produzida durante a efetivação do *Uti possidetis* acabaram servindo para estabelecer as fronteiras da Amazônia no século XVIII.

Das mãos desses engenheiros — de cuja formação valeu-se a política expansionista portuguesa — saíram algumas obras fundamentais para a manutenção do Império português, sempre preocupado em resguardar as fronteiras do extremo norte da cobiça dos estrangeiros, principalmente franceses e holandeses. Os engenheiros militares, além de serem versados na arte de construir obras militares e civis, também eram os técnicos responsáveis pela construção cartográfica, ocupando, por essa razão, os altos postos militares que exigiam maiores conhecimentos de engenharia e arquitetura (GARCIA, 2002). Por isso, os engenheiros militares não podem ser colocados à parte quando se estuda o processo de formação do Império português, pois foram eles que, munidos de seus aparatos de trabalho - régua, prancheta, compasso, penas e papel - chegaram a regiões que os olhos do Rei não alcançavam, concebendo projetos com o objetivo de garantir e expandir as riquezas da Coroa portuguesa (BUENO, 2001).

Além do conhecimento científico da experimentação dos engenheiros militares, é importante ressaltar também “o saber de experiências feito” dos índios que, sem dúvida, foi primordial para a sobrevivência de todos os envolvidos nas expedições. E sobre isso, as leituras “Caminhos e Fronteiras” e “Monções” de Sérgio Buarque de Holanda, constituíram importantes fontes secundárias.

Na obra “Monções”, por exemplo, observamos mais atentamente o modo de viajar de que se valeram os sertanistas, verificando que, enquanto na capitania de Martim Afonso, os rios eram vistos como obstáculos a serem transpostos, no caso da Amazônia acabaram

se constituindo nos principais caminhos que revelaram o interior da floresta. Sérgio Buarque reforça essa imagem, afirmando que na Amazônia o principal meio de transporte foi a jangada ou balsa, utilizada em muitas outras jornadas, inclusive na de Fernão Dias Pais, o Caçador de esmeraldas (HOLANDA, 1945, p. 22 — 25). Ainda sobre “Monções”, Sérgio Buarque de Holanda considera que as minas auríferas de Cuiabá e Mato Grosso, do final do XVII até a primeira metade do XVIII, foram responsáveis pela ampliação das fronteiras do centro ao norte do Brasil, revelando o sertão. Além disso, naquelas partidas, despontaram personagens importantes no processo de alargamento das fronteiras, os sertanistas e mareantes, que em muitos lugares foram aproveitados na “formação de corpos militares destinados à fronteira, na organização de povoação novas, no desbravamento de sertões desconhecidos” (HOLANDA, 1945, p. 113).

Já em “Caminhos e fronteiras”, Sérgio Buarque reforça sua busca das personagens envolvidas na colonização do interior brasileiro, identificando nas entradas para o sertão do Brasil o cenário onde os homens do Velho Mundo apossaram-se do conhecimento do índio e do “mamaluco”, para garantir a posse dos caminhos “longínquos do litoral” (HOLANDA, 1975, p. 4), o que exigiu a adaptação de suas técnicas de sobrevivência aos elementos nativos, usando, ao invés do ferro ou do bronze, o couro; enfim, “amoldando-se a todas as asperezas do meio” (HOLANDA, 1945, p. 14).

A leitura de Sérgio Buarque nos inspirou, também, a observar o imaginário europeu sobre a Amazônia, que oscilou, nos séculos XVII e XVIII, entre um lugar inóspito e idílico. Foi nessa busca pela riqueza que acabaram providenciados os desenhos das fronteiras amazônicas. Além disso, a influência do autor de Monções foi importante, ainda, para a questão teórica sobre o significado de fronteira, compreendida enquanto movimento dinâmico das Bandeiras que abriram os caminhos para a constituição do território nacional. Fronteira entendida “entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idio-

mas heterogêneos que se defrontavam” (HOLANDA, 1975, p. 8- 9), cabendo, no caso específico da formação brasileira, o papel preponderante do índio revelado pelas habilidades no trato com a natureza, como as picadas deixadas na mata para que o retorno ao lugar de partida ficasse garantido e que foram vitais para a sobrevivência dos europeus no ambiente da floresta.

Comparativamente, no caso da obra *Caminhos e fronteiras* e desta pesquisa, apesar dos acidentes naturais constituírem marcos importantes para referenciar os trabalhos de demarcação, não foi a partir de posturas deterministas que minhas pesquisas, sobre as viagens de exploração e demarcação pela Amazônia colonial, foram guiadas⁶. Assim, para a consolidação de fronteiras, não basta apenas sua localização no espaço; é preciso reforçá-la, estabelecendo nos lugares uma comunidade coesa, que garanta a defesa do território. Daí a necessidade de colonizar e povoar os lugares nevrálgicos que pudessem assegurar para os portugueses o território brasileiro, já que muito mais do que o traçado de faixas ou linhas, a fronteira resulta de uma dinâmica histórico-social, de onde se extraem as próprias bases técnicas e culturais que servem para oficializar o domínio territorial.

Durante minhas leituras dos diários de navegadores e padres matemáticos⁷ que viajaram pelo rio Amazonas e seus afluentes, a preocupação das Coroas portuguesa e espanhola giravam em torno das garantias dos limites no extremo norte da colônia, que para os es-

6 No caso desta pesquisa, refiro-me, por exemplo, às recomendações dadas por Mendonça Furtado aos técnicos responsáveis pela segunda viagem de demarcação dos limites da Amazônia Portuguesa, aos quais determinou que navegassem “entre a boca mais ocidental do Japurá até à cordilheira que mediasse entre as bacias do Amazonas e do Orenoco. No caso dessa cordilheira não existir ou variar de rumo, os comissários ficavam autorizados a agir de acordo com o que de antemão ficava previsto no artigo IX do Tratado de Madri, segurando a fronteira do estabelecimento português mais setentrional e localizando-se um padrão no monte ou sítio mais elevado, encontrado ao norte” (REIS, 1947, p. 68).

7 Refiro-me, principalmente aos diários do Padre Cristóbal de Acuña, **Nuevo descubrimiento del gran río de las Amazonas**; do Padre Samuel Fritz, publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 81, 1917; do Padre João Daniel, **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas** e, também, aos diários de Charles-Marie LA CONDAMINE. **Viagem pelo Amazonas: 1735 — 1745 e do pirata inglês Walter Raleigh, O caminho de Eldorado. A descoberta da Guiana em 1595.**

panhóis era batizada de Nueva Andaluzia e para os portugueses era de Cabo Norte. A presença dos obreiros dos reinos justificava-se ora para reconhecimento das fronteiras - estabelecidas pelos Tratados de Tordesilhas, de Madri, de Santo Ildefonso ou, ainda, o de El Pardo -, ora em missão religiosa, fundando povoações e aldeamentos ou, ainda, de emissários das Coroas enviados por Ordens Régias para estabelecer povoados ou vilas para assegurar os domínios fronteiriços na Terra (ou País) das temidas Amazonas.

Entretanto, essa dança tratadística e institucional não traduz para a história o verdadeiro sentido de fronteira. Por isso, em síntese, o que tentei demonstrar na minha pesquisa foi que as fronteiras da Amazônia não se fizeram pelos acordos diplomáticos, mas pelas relações de convivência entre as pessoas naturais da terra com aquelas que, por razões diversas — e tantas vezes involuntárias — acabaram transportadas para a região a ser demarcada. Assim, os principais protagonistas desta história não foram os reis e seus administradores diretos, que nunca participaram das comissões demarcadoras de limites, mas os engenheiros, os missionários, os índios, os negros e os civis europeus e seus descendentes mestiços, os quais, depois de transformados em sua essência, passaram a ser os verdadeiros mantenedores dos limites fronteiriços, muito mais resistentes do que os sempre desobedecidos marcos de pedra fincados nos pontos nevrálgicos.

Mesmo diante do improvável, engenheiros militares e padres matemáticos produziram mapas, desenhos, plantas e ilustrações que representaram o limite entre as terras dos civilizados e as do bárbaro; e contradizendo o comportamento dos primeiros, embalado pela cobiça do ouro, foram algozes dos segundos, já que os homens de Estado e da Guerra entre as metrópoles criaram do outro lado do Atlântico um cenário de intolerância, ambição e morte. Na Amazônia colonial, houve mais desses homens do que costumamos supor atualmente, e o resultado de suas ações teve efeitos profundos na história, não somente do norte do Brasil, mas de muitas partes do mundo, porque acabou mudando a forma de olharmos o globo terrestre.

REFERÊNCIA

ANDERSON, Malcolm. **Frontiers: Territory and State Formation in the Modern World**. Cambridge: Polity Press, 1996.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500 — 1822)**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo — USP, 2001.

BURKE, Peter. **Variiedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FEBVRE, L. **La Tierra y La Evolución Humana/ Introducción Geográfica a la Historia**. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925.

GARCIA, João Carlos. “As cartas geográficas da Casa da Ínsua”. In: GUERREIRO, Inácio (Org.). **A mais dilatada vista do mundo — inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 14-181.

HALL, Stuart. **A questão da identidade cultural**. 2ª edição. Trad. Andréa Borghi Moreira Jacinto e Simone Mizziara Frangella. Coleção Textos Didáticos - IFCH/UNICAMP, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. Coleção Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Edições da C. E. B., 1945.

MACHADO, Lia Osório. “Sistemas, fronteiras e território”. **Revista do Departamento de Geografia/UFRJ - Grupo Retis/UFRJ**, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2002-Sistemas-fronteiras-e-territorio-LOM.pdf>, acesso em 06 out. 2020, p. 1-9

MALDI, Denise. “De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX”. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, v. 40, nº 2, 1997, p. 183-221.

MERCIER, Guy. “La region et l’Etat selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de La Blache”. **Annales de Geographie**, nº 583, 104 (583), 1995, p. 215.

MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

OSÓRIO, Lígia. **A fronteira e outros mitos**. Tese (concurso carreira docente, nível Ms-4). Departamento de Política e História Econômica, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

REIS, Arthur C. F. **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, 2º tomo.

TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in American history**. New York: Robert e Krieger Publishing, 1976.

XAVIER, Lídia de Oliveira. "Fronteira: reflexões sobre teorias e historiografia". In: **Em tempo de História**. Revista de pós-graduação em História da Universidade de Brasília, ano 5, nº 5, 2001, p. 107-131.

ZIENTARA, Benedikt. "Fronteira". In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda, v. 14., 1989, p. 306-317.

As categorias de Kulturwissenschaft, Völkerpsychologie e Antropogeography da antropologia alemã na definição dos sertões do Norte em Capítulos de História Colonial de Capistrano de Abreu

Almir Leal de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

Quase não há referência literal de Friedrich Ratzel (1844-1904) nos escritos de Capistrano de Abreu (1853-1926). Uma das poucas referências está em uma carta escrita no Rio de Janeiro em 1917 para o amigo João Lúcio de Azevedo (1855-1933) onde ele fazia um retrospecto de seus projetos intelectuais. Ele dizia que quando estava no Ceará, por volta de 1875, ele tinha lido Hippolyte Taine (1828-1893), Henry Thomas Buckle (1821-1862) e Louis Agassiz (1807-1873), literatura do cientificismo naturalista, e que ele pretendia naquele período escrever uma história do Brasil.

Foi principalmente o cientificismo naturalista a marcou do seu trabalho “A literatura brasileira contemporânea” (1875), onde ele dizia que queria estudar a literatura como produto da relação homem-meio,

¹ Professor Associado, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará.

ou “a sociedade como resultante de ações e reações da Natureza sobre o Homem, de reações do Homem sobre a Natureza” (ABREU, 1931, p. 62). Neste trabalho abundam as referências ao momento histórico como a relação entre raça e meio físico, que caracterizou fase científica de Capistrano e que teria marcado as leituras sociais do grupo de intelectuais da geração de 1870 em Fortaleza (OLIVEIRA, 2002). Além de várias outras referências, destaca-se o pensamento de Buckle, que dizia que o clima nos trópicos seria um obstáculo à construção de monumentos civilizatórios, pois a natureza oferecia com sua fertilidade todos os frutos para a subsistência, levando o homem à indolência, ou atado a uma lei geral do desenvolvimento social submetido às influências das condições mesológicas e raciais.

Nesta mesma carta a João Lúcio de Azevedo ainda encontramos outra referência a Ratzel, quando Capistrano fala que foi quando ele se instalou no Rio de Janeiro que ele foi abandonando a ideia do homem moldado pela natureza e que, comprometido com uma decisiva orientação geográfica, voltou-se para a investigação e interpretação dos fatos históricos a partir de uma “doutrina antropogeográfica de Ratzel” (RODRIGUES, 1977, vol. 1, p. xlii). Dizia ele na carta de 1917: “Aqui no Rio só fiz duas aquisições: saber ler o alemão o bastante para lê-lo na rede, sem estar me levantando a cada instante para recorrer ao dicionário; e através de Wappoeus, Poschel e Ratzel compreender que a geografia é tão bela ciência como difícil” (RODRIGUES, 1977, vol. 2, p. 38).

Foi José Honório Rodrigues quem primeiro chamou a atenção para esta inflexão no pensamento de Capistrano de Abreu ao iniciar a leitura dos autores alemães, abandonando o positivismo cientificista e naturalista e iniciando sua crítica histórica a partir do realismo alemão. Segundo ele, na sua fase cientificista Capistrano “[...] planejava uma história que deveria mostrar as influências permanentes da natureza sobre a civilização” (RODRIGUES, 1977, vol. 1, p. xxxix), delineando as contribuições historiográficas de Adolpho de Varnhagen (1816-1878), atento a produção historio-

gráfica brasileira, dedicando-se ao trabalho do magistério no Colégio Pedro II e investigando fontes coloniais na Biblioteca Nacional. Mesmo que ainda ligado teoricamente ao cientificismo naturalista, Capistrano passou neste período inicial após a sua chegada no Rio de Janeiro a enfrentar, a partir das leituras alemãs, uma dificuldade em esboçar análises generalizantes como fazia anteriormente, muito embora sempre preocupado no seu horizonte de análises com a relação homem-natureza e as interferências de um no outro.

Foi neste período que Capistrano se dedicou a fazer traduções do alemão, especialmente dos trabalhos de geografia. Em 1884 ele lançou a tradução de J. E. Wappaeus, “A Geografia do Império do Brasil”, onde, junto com colaboradores, ele teria “condensado e refundido” o livro original, chamado inicialmente de “O Brasil Geográfico e Histórico: a terra e o homem”. Esta tendência dos estudos de ciências naturais, especificamente sobre a geografia física e as suas relações com a história também pode ser observada em duas outras traduções de Capistrano, como em “A terra e o homem: esboços das correlações entre ambos”, de Alfred Kirchhoff (1909) e “Geografia Geral do Brasil”, de Alfred Sellin, de 1889.

Capistrano fez uma pequena introdução ao trabalho de Sellin, que nos indica a abordagem que construía sobre os condicionantes ambientais no entendimento da história. Justificando a ausência de notas nos capítulos da tradução, ele dizia que “o lado geográfico deveria predominar com maior força. [...] Muito mais que as guerras e revoluções políticas deveria atender-se ao modo porque em pouco mais de 100 anos povoou-se o litoral desde São Luís do Maranhão até Cananéia”. Até este período Capistrano não acreditava ser possível escrever uma história do Brasil formulada a partir das relações entre os fatos históricos e as interações ambientais pela ausência de base empírica para firmar este tipo de interpretação. Entretanto, seu projeto de escrever os “Capítulos de História Colonial” estava em pleno desenvolvimento, onde a antropogeografia seria uma abordagem central, inclusive da definição dos sertões. Ele escreveu:

Há de se notar a falta de um capítulo sobre a antropogeografia. Será possível escreve-lo? Sabemos que a estrutura massiva do nosso litoral estorvou o desenvolvimento da marinha; que a ausência de mata favoreceram a criação de gados; que a falta de campos no Amazonas fez o peixe a base da alimentação; que nas proximidades das cachoeiras formaram-se núcleos de povoação [...] mas estes fatos são ainda em número muito pequeno para se formular uma teoria do meio. Mesmo o clima, o clima ardente que tanta responsabilidade se atribui em todos os nossos defeitos, que sabemos de sua ação? (SELLING, 1889, s/p, introdução de Capistrano de Abreu).

Vários autores apontam a dificuldade de marcar um evento que tenha significado de ponto de inflexão de Capistrano na sua mudança de orientação teórica. José Honório Rodrigues nos diz que é difícil tornar precisa a época desta mudança, uma vez que ela ocorreu de maneira lenta, a partir de 1879, quando ele passou a ter mais contato com o acervo da Biblioteca Nacional, mas que, mesmo com esta dificuldade, entre os anos de 1879 e 1882 observa-se “[...] a influência da antropogeografia e dos métodos críticos-históricos do pensamento alemão” em seus trabalhos: “Os artigos vão se tornando mais objetivos, despin-do-se do aparato e linguagem positivistas”. Para Rodrigues, Capistrano passa a incorporar a ideia de que “a verdade é que os fatos históricos não são dados, mas pesquisados à luz dos documentos” (RODRIGUES, 1977, vol. 1, xli). Ainda segundo Rodrigues, foram as traduções do alemão e as leituras de Ratzel e outros alemães que “mostram a decisiva orientação geográfica” nos trabalhos de Capistrano, que

encaminharam seu espírito para quadros teórico-práticos mais concretos, que não reduzem o conhecimento histórico ao conhecimento próprio da história natural, sem submeter a vida histórica a uma assombrada simplificação dos problemas, como havia feito Taine com a sua teoria da raça, meio e momento, e Buckle [...] com a tese da inteira subordinação do homem à natureza (RODRIGUES, 1977, vol. 1, p. xxlii).

Arno Wehling também corrobora com a ideia da dificuldade de escolher um ponto de inflexão para as definir duas fases da obra historiográfica de Capistrano. Para Wehling, esta transformação foi “um lento processo de amadurecimento não apenas intelectual, mas psicológico, do autor” (WEHLING, 2004, p. 49), situando essa mudança, “para identificar um marco” de sua “conversão [...] a uma perspectiva predominantemente hermenêutica da história” (WEHLING, 2004, p. 47) as publicações da “História Geral do Brasil” de Frei Vicente de Salvador e as notas críticas da “História Geral do Brasil”, de Varnhagen, ou seja, entre meados da década de 1880 e a primeira década dos anos de 1900.

Talvez seja este longo processo de amadurecimento nos autores alemães que levou Alice Canabrava (1971) a concluir que Capistrano era teoricamente confuso, mesmo reconhecendo ser ele um dos pioneiros da geografia humana no Brasil e de associar a crítica documental com seus estudos variados da história. Para ela faltava em Capistrano uma “unidade teórica”, ou, no dizer de um crítico, “uma problemática consistente, que desse ao seu pensamento uma diretriz fundamental de interpretação” (CANABRAVA, 1971 *apud* REIS, 1998, p. 68). Para Wehling (2004) é clara a distinção dos trabalhos da fase do naturalismo cientificista para a fase alemã, rakiana e sob influência da geografia humana. Também para Rodrigues (1977), a perspectiva do realismo histórico alemão é que foi responsável, na segunda fase da obra de Capistrano, para que ele voltasse para a crítica das fontes “pelo exame rigoroso da crítica histórica” (RODRIGUES, 1977, vol. 1, p. xliii).

Mas o que nos interessa especificamente aqui no exame desta historiografia sobre os trabalhos de Capistrano de Abreu e o difícil limite entre as duas fases de sua produção, livrando-se das concepções do naturalismo cientificista de base filosófica positivista e passando a operar dentro da crítica histórica hermenêutica, seja o fato de, em ambas as produções está presente o meio natural nas suas reflexões, seja na forma do determinismo, seja na forma da antropogeografia, que pretendemos explorar um pouco neste ensaio.

FRIEDRICK RATZEL: DO DETERMINISMO GEOGRÁFICO À GEOGRAFIA HUMANA E CULTURAL — UMA REVISÃO DA HISTORIOGRAFIA

Historiadores sociais não gostam de determinismos. Desde que a história social emergiu no início do século passado, paulatinamente foram expurgados da análise história os determinismos raciais, biológicos, climáticos, geográficos, dentre outros. Foi mesmo a primeira geração dos Annales, com Lucien Febvre (1878-1956), que também descartou das análises históricas os determinismos dos territórios na constituição social ao rechaçar a antropogeografia de Ratzel como “uma espécie de manual do imperialismo alemão” (FEBVRE, 1925, p. 477 *apud* VESENTINI, 2008, p. 5). Reforçando sua crítica a Friedrich Ratzel, ele dizia:

Nunca cansemos de repetir que a geografia não tem por objeto investigar as ‘influências’ da Natureza sobre o Homem, como se diz, ou do Solo sobre a História. Essas palavras com maiúsculas não têm nada a ver com um estudo sério. E ‘influência’ não é uma palavra científica e sim astrológica. Que fique, de uma vez para sempre, com os astrólogos e outros charlatões (*Idem*, p. 479).

Talvez tenha sido o livro de Lucien Febvre “A geographical introduction to history” (1925) que tenha colocado o problema da influência do meio-ambiente sobre a história humana como uma tarefa da geografia humana ou da geografia histórica. Preocupado sobretudo em avaliar o nascimento da geografia científica, Febvre faz ao longo do livro uma forte defesa da tradição da geografia humana francesa, principalmente ao discutir as contribuições de Paul Vidal de la Blanche (1845-1918). Ele não teria publicado “um grande tratado dogmático” de geografia (FEBVRE, 1925, p. 18), como Ratzel, mas em vários artigos, e sob a sua orientação na Escola Normal Superior e depois na Sorbonne, teria organizado um plano de pesquisa com várias exaustivas monografias sobre as regiões francesas, não baseadas na geografia física ou na história natural, mas sobretudo na geografia humana.

Neste livro, Febvre procura em todo o tempo validar a tradição francesa de geografia como uma geografia humana e histórica e desqualificar Ratzel como cientista natural, “zoólogo e viajante”, determinista e ligado às explicações da geografia humana com base nas “influências” na natureza sobre os processos humanos. Dizia:

o velho geógrafo, aquele que apenas era cuidadoso para descrever, enumerar e fazer inventários, não existe mais. A geografia física, baseada nas ciências físicas e naturais — geologia, climatologia, botânica — desapontou-se pouco a pouco consigo mesma, buscando fazer-se mais segura de seus métodos e de seu próprio objeto, conscientizando-se assim de sua individualidade (FEBVRE, 1925, p. 17).

Febvre criticava a casualidade com que geógrafos físicos usavam o determinismo, mesmo sem provas científicas, para criar análises como ‘o poder do solo sobre a sociedade’, ‘as forças do clima’ e ‘o poder da natureza’ sobre a história humana. Crítico das teorias eugênicas, que utilizavam as leis biológicas para as explicações humanas e sociais, Febvre associava a antropogeografia de Ratzel a um predomínio da natureza sobre as ações humanas.

Entretanto, para as ciências naturais o determinismo é considerado como um elemento essencial da constituição da ciência moderna, uma vez que existem causas e razões passíveis de serem descobertas para a explicação dos fenômenos, principalmente se as análises forem baseadas em evidência empíricas físico-químicas. Em linhas gerais era o que Auguste Comte queria ao desenvolver no seu “Curso de Filosofia Positiva”, a física social, ou, em outros padrões, a morfologia social de Émile Durkheim. Entretanto, o determinismo como orientação da produção do conhecimento é, por princípio, rejeitado e relativizado no âmbito das ciências humanas, “sempre amenizado pela questão do livre arbítrio humano, da natureza original dos seres humanos, que podem criar coisas novas e decidir entre alternativas possíveis sem se submeterem a leis

férreas e inquebráveis” (VESENTINI, 2008, p. 6) e esta pode ser a razão para entendermos as críticas ao determinismo geográfico de Ratzel.

Ratzel foi visto pela historiografia da geografia como um autor que introduziu os métodos dedutivos do positivismo na institucionalização acadêmica da disciplina da geografia como científica e o determinismo geográfico como um instrumento de elaboração de leis gerais. Mas os autores contemporâneos estão reavaliando o lugar de Ratzel para o surgimento da geografia humana. Segundo José William Vesentini, as críticas direcionadas a Ratzel eram focadas em

um determinismo exagerado e estreito, que não buscava explicações complexas e sim uma causa única e unilateral, que via apenas a importância do meio físico para a sociedade e não valorizava a criação humana em si [...]. Mas a crítica a esse determinismo estreito [...] considerou toda a busca de determinações espaciais como equivocada, algo absurdo e sem sentido do ponto de vista científico (VESENTINI, 2008, p. 6-7),

E que o exagero desta crítica impediu um melhor entendimento das inter-relações entre o homem e o meio ambiente e vice-versa.

Segundo Carvalho (1997), que analisou trabalhos contemporâneos que tiveram como objeto de análise os trabalhos de Ratzel, as críticas ao seu determinismo geográfico e as relações entre homem e meio físico foram realizadas com uma profunda falta de aprofundamento de análise do que Ratzel pretendia com a antropogeografia. Segundo ele, estas críticas padeciam, “afora o exagero de uma leitura literal [...], de uma certa descontextualização e incompreensão do objetivo central da proposta de Ratzel” (CARVALHO, 1997, p. 7).

Mas dentro deste debate, qual seria a perspectiva da antropogeografia no estudo da evolução humana nas suas interações entre homem e natureza? Qual seria o sentido de evolução em Ratzel? Segundo ele a antropogeografia definia-se como um conhecimento

científico que estuda a vida completa do homem, todas as suas múltiplas atividades, grupos humanos e sociedades humanas em relação ao ambiente geográfico. A antropogeografia estaria preocupada com o estudo das “relações entre as condições naturais e a vida do homem” RATZEL, s/d, p. 33), ou ainda, nas expressões de Ratzel:

a nossa ciência deve estudar a Terra *ligada* ao homem como está *ao homem*, e portanto, não pode separar esse estudo da vida humana, tampouco do da vida vegetal e animal. As mútuas relações existentes entre a Terra e a vida, que sobre aquela se produz e se desenvolve, constituem precisamente o nexa entre uma e outra e, portanto, devem ser particularmente examinadas (RATZEL, s/d, p. 32).

E ainda, destacando o lugar da história no exame das relações homem e meio natural ele afirma: “Quanto mais elevado é o ponto de vista a partir do qual se considera a história, tanto mais se torna manifesta a existência desse canal bem determinado e pouquíssimo mutável, através do qual deriva a corrente da humanidade, e tanto melhor se reconhece a importância que tem a história o elemento geográfico do qual falamos” (RATZEL, s/d, p. 33).

Ratzel também criticava os determinismos de Comte e Taine, quando elaboraram a “teoria da influência”, onde apenas as características da posição geográfica referendavam “o desenvolvimento físico e intelectual de cada organismo” (RATZEL, s/d, p. 43), ou ainda Buckle, que para ele seria “superficial” ao ponto de limitar as relações homem natureza apenas por “coexistência, contato, dependência”, quando Ratzel queria discutir a *evolução* histórica: “quando no estudo antropogeográfico nos encontramos diante de um fato cujas condições atuais não bastam para explicar, então é necessário voltar os olhos ao passado e buscar aí as causas que o presente não nos revela, sem o que se cairia em um erro de lógica elementar” (RATZEL, s/d, p. 100). Assim, baseado nas ciências da natureza, Ratzel afirma que “a geografia do homem tem em co-

num com as ciências naturais o método científico, ela ordena sua matéria do mesmo modo que estas, com base em classificações, e chega às suas conclusões pela via da comparação. O fato dela estudar o homem em relação ao seu território não dá lugar a nenhuma diferença, tanto mais que coloca o homem dentro da natureza e o considera em relações recíprocas com a Terra. A independência da vontade humana não impede que a difusão geográfica do homem sofra influência de condições externas [...]” (RATZEL, s/d, p. 101).

A ANTROPOGEOGRAFIA DOS SERTÕES EM CAPISTRANO DE ABREU

São esparsas as referências de Capistrano de Abreu a uma opção teórica de seguir a metodologia científica da antropogeografia de Ratzel em suas obras, especialmente em “Capítulos de história colonial”, porém um olhar detalhado de sua trajetória intelectual pode nos fornecer o caminho das suas reflexões sobre como a interpretação da história condicionada às influências ambientais orientaram sua análise histórica dos sertões.

É através da leitura dos “Capítulos de História Colonial” (1907) que encontramos como Capistrano utiliza o referencial da geografia moderna na sua definição dos sertões. Em Capítulos, a primeira parte é dedicada aos “Antecedentes indígenas”, mas que é quase inteiramente dedicado a uma apresentação da geografia do Brasil. Mas esta apresentação não é feita com base em uma narrativa típica das corografias, com a definição da posição astronômica, os limites políticos, as dimensões da superfície, o recorte do litoral, a disposição do relevo, da hidrografia, do clima, vegetação, fauna etc., como nos tratados de geografia física. Capistrano surpreende ao apresentar uma narrativa, digamos, livre dos dados físicos e espaciais, mas, com base nelas apresenta de forma bastante coerente e enredada, as condições do meio-físico. Apenas duas páginas do

capítulo são dedicadas aos indígenas propriamente, incluindo-os logo depois da descrição da fauna, como se os animais, inclusive os indígenas, os homens, estivessem perfeitamente adaptados às condições ambientais, e, como resultado desta adaptação os povos nativos através da etnografia e do exame linguístico, ambas preconizadas também por Ratzel para a análise dos grupos humanos que ele chamava de “povos naturais”.

É mesmo como agrupamentos humanos “naturais” que Capistrano fala dos indígenas: “Se agora examinarmos a influência do meio sobre estes povos naturais, não se afigura a indolência o seu principal característico. Indolente o indígena era sem dúvida, mas também capaz de grandes esforços, podia dar e deu muito de si. O principal efeito dos **fatores antropeográficos** foi dispensar a cooperação” (ABREU, 1907, p. 12, grifo nosso). E continua ele:

Que medidas conjuntas e preventivas se podem tomar contra o calor? Qual o incentivo para condensar as associações? Como progredir com a comunidade reduzida a meia dúzia de famílias? A mesma ausência de cooperação, a mesma incapacidade de ação incorporada e inteligente, limitada apenas pela divisão do trabalho e suas consequências, parece terem os indígenas legado aos seus sucessores (ABREU, 1907, p. 12).

Aqui Capistrano faz uma referência direta às categorias de Ratzel de antropogeografia e povos naturais. Segundo Ratzel, povos naturais:

são assim chamados aqueles povos que estão majoritariamente submetidos ao domínio da natureza ou dependem dela mais do que os povos incivilizados. É uma diferença no modo de vida, nas disposições mentais, na posição histórica que se quer exprimir com este nome, e é precisamente porque o nome não prejudica em nada neste sentido, que achamos conveniente sob um duplo aspecto (RATZEL, s/d, p. 122).

Esta denominação povos naturais era, segundo ele, preferível à categoria selvagem, ou atrasados. A definição aponta para os grupos humanos de viviam “sob constrição da natureza”, que apresentam em suas demografias “exemplos de oscilação e regressão” de suas populações mais que outros grupos menos dependentes do mundo natural. Ainda segundo Ratzel,

uma escassa população traz em si um germe da própria caducidade; os seus escassos componentes vão facilmente ao encontro da diminuição ou da destruição total [...]. Na luta com os inexoráveis agentes naturais [...] a decadência [dos povos naturais] cresce frequentemente até a completa destruição, até a morte de um povo. A extinção dos povos naturais, de que se tanto fala, é falsamente considerada somente como uma consequência do contato com uma civilização mais elevada. Mas considerando mais atentamente a questão distinguimos dois casos: a auto-destruição e a extinção dos povos por efeito de uma civilização mais elevada (RATZEL, s/d/, p. 119).

Capistrano sempre estava atento às condições geográficas como condicionantes da conquista e colonização: “A posição geográfica de Portugal destinava-o à vida marítima e data da dominação romana o conhecimento de ilhas alongadas ao Ocidente” (ABREU, 1907, p. 12).; sobre as vilas na capitania de São Vicente diz que ali foram instaladas devido “à situação geográfica destas vilas explica-se pela proximidade das famosas riquezas cobiçadas [...]” pelos portugueses e a facilidade para fazerem entradas aos sertões; assim como em Pernambuco, onde “largos recursos naturais facilitaram a obra [...]” da colonização, como uma “baía vasta como um mediterrâneo, esteios numerosos franqueando entrada a cada passo, correntes numerosas para moverem engenhos, onde o gado podia medrar à lei da natureza, situação vantajosa no centro de outras capitanias” (ABREU, 1907 p. 33, 42).

Mas é na definição dos sertões que os condicionantes naturais ficam mais evidentes. A falta de chuvas regulares e a **natural** tendência do sertão para a criação de gado é em Capistrano o grande fator determinante da cultura sertaneja:

Da bacia amazônica passando à zona pastoril, notava-se logo a falta de mata e a escassez de água. A mata apareceu apenas às margens de correntes mais caudalosas, em algumas baixadas húmidas, em serras elevadas de mil metros mais ou menos de altitude. A água, excetuando-se alguns rios permanentes, limitava-se a ipueiras, olhos d'água, poços naturais, mais ou menos grandes (p. 191-192) e constantes; fora destes casos tem-se que procurá-la no seio da terra, operação fácil nos álveos secos, em outros casos empresa árdua e frustrante. O caráter salino do solo, a abundância de pastos suculentos, os campos mimosos e agrestes, **determinaram** a multiplicação do gado vacum. Na época da parição, as vacas eram recolhidas ao curral, por causa dos cuidados exigidos pelo bezerro, e também do leite, em mais tarde do queijo e do requeijão; pouco valia a manteiga, se merece este nome o esquisito produto guardado em botijas, que se aquecia para extrair o conteúdo (ABREU, 1907, p. 191-192, grifo nosso).

E ainda: “consumia-se a carne secada ao sol, ou a do gado miúdo, de preferência a ovelha” (ABREU, 1907 p. 193).

Juntamente com a determinação da natureza nas suas explicações para a colonização dos sertões do norte se definirem pela criação de gado, Capistrano começa a definir o tipo humano característico: o vaqueiro, que segundo ele, mais uma vez utilizando a categoria de Ratzel de grupo etnográfico: “o gado não se prendia ao descampado; internava-se pelas caatingas e amontava. O vaqueiro corria-lhe ao encalço, com uma vara e um ferrão em alguns pontos, em outros pela simples apreensão do rabo, deitava a rés e a subjugava-a” (ABREU, 1907, p. 192).

A definição territorial dos sertões da pecuária era definida por Capistrano como a área delimitada entre a foz do rio de São Francisco até o Maranhão, o que ele definiu como sertões pernambucanos de fora, “desde a Paraíba até o Acaracu no Ceará” e sertões baianos de dentro, “desde o rio S. Francisco até o sudeste do Maranhão”. Curioso notar que esta área é, por excelência a área hoje denominada de sertões no Nordeste do Brasil. Segundo ele:

A zona criadeira começava um pouco acima da foz do São Francisco, acompanhava-lhe as margens a entestar com a fronteira de Minas Gerais, transpunha as vertentes do Tocantins e do Parnaíba, alcançava, já enfraquecida o alto Itapecuru, compreendia as ribeiras de todos os rios de meia-água metidos entre a baía de Todos os Santos e a de Tutóia [No Maranhão] (ABREU, 1907, p. 195).

Para esta área emergia uma diferenciação antropogeográfica, qual seja, a de definição de sertanejo. Capistrano aponta apenas a diferenciação baianos e pernambucanos, ou os dos sertões de fora e de dentro, mas diz que poderiam ser mais variados estes sertanejos, com o avanço da pesquisa histórica e a revelação de outros registros históricos poderiam os historiadores diferenciarem a evolução social deste grupo etnográfico, mas, em geral, o perfil do sertanejo estava determinado de maneira bem uniforme: “[...] as semelhanças entre os moradores de ambos os sertões [os de fora e os de dentro] avultam mais que entre quaisquer outros habitantes do Brasil” (ABREU, 1907, p. 195).

Enfim, como seria dentro desta perspectiva antropogeográfica a definição de sertão em Capistrano de Abreu? Sua síntese indica a predominância das categorias de Ratzel para o entendimento de uma “evolução histórica” deste grupo etnográfico: em primeiro lugar seriam descendentes dos povos naturais que inicialmente habitavam o território, completamente moldados, adaptados e dependentes das condições ambientais, mas por não serem colaborativos, e em pequeno número teriam tendências à serem extintos, seja pelo reduzido número ou pela sua incapacidade resistir a povos mais organizados; a partir do contato com o europeu os sertões foram conquistados com condicionantes definidos pela geografia das secas e pela vegetação rala, propícia naturalmente à criação de gado. Juntamente com o gado emergiu o grupo etnográfico do vaqueiro e da civilização do couro, com características próprias, na alimentação inclusive. Esta evolução histórica teria resultado na definição dos sertões de fora e nos sertões de dentro, baianos e pernambucanos, mas que em geral, apresentavam características distintas e que poderiam ser sintetiza-

das na figura do sertanejo, homem predominantemente criador, que utiliza pouco a agricultura, moldado pelo ambiente e dependente de um recurso fundamental, a água.

Para concluir. A leitura de Ratzel e da sua geografia humana, que estuda a evolução histórica das relações entre o homem e o meio geográfico ajudou a definir, no início do século XX, uma definição dos sertões como ambiente definido pela ausência de água, mas também como um problema sociológico e geográfico. Os estudos da história natural neste período acabaram por diferenciar a constituição geológica, climática, botânica e até histórica dos sertões, apontando para a solução do acúmulo de água, a solução hídrica, como forma de oferecer instrumentos civilizatórios para superação da dependência do homem em relação ao meio, mas esta já é uma outra história...

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea. *In: Ensaios e Estudos (Crítica e História)*. Rio de Janeiro: Livraria Briquet/Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 1ª Edição 1907.

CANABRAVA, Alice. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano. *Revista de História*. FFLCH, USP, 18 (1971), p. 417-424. *In: REIS, José Carlos — Capistrano de Abreu (1907). O surgimento de um povo novo: o povo brasileiro. In: Revista de História*, FFLCH, USP, 138 (1998), p. 63-82.

CARVALHO, Marcos B. **Ratzel: releituras contemporâneas**. Uma reabilitação? *In: Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 25, abr. 1997, p. 1-19.

FEBVRE, Lucien. **A geographical introduction to history**. Londres/Nova York: Kegan Paul Trench, Trubner and Co. Ltd./Alfred A. Knopf, 1925.

RATZEL, Friederich. Antropogeografia. *In: MORAES, Antonio Carlos Robert — Ratzel: geografia*. São Paulo: Editora Ática, s/d. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. *In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro — **Intelectuais***. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. Coleção História e Cotidiano.

REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907). O surgimento de um povo novo: o povo brasileiro. *In: **Revista de História***, FFLCH, USP, 138 (1998), p. 63-82.

RODRIGUES, José Honório (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, 2 Volumes.

SELLIN, Alfred. **Geografia geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves e C., 1889. Tradução e notas de João Capistrano de Abreu.

VESENTINI, José William. Controvérsias geográficas: epistemologia e política. **Revue fanco-brésilienne de géographie**, 2, 2008, p. 1-28.

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e a História do Brasil. *In: **Revista Trajetos***. Volume 3, n. 5 (nov. 2004), Fortaleza: Departamento de História da UFC, p. 49-63.

Os usos do espaço na Amazônia atlântica: as fábricas reais

Marina Hungria Nobre¹

A Amazônia ficará à margem deste sistema que constitui o resto da colônia. A sua história se contará sem necessidade de apelar para a deste último. Forma-se e evoluirá por conta própria (PRADO JR., 1987, p. 62).

A historiografia que trata do processo de ocupação inicial da Amazônia, no que correspondia ao território do Estado do Maranhão e Pará, vem ao longo dos anos sofrendo uma grande inflexão, condicionada, principalmente pelos vários estudos sobre essa problemática nos programas de pós-graduação, por exemplo. Mas, nem sempre foi dessa forma. Até boa parte do século XX, as reflexões que orientaram os principais trabalhos sobre a região no período colonial, se orientou no sentido de destacar o processo de domínio e defesa do território luso-brasileiro (a sistematização do projeto colonial português). Mais ainda, foram os trabalhos em que, parcamente se propuseram a compreender as várias formas de ocupação da Amazônia, território em que contava com diferentes áreas, formas de ocupação específicas, economia etc., aspectos que possibilitava escrever sobre a história da região.

Por muito tempo, a historiografia tratou a ocupação da região amazônica do ponto de vista da economia agroexportadora e da monocultura, sistematizada na plantation, baseada, principalmente no uso da mão

¹ Universidade Federal do Pará, aluna de doutorado em História Social da Amazônia no Programa de Pós-Graduação em História, bolsista CAPES.

de obra escrava africana. Essas análises estavam voltadas para a realidade comercial de Portugal, sob o prisma da ultrapassada dualidade de relação metrópole-colônia e que não comporta a realidade e especificidade da experiência do Estado do Pará e Maranhão no período colonial (SIMONSEN, 1978; PRADO JÚNIOR, 1987; ALENCASTRO, 2000; SCHWARTZ, 1998). É inegável a importância de tais trabalhos - longe de querer questionar isto - todavia, é a partir deles que começamos a propor uma nova página sobre os processos de ocupação, já que com essa percepção desses historiadores, a Amazônia não despertaria interesse em ser ocupada, povoada, tampouco com uma política e economia consistentes. Além do mais, negligenciaram, totalmente a importância de outras atividades econômicas, o abastecimento do mercado interno, as redes de poder, a expansão das fronteiras, a ocupação de territórios que não tivessem os mesmos “requisitos” da conquista do Estado do Brasil, que de acordo com Antônio Baena o Governo geral do Maranhão e Grão-Pará, ficou isento de obediência ao Governo geral do Estado do Brasil no período de 1626 a 1808 (BAENA, 1969, p. 33).

Tomarei aqui, como exemplo, as fábricas reais voltadas para a produção de sal e de peixe no período colonial, para poder demonstrar, de modo sintético, como as duas empresas que cuidavam da produção e abastecimento de sal e de peixe para todo o Estado do Pará e Maranhão, são exemplos de uma política estratégica da coroa portuguesa no litoral. Todas as dinâmicas que ocorreram nesses espaços, foram forjadas a partir de necessidades e experiências específicas.

Desde o começo do processo de ocupação do Estado do Maranhão e Pará, o espaço colonial por excelência se baseou em um sistema que viabilizava obter os maiores rendimentos possíveis para a coroa portuguesa. A experiência de ocupação do Estado se beneficiou daquilo que a própria região oferecia, já que como região distante e com uma economia notadamente peculiar com relação ao resto da América portuguesa, houve uma atenção ainda maior para as riquezas da terra. Vera Ferlini, por exemplo, chama atenção para o destaque que a produção de açúcar tivera no Nordeste na época colonial, afirmando que “nos dois primeiros

séculos o Brasil foi essencialmente açúcar e o Nordeste”, destacando essa ligação como “o espaço colonial por excelência” (FERLINI, 2003, p. 135); obviamente destaca os principais aspectos que tornaram o açúcar motor que movia socioeconomicamente a sociedade do Nordeste colonial. Todavia, partimos dessa afirmação para direcionar o quanto um tipo de atividade econômica pode dar conta de mobilizar, transformar e moldar todo o funcionamento de uma determinada sociedade, alertando, principalmente, para o caráter estratégico das atividades econômicas.

No caso do Estado do Maranhão e Pará, percebemos que as fábricas coloniais se tornaram espaços que mais do que lugares de produção de riquezas, foram importantes para entender o tipo de política que a coroa portuguesa tinha para com o Estado, sobretudo, no tocante, também às relações sociais. Em torno dessas fábricas proliferaram vários tipos de relações, sobretudo, as que giravam em torno do trabalho, que neste caso era exclusivamente o do indígena. Além do fato de que nos arredores destas fábricas coloniais também emergiram outras atividades, como os pilotos de canoas e guias, que serviam em mais tarefas, mas que de modo geral estavam mais inseridos na atmosfera das empresas reais.

O mundo colonial do Estado do Maranhão e Pará, desde a segunda metade do século XVII, teve como eixo importante a consolidação de fábricas que pudessem dar conta não somente da produção e abastecimento de gêneros necessários para o dia a dia. Mais que isso, entendemos que essas fábricas se tornaram verdadeiras agências da colonização que, condensavam tudo ao seu redor, articulando funções econômicas, militares, políticas, sociais, religiosas e, sobretudo, administrativas.

A denominação “fábricas” aparece na documentação para designar o tipo de atividade econômica voltada para gerar rendimentos ao sistema de conquista. Desta maneira, nada mais coerente para o tipo de estrutura que funcionava exclusivamente para sempre aumentar as rendas da coroa portuguesa. Por isso que, caso da produção de sal e o beneficiamento do peixe, em Joanes, eram empresas denominadas à disposição

dos “serviços reais”, tidos exclusivamente sob o mando de autoridades régias e coloniais. Além disto, as empresas do “serviço real” fundamentavam-se, sobretudo, obedecendo às disposições impostas para a demanda de um mercado interno, já que se tratavam de empresas voltadas para o abastecimento de produtos de primeira necessidade. Essa é a razão de caracterizar-se como um tipo de atividade sobre a qual o governo português procurou manter intenso controle e atenção.

Afirmção constante na documentação, se fazia quando as autoridades régias ou coloniais enfatizavam através de suas cartas que “as fabricas do pesqueiro de Joanes e salinas de Maracanã [...] se beneficiavam por conta da Fazenda real”; ou que “os índios que assistiam e beneficiavam destas fabricas e não mais injustamente como vassallos de V.M. ser obrigados aquele trabalho pelo estipêndio, [...] à custa da Fazenda real” (Consulta do Conselho Ultramarino, 19 de fevereiro, 1691). Esse tipo de afirmações evidencia que esses dois serviços tão importantes no cotidiano da sociedade, estavam sob a direção da coroa portuguesa e que o beneficiamento e abastecimento desses dois gêneros — sal e peixe — estavam estabelecidos e taxados enquanto “serviço real”.

Serafim Leite destacou que justamente para a realização dos mais variados trabalhos nas fabricas, havia também as aldeias destinadas a esse serviço, “as do serviço real, para as atividades de caráter público, salinas e pesqueiro” (LEITE, 1945, p. 98). Isso define ainda mais que havia uma preocupação para o desenvolvimento e andamento do que era produzido no interior dessas fabricas. Todavia, no interior dessas empresas, havia ou poderia haver outras atividades que serviam para a sobrevivência diária, mas que aos olhos sempre vigilantes da instituição da Fazenda real, teriam que ser menos adensadas, caso da produção de farinha, por exemplo: “na ilha dos Joanes não podem os rendeiros fabricar mais farinhas que as precisas para as gentes da pescaria”, sendo “por que se derem a fazer outras lavouras para a negociarem de as venderem, não terá a aldeia necessidade de outro fim que seja mais apressado para a sua destruição” (Consulta do Conselho Ultramarino, 19 de fevereiro, 1691).

Mas, o alerta sobre não haver mais atividades do que as necessárias, tinha no mínimo dois motivos. Primeiro, se não houvesse um controle sobre o que era produzido, o rendimento não seria tão lucrativo à Fazenda real, já que a produção seria desordenada. Segundo, se houvesse mais lavouras, muito mais do que o essencial para o sustento e abastecimento do Estado, o serviço estaria todo comprometido, já que o trabalho seria duplicado.

Com isso, percebemos que as fábricas coloniais de sal e de peixe, no Estado do Maranhão e Pará, obedeciam a uma estrutura em que sempre deveriam fornecer e desenvolver o melhor trabalho possível. Isto fica claro de uma consulta do Conselho Ultramarino, na qual se afirma que “essas salinas necessitam que se dê melhor forma de arrecadação e de fábrica do que a que tem; e serve recomendar este ponto ao governador e provedor da Fazenda”. Perspectiva que revela que sobre as fábricas do serviço real havia variados interesses e estavam sob grande vigilância das autoridades regias, inclusive através do Conselho Ultramarino.

Esse contexto propiciou o entendimento do quanto o abastecimento de peixe para aquela região foi importante. As necessidades dos moradores, religiosos, autoridades eram a mesmas quando se referia à carência de pescado. Mas os interesses que foram traçados a partir daquela ilha são, de longe, diferentes. Na consulta sobre as cartas de André Vidal de Negreiros se percebe a intensa preocupação com relação à manutenção das necessidades dos soldados da capitania do Pará, pois “a necessidade que os soldados daquela praça e das mais partes daquele estado padecem, não fora da fazenda de V.M. e o demais se perdia por se deixar as salinas ao desamparo” (Consulta do Conselho Ultramarino, Avulsos Maranhão, 1656, cx. 4, doc. 378). Ressalte-se o fato de que o sal servia como pagamento à infantaria e que visivelmente a falta dele também comprometia o serviço prestado pelos soldados. O abastecimento da infantaria era preocupação do rei, na medida em que o sal supria as carências dos soldados e conseqüentemente

ajudava na conservação dos limites da colônia, ou seja, na defesa do território. A defesa era indispensável para que não houvesse invasões das conquistas, por isso a Coroa insistia que a infantaria fosse bem servida de sal para que os soldados não se afastassem das suas obrigações, razão de sua importância, “para o sustento da infantaria daquela praça e sustento de todo o povo e os soldados que se achavam diminutos” (ABNRJ, 13 de março, 1691, vol. 66, p. 123).

Desde o início do processo de conquista da região, o peixe sempre foi o principal alimento e sustento dos que chegavam à região. Já afirmara Sérgio Buarque de Holanda que “muito alimento que parecia repugnante a paladares europeus teve de ser acolhido desde cedo, por aquela gente, principalmente durante as correrias no sertão, pois a fome é a companheira constante da aventura” (HOLANDA, 2008, p. 63). Claramente, na experiência do Maranhão, para o conquistador, o peixe não foi um alimento repugnante como o de outros tipos de alimentação pelo Brasil, no entanto, o português tivera que adaptar-se a este como sustento primordial, já que naquelas partes por longo tempo e acompanhado com a farinha, foi a base alimentar durante a colônia. Nesse contexto é que o pesqueiro real da Ilha de Joanes ganhou ainda mais centralidade e, simultaneamente, o abastecimento de peixe se tornou necessidade básica para a sociedade do Pará e Maranhão.

Em maio de 1721, o provedor da Fazenda real da capitania do Pará, Francisco Galvão da Fonseca, informava ao rei sobre o aumento da produção do pesqueiro real da Ilha de Joanes, para melhor socorrer a população da cidade por falta de peixe e outros mantimentos, “a requerimento do povo com intervenção minha, aumentar a fábrica do pesqueiro para se poder socorrer essa cidade pela grande falta que experimenta de mantimentos (Carta do provedor da fazenda da capitania do Pará, AHU, 20 de maio, 1721). A carência de peixe era notória. O alerta dado pelo provedor demonstra como era problemática a falta de peixe para todo o Estado. No entanto, evidencia, logicamente, a maneira como os agentes coloniais percebiam a fábrica do pesqueiro, como sendo umas das mais importantes fábricas do estado.

Em agosto de 1733, os oficiais da Câmara ainda mostravam o quanto a população experimentava com a falta de pescado, advertindo que o Estado passava por “excessivas calamidades e fomes”, e que “a falta de peixe que é o usual sustento por causa dessa pobreza” continuava oprimindo todo o povo (Avulsos Maranhão, 8 de agosto, 1733, cx. 20, doc. 2105) Dois anos depois, a queixa dos oficiais da câmara de São Luís continua nesse sentido, quando eles pedem que os índios Tremembé, da missão de Tutóia sejam obrigados ao trato de um pesqueiro arrendado pela Fazenda real, pelo fato de que “esta cidade do Maranhão se acha na total consternação da falta de peixe que antigamente foi abundante, causa porque padecem os moradores dela extremas necessidades, por não ser bastante toda a providência de carne” (Avulsos Maranhão, 8 de julho, 1735, cx. 22, doc. 2247).

O fato de haver constantes reclamações pelo pescado não ser suficiente para suprir as necessidades dos moradores do Estado implica afirmar também, que essa falta poderia ter várias explicações: falta de índios que pudessem dar conta do serviço, no caso da pescaria; além de que, por não haver carnes suficientes também, a dependência que o povo tinha do peixe só aumentava. O padre João Daniel afirma que a falta de pescado ocasionava vários inconvenientes, “é a fome do povo que não tem escravos, nem praças ou mercados, em que comprem o peixe”, transtornos “dos ricos que se veem precisados a tirarem seus escravos das lavouras e outros serviços, para os porem no mar” (DANIEL, 2004, p. 294). Se o peixe era a fundamental alimentação do povo do Estado do Maranhão, o comprometimento de seu abastecimento, como se percebe nas cartas dos oficiais da câmara, influenciava toda a sociedade.

Justamente sobre essa falta de peixe é que o rei relatava, com base numa informação de frei Antônio da Piedade, de 1691, de que havia “naquela terra o sustento em tanta diminuição que apenas chegava para a infantaria e ministros” e, “sendo a terra muito falta de mantimentos e que não havia nem açougue nem ribeira que se a pobreza se devia muitas misérias”; o religioso que assistia na aldeia de Joanes dizia

“que os podia remediar fabricando-se mais três pesqueiros além do que tinha”, alertando o monarca que não se “se acrescentaria a Fazenda real com três pesqueiros mais de um conto de réis e ficaria a pobreza remediada” (CARTAS RÉGIAS, 13 de setembro, 1691, doc. 0384, f. 87).

Com a falta constante do peixe no Estado, também podemos enxergar mais elementos que possibilitam, por exemplo, o entendimento de como eram feitas as negociações no interior da colônia, perpassando por problemas corriqueiros, como a falta de peixe, até o ponto onde alguns interesses eram beneficiados. O religioso Antônio da Piedade certamente tinha seus próprios interesses para com tal situação. Se ele assistia à aldeia de Joanes, deveria com o acréscimo de mais três pesqueiros na ilha, ter também alguns benefícios atendidos, principalmente a falta de pescado para o sustento de todos naquela ilha, notadamente os próprios religiosos.

Ao mesmo tempo em que o peixe era fundamental para o Estado, a falta constante de sal alertava os indivíduos daquela sociedade, pois o comprometimento desse produto era calamitoso para toda a sociedade. Alertas sobre essa falta eram remetidas constantemente à Corte. Numa consulta do Conselho Ultramarino, informa-se sobre carta dos oficiais da câmara da cidade do Pará, que davam conta “nessa capitania [d] a mesma falta de sal de que haviam dado conta na monção passada”, agravada devido “o navio que nesta foi para esse porto não levar mais que o necessário para o seu gasto”; sobretudo, a falta agravou-se pela “grande esterilidade que houve deste gênero neste reino, que ainda se continua” (Consulta do Conselho Ultramarino, 23 de novembro, 1697, f. 130). Isso evidenciava que mesmo com a Coroa tentando organizar uma produção sistemática de sal, promovendo políticas para esse tipo de empreendimento, como o não afastamento dos índios da obrigação desse serviço, a falta parecia ser sempre considerável no Estado. Mesmo assim, algumas cartas, ainda, enfatizavam que o sal que deveria ser consumido no Estado era apenas o das salinas reais.

Nesse sentido, várias reclamações e advertências eram feitas para que de alguma forma esse problema fosse resolvido. As cartas que o governador André Vidal de Negreiros remetia ao rei eram constantes e enfatizavam a mesma situação: o sal das salinas e os poucos rendimentos dessa fábrica. Na consulta de 30 de maio de 1656, o Conselho Ultramarino percebia o quanto o problema era recorrente e como a falta de sal se tornava preocupante, ao ponto de que se recomendasse a “V.M. mandar ordenar que as salinas nem fazer sal naquele estado para que as salinas de V.M. se venda melhor que ali comprar por trezentos o alqueire se lhe poderá acrescentar mais”; isto, todavia, era o que se recomendava que se fizesse, na tentativa de se amenizar a falta de sal e aumentar as rendas da coroa portuguesa, com a venda do sal do reino. No entanto, a manutenção de velhas alianças ainda era pertinente, “advertindo a V.M. que para se evitar a queixa que o principal do Maracanã, Lopo de Sousa, poderá que com essa proibição se lhe tiram as salinas em que se fabricam o sal, vindo o de V.M”, recomendava-se que “será justo que se lhe dê a ele e sua gente um alqueire cada ano, tendo-se respeito e serem os que beneficiam estas salinas só com lhe pagarem duas varas de pano” (Consulta do Conselho Ultramarino, 30 de maio, 1656, cx. 4, doc. 378).

Essa situação é exemplar para compreendermos os complexos interesses e estratégias no antigo Estado do Maranhão e Pará. A falta de sal, sutilmente, nos leva ao entendimento da política no Estado, já que a carência do produto, mais do que fonte de problemas de abastecimento, dá conta dos interesses envolvidos nessa empresa; a importância em sustentar a aliança que se tinha com o principal da aldeia de Maracanã permite vislumbrar como a conquista que funcionava a partir de estratégias e de um plano complexo de domínio.

Acredito que a relevância em compreender os usos do espaço, partindo das fábricas reais, do abastecimento, das demandas sociais sobre tais gêneros é relevante para ampliar a perspectiva de reflexão sobre a ocupação do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, levando em consideração as dinâmicas de um espaço que optamos

conceitualmente, por denominar Amazônia atlântica- conceito que vem sendo construído a partir da pesquisa em desenvolvimento-, região que tem recebido pouca atenção e que tem sido importante aprofundar essa perspectiva, dada a sua indiscutível ocupação. O objetivo, dessa maneira, na pesquisa que venho conduzindo e o que tentei sintetizar aqui é compreender como a ocupação da Amazônia pode ser pensada sob uma ótica do litoral-faixa atlântica. E, ampliar o debate historiográfico, favorecendo, assim um maior aprofundamento de perspectivas sobre a história da América portuguesa, principalmente nos séculos XVII e XVIII. O caso, particular das empresas reais, voltadas para a produção e abastecimento de sal e de peixe são exemplos significativos para demonstrar essas outras formas de ocupação e utilização dos espaços no antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Ainda prefiro entender que as conquistas ultramarinas mostraram certa autonomia uma da outra, mas é justamente por essa posição que o pensamento de um domínio único parecia não dar conta das realidades do além-mar; podemos perceber que houve muitas formas de ocupar, gerar rendimentos, e que as dinâmicas políticas, econômicas e sociais variavam de uma conquista para outra, não podendo, assim, ser entendida apenas por uma ideia sistemática das conquistas ultramarinas. Na verdade, é perceptível o quanto houve especificidades nos espaços dominados pelo Império português; percebidos, sobretudo nas dinâmicas relacionais vivenciadas no interior da conquista norte.

Rafael Chambouleyron destacou que mesmo que fossem limitadas por uma série de problemas, houve conexões atlânticas entre o Estado do Maranhão e Pará com as demais conquistas de Portugal (CHAMBOULEYRON, 2008, p. 91-107). Em outro artigo, o autor evidencia a importância de outras experiências atlânticas que não somente as do atlântico-Sul, para entendermos a formação do Maranhão,

se a Amazônia portuguesa não se vinculou e se construiu, como em outras partes da América portuguesa, a partir do mundo do atlântico sul isso não significa que o seu desenvolvimento se desse somente voltado para o sertão ou de forma isolada em relação ao resto do Império. O que quero considerar aqui é um considerável e muitas vezes negligenciado conjunto de rotas e fluxos de gente que tiveram um significativo impacto na composição da população local” (CHAMBOULEYRON, 2013, p. 188).

Essas afirmativas sobre as condições geográficas e estratégicas do Estado do Pará e Maranhão, frente às realidades do Estado do Brasil, por exemplo, faz com que tenhamos ainda mais interesse para entender as dinâmicas próprias da região da faixa atlântica. Ou seja, que tipo de ações e sujeitos fizeram parte daquela atmosfera, bem como quais as circunstâncias que podem trazer o entendimento maior acerca da Amazônia atlântica?

Se a Amazônia portuguesa não se vinculou nem tampouco se construiu a partir do mundo do Atlântico sul, não podemos menosprezar o seu desenvolvimento, suas dinâmicas, sua mobilidade, sociabilidades e rotas comerciais levando em consideração apenas o sertão. A sua política e economia foram também consolidadas do ponto de vista das relações atlânticas. Se a região amazônica foi compreendida como periférica, fora dos circuitos econômicos sul-atlânticos, não significa dizer que houve um isolamento da região com os eixos oceânicos. Ao contrário, há uma necessidade de entender como funcionou as comunicações que se fizeram no Estado do Maranhão e Pará e quem sabe com Portugal e outras partes da Europa. Justifica-se, portanto com a análise das rotas dos produtos que entravam ou saíam da região, além da análise sobre os sujeitos que estabeleciam relações nessas rotas. Trata-se de compreender a formação do Estado do Maranhão e Pará inserindo-o em um contexto mais global.

REFERÊNCIAS

Fontes

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. Pedro II, 19 de fevereiro de 1691, cx. 3, doc. 290.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV. AHU- Avulsos Maranhão. cx. 4, doc. 378.

Carta do rei, para o Governador do Maranhão. 13 de março de 1691. ABNRJ, vol. 66, p. 123.

Carta do provedor da Fazenda real da capitania do Pará para o rei D. João V. 20 de maio de 1721. AHU- Avulsos do Pará, cx. 7, doc. 582.

Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Luís ao rei D. João V. 8 de agosto de 1733. AHU- Avulsos Maranhão, cx. 20, doc. 2105.

Carta dos oficiais da Câmara para o rei D. João V. 8 de julho de 1735. AHU- Avulsos Maranhão, cx. 22, doc. 2247.

Carta do rei para o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. 13 de setembro de 1691. Códices 268- Cartas Régias (1673-1722), doc. 0384, f. 87.

Consulta do Conselho Ultramarino. 23 de novembro de 1697, f. 130.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei. 30 de maio de 1656. AHU- Avulsos Maranhão, cx. 4, doc. 378.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BAENA, Antônio Ladislau. **Compêndio das eras da província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969 [1838].

DANIEL, Pr. João . **Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas -1722-1776**. volume I. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004,

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder**. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: Edusc, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo IV. Rio de Janeiro: Livraria Portugália, 1945.

CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia e as ilhas atlânticas. **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 2, n. 1, p. 187-204, 2008.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açai/PPHIST-UFPA/CMA-UFPA, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 35ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo. Colônia**. São Paulo: Martins, 1942.

SCHWARTZ, Stuart. O Brasil colonial, c. 1580-c. 1750: as grandes lavouras e as periferias. *In*: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. São Paulo/Brasília: EdUSP/Fundação Alexandre Gusmão, 1998, vol. II. p. 339-421.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil**. 8ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

Criação de novas capitanias e demarcação de fronteiras centrais e meridionais na América Portuguesa, século XVIII

Mônica da Silva Ribeiro¹

Muito se fala das mudanças estabelecidas no Império Português a partir do advento do reinado de D. José I e do pombalismo. Contudo, tais transformações não são exclusivas desse período e nem se constituíram apenas a partir da segunda metade dos Setecentos. Já nos anos 1720-1730, podemos perceber o alvorecer de uma nova racionalidade administrativa e de um novo pensamento político, que começavam a passar do plano das ideias para a efetiva prática na monarquia lusa.

A partir de acontecimentos como a criação da Academia Real de História, fundada em 1720, e com o despontar de intelectuais, estudiosos e personagens da administração pública preocupados com uma maior organicidade do “jogo” político — como D. Luís da Cunha, nas Instruções Políticas escritas para Marco Antonio de Azevedo Coutinho (CUNHA, 2001)², e o conselheiro do Conselho

1 Professora Associada de História Moderna, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Nova Iguaçu) e Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPHR-U-FRRJ). Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7328761830930753>. E-mail: monicaribeiro81@gmail.com.

2 Sobre as Instruções Políticas, ver também: RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado” e Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748. 2006. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 89-91.

Ultramarino, Antonio Rodrigues da Costa, com seu famoso Parecer, em 1732³ —, inaugurava-se um momento peculiar em Portugal.

A doença de D. João V, durante a maior parte dos anos 1740, não paralisou a efervescência intelectual de Portugal, muito pelo contrário. Nessa década, introduzem-se matrizes de pensamento que o pombalismo viria acolher (PEREIRA, 2001, p. 446). Então, é na sequência desse ambiente que se pode melhor compreender a dinâmica político-administrativa pós-1750, quando ascenderam, na cena política, personagens como Sebastião José de Carvalho e Melo, e quando diversos intelectuais desenvolveram ainda mais suas propostas e concepções a respeito do Império português de então.

Para melhor entendermos a lógica imperial das modificações ocorridas nas formas de governação portuguesa no século XVIII, escolhemos analisar a região centro-sul da América Portuguesa, buscando perceber como se procurou implementar novas diretrizes governativas nessa área, que visavam contribuir para um controle econômico, tributário e político mais efetivo da Coroa sobre esse importante território.

Tais orientações deveriam ser colocadas em prática, especialmente, pelos representantes régios escolhidos para essa região, essencial dentro do rearranjo administrativo português, visto que era o local onde fervilhavam as relações econômicas com a zona aurífera, e onde deveriam se demarcar as fronteiras centrais e meridionais, em constante litígio com os interesses da Espanha.

Foram, assim, se arquetizando novas maneiras de se governar, que trouxessem maiores benefícios para o Império, fosse para a realização do comércio nas rotas meridionais, fosse para a conquista ou manutenção de territórios no centro-sul, questões fundamentais não apenas para a matriz econômica da Coroa, mas também para o seu equilíbrio político.

3 Sobre o Parecer, ver: COSTA, Antonio Rodrigues da. Consulta do Conselho Ultramarino a Sua Majestade, no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antonio Rodrigues da Costa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo VII. Rio de Janeiro: IHGB, 1845.

Em termos práticos, procurando-se implantar uma maior uniformidade de ações e um racionalismo mais presente, a Coroa optou por uma reorganização dessas localidades, com a fundação de novas capitanias, e uma preocupação mais efetiva com o povoamento dos diversos espaços, que foram se transformando, cada vez mais, em pontos estratégicos importantes para os objetivos da Coroa portuguesa no Atlântico Sul.

Nesse processo, a povoação do território meridional, ainda muito pouco habitado, era tarefa fundamental nesse momento, para a manutenção da posse lusitana sobre as terras que se encontravam em seu poder e para a defesa contra os inimigos externos. Para tal intento, se encarregou, por ordem de Gomes Freire de Andrada — governador do Rio de Janeiro e também responsável pelo centro-sul —, o mestre de campo André Ribeiro Coutinho, que permaneceu na região do Rio Grande de São Pedro entre 1737 e 1740. Ocupou-se do envio de muitos casais que haviam deixado a Praça da Colônia, e também alguns do Rio de Janeiro e da Vila de Laguna, além de pessoas de ambos os sexos provenientes de outras regiões.

Ribeiro Coutinho também construiu quartéis, realizou obras de fortificação, ergueu igrejas e armazéns. Cuidou ainda da “formação dum corpo de tropeiros e respectivos capatazes para correr, colher, guardar e aproveitar o gado, provendo os seus subordinados de carne e fazendo exportar os couros em grande quantidade” (CORTESÃO, 1984, p. 245).

Feito isso, preocupou-se em redigir e distribuir regimentos tratando da forma como cada um deveria agir para a defesa do território, além de informações sobre a arrecadação da Fazenda Real, disciplina dos soldados, entre outras questões. A área não contava apenas com Ribeiro Coutinho, mas também com o brigadeiro José da Silva Paes, que exerceu papel fundamental na organização, defesa e povoamento do Rio Grande, e de Santa Catarina.

A capitania de Santa Catarina foi criada no ano de 1738, já dependente do Rio de Janeiro, e José da Silva Paes foi nomeado governador.

Logo Silva Paes constatou que o povoamento da região era fraco e, por isso, a capitania tinha problemas em relação à defesa. Assim, em 1742, o brigadeiro escreveu ao rei D. João V, defendendo a ideia da vinda de casais das ilhas dos Açores para Santa Catarina e, segundo José Damião Rodrigues (2007, p. 65),

Também o Conselho Ultramarino, onde tinham assento ministros conhecedores dos negócios do Brasil, como o desembargador Rafael Pires Pardinho ou Alexandre de Gusmão, se pronunciou, em consulta de 30 de março de 1745, a favor do recrutamento de famílias das ilhas.

No ano de 1746, os moradores de Açores solicitavam, então, a ida para a América portuguesa, visto que a situação dos açorianos com menos recursos era ruim nas ilhas, e a emigração era uma forma de fuga e de tentativa de uma vida melhor. Nesse período, Portugal negociava com a Espanha os limites entre os territórios sul-americanos das duas monarquias e, nesse processo, os açorianos foram de grande utilidade para os objetivos estratégicos lusitanos, iniciando-se assim uma forte corrente emigratória, que se estendeu por muitos anos, permanecendo durante a segunda metade do século XVIII.

A partir dos anos 1750, a emigração desenvolveu-se primordialmente por meio de levadas de recrutas, e não cessou nem mesmo depois da lei de 4 de julho de 1758, que visava restringir a saída das populações insulares dos Açores e da Madeira. De acordo com Damião Rodrigues (2007, p. 66),

O intenso fluxo migratório que se iniciou no final do reinado de D. João V foi um movimento controlado pela monarquia portuguesa, que regulamentou a saída dos ilhéus e disciplinou a sua fixação em território brasileiro, quer na Amazônia — Pará e Maranhão —, quer, sobretudo, na região dos actuais Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Voltando a tratar do Rio Grande, podemos perceber que tal processo de ocupação também foi importante nessa área. Desde os anos 1740, iniciou-se a chegada de nativos desse arquipélago, primeiramente para servirem como soldados, defendendo o território e, depois, incentivou-se a vinda de casais para povoar o local.

A chegada de nativos das ilhas no Rio Grande foi intensificada ao longo da primeira metade da década de 1750. A princípio, segundo Martha Daisson Hameister (2006, p. 325),

havia o plano de assentar os casais de açorianos, seus filhos e agregados na fronteira oeste, ocupando as áreas das estâncias e povoamentos missionários desde que o Tratado de Madri acordou a expulsão dos padres jesuítas do território. Não contavam, entretanto, com a resistência dos indígenas a este acordo feito entre as nações ibéricas. Sem poderem ir para as terras que lhes seriam, ao menos em tese, destinadas, os ilhéus ficaram 'represados' na Vila do Rio Grande, aguardando solução para o caso.

Assim, criava-se um grande problema. Os habitantes não podiam esperar a resolução do impasse com os índios, e continuaram vivendo no Rio Grande, em condições bastante ruins. Contudo, acabaram casando-se naquela área, tendo filhos, e construindo, segundo Martha Hameister, uma bem elaborada malha de relações, que criavam uma base de sustentação social para esses novos moradores.

Os açorianos passaram a ocupar também a região de Viamão, ocasionando um grande impacto geográfico no local, especialmente entre os anos de 1752 e 1754. Os Campos de Viamão receberam ainda uma grande corrente migratória dos povos guaranis, na conjuntura posterior à tentativa de execução do Tratado de Madri (KÜHN, 2006, p. 114):

Após a Guerra Guaranítica, cerca de 700 famílias de índios guaranis, provenientes dos Sete Povos, teriam se passado para o lado português, cooptadas pelas promessas feitas por Gomes Freire. Inicialmente, esse contingente humano, formado por cerca de três mil pessoas, foi insta-

lado de maneira precária junto ao quartel do Rio Pardo. Posteriormente foram instalados em Viamão, nas proximidades do Rio Gravataí.

Esse movimento iniciou-se em 1753, e se intensificou em 1757, com a vinda das famílias que seguiram as tropas portuguesas.

O Rio Grande contou, de acordo com Fábio Kühn, com a participação de diferentes tipos de povoadores, além dos militares que compunham o presídio, instalado na região e, “por ser uma região em disputa, Portugal utilizou uma forma híbrida de colonização no Rio Grande: ao mesmo tempo que era uma fortaleza militar, era também uma colônia de povoamento” (KÜHN, 2007, p. 117). A fundação do Rio Grande data de 1737, quando já se dava um intenso “esforço de manutenção da Colônia do Sacramento como entreposto do comércio luso-brasileiro” (OSÓRIO, 1999, p. 248).

A Coroa portuguesa procurava estabelecer uma vila nesse local e, com a provisão régia de 17 de julho de 1747, determinava a criação imediata de uma Câmara, o que aconteceu apenas em 1751. A demora pode ser compreendida, segundo Fábio Kühn (2006, p. 273), se levarmos em conta o peso dos seus opositores. Uma das pessoas contrárias à fundação da vila era justamente Gomes Freire, que buscou, inclusive, dissuadir a Coroa da decisão, respondendo, em consulta do Conselho Ultramarino, que

a maior parte de que se forma o presídio do Rio Grande de São Pedro são as tropas de sua guarnição que se têm povoado, mas os moradores paisanos vivem muitos nas estâncias ou sesmarias em que se estabeleceram, que ser ou não ser vila aquele estabelecimento pouco aumenta o bem público e o serviço de V. M.

Apesar da discordância do governador, o Conselho decidiu pela fundação da vila, em decorrência da grande distância entre Rio Grande e Laguna. Em 1750, ano anterior à criação da Câmara,

foi estabelecido o Regimento dos Dragões no Rio Grande, esse por ordem de Gomes Freire. O regimento foi dividido em oito companhias, cada uma composta por sessenta homens. Nos anos seguintes, foram ainda criadas mais duas, sendo uma formada por casais das ilhas e outra de cavalaria. Assim, segundo Fábio Kühn, ocorria, na segunda metade do século XVIII, a elevação da importância da capitania do Rio Grande de São Pedro, consubstanciada pela consolidação da ocupação desse território sulino (KÜHN, 2007, p. 120).

Segundo Dauril Alden, o Rio Grande tinha papel fundamental dentro da política ultramarina portuguesa na América, visto que era uma região essencial para o acesso ao Prata, funcionava como proteção para a área das Minas, e era importante local de comércio (ALDEN, 1968, p. 104). Nesse sentido, podemos destacar que o Rio Grande de São Pedro, assim como todo o centro-sul, tinha forte vinculação econômica e social com o Rio de Janeiro.

A respeito da economia local, de acordo com Helen Osório (1999, p. 249), a formação de um grupo mercantil fixado no Rio Grande esteve diretamente relacionada com os interesses dos homens de negócio do Rio de Janeiro no comércio daquela área e na da Colônia do Sacramento,

bem como em novas oportunidades de negócio — em especial a arrematação de contratos — que o espaço do extremo sul começava a oferecer. Vários dos negociantes de grosso trato que se estabeleceram naquela cidade iniciaram suas carreiras no ultramar na Colônia do Sacramento, e a seguir criaram vínculos com o Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, a historiadora percebe que os principais negociantes do Rio Grande eram correspondentes, ou foram, em algum momento, sócios dos homens de grosso trato do Rio de Janeiro. As relações entre as praças meridionais e a do Rio de Janeiro eram bastante variadas,

sendo inclusive comum a criação de sociedades de comércio entre irmãos, um se fixando no Rio de Janeiro e outro no Rio Grande.

Quando falamos de fronteira, não podemos nos esquecer da região central do território, que também passava por um processo de delimitação de espaços, de ordenamento e de reestruturação político-administrativa e econômica, no século XVIII. Com a fundação da capitania do Mato Grosso, em 1748, este território, formado pelos distritos de Cuiabá e do Mato Grosso, passou a ser considerado a fronteira mais ocidental da América portuguesa. Essa capitania tinha algumas importantes particularidades, destacadas por Nauk Maria de Jesus (2006, p. 29):

era mineira como as Gerais e fronteira geo-política como o Rio Grande, mas diferenciava-se desses dois territórios por congregar essas duas características que demarcavam a sua especificidade no cenário imperial português. Portanto, Mato Grosso era uma *capitania-fronteira-mineira*.

A criação da capitania do Mato Grosso provocou alterações importantes, como o fato desse território passar a não estar mais sob influência da capitania de São Paulo, pois teria um governo próprio. A problemática da defesa das fronteiras foi fundamental para o desmembramento da capitania paulista e, conseqüentemente, para a origem das capitanias de Goiás e Mato Grosso, em 1748.

A medida foi justificada pelo Conselho Ultramarino, afirmando que o governo de São Paulo tinha sido criado apenas por ser “caminho” para as novas minas, mas, com as novas circunstâncias, era necessário que as minas tivessem um governo próprio, uma capitania que também seria capaz de articular-se ao território espanhol, e integrar a América portuguesa, ligando as bacias amazônica e platina. A Coroa lusitana buscava, assim, efetivar as suas conquistas, e também procurava conter o avanço das missões jesuíticas espanholas, que tentavam se estabelecer na margem direita do Rio Guaporé.

O primeiro governador da capitania do Mato Grosso foi D. Antonio Rolim de Moura, que recebeu instruções, em 1749, a respeito do governo. Inicialmente, deveria escolher local adequado para instalar o aparelho administrativo e fixar sua residência. Ele chegou à Vila Real em 1751 e, no final desse ano, seguiu para Mato Grosso.

Nas instruções, destacava-se a importância da parte noroeste da capitania, onde estava localizada a vila-capital, ou seja, o distrito do Mato Grosso, como sendo “a chave do propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru” (JESUS, 2006, p. 344). A capitania recém-criada era importante dentro do contexto de discussões do Tratado de Madri, como fronteira essencial nesse processo. Tinha o papel de “fechar” o interior através da defesa e, ao mesmo tempo, possibilitar as negociações com a América espanhola. Essa capitania seria, de acordo com Nauk Jesus, o espaço simbólico de coesão, visto que representava a ligação entre o norte e o sul do território.

Antonio Rolim de Moura recebia ainda recomendações, através da instrução, para evitar queixas e distúrbios que pudessem acontecer entre os súditos espanhóis e portugueses, uma vez que a capitania estava muito perto de áreas hispânicas, como as missões de Chiquitos, Moxos e do governo de Santa Cruz de La Sierra.

No período da demarcação do Tratado de Madri, o distrito do Mato Grosso foi tratado por Portugal como o fecho ou a “chave” do território americano. Essa identificação seria significativa, segundo Nauk Jesus, por esclarecer que se discutia no tratado a concretude da noção de território que os portugueses reivindicavam para si.

No tratado, não se definiam apenas fronteiras meridionais. A Espanha cedia, na área centro-norte, à Coroa lusitana, o que a mesma já havia ocupado: a bacia do Amazonas, o termo do Cuiabá e o distrito do Mato Grosso. No sul, Portugal abriu mão da Colônia do Sacramento, ficando com os Sete Povos. Para a historiadora Nauk Jesus, ceder o importante território da Colônia, que possibilitava

contatos comerciais relacionados ao gado e à prata só foi possível porque Portugal estaria ciente de que por outro caminho, a oeste, também conseguiria atingir as regiões comerciais hispânicas.

A entrega da Colônia já havia sido recomendada, no ano de 1737, pelo Conde das Galvêas, e o Tratado de Utrecht também continha uma parte que dizia que o Sacramento poderia ser devolvido, em troca de outro território a se definir. Foi a partir desta norma que Alexandre de Gusmão argumentou na época das negociações do Tratado de Madri (CORTESÃO, 1984). A preocupação com a manutenção da Colônia, para na ocasião mais conveniente trocá-la por um território equivalente, era uma constante nas ordens e intenções reais, nas décadas anteriores à execução do tratado de limites.

Na primeira metade do século XVIII, foram descobertas as minas cuiabanas e, em 1736, foi criado um caminho entre as Minas de Cuiabá e Goiás, ligando-as a outras áreas da América portuguesa. Assim, percebemos a importância da fronteira oeste nas negociações do tratado de 1750, e podemos destacar que, provavelmente, a Coroa portuguesa já sabia que seria viável dar continuidade às relações comerciais com o território espanhol pelo centro, tendo a capitania do Mato Grosso como um dos pontos de articulação (JESUS, 2006, p. 30):

A fronteira oeste era o espaço simbólico da coesão do Brasil, na medida em que representava a união entre o norte e o sul por meio das bacias platina e amazônica; era o lugar por excelência da linha demarcatória, representando a conquista do interior. Do mesmo modo, representava uma forma de consolidar os interesses econômicos, políticos e culturais lusitanos na fronteira. Essas características possibilitam afirmar que neste espaço de fronteira-mineira havia uma clivagem entre dois impérios ibéricos (Portugal e Espanha), entre dois estados (Brasil e do Grão-Pará), entre dois distritos (o Cuiabá e o Mato Grosso), entre duas vilas (Vila Real e Vila Bela), assim como entre as suas rotas de abastecimento.

Para governador da outra capitania dessa região, Goiás, vinha D. Marcos de Noronha, então governador de Pernambuco. Em 1748, D. Marcos passava pelo Rio de Janeiro, em marcha para Vila Boa, para tomar posse do governo de Goiás e interinamente do de Mato Grosso, enquanto não chegava Rolim de Moura. E, para aguardar a chegada dos dois, quem deveria ficar interinamente no governo daquelas capitanias, por ordem régia de 20 de dezembro de 1748, era Gomes Freire de Andrada (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, cód. 83 (PH 8), vol. 11, f. 270 v).

Constantemente preocupado com a defesa da região, Gomes Freire escrevia carta, no ano de 1762, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, pedindo sargento maior e ajudante pago para o novo regimento de cavalaria de Goiás, destacando que na referida capitania tais procedimentos eram muito necessários e úteis.

Sobre o assunto, Gomes Freire procurava esclarecer as dúvidas do Conselho Ultramarino em relação a mandar passar patentes aos oficiais desse corpo, por ele providos, afirmando “que da criação deste Regimento, a que Sua Magestade na sua formatura concedeo os privilégios de pago, e de que o mesmo Senhor o anno passado mandou advertir ao Conselho para não reputar este Corpo, como simples ordenança” (Carta de Gomes Freire de Andrada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 20 de maio de 1762. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 632).

Assim, a região oeste pode ser percebida como continuidade do processo de conquistas de fronteiras no território. Dessa forma, o trabalho em conjunto entre Gomes Freire e os governadores subordinados das capitanias centrais era fundamental para percebermos a busca por uma maior racionalidade administrativa nesse local tão essencial para o rearranjo administrativo do centro-sul da América portuguesa, que estava se delineando, com as mudanças jurisdicionais ocorridas e com a criação de novas capitanias.

FONTES

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro — Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763) — Códice 83 (PH 8) — volume 11, f. 270 v.

Biblioteca Nacional de Portugal — Coleção Pombalina, cód. 632 — Carta de Gomes Freire de Andrada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 20 de maio de 1762.

COSTA, Antonio Rodrigues da. Consulta do Conselho Ultramarino a Sua Majestade, no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antonio Rodrigues da Costa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo VII. Rio de Janeiro: IHGB, 1845.

CUNHA, D. Luís da. Instruções Políticas. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

REFERÊNCIAS

ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil**: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**, vol. 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batimais da Vila do Rio Grande (1738-1763). 2006. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos**: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778). 2006. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa — século XVIII. 2006. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

KÜHN, Fábio. Uma fronteira do Império: o sul da América portuguesa na primeira metade do século XVIII. **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa/Ponta Delgada, n. 8, 2007.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.** 1999. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

PEREIRA, José Esteves. Ilustração, pombalismo e poder. *In: Actas do Congresso “O Marquês de Pombal e sua época”.* Lisboa: Casa Marquês de Pombal — Casa Conde de Oeiras, 2001.

RIBEIRO, Mônica da Silva. **“Razão de Estado” e Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748.** 2006. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

RODRIGUES, José Damião. Das ilhas ao Atlântico Sul: a política ultramarina e a emigração açoriana para o Brasil no reinado de D. João V. **Anais de História de Além-Mar,** Lisboa/Ponta Delgada, n. 8, 2007.

Os rincões do Maranhão e as transformações na configuração da urbe de vilas e lugares (1757-1779)

Felipe William dos Santos Silva¹

OS RINCÕES MARANHENSES E O MUNDO ULTRAMARINO: À GUIA DE ESTUDOS

A experiência urbanística no Maranhão por volta da segunda metade do século XVIII reflete um período de transformações na paisagem do sertão, tendo como base os ditames do Diretório dos Índios (1757-1798), executados por Mendonça Furtado no vizinho Grão-Pará. Consequentemente, essas ações urbanísticas seriam igualmente concretizadas no Maranhão, num esforço para modificar o espaço de vilas e lugares, não apenas com o intuito de expandir a presença portuguesa, como também de “europeizar” (GÚZMAN, 2017, p. 53) os confins da Colônia. Além disso, tais reformas serviriam de modelo para a malha urbana de outras partes da conquista portuguesa na América, como as capitanias do Norte conforme os trabalhos de Chaves Júnior (2018) e Medeiros (2007) possuem como objeto de estudo, buscando adequar as diretrizes urbanísticas do Diretório às particularidades locais, o que evidencia a relevância deste momento histórico para a compreensão da urbanização na América portuguesa.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Pará. E-mail: fwsilva97@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1746315738180729>.

De modo geral, do ponto de vista historiográfico, a temática da urbanização é um objeto de estudo que já se explorou de diversas formas, derivando dessas pesquisas trabalhos importantes que ajudam a fomentar reflexões sobre a problemática das cidades coloniais no Brasil, podendo ser destacadas a dissertação de mestrado de Renata Malcher de Araújo, bem como a tese de Maria Fernanda Bicalho, trabalhos fundamentais para o entendimento e a compreensão que versas sobre o processo de urbanismo na América portuguesa². No entanto, no que toca a um esforço de sistematizar como tal processo se deu no Maranhão, mormente nesse período, encontra-se certa lacuna nas produções historiográficas, carecendo de um esforço de sistematização acerca de tal processo, a fim de traçar um panorama geral do urbanismo maranhense na segunda metade do século XVIII.

O trabalho, deste modo, tentará contribuir para sanar tais lacunas na historiografia, buscando centrar-se sobre o processo de transformação de vilas e lugares do Maranhão, tentando evidenciar a importância deste momento para a compreensão da conformação urbanística maranhense, buscando dotar os rincões de uma importância singular para as pretensões metropolitanas no Maranhão. Através de variados estudos sobre as dinâmicas nos rincões da Colônia, pode-se perceber a variada gama de relações que esses espaços podem engendrar com o mundo ultramarino colonial português. Sendo assim, por meio dessas perspectivas, Esdras Araes (2018, p. 195) se debruça acerca do processo que ele denomina de urbanização dos “sertões do Norte”, buscando auxiliar na compreensão de como se deu o processo de urbanização nessas regiões, como também busca descentralizar o olhar acerca do espaço tão somente voltado aos centros urbanos. Segundo o autor, a reestruturação espacial das capitânicas do Norte significaria não apenas uma adesão aos ideais iluministas de civilização, retirando os habitantes do que se chama “barbárie”, mas também uma ação interimperial

2 ARAÚJO, Renata Malcher de. As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998; BICALHO, Maria Fernanda. A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

que buscaria resguardar as fronteiras luso-americanas, sobretudo em virtude do Tratado de Madri, de 1750 e, por sua vez, a Coroa portuguesa viria a formular maneiras não apenas de povoar esses espaços representados como vazios, mas também de resguardar e controlar o território do império português nas Américas, se constituindo num divisor de águas no processo de construção e conformação do que hoje se chama o território brasileiro.

Para além tão somente da delimitação das fronteiras luso-americanas, tal tratado ensejaria um modelo de colonização, com vistas a tornar os territórios do Norte da América portuguesa um reduto da civilização e do desenvolvimento, em contraponto a um território visto como selvagem, incivilizado, o qual a luz do progresso ainda não atingira (GNERRE, 2006, p. 124). Encontramos agora no período do Diretório em que, a partir de mudanças propostas pelo Marquês de Pombal para a região do Norte da América portuguesa e sendo executadas pelo então governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, proporcionaria mudanças profundas no que diz respeito à economia, à política, ao comércio, bem como a fisionomia paisagística de vilas e lugares, aspecto sobre o qual este trabalho versa.

A fim de nos auxiliar para podermos construir a ideia central deste texto, destaca-se uma análise proposta por Cláudia Damasceno Fonseca (2012), em trabalho que examina o processo de ereção de vilas e lugares em Minas Gerais, de maneira particular, próxima às regiões mineradoras, que seriam intenso alvo das políticas metropolitanas. Do mesmo modo, outra pesquisa que podemos destacar é a de Maria Beatriz Piccolotto Bueno (2009), que analisa o processo de construção de vilas em São Paulo num espaço de três séculos e de como tal período é importante, a fim de que se compreenda o processo de interiorização na América portuguesa.

No que diz respeito aos estudos sobre o urbanismo no Maranhão colonial, é patente a falta de estudos que busquem sistematizar o processo de construção de vilas e lugares, mormente

no período do Diretório, momento que compreende intensas e importantes transformações no território maranhense. O período entre 1757 e 1779 permite pensar sobre um contexto muito singular na história do Maranhão: a mudança no que diz respeito à configuração territorial do Estado. Esta conjuntura é importante no sentido de compreender as alterações substanciais na política de ocupação do Estado, sobretudo no que se entende como fronteira leste, que compõe basicamente a parte sul do Estado do Maranhão que passará a se destacar nos interesses da Coroa para a região.

Sobre essa questão, existem alguns trabalhos que ajudam a pensar a maneira pela qual se pensou a ocupação do território maranhense, sobretudo na fronteira entre o Maranhão e Piauí. Chambouleyron e Melo (2013), em um estudo que realizam acerca da questão da fronteira no Maranhão na virada do século XVII para o XVIII, sublinham a importância de se compreender esse período como fundamental para o entendimento da conformação territorial do Maranhão. Do mesmo modo, podemos destacar alguns estudos que focalizam esse processo, enfatizando o conflito que engendraria colonos e indígenas pela ocupação das terras nas áreas fronteiriças maranhenses³.

A FUNDAÇÃO DE VILAS E LUGARES NO MARANHÃO COLONIAL: UM ESFORÇO DE SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO

A política da implementação de vilas, sob a égide do discurso da civilização e do pensamento iluminista, que traz em seu interior a ideia de razão, encontrará guarida nas instruções do Diretório, a começar por transformar aldeamentos em vilas, simbolizando não só a passagem do governo espiritual para o temporal, mas também a intenção

3 Ver ainda sobre esse processo: MELO, Vanice Siqueira de. "Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII). Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2011; ROLIM, Leonardo Cândido. "A Rosa dos Ventos dos Sertões do Norte: dinâmicas do território e exploração colonial". Tese de Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2019.

de incorporar os indígenas à sociedade colonial⁴. Essa consequente transformação de aldeamentos em vilas também causaria alterações na nomenclatura dos espaços, adquirindo nomes que pudessem aludir à Metrópole em substituição aos antigos nomes de origem indígena.

Fontes como o Livro de Registros de Fundações, Ereções e Poses de Vilas e o Livro de Registros de Cartas e Datas de Sesmarias buscarão nos auxiliar, a fim de que possamos realizar, neste trabalho, o esforço de sistematizar o processo da fundação de vilas e lugares no Maranhão colonial. Apesar da parca documentação selecionada, tais fontes permitem refletir sobre o período do Diretório no Maranhão, no que diz respeito à sua política urbanística, ainda pouco estudada pela historiografia, tendo como fio condutor um pequeno exame sobre a construção da urbe no Estado. De acordo com Santos (1999), já é possível perceber uma preocupação com o fenômeno urbano na porção lusitana da América por parte da Coroa a partir da primeira metade do século XVIII, o que o autor denomina de primeira experiência urbanística e a segunda experiência urbanística seria os desdobramentos das instruções pombalinas, que, entre elas, previa a organização e a racionalização de vilas e lugares, de modo a se adequar ao ideal de civilização que se encontrava em voga no universo europeu.

Todavia, o Maranhão não conheceria um planejamento na construção de suas cidades até o período do Diretório, sendo o primeiro esforço urbanístico maranhense de 1757, no período do Diretório, com a transformação da aldeia de Maracú em vila de Viana, durante o governo de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, sendo mais

4 Em relação ao Diretório pombalino, neste sentido, é importante destacar trabalhos que se constituem numa referência na área: COELHO, Mauro Cêzar. "Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios." Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2005; SAMPAIO, Patrícia Melo. Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: EDUA, 2011; ARAÚJO, Renata Malcher de. "A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos." Anais do Museu Paulista, São Paulo, N. Sér. v. 20, n. 1, p. 41-76, jan./ jun. 2012.

uma povoação a integrar as 13 vilas do chamado “sertões do Norte” (ARRAES, 2018, p. 198). Tendo as etapas de praxe como a nomeação de oficiais para gerir a vila, significando que Viana oficialmente se transformara numa povoação aos moldes do diretório pomba-lino, Maracú sofreria os primeiros efeitos da ação racionalizadora na qual o Diretório estava imbuído, a começar pelos princípios de civilidade para ocupar os cargos da burocracia levada à Viana, ressaltando o baixo nível de instrução da população do povoado:

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos cincoenta e sete annos na Vila de Viana [...] e denominada aos oito dias de Julho do mesmo ano em presença do Ilmo. Governador desta Capitania Gonçalo Pereira Lobato Souza fez convocar o Doutor Dezembargador Ouvidor Geral Corregedor e Provedor Diogo da Costa Silva a todos os moradores da mesma villa para effeito de se fazerem elleytores para ellegerem os Officiaes da Câmara que hão de servir este presente anno de mil setecentos cincoenta e sete, e considerando [...] o Ilmo. Governador e o sobredito Doutor Dezembargador Ouvidor Geral que a pouca civilização dos dittos moradores e compreensão [...] para na forma das leys votarem [...] e estes nos que hão de servir na República desta ditta villa para com a formallidade de direito se poder erigir o auto de pellouros na forma do estillo [...] que para maiz commodamente se fazer a elleição vista a ignorância dos ditos moradores fossem escolhidos entre elles os mais benemeritos para servirem na governança da República desta ditta villa (*Livro de Registros das Fundações, Ereções e Posses de Vilas, 1757-1767, fl. 4*).

A partir deste trecho é notável a delineação dos marcadores de diferenças entre reinóis e naturais da terra. Mais do que a racionalização dos rincões do Maranhão por meio da transferência do aparelho político-administrativo, o nível de instrução da população também interessava aos objetivos da Coroa, se tornando patente a pretensão de tornar o Maranhão um dos alvos das pretensões imperiais lusitanas de resguardar o território dentro de seus domínios. O fenômeno dessa alteração na fisionomia de vilas e lugares, influenciado sobretudo pelo Iluminismo europeu, adentra os longínquos rincões da Colônia, trazendo os ideais de cidade e de urbanização.

Posteriormente a Viana, várias aldeias foram transformadas em vilas, assim como lugares foram surgindo, em sua maioria, sendo proveniente de antigas aldeias, compondo o processo de crescente racionalização do espaço do sertão. Ao modo de Viana, também a vila de Monção é fundada dias depois, outrora chamada aldeia do Carará:

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e sete anos aos dezesseis dias do mês de julho do dito ano nesta aldeia chamada do Carará[...] foi vindo o Doutor Ilmo. Governador por ordem [...] de Sua Majestade para efeito de criar em vila esta dita Povoação como também de nela mandar levantar pelourinho [...] e denominando logo esta sobredita aldeia em Vila de Monção [...] (*Livro de Registros das Fundações, Ereções e Posses de Vilas, 1757-1767*, fl. 8).

O ato de erguer pelouros era um dos indicativos que simbolizam não apenas a autoridade e a presença portuguesas em um determinado território, mas também que a povoação estaria se elevando à condição de vila (GÚZMAN, 2017, p. 54). Subsequentemente a essas vilas, outras também surgiram e conseqüentemente expandindo o território maranhense, sendo também exemplo o caso de Doutrina, que se torna vila de Vinhais em agosto de 1757 e a vila de Guimarães, antiga aldeia de Cumã em 1758, evidenciando que o Maranhão busca consolidar sua paisagem urbanística na modificação do seu espaço, sobretudo em virtude dos esforços e ações empreendidas por Gonçalo Pereira Lobato e seu sucessor, Joaquim de Melo e Póvoas⁵.

5 O esforço de sistematização das datas de fundações de vilas também se encontram em Arraes (2018, p. 198), quando o autor aponta a fundação das vilas no Maranhão entre 1757 e 1759 : Vila Viçosa de Tutóia (1757) e os lugares de Lapela (1757), Lapa (1758), São Mamede (1758), Trezedelas (1758) e Araiões (1759). No entanto, segundo o Livro de Registros de Ereções, Fundações e Posses de Vilas, haveriam ainda outros lugares e vilas que surgiriam nesse período inicial do Diretório, tais como a Vila de Vinhais (1757), antiga aldeia de Doutrina e lugares, além dos citados, de São José de Ribamar, em agosto de 1757, São João de Cortês, em outubro de 1757 e São Pedro, em ano não especificado. E ainda há outras vilas, cuja data não foi possível precisar, devido à ilegibilidade do documento, que seriam as vilas de Santa Maria do Icatu e Paço do Lumiar.

Segundo Santos (2008), Gonçalo Pereira Lobato e Sousa se tornaria um governador que mais envidaria esforços para a concretização do Diretório no Maranhão. Para o governador, tais medidas representariam a revitalização do Estado diante da situação calamitosa que apresentava, situação esta que seria atribuída, substancialmente, à transferência da sede administrativa do Grão-Pará e Maranhão para Belém, antes capitaneada em São Luís. Desse modo, necessitou-se acionar as potencialidades do território maranhense, com vistas a lograr o desenvolvimento na região, em especial, as transformações ensejadas pelas reformas pombalinas no Grão-Pará, que por sua vez irá reverberar no processo de transformação de aldeias em vilas.

Por meio da transformação da paisagem urbanística objetivando não apenas buscar reproduzir Portugal nos trópicos, mas manter os interiores sob o seu controle, o império luso estendia cada vez mais seus tentáculos e as estruturas do Antigo Regime se faziam presentes até mesmos nos rincões mais longínquos da Colônia. No século XVIII, buscava-se ainda consolidar o processo de interiorização, mas agora sob o contexto de afirmação da presença portuguesa nos confins de seu império, como é o exemplo da criação da vila de Cuiabá, objeto de estudo da tese de doutoramento de Renata Malcher, um dos mais importantes trabalhos sobre o período (ARAÚJO, 2000). Sendo assim, o sertão começa a ser o centro das atenções, a fim de que a europeização das cidades coloniais brasileiras adentre tais lugares.

Neste ponto, se torna uma tarefa pertinente resgatar os sentidos pelos quais o vocábulo “sertão” possuía, por vasto tempo, dentro da historiografia, sobressaindo-se a concepção de um espaço vazio, inóspito, despovoado, distante dos grandes centros, conforme Janaína Amado aponta. Notando-se a intensificação no processo de ocupação desses interiores, a autora afirma que as categorias litoral e sertão, de maneira geral, no período colonial, possuíam uma certa ambiguidade, sendo estas opostas e complementares simultaneamente, uma existindo em função da outra:

Opostas, porque uma expressava o reverso da outra: litoral (ou “costa”, palavra mais usada no século XVI) referia-se não somente à existência física da faixa de terra junto ao mar, mas também a um espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, habitado por outros povos (índios, negros), mas dominado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização [...] Ambas foram categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), “sertão” esvaziava-se de sentido, tornando-se ininteligível, e vice-versa (AMADO, 1995, p. 148-149).

É notório que, mais uma vez como, além de o sertão ser atrelado à um espaço vazio e distante, também é representado como um lugar incivilizado, distante dos modos de viver que a Metrópole busca consubstanciar nos territórios sob seu controle. Para a Coroa, era necessário inserir o sertão no ritmo do sistema colonial, buscando racionalizar os rincões e, conseqüentemente, alterando a paisagem das vilas e lugares.

Não seria apenas por meio de ereções de vilas e lugares que o sertão do Maranhão adquiriria um “caráter urbano” (FONSECA, 2012, p. 82). O estado também teria seus caminhos dilatados, para utilizar uma expressão de Bueno (2009), através de solicitações de cartas de sesmarias, sobretudo a partir de 1768, momento em que disparam o número de solicitações por meio dos moradores, de acordo com o que se pode ser observado até mesmo no resumo dos documentos disponibilizados no Projeto Resgate, até o ano de 1774, momento em que o Piauí passa a pertencer ao Maranhão, entrando em outra fase administrativa. Esse pequeno intervalo de tempo pode evidenciar outro momento no processo de dilatação dos caminhos no território maranhense, uma vez que é possível verificar a intensificação de solicitações de terras por parte dos moradores junto à Coroa. Se em 1757, a criação de vilas e cidades seria um ato oficial até pelo menos até a primeira metade da década de 1760, sobretudo até 1767, a partir desse mesmo ano haveria um crescente

e intenso interesse por parte dos moradores em satisfazer seus inúmeros interesses, utilizando variados argumentos que justificassem a concessão dessas terras por parte da Coroa.

Em parte esse contexto deve ser explicado em razão da expansão do cultivo de arroz e do algodão (rizicultura e cotonicultura). Segundo Mota (2007, p. 73), muitas fazendas da capitania do Maranhão produziam esses gêneros destinados ao mercado externo, já que haveria uma intensa valorização deles na segunda metade do século XVIII, havendo um crescente interesse entre 1760 e 1778, além da produção de gado que se tornaria proeminente na capitania, sobretudo após a incorporação do Piauí ao Maranhão.

É notório que o cultivo desses gêneros para exportação seria um dos pilares fundamentais para a expansão da capitania, conforme Santos (2008), Mota (2007) e Silva (2016) afirmam, mas também é igualmente importante levar em consideração a constituição de sítios e fazendas, sobretudo próximos aos rios, que também seriam germes das futuras vilas e lugares, a exemplo da Fazenda Anindiba, antes pertencentes aos jesuítas, que elevou-se à categoria de vila, denominada Paço do Lumiar (*Livro de Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas*, p. 106). A construção de caminhos para facilitar a expansão da produção de gêneros alimentícios, introduzindo o Maranhão num modelo agro-exportador, tornando os sertões instrumento de pretensão dos projetos metropolitanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o interesse pelos estudos que versem sobre a urbanização no Maranhão colonial esboce uma leve reação, ainda assim tal esforço é insuficiente para dar conta da complexidade do processo, que envolve uma série de questões conjunturais que devem ser levadas em consideração. As fontes aqui apresentadas apresentam um leque de

possibilidades que tornam frutíferos estudos e pesquisas que enfatizem sobre a configuração da urbe nos rincões do Maranhão, estes, por sua vez, ainda à guisa de serem estudados de forma mais aprofundada.

Havendo dois momentos na conformação urbanística da paisagem das vilas e lugares do Maranhão, tal momento se constitui em uma chave para se entender o Diretório na capitania e suas ações frente ao projeto de colonização dos rincões maranhenses. Por meio da intensificação da colonização em direção aos rincões da Colônia, os ditames das legislações pombalinas — de certa forma fincadas no ideal de civilização pensadas para os territórios ultramarinos luso-americanos —, bem como o processo de transformação de aldeias e lugares em vilas contribuiriam, em grande parte, para a configuração urbanística do território maranhense, emprestando aos seus longínquos e distantes rincões um “caráter urbano”, sobretudo entre 1757 e 1779, momento de maior intensidade desse processo. Nesse período, o Maranhão iniciaria uma nova fase urbana, na tentativa de imprimir a fisionomia das cidades europeias nos trópicos, conforme foram os casos das vilas de Viana e Monção, antes aldeamentos, que configuraram-se em vilas, institucionalizando não apenas a presença da Coroa da América portuguesa, que se traduziu não apenas no resguardo de seu território, mas também na ocupação e da adaptação do aparelho administrativo às particularidades locais dos rincões maranhenses, mas também a “europeização” do sertão.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. “Região, sertão, nação”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método**. Tese de Doutorado em História da Arte, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

ARRAES, Esdras Araújo. “As vilas de índios dos sertões do norte e do estado do Maranhão: desenho, território e reforma urbana no século XVIII.” **Antíteses**, Londrina, v. 11, n. 21, 2018, p. 193-216.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, N. Sér. v. 17, n. 2 (jul./dez. 2009), p. 251-294.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. “Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII)”. **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 167-200, jan./jun. 2013.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. “Reforma dos territórios e das jurisdições nas capitanias do Norte do Estado do Brasil: as atuações do capitão-general Luís Diogo Lobo da Silva e do “juiz de fora” Miguel Carlos de Pina Castelo Branco na aplicação do Diretório dos índios (1757-1764)”. *Locus*: **Revista de História**. Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 93-120, 2018.

FONSECA, Claudia Damasceno. “Urbis e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos na Minas setecentista”. **Anais do Museu Paulista**, N. Sér. v. 20. n. 1. p. 77-108 jan./jun. 2012.

GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. “No sertão do Maranhão, o império das Américas: planos racionais de povoamento nos roteiros de viagem do Grão-Pará e Maranhão do século XVIII”. **Morus** (UNICAMP), v. 3, p. 113-132, 2006.

GÚZMAN, Décio de Alencar. “La primera urbanización de los “Abunás”. Mamelucos, indios y jesuitas en la ciudades portuguesas de la Amazonia, siglos XVII e XVIII”. **Boletín Americanista**, ano LXVII, 2, n. 75, Barcelona, 2017, p. 53-73.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. “Política indigenista do Período Pomбалino e seus reflexos nas Capitanias do Norte da América portuguesa”. *In*: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MEDEIROS, Ricardo Pinto de (Org.). **Novos olhares sobre a capitania do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Editora UFPB, 2007, p. 125-159.

MOTA, Antônia da Silva. “**A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na capitania do Maranhão**”. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. “**Para viver em povoações bem estabelecidas**: um estudo sobre a política urbanística pombalina”. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Paraná, 1999.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “**O governo das conquistas do norte**: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)”. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Mairton Celestino da. “**Um caminho para o Estado do Brasil**: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e do Piauí, 1600-1800”. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

Ancestralidade judaica: a influência de reminiscências do período colonial na formação social de famílias do sertão cearense

Maria Ednanda Rodrigues Lopes¹

INTRODUÇÃO

A proposta de análise social e histórica, aqui discutida, busca no subterrâneo da memória de homens e mulheres, descendentes de judeus sefarditas, rememorar a trajetória de vida dos seus ancestrais que vieram se refugiar no Brasil colonial, nos idos do século XVIII, em decorrência das perseguições perpetradas pelo Tribunal do Santo Ofício Ibérico, com aquiescência da Coroa Portuguesa e Espanhola. O desenvolvimento da abordagem converge para um núcleo temático cujo eixo tem como cerne a investigação da realidade social e cultural dos descendentes e a de seus ancestrais de origem judaica, especialmente o processo de formação de algumas famílias da região metropolitana de Sobral no Ceará, com ancestralidade judaica. Nesse sentido, a pesquisa tem por principal escopo desvelar questões que envolvam a memória histórico-cultural de certas famílias cearenses e as possíveis influências dessa origem, sobretudo para a produção imagética judaica na realidade investigada, a partir de um passado

¹ Graduação em Ciências Sociais Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Especialização em Ensino de História do Ceará pela mesma Universidade, Mestranda do PPGS da Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista FUNCAP. Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8978731568057639>. E-mail: ednanda7@yahoo.com.br.

ora lembrado nos relatos dos entrevistados; buscar-se-á também compreender o significado e razão dados pelo grupo sobre certos usos e costumes expressados; sob que valores e crenças os descendentes fundamentam a história de seus ancestrais. As proposituras aqui levantadas estão ancoradas à luz de aportes teóricos de renomados autores, que corroboraram para a tessitura e aprofundamento da pesquisa, a qual foi confirmada em consultas nas documentações primárias, nos acervos públicos, privados, cartórios, museus, igrejas.

JUDEUS SEFARDITAS: DIÁSPORA DO VELHO AO NOVO MUNDO

No século XVI, a imigração ao conhecido “novo mundo”, porém moldado sobre velhos preconceitos”, representou um novo êxodo, outra vez, motivado pela intolerância religiosa, pelas oscilantes reviravoltas no posicionamento político dos monarcas e nobres lusos, com a implementação de uma série de medidas arbitrárias, dentre elas: restrição da liberdade de culto, confisco de bens, o uso de um traje, “sambenito”, que definia a condição de hereges, até a prática de torturas psíquicas e físicas que culminavam em alguns casos, no suplício do prisioneiro durante os autos-de-fé na fogueira. Nesse período da história, numerosos judeus sefarditas foram expulsos de Portugal, em meados do século XV e começo do século XVI. A vinda para o Brasil dos Cristãos-novos Ibéricos, advindos da Espanha e Portugal, segundo Grinberg (2005) faz parte da história do Brasil desde o “descobrimto”. De 1500 até a segunda metade do século XX, os judeus e os cristãos conversos, muitos dos quais convertidos à força ao Catolicismo em seus países de origem, elegeram o Brasil para sua nova morada.

Ao tratar sobre as diásporas e suas implicações psíquicas e no campo material, observa-se que:

Nos fenômenos migratórios, as implicações psicossociais de uma mudança imposta como medida de sobrevivência deixam, em geral, pouca margem para a recriação concreta do mundo anterior. Há uma tendência à desintegração das estruturas preexistentes dos grupos que se transladam. Fragilizadas em seus vínculos tradicionais, essas estruturas ficam permeáveis à absorção de novos elementos que interagem com os antigos referenciais, provocando mudanças. Considera-se que essa é a base fundamental da “continuidade” do mundo judaico (KAUFMAN, 2000, p. 5).

Numa visão processual, nem indivíduo nem sociedade existe como um objeto a priori, surgem desprovidos de objetivos, um não existe sem o outro, mas se completam. É interessante que se estabeleça um elo entre o passado e o presente, para que se explique fenômenos de resurgências que transbordam as tradições ancestrais mesmo em contato com outras culturas, pois, “[...] afinal esses destinos singulares cruzam-se, misturam-se, convergem e divergem, entrelaçam-se, conjugam-se e disjuntam-se num formigamento de inter-relações partilhadas ou opostas, de solidariedade ou traições” (WACHTEL, 2009, p. 33).

As autoras Grinberg (2005) e Novinsky (2005), estudiosas da mentalidade do marranismo no Brasil, corroboram com o pensamento de Wachtel (2009) e doravante confirmam a indelével presença de resquícios da presença judaica no Nordeste, revelando práticas e hábitos de Cristãos-Novos e Marranos no dia a dia de descendentes que guardaram nos subsolos da memória, práticas que remontam aos seus ancestrais; memórias que foram silenciadas, resignificadas, algumas sobreviveram ao esquecimento e permaneceram presentes nos resíduos de representações marranas. Esses traços do passado nos transportam para o presente, são justapostos, estão em conexão, num processo de transmutação ou remissão. Sobre os cristãos-novos e marranos, Novinsky (2005), diz que um grupo significativo de Cristãos-Novos teriam com o tempo esquecido sua memória judaica e a razão de suas práticas que eram visivelmente judaicas. Outros, embora em menor número, conse-

guiram guardar e reproduzir geração após geração, em seus lares, muito às escondidas, ritos tradicionais judaicos, foram uma minoria plenamente consciente que se fez e/ou foi ocultada.

Novinsky (2005) enfatiza que uma grande parte dos Cristãos-Novos conseguiram a difícil tarefa de desapegar-se de seus próprios valores morais, étnicos e religiosos, fundamentados na crença proibida, numa estratégia de sobrevivência em face à realidade forjada pelos donos do poder, os quais normatizavam as minorias num processo de assimilação e introjeção forçosa da doutrina católica, que se dava em casos de negação por meios arbitrários, punitivos. Os cristãos-novos sofreram um processo assimilativo dos preceitos doutrinários do cristianismo de modo a professar o catolicismo sucessivo, gradual e cumulativo, nesse caso, a devoção ao catolicismo reverberou nos âmbitos privado e público, seja por medo, por razões políticas, financeiras e até sentimentais.

FORMAÇÃO DE FAMÍLIAS DESCENDENTES DE JUDEUS “CRISTÃOS-NOVOS” DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOBRAL

Fontes historiográficas e orais que versam sobre a trajetória da vila de Sobral, no século XVIII, relavam que o Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa, era natural da cidade de Goiana em Pernambuco e veio residir em Sobral no século XVIII. Segundo Lira (1988, p. 12) o seu processo migratório para o Ceará, teve como provável razão, a busca por um lugar seguro para comercialização e moradia, longe das perseguições de cunho antisemita. Embora não se tenha como precisar o ano da chegada de Xerez à Sobral, se sabe que consta no termo de criação da nova vila de Sobral a assinatura dele, datada aos cinco dias do mês de julho do ano de 1773. É ainda sabido que em 23 de maio de 1757, quando o Capitão Antônio Rodrigues, fez a doação do patrimônio da Igreja de Nossa Senhora da Conceição,

José de Xerez Furna Uchoa, então Sargento-Mor, assinara como testemunha do termo de doação. Os documentos são provas contundentes de que Xerez já vivia em Sobral antes mesmo da elevação da Caiçara a Vila Distinta e Real de Sobral. Ao longo de sua trajetória na antiga vila de Sobral, foi representante da câmara de vereadores, juiz ordinário, juiz de órfãos, capitão-mor da vila por mais de uma vez e proprietário do sítio Santa Úrsula, localizado na serra da Meruoca, distante 5 km de Sobral. Nesse período, os donos de sítios em sua grande maioria eram detentores de títulos de terras e exerciam o seu poder e influência na vida social e na política local. Inclusive, sendo bem tênue a relação entre poder econômico e poder político, fato que fez desses latifundiários e homens de negócios a personificação do poder régio na região (OLIVEIRA, 2015, p. 20).

Em documento que se encontra disponível no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica — NEDHIS/UVA — revela que por volta de 1780, os moradores da vila de Sobral confeccionaram e encaminharam uma carta-denúncia, endereçada à rainha D. Maria I de Portugal, contra o capitão-mor das Ordenanças José de Xerez da Furna Uchoa, por conduta transgressora e incoerente ao exercício de seu cargo público, que deveria zelar pela segurança militar da vila, exercer atividades relacionadas à formação de Companhias de Ordenanças, treinamento dos homens com arma, e inspeção nos seus distritos, sob a inspeção do governador. De acordo com o teor do texto, Xerez não era confiável, justo, obediente aos ditames do poder régio e nem fiel aos filhos de Portugal. Num fragmento do referido texto, diz: “ein Justiças porSer homem de Condição ferina emal intencionado Maior mente Contra os filhos de Portugal, Sendo estes os primeiros descobridores e cultivadores destes Remontados Certoins para Augmento da Real Coroade VMagestade²⁴”.

2 Representação dos moradores da vila Real de Sobral à rainha (D. Maria I) em que se queixam dos vexames e injustiças cometidos pelo capitão-mor das Ordenanças da referida vila, José de Xavier Furna Uchôa. 5 de outubro de 1780. AHU_CU_Ceará. Cx. 09, doc. N^o 572.

É possível partir da hipótese que a intolerância e repúdio a Xerez estavam embebidos de uma mácula moral, estigmatizante, que se sobrepôs em dadas circunstâncias ao seu capital econômico e a sua grande influência no meio político. Em 1778, Xerez foi também rechaçado por membros do poder local em decorrência de sua radical objeção em não cumprir uma lei régia, que determinava a imediata incorporação de terras da serra da Meruoca e Uruburetama ao patrimônio da câmara de vereadores da vila de Sobral. Xerez descumpriu a determinação e foi o mais relutante na defesa de seu patrimônio, no caso, o sítio Santa Úrsula. Inclusive, numa das versões creditadas pela historiografia de Sobral, tal desobediência, incorreu na prisão e degredo de Furna Uchoa para a África. Noutra teorização o motivo por causa do descumprimento de uma lei régia é uma cortina de fumaça para velar a real motivação, a saber, o sangue perseguido judeu.

Num tom confessional e biográfico, Xerez, escreve sobre as memórias genealógicas de sua parentela, levando 12 longos anos de sua vida, numa pesquisa árdua, dispendiosa financeira e mentalmente, de muita paciência nos arquivos de cartórios em diferentes regiões da Colônia, nos assentos batismais, assentos de casamentos, obituários etc. Xerez objetivava, ao escrever sua genealogia, demonstrar e provar que não havia nenhum resquício de sangue judeu na sua genealogia mais remota, evocando ao contrário, seus ancestrais pertencentes ao clero, no caso (Papa Adriano VI), familiares membros de Irmandades ou Ordens religiosas, especialmente. Em seus escritos, omitiu sua descendência e de sua esposa Ignez de Vasconcelos Uchoa, originária do casal emblemático dos cristãos-novos no Brasil, Diogo Fernandes e Branca Dias. Xerez negava descender de judeu e/ou cristão-novo, grupo étnico reprovável socialmente a época. A manutenção do segredo foi uma estratégia utilizada pelos Cristãos-Novos de Sobral para a preservação da origem judaica, isto por representar mácula moral na conjuntura vivida à época de modo a comprometer a integração efetiva e harmoniosa em sociedade (LIRA, 1988).

Ainda segundo Lira (1988) a intervenção dos mais valorosos amigos não foi suficiente para suspensão da pena que foi aplicada ao Xerez. O mesmo foi degradado para África, onde passou sete anos sofrendo duros castigos. Seus amigos conseguiram livrá-lo através de uma vultosa soma em dinheiro. Chegou a voltar a Sobral onde morreu pouco tempo depois debilitado pelos castigos infligidos no cárcere. Atualmente, a Casa do Capitão-Mor José Xerez de Furna Uchoa é um patrimônio histórico da cidade de Sobral.

Sobre os indícios da presença judaica no Brasil, na região Nordeste, especificamente em Pernambuco, donde depois de instalados, conjectura-se que muitos imigraram para o sertão Cearense. Kaufman (2000) esclarece que:

Pesquisas recentes têm revelado que, em regiões do interior de vários estados do Nordeste, alguns grupos apresentaram indícios de terem origem judaica. Embora sejam obscuras as informações sobre a presença de judeus, cristãos-novos ou cripto-judeus em Pernambuco, no período da expulsão dos holandeses e meados do século XIX, as pistas encontradas poderão ser objeto de proveitosos estudos (KAUFMAN, 2000, p. 28).

A autora mencionada se refere ainda, dentre outros, as tradições originárias no judaísmo que são presentes no cotidiano de muitas famílias do Ceará, mesmo tendo perdido o laço religioso, foram preservados ainda que inconscientemente ao longo das gerações, independentemente do próprio fator circunstancial e contextual.

Novinsky (2005) diz que a alternância entre vidas assumidamente judaicas e marranas, praticando judaísmo em segredo, com costumes variados, unificados pela “camuflagem” de seu teor judaico, gerou comportamentos e aspectos culturais (abrangendo rituais, superstições, ditados populares etc.) que se arraigaram à cultura nacional. A maioria da população desconhece que muitos costumes e dizeres que fazem parte da cultura brasileira têm sua origem em práticas criptojudais.

A respeito da “secularização do judaísmo religião” e a “sacralização do judaísmo cultura”, Kaufman (2000) expõe,

O “ser judeu” na América portuguesa, nos primórdios do Brasil colônia e o “ser judeu” no Brasil contemporâneo possuem um fundamento comum: os cristãos-novos dos primórdios do Brasil português e judeus ibéricos sefarditas do período flamengo, assim como os judeus ashkenazitas dos séculos XIX e XX, para alcançarem a integração utilizaram como fórmula o deslocamento da essência do judaísmo: da religião para a cultura. Como não podiam institucionalizar a prática religiosa, buscavam nas referências culturais dessa religiosidade a concretização das aspirações do judaísmo. A “secularização do judaísmo religião” e a “sacralização do judaísmo cultura”, nos distintos períodos, foram utilizadas como recurso para possibilitar a integração na sociedade local (KAUFMAN, 2000, p. 185).

Na concepção da autora as trajetórias diversas das três diásporas realizadas pelos judeus mencionados, é possível observar traços comuns. No processo de integração com o novo meio social, cultural e religioso houve alterações e adequações do conjunto de crenças, valores étnicos e religiosos pertinentes ao sistema simbólico dos judeus e/ou cristãos-novos no contato com a sociedade receptora.

Nesse sentido, a introdução de uma nova visão de mundo, uma nova lógica, resultou na singularidade desenvolvida de forma diferente do ponto vista do judaísmo mais ortodoxo, tradicional, ocasionado pelo processo de integração, interação, possibilitando a elaboração da identidade cultural, a partir do eixo temporal e espacial. Isto originou a internalização de elementos novos ao “ser judeu” que provocou a “sacralização do judaísmo cultura”.

Nesse processo de ser afetado e afetar na produção e elaboração dos costumes, crenças, hábitos e valores étnicos e morais, existe uma dinâmica que cria e recria o modo do homem se ver e estar no mundo em contato com outros homens, na busca de algo que

diferencie sem cercear a interação e a aceitação pelos não iguais, possibilitando o sentir pertencente a algo e/ou grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pela escolha da temática apresentada se deve pelo ímpeto e inquietude da pesquisadora em desbravar a história de vida dos seus ancestrais, visto que, no seu grupo familiar era manifesto o desconhecimento acerca da árvore genealógica a partir do seu tetravô que acredita ter sido o Cristão-novo patriarca da família, vindo de Portugal fixar residência em Sobral, provavelmente na condição de refugiado. Considera-se uma condição necessária, mas extremamente dolorosa, reconhecer o familiar como estranho ou o estranho como familiar, quando se está observando de perto e de dentro (MAGNANI, 2002) numa condição de pesquisador que é sujeito e objeto nas instâncias da pesquisa. Mas é inerente que a subjetividade do sujeito da pesquisa é parte integrante da realidade estudada, inevitavelmente.

Acredita-se que seria também importante fazer um levantamento bibliográfico em instituições especializadas sobre a questão judaica: no Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, Arquivo Nacional Torre do Tombo online; realizar buscas nos manuscritos primários, jornais, revistas, inventários, assentos de batismo, casamentos e livros de óbitos etc. No campo de pesquisa, o pesquisador constrói a sua fonte, planeja como se dará a coleta de dados, faz a seleção dos entrevistados, delimita os assuntos a serem tratados. Mas, por outro lado, tendo por base a dinamicidade e mudanças ocorrentes em campo e/ ou pela própria natureza dos sujeitos sociais, é notória a variedade de discursos de um entrevistado ao outro, cada um proporcionando uma visão subjetiva, parcial da realidade que estão inseridos, que na maioria dos casos não comunga com os princípios que norteiam a base de escolhas feitas pelo próprio pesquisador.

Enfim, considerando as mudanças próprias ao campo de estudo, é muito complexo pontuar objetivos prévios. Contudo, a similitude quanto às práticas manifestas pelas famílias da região metropolitana de Sobral com as práticas próprias do judaísmo estão presentes não somente na religião, mas é extensivo aos ritos matrimoniais, culinária, objetos simbólicos, ritos fúnebres, linguística etc. Em tais ritos e costumes se apresentam práticas presentes pelas tradições das famílias cearenses da microrregião de Sobral. Inclusive, a influência da cultura judaica dos ancestrais de origem judaica cristã-nova, será objeto de análise para pesquisas vindouras.

Nesse sentido, tais questões mencionadas, poderão ser colocadas em prática à medida que surjam ao longo das visitas e entrevistas que se farão em campo, dependendo também da relação que se construa entre pesquisador e pesquisado. Na prática das ciências humanas não se pode deixar de considerar a fragilidade, flexibilidade e inconstância dos seres envolvidos nesse processo, por isso fica difícil traçar de modo preciso o que ainda precisa ser confeccionado.

REFERÊNCIAS

- GRINBERG, Keila. **Os judeus no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2005.
- KAUFMAN, T. N. **Passos Perdidos, História Recuperada**. A presença judaica em Pernambuco. 4. Ed, Recife. Editora Bagaço, 2000.
- LIRA, Mendes João. **A presença dos judeus em Sobral e circunvizinhanças e a dinamização da economia sobralense em função do capital judaico**. Sobral, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, Rio de Janeiro, 1988.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, 2002..
- NOVINSKY, Anita. **Cristãos-Novos na Bahia**. São Paulo, Contexto, 2005.
- OLIVEIRA, Adriana Santos de. **Pecuária, agricultura, comércio**: dinamização das relações econômicas no termo da vila de Sobral (1773-1799) — 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

WACHTEL, Nathan. **A Fé da Lembrança**. Labirintos Marranos, Lisboa, Editorial Caminho, 2009.

**CENTRO DE REFERÊNCIA HISTÓRICA E CULTURAL DE
SOBRAL — CASA DO CAPITÃO-MOR.**

Certidão de Óbito. José Xerez Furna Uchoa. Sobral-CE, 1797. Certidão de Casamento — José Xerez Furna Ochoa/Rosa de Sá Oliveira. Sobral-CE, 1747.

**NEDHIS — NÚCLEO DE ESTUDOS E
DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA.**

Fórum Municipal de Sobral. Processo. Inventário Pós Mortem de José Xerez Furna Uchoa José Xerez/ Rosa de Sá Oliveira. Sobral-CE, 1826.

Livro de Provimentos da Câmara de Sobral. Provimento 1. Sobre o estabelecimento de Patrimônio de Câmara nas terras das serras de Meruoca e Uruburetama. NEDHIS/UVA.

Entre verbetes e canhões: os padres tapuitinga e a política pombalina na Amazônia portuguesa (1753-1757)

Karl Heinz Arenz¹

INTRODUÇÃO

Na virada do ano de 1755 para 1756, o jesuíta alemão Anselm Eckart, missionário no rio Madeira, recebeu duas cartas sucessivas do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado: uma com a data do dia 31 de dezembro e a outra com a do dia 1º de janeiro. Se a primeira missiva comunicava a transformação da Missão de Trocancó em Vila de Borba a Nova, a segunda cobrava informações acerca dos bens da antiga missão (MENDONÇA, 2005, p. 64-65). Estes dois bilhetes deram início à laicização das aldeias catequéticas na Amazônia que, até então, estavam sob a administração de diversas ordens religiosas, dentre as quais se destacava a Companhia de Jesus. De fato, a criação de vilas sob autoridade civil foi uma das medidas-chave da política reformadora, concebida pelo secretário régio Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, e estava sendo implementada por seu irmão, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado (MAXWELL, 1996; DIAS, 1984; FALCON, 1982).

¹ Professor de História, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém.

No contexto desta transformação, nos interessa, sobretudo, a pessoa e a postura do padre Anselm Eckart. Ele fez parte de um grupo de jesuítas que chegaram à Amazônia portuguesa nos primeiros anos da década de 1750. De diversas origens centro-europeias, esses padres eram chamados de *tapuitinga* pelos índios, como um deles, o padre Davi Fáy, observa numa carta de julho de 1753 (RÓNAI, 1942, p. 268-269):

Tapui significa bárbaro; por isso se alguem da o nome ao povo daqui, não gostam, embora êles nos dêem o mesmo nome a nós outros que somos brancos, mas não lusitanos: mas acrescentam ao nome a palavra tinga, que significa branco, donde Tapuíringa [*sic*], isto é, bárbaro branco. Aos lusitanos chamam, mais honestamente, de caraibas, o que também significa branco, mas a palavra tem origem mais elevada, pois vem de caraibebé, que significa anjo. No entanto gostam mais de nós e sabem distinguir entre nós e os lusitanos. Um índio veio ao Maranhão, da aldeia de Pindaré; estando todos nós no quarto do P. João Szluha, veio ter conosco, abraçou-nos disse a cada um de nós: Tapuitinga Katu, Tapuitinga Katu, isto é: o bárbaro branco é bom, o bárbaro branco é bom, rindo e pulando de alegria.

Esta diferenciação entre religiosos portugueses e não portugueses não foi somente feita pelos índios, mas também pelas novas autoridades que questionaram a lealdade e confiabilidade dos “alemães”, como foram chamados, com respeito às novas medidas sociopolíticas e geoestratégicas. Até o presente, a historiografia não analisou a fundo o complexo processo de secularização das missões que, aliás, implicou muitos tapuitinga; fora o padre Eckart, sobretudo seus confrades Anton Meisterburg e Laurenz Kaulen. De fato, a emancipação dos índios e o afastamento dos religiosos da administração das missões, em junho de 1755, constaram entre as primeiras decisões, sendo seguidas pela transformação dos aldeamentos em vilas e a “civilização” dos indígenas conforme o Diretório dos Índios (SAMPAIO; SANTOS, 2008, p. 88-91). Quanto aos tapuitinga, acusados de oposição obstinada às novas leis, notadamente, as que concerniam a entrega dos bens das missões e a cessão de trabalhadores indígenas, mas também

a promoção da língua portuguesa, acabaram sendo desterrados em 1757, dentre eles Eckart, Meisterburg e Kaulen (ARRILLAGA, 2003; ARRILLAGA; ARENAS, 2007; 2009).

O presente trabalho visa analisar, de forma específica, o embaixado entre o padre Anselm Eckart e o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado em torno da estratégica localidade de Trocano/Borba a Nova no rio Madeira, perto da confluência com o Amazonas. O fato de o inaciano alemão estar atuando em uma missão situada num corredor fluvial relevante, que interliga a calha amazônica com os domínios da coroa castelhana ao sudoeste e as minas de Mato Grosso ao sul, explica a preocupação da nova administração com a presença de um padre estrangeiro e relativamente inexperiente. Além disso, o evidente interesse de Eckart pelas línguas indígenas pode ter sido outro fator para a desconfiança a seu respeito. Desta feita, a análise dos eventos em torno de Trocano/Borba a Nova contribui a compreender melhor o amplo processo de transição de missão a vila, que, até agora, foi principalmente tratado pela historiografia tradicional de tendência apologética (LEITE, 1943; AZEVEDO, 1901).

O presente texto parte basicamente da correspondência do governador Mendonça Furtado e de diversos escritos do padre Eckart, sobretudo suas anotações pessoais e uma publicação posterior de suas experiências vividas na Amazônia. Também, vários trabalhos acadêmicos sobre a atuação dos jesuítas centro-europeus foram consultados. A análise aponta que, apesar da nova legislação com objetivos bem definidos, a incerteza quanto ao futuro engendrou diversos mal-entendidos entre os protagonistas, isto é, autoridades e religiosos.

DO RENO AO AMAZONAS

A trajetória do jesuíta Anselm Eckart foi profundamente impactada pelas reformas pombalinas em Portugal e, também, pela sucessiva supressão da Companhia de Jesus, entre 1759 e 1773. De fato, esta instituição de vocação universal estava na mira das novas políticas de

tendência protonacional. Anselm Franz Dominik Eckart nasceu em 4 de agosto de 1721, em Mogúncia (Mainz) ou na cidade vizinha de Bingen, no vale do Reno, filho de uma família tradicional e politicamente influente no Eleitorado de Mogúncia,² um dos muitos principados do Sacro Império Romano-Germânico. Seu pai era, Franz Peter Eckart, conselheiro do eleitor-arcebispo, e sua mãe Maria Adelheid Eckart. Um pouco antes de completar dezenove anos, Anselm entrou, em 12 de julho de 1740, no noviciado na Companhia de Jesus, percorrendo, em seguida, as etapas formativas habituais: filosofia (1742-1743), regências (1743-1747) e teologia (1748-1751). Ordenado sacerdote em 1751, ele partiu, no ano seguinte, para Lisboa, pois seu destino missionário foi a Vice-Província do Maranhão. Na corte portuguesa, ele foi recebido pela rainha-mãe D. Maria Ana de Áustria (MIRANDA; MIRANDA, 2014, p. 2014, p. 224-226, 282-285). Esta, influenciada pelo padre austríaco Rochus Hundertpfundt, que tinha sido procurador da Vice-Província na metrópole em 1749 e 1750, estimulava o envio de jesuítas centro-europeus para a colônia amazônica. Alguns meses depois, em 1º de junho de 1753, Eckart embarcou para o Maranhão, junto com cinco padres centro-europeus (Dávid Fáy, János Szluha, József Kayling, Martin Schwarz e Heinrich Hoffmann), além de oito estudantes escolásticos e três coadjutores temporais portugueses. Esse grupo desembarcou no dia 16 de julho em São Luís do Maranhão (PAVERO; PORRO, 2013, p. 11; LEITE, 1949, p. 204).

Para aprender a Língua Geral, idioma de matriz tupi-guarani que servia de língua franca em todas as missões, o padre Eckart logo foi enviado para a aldeia de Piraguiri no vale do rio Xingu. Seu interesse linguístico se manifestou durante a estada nesse aldeamento distante, pois vários fólios avulsos que se encontram na pasta com suas anotações, arquivada na Torre do Tombo em Lisboa (PAPEIS, s/d), contém referências às línguas e aos costumes indígenas, como

2 O arcebispo de Mogúncia era tradicionalmente um dos eleitores do imperador do Sacro Império. Como tal, ele era, além de suas funções espirituais, o chefe temporal de sua diocese.

também às principais aldeias da região. Nesta documentação, o jovem missionário menciona também o aldeamento de Trocano, situado no curso inferior do rio Madeira, para onde ele foi transferido já nos primeiros meses de 1754. Foi na missão vizinha de Trocano, em Abacaxis, que ele fez a profissão solene do quarto voto, em 10 de outubro de 1755, diante do padre Anton Meisterburg, conterrâneo seu, que havia chegado à região cinco anos antes (PAPAVERO; PORRO, 2013, p. 20; LEITE, 1949, p. 204).

Em Trocano, Eckart continuou a fazer estudos linguísticos, elaborando material catequético nos idiomas dos Ariquena e Baré e, com muita probabilidade, contribuindo na redação de diversos dicionários em Língua Geral, notadamente a Prosódia e o Vocabulário da Língua Brasil. Talvez, ele também tenha dado seguimento à composição de outro vocabulário, mais volumoso e mais adaptado à realidade região, conhecido como Dicionário de 1756. O original desta obra, com nove mil verbetes, só foi encontrado em 2012 na Biblioteca Municipal de Trier, na Alemanha. O dicionário foi iniciado em Piraguiri, mas, pouco depois, confiscado pelas autoridades, em 1756, talvez em Trocano. Embora de autoria anônima, como os vocabulários anteriores, o de 1756 evidencia entradas de verbetes e comentários provindos do punho de Eckart (PRUDENTE, 2017, 21-22; ARENZ; PRUDENTE, 2019, p. 37-50).

Tanto na região do Xingu como na foz do Madeira, o padre Anselm Eckart esteve em estreito contato com seus conterrâneos Laurenz Kaulen (1716-ca. 1797) e Anton Meisterburg (1719-1799). Ambos eram também originários da Renânia e tinham chegado à Amazônia em 1750, tendo sido os primeiros centro-europeus destinados à Vice-Província do Maranhão por intermédio da rainha-mãe e do padre Hundertpfundt (MEIER; AYMORÉ, 2005, p. 285-297, 301-303; LEITE, 1949, p. 307, 372). Poucos meses após a vinda de Eckart, em 16 de novembro de 1753, o padre Kaulen havia apresentado à rainha-mãe Maria Ana um balanço negativo de suas primeiras impressões sobre a região,

evocando o “estado miserável” dos índios em razão da má conduta dos moradores lusos. Esses não só dificultariam a catequese, mas também cometeriam diversos abusos, tanto agressões sexuais contra as índias, que serviam de ama de leite nas casas dos colonos, quanto a retenção ilegal da remuneração dos trabalhadores indígenas e a manutenção indevida dos mesmos como escravos (LAMEGO, 1925, p. 282-287).

Na mesma missiva, Kaulen solicitou a intercessão da viúva real para que os padres “alemães” fossem autorizados a assumir as missões mais distantes nos rios Xingu ou Tapajós, onde os colonos não puderam reivindicar índios para seus serviços. Kaulen sugeriu ainda que mais padres germânicos fossem enviados à Amazônia, caso essas aldeias remotas prosperassem (LAMEGO, 1925, p. 293-294). De fato, conforme a estatística oficial da Vice-Província referente ao ano de 1753, Meisterburg e Eckart eram missionários, respectivamente, em Santa Cruz (Abacaxis) na foz do Madeira e em Piraguiri no vale do Xingu (CATALOGUS, 1753, fl. 189r). Por sua vez, Laurenz Kaulen atuava, a partir de 1754 ou 1755, na missão de Piraguiri (LITTERÆ, 1755-1756, MEIER; AYMORÉ, 2005, p. 286).

A presença dos três padres alemães nesses lugares teve uma conotação sociopolítica, pois a proximidade à zona de delimitação entre os domínios castelhano e lusitano, conforme o Tratado de Madri (1750), conferiu a esta área fronteira grande relevância geoestratégica. Ainda que os jesuítas estivessem naqueles anos de 1753 a 1755, em uma “confluência de interesses” com colonos e autoridades (SOUZA JR., 2012, p. 147-148), algumas atitudes de Kaulen, Meisterburg e Eckart não demoraram a contrariar o governador Francisco de Xavier de Mendonça Furtado. Assim, os inacianos alemães redigiram, como acabamos de apontar, dicionários da Língua Geral, apesar da ordem régia de favorecer e propagar o uso do português (PRUDENTE, 2017, p. 126-163). Além disso, eles negaram a cessão de remadores e víveres para diversas expedições. Em várias cartas, o governador acusa os três padres de desobediência. Ele se queixa,

sobretudo, de Meisterburg e Kaulen, caracterizados, respectivamente, em cartas de 13 de outubro de 1756 e 21 de outubro de 1757, de “régulos” (MENDONÇA, 2005, p. 172, 368). Percebe-se o quanto a insistência dos padres alemães na autonomia das missões foi interpretada como resistência obstinada à secularização das mesmas.

DE TROCANO À BORBA A NOVA

Quando Anselm Eckart chegou à Missão de Trocano, o missionário responsável do lugar era seu confrade português Antônio José. Este, no entanto, foi, pouco tempo depois, forçado a abandonar o rio Madeira. Segundo Serafim Leite (1949, p. 305-306), esse padre

Foi um dos primeiros atingidos pela perseguição, e exilado para o Reino em 1755. Pretexto foi o ter enviado ao Governador do Pará, uma carta, vinda das missões do Mato Grosso, não por um homem da sua missão de Trocano, mas por um secular. O Padre mandou-a pelo secular, porque a canoa da missão estava então no Pará, e o Padre não quis demorar a carta para ser amável com o Governador.

Na realidade, Antônio José tinha que deixar a missão por se ter declarado publicamente contra as novas medidas. Em virtude disso, foi considerado como *persona non grata* nesta região adjacente à fronteira com os domínios castelhanos. O afastamento de Antônio José pode ser interpretado como indício evidente o quanto Trocano era importante na concepção geoestratégica da nova administração. O próprio governador o confirma ao se referir à região como “comunicação desta Capitania para as minas do Mato Grosso” e destacar a necessidade de nela ter um entreposto “não só [de] descanso mas socorro e refresco pronto” (MENDONÇA, 2005, p. 70). A fundação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, e, por conseguinte, a perspectiva da chegada regular de navios de abastecimento, da introdução de escravizados africanos e da eventual abertura de uma

rota de escoamento das minas do Mato Grosso, só fizeram aumentar a relevância do rio Madeira (MENDONÇA, 2005, p. 59). Isso explica a indignação mal contida do governador quanto à reação do padre Eckart que, mesmo devidamente informado da transformação da missão em vila, não somente manifestou completa indiferença, mas também deu respostas evasivas quanto aos bens do “comum” (índios) e da ordem (jesuítas). O missionário, além disso, teria se mostrado intransigente e declarado seguir somente as ordens e instruções do superior Francisco Toledo (MENDONÇA, 2005, p. 65-67).

Encontrando-se num impasse ante a obstinação do padre, Mendonça Furtado dispôs, nos primeiros dias de janeiro de 1756, da implementação do regime civil, mediante a eleição de funcionários, a instauração de uma câmara e a ereção de um pelourinho. Em relação ao padre jesuíta que, segundo ele, “dilata na sua residência” à espera de ordens de seu superior, ele insinua a presença de “duas pecinhas de artilharia” que, conforme um documento de 1730,³ eram dos padres (MENDONÇA, 2005, p. 65-67). De resto, o governador redigiu, em 6 de janeiro, suas instruções ao tenente Diogo Antônio de Castro quanto à consolidação da Vila de Borba a Nova. Nelas, ele reitera a importância da nova localidade para o abastecimento dos comboios fluviais de passagem, precisando, para isso, desenvolver uma agricultura básica, alinhar o extrativismo já existente com os interesses comerciais e, se possível, implantar logo uma população mista, com casais, compostos de soldados portugueses e mulheres indígenas, além de índios devidamente “civilizados” e catequizados. Nesse contexto, o governador denuncia o trabalho catequético dos jesuítas como superficial (MENDONÇA, 2005, p. 70-75).

3 Em meio à correspondência do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado encontra-se uma cópia da carta régia de D. João V ao governador Alexandre de Sousa Freire, de 11 de fevereiro de 1730, referente a duas peças de artilharia e dezesseis espingardas, com as quais um missionário teria feito fogo, em dezembro de 1729, contra a canoa de um ajudante da expedição que estava a caminho para o rio Negro para ali combater os índios Maiapema. A missão de Trocano não é mencionado no referido documento (MENDONÇA, 2005, p. 63-64).

Em uma carta posterior, de 9 abril de 1757, a seu irmão, o Marquês de Pombal, Mendonça Furtado acusa o padre Eckart de intrigante, junto com o clérigo secular deixado por ele na vila, contra o tenente. Mesmo o envio de um frade carmelita, em razão da suposta “antipatia notória” dos membros desta ordem contra os jesuítas, não teria aclamado a situação. Ao contrário, Eckart teria ido à antiga missão de Abacaxis para deliberar com seu conterrâneo, o padre Anton Meisterburg, que só lhe teria inculcado “idéias sediciosas e revoltosas contra o comandante da vila” (MENDONÇA, 2005, p. 220-221). Mendonça Furtado informa ainda que somente a ordem do visitador e vice-provincial Francisco Toledo teria resolvido a situação, ao dispor do afastamento imediato de Eckart da nova vila (MENDONÇA, 2005, p. 336-337 e 343). De seu lado, o governador recomenda, em 13 de outubro de 1756, o exílio de Eckart, junto com outros padres, e sua deportação para o Reino (MENDONÇA, 2005, p. 168).

Quanto a Eckart, ele fornece sua versão dos fatos quase trinta anos após terem ocorridos, ou seja, já depois de sua liberação do cárcere, em 1777. De fato, uma vez de volta à sua terra natal, o polímata e poliglota protestante Christoph Gottlieb von Murr (1733-1811) o procurou, solicitando que fizesse uma revisão de uma obra que havia sido publicada em 1780. Tratava-se da edição alemã de um documento colonial acerca do Brasil e do Maranhão da suposta autoria do navegador ítalo-espanhol Pedro Cudena ou Cadena, de 1634. A publicação fora uma iniciativa do escritor e então curador da Biblioteca Ducal de Wolfenbüttel, Gotthold Lessing, e do reitor da Escola Superior Ducal, Christian Leiste. Não contente com a edição, Leiste se havia dirigido a Murr, por ser um erudito renomado, mas este, por sua vez, pediu ajuda ao padre Eckart, pois sabia que este tinha passado vários anos no norte do Brasil (PAPAVERO; PORRO, 2013, p. 35-37). Contente com as informações fornecidas pelo padre, Murr as fez publicar, em 1785, sob o título de Aditamentos do Senhor Pe. Anselm Eckart, Ex-pregador da Companhia de Jesus na Capitania do

Pará no Brasil, à “Descrição das Terras do Brasil” de Pedro Cudena e às “Notas à Sexta Contribuição de Lessing para a História e a Literatura” (ECKART, 2013, p. 54-128 e 153-396 [fac-símile]). Essa publicação foi importante, pois, com base nas experiências de Eckart na região amazônica, foi possível corrigir dados geográficos e precisar a descrição de certas plantas e animais, além de acrescentar cenas etnográficas e comentar a situação política de então. Nelson Papavero e Antonio Porro observam a respeito da obra:

Ao avaliar a importância dos *Aditamentos* de Eckart para o conhecimento da biota e da sociedade colonial da Amazônia e dos contingentes indígenas a ela mais ou menos integrados, não se deve perder de vista a natureza circunstancial e sem estrutura própria da sua obra, feita de aditamentos e correções pontuais a texto de outro autor. É por isso, sem dúvida que ela foi praticamente ignorada nos estudos sobre a vida na Amazônia em meados do século XVIII. A única obra impressa disponível nessa época era a de La Condamine (PAPAVERO; PORRO, 2013, p. 38).

Nos *Aditamentos*, o padre Eckart aproveita a ocasião e aborda também os eventos em torno da secularização de Trocano. Ele relata que o governador chegou de Mariuá, seu quartel general no rio Negro, em 20 de dezembro de 1755, para efetuar, em Trocano, a primeira transformação de uma missão em vila. Após elencar certas informações suplementares, como a fundação da missão em 1725, pelo padre João de Sampaio, “nas cachoeiras frequentadas pelos Mura”, e a composição étnica da mesma, consistindo, principalmente, em Baré, Pama, Torá e Ariquena, o padre dá amplo espaço à questão das “duas peças de artilharia”. Primeiramente, Eckart esclarece que ele não está na origem da “construção da cidade de Borba a nova” e isso, muito menos, junto com o padre Meisterburg, que, na época, era missionário em Abacaxis a dois dias de viagem rio abaixo. Quanto aos canhões, eles teriam sido comprados no tempo do governador João da Maia da Gama (1722-1728), isto é, nos primórdios da missão, para se defender contra eventuais ataques dos Mura, reputados de serem muito belicosos. Eckart frisa que, durante sua curta estada na

missão, havia só um ataque dos Mura e este foi dirigido contra índios da missão de Araticu (hoje Oeiras) que estavam colhendo cacau no rio Madeira. Ainda admite que os canhões foram acionados no dia de Natal de 1755, mas em “honra a Deus, ao rei e ao governador” e, duas vezes, de manhã e ao meio-dia, em 1º de janeiro, para comemorar o estabelecimento da vila. Portanto, ele e Meisterburg não seriam, de modo algum, “engenheiros... contratados na Alemanha”. O padre acrescenta que, depois, desses eventos, o governador teria voltado contente ao rio Negro. Na despedida, até lhe teria beijado a mão e, mesmo depois, já em Mariuá, o teria elogiado publicamente. Para encerrar este assunto, Eckart elucida que ele mesmo só teria deixado a missão em 13 de junho de 1756, por ordem do visitador Francisco de Toledo, dedicando-se até sua saída “ao serviço eclesiástico como antes”. Enfim, ele adverte que a presença das referidas peças tampouco permitiria concluir que havia um fortim agregado à missão. Ao contrário, ele diz que existia somente “uma sentinela” num promontório próximo, a partir do qual se controlava as canoas dos “garimpeiros de Mato Grosso”. Além disso, nem sequer a vinda de soldados portugueses, com suas espoas indígena, à nova vila não teria transformado o lugar em um quartel ou um forte (ECKART, 2013, p. 59-66).

Pelo teor do relato, fica evidente que o padre procura desdramatizar e transmitir a impressão de normalidade, mas não deixa de manifestar sua estupefação em relação às versões que, naqueles anos, estavam circulando acerca do episódio. Assim, Eckart faz alusão à obra do padre jesuíta José Caeiro (1712-1791), a *Apologia S.J. in Lusitania* ou *Historia persecutionis S.J. in Lusitania*, redigida provavelmente no início dos anos de 1780,⁴ que denunciava como caluniosa a suspeita de Eckart ter sido, junto com seu conterrâneo Anton Meisterburg, um engenheiro militar em posse de duas peças de artilharia, indicando como fonte dela a propaganda antijesuítica de Pombal (RELAÇÃO, 1757, p. 55-56). Na referida *Apologia*, se lê:

4 No fim do manuscrito, arquivado no ARSI em Roma, se lê: “tendo passado já 20 anos da cruz” (fl. 333), isto é, da expulsão. Esta citação permite presumir o início dos anos 1780 como data de redação do documento.

Ao P. São Payo succedeo na administração da Aldea o Jesuita José Tavares; e este hú ano dpois a entregou ao P. Manoel Fernandes; q', propondo outra vez ao Gov.^{or}, e á Junta, ser ncessr.^a a mudança, vieraõ todos nella, e se effeitoou p.^a hú sitio distante do primr.^o 30 leguas; levando com tudo o mais taõbem as duas pecinhas. Ainda alli chegavaõ os Múras com assaltos continuos; q'daraõ justo motivo, p.a se mudar de novo a aldeã p.^a o Trocano; sitio quieto, e seguro, aonde as duas pecinhas não tiveraõ, nem tinhaõ outro uso, q' alegrar os Indios nos dias de maior festa com alguns tiros. Ao P. Fernandes succedeo o P. Antonio Jozé, e depois de m.^{os} an.^{os} o P. Eckart. Desta breve Historia, em todas as suas parte certa, e indubitável, ..., se vê manifestam.^e a falsid.^e da Relaçãõ, e a mâ fê, de quês a escreveo. Conta pois, q' as duas pecinhas foraõ levadas p.^a o Trocano no mesmo tempo, q' p.^a elle se mudaraõ os Indios; quando os dois Jesuitas Tedescos não sonhavaõ de entrar na Comp.^a, ... (CAEIRO, s/d, fl. 106).

Mais adiante, Caeiro aponta que a propaganda pombalina teria transformado os dois padres em protagonistas de uma suposta resistência aberta dos jesuítas, a partir do estratégico vale do Madeira, no contexto da definição dos limites entre os dois domínios ibéricos no continente sul-americano. Como resposta, o autor afirma que “Eckart, e Meisterburg não eraõ capazes de cometer desordens”, salientando ainda que “ambos deixaraõ as suas patrias sem outro, q' o de servir a D.^s, e salvar almas nos sertoes do Maranhão” (CAEIRO, s/d, fl. 108).

Mas, Eckart mostra ser bem mais preocupado com a versão dos fatos divulgada pelo pastor protestante Johann Christoph Harenberg (1696-1774). Pois, este intelectual tinha retomado, em sua obra geral sobre a história da Companhia de Jesus, publicada em 1760, a interpretação dada pela Relação antijesuítica de Pombal, sem questionar e refutá-la (HARENBERG, 1760). O padre se pergunta, sobretudo, quem teria sido o informante do pastor. Com certa ironia, ele observa: “O Sr. Harenberg talvez quisesse praticar a velha máxima *Inventis facile est addere* [É fácil aumentar o que já foi inventado]” (ECKART, 2013, p. 62).

VERBETES AO INVÉS DE CANHÕES

Seja como for, de certa forma, as versões de Eckart e Mendonça Furtado sobre a transformação da Missão de Trocano em Vila de Borba a Nova convergem. A diferença é de ordem temporal e, de certa forma, emocional, pois temos, de um lado, as missivas oficiais, escritas no momento dos eventos, que revelam a indignação do governador ante a reação do missionário, e, de outro, um relato conciso do padre, redigido quase três décadas depois em um tom sóbrio que parece evitar demonstrar qualquer sentimento de rancor. Com base nisso, o que interessa aqui é o fato de ambos não darem importância ao suposto uso das duas peças de artilharia pelo padre no intuito de articular uma resistência duradoura.

Em contrapartida, um outro detalhe importante, completamente ausente dessas fontes, merece ser destacado: o interesse de Anselm Eckart pelos idiomas e costumes indígenas, principalmente a Língua Geral. Ele mesmo dá prova disso em suas anotações (PAPEIS, s/d), rabiscadas, literalmente, em 1754 e 1755, nas quais, enquanto missionário recém-chegado e, aparentemente, bem motivado, enumera os principais costumes dos índios a partir de sua leitura da obra do padre Simão Vasconcellos, as *Notícias necessárias e curiosas das cousas do Brasil* (1668). Mas, ele estabelece também listas e pequenos sumários, nos quais elenca os nomes de alguns povos do vale amazônico e de determinadas missões, além de descrever certas atividades corriqueiras do dia-a-dia, sobretudo aquelas ligadas à produção da farinha de mandioca e seus derivados. Muito evidente é também seu esforço de logo buscar memorizar vocábulos e fórmulas habituais no intento de poder interagir com os índios, conforme demonstra o seguinte exemplo, cujo original está em latim [aqui traduzido] e Língua Geral (PAPEIS, s/d, s/fl.):

*Eu falo assim a um pescador: Lança a rede e me traz uns peixes:
retibo, pirá pindá obo amé. [...]
océm xe cंगा iuí Saiu da minha cabeça. Esqueci.
xe pijá rúriü ónheéng cecé. Meu coração não me diz nada sobre isso. Não sei.*

Além disso, convém ressaltar que Eckart foi o autor ou um dos coautores dos três dicionários da Língua Geral, redigidos naqueles anos, como apontamos mais acima (ARENZ; PRUDENTE, 2019, p. 46-47). Certamente, esse acentuado interesse linguístico do padre deve tê-lo tornado ainda mais suspeito, visto que as novas autoridades insistiram na difusão sistemática da língua portuguesa, em detrimento do uso recorrente dos idiomas indígenas, notadamente da Língua Geral (FREIRE, 2011, p. 93-170). Portanto, a polêmica girou menos em torno de canhões e visava mais, ao menos implicitamente, aos verbetes em tupi.

O embate encerrou mesmo quando o padre, intimado pelo superior, deixou a vila Borba a Nova, em 13 de junho de 1756, para se apresentar no Colégio de Belém. Impedido de voltar rio acima, Eckart atuava ainda, provavelmente até novembro de 1757, na missão de Caeté (hoje Bragança), próximo do litoral atlântico (LEITE, 1949, p. 204). Junto com outros padres suspeitos, entre os quais Kaulen e Meisterburg, ele foi definitivamente desterrado da Amazônia em 28 de novembro de 1757 (ARRILLAGA, 2003; ARRILLAGA; ARENAS, 2009). Eckart e seus companheiros chegaram ao Reino em 12 de fevereiro de 1758, sendo que ele foi logo confinado na residência jesuítica de São Pedro Fins, na região do Minho.⁵ Em 12 de setembro de 1759, decretou-se oficialmente sua prisão e ele transferido para o cárcere de Almeida. Lá, entre outros objetos, lhe foram confiscados vários livros, papéis e tinta. Tudo permite crer que suas anotações pessoais também foram apreendidas naquela ocasião. Enfim, em fevereiro de 1762, o padre Anselm foi levado para o forte de São Julião da Barra, onde permaneceu até março de 1777, sendo liberado, como seus conterrâneos Kaulen e Meisterburg, após a morte do rei D. José I e a deposição do Marquês de Pombal (PAPAVERO; PORRO, 2013, p. 24-28).

Em julho do mesmo ano, Eckart voltou, via Gênova, para a sua terra natal após vinte e quatro anos de ausência, dos quais dezoito

5 Mendonça (2005, p. 391) apresenta uma lista de 15 de fevereiro de 1757 que indica Lapa, também na região do Minho, como lugar da primeira prisão de Eckart em Portugal.

passados em prisões. Ele encontrou acolhida na casa de seu irmão mais velho, Heinrich Christian Adam, cônego e alto funcionário a serviço do eleitor-arcebispo de Mogúncia, em Bingen. Lá ele redigiu suas memórias do cárcere, publicados em 1779-1780. Nelas, afirma que “a longa cadeia de calamidades caídas sobre a Companhia” teria iniciado já em 1754 com a morte da rainha pró-jesuítica Maria Ana (ECKART, 1987, p. 17-19). Em 1792, com a ocupação da margem esquerda do Reno por tropas revolucionárias francesas, Eckart se transfere para Nuremberg, onde viveu o já mencionado erudito Christoph Gottlieb von Murr. Foi a ele que Eckart tinha fornecido muitas informações relevantes e variadas sobre a Amazônia, inscrevendo-se assim na lista dos jesuítas expulsos que, de volta à Europa, contribuíram com seus conhecimentos e experiências a refinar o saber acerca de outros povos e culturas (NEBGEN, 2019).

Após uma nova mudança para a cidade de Augsburg, no sul da Alemanha, o padre Anselm foi, já idoso, em 1803, à Rússia. Por ser um dos poucos países que deu refúgio aos membros da Companhia de Jesus, suprimida em 1773 por bula papal, o Império Russo permitiu uma atuação restrita a esses religiosos nas suas províncias ocidentais de influência católica, pois habitadas por lituanos e poloneses. Eckart, tornou-se ajudante do mestre de noviços em Dunaburgo (hoje Daugavpils, na Letônia). Um de seus noviços foi o padre holandês João Rothaan, superior geral entre 1829 e 1853, já após a restauração da Companhia de Jesus. Enfim, o padre Anselm faleceu com quase oitenta e oito anos de idade na cidade de Polotsk (hoje Polatsk, na Bielorrússia) no dia 29 de junho de 1809 (LEITE, 1949, p. 205; NEBGEN, 2003).

FONTES E REFERÊNCIAS

ARENZ, Karl Heinz; PRUDENTE, Gabriel de Cassio Pinheiro. Os padres “tapuitinga”: a atuação de jesuítas alemães na Amazônia pombalina, 1750-1757. *In*: MULLER, Jean-Claude; DIETRICH, Wolf; MONSERRAT, Ruth Monserrat; BARROS, Cândida; ARENZ, Karl Heinz; PRUDENTE,

Gabriel (Org.). **Dicionário de Língua Geral Amazônica** [1756]. Potsdam (Alemanha)/Belém (Pará): Universitätsverlag Potsdam/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019, p. 37-50.

ARRILLAGA, Inmaculada Fernández. Deportação do Brasil e prisão nos cárceres portugueses de um jesuíta alemão: o P. Anselmo Eckart. **Brotéria**, Lisboa, v. 156, p. 171-187, 2003.

ARRILLAGA, Inmaculada Fernández; ARENAS, Mar García. Dos caras de una misma expulsión: el destierro de los jesuítas portugueses y la reclusión de los misioneros alemanes. **Hispania Sacra**, Madri, v. LXI, n. 123, p. 227-256, jan.-jun. 2009.

ARRILLAGA, Inmaculada Fernández; ARENAS, Mar García. Jesuitas alemanes en las misiones de Portugal: expulsión, confinamiento y escritos. In: KOHUT, Karl; PACHECO, María Cristina Torales (Ed.). **Desde los confines de los imperios ibéricos: los jesuitas de habla alemana en las misiones americanas**. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2007, p. 231-261.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Lisboa: T. Cardoso, 1901.

CAEIRO, José. Apologia S.J. in Lusitania. **Archivum Romanum Societatis Iesu**, Roma, cód. Lus 95, fl. 1-334.

CATALOGUS Personarum & Officiorum V.Pov^o Maragnonensis Societatis IESU. Pará, 25/11/1753. **Archivum Romanum Societatis Iesu**, Roma, cód. Bras 27, fl. 188r-189v.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Pombalismo e projecto político**. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

ECKART, Anselmo. Aditamentos do Senhor Pe. Anselm Eckart, Ex-pregador da Companhia de Jesus na Capitania do Pará no Brasil, à “Descrição das Terras do Brasil” de Pedro Cudena e às “Notas à Sexta Contribuição de Lessing para a História e a Literatura”. In: PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (Org.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 54-128 [tradução em português] e 153-296 [fac-símile em alemão].

ECKART, Anselmo. **Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga/São Paulo: Livraria A.I./Loyola, 1987.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HARENBERG, Johann Christoph. **Pragmatische Geschichte des Ordens der Jesuiten, seit ihrem Ursprunge bis auf die gegenwärtige Zeit**. 2 vols. Halle/Helmstedt: Carl Hermann Hemmerde, 1760.

LAMEGO, Alberto. **A terra Goytacá**: à luz de documentos inéditos. Vol. 3. Bruxelas: L'Édition d'Art Gaudio, 1925, p. 282-295.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Vol. 4. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugalia/Instituto Nacional do Livro, 1943.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Vol. 8. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugalia/Instituto Nacional do Livro, 1949.

LITTERÆ Annuæ Missionis Piraguiensis de Lourenço Kaulen. Piragui-ri, 1755-1756. **Archivum Romanum Societatis Iesu**, Roma, cód. Bras 10 II, fl. 481r-483v.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIER, Johannes; AYMORÉ, Fernando Amado. **Jesuiten aus Zentraleuropa in Portugiesisch- und Spanisch-Amerika**: ein bio-bibliographisches Handbuch. Vol. 1 (Brasilien, 1618-1760). Münster: Aschen-dorff Verlag, 2005.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. Vol. 2. 2. ed., Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

MIRANDA, Susana Münch; MIRANDA, Tiago dos Reis. **A rainha arquiduquesa**: Maria Ana de Áustria. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014.

NEBGEN, Christoph. Inter spem et metum: die Vita des Mainzer Jesuiten Anselm Eckart (1721-1809). **Archiv für mittelrheinische Kirchengeschichte**, v. 55, p. 297-332, 2003.

NEBGEN, Christoph. Jesuitische Ex-Missionare und ihr Verhältnis zur aufgeklärten Öffentlichkeit im deutschsprachigen Raum. In: HEER, Esther Schmid; KLEIN, Nikolaus; OBERHOLZER, Paul (Ed.). **Transfer, Begegnung, Skandalon? Neue Perspektiven auf die Jesuitenmissionen in Spanisch-Amerika**. Basilea/Stuttgart: Schwabe Verlag/Koh-lhammer, 2019, p. 195-213.

PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (Org.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.

PAPEIS do P. Ancelmo Eschard. **Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)**, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (MNEJ), Papéis Pombalinos (PP), m. 59, n. 4.

PRUDENTE, Gabriel de Cassio Pinheiro. **Entre índios e verbetes: a política linguística na Amazônia portuguesa e a produção de dicionários em Língua Geral por jesuítas centro-europeus (1720-1759)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

RELAÇÃO abreviada da República que os Religiosos Jesuítas das Províncias de Portugal, e Espanha, estabeleceram nos Domínios Ultramarinos das duas Monarquias, e da guerra, que neles tem movido, e sustentado contra os Exercitos Hespanhoes, e Portugueses; formada pelos registos das Secretarias dos dous respectivos Principaes Commissarios, e Plenipotenciarios; e por outros documentos autênticos. Lisboa: 1757 (Ex Libris José Mindlin).

RÓNAI, Paulo. As cartas do P. David Fay e sua biografia. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol. LXIV, 1942.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo; SANTOS, Francisco Jorge dos. 1755, o ano da virada na Amazônia portuguesa. **Somanlu**, Manaus, v. 8, n. 2, p. 79-98, jul./dez. 2008.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerras e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: ed. UFPA, 2012.

Com fé, lei e rei: a organização do território jurisdicional do sertão do Piancó e as transformações em seu estatuto político ao longo do século XVIII

Larissa Daniele Monteiro Lacerda¹

INTRODUÇÃO

Localizado no extremo oeste da capitania da Paraíba, o sertão do Piancó correspondeu ao território formado pela junção de vários sertões e suas ribeiras, denominados na documentação como: sertão do Piancó, sertão das Piranhas, sertão do Rio do Peixe, sertão das Espinharas, sertão do Sabugi e sertão do Seridó. Além da Paraíba, o Piancó abarcava partes dos atuais estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará (SOARES, 2012). O processo de conquista desse espaço teve início ainda em meados do século XVIII, com o avanço colonizador dos d'Ávila e Oliveira Ledo sob o interior da Paraíba (SEIXAS, 2004). Mas esse projeto de expansão se chocou com a resistência indígena, cujo ápice foi a “Guerra dos Bárbaros” — título dado a série de confrontos entre colonos e índios nas capitanias do Norte, iniciados em 1687, quando a resistência contra a perda das terras e as capturas e escravização praticadas pelos colonos se radicalizou (PUNTONI, 2002).

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bolsista CAPES.

A ribeira das Piranhas, localizada no sertão do Piancó, esteve entre os principais espaços que foram palco para a Guerra dos Bárbaros. As batalhas aí travadas envolveram conquistadores como Domingos Jorge Velho, seu ajudante Manuel Araújo de Carvalho e Teodósio de Oliveira Ledo. As trocas de correspondência entre o governador-geral do Estado do Brasil e as autoridades das capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco demonstram a preocupação em conseguir manter o controle sobre essa ribeira, visto que ordenavam a criação de aldeias e a instalação de soldados nessa fronteira entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, além de determinar o envio de mantimentos e armas para a população.² Esse apoio humano e bélico, além de representar o envio de socorro aos vassallos, se deve também ao interesse régio em encontrar e consolidar caminhos, por via terrestre, que ligassem os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão.³

Alguns desses caminhos cortavam as terras do sertão do Piancó (MORAES, 2015), pois se tratava de um território de articulação entre as capitanias da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, podendo assim garantir a intercomunicação entre os espaços mais distantes. Foi devido essa localização estratégica que a Coroa, por meio das autoridades coloniais, determinou a criação do arraial de Piranhas. O objetivo era garantir a limpeza dos povos indígenas rebelados para posterior ocupação (SOARES, 2012), o

2 (1) Carta para o Capitão-mor da Capitania da Parahiba Manuel Nunes Leitão sobre mandar prover com aldeias os postos dos Rios Jaguaribe, Assú e Piranhas. 21 de maio de 1695. p. 337-338; (2) Carta para o Mestre de Campo Mathias Cardoso de Almeida. 4 de junho de 1694. p. 302-305; (3) Carta para o Capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo sobre a situação da Aldeia das Piranhas e 30 espingardas que se lhe hão de remeter na primeira embarcação. 31 de maio de 1695. p. 341-342; (4) Carta para o Governador de Pernambuco Caetano de Mello sobre o socorro que há de mandar de pólvora para a guerra do Piancó. 2 de novembro de 1690. p. 409-410; (5) Carta para o Capitão-mor da Paraíba Manuel Nunes Leitão. 30 de outubro de 1696. p. 409-410; (6) Carta para os oficiais da Câmara do Paraíba sobre a farinha que hão de mandar às Piranhas. 2 de novembro 1696. p. 410-411. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, v. 38, 1937.

3 Carta para o Capitão-mor da Capitania da Parahiba Manuel Nunes Leitão sobre mandar prover com aldeias os postos dos Rios Jaguaribe, Assú e Piranhas. 21 de maio de 1695. DHBN, v. 38, 1937. p. 337-338.

que de fato ocorreu, pois o arraial deu origem a povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso (1702), que serviu de sede para o primeiro julgado (1711) e a primeira freguesia (1721) criados nos sertões da Paraíba, sendo elevada à categoria de vila em 1772.

Tais circunscrições espaciais serviram ao projeto de conquista, povoação e organização administrativa do Piancó, iniciado ainda em fins do século XVII, o que por sua vez contribuiu para sua integração ao império ultramarino. Cada uma delas, tanto no âmbito da jurisdição⁴ civil quanto eclesiástica, contava com um estatuto político, ou seja, sua forma de organização e a instituição responsável por ela, que se modificava à medida que uma nova circunscrição era criada ou sobreposta. Essa organização e administração do espaço por meio de instituições e autoridades tornou possível a formação de um território jurisdicional (HESPANHA; SILVA, 1994) no interior da Paraíba. O presente artigo tem por objetivo estudar como se organizou um território jurisdicional no sertão do Piancó e suas mudanças ao longo do século XVIII.

A JURISDIÇÃO CIVIL E A ORGANIZAÇÃO DO SERTÃO DO PIANCÓ

O avanço das tropas que marchavam para combater os índios nos sertões das capitanias do Norte, principalmente durante o período da Guerra dos Bárbaros, fomentou a criação de arraiais (SOARES, 2012), alojamentos militares que serviam como ponto de apoio ao exército em campanha.⁵ Indispensável à consolidação da conquista e da ocupação desse vasto espaço, a instalação de arraiais servia à posse do território antes mesmo da criação de estruturas administrativas

4 O termo jurisdição era compreendido como o poder de um ofício ou autoridade sobre determinadas áreas ou matérias. Cf.: JURISDIÇÃO. In: BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. 4, 1712 — 1728. p. 231.

5 Cf.: ARRAIAL. In: *Idem*.

(SARMENTO, 2007, p. 76). Estrategicamente localizados, eles eram criados a partir da aprovação dos governadores e dependiam de seu apoio para a manutenção das armas e dos homens.

Teodósio de Oliveira Ledo, capitão-mor do sertão do Piancó, instalou o arraial de Piranhas sob a ordem do governador da Paraíba, que lhes enviou homens, armas e mantimentos.⁶ Instalado, por volta de 1698, no entroncamento das ribeiras Piancó e Piranhas, o arraial foi a forma encontrada para combater os índios rebelados e garantir a povoação do sertão com gados e currais, como outrora estiveram, antes de serem abandonados em decorrência das invasões e dos estragos causados pelos indígenas. Nas palavras do próprio governador da capitania, o arraial serviria “para segurança dos povoadores e confusão do gentil” (*Idem*). Mas ele não foi o único a ser criado, ao longo da guerra surgiu uma complexa rede de arraiais, dentro e fora da capitania. Na Paraíba, especialmente aos arredores do arraial de Piranhas, podem ser identificados os seguintes arraiais: Pau Ferrado, Formiga, Canoa, Seco e Queimado (SARMENTO, 2007; SOARES, 2012). Possivelmente, além de se comunicar com os referidos arraiais, o arraial de Piranhas manteve relação com os do Assú e do Jaguaribe, formando uma trama de defesa no interior das capitânicas da Paraíba, Rio Grande e Ceará (SARMENTO, 2007).

Ao se interligarem, esses pontos militares, somados aos aldeamentos e às capelas que surgiram concomitantemente, em fins do século XVII, contribuíram para o surgimento de novos povoados (SOARES, 2012). Um bom exemplo disso é a povoação de N. S. do Bom Sucesso do Piancó. O surgimento dessa povoação, no local onde estava instalado o arraial de Piranhas, se deu em 1702 e, possivelmente, refletiu o crescimento e estabilidade social daquele território. Servindo “de estadia e abastecimento para os viajantes e conquistadores que con-

6 Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, acerca da gente e munições que deu ao capitão-mor dos Sertões das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, para entrar no sertão contra o gentio tapuia. 3 de setembro de 1699. AHU — Papéis Avulsos — PB, Cx. 3, D. 226.

tinuaram a avançar pela região do Alto Sertão de Piranhas e Piancó para se estabelecer e/ou comerciar” (CEBALLOS, 2011, p. 81), a povoação localizava-se em uma área central do extremo oeste da Paraíba, de onde partiam estradas para a cidade da Paraíba e para as capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco (SARMENTO, 2007). Por suas estradas, trafegavam homens, animais e mercadorias, o que contribuía cada vez mais para o seu desenvolvimento socioeconômico e sua comunicação com as partes mais distantes.

Na povoação, assim como no arraial, o capitão-mor figurou como uma das principais autoridades locais, visto que era responsável por cuidar militarmente e administrativamente do território. Sediado na povoação do Bom Sucesso, o capitão-mor, acompanhado por outros militares de Ordenança, era encarregado de representar o governador da capitania e exercer jurisdição sobre todo o território do sertão do Piancó. O nomeado ao posto era escolhido entre “as principais pessoas da terra [e que tivesse] partes e qualidades para o cargo” (COSTA, 2006, p. 114-115), sendo escolhido pelos homens bons da câmara. No caso do sertão do Piancó, onde o posto foi criado por volta de 1688 (SEIXAS, 1975), a escolha do capitão-mor cabia ao senado da cidade da Paraíba, uma jurisdição exercida até 1772, quando foi criada a primeira câmara no interior da capitania.

Para atuar ao lado do capitão-mor na administração sociopolítica do Piancó, em 1711, foi criado a função de juiz ordinário, instituindo-se assim o primeiro julgado do alto sertão da Paraíba. O julgado ou termo, circunscrição territorial cuja jurisdição cabia a um juiz ordinário, foi um dos mecanismos políticos encontrados pela Coroa para fazer justiça a todo os súditos, cumprindo a função mais nobre da monarquia, e para consolidar seu domínio sobre o território (FONSECA, 2011). Sem formação jurídica, soldo ou câmara, a criação do cargo de juiz ordinário nos sertões funcionava como uma medida “paliativa à falta de justiça” nas partes mais distantes, onde não se convinha criar novas vilas (FONSECA, 2011).

Ao juiz ordinário do Piancó cabia zelar pelo bem e ordem pública (recolhendo os vadios para o trabalho e promovendo castigo aos delinquentes) (SEIXAS, 1975), além de validar as ações e transações dos numerosos habitantes dos sertões, por meio de registro de procurações, papéis de compra e venda, dotes matrimoniais, cartas de alforria e documentos de outra natureza, reunidos em Livros de Notas. Sua autoridade ecoava da povoação do Bom Sucesso em direção às partes mais distantes dali, nas capitanias do Rio Grande e do Ceará, até onde se estendia sua jurisdição (SARMENTO, 2007). Por essa razão, é possível que o sertão do Piancó e, especialmente, a povoação do Bom Sucesso tenham alcançado relativa importância política e jurídica na região, passando a exercer certa centralidade.

A escolha dos nomes a ocuparem o ofício de juiz também era realizada na câmara da cidade da Paraíba, a quem pertencia a jurisdição política do sertão (PAIVA, 2012). É possível que tenha permanecido assim até 1772, quando a povoação do Bom Sucesso foi elevada à categoria de vila, passando a contar com sua própria câmara. De acordo com Yan Moraes (2019), a criação de juizes sem câmaras foi uma prática recorrente. Além do caso do Piancó, é possível identificar a nomeação de juizes ordinários para os Cariris Novos (CE), Assú e Apodi (RN), na segunda metade do século XVIII. Segundo Juliane Monteiro (2019) também é possível identifica-los nos sertões da capitania de Pernambuco.

Apesar dos pedidos enviados em 1724 solicitando a criação de uma câmara no sertão do Piancó⁷, a instituição foi criada somente em 1772, quando, por meio de ordem régia de 1766, se proibiram os sítios volantes e se determinou a elevação das povoações com mais de 50 fogos à condição de vila (SOARES, 2012). A elevação da povoação do Bom Sucesso à vila, batizada de vila de Pombal,

7 Carta do ouvidor-geral da Paraíba, Manuel da Fonseca e Silva, ao rei [D. João V], sobre as correições que fez nas Ribeiras do Branco e Piranhas e a solicitação de várias pessoas para se erigir uma vila no sítio da matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso. 3 de novembro de 1724. AHU — Papéis Avulsos — PB, Cx. 5, D. 426.

fazia parte da política urbanizadora gerida pelo Ministro do Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, lançada em 1755 para a região do Amazonas e, posteriormente, ampliado para as demais capitanias por meio do Alvará de 1758 (SOARES, 2012). O projeto urbanizador, um instrumento de controle territorial utilizado desde o início do século XVIII, foi elaborado a fim de viabilizar as reformas econômicas, administrativas e culturais pelo qual o império português haveria de passar durante o período pombalino (DELSON, 1997).

Na capitania de Pernambuco e anexas, a aplicação do Alvará de 1758, que sofreu algumas adaptações, teve três momentos: (1) elevação dos aldeamentos jesuíticos à condição de vila ou lugar — pequena povoação; (2) expansão da elevação de vilas de índios para os demais aldeamentos das capitanias; (3) proibição de sítios volantes e incentivo à fixação dos habitantes em povoações a partir da Carta Régia de 1766, que acabou por justificar a elevação de algumas povoações existentes a vilas de brancos (SOARES, 2012). Na capitania da Paraíba, o resultado foi o seguinte: cinco vilas de índios criadas entre 1762-1765, todas na atual zona da mata paraíba (CARVALHO, 2008), e quatro vilas de brancos entre 1772-1800, sendo duas delas no sertão do Piancó (vila de Pombal e Sousa).

A criação das vilas de índios contribuiu para o fim dos aldeamentos no sertão do Piancó, visto que a sua população indígena foi deslocada para a constituição dessas vilas na proximidade do litoral da Paraíba e fora da capitania (SOARES, 2012). De acordo com Juliano Carvalho (2008), os índios Panatis e Coremas foram deslocados para o Conde e N. S. do Pilar, respectivamente, na capitania da Paraíba, enquanto os Icós pequenos e os Pegas subiram para Portalegre e S. José do Mipibu, respectivamente, na capitania do Rio Grande.

Das vilas de brancos criadas na Paraíba, a primeira foi elevada no sertão do Piancó, em 4 de maio de 1772, data de fundação do

pelouro (SEIXAS, 2004), sob o título de vila de Pombal. Essa evolução dentro das etapas de urbanização (povoado, julgado e vila) foi significativamente importante para reafirmar a povoação do Bom Sucesso como “ponto de convergência dentro da realidade de dispersão que marcava o sertão” (MORAES, 2015), além de tornar possível a criação de um novo (e ainda mais significativo) território jurisdicional no Piancó, um lugar jurídico-político responsável por abrigar as funções mais importantes e imediatas para a sociedade local (HESPANHA; SILVA, 1994). Elevada à condição de vila, o sertão passou a deter sua própria câmara, um aparelho administrativo mais complexo e mais autônomo em relação ao litoral.

As câmaras municipais ultramarinas foram os órgãos responsáveis por garantir a união e continuidade do império português, visto que mantinham os territórios mais distantes em comunicação com Coroa (BOXER, 2002). Transplantada da metrópole e adaptada com êxito às conquistas, essa instituição atuava em primeira instância, gerenciando os assuntos administrativos, econômicos, fiscais e militares (BICALHO, 2003). Entre suas responsabilidades estavam a supervisão da distribuição e arrendamento das terras municipais e comunais, o lançamento e coleta dos impostos, a fixação dos preços e verificação da qualidade das mercadorias, a concessão de licenças, a manutenção de obras públicas, a segurança da cidade, a saúde e o saneamento público (BOXER, 2002). A jurisdição sobre todos esses assuntos, que por vezes alargava o poder das municipalidades e criava uma margem de autonomia, cabia aos vereadores, juízes ordinário e de órfãos, procurador, escrivão, tesoureiro, almotacé, porteiro, carcereiro e veador de obras (BOXER, 2002).

No caso da vila de Pombal, a câmara local contava com dois juízes ordinário e um de órfãos, três vereadores, um escrivão, um procurador, almotacés e ajudantes, atuando nos assuntos referentes à vida social, política e econômica de um vasto termo, cuja extensão possivelmente coincidiu com a do julgado, exceto no que

toca ao território do sertão do Seridó, que, até a criação da vila do Príncipe (Caicó-RN), em 1788, esteve subordinada à câmara da cidade de Natal (MACEDO, 2016). Até fins do século XVIII, foi essa vila que exerceu centralidade política no sertão do Piancó. Com a implantação de novas circunscrições civis, o rearranjo do território jurisdicional da vila era inevitável (ARRAES, 2017), pois as povoações anexadas ao seu termo ascenderam na hierarquia urbana e, aquelas que não conseguiram, distribuíram-se entre os novos núcleos. Dessa forma, o poder político, antes polarizado, passava a ser compartilhado do mesmo modo que aconteceu quando houve desmembramentos em seu território jurisdicional eclesiástico.

A JURISDIÇÃO ECLESIÁSTICA E A ORGANIZAÇÃO DO SERTÃO DO PIANCÓ

As tentativas de instituir o “governo das almas” nos sertões ocorreram lado a lado com o processo de conquista e povoação. Membros de ordens religiosas e pequenas capelas espalhavam-se pelos rincões a fim de servir não somente a cristianização da população nativa, mas também a manutenção da fé entre os colonos, contribuindo para o reordenamento do espaço e a estabilização de territórios conquistados (GALINDO, 2004; GUEDES, 2006). No interior da Paraíba, identificamos a atuação de missionários desde a década de 1670, quando Antônio de Oliveira Ledo, na ocasião do estabelecimento do arraial do Boqueirão, solicitou ao bispo de Pernambuco um missionário para se estabelecer entre os índios (NANTES, 1979). Inicialmente foi enviado o Capucho francês Teodoro de Lucé e, posteriormente, o Padre Martins Nantes.

De acordo com Hespanha e Santos (1998), na formação e organização do império ultramarino português, o domínio religioso, intimamente ligado ao poder secular e legitimado por meio do direito régio do padroado, foi o único a ser exercido com bastante eficácia

desde os âmbitos mais periféricos até o âmbito internacional. Entre as razões que explicam tal êxito encontra-se o fato de se tratar de um poder socialmente visível e, provavelmente, mais presente, mesmo onde o poder régio não tinha condição para se implantar (HESPANHA; SANTOS 1998). Na América portuguesa, por exemplo, é possível perceber a eficiência e os êxitos logrados pela ação religiosa desde a ocupação do seu litoral, onde os religiosos, principalmente jesuítas, controlavam a redução temporal e espiritual dos índios em aldeias, com a finalidade de solucionar os problemas de dominação e de recrutamento para o trabalho na economia agro-açucareira (MONTEIRO, 2000 *apud* GALINDO, 2004).

Nos sertões do Norte, principalmente durante a Guerra dos Bárbaros, os aldeamentos também serviram como pontos militares (SOARES, 2012). Para Salvador Correia de Sá, que insistiu na fundação de missões nos sertões durante o período da guerra, os aldeamentos serviriam no combate aos índios não aliados e aos mocambos dos negros e mulatos exilados nas terras despovoadas, resolvendo assim o perigo dos inimigos internos e expandindo o domínio português até as colônias de Castela (PUNTONI, 2002). Estrategicamente localizados, os índios aldeados, acompanhados por um religioso que era responsável pela capela e pelos sacramentos, tornavam-se “fronteiras” da colonização.

As primeiras informações sobre uma possível atuação religiosa no sertão do Piancó datam de 1694. Identificamos tais informações na carta de Dom João de Lencastre, enviada ao Mestre de Campo Mathias Cardoso de Almeida, informando sobre as decisões régias a respeito da Guerra dos Bárbaros: “se serviu Sua Majestade ordenar-me que no Assú, Jaguari, e Piranhas se ponham seis aldeias de índios, duas em cada um destes três sertões...” (CARTA PARA..., 1937, p. 302). No caso das aldeias das Piranhas, em especial, os índios que deveriam ser enviados para formá-las estavam sob o domínio do capitão-mor Constantino de Oliveira

Ledo⁸ e, possivelmente, compunham o mesmo grupo que, anos antes, para livrar-se da guerra com as tropas paulistas, selaram acordo de paz com esse militar, passando a partir de então ao seu controle.⁹

As ordens de 1694 previam controlar um dos principais focos da guerra e “pacificar” o território para posterior ocupação. Na Paraíba, elas não foram cumpridas como se era esperada. Isso porque, de acordo com o governador da capitania da Paraíba, Manoel Nunes Leitão de Albuquerque (1692-1697), não haviam “bárbaros” por aquelas partes.¹⁰ Apesar desse argumento, principalmente após o “bom sucesso” do capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo contra os índios levantados no sertão do Piancó, Lencastro insistiu na execução da ordem, determinando que se transferissem para as Piranhas a “aldeia de tapuias mansos que chamam os Cariris, e outra aldeia de Caboclos, que assistem no Mamanguape”.¹¹ Além disso, autorizou o envio de armas, mantimentos e homens para as fronteiras das Piranhas, a fim de mantê-las povoadas e guarnecidas, impedindo os inimigos de intentarem qualquer tipo de vingança.¹²

Registro de 1702 ainda dava notícias sobre a ordem para a criação de aldeamento nas Piranhas, mas não identificava se o mesmo havia ocorrido (PINTO, 1977). Por meio de fonte de 1749 sabemos acerca da existência de uma aldeia na ribeira das Piranhas, formada por ín-

8 Ver: Carta para o Governador de Pernambuco. 8 de junho de 1694. DHBN, v. 38, 1937. p. 314-315.

9 Ver: Registro da Carta Patente do posto de Mestre de Campo do Terço de Paulistas brancos índios armados que por ordem do Sua Majestade que Deus guarde há de vir da Capitania de S. Vicente para a guerra dos bárbaros do Rio Grande provido na pessoa do Sargento-maior Manuel Alves de Moraes Navarro aprovado pelo mesmo Senhor para se lhe encarregar aquela guerra. 5 de junho de 1696. DHBN, v. 57, 1942. p. 84-93.

10 Ver: Carta para o governador e capitão geral de Pernambuco Caetano de Mello de Castro sobre a guerra dos Bárbaros do Rio Grande. 20 de maio de 1695. DHBN, v. 38, 1937. p. 331-334.

11 Carta para o Capitão-mor da Parahiba Manuel Nunes Leitão. 30 de outubro de 1696. DHBN, v. 38, 1937. p. 407-409.

12 *Idem*; Carta para o Governador de Pernambuco Caetano de Mello sobre o socorro que há de mandar de pólvora para a guerra do Piancó. 2 de novembro de 1690. p. 409-410; Carta para os oficiais da Câmara da Paraíba sobre a farinha que hão de mandar às Piranhas. 2 de novembro 1696. p. 410-411. DHBN, v. 38, 1937.

dios da nação Pegas, duas na ribeira do Piancó, composta por Panatis e Coremas, e outra no Rio do Peixe, com Icós pequenos; sendo que, de todas elas, apenas as aldeias do Piancó estavam sendo administradas por missionários.¹³ Além de se dedicarem à conversão indígena, possivelmente, esses religiosos também prestaram apoio espiritual aos colonos que fixaram fazendas e currais de gado no Piancó, principalmente após o término da Guerra dos Bárbaros, quando surgem diversos núcleos populacionais.

O número capelas se multiplicou à medida que o século XVIII avançava, sua criação se deu, principalmente, a partir da doação de patrimônios (terras, dinheiro e bens para sua construção e manutenção). Além de servir à administração dos sacramentos, esses templos religiosos se convertiam em lugar de encontro, contribuindo para a gênese e a consolidação de núcleos urbanos a partir do aumento da dinâmica social, concorrendo assim para a elevação da simples capela à condição de matriz, sede de uma freguesia (SOARES, 2012). Assim como aconteceu com a capela de N. S. do Bom Sucesso, em 1721, após ser eleita para sediar a freguesia de mesmo nome.

É possível que a prosperidade do arraial e o progressivo povoamento do território tenha dado um caráter de permanência ao núcleo populacional que surgiu às margens do rio Piranhas e a estrutura da sua capela (SARMENTO, 2007), que, em 1710, contava com um capelão para lhes administrar os sacramento¹⁴. Tal hipótese pode ser confirmada na escolha da povoação de do Bom Sucesso para sediar a primeira freguesia dos sertões da Paraíba, por volta de 1721. A promoção eclesiástica ocorria em regiões suficientemente povoadas e capazes, economicamente, de manter o padre e o edifício religioso (igreja matriz), pois as capelas a serem consagradas precisavam dis-

13 Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 28, 1908. p. 419-420.

14 Carta do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], sobre os povoados, gado e mais fazendas, e a falta de administração nos sertões. 5 de junho de 1710. AHU_CU_014, Cx. 4, D. 310.

por de um patrimônio que garantisse a renda anual mínima para sua “fábrica, reparação e ordenamentos”, conforme exigências impostas pela Igreja desde o Concílio de Trento (FONSECA, 2011).

Acreditamos que a escolha da povoação do Bom Sucesso esteja relacionada ao fato de ser aquele um núcleo populacional estável, onde autoridades militares e jurídicas encontravam-se fixadas, ao contrário das povoações ao seu redor. No que diz respeito ao caráter econômico, o Piancó poderia não se aproximar a outras regiões mais produtivas, mas conseguiu garantir a construção, ordenada em 1721, e a manutenção da matriz e do padre. Para construção da nova igreja foram pagos 650 mil réis ao mestre pedreiro Simão Barbosa Moreira pela Irmandade de N. S. do Bom Sucesso, que ordenou a construção de uma igreja de pedra e barro, rebocada e caiada¹⁵. Uma vez construída, cabia ao pároco e aos moradores sua manutenção.

A criação da freguesia, assim como os aldeamentos, também serviu aos interesses do governo português no processo de conquista e administração dos sertões. Recorte espacial de ordem eclesiástica, as freguesias eram instituídas pela Coroa portuguesa e tinham efeito civil (SARMENTO, 2007). Sua instituição além de regular a vida religiosa — administração dos sacramentos e produção de registros (certidão de batismo, casamento e morte) — auxiliou no domínio político, econômico, social e cultural dos vastos territórios que se fragmentavam à medida que novas freguesias eram criadas (SARMENTO, 2007).

A freguesia do Bom Sucesso, assim como toda freguesia, correspondeu a um recorte territorial específico sobre o qual se exercia jurisdição religiosa, através da atuação de um pároco, que se fixava na sede, ou

15 CCJQ, Pombal-PB. Livro de Notas de 1719-1725: (1) Escritura de obrigação que faz o mestre pedreiro Simão Barboza Moreira aos Irmãos de Nossa Senhora do Bom Sucesso nesta matriz do Piancó. 24 de fevereiro de 1721. (2) Escritura de obrigação que faz a Irmandade digo o procurador e tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó ao mestre pedreiro Simão Barboza Moreira. 24 de fevereiro de 1721.

seja, na igreja matriz da povoação do Bom Sucesso. Responsável pela administração da matriz, o pároco também poderia deslocar-se para as demais capelas sob sua jurisdição. No caso da freguesia aqui abordada, a jurisdicional do pároco abrangia um vasto território que incluía o sertão do Seridó (SARMENTO, 2007). Dessa forma, a povoação do Bom Sucesso tornou-se um ponto de articulação dos sertões, de onde e para onde emanavam todas as questões de caráter religioso, exercendo certa capitalidade. Do ponto de vista sociopolítico e econômico é possível que a povoação tenha crescido consideravelmente, visto que por muitos anos concentrou os rendimentos, os fregueses e o território.

A fragmentação da freguesia do Bom Sucesso começou na década de 1740. Impelido pela preocupação com a quantidade reduzida de religiosos para atender a extensão da freguesia do Piancó, o bispo de Pernambuco decidiu, em 1747, pela divisão dos curatos do Piancó e do Icó (Ceará) e, conseqüentemente, pela criação de novas freguesias (MACEDO, 2013). Em cumprimento dessa ordem, em abril de 1748, foi criada a freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, localizada no sertão do Seridó, com sede na Povoação do Caicó (MACEDO, 2013). Após o desmembramento religioso do Seridó, até o fim do século XVIII foram desmembrados mais dois sertões: sertão do Rio do Peixe, onde se criou a freguesia de N. S. dos Remédios (1784), com sede na povoação do Jardim do Rio do Peixe (Sousa-PB), e o sertão das Espinharas, com a criação da freguesia de N. S. da Guia dos Patos (1788), com sede na Povoação dos Patos (Patos-PB).

Se o desmembramento da freguesia do Bom Sucesso e, conseqüentemente, a criação de novas freguesias no sertão do Piancó comprometeu a capitalidade religiosa da povoação, a sua influência civil permaneceu até a década de 1780, quando as povoações de Caicó (RN) e de Jardim do Rio do Peixe (Sousa, PB) foram elevadas à condição de vila e passaram a ter suas próprias câmaras — a primeira em 1788 e a segunda em 1800.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alvo da política de expansão das fronteiras da América portuguesa, o sertão do Piancó foi incorporado ao império lusitano ainda em fins do século XVII e início do XVIII, após cruentas batalhas contra os índios não aliados. Sua conquista e povoação garantiu a comunicação entre os lugares mais distantes e possibilitou a conversão de extensas sesmarias em pastos para a atividade criatória, desenvolvendo assim uma economia lucrativa. A manutenção e organização política dessa conquista ocorreu graças à atuação de autoridades militares, jurídicas e religiosas, responsáveis pela condução administrativa do arraial, povoação, julgado, freguesia e vila, circunscrições espaciais que determinaram as formas institucionais de ordenamento do território.

Instalado para servir de apoio e avanço militar, o arraial de Piranhas atendeu a necessidade de garantir socorro às fronteiras da capitania da Paraíba com a do Rio Grande, no período da Guerra dos Bárbaros. Comandando por um capitão-mor, o arraial lançou as bases para a constituição da povoação do Bom Sucesso, núcleo que viria a ser controlado por oficiais de Ordenança e um juiz ordinário, ofício criado em 1711, quando houve a criação do julgado. A criação da figura do juiz no sertão era uma forma de oferecer justiça aos seus habitantes, sem que se instalasse uma câmara, instituição que passaria a existir no Piancó somente em 1772. Paralelo à povoação, ao julgado e à vila, estava a criação da freguesia, controlada jurisdicionalmente pelo pároco da igreja matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso. São essas circunscrições, criadas e sobrepostas desde fins do século XVII, que ofereceram as condições necessárias à conquista, à povoação e à integração do sertão ao império ultramarino, visto que possibilitaram a transmutação de um espaço “vazio e desordenado” à unidade espacial controlada e administrada, ou seja, a um território jurisdicional.

REFERÊNCIAS

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Ecossistema de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte**, c. 1666-1820. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. 531 f.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Carta para o Mestre de Campo Mathias Cardoso de Almeida. 4 de junho de 1694. **DHBN**, v. 38, 1937. p. 302-305.

CARVALHO, Juliano Loureiro. **Formação territorial da mata paraibana, 1750-1808**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. 275 f.

CEBALLOS, Rodrigo. Veredas sertanejas da Parahiba do Norte: a formação das redes sociais, políticas e econômicas no Arraial de Piranhas (século XVIII). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, p. 1-10, 2011.

COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial. **Revista de História Regional**, n. 2, v. 11, p. 109-162, 2006.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII**. Trad. Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. ALVA, 1997.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Trad. Maria Júlia Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GALINDO, Marcos. **O Governo das Almas: a expansão colonial no país dos tapuias 1651-1798**. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina). Leiden University, Holanda, 2004.

GUEDES, Paulo Henrique M. Q. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650 — 1730)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

HESPANHA, Antônio Manuel. A igreja. In: MATTOSO, José (Coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, v. 4, 1994. p. 257-258.

HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. *Os poderes num Império Oceânico*. Em: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Estampa. 1998, p. 351-366.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. O senado da câmara da Vila Nova do Príncipe. In: MACÊDO, Muirakytan de. *et al.* (Org.). **História e memória da câmara municipal de Caicó**. Caicó: EDU-FRN, v. 1, 2016. p. 25-60.

MONTEIRO, Juliane Tavares. **Juízes do sertão colonial: compondo espaços jurídicos na Capitania de Pernambuco, no séc. XVIII**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019. 25 f.

MORAES, Ana Paula da Cruz de Pereira. **Entre mobilidades e disputas: o sertão do Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750**. Tese (Doutorado em História). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. 301 f.

MORAIS, Yan Bezerra. **“E por ser de conhecida nobreza”: elites locais e redes de reciprocidade no sertão do Piancó, Capitania da Paraíba do Norte, 1711-1772**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019. 185 f.

NANTES, Pe. Martinho de. **Relação de uma missão no rio São Francisco**. Trad. Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

PAIVA, Yamê Galdino de. **Vivendo à sombra das Leis: Antônio Soares Brederode entre a justiça e a criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. 197 f.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, freguesias e vilas na Paraíba colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800.** 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. 163 f.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O velho Arraial de Piranhas (Pombal).** 2. ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. Pesquisas para a História do sertão da Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.** João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, nº. 21, p. 51-86, 1975.

SOARES, Maria Simone Morais. **Formação da rede urbana do sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba setecentista.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. 186 f.

O Comércio das Drogas do sertão e o avanço pelo sertão amazônico (Século XVIII)

André José Santos Pompeu¹

INTRODUÇÃO

As Drogas do sertão têm sido um dos temas mais importantes na historiografia amazônica, papel que combina com a sua condição de primeira e principal atividade econômica da Amazônia portuguesa. Após o contato com os europeus, como cita Arthur Cezar Ferreira Reis, holandeses e franceses já comercializavam as drogas com os índios (REIS, 1993, p. 9-10), conseqüentemente, revendendo esses produtos em seus portos de origem na Europa. Com a conquista do delta amazônico pelos lusitanos, esse importante comércio vai ser dominado pelos portugueses.

Segundo Ângela Domingues (DOMINGUES, 1994, p. 270), as Drogas do Sertão são um conjunto de produtos extraídos da floresta, com uma grande variedade de origens, podendo ser sementes, cascas de árvores, raízes, óleos e resinas. Entre os principais produtos na economia amazônica, reputados como Drogas do Sertão, podemos citar o cacau, o cravo do maranhão, a salsaparrilha e a copaíba. Ou seja, as drogas seriam quase todos os produtos vegetais aos quais os portugueses encontraram uso e um valor de mercado. Ressaltando que outros produtos naturais,

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará. Bolsista CAPES.

mas de origem animal, como couros, peixes, tartarugas e suas manteigas, apesar de ganharem valor de mercado, não figuram no rol das Drogas do sertão. Assim como, produtos vegetais de uso diário, como ervas e folhas, que estariam associadas a alimentação da população, também não figuram no que se convencionou chamar de Drogas do sertão.

Outro importante fator relacionado às drogas do sertão, diz respeito ao seu duplo caráter. Além de ser um produto de exportação — sendo o cacau o mais importante durante todo o período colonial — as drogas do sertão também fizeram o papel de “moedas da terra”, ou seja, toda vida monetária da Amazônia colonial era vivenciada através do fluxo das drogas. Os produtos ordinários para o dia a dia eram adquiridos através da troca das drogas, a utilização de boticas era feita através das drogas, itens trazidos do reino eram vendidos por drogas, os direitos reais, assim como os dízimos, eram pagos em drogas. Sendo assim, toda a base do comércio e da economia era contada em drogas. Tudo que era pago ou comercializado tinha valor em réis e, conseqüentemente, sua conversão para as drogas. Se em um ano não houvesse expedições ao sertão para coletas essas drogas, o reflexo na economia local poderia ser terrível, com um descontrole dos preços praticados, pela falta de moeda circulante para as compras.

Essa questão enseja muitas reflexões, como a dupla cotação que um mesmo produto tinha. Sendo por um lado cotado de uma forma no mercado exportador de Lisboa, mas também, cotado de uma forma nas trocas ordinárias dentro da própria Amazônia lusitana. Além disso, dentro das duas principais capitanias reais da Amazônia portuguesa, a saber, a do Maranhão e do Grão-Pará, também havia uma diferenciação entre os produtos utilizados como moeda. Enquanto no Maranhão, havia plantações de algodão, essa era a moeda utilizada na capitania, os rolos de algodão grosso, ou as varas de algodão. Já na capitania do Grão-Pará, a moeda que girava eram as drogas como cacau e cravo. Sendo que, em determinados momentos, a economia paraense e o valor das drogas se

tornaram tão atraentes, que até mesmo no Maranhão as pessoas preferiam negociar baseados no cacau, do que no algodão (LIMA, 2006.).

O jesuíta João Daniel fez um interessante relato, durante o século XVIII, de como eram feitas as expedições de coleta, a qual apresentaremos alguns pontos. Segundo o inaciano, as expedições poderiam durar até oito meses, contando o tempo da viagem e a coleta em si. A canoa que era equipada pela expedição levava em torno de 40 índios, sendo comandados por um cabo de canoa, que tanto poderia ser o proprietário da canoa, como um sócio desse proprietário, ou, até mesmo, alguém contratado para essa função, recebendo entre um quinto ou 20% do que fosse produzido pela canoa (DANIEL, 2004, p. 81). O pagamento dos indígenas envolvidos na expedição — quando estes não eram escravos — era afixado em varas de panos de algodão e alguns outros tecidos, porções de sal, agulhas, espelhos e chapéus (DANIEL, 2004, p. 80.). Além disso, por ser uma viagem longa, demanda uma grande quantidade de alimentação, levando, no mínimo, 200 paneiros de farinha (DANIEL, 2004, p. 81).

Como é possível imaginar, as expedições além do produto coletado, que acabava por gerar valor tanto em exportações como em moeda natural, também faziam toda a roda da economia local girar, ao garantir a compra de farinha e de outros possíveis alimentos, de tecidos, de agulhas, produtos que serviam como pagamento aos participantes das viagens. Novamente nos valendo das palavras de João Daniel, uma expedição demandava, em média, um investimento de 300 mil réis para acontecer, inclusive, com alugueis de canoas para transporte (DANIEL, 2004, p. 79.). Deste modo, a atividade das drogas do sertão, impactavam, boa parte dos setores da sociedade amazônica. Desta feita, o presente texto tem o objetivo de discutir a presença de múltiplos atores no movimento de avanço pelo sertão amazônico e da coleta dos produtos florestais conhecidos como drogas do sertão.

O AVANÇO PELO SERTÃO AMAZÔNICO

Apesar do avanço português ter se realizado dia após dia na América, podemos destacar três momentos distintos, onde foi perceptível um aumento desse avanço. O primeiro momento foi a própria conquista da região e as incursões para expulsar e destruir os demais europeus que tentavam se estabelecer no vale amazônico. O segundo momento, já em meados do século XVII, foi o movimento de aprisionamento de indígenas nas regiões mais distantes de Belém, que já vinha sentindo os efeitos da queda demográfica dos nativos em seu entorno. Por último, temos o movimento de avanço para os rincões da Amazônia em busca das drogas do sertão, que assim como o momento anterior, também colocou em choque os lusitanos com outros pretendentes a dominadores do vale, como é o caso dos espanhóis em Maynas, Mojos e Chiquitos.

Podemos considerar como o primeiro movimento de avanço pelo sertão amazônico, a própria conquista empreendida por colonos portugueses oriundos do Estado do Brasil, com o objetivo de expulsão as potências europeias concorrentes que estavam se alojando no vale amazônico, em um movimento no sentido leste-oeste, que tentava garantir a supremacia dos Habsburgo na América. Aliado a isso, temos um movimento de busca de honras e mercês, em uma nova conquista, pelo fato delas começarem a se tornar mais difíceis de se obter no Estado do Brasil (CARDOSO, 2012, p. 44-61). Esse movimento, que perdurou pelas primeiras décadas do século XVII, se juntou com o movimento de guerra aos indígenas, que por diversos motivos poderiam representar uma ameaça à montagem do aparato colonial português (BONILLO, 2015, p. 465-490).

O segundo momento foi exemplar a partir da viagem de Bartolomeu Barreiros de Ataíde, que em 1649, fez uma longa devassa no sertão do rio Negro, baseado nas informações colhidas na viagem de Pedro Teixeira até Quito, com o intuito de encontrar metais precioso-

sos. Esta foi a primeira vez que os lusitanos começaram a penetrar no sertão do rio Negro e todos os seus tributários. Apesar de ser uma expedição que buscava metais preciosos, Barreiros de Ataíde voltou para Belém com a narrativa de que os ditos metais não existiam na região, mas que ela era rica mesmo assim, pois naquele sertão abundavam os índios que poderiam ser capturados e utilizados como mão de obra. Logo em seguida, Vital Maciel Parente organizou uma grande tropa para o rio Negro, juntamente com os missionários da Companhia de Jesus, dando início ao longo apresamento de indígenas na região (POMPEU, 2016, p. 28). O que também se explica pelo fato de escassear a mão de obra nativa no entorno de Belém, fazendo com que os traficantes de índios tivessem que ir cada vez mais longe no sertão em busca de escravos para todo tipo de serviço ordinário na colônia, desde as atividades econômicas, como pescar, plantar e cuidar das residências (BOMBARDI, 2014, p. 71-78).

Por fim, temos a exploração das drogas do sertão como um fator relevante para a exploração e ocupação do sertão amazônico. Na verdade, são inúmeros os autores que apontam essa realidade, como João Lúcio de Azevedo, que afirma que a fronteira amazônica foi alargada através do sertão, devido à exploração das drogas do sertão (AZEVEDO, 1901, p. 126-127). Em trabalho mais recente, Francisco Jorge dos Santos assevera que os principais causadores do alargamento do sertão amazônico foram os coletores de drogas e os aprisionamentos de indígenas (SANTOS, 2012, p. 19). Ou mesmo na obra de Carlos Bastos, que se centrou, principalmente, na pesquisa fronteira amazônica, podemos encontrar a assertiva de que a coleta das drogas do sertão foi fundamental para o incremento e consolidação dessa fronteira (BASTOS, 2017, p. 59-67).

Concomitante a ideia de alargamento do sertão e da fronteira amazônica, a historiografia amazônica, praticamente, convencionou de que a economia das drogas do sertão era controlada, unicamente, pelos religiosos e, entre estes, os membros da Companhia de Jesus teriam prima-

zia. Ora, se é lugar comum na historiografia que as expedições de coleta das drogas do sertão auxiliaram na desbravamento do sertão amazônico, ao mesmo tempo que é lugar comum que essas expedições eram controladas pelas ordens religiosas, a somatória usual diz que as ordens religiosas são as principais responsáveis por esse avanço e consolidação da presença portuguesa no sertão amazônico. É uma lógica simples.

Não tenho a intenção de diminuir a participação dos missionários na história da América portuguesa, mas acredito na necessidade de matizarmos melhor as situações, dando visibilidades a outros sujeitos importantes, talvez até mais importantes que os jesuítas, no avanço pelo sertão amazônico. Entre esses sujeitos, existe a presença dos moradores e colonos, sobretudo os residentes no Grão-Pará, que as fontes coevas citam como sendo “particulares”. Entre os anos de 1738 e 1767, foi possível compilar o montante de 1.690 canoas armadas e enviadas por particulares no negócio do sertão, sendo que para os de 1759, 1763 e 1764, não foi possível localizar qualquer dado (Arquivo Público do Pará, Códice 32, Termos de Responsabilidade e Inquéritos, 1738-1798, não numerado).

De sorte que, da parte dos missionários, contamos com os dados para alguns anos. Foi possível identificar que os missionários carmelitas enviaram 15 canoas durante o ano de 1747, 12 durante o ano de 1748 e 11 em 1749. Já os padres da Companhia de Jesus, enviaram 8 canoas em 1748, 14 em 1749 e 14 canoas em 1756 (Arquivo Público do Pará, Códice 32, Termos de Responsabilidade e Inquéritos, 1738-1798, Não numerado). Sobre os particulares, em 1747 foram enviadas 75 canoas ao sertão, no ano de 1748 foram 9, em 1749 foram 66 canoas e, por último, no ano de 1756 foram 56 canoas (Arquivo Público do Pará, Códice 32, Termos de Responsabilidade e Inquéritos, 1738-1798, Não numerado). Ou seja, com exceção do ano de 1748, os particulares sempre enviam mais canoas ao sertão que qualquer ordem religiosa. Mesmo que exista uma tendência por ver os padres como os senhores absolutos do sertão.

Em sua primeira obra de vulto historiográfico, ainda no início do século XX, Arthur Reis já delimita que de 1616 até 1637, o limite do sertão que as expedições das drogas obedeciam era ir até o rio Tapajós. A mudança nesse cenário só aconteceria a partir de meados do século XVII, com o retorno de Pedro Teixeira de Quito e a expedição de Bartolomeu Barreiros de Ataíde (REIS, 1993, p. 14-16), quando o sertão amazônico foi alargado do Tapajós até o rio Negro pelas constantes expedições de coleta de drogas e aprisionamento de índios.

Essa noção de fronteira no rio Negro vai perdurar pelo restando do século XVII, pois em 1738, o jesuíta das missões espanholas de Maynas, Pablo Maroni, cita que o comum aos portugueses é a fronteira do rio Negro, sobretudo, por terem encontrado muitas nações indígenas belicosas ao avançar na região, sobretudo, índios acostumado a comerciar com os holandeses e que barravam o caminho dos lusitanos (MARONI, 1988, p. 132). O jesuíta espanhol ainda relata sobre a dinâmica econômica dos portugueses do Grão-Pará, citando que a economia da região girava basicamente em torno das drogas do sertão, pela inexistência de metais preciosas no Estado, assim como, haviam poucos mantimentos para a alimentação dos portugueses, que usualmente buscavam tartarugas e a feitura de suas manteigas, nas regiões mais distantes do sertão (MARONI, 1988, p. 137).

Padre Maroni relata ainda mais, que grupos indígenas como os Aizuares e Ibanomas subiram até a fronteira castelhana no rio Solimões, fugindo das constantes incursões dos portugueses que buscavam a coleta da salsaparrilha e do cacau na região (MARONI, 1988, p. 314-315). Relatos nesse sentido não são novidades, em 1696, o padre Samuel Fritz, também atuante nas missões de Maynas, relatou em seu diário que vários índios Yurimágua estavam subindo o rio em direção às suas missões pela chegada de tropas portuguesas, que vinham coletar cacau na região e, aproveitavam para aprisionar índios. O próprio Fritz teve contato com o Cabo dessa tropa, um sujeito chamado Francisco Sousa, que durante o diálogo, alerta ao padre

que a sua ordem de prisão havia sido expedida em Belém (MARONI, 1988, p. 338-339). A situação se repete em 1697, agora com a presença do cabo José Antunes da Fonseca e, finalmente, o primeiro religioso surge, um frei carmelitano chamado Manoel da Esperança (MARONI, 1988, p. 342). Em 1702, vários índios Cayuicanas e Gua-reicus se mobilizam contra os portugueses que novamente sobem o rio em busca de cacau e escravos, desta feita, sob as ordens de dois irmãos Leandro e Ambrósio Ornelas (MARONI, 1988, p. 351).

Outro jesuíta de Maynas, desta feita o padre Manuel Uriarte, também relatou a presença de portugueses na fronteira do Solimões em 1757, inclusive, afirmando um certo José Álvares, teria ajudado os missionários com os seus dotes de carpintaria no conserto de canoas (URIARTE, 1986, p. 229). O que os relatos parecem apontar é de uma constante presença dos portugueses nos limites entre os dois impérios, no sertão amazônico, mas com exceção da presença de frades carmelitanos a partir do primeiro quartel do século XVIII, inexistem citações aos missionários, os relatos sempre trazem as figuras dos expedicionários em busca das drogas — o cacau e a salsaparrilha, para ser mais exato.

Qual seria a razão da atribuição de um lugar privilegiado aos missionários, se pelos relatos da fronteira com os domínios espanhóis, os sujeitos que mais se repetem são expedicionários particulares e não outros padres? Para a historiografia da economia amazônica, essa posição privilegiada dos padres diz muito respeito ao controle exercido sob a mão de obra indígena. A lógica é simples, como a grande maioria dos trabalhadores na economia das drogas do sertão eram índios, e os missionários controlavam as aldeias, logo os missionários controlavam a economia. Não pretendo entrar no mérito do debate em torno da disputa pela mão de obra no mundo colonial, sobretudo, entre jesuítas e colonos, a qual tem uma vasta bibliografia. Não obstante, nesse caso específico, é possível rastrear como nasce a ideia do controle da economia das drogas do sertão.

Em sua tese de doutorado, Roberta Lobão Carvalho, demonstra como o sentimento antijesuítico — que não era algo novo no século XVIII — foi compilado e propagandeado por Paulo da Silva Nunes na primeira metade do XVIII, chegando, inclusive, a viajar para a corte com uma suposta proteção de ex-governadores como Bernardo Pereira de Berredo e Alexandre de Souza Freire, com o intuito de peticionar ao Conselho Ultramarino e ao rei, sobre a má atuação dos missionários da Companhia de Jesus nas conquistas. Entre as várias acusações que Paulo da Silva Nunes levou à corte contra os jesuítas amazônicos, havia, justamente, a questão da economia das drogas do sertão e o domínio pelos inácianos — mesmo que tenhamos visto que os números de canoas dos particulares foram bem maiores. Ainda segundo Carvalho, as acusações de Nunes ficaram engavetadas no Conselho Ultramarino durante grande parte do reinado de D. João V (CARVALHO, 2018).

O interessante que, segundo Carvalho, as acusações de Paulo da Silva Nunes só saem das gavetas com a ascensão de Pombal como todo-poderoso do reino e do governo do seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, quando a figura de Paulo da Silva Nunes e suas acusações começam a ser evocadas em uma campanha contra a Companhia de Jesus e, novamente, contra o seu domínio da economia das drogas do sertão (CARVALHO, 2018, p. 242-249). Esse argumento fica bem latente, por exemplo, quando Mendonça Furtado escreve a sua primeira carta ao irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, já como governador empossado em Belém. Na missiva o governador aponta que os missionários são detentores do trabalho indígena e das melhores terras da região, portanto, são os senhores da economia amazônica (MENDONÇA, 2005, p. 119).

Além disso, o governador Mendonça Furtado também explicita que pelo fato de os missionários terem uma sede de monopólio do comércio do Estado, eles arruinaram as expedições de coleta

dos particulares, controlando os índios, fazendo com que todas as drogas ficassem, exclusivamente, nas suas mãos. O governador explica que a metodologia dos padres era solicitar que os particulares pagassem os salários dos índios de forma antecipada e depois, os padres instigavam os índios a fugir das expedições, deixando as canoas dos particulares sem ter quem as reme (MENDONÇA, 2005, p. 120). Na sua quinquagésima nona carta ao irmão, agora de 1754, o governador Mendonça Furtado volta a repetir que os padres jesuítas são os maiores inimigos do Estado português, sendo eles os principais senhores da economia das drogas do sertão, por serem, também, senhores absolutos da mão de obra indígena (MENDONÇA, 2005, p. 116). Acusações muito próximas, às quais Paulo da Silva Nunes lançava sobre os padres da Companhia. Não obstante, como vimos anteriormente, nos anos em que foi possível localizar as canoas da Companhia de Jesus, os particulares enviaram quantidades maiores de canoas para a coleta das drogas do sertão, o que levanta a hipótese de Mendonça Furtado estar apenas utilizando uma retórica contra os missionários, em prol do projeto secular que se desenvolvia em Portugal.

É perceptível em autores como João Lúcio de Azevedo (1901), Manuel Nunes Dias (1971) e António Carreira (1988), que houve a leitura de documentos escritos por Mendonça Furtado e Sebastião José de Carvalho e Melo, como uma verdade, consequentemente, transformando essas informações em argumento historiográfico. Os três autores fazem apologias ao Marquês de Pombal ao longo de toda a sua obra e compram, facilmente, a ideia de que os padres eram os senhores da economia das drogas do sertão, proporcionando que a Amazônia portuguesa se tornasse um espaço arruinado, pobre e frágil, enquanto existem relatos de vizinhos na Guiana francesa que enxergavam Belém como uma cidade grande, recebendo todo tipo de sortimento de itens europeus (BONILLO; ARENZ, 2019, p. 117-120). Ao fim, o que acontece é a perpetuação desse argumento, silenciando a presença de outros sujeitos no sertão amazônico, como é o caso dos particulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não tenho a intenção de menosprezar ou riscar a atuação e importância dos missionários, tanto jesuítas, quanto carmelitas, no sertão amazônico. Na redução dos índios, da abertura de caminhos e no estabelecimento de aldeamentos, que proporcionaram o alargamento do sertão amazônico. Na verdade, minha intenção com o presente texto é trazer outros sujeitos para o cenário do sertão amazônico. É possível distinguir que a economia das drogas do sertão, feita, eminentemente, no sertão, foi a principal atividade econômica ao longo de todo o período colonial, assim como, é possível vislumbrar que vários autores delegam a supremacia nessa economia aos jesuítas, esquecendo dos colonos, moradores e particulares, que em termos numéricos, são bem maiores que os missionários, tanto que enviavam uma quantidade maior de canoas.

Além disso, através das crônicas missionárias de três jesuítas espanhóis, de Maynas, também foi possível perceber que sempre que se fala da presença portuguesa nos sertões, se trata de moradores em busca de índios e drogas. Apesar da presença, a partir do primeiro quartel do século XVIII, de missões carmelitas na região, que foram muito importantes para o alargamento dessa fronteira, as figuras mais recorrentes são os moradores particulares.

Por fim, pudemos demonstrar a hipótese de que a ausência dos particulares na historiografia, tem relação com a leitura que autores clássicos fizeram do período pombalino, tomando como verdadeiras as informações passadas por Pombal e Mendonça Furtado, sem buscar outras fontes para confrontar. Temos assim, uma “herança” pombalina que se perpetuou através das páginas dos autores clássicos que lidaram com a economia amazônica e nos fizeram pensar que os principais agentes do sertão amazônico e da economia das drogas, foram os missionários, em detrimento de outros importantes sujeitos.

REFERÊNCIAS

Fontes publicadas

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

MARONI, Pablo. **Notícias autenticas del famoso rio Marañon** [1738]. Iquitos: IIAP-CETA, 1988.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondências do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)**. 2. ed. I Tomo. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondências do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)**. 2. ed. II Tomo. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

URIARTE, Manuel J. **Diario de um missioneiro de Maynas**. Iquitos: IIAP-CETA, 1986.

Fontes manuscritas

Arquivo Público do Pará, Códice 32, Termos de Responsabilidade e Inquéritos, 1738-1798, não numerado.

Bibliografia

AZEVEDO, João Lúcio de. **Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Lisboa: Tavares Cardoso, 1901.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. **No limiar dos impérios**. A fronteira entre a capitania do Rio Negro e a Província de Maynas: Projetos, circulações e experiências (1780-1820). São Paulo: Hucitec, 2017.

BOMBARDI, Fernanda Aires. **Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BONILLO, Pablo Ibáñez. “Desmontando a Amaro: una re-lectura de la rebelión tupinambá (1617-1621)”. *In: Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, nº 31, 2015, p. 465-490.

BONILLO, Pablo Ibáñez; ARENZ, Karl Heinz. “Uma correspondência transfronteiriça na Amazônia colonial: a carta do jesuíta Louis de Villette de Caiena a seu confrade José Lopes em Belém (1733)”. In: **História Unisinos**, vol. 23, nº 1, 2019, p. 117-123.

CARDOSO, Alírio. **Maranhão na monarquia hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**. Tese de doutorado, Faculdade de Geografia e História, Universidade de Salamanca, Salamanca, 2012.

CARREIRA, António. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: O comércio intercontinental Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII**. Vol. 1. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARVALHO, Roberta Lobão. “**A ruína do Maranhão**”: a construção do discurso antijesuítico na Amazônia portuguesa (1705-1759). Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. São Paulo: EdUSP, 1971.

DOMINGUES, Ângela. “Drogas do Sertão”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Dicionário de história da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994.

LIMA, Alam José da Silva. **Do “dinheiro da terra” ao bom dinheiro: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750)**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

POMPEU, André. **Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

REIS, Arthur César Ferreira. **A política de Portugal no vale Amazônico**. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1993.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: Mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII**. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

Os Correia Vieira e a ocupação espacial do Banabuiú/CE no século XVIII

Áurea Regina de Araújo Ribeiro¹

Em uma carta de sesmaria podemos encontrar informações que cumprem um esquema padrão e seguem prescrições para a validade efetiva do documento. Por exemplo, ela inicia com a apresentação de dados gerais sobre o solicitante, tais como nome, local onde residia, a região a ser pedida e fecha com as justificativas empregadas. Logo depois, o capitão-mor aparece dando orientações ao escrivão para a verificação da aptidão das terras para a doação, por exemplo, a ausência de donos. Em seguida, o escrivão aponta a possibilidade ou não de ocorrer a doação após sua averiguação inicial. As últimas partes são mais “burocráticas” e apresentam a concessão da sesmaria propriamente, uma mostra o capitão-mor por fim concedendo à mercê requerida e outra trata-se da carta de doação com o deferimento, constando uma repetição da carta com o acréscimo dos deveres e exigências para os sesmeiros e as autoridades. Basicamente esse modelo é o corpo base, entretanto, a depender dos interesses ou motivos dos requerentes, outros dados podem vir apresentados.

Entretanto, mesmo com a rigidez e a estrutura, os detalhes soltos ao longo do texto abrem os caminhos para a análise da ocupação territorial pelos sujeitos que se propuseram a entrar e conquistar as terras dos

1 Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

sertões das Capitanias do Norte, além de possibilitar o vislumbre de práticas e arranjos cotidianos empreendidos pelos sujeitos coloniais. Uma sesmaria é, sem dúvidas, uma fonte que trata sobretudo da terra, mas antes, sobre a relação estabelecida entre indivíduos e ela. Relação iniciada com os impulsos dos desejos e interesses dos sujeitos que viam na terra, ou melhor, em sua ocupação, um arranjo da vida no Novo Mundo, outrora desconhecido. Contudo, no seu processo de composição, uma sesmaria não possuía o intuito de fornecer um panorama da vida em sociedade naqueles tempos aos futuros pesquisadores, é claro. Por isso, não há preocupação em apresentar de forma clara informações ou particularidades compartilhadas pelos contemporâneos. Para perceber detalhes que hoje nos interessam, é preciso um exercício de observação atenta aos pontos soltos presentes na documentação, levando sempre em consideração os interesses aos quais atendia. Contudo, isso não acontece sem alguns empecilhos. Nenhum documento está isento de seu tempo, todos carregam as marcas do período no qual foram produzidos, com as cartas de sesmarias não seria diferente.

Dito o posto, interessa-nos em particular buscar perceber o espraio territorial inicial realizado pelo núcleo familiar Correia Vieira, compreendendo suas estratégias, aproximações ou distanciamentos das normativas preestabelecidas sobre as doações de sesmarias. Ou seja, buscaremos observar o contraste entre a lei e a prática. Além disso, como a família atuou fortemente na articulação do processo de aquisição das terras, proporcionando o estímulo de pedidos a partir do estreitamento de laços sanguíneos ou não.

A POLÍTICA SESMARIAL E AS ESTRATÉGIAS LOCAIS

[...] dizem o capitão Pascoal Correia, Manoel Moreira e bem assim Vitoriano Correia Vieira como também Rafael da Silva, todos moradores e assistentes na ribeira do Jaguaribe termo desta vila, que eles suplicantes têm seus gados assim vacuns como cavалares e não têm terras para

os beneficiar e de presente descobriram um riacho chamado pela língua do gentio de Moreá e por outro nome Turusú, em cujo riacho tem data nele o defunto João de Montes Bocarro (DATAS de Sesmaria... n.º 479. Vol. 6).

O trecho acima pertence a carta de sesmaria número 479 pedida grupalmente no dia 23 de janeiro de 1713. Pascoal Correia Vieira aparece na liderança deste que foi o seu segundo requerimento de terras. Certamente ele é apenas um exemplo possível de tantos outros sesmeiros que empenharam seus esforços na aquisição de terras no Ceará, mas é preciso lembrar que o intento somente foi possível mediante um arcabouço jurídico que permitia e possibilitava a posse e o consequente acúmulo das terras. O sesmarialismo operou como ordenação jurídica de apropriação territorial, transitando entre os meandros da metrópole à Colônia, atuando atrelado às premissas limiaries do ambiente ao qual operou, podendo tomar forma dependendo de características preexistentes ou do arranjo local. Portanto, o jogo dualista entre o corpo textual da lei e a prática esteve sempre presente e os agentes buscavam manipular os pressupostos oficiais com inúmeras estratégias de adequação, à medida que seus interesses exigiam.

No Brasil, o sistema de concessão de sesmarias foi aplicado a partir do reinado de D. João III, durante a criação das capitanias hereditárias. Porém, a aplicação do sistema ficou dividido em dois momentos: o primeiro de 1545 a 1695 e o segundo de 1695 até 1822, quando foi abolido. Durante o período em que vigorou, o sesmarialismo se remodelou e buscou tentar atender às exigências da nova região. O governo português baseava sua regulamentação nas Ordenações, mas o conteúdo geral não atendia as demandas específicas das particularidades apresentadas. As modificações adotadas ao longo do período de edições findaram nas Ordenações Filipinas (1603), legislação também aplicada à América portuguesa. Não havia preocupação em elaborar um conjunto de regulamentos inteiramente voltado para o novo território até o momento. Entretanto, a partir da última década do século

XVII, surgiram abundantes normas reguladoras como decretos, preceitos, forais, estatutos e todo um conjunto de resoluções. Dois momentos distintos compõem o processo. Após o início da colonização, a primeira fase volta seu interesse para as possibilidades comerciais do cultivo da cana-de-açúcar, importante atividade econômica necessitada de grandes extensões de terras, e não relega importância ao estrito cumprimento das normas de regulação. No período, o sesmarialismo colonial operou com gratuidade e condicionalidade da doação. A regulamentação versava que as concessões de terra deveriam ser feitas gratuitamente, ficando prescrito apenas o pagamento do dízimo de Deus, corroborando para a propagação da fé. Contudo, a obrigatoriedade pesava sobre todos os cristãos e não somente os proprietários, o pagamento incidia sobre a produção, ficando a terra propriamente isenta. Nesse sentido, a condição para a doação era basicamente o aproveitamento. Ao prazo de cinco anos, no máximo, os proprietários deveriam tornar a terra produtiva, sob pena de serem devolvidas à Coroa. Todavia, o afincamento em ocupar o vasto território mortificou a prática das recomendações. A segunda fase surge em meados do século XVII face às dificuldades financeiras do Reino, do adensamento da população colonial e da descoberta do ouro, quando houve o interesse metropolitano em retomar em mãos o processo de apropriação territorial (SILVA, 2008, p. 45-47).

Em contraponto ao conjunto de regulamentações que visavam enquadrar e alinhar os interesses do governo metropolitano aos dos poderes locais, estes, por outro lado, utilizavam de burlas e as mais variadas formas de fuga das normas preestabelecidas. Na carta de sesmaria supracitada, os solicitantes apontam a falta de terras para acomodação satisfatória de suas criações. Todavia, pelo menos em relação a Pascoal Correia, sabemos que ele já possuía àquela altura alguma soma de terras. O almejo de acumular cada vez mais é visível. E para corroborar com a justificativa de falta de terras, o grupo colocou o território pedido como fruto da descoberta, reforçando assim

as premissas da conquista territorial. E uma vez encontrada, a localidade estava “desaproveitada e liberta a vista” com espaço suficiente para a distribuição de três léguas de comprimento por uma de largura para cada solicitante, chegando o total do pedido a ficar na soma de 12 léguas de comprimento por 4 léguas de largura¹. Quantidade bastante razoável, há de se pensar. Como visto, o pedido foi realizado conjuntamente por quatro indivíduos, um pedido feito em conjunto era mais facilmente atendido e provavelmente os solicitantes tinham ciência disso. Se uma das exigências básicas era o aproveitamento do solo, a proporção dos donos de certa forma poderia garantir maior força de trabalho para aplicação e a consequente exploração profícua. Ao lado do líder, Vitoriano Correia Vieira também participava da carta de sesmaria, por ser irmão de Pascoal Correia Vieira podemos imaginar que os dois pudessem juntar as terras adquiridas com o pedido conjunto e ficariam assim com mais terras do que os demais solicitantes. Ao invés de ficarem com um quarto, os dois juntos teriam dois quartos e o núcleo Correia Vieira seria, assim, o maior detentor na divisão. Outra estratégia empregada para conseguir maior território e reforçar a extensão do domínio familiar. Não raro, a ausência de ocupantes do território quando do pedido da terra era apontado como premissa básica para o êxito da solicitação. Ora, a quais ocupantes eles se referiam? Certamente não podemos crer que sejam as populações nativas, cada vez mais empurradas, quando não preadas ou mortas, para os íntimos dos sertões com o avanço das entradas dos conquistadores. Contudo, a utilização da argumentativa de terra sem dono prévio não é singular nem tão pouco ingênua, mas antes, jogava com o discurso do conjunto de regulamentações oficiais para o requerimento de sesmarias. A norma foi adotada a favor do reforço no almejo de alcançar objetivos e com muita frequência. Do número de sesmarias analisadas no estudo, quase a totalidade apresenta a terra como “devoluta”, compreendida como não ocupada ou abandonada.

A tabela abaixo ordena os pedidos feitos pelos componentes mais diretos do núcleo familiar Correia Vieira. Poderemos perceber como, apesar das várias prescrições regulamentarias, eles conseguiram pouco a pouco acumular possessões e expandir o seu poder local. Embora pareça um número bastante restrito, as sesmarias selecionadas apontam informações relevantes sobre as estratégias empregadas na obtenção das concessões, além de expor o manejo empregado pelos vários indivíduos no permanente jogo entre seus interesses e as disposições oficiais legislativas, como visto acima.

Tabela 2 - Relação de sesmarias dos Correia Vieira

SESMEIRO(A)	Manoel Gomes Barreto	Ponciana de Souza Barbalho	Pascoal Correia Vieira	Manoel Pessoa da Silva	Vitoriano Correia Vieira	Úrsula Correia Vieira	João Correia Vieira	Miguel Correia Vieira	TOTAL
Nº DE SESMARIAS	4	3	2	2	2	1	1	1	16
%	25%	18,75%	12,5%	12,5%	12,5%	6,25%	6,25%	6,25%	100%

Fonte: Cartas de Sesmarias do Ceará — 14 volumes.

A crescente acumulação de terras pelo núcleo familiar Correia Vieira colocava a extensão dos seus domínios em destaque na lógica do poder por eles pretendida. Eles vão conquistando a região e concomitantemente se afirmando enquanto elites senhoriais locais, não somente pela posse da terra, mas sobretudo por causa dela. O espraiamento territorial permitiu que os grupos se fixassem e assim pudessem se constituir enquanto potentados familiares, uma vez que continuamente, mesmo a após a morte dos primeiros sesmeiros, a descendência mantém e procura expandir os domínios.

Voltemos ao já citado segundo pedido de terras de Pascoal Correia Vieira. Ele, em companhia de seus companheiros Manoel Moreira, Vitoriano Correia Vieira e Rafael Silva solicitaram as terras pois não tinham onde acomodar seus gados vacuns e cavalares e por razão do descobrimento de um riacho, que pelos índios era chamado de Moreá, mas também era conhecido como Trussú. Para além disso, também percebemos a ligação frequente entre a relação familiar e a aquisição

das terras. As indicações espaciais do grupo apontavam para a proximidade das terras pedidas com as do defunto João de Montes Bocarro, pois todos eles compartilhavam o riacho Moreá. Vale lembrar, Pascoal Correia Vieira era casado com Ponciana de Souza Barbalho, filha do citado defunto. Ou seja, a região solicitada já continha posse de um conhecido e parente, o que possivelmente facilitou a cobiça pela localidade e a segurança para o estabelecimento do pasto em terras anteriormente conhecidas. Constantemente os domínios são expandidos por novas concessões em nome de familiares ou conhecidos muito próximos. Observa-se o desejo crescente de expansão do poder por intermédio da acumulação de terras pela mesma família e isso pode ser visto na continuação da descendência, pois mesmo com a posse de duas sesmarias, a anterior datada de 1705, Pascoal Correia ainda comprou um sítio nomeado, “Banabuiú” da viúva de Francisco Cabaceira Pimentel em 1718, a região ficou conhecida como Barra do Sitiá. Aparentemente a expansão das suas possessões territoriais ocorreu durante o início e a segunda década do século XVIII.

Em outra sesmaria, mais avançada no tempo, de 1 de setembro de 1738, Vitoriano Correia aparece novamente pedindo terras.

[...] Diz o sargento-mor Vitoriano Correia Vieira, morador nesta capitania do Siará Grande, que ele suplicante tem descoberto um riacho chamado Paulo nas ilhargas de um seu sítio chamado Pinaré sito no Banabuiú um pouco abaixo do sítio dele (DATAS de Sesmaria... N° 65, Vol. 6).

As três léguas de comprimento por uma de largura pedidas no recém-descoberto riacho Paulo fazem parte das imediações das terras que o solicitante já possuía, outro fator frequente nas sesmarias de modo geral. A ambição de expandir o território para além das limitações instigou muitos na busca de terras vizinhas que poderiam ser aproveitadas. Por isso, e este é um dos casos, o requerente indicou que a localidade não está povoada, encontrava-se sem proveito e pela proximidade seria

conveniente para melhorar as acomodações de suas criações vacuns e cavalares. Seria o sítio Pinaré pertencente as terras pedidas na sesmaria de 1713? Não temos como afirmar. A descrição geográfica presente no corpo das sesmarias não é muito precisa. No entanto, sabemos pela carta de sesmaria que o riacho Paulo deságua no rio Banabuiú, circunscrevendo a terra às proximidades dos domínios da família.

Percebemos o movimento paulatino de conquista da região por meio da aquisição de um território que leva quase sempre a mais outros e assim por diante. A acumulação das terras não se dava, vale ressaltar, somente pela via do pedido, se o sítio Pinaré não fosse proveniente de concessão, poderia ter sido solo adquirido por compra, como Pascoal Correia já o tinha feito em 1718. A prática de compra, embora não frequente, rearranjava as longas extensões de terras solicitadas para serem vendidas ou alugadas a terceiros. Francisco Pinto de Aguiar também era morador na ribeira do Banabuiú e, em 1720, durante um pedido de terras aponta ser “possuidor de uma légua de terra sita na dita ribeira (Banabuiú) que houve por compra do Luiz Ferreira Pessoa e porque nas ilhargas dela se acham terras devolutas e desaproveitadas que ele suplicante necessita para criar seus gados” (DATAS de Sesmaria... N° 463, Vol. 6). Ele, como outros, buscava expandir as terras adquiridas por compra através de um novo pedido de doação. Assim também fez Dionísio Francisco dono de uma área “no mesmo Banabuiú que houve por título de compra a Hironimo da Fonseca Teves o qual sítio se chama Cuchacim, a Carixetu nas ilhargas dos quais sítios se acham umas lagoas de água para a parte do sul que sempre o suplicante possuiu e seus antecessores tiveram para logradouro” (DATAS de Sesmaria... N° 68, Vol. 13). No pedido de 1737, a justificativa ancora-se na posse anterior das regiões, tanto do solicitante em questão quanto de seus antepassados. Em várias ocasiões, um pedido surgia apenas para reforçar um usufruto precedente.

Na tabela 1, Manoel Gomes Barreto aparece no topo do total de sesmarias adquiridas. Em primeira vista poderíamos descartá-lo por simplesmente encarar seu sobrenome como distinto da família em estudo. No entanto, ele começou a integrar o grupo familiar ao contrair matrimônio com Maria Pessoa da Silva, sobrinha de Ponciana de Souza Barbalho e mulher de Vitoriano Correia Vieira. Mesmo recebendo as posses da viúva a qual se casou, Manoel Gomes Barreto continuou fazendo pedidos de sesmaria. Na sesmaria nº216 de 15 de setembro de 1744 (DATAS de Sesmaria... Nº 216, Vol. 14), ele aparece indicando o descobrimento de um riacho chamado “Penha” perto de sua fazenda “Riacho Fundo” localizada no Banabuiú. O anexo de áreas circunvizinhas retorna novamente a figurar o corpo do pedido. Pouco a pouco, o grupo familiar vai anexando outros sujeitos e conseqüentemente outras regiões, expandindo suas influências e poder por intermédio da posse da terra. Manoel Gomes não cessa as solicitações e, na mesma data, também obtém a sesmaria nº217 (DATAS de Sesmaria... Nº 217, Vol. 14). O segundo pedido traz disposições muito semelhantes do primeiro. Novamente ele argumentou ter encontrado um riacho, sem proveito ou povoamento das terras circundantes. O riacho era chamado por “Porta”, localizado perto do sítio “Mendubim”, propriedade de Manoel Gomes. A região fica em Banabuiú e assim, como se trata de um território fronteiriço, os gados vacuns e cavaleares dele poderiam pastar mais comodamente e fazer a terra “fabricar”. Pelas informações das cartas sabemos que para além das terras solicitadas, ele já possuía pelo menos a fazenda “Riacho Fundo” e o sítio “Mendubim”, sem levar em consideração o que foi obtido através do casamento com a viúva de Vitoriano Correia Vieira. Somente com as duas sesmarias de 1744 ele juntava duas léguas de comprimento por duas de largura em uma, com mais três de comprimento por uma de largura em outra. E não parece ter bastado.

O ano de 1744 aparenta ter sido de muitos descobrimentos para Manoel Gomes Barreto. Novamente encontrou outro riacho, desta vez chamado “Secco”. E por isso solicitou a sesmaria nº226 no dia 30 de dezembro de 1744 (DATAS de Sesmaria... Nº 226, Vol. 14). O pedido foi feito acompanhado de Manoel Pessoa da Silva, mas ele desponta como líder da solicitação. Novamente o reforço familiar atua dentro dos pedidos. Os dois declararam ter um sítio cada um, sítio “Santo Antônio” e sítio “Almas”, comprados por eles e bem próximo da localidade corria o citado riacho “Secco”. Sendo assim, pediram a quantidade de três léguas de comprimento por uma de largura. Outro sítio aparece em seu domínio, ou seja, mesmo com uma fazenda, dois sítios e duas sesmarias, a falta de terras ainda é utilizada como justificativa para conseguir ainda mais.

Manoel Gomes Barreto parece ter tido empenho em expandir seus domínios durante o ano de 1744, firma-se mais proficuamente na região do Banabuiú expandindo ao máximo a extensão de suas terras, pois mesmo com as aquisições através do casamento com Maria Pessoa da Silva — filha de Manoel Pessoa da Silva, co-requerente da sesmaria nº 226 —, ele continuou na busca de acumulação. E passados dois anos, outra carta de sesmaria traz seu nome em destaque.

O teor da carta de sesmaria nº 510 é diferente das demais comumente solicitadas. Manoel Gomes Barreto e Manoel Pessoa da Silva, outra vez juntos, apresentaram sua solicitação com uma justificativa peculiar em 27 de junho de 1746. Os dois eram senhores e possuidores assim como seus antepassados, como diziam, de um sítio na ribeira do Jaguaribe, chamado “Quixelou”. A propriedade de duas léguas de comprimento por uma de largura foi recebida por herança, contudo, fazia muito tempo da morte dos antigos donos e eles não conseguiram encontrar o principal título para a guarda e conservação da posse. No entanto, possuíam os títulos de arrendamento da terra. É latente o interesse dos requerentes em garantir que manteriam a terra ganhada em herança. A preocupação em reconfirmar a posse pode ter se dado

como medida preventiva, outros donos de terras poderiam buscar pedir sesmária e eles não teriam como comprovar a posse.

Dado o exposto, percebemos o interesse do grupo em espriar os domínios e manter as posses dentro de um mesmo círculo social, ou seja, a família. Ao exemplo de Pascoal Correia Vieira que mesmo morto continuou garantindo a extensão de suas terras através de Ponciana de Souza Barbalho, que prosseguiu angariando sesmarias, chegando a conseguir mais três dentre os anos de 1744 e 1746.

A descendência também não cessou os esforços na manutenção e afirmação do poderio familiar, pelo contrário, mesmo ganhando em herança somas de terra, empenhou-se em obter mais por concessão. Miguel Correia Vieira, filho de Ponciana de Souza e Pascoal Correia, também seguiu na agregação de possessões. Ele e Matias Pereira Castelo Branco, seu cunhado, pediram a sesmária nº 203 em 1744 (DATAS de Sesmária... Nº 203, Vol. 14). Os dois tinham um sítio cada, um chamado Barra do Sitiá e o outro Juazeiro de Cima, e perto deles, distância apenas de uma légua, existiam dois riachos chamados de Tapuios e de Silva e, portanto, eles achavam a anexação possível, visto que, ao entendimento deles, as terras eram próximas. Novamente a indicação de posse prévia é mencionada e usada em favor da justificativa.

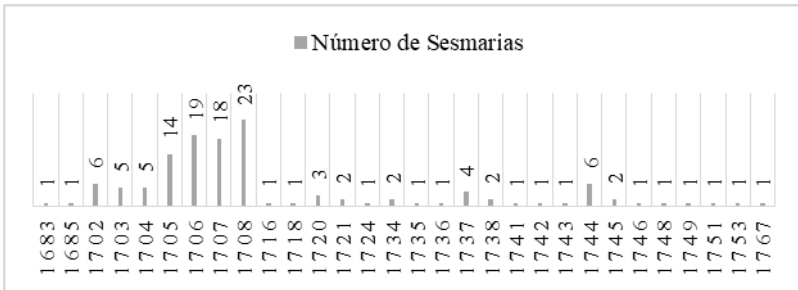
O mesmo aconteceu com Úrsula Correia Vieira, filha de Vitoriano Correia e Maria Pessoa. Com a morte do pai, herdou o que ele construiu ao longo da vida e isso incluía o solo conquistado. Porém, em 1767, ela pediu terras na Lagoa dos Veados, a justificativa circunscreve a região nas imediações do seu sítio do Caracará na ribeira do Sitiá, localidade do Banabuiú. Haja vista que na parte norte indicada havia uma lagoa com pastos suficientes e úteis para o logradouro de seus gados e sendo as terras devolutas, como apontava, não via empecilhos na solicitação.

Como supradito, Manoel Gomes Barreto possuía a maior quantidade de pedidos, mas ao analisarmos suas ligações familiares veremos que ele tinha proximidade com Manoel Pessoa da Silva, seu sogro; Vitoriano Correia Vieira, falecido marido de sua mulher e Úrsula Correia Vieira, sua enteada. Por extensão, o núcleo familiar somava o total de 9 sesmarias. Por outro lado, Ponciana de Souza Barbalho, a segunda na ordem, tinha proximidade com Pascoal Correia Vieira, seu marido; João Correia Vieira, seu cunhado e Miguel Correia Vieira, seu filho. Juntos somavam 7 sesmarias. Entretanto, se levarmos em consideração que Manoel Gomes Barreto casou com Maria Pessoa da Silva em segundo matrimônio e que sua mulher era filha de Manoel Pessoa da Silva e Francisca de Sá e Sousa, irmã de Ponciana de Souza Barbalho, veremos que ao fim, tratava-se de um mesmo núcleo, uma grande família.

É marcante a influência familiar na aquisição das cartas de sesmaria. A ligação feita entre as solicitações e os contatos mantidos pelos parentados é elucidativa da importância relegada aos laços sociais no processo de enraizamento nas regiões. A presença de conhecidos reforça o anseio em garantir terras próximas e firma paulatinamente o predomínio de determinados grupos em uma localidade. Não esqueçamos os interesses outros que poderiam afetar a permanência de uma família numa área, mas o seu estabelecimento também dependia das relações internas e externas que nutria.

O gráfico abaixo apresenta o número de pedidos de sesmarias realizados ao longo da ribeira do Banabuiú e afluentes próximos. A data dos pedidos vai de 1683, quando encontramos a primeira solicitação na região, até 1767, última encontrada. Ao todo são 127 sesmarias. O agrupamento das sesmarias foi realizado com base nas indicações geográficas presentes no corpo textual das cartas de doação.

Gráfico 3 - Relação de sesmarias de Banabuiú



Fonte: Cartas de Sesmarias do Ceará — 14 volumes.

Quando do pedido, alguns solicitantes circunscreviam as áreas às ribeiras dos rios da Capitania do Ceará. Os números apresentados correspondem as solicitações feitas na ribeira do rio Banabuiú ou em riachos que deságuam no mesmo. Muitas vezes as indicações das áreas não são precisas, portanto, alguns pedidos podem ter sido excluídos da contagem pela falta de reconhecimento dos referenciais espaciais apresentados.

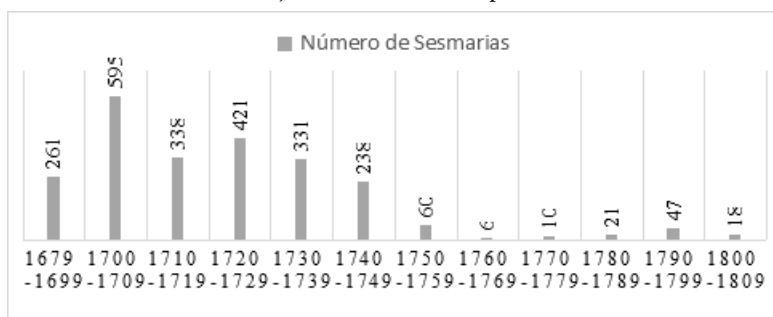
Percebemos com os dados expostos a linha de crescimento e declínio dos pedidos ao longo dos anos. O pico de concessões parece ter ocorrido entre o período de 1705 e 1708, representando 58,3% do total. Podemos pensar em possíveis hipóteses explicativas.

A conquista efetiva da região do Banabuiú começou a se delinear a partir de 1705, quando os pedidos de sesmarias começaram a citar o retorno dos combatentes dos conflitos travados com as populações indígenas. Antes, muitos argumentavam que tinham feito solicitações, mas os nativos estavam “levantados” impedindo o estabelecimento na região. Com a dizimação dos grupos indígenas moradores da ribeira do Banabuiú, eles podiam reafirmar antigas posses ou realizar novos pedidos na região. Acreditamos que isso impulsionou o interesse dos conquistadores em solicitar os pedidos dentro daqueles limites espaciais, antes inviáveis.

Além disso, o empenho inicial em garantir o território pode ter exaurido as áreas mais pertinentes e de melhor estabilidade, locais com bons pastos ou cercados com recursos hídricos ideais, como lagoas ou olhos d'água. É sabida a perenidade do rio Banabuiú e a dificuldade de se manter em áreas distantes de qualquer tipo de fornecimento de água. Francisco Pinto de Aguiar, em 1720, justifica o pedido de terras pela falta de águas de seus domínios. Uma vez que ele tinha “um riacho chamado Cangati que deságua no Banabuiú que costeia a serra chamada do boqueirão e não é capaz de situação por ser falto de águas” (DATAS de Sesmaria... N° 465, Vol. 6). Ele não foi o único a reclamar da situação, outros sesmeiros também buscavam expandir suas áreas não somente pelo domínio de vastas terras, mas pelo controle de mais recursos naturais. O decréscimo pode ter ocorrido após o limite espacial ter sido atingido e passando-se os anos, as terras eram repassadas através de herança, aluguel ou relações de compra e venda.

No gráfico a seguir, podemos estabelecer relações entre os pedidos feitos no Banabuiú e no restante da capitania do Ceará.

Gráfico 4 - Relação de sesmarias da capitania do Ceará



Fonte: Cartas de Sesmarias do Ceará — 14 volumes. *Apud* PINHEIRO, 2008, p. 23.

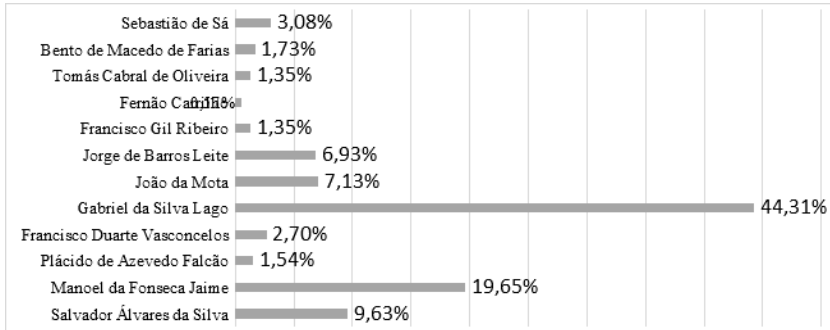
O período do pico dos pedidos realizados na capitania coincide com o pico encontrado no gráfico anterior. Nos anos iniciais, ou melhor, a primeira metade do século XVII, são elevados os níveis de concessões, percebemos que as maiores doações de sesmaria foram

feitas até meados de 1760. Então, podemos pensar que o crescimento verificado no Banabuiú comungava com uma tendência maior observada na capitania como um todo.

Nas duas primeiras décadas do século XVIII, despontou um dos mais violentos conflitos de conquista travadas nas capitanias do Norte, sob a exegese de “justa” a guerra geral visava o extermínio de populações indígenas da região. Inúmeras tropas participaram dos combates e uma das medidas de retribuição pelos serviços prestados adotada pelo governo português foi a doação de parcelas do território. Além disso, o cenário geral propiciado pela conjuntura bélica permitiu rearranjos particulares e também afrouxes legislativos. Rafael Ricarte da Silva também propõe a parcela de importância relegada ao conflito para os desdobramentos das doações de sesmarias, pois

indiscutivelmente, esse contexto permitiu a existência de práticas, tanto por parte de sesmeiros como por capitães-mores, que estiveram à margem do que determinavam as normativas. Dentre essas práticas, destacaram-se a concessão de mais de uma sesmaria por requerente, a não exigência de alguns deveres e o não cumprimento de demarcações e confirmações (SILVA, 2016, p. 168).

Ao debruçar-se sobre a trajetória dos capitães-mores da capitania, ele observou a atuação de Gabriel da Silva Lago e apontou as irregularidades cometidas durante seu governo. Para além do supracitado episódio envolvendo o desembargador Cristóvão Soares Reimão, o capitão-mor foi extremamente contestado administrativamente sobre os processos de concessão de sesmarias. Entre 1705 e 1708, governou exercendo seu poder em favorecimento de inúmeros poderosos estabelecidos na Capitania do Ceará.

Gráfico 5 - Percentual de sesmarias doadas por capitão-mor

Fonte: Cartas de Sesmarias do Ceará — 14 volumes. *Apud* SILVA, 2016, p. 169.

É notável o destaque da porcentagem de concessões realizadas durante a permanência de Gabriel da Silva Lagos na governança, ao todo, concedeu 230 sesmarias. A distribuição geral das terras abrange áreas importantes, principalmente concentradas na ribeira do rio Jaguaribe. O que poderia sugerir possíveis alianças do capitão-mor com os moradores daquela região, justificando a maior facilidade do alargamento das disposições legais para a aquisição de territórios. Ele, assim como outros capitães-mores o fizeram, também efetivava pedidos para os próprios familiares (SILVA, 2016, p. 177). Novamente encontramos os laços consanguíneos influenciando diretamente na política de posse e possibilitando o espraiamento de domínios grupais.

Por outro lado, os pedidos feitos pelos familiares diretos da família Correia Viera não acompanharam a tendência geral observada na ribeira do rio Banabuiú e nem do restante da capitania do Ceará. Destaquemos três hipóteses possíveis: a primeira propõe menor participação dos sujeitos durante as guerras ao indígena, premissa parcialmente sustentável se pensarmos o papel de Pascoal Correia Vieira como braço direto de João de Barros Braga; a segunda sugere que a maior parte dos territórios do grupo pode ter sido adquirido por compra ou herança; a terceira desliga os possíveis laços entre eles e Gabriel da Silva Lagos. Entretanto, as alianças firmadas por eles com outros moradores da região, através de casamentos, por exemplo, podem vir a alterar o quadro, visto que a expansão familiar contribuiu largamente para o acúmulo de posses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família Correia Vieira vinha desde os primeiros pedidos manejando as justificativas dos pedidos de maneira a ser convincente e assim obter as áreas pedidas, frequentemente apontavam as terras como devolutas, como resultado de descobertas e como necessária para a criação do gado. Notoriamente tais premissas participavam do grupo de estratégias correntes compartilhadas pelos sesmeiros do período, eram artifícios empregados com astúcia pelos requerentes para obedecer às prescrições da lei sem necessariamente atendê-la. Ou, quando existiam mais empecilhos, utilizavam da influência e poder que possuíam na região para negociar seus interesses com os oficiais do Estado. Os Correia Viera foram expandindo suas terras gradativamente em um movimento que adensava e manejava práticas correntes no período, após os esforços empreendidos, obtiveram suas terras e logo em seguida precisaram dar utilidade para o solo, fazê-lo produzir, não somente para o sustento familiar como também para os enriquecimentos dos cofres reais. O núcleo familiar ingressou, assim como muitos moradores da ribeira do Banabuiú, na atividade econômica popular do período, a pecuária. A criação de gados foi amplamente disseminada na Capitania do Ceará, favorecendo sobretudo os donos de vastas extensões de terra, o que possibilitou a emergência de uma elite senhorial.

REFERÊNCIAS

DATAS de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos 1920 a 1928 (Org.). **Arquivo Público do Estado do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave Media, 2006. CD-ROM.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2008.

SILVA, Rafael Ricarte da. **A capitania do Siará Grande nas dinâmicas do império português: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720)**. 2016. 264f. — Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2016.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas Sobre a Formação Social do Ceará 1680-1820**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

Dois Estados em uma só colônia: conflitos de jurisdições e Formação Territorial nos Sertões do Norte (c. 1650 — c. 1700)

Leonardo Cândido Rolim¹

INTRODUÇÃO

Em seu Vocabulário português e latino, Raphael Bluteau considerou sertão como “região, apartada do mar, e por todas as partes metida entre terras” (BLUTEAU, 1720, p. 613). A origem da palavra aponta para uma ligação com deserto, desertão. Não há espaço neste texto para traçar um panorama do debate léxico, muito menos para um balanço historiográfico da temática. Interessa-nos neste texto analisar como se deu, na segunda metade do século XVII, a formação territorial dos Sertões do Norte, ou seja, das terras situadas no interior do continente sul-americano, a oeste da zona açucareira, a leste da grande floresta tropical, ao norte do Rio São Francisco.

É necessário apontar que, para nosso recorte cronológico, há um contexto específico para a área geográfica sob análise. Durante a conjuntura post bellum várias partiram expedições militares para subjugar e exterminar indígenas Tapuias, saíram dezenas de criadores

1 Professor Adjunto II do Departamento de História/Campus Central da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e professor permanente do ProfHistória-UERN. Doutor em História Econômica pela USP, mestre em História pela UFPB e graduado em História pela UFC. Membro do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS) na UFRN. Vice-líder do Grupo de Pesquisa-CNPq “História do Nordeste: Sociedade e Cultura” (UERN).

de gado a pedir suas sesmarias e ampliou-se a malha administrativa, tudo em direção aos Sertões do Norte (MELLO, 1995; PUNTONI, 2002). Em meados dos seiscentos, esses sertões eram verdadeiros fundos territoriais, “constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas assinalada na cartografia da época” (MORAES, 2005, p. 69), que despertaram o interesse de conquistadores de Pernambuco, do Rio Grande (do Norte), do Maranhão e da Bahia.

Neste texto não trataremos das cruentas guerras em que indígenas disputavam, sem qualquer condição técnica, seu espaço de habitação pretérito. Também não se tratará das disputas constantes entre sesmeiros pelo lugar mais estratégico para solicitar terras. O viés escolhido aqui se concentra nos conflitos de jurisdição travados entre os governadores-gerais do Estado do Maranhão e os capitães-mores/governadores de Pernambuco pelo controle da capitania do Ceará. Serão analisadas petições, cartas, alvarás e demais correspondências que eram trocadas entre agentes da administração colonial e funcionários da Coroa no Reino.

“A CAPITANIA DO CEARÁ LHE É SUBORDINADA E O VIRÁ EM TUDO”

É interessante notar que tais contendas ocorriam antes mesmo do avanço sistemático da pecuária. Em disputa estavam as jurisdições sobre os Sertões do Norte. Melhor dizendo, as jurisdições sobre a doação das terras, a cobrança de impostos e a aplicação da justiça. É necessário lembrar que a capitania do Ceará, jamais visitada por seu donatário, foi anexada quando da criação do Estado do Maranhão por volta de 1619. Nos idos da década de 1620 protestou, sem sucesso, o capitão-mor Martim Soares Moreno, que defendia que o Ceará permanecesse sob jurisdição da Bahia, ou seja, no Estado do Brasil (GIRÃO, 1982, p. 148).

Na primeira metade dos seiscentos, não havia controle português sobre as terras situadas na costa leste-oeste, ficando agravada a situação pela invasão holandesa que se estendeu até São Luís. Com a retomada de espaços estratégicos pelos portugueses, os holandeses deixaram essas áreas, abrindo caminho para trocas comerciais pontuais entre as populações nativas e estrangeiros, principalmente ingleses e franceses. Após a Restauração Portuguesa, a administração colonial passou a se recompor e, em novembro 1654, o capitão-mor do Maranhão, Baltazar de Sousa Pereira, enviou carta ao rei D. João IV tratando de um socorro a navios que seguiam para Belém, mas que tiveram problemas na costa cearense,

[...] lembrando a Vossa Majestade que, pois, em meu tempo se restaurou essa praça [do Ceará]; e assim [agí pela] segunda vez com este socorro, e é de minha jurisdição como traz e por regimento, se servia mandar-me ordem de novo para que assim seja e a possa governar como os meios que tenho por minha conta, pondo nela pessoa que a administre e de bom procedimento, *sem dependência alguma de Pernambuco* grande (AHU_ACL_CU_009, Cx. 3, D. 354. 1654, s/p) (Grifo nosso).

O capitão-mor — e não o governador geral, porque num curto período, entre 1654 e 1656, o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi extinto — reivindicou a jurisdição da capitania do Ceará, assinando que esta praça foi socorrida duas vezes por uma embarcação enviada do Maranhão e ressaltando que o Ceará “é de minha jurisdição como traz e por regimento, se servia mandar-me ordem de novo para que assim seja e a possa governar” (*Idem*). A reorganização da administração colonial no ultramar era lenta, evidenciando que a preocupação maior naquela conjuntura era expulsar de maneira definitiva os invasores holandeses. Mas é sintomático que o capitão-mor do Maranhão estivesse exigindo o cumprimento de seu regimento que o contemplava com a jurisdição do Ceará, tanto

pela proximidade quanto pelo socorro prestado. Certamente, Baltazar Pereira se fiava em informações de recentes ações militares de soldados saídos do Maranhão na costa cearense.

Pouco antes, em 1648, D. João IV ordenou ao governador geral do Maranhão, Luís de Magalhães, que enviasse ao Ceará uma companhia de soldados liderados pelo Sargento-mor André Rodrigues para reforçar a guarda e montar artilharia na fortificação deixada pelos holandeses e ainda expediu uma instrução direta ao dito Sargento-mor:

Seguireis vossa viagem direto ao porto do Ceará, e tanto que ali chegardes, ficareis [n]aquela fortaleza que os holandeses deixaram desmantelada, [e] de tudo o que lhe for necessário, de maneira que fiz, que [seja] capaz de se defender do inimigo, caso que a queira [?]. Metereis na mesma fortaleza toda a artilharia que ali deixaram os holandeses fazendo se lhe os reparos de que necessitar, avisando ao governador do Maranhão do que necessitar [para] a segurança da dita fortaleza (AHU_ACL_CU_009, Cx. 3, D. 261 1648, s/p).

É importante notar que André Rodrigues é “despachado para [o] Maranhão por capitão e sargento mor do Ceará”. Ou seja, o Ceará estava, ao menos para os conselheiros que redigiram a instrução, sob a jurisdição do Maranhão. André Rodrigues estava encarregado de reerguer a fortaleza deixada pelos holandeses e guarnecer a capitania de invasores, os quais ainda se sentiam à vontade para tentar ocupar pontos estratégicos da costa leste-oeste. O que de fato aconteceu em 1649, quando as tropas do capitão holandês Matias Beck aportaram no Ceará e, ao invés de reconstruir a paliçada à margem do Rio Ceará, resolveram erguer o forte Schoonenborch na margem esquerda do riacho Pajeú, no alto do monte Marajaitiba. Ao final da instrução, D. João IV faz ressalvas às posturas do novo capitão-mor:

Aos soldados que levais em nossa companhia tratareis muito de os conservar, e tudo o mais que vai a vosso cargo, para segurança e defesa da dita fortaleza. Sereis advertido que por todas as vias que se oferecerem, assim pelo Maranhão, como pelo Brasil, [?] sem pré-aviso do estado em que achates a terra e da [terra] em que fica e de tudo o mais que se vos ofere-

cer para me ser presente e porque [me] fio de vossa pessoa, e do zelo com que me sereis que nesta conformidade procedereis vos não encarrego mais as referidas advertências (*Idem*).

As ressalvas do rei não fugiam do que já era praxe. No entanto, André Rodrigues não chegou a ser capitão-mor do Ceará. Não sabemos os motivos, mas o fato é que sua expedição não aportou na capitania, deixando-a vulnerável à invasão holandesa em 1649. É provável que tenha sido deslocado, de última hora, para a guerra ou ainda para guarnecer uma praça mais importante, como Salvador ou São Luís.

Nesse sentido, podemos afirmar que a capitania do Ceará era uma fronteira entre Maranhão e Pernambuco, ou ainda, entre Estado do Brasil e Estado do Maranhão. Novamente recorreremos ao *Vocabulário portuguez e latino*, no qual Raphael Bluteau anotou que *fronteira* “deriva-se de *Frontaria*, usado na Baixa Latinidade” significando “Confins. Limites” (BLUTEAU, 1714, p. 210). No sentido híbrido que buscamos aqui, cruzando as noções de fronteiras e sertões, ficamos mais próximos ao sentido dado a *confins*, “extremidade de uma terra contigua com outra” (BLUTEAU, 1714, p. 456). Os Sertões do Norte seriam os confins de terra da costa litorânea, fosse pernambucana, baiana ou maranhense. A posição geográfica destes confins acarretará uma série de conflitos acerca da jurisdição sobre essas terras, muitas vezes antes da distribuição de sesmarias, algumas vezes antes de usurpá-las aos índios.

É justamente no tocante às disputas de jurisdições que as fronteiras ficam evidentes na documentação. A noção de fronteira utilizada aqui aparece menos como fixação de limites e mais como espaço em constante disputa. Os conflitos entre agentes da administração régia transpareciam mais na vontade de servir El Rei conquistando colonizando os sertões, para assim ganhar prestígio, do que na disposição de entrar em disputas inócuas. É central, portanto, que tratemos também da noção de jurisdição. Segundo Raphael Bluteau, jurisdição

É um poder que o público concede, e que o bom governo introduziu para a decisão das causas. Divide-se em ordinária e delegada. *Jurisdição ordinária*, é a que foi introduzida para universidade de causas, ainda que de um só gênero, e por via de comissão, sendo perpetua; porque se é temporal, é delegada. Donde se segue, que a jurisdição introduzida por lei, é ordinária, por ser perpetua; e a jurisdição dada para causas particulares, em espécie, e não em gênero (ainda que seja sem limite de tempo) é delegada e temporal porquê de sua natureza pode acabar. Geralmente falando, jurisdição é a autoridade de ofício de justiça, ou de outra dignidade (BLUTEAU, 1714, p. 230).

Dessa forma, trataremos aqui da jurisdição delegada, pois analisaremos conflitos nos quais ela foi “dada para causas particulares, em espécie, e não em gênero (ainda que seja sem limite de tempo)” e que “de sua natureza pode acabar“ (*Idem*). É fundamental perceber também que, além da justiça, jurisdição também é ofício “de outra dignidade”. Portanto, existem jurisdições no âmbito administrativo, incluindo aí fiscalidade, doação de terras, concessão de passaportes etc., não se restringindo aos cargos de administração da justiça.

Na mesma conjuntura de readequação dos cargos administrativos, André Vidal de Negreiros é nomeado para o cargo de governador geral do recém-restaurado Estado do Maranhão e Grão-Pará, logo recomendando a anexação do Ceará a Pernambuco, dada a impossibilidade do Maranhão em socorrer aquela praça. Aos conselheiros do Rei, lhes pareceu que Sua Majestade deveria acatar a sugestão. O parecer, no entanto, é evasivo quanto ao pedido de anexação. Os conselheiros escreveram que “também parece que Vossa Majestade mande escrever a Pernambuco que dali se vá ao Ceará com o que se puder enquanto do Maranhão se não pode fazer por falta de rendas“ (AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 387. 1656, Fl. 2). O fato de Pernambuco socorrer o Ceará “enquanto do Maranhão não se pode fazer” deixa aberta a possibilidade de a capitania voltar à jurisdição maranhense. Provavelmente confiando em tal abertura ou mesmo tentando a retomada da jurisdição, o governador geral

do Maranhão, Dom Pedro de Mello, no ano de 1659, relata ao Conselho Ultramarino os conflitos, queixando-se ao rei

[...] que o tal capitão [-mor do Ceará, Antônio Fernandes Menxica], não quis obedecer as suas ordens, nem admitir a comércio um navio, que lhe despachou, nem informado das cousas, que de parte de Vossa Majestade lhe perguntou, [...], dizendo, que o não reconhecia por superior, pois o era seu, o governador de Pernambuco (AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 417. 1659, Fl. 1).

Passados poucos anos do pedido de Vidal de Negreiros, o capitão-mor do Ceará já se recusava a obedecer às ordens do governador geral mais próximo de sua capitania que, por sua vez, não hesitou em solicitar ao rei que “mande ordenar ao dito capitão [que] lhe obedeça, pois é de sua jurisdição, e não ser justo, que em seu tempo se diminua” (*Idem*). O irrestrito cumprimento do regimento era a alegação de Dom Pedro de Mello. Talvez não de seu próprio regimento, mas dos governadores gerais anteriores e que, por circunstâncias específicas, buscava pôr em prática. Analisando a importância desses instrumentos na administração colonial do Estado do Brasil, Francisco Carlos Cosentino (2009, p. 69) assinalou que

[...] os regimentos e as cartas patentes dos seus governadores gerais estabeleceram as regras de funcionamento dessa forma de governo e os poderes dos oficiais responsáveis. Os regimentos concedidos aos governadores combinavam instruções que procuravam atender a necessidades conjunturais com orientações que eram permanentes e, juntamente com as cartas patentes, definiam a própria natureza delegada do ofício. Nesses documentos estavam as orientações que estabeleciam a delegação de poderes régios — à regalia — transferidos para os governadores.

Nesse sentido, o pleito de Dom Pedro de Mello no sentido de fazer valer o regimento era, em outros termos, pedir à Sua Majestade que cumpra com sua palavra. É fato que nem sempre os textos dos regi-

mentos eram claros e objetivos. Muitos artigos se repetiam integralmente e por vezes muitas eram as mudanças, principalmente quando se alterava a conjuntura governativa e, por consequência, as políticas coloniais também deveriam se adaptar. Ou seja, o governador geral do Maranhão se remetia ao que estava escrito quando da criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará e em alguns dos regimentos de seus governadores, quando solicitava obediência ao capitão-mor do Ceará. À consulta feita sobre este assunto, os conselheiros respondem que

[...] deve ser servido mandar responder a Dom Pedro de Mello, que posto que *a Capitania do Ceará, lhe é subordinada e o virá em tudo*, como [ou quando] do Maranhão puder ser socorrida, e provida; por de presente o ser de Pernambuco, por Vossa Majestade; por considerações de seu serviço, e a requerimento do governador seu antecessor, o haver assim resoluto, e mandado, convirá por hora não inovar em coisa alguma, e que assim lhe recomenda a Vossa Majestade o faça (AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 417. 1659, Fl. 1).

O resultado é, como se lê, a negativa ao pedido. Nem sempre o que estava escrito era cumprido, e acabava prevalecendo os interesses dos homens de negócio e senhores de engenho de Pernambuco, que se reerguiam no *post bellum*. Note-se ainda que o conselho assegura a Pedro de Mello que “a capitania do Ceará, lhe é subordinada e o virá em tudo”, mas somente quando pelo “Maranhão puder ser socorrida, e provida” (*Idem*). As instâncias metropolitanas condicionavam a subordinação à capacidade do governo geral do Maranhão de prover o Ceará. E por quê? Certamente, não se queria arriscar sofrer novas invasões ao deixar vulnerável uma costa tão vasta. Entende assim tantos pedidos e oferecimentos de socorro.

Ainda durante o governo de dom Pedro de Mello no Maranhão, as relações entre o capitão-mor do Ceará e o governador de Pernambuco se estremecem. Diogo de Coelho Albuquerque queixa-se ao rei que Francisco de Brito Freire, governador geral de Pernambuco, teria enviado à costa do Ceará um ajudante seu em uma embarcação fre-

tada às custas da fazenda de Sua Majestade onde viajaram sessenta soldados com o pretexto de substituir àqueles que lá estavam. Segundo Diogo Albuquerque, as arbitrariedades continuaram e

[...] começou este ajudante a obrar com a ajuda destes soldados, não como meu ajudante senão, como meu superior; e com tal estilo e desaforo que se tem levantado comigo e perdido a obediência de que eu me não posso restituir; [...] E assim, me tenho reportado e sofrido todos os desacatos que me tem feito, até chegar a prender um criado meu e metê-lo em ferros, e juntamente a um camarada meu, homem nobre e de partes, que trouxe comigo, e o embarcou preso para Pernambuco e ultimamente, tendo eu mandado levantar uma forca, para ver com isso, se me podia restituir ao respeito e obediência que se me devia; e mandou este ajudante derrubar publicamente; de sorte que *fico destituído da jurisdição e autoridade* de capitão-mor, feito por Vossa Majestade (AHU_ACL_CU-006, Cx. 1, D. 18. 1661, s/p) (Grifo nosso).

Destaca-se, no trecho acima, as atitudes do ajudante enviado pelo governador de Pernambuco que destituíram “da jurisdição e autoridade” o capitão-mor do Ceará. Tal situação serve para evidenciar que as querelas em torno da reorganização administrativa, por vezes ultrapassavam os limites regimentais de cada agente na colônia, causando ainda mais conflitos. Quer dizer, Brito Freire nem precisaria usar de desmandos para ter subordinado ao seu governo o Ceará. No entanto, um ajudante de ordens enviado criou uma situação de constrangimento do capitão-mor Diogo Albuquerque diante da população que estava sob sua proteção. Ele então solicita resposta imediata aos atos de Brito Freire, pedindo

[...] a Vossa Majestade [que] seja servido mandar estranhar a este governador seus procedimentos nesta matéria, e declarar-lhe que esta praça coube à repartição de Pernambuco não para ele pôr Cabos que mandem e executem ordens, à vista de quem a governa, fazendo-lhes descortesias e negando-lhe a obediência que manda Vossa Majestade lhe tenham. E para que ao diante se não sigam maio-

res inconvenientes, deve Vossa Majestade, por seu serviço, declarar, que esta praça é subordinada ao governo geral do Estado, como sempre foram todos os deste Estado, e que fiquem estes soldados que aqui vieram, perpetuados no presídio, e que os oficiais da fazenda de Pernambuco, a socorram com mantimentos, e mais vitualhas(?), assim como até agora se fazia, porquanto estas mudas de gente vêm a ser em grande desserviço de Vossa Majestade (AHU_ACL_CU-006, Cx. 1, D. 18. 1661, fl. 02).

Nota-se que os desmandos do ajudante de Brito Freire desagradaram profundamente Diogo Albuquerque. Além de pedir o estranhamento do governador de Pernambuco, o capitão-mor do Ceará sugere que El-Rei declare “que esta praça é subordinada ao governo geral do Estado, como sempre foram todos os deste Estado”. De fato, naquela conjuntura, o Ceará era a única capitania subordinada ao governo de Pernambuco. A capitania da Paraíba era autônoma, possuía governador, e a do Rio Grande era ligada à Bahia, respondendo as duas diretamente ao governador geral. Diogo Albuquerque justifica tal pedido

[...] em respeito de que os [homens] mudados não podem tornar por mar a Pernambuco, e sempre costumam ir por terra, comboiados de muitos índios, para os guardarem de outros em jornada tão larga, que tendo mais de cento e cinquenta léguas de costa, passam grandes trabalhos e riscos, e logo os índios tornam para suas casas. E nos caminhos morrem muitos, assim dos soldados, como dos ditos índios. E tanto é dificultosa a navegação desta praça para Pernambuco, que indo para fazer viagem a embarcação que agora veio, arribou ao Maranhão, e havendo presídio fixo, se escusam todos estes trabalhos, e moléstias, e despesas grandes da fazenda de Vossa Majestade (*Idem*).

Assim, o capitão-mor do Ceará demonstrava os inconvenientes de se sustentar a capitania subordinada ao governo de Pernambuco. Naquela conjuntura os Sertões do Norte ainda eram vastidões de terra controladas por índios e onde poucos se arriscavam. O relato do capitão-mor condiz com os demais: era dificultoso chegar pelo mar

do Ceará a Pernambuco, mas isso só durava parte do ano. Não à toa, o governador geral desta capitania demonstrava interesse em controlar de maneira mais efetiva a costa leste-oeste enviando ajudantes de ordem. Por outro lado, apesar das mudanças de governador geral seguia o pleito entre os maranhenses. O sucessor de Dom Pedro de Mello, Rui Vaz de Sequeira, escreve ao rei e a seus conselheiros em 1662, argumentando que tendo ocasião de ir por terra para Pernambuco, lhe pareceu conveniente solicitando que se agregasse

[...] a praça do Ceará a este governo, de cuja criação é, por estar informado da forma em que a posso socorrer que era somente a dúvida do Conselho como se mostra do mesmo despacho que como eu atendo sempre ao maior serviço de Vossa Majestade quando para o fazer não haja fazenda de Vossa Majestade há de [ilegível] socorrer com os meus soldados pela necessidade que o governo deste Estado tem daquela praça que tomam os mais navios para virem bem navegados AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 456. 1662).

Os Governadores-gerais do Maranhão se sucediam, mas a demanda permanecia. Entre outras preocupações e obrigações, como defesa, distribuição e demarcação de sesmarias e capitânicas donatarias, povoamento de áreas distantes, descimento de índios, embates sem tréguas com os jesuítas, defesa da costa etc., mais um governador achou por bem reivindicar a jurisdição da capitania do Ceará. Desta vez não recorreu explicitamente aos regimentos anteriores. No entanto, citou a anexação da capitania quando fora criado o Estado do Maranhão. Não conhecemos a resposta desta carta. Ou mesmo se houve uma resposta.

Segundo nos informa a correspondência, Rui Vaz de Sequeira informou que percorreu por terra — provavelmente pelo litoral ou próximo dele — um caminho entre São Luís e a capitania de Pernambuco e, atendendo às exigências, agora o Conselho está informado das formas com que o Maranhão pode socorrer o Ceará e ainda, “pela necessidade que o governo deste Estado tem daquela praça que tomam

os mais navios para virem bem navegados, valendo-se dos pilotos dela que melhor se embarcaram“ (*Idem*). Já sabemos que a navegação pela costa leste-oeste era, em certa época do ano, complicada diante da instabilidade dos ventos, tornando-se impossível a comunicação com o Estado do Brasil. Seria a costa da capitania do Ceará uma espécie de “escala” obrigatória às embarcações que seguiam a rota do Maranhão? Neste período, a capitania não era formada por muito mais do que um fortim mal-acabado, alguns soldados e roças para o sustento das famílias e índios que viviam no entorno da fortificação.

Não obstante, em 1663, Rui Vaz de Sequeira volta à carga depois de um episódio específico. Segundo o governador geral do Maranhão, dois religiosos da Companhia de Jesus, que serviam nas proximidades da serra da Ibiapaba, teriam agido contra os interesses e ordens da Coroa ao coagir índios para que desobedecessem às ordens de militares enviados de São Luís. Relatou Sequeira em carta ao rei que, ao tomar conhecimento da movimentação de tropas em direção à Ibiapaba, um dos religiosos, que não são nominados na correspondência, “[...] se passou légua a Pernambuco, [e] contra a resolução de Vossa Majestade se foi a Bahia a pedir ordem ao Governador [Geral] Francisco Barreto que lhe mandou passar a provisão e carta do mesmo Governador para o capitão do Ceará que ele me remeteu” (AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 470. 1663, Fl. 2).

Vaz de Sequeira diz ainda na carta que as tropas estavam na área para agradecer a fidelidade daqueles índios, diferente do que acontecia no Maranhão, e ainda comunicar ao capitão do Ceará “[...] [a] quietação em que estava esta conquista e das conveniências que achava do serviço de Vossa Majestade restituir-se aquela praça a este governo“ (*Idem*). Ou seja, o governador geral adicionava novos elementos à estratégia para conseguir a subordinação do Ceará: primeiro, aproximar-se do seu capitão-mor, que sempre passava por Pernambuco antes de tomar posse; segundo, efetivar sua presença através de tropas militares, algo que Pernambuco não fazia dada a

distância. Na mesma carta, o governador geral do Maranhão descreve a tensão que se formou quando o dito padre retornou à Ibiapaba e com promessas teria persuadido o dito Cabo, fazendo:

[...] o dito religioso as prisões que lhe pareceu, remetendo os presos ao Ceará contra a forma da provisão de Francisco Barreto que ordenava [que] se enviasse ao Maranhão e como o Cabo que mandei se dava por parente do capitão do Ceará e também voltara beneficiado dele não fez grandes instâncias por impedir essa execução. E partida que foi a tropa do Ceará com os presos ficou o Padre com esta do Maranhão dando execução ao mais que pretendia de principal a um índio que governava aos outros, fazendo outro em seu lugar, a quem dizia o Padre pertencia o governo, sendo este o principal motivo deste religioso porque o índio disposto lhe não devia ser sujeito como ele queria (*Idem*).

A tensão se dissipou assim que o padre apresentou uma provisão do governador geral do Brasil. Some-se isso ao fato de que o Cabo enviado por Rui Vaz Sequeira era aparentado com o capitão-mor do Ceará. Ora, não havia situação mais confortável para o padre defender “seus índios”. Identifica-se, nesse sentido, uma espécie de apropriação das aldeias, missões, descimentos e aldeamentos pelos próprios missionários ligados à Companhia de Jesus. Neste caso, dos aldeamentos em torno da Missão da Ibiapaba, que há pouco tempo havia sido retomada.

Quer dizer, o religioso que se negou a obedecer às ordens de um enviado do governador do Maranhão tinha seus motivos. Já eram evidentes, na época, as reclamações constantes da falta de mão de obra africana em terras maranhenses, assim como eram conhecidos os embates entre os colonizadores e a Companhia de Jesus pela aplicabilidade do conceito de guerra justa para descer e escravizar índios. Ou seja, o padre estava, dentre outras coisas, resguardando a área da Missão contra os interesses dos conquistadores maranhenses que lá enxergavam um ótimo repositório de mão de obra. O fracasso na tentativa de expandir sua jurisdição para leste, subordinando às demandas maranhenses a grande Mis-

são da Ibiapaba, não impediu Rui Vaz de Sequeira de continuar requerendo a anexação do Ceará, fazendo duas solicitações ao rei:

[...] seja por seu serviço restituir a praça do Ceará a este governo, porque se ela estivera a sua ordem nem o Padre se atreverá recorrer ao Brasil nem essa praça do Ceará com tão pouca consideração mandar uma tropa executar a paixão de um religioso moço e apaixonado; que ocasionou o levantamento destes índios que servia de termos por inimigos a todos os desta costa, e para se reduzir e como convém ao serviço de Vossa Majestade ainda hoje importa mais esta subordinação facilitadas as dificuldades que até o presente a embarçavam, assim em razão do caminho desta cidade ao Ceará que estava já tão facilitado que quatro índios sempre passavam a Pernambuco; o socorro que se fez daquela praça por mar também vem de ano em ano, esperando as monções o mesmo se pode fazer desta cidade na mesma ocasião (AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 470, 1663, Fl. 02v).

O governador geral do Maranhão procura desqualificar o próprio capitão-mor do Ceará por este ter se deixado levar pelas paixões de um jovem religioso que, por suas atitudes, pôs em pé de guerra indígenas que haviam se cristianizado. Além disso, evidencia uma vez mais que o Maranhão já socorria o Ceará tornando aquela praça importante para as embarcações que aportavam na costa leste-oeste. Rui Vaz Sequeira finaliza a carta com outro pedido e uma acusação:

Também o espero mande Vossa Majestade estranhar ao dito capitão a dar ocasião a este levantamento, ordenando-me proceda como entender convém mais ao serviço de Vossa Majestade porque não tem dúvida que o dito capitão quer fazer daquela capitania governo separado, nem dando obediência a este nem a Pernambuco, e como a Bahia lhe fica 500 léguas de distância e tão dificultoso o reverso quer estar nesta dúvida o que parece não convém ao serviço de Vossa Majestade ainda além das razões acima consideradas e sempre o mais acertado será o que Vossa Majestade por seu Real serviço mandar resolver cuja católica e Real pessoa Deus Guarde como os fiéis vassallos de Vossa Majestade desejamos (AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 470. 1663, Fl. 03) (Grifo Nosso).

Assim como o capitão-mor do Ceará, Diogo de Albuquerque, que fora desacatado por um ajudante do governador de Pernambuco, agora era ele quem “desacatava”, na visão de Sequeira, uma autoridade. Diante da atitude de Albuquerque, o governador geral do Maranhão diz ainda não ter “dúvida que o dito capitão quer fazer daquela capitania governo separado, nem dando obediência a este nem a Pernambuco” (*Idem*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos ler esta conjuntura como um período de intensa reorganização das instâncias administrativas coloniais que, na busca por enraizamento, constituíam vetores de conquista que ampliassem suas jurisdições. Em outras palavras, dentro das próprias possessões portuguesas, e entre seus próprios funcionários, afloravam disputas pelo controle de jurisdições incertas que não poderiam ser facilmente estabelecidas pela Coroa em consequência do desconhecimento do território. Sem dúvida, as relações estabelecidas entre os indicados pelo Rei a ocuparem os cargos e os homens mais proeminentes do lugar acabavam por incidir decisivamente nesses conflitos. Ou seja, a defesa dos interesses locais estava na ordem do dia, embora em diversas situações houvesse choque de interesses entre representantes régios e homens de negócio.

Especificamente no caso da disputa pela jurisdição sobre a capitania do Ceará, ainda no bojo da conjuntura *post bellum*, fica evidente que se tentava a todo custo garantir áreas de expansão — os *fundos territoriais*. Ter espaços de futura expansão significava, essencialmente, ter terras disponíveis e mão de obra indígena para escravizar. Enquanto áreas ainda por colonizar, os Sertões do Norte tornaram-se, pelo menos até a década de 1670, fundos territoriais. Na medida em que as guerras de extermínio contra os indígenas passaram de incursões pontuais a um sistemático ataque aos gru-

pos étnicos a partir de pontos mais ou menos exatos, o território era reconhecido. E assim realizava-se um primeiro esquadrinha-mento desse espaço que de *fundo territorial* passaria rapidamente a área de trânsito e *zona de difusão*, ao longo da primeira metade do século XVIII (ROLIM, 2019).

REFERÊNCIAS

BLUTEAU, Raphael; Bluteau, Rafael. **Vocabulário português, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Oficina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>

COSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII):** ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo; Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *Dependência da capitania do Ceará do governo de Pernambuco — 1656-1799. Revista do Instituto do Ceará.* Fortaleza: Instituto do Ceará — Histórico, Geográfico e Antropológico, 1982. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1982/1982-DependenciaCapitaniaCearado-GovernoPernambuco.pdf>.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos** — Nobres contra Mascates: Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros** — Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2002.

ROLIM, Leonardo Cândido. **A Rosa dos Ventos dos Sertões do Norte:** dinâmicas territoriais e exploração colonial. Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-13092019-161329/pt-br.php>.

FONTES

AHU_ACL_CU_009, Cx. 3, D. 354. 1654, Dezembro, 16, São Luís de Maranhão.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 470. 1663, Julho, 20, São Luís do Maranhão. Fl. 02v.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 470. 1663, Julho, 20, São Luís do Maranhão. Fl. 03.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 3, D. 261 1648, Julho, 30, Lisboa.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 387. 1656, Julho, 8, Lisboa. Fl. 2.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 417. 1659, setembro, 9, Lisboa. Fl. 1

AHU_ACL_CU-006, Cx. 1, D. 18. 1661, maio, 16, Ceará.

AHU_ACL_CU-006, Cx. 1, D. 18. 1661, maio, 16, Ceará. fl. 02

AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 470. 1663, Julho, 20, São Luís do Maranhão. Fl. 2.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 456. 1662, Agosto, 20, São Luís do Maranhão.

Construção do sertão colonial no vale do Acaraú (1680-1758)

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza¹

INTRODUÇÃO

Mesmo sendo uma área de estiagens de chuvas, o sertão do semiárido cearense, era cortado por diversos rios, como Jaguaribe, Ceará, o Acaraú e outros, que proporcionava num período chuvoso, pastos e águas fundamentais para a atividade criatória e agrícola, cujos leitos dos rios, riachos e lagoas facilitaram a penetração para o interior do sertão.

As ribeiras do Acaraú, Coreaú, Aracatiaçu, localizadas na zona Noroeste do Estado do Ceará, ocupando uma imensa área de terras banhada por diversos rios, riachos e lagoas, que na quadra invernososa tornam-se propícios para o desenvolvimento de agricultura e pastoreio. Na temporada de ausência de chuvas, os habitantes deslocam para terras próximas ao mar, ou lugares com águas que custavam secar neste período, ou, para regiões serranas, consideradas como áreas de refrigério.

Esta região esteve sob a jurisdição do Maranhão (1621-1688), depois foi anexa a Capitania de Pernambuco (1688-1799) e, poste-

¹ Dr. Raimundo Nonato Rodrigues de Souza, professor Adjunto da Universidade estadual Vale do Acaraú — UVA.

riormente, passou a Capitania Autônoma do Ceará (1799-1822). Seus principais rios e afluentes eram: Mundaú, Aracati Mirim, Aracatiaçú, Acaraú, Coreaú, sendo no século XVIII, conhecida como a ribeira do Caracu, cujo governador de Pernambuco, José Cezar de Menezes, em 1774, informava que:

Esta grande (que toda hé da distincta Real Villa de Sobral, excepto a Serra da Tabainha, ou Ibiapaba que hé da Villa de Viçosa Real, a melhor de índios que há em todas estas capitánias) tem setenta e cinco légoas de costa principiando da parte do norte nos matões da Paraíba, e dividindo pela do sul no rio Mundaú com a ribeira do Siará como acima vimos, e mais de sessenta de certão, athé confinar com a serra do Quixeramobim que pertence a ribeira do Jaguaribe, ficando-lhe a hum lado a da Tabainha, e a dos Cocos que fazem extremas com a capitania do Piauí (MENEZES, 1923, p. 04).

Devido a sua localização próxima as terras ocupadas pelos franceses, no século XVII, e com a necessidade de reconquistar o Maranhão o Governador Geral do Brasil, Diogo Botelho, enviou uma expedição sob o comando de Pero Coelho, em 1604, com o objetivo de combater os invasores e seus aliados Tabajaras, na serra da Ibiapaba. Uma segunda expedição ficou a cargo dos jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, que tinham como estratégia chegar ao Maranhão e a necessidade de restabelecer contato com a nação Tabajara, trazendo em seu séquito, apenas índios, muito deles, aprisionados na expedição anterior de Pero Coelho.

Restabelecido o domínio português, a administração do Siará foi entregue a Martim Soares Moreno, imortalizado no romance *Iracema*, de José de Alencar. A partir de então, a região seria visitada de forma esporádica por soldados, mantendo contato com os Tabajara e favorecendo o surgimento dos primeiros núcleos de povoamento do litoral cearense. Segundo Maia:

Durante todo o século XVII, a Capitania do Ceará se constituiu como um entreposto, uma guarnição de passagem; inicialmente, como uma possessão da Coroa na proteção de toda extensão do território do Rio Grande para além da província do Jaguaribe, infestada de grupos indígenas hostis, e sob perigo constante dos franceses que comerciavam com os Potiguara, no litoral. Penas no final do século XVII, com certa organização administrativa e concessões de datas sesmarias, é que se tem início a uma sistemática política de ocupação territorial (MAIA, 2009, p. 63).

Com a ocupação das regiões produtoras de açúcar pelos holandeses e a expansão para outras áreas do Nordeste, a capitania do Ceará passa a ter, também, fortificações em Fortaleza, Jericoacoara e Camocim. Somente após a retomada da capitania de Pernambuco pela Coroa Portuguesa (1654) é que a ocupação colonial desta região começa a ser estabelecida de forma efetiva. Se num primeiro momento, os núcleos iniciais de povoamento estavam restritos ao litoral, os sertões passaram a ser ocupados por colonos vindos de Portugal, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia e por diversos caminhos. Chandler, ao tratar da ocupação do Ceará, diz que: “os criadores de gado, ávido por mais terras para fazendas usando o suprimento dos mercados da região açucareira no litoral, chegaram ao Ceará nas últimas décadas do século XVII” (CHANDLER, 1980, p. 10).

Inicialmente, estes colonos estabeleceram nas proximidades da costa, erguem fortes, capelas, estabelecem contatos com os nativos e seus missionários empreendem contato com os indígenas no intuito de evangelizarem. Estas fortalezas exerceram papel primordial no controle da costa e organizadora de expedições de reconhecimento e punição aos indígenas do sertão, como a feita pelo coronel Félix da Cunha Linhares.

No ano de 1697, Félix da Cunha Linhares partiu par o sertão da ribeira do Acaraú em missão de reconhecimento e caça aos índios, e retornou ao Forte para prestar contas da incumbência que recebera. Informou que encontrou a terra despovoada, mesmo de índios, pois estes, por medo de perseguição, haviam-se aldeado sobre a serra da

Meruoca. Falou da fertilidade do solo banhado pelo rio Acaraú e do vasto sertão propício a criação de rebanhos (ARAÚJO, 2000, p. 98).

Anterior a expedição comandada pelo coronel, somente terras solicitadas junto à costa foram concedidas como sesmarias. O que denota que os contatos com nativos ainda se faziam pelos missionários e ou através do comércio de produtos nativos, como madeiras, âmbar, abastecimentos de navios na foz do Caracu, com água doce, frutos e caças, no rio da Cruz (Camocim) ou na enseada da Jericoacoara. A definitiva ocupação da ribeira do Acaraú se deu com a instalação das fazendas de criar e sítios, nas suas regiões serranas e no sertão.

Na ribeira do Acaraú, em 1694, a penetração para o sertão deu-se pela subida dos rios Acaraú, Coreau, Aracatiaçu e seus afluentes em busca de terras e pastos para os rebanhos de gado. Ao encontrar área propícia para o estabelecimento da fazenda, edificavam-se casas, currais e, posteriormente, solicitavam estas terras em sesmarias.

A política de ocupação territorial foi realizada pelo pedido e confirmação de datas de sesmarias, sendo as concessões de terras legalizadas a partir do fim do século XVII, quando são baixadas determinações “por carta régia de 07 de dezembro de 1697 e as provisões de 02 de janeiro de 1699 e de 19 de maio de 1726 - regulando a extensão das concessões das sesmarias de quatro léguas no máximo, para três léguas quadradas” (FROTA, 1974, vol. 1, p. 23).

Com o aumento da quantidade de pedidos, as sesmarias acabaram se constituindo “com três léguas dispostas ao longo de um curso d’água, por uma largura, sendo meio para cada margem” (*Idem, op. cit.*, p. 25.). Em razão do alto grau de absenteísmo, haja vista que vários requerentes não se estabeleceram na região, a ocupação dessas sesmarias foi efetivada por vaqueiros, administradores de fazenda de criar, acompanhados de escravos e agregados, satisfazendo a necessidade de tomar posse dela e de garantir sua concessão.

No final do século XVII, toda esta ribeira do Acaraú, foi devassada e conquistada por moradores de outras ribeiras do Ceará ou vindos de outras capitanias. Silva, ao tratar dos pobres do açúcar e da conquista dos sertões relata que:

A conquista do interior continental das capitanias do norte do Estado do Brasil reveste-se, assim, de muitos significados: para Coroa significa expansão territorial; para as elites coloniais, a criação de novas possibilidades de aquisição de terras e títulos; para a Igreja, a abertura de novas fronteiras para a catequese, para as tribos americanas, a perda do território e a desagregação social. Mas, para os pobres e vadios das vilas açucareiras, o que significa a conquista do sertão? (SILVA, 2003, p. 25).

Neste sentido, a expansão se materializa nas diversas entradas ao sertão do Acaraú como relatadas nos diversos pedidos de sesmarias, que falam de sertões bravos, ou seja, indomáveis, cujos sesmeiros instituía-se como seus amansadores, através do estabelecimento de currais e de fazendas, com o objetivo de trazer os nativos à Igreja e em cujos empreendimentos renderiam recursos à fazenda real.

Para Durval Muniz os espaços são desqualificados para, posteriormente, serem enquadrados em outra lógica. Numa sociedade mercantil o espaço precisaria ser conhecido, medido e reorganizado numa lógica mercadológica. Segundo o autor:

Isto implicou na desqualificação dos espaços naturais, ou daqueles que representariam a natureza, em detrimento dos espaços artificiais, aqueles organizados pelo olhar e pelas ações humanas. A natureza é valorizada quando transformada em paisagens, ou seja, quando ordenada, descrita e lida pelo olhar individual de algum humano, que lhe dá um sentido e significado particular; seja afetivo, seja emocional, seja estético, seja religioso, seja familiar, seja histórico etc.; ou quando transformado em territórios, recortes estabelecidos por coletividades a partir de um indício identitário, ou seja, um recorte político, religioso, cultural, demográfico e econômico, etc. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 56).

Todavia, ao entrar no sertão, os colonos luso-brasileiros, os não índios, vão conhecendo a natureza e seus moradores, levando-os a adotarem estratégias já empregadas em outras regiões conquistadas, como: guerras justas, ou não, a catequese e o aldeamento, ou alianças com tribos para guerrear contra outras. O deslocamento destas populações trouxe para sertão diversos povos, sejam indígenas, portugueses, africanos e seus descendentes.

A busca de novas terras gerou confrontos entre os chegantes e os indígenas, pois se tratava de dois modos de vida conflituosos. Conflito produzido pelo projeto colonizador e civilizatório que implicava na submissão dos nativos, expulsão da terra, catequização, escravidão e dominação.

POVOS NATIVOS DA RIBEIRA DO ACARAU

Neste processo os indígenas eram vistos como mão de obra para economia colonial. Segundo Stuart Schwartz, os portugueses recorreram a três expedientes:

O primeiro, empregado pelos colonos, consistia na coerção direta e sob a forma de escravidão. O segundo, experimentado pelos jesuítas e a seguir por outras ordens religiosas, foi a criação de um campesinato indígena, tornando flexível às demandas europeias por meio da aculturação e destribalização. A terceira estratégia foi aplicada tanto por leigos quanto por religiosos. Consistia em integrar aos poucos os indígenas individualmente como trabalhadores assalariados a um mercado capitalista auto-regulável (SCHWARTZ, 1988, p. 45).

Nas últimas décadas do século XVII, no sertão do Acaracu, as frentes de expansão vão dilatando o território, devassando e escravizando populações que reagem a esta invasão. Os religiosos também estão envolvidos, sejam acompanhando estas entradas ou realizando seus aldeamentos, como os estabelecidos na serra da Ibiapaba,

com os Tabajara; no Aracati Mirim, com os Tremembé; na serra da Meruoca, com os Areriu e no Coreaú com os Aconguaçu.

Uma das estratégias de transformar o nativo em “civilizado” foi através da educação para o trabalho. Neste sentido, os aldeamentos funcionaram como mecanismo para desterritorializá-los, principalmente, com os descimentos realizados pelos missionários, como o ocorrido em 1721, “os nossos padres que cuidam dos índios residentes na serra da Ybiapaba conduziram da floresta para os aldeamentos um grande número de selvagens (quase 5000), e se esforçaram para reuni-los aos demais habitantes da povoação”².

Com a intensificação das atividades missionárias foi necessário demarcar terras para abrigar as missões, como as dos Tabajara e Aconansu. Em 1706, através de uma missiva ao Rei, o desembargador Cristóvão Soares Reimão fez a delimitação destes aldeamentos:

Depois de ter medido a terra da aldeia dos Tapuias, Acoansus, e índios Tabajaras na serra da Ibiapaba, onde achei 400 casas, e duas mil almas, alem dos Tapuias que são duzentos, com quem assistem por missionários dous padres da comp^a. [Companhia] de Jesus, vim a Ribeira do Camossi onde me apresentarão uma data de duas légoas p^a. [para] a dita missam; os ditos missionários [...]
(PINHEIRO, 2011. p. 83).

Não somente o convencimento pelos padres de que os nativos deveriam deixar seu território e estabelecerem-se noutras regiões, como as guerras infligidas pelos colonos, que além de se apropriarem de suas terras e os escravizarem, ocasionou a desterritorialização. Algumas vezes os conflitos ocorriam com a invasão de aldeias para escravizar os indígenas. Os aldeados não estavam livres de sofrerem as violências praticadas pelos colonos, em busca de mulheres e mão de obra para seus currais e roças.

2 Ver “Trechos de cartas do jesuíta Pe. João Antônio Andreoni, escripta nas cartas Annuas de 1714-16-21 — (Coleção Studart). In: Revista do Instituto do Ceará (RIC), Tomo XI, 1922, p. 81.

Em 29 de Outubro de 1720, o Conselho Ultramarino apreciou uma carta enviada pelo padre João Leite de Aguiar, missionário e visitador geral das missões do sertão Norte do Ceará, sobre as violências praticadas contra indígenas, afirmando:

[...] Que estas guerras as mandão fazer os cappitães mores todas as vezes q [que] se lhe antoja e lhe persuada a sua ambição e a dos moradores porque todos são interessados nos cativeiros dos pobres índios e ainda os q. [que] estão aldeyados e tem clérigos por seus missionários, são vexados pelos cappitães mores com grandes violências e injustiças porq. [que] os obrigão a que lhe trabalhem p^a. eles sem estipêndio, e sem sustendo ocupando os índios em pesca, em lavar mandioca, cortar e conduzi madeiras, as índias em lhes fiar algodão e o mesmo fazem também em parte os soldados dos presídios e os moradores, e roubando as mulheres e filhos, e com tal devassidão e soltura como se tudo foram actos muitos lícitos, e não merecessem nem castigo nem repreensão [...] (*Idem*, p. 83).

Estes conflitos entre missionários, curraleiros e funcionários reais, relativo ao trabalho dos nativos, foram motivos de diversas queixas às autoridades metropolitanas desde os primeiros momentos da colonização. Os primeiros missionários a realizarem missões nesta região foram os Jesuítas, que dedicaram seu apostolado junto aos Tabajara, da serra da Ibiapaba e, esporadicamente, acompanhavam outros grupos. Sobre o trabalho destes religiosos e informação sobre os povos missionados nas Cartas Anuas, relatam as impressões sobre o modo de vida dos indígenas, as ações dos missionários e suas práticas culturais e a violência sofrida por eles.

Preocupados com o avanço das atividades agropastoris e da diminuição das terras indígenas, o Pe. Acenso Gago na carta Anua, em 1695, informava que:

Os índios da Missão, assim os de língua geral como os Tapuias não cessam de pedir que lhe conserve as suas terras e que lhes não deixe tomar aos brancos, porque não

querem que os brancos tenham bulhas com eles, assim como as tiveram com os índios do Guaçu e Rio Grande (PINHEIRO, 2011, p. 29).

Macedo ao tratar da colonização do sertão do Seridó e da criação da freguesia de Santana, no Rio Grande, comenta que:

[...] somente entenderemos com clareza o surgimento dessa freguesia se a enxergarmos como sendo parte integrante de um movimento mais amplo, o de colonização do sertão da Capitania do Rio Grande, possibilitado pelo alargamento da fronteira da pecuária, à medida que o Rei de Portugal — através do capitão-mor — doava porções de terra para serem ocupadas pelo gado e por lavouras (MACEDO, 2007, p. 38).

O medo da ocupação de suas terras e da violência praticada nas guerras pelas frentes de expansão agropastoris, fez com que os nativos solicitassem aos missionários a intercessão junto às autoridades, no sentido de proteger seus territórios e suas vidas. Estes prometeram procurar as autoridades e solicitarem que oferecessem aos nativos, terras suficientes para viverem e aquelas que não fossem necessárias os colonizadores poderiam ocupá-las. Dentro desta proposta o Pe. Ascenço Gago julga necessário:

[...] segundo a quantidade deste gentio, são as que ficam desde a barra do Aracatimirim até a barra do Temonha que serão por costa 12 léguas pouco mais ou menos, cortando desde as barras dói dito rios a rumo direito para a serra da Ibiapaba, entrando na sesmaria tudo o que os rumos apanharem da serra até entestar com os campos gerais que lhe ficam da outra parte. Porque desta sorte ficam tendo a Serra toda a terra lavradia que lhe é necessária para as suas lavouras e para parte do mar todas as caatingas e campinas que lhe são necessárias para buscar a caça e o mel para o seu sustento; e este é um dos meios necessários para a conservação destes gentios, mas não sei a quem se há de pedir esta sesmaria (PINHEIRO, 2011, p. 29-30).

O provincial da Companhia de Jesus, Pe. Alexandre de Gusmão escreveu ao Conselho Ultramarino, informando sobre as obras dos padres da Companhia nas missões do Ceará e os problemas encontrados por eles, especialmente a sesmaria pedida para os índios. Em relação a este item o Conselho aprovou:

[...] lhe deem de sesmaria todas as terras, que lhe foram necessárias por aqueles governadores, em cujo distrito tocar a sua jurisdição a data deles, e na parte que este mesmo religioso representa, fazendo que de nenhuma maneira se altere a sua posse, nem lhas tiremos brancos de que eles receiam, mandando proceder com aquellas penas condignas ao delicto dos que obrarem o contrário, para que experientem este gentio a fé que V. Mag^{de}. Os ampara para lograrem o que he seu, e seja este exemplo que mova os mais a abraçarem a nossa amizade (SOARES e FERRÃO, vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698), 2013, p. 340).

Mesmo com a aprovação do Conselho os limites da sesmaria não foram respeitados, pois em carta de 1697, o mesmo padre informa que os vaqueiros da Casa da Torre estavam situando sítios nas terras dos Reriú e Aconguaçu. Nas concessões de sesmarias estas terras foram doadas e as populações nativas acabaram sendo aldeadas num território que tinha uma légua em quadro.

Em 1695, o padre Ascenso Gago ao relatar em carta aos seus superiores sobre a Missão da Ibiapaba e dos sucessos tidos com os povos nativos, informa que a melhor maneira destes viverem em paz e sob a proteção da Igreja era doar sesmaria para os índios se protegerem dos curraleiros que vinham entrando no sertão e invadindo suas terras. Ao referir-se a esta sesmaria, o padre fala de tamanho, da utilização de terras para plantio e daquelas que partem para o mar e “as caatingas e campinas que lhe são necessárias para buscar a caça e o mel para o seu sustento” (SOARES e FERRÃO, vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698), 2013, p. 371), que segundo o missionário é um meio para conservação dos nativos e de suas práticas.

Na visão dos padres jesuítas, que já conviviam com estas populações, o sertão não era o lugar bravio, vazio, como os sesmeiros e autoridades portuguesas acreditavam e utilizavam esta visão largamente na solicitação de mercê; mas era território de vivências, lugar de caça, de coleta de fruto e mel, de moradia, para os nativos.

Com a diminuição dos seus territórios e os maus tratos sofridos, os nativos rebelaram-se contra os curraleiros e o poder régio, causando diversas mortes, inclusive nas primeiras vilas do Ceará. Um dos relatos sobre a violência contra as populações nativas foi feita pelo padre Antônio de Sousa Leal, que informou ao Rei sobre essas vexações:

Em 1702, mandara o capitão-mor do Ceará Francisco Gil Ribeiro, por ordem del-Rei D. Pedro, o sargento-mor da ordenança sondar a barra do Parnaíba, e, bastando-lhe 50 homens, levava mais de 500 índios do Ceará e da Ibiapaba, e tapuias anasses e Jaguaribaras, e ainda alguns brancos, a fim de trazer escravos como lhe dissera o capitão-mor, contra a ordem régia (RAU. 1957, p. 384).

Este padre, ao tratar da Capitania do Ceará e das violências sofridas pelos índios, relata que sua carta é diminuta para descrever tanto sofrimento, tanto em relação aos aldeados quanto aos tapuias:

[...] assim o índio aldeado da língua geral, como tapuia de varias nações da língua travada, dos capitães-mores, soldados e moradores, e principalmente de umas famílias de mulatos e mamelucos de apelido Dias e Coelho. Não era o gentio senhor de sua liberdade, nem de seus bens, nem de suas mulheres e filhas, nem sequer das suas vidas, pois era opinião geral naquele sertão que era lícito matá-lo, porque não era cristão e nem servia a Deus (*Idem*, p. 37-38).

Continuando com sua exposição, ele enumera diversos acontecimentos que acabaram na escravização e violências contra os nativos, como as guerras empreendidas ao Icó (1704), Caratihu (1708) e outras. Estas violências motivaram em 1713 “os tapuias

Anassés e Jaguariboras aproveitaram a ocasião para fazer muitos estragos [...]” (*Ibidem*, p. 392). Em represália, o governo reagiu de forma ainda mais violenta contra estas populações. Com o final da guerra amplia-se a área ocupada pelas fazendas de gados, inclusive sobre as terras doadas aos nativos, em sesmarias, para seus aldeamentos, como o ocorrido aos Anacê.

A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE SERTANEJA

Neste sentido, o sertão da ribeira do Acaracu, assume significados diferentes para os sujeitos envolvidos nestas disputas: lugar bravo, distante, ingovernável, mas também espaço de sobrevivência, “os tapuias, que como é gentio de corso, e se sustentam de mel e caça, que acha pelos campos e caatingas, não se podem sustentar se lhe tomarem as terras, em que vivem” (LEITE, 1943, p. 138).

Ao se referir ao sertão como lugar vazio, distante, sem governo, sem lei, sem fé, os sesmeiros estavam reproduzindo a linguagem colonial, que reconhecia o sertão com estas terminologias. Silva ao analisar os significados da palavra sertão, diz que na escrita dos cronistas do século XVI e XVII, ele assume “espaço onde há um vazio de súditos da Coroa portuguesa” (SILVA, 2009, p. 189), ou espaço apartado do litoral:

Mas, se o emprego primitivo do termo sertão, no século XVI, indica apenas o apartado do litoral, ele gradativamente vai ganhando o significado de região inóspita e sem lei. O contraste entre sertão e litoral, criando no imaginário dominante na área do açúcar, perdura mesmo depois do interior ser colonizado, passando o sertão então a ser considerado um lugar de gente pobre, ignorante, enquanto o litoral continua a ser o lar do que é refinado (SILVA, 2009, p. 190).

Afora os Anacê ou Guanacé, os povos nativos da ribeira do Acaracu foram aldeados em três Missões, de acordo com Araújo:

1. Missão dos Aconguaçus, ribeira do baixo Coreau ou Camocim (1703), sob a direção do Pe. Antonio de Sousa Leal; 2. Missão dos Tremembés de Almofala, entregue aos cuidados do Pe. José Borges de Novais, ribeira do baixo Aracatimirim; 3. Missão dos Rerius, ribeira do médio Acaraú, aldeados na serra da Meruoca, sob direção do Pe. José Teixeira de Miranda (1712) (ARAUJO, 1974, p. 37).

Todavia, a disputa pela mão de obra nativa marcou aquele sertão, como outros da colônia. Os escravos nascidos na América portuguesa, não deixaram de ser objeto de conhecimento dos colonizadores. Estes utilizaram suas categorias classificatórias para apreendê-los, reconhecendo-os como gentio da terra, índio ou tapuia e utilizando adjetivações para sua cultura como selvagem e bárbara.

Vale lembrar que as adjetivações não foram exclusividades das populações nativas, o sertão do Acaracu, distante das vilas açucareiras e das fortalezas litorânea, que inicialmente foi visto pelos fazendeiros como bravo, devido a resistência dos povos nativos, a rudeza de seu clima e de sua terra, passa a ser visto como submisso ao ser conquistado e colonizado. Esta justificativa está presente na petição feita por Leonardo Ribeiro de Sá, ao solicitar Carta de sesmaria de 04 léguas de terras no rio Acaraú. Segundo afirma “ser elle supplicante o primeiro povoador da dita ribeira, havendo respeito do exercício gasto q. fez e dispêndeo de sua fazenda em fazer aldear o gentio bravo que nella habitava, reduzindo-os ao grêmio da igreja [...]”³

Nas décadas iniciais do século XVIII, o discurso predominante não era o de qualificar o sertão, mas o de controlar seus moradores. A necessidade de controle dos moradores do sertão foi sendo construída a partir da ideia de ser o sertão um lugar propício ao criatório e rico em minas. Neste sentido, a sociedade sertaneja cearense acabou sendo constituída por índios, mulatos, mamelu-

3 Este documento citado está na “Carta de sesmaria que se passou ao sargento Mor Leonardo de Sá.” *In*: Documentação Histórica pernambucana. Sesmarias — vol. 1. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1954, p. 80.

cos e pardos, detentores de terras e escravos, inclusive no Acaraú, como o mameluco Sebastião de Sá, o pardo Manuel Dias de Carvalho, o mulato Bento Coelho de Moraes e os indígenas D. Joseph Vasconcelos e D. Salvador Saraiva.

Mesmo conquistado e ocupado o Sertão, ribeira do Acaraú, com currais e aldeamentos, configurando uma nova ordem social, política e econômica, o poder régio precisa negociar com seus moradores para tornar-se efetivo. Por isso mesmo com todo o aparato régio era difícil impor ordem judicial, sem contar com estes potentados. Sem negociação com o poder local a administração régia não se fazia efetiva, não tinha como controlar seus súditos, fossem eles livres ou escravos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação da administração imperial precisava de uma ampla negociação com as elites dominantes e esta com seus agregados e escravos. No caso da ocupação das terras do sertão do Acaraú, vemos como as doações de sesmarias mobilizaram uma massa de homens, que prestavam serviços ao poder régio, mas utilizava esta prestação de serviço para adquirir terras, através das concessões de datas de sesmarias. Foram estes mecanismos que possibilitaram a expansão da fronteira agropastoril, transformando muitos pobres produtivos, vindos de outras capitanias ou do reino em potentados locais.

Não só as terras, a produção do algodão e carnes fizeram as riquezas dos potentados do Acaraú, mas a exploração da mão de obra livre e escrava. O uso de escravos nas atividades agropastoril vem desde a ocupação do território da ribeira do Acaraú, seja com apreensão dos povos nativos nas entradas aos sertões ou na

posterior aquisição de cativos para sua utilização nos trabalhos requeridos nas atividades econômicas. Desta maneira os sertões nativos transformaram-se em sertão colonial.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos da fronteira: história, espaços e identidade regional**. 1. ed. Edição. Recife: Bagaço, 2008.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense (1604-1800)**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.

CHANDLER, Billy Jaymes. **Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns**. Tradução de Alexandre F. Laskey e Ignácio P. Montenegro. Fortaleza: Edições UFC / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão (Org.). **Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, v. 1, p. 23.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil* (vol. III). Lisboa /Rio de Janeiro: livraria Portugália / Editora Nacional do Livro, 1943.

MACEDO, Helder A. Medeiros. Percepção dos colonos a respeito da natureza no sertão da capitania do Rio Grande. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 8, n.º. 14, p. 37-76, jan.-jun. 2007, p. 38.

MAIA, Légio José de Oliveira. **Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial — século XVIII**. 2010. 409 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MENEZES, José Cezar de. “Ideia da população da capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios, e povoação notáveis, agricultura, número dos engenhos, contractos, e rendimentos reaes, augmento que estes tem tido & .^a & .^a desde anno de 1774 em que tomou posse do governo das mesmas capitanias o governador e capitam general Joze Cezar de Menezes”. *In: Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 40, Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1923, p. 4.*

PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a História colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: fundação Ana Lima, 2011.

RAU, Virgínia; SILVA, Maria Fernanda Gomes da. **Os manuscritos do arquivo da Casa de Cardaval respeitantes ao Brasil**. Lisboa: Universitatis Coninbrigenses, 1958, v. 2.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550- 1835). São Paulo Companhia das Letras, 1988.

SILVA, José Pereira da. Introdução metodológica. *In*: SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina (Org.). **Memória Colonial do Ceará**. V. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Petrópolis: Kapa Editorial, 2011 [páginas não numeradas].

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **“Nas solidões vastas e assustadoras”** — Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. 2003. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

História e Historiografia ambiental na Pan Amazônia

Da natureza dos espaços de fronteira nos escritos do Padre João Felipe Betendorf (séc. XVII)

Antonio José Alves de Oliveira¹

AS ENTRADAS NOS SERTÕES NA CRÔNICA DA MISSÃO DO MARANHÃO E A PRODUÇÃO DE “HOMENS-FRONTIEIRA”

A crônica da missão do Maranhão, importante ressaltar, foi escrita pelo jesuíta João Felipe Bettendorf entre 1697 e 1698, depois de longos trinta e sete anos de vivências e experiências do jesuíta naqueles imensos sertões da América portuguesa. A Crônica da Missão é portanto uma miscelânea de memórias, de escritos, de tempos e espaços distintos, sejam a partir das próprias cartas e diários preparados pelo jesuíta, seja por memórias, diários e escritos de outros missionários e viajantes, como os franceses Claude D’Abbeville († 1632) e Yves D’Évreux (1577—1632) ou o diretor neerlandês da Companhia das Índias Ocidentais, Johannes de Laet (1581—1649) quando se refere aos acontecimentos e as lutas contra os franceses, e a partir do missionário Cristóbal de Acuña (1597—1670), quando descreve com minúcias as entradas e o mapeamento levado a cabo pelo explorador português Pedro Teixeira (†1641), que partindo de Belém em 1639

¹ Membro integrante do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA-UFSC).

com 700 portugueses e quase 1200 indígenas entre guias, remeiros, guerreiros e carregadores, partiu rumo a Quito para estudar as possibilidades de escoamento de mercadorias pelo Amazonas nos tempos da União Ibérica. Essa geografia jesuíta, lentamente construída é, portanto, também preñe de outras temporalidades e espacialidades a partir de outros narradores e cronistas. Tais tempos e espaços são condensados na pena do missionário jesuíta e tomam, portanto, a forma e os sentidos do seu empreendimento, tanto no que concerne à geografia constituída pela importância da presença dos missionários quanto da legitimidade de suas lutas ante os colonos escravocratas e seus empreendimentos de entradas e «resgates» nos sertões.

A lenta expansão territorial da Coroa portuguesa naquela costa e sertões era polissêmica, se para a Coroa portuguesa interessava, rendas, terras e novos vassallos, para os jesuítas, segundo Bettendorf era o trabalho de cristianização de toda aquela «gentilidade» o empenho principal e a própria razão de suas presenças naquele espaço, e justamente por essa razão tal trabalho implicava determinadas responsabilidades nas lutas contra os abusos da colonização. A Crônica da Missão do Maranhão segue eivada por várias denúncias desses abusos, Bettendorf pela experiência com os colonos na ilha do Maranhão e o número dos seus habitantes estima a truculência desse encontro e desse violento processo ao longo do século XVII. O jesuíta afirma que «basta sabermos que havia 27 aldeas na ilha do Maranhão, para dahi inferirmos quantas haveria de lá ao Pará e por todo o Estado, quanta devia ser a crueldade e cobiça dos que acabaram por guerras e trabalhos tanta gentilidade»².

Entretanto, qual homem-fronteira e homem-memória, Bettendorf, malgrado sua formação humanista, não trata de inventariar aquele mundo de forma totalmente aberta à compreensão do «ou-

2 BETTENDORF, João Felipe. *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, in: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Tomo LXXII, Parte I (1910), 13.

tro». A sua presença, assim como dos demais missionários adentrando a imensidão daquele espaço, busca ancorar-se num determinado sentido cristianizador e portando carregando valores de uma comunidade imaginada que também era incumbido de um sentido «civilizador». Pertencente a uma determinada visão de mundo, no sentido mesmo em que vê uma ordem e uma hierarquia «naturais» no mundo, e sobre a qual alicerça o seu conhecimento, compreende e julga o seu entorno, é ancorado nestes valores culturais que observa, anota e classifica. Inventariar aquele mundo, dar a ver para seus pares jesuítas a partir da Crônica da missão o espaço e o «outro» era igualmente manifestar-se a partir de um determinado ponto de vista, adentrar e descrever as fronteiras daquele espaço durante os trinta e sete anos de sua experiência era também demarcar e descrever uma fronteira interior, percebendo até onde a cultura do «outro» haveria de ser consentida na construção dessa geografia jesuíta naquele espaço, e por consequência na lenta transformação do espaço em lugar, das espacialidades indígenas à Amazônia portuguesa³.

Cabia igualmente no seu périplo não perecer ao esquecimento, e manter-se sempre como homem -memória malgrado os imperativos ambientais, sociais e culturais na sua experiência limítrofe. Cabia-lhes igualmente nesse sentido, portanto inventariar o mundo, descrever e relatar o visto e o ouvido pelo espaço, assim como em meio a esse processo inventar o bárbaro, manter as classificações e os distanciamentos ativos na relação com o espaço e com os seus «outros»⁴. Cabia-lhe portanto associar o empreendimento colonizador ao próprio empreendimento de missão, marcando, entretanto, os distanciamentos, o que nesse processo fazia deles, jesuítas, singulares em relação aos demais missionários, aos colonos, mas principalmente legitimar o trabalho de missão. Assim, explicita quando afirma que

3 CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano, vol. 1: As artes de Fazer. Petrópolis, RJ 2012, principalmente cap. 9 («Relatos de Espaço»), 182.

4 Ancoro-me aqui na relação entre espaço, fronteiras e classificações a partir das reflexões tecidas por François HARTOG: Memória de Ulisses: Narrativas sobre a Fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte 2004.

A capitania do rio Meary tem bons ares, e águas com terras excelentes para cannaviaes e engenhos de assucar, como campinas de ricos pastos para curraes de gado vacum, que lá se dá melhor que... porém é mui infestada de *tapuyas do matto*, que a cada passo dão nos escravos e brancos, tirando-lhes a vida às frechadas, e por isso se vão pouco a pouco desamparado fora do sítio onde os reverendos padres das mercês tem uma residência com três ou quatro sujeitos. Não falta lá nem peixe nem carne, e são as marrecas sem número em suas dilatadas campinas (BETTENDORE, 1910, p. 20).

Essas classificações do outro enquanto «tapuias» obedecem aos imperativos das próprias emergências dos conceitos antitéticos assimétricos no âmbito da colonização, estas advindas desse processo de aprendizagem na costa e na conformação do Estado do Brasil. O «tapuia» era a identificação do «outro» inclusive para os grupos indígenas aliados dos colonizadores, era como os indígenas de língua majoritariamente «Tupi» ou falantes da «língua geral» identificavam os outros indígenas, majoritariamente os indígenas do macro grupo Jê, portanto, classificados como indígenas de «língua travada»⁵, vistos e tratados como o «bárbaro», essas classificações eram evocadas na busca de se legitimar portanto o usos e abusos da violência e da escravização perante esse outro que quase se negava a humanidade.

Na crônica de Bettendorf, entretanto, há igualmente uma gradação, uma escala no entendimento em relação a esse «bárbaro» com o qual se lida e se tenta classificar, escala e classificações que não deixavam de partir de um entendimento temporal que se operava, como designa Johannes Fabian, como uma negação da coetaneidade, uma construção hierárquica da fronteira entre o «bárbaro» e o «civilizado»⁶ que

5 Ver a esse respeito John Manuel Monteiro: Tupi, Tapuia e historiadores. Estudos de História indígena e indigenismos. Tese de Livre Docência, Campinas 2001 e Karl Heinz Arenz — Gabriel de Cássio Pinheiro Prudente: Os padres «tapuitinga»: a atuação de jesuítas alemães na Amazônia pombalina 1750-1757, *in*: Encontro Internacional de História Colonial Cidade da Bahia: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades. Anais Eletrônicos [do] 6. Encontro Internacional de História Colonial: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades, Salvador 2017, 950-963.

tinha os próprios valores dos elementos colonizadores como escala temporal. A distância, lida em termos de civilidade e civilização, selvageria e barbárie, era operada no próprio tempo, fazendo com que a leitura e classificação dos autóctones americanos se fizesse a partir de um olhar para o passado distante daquele ao qual os europeus supostamente já se encontravam. Era portanto a leitura e a atribuição das infâncias da humanidade donde se encontravam, ou se tentavam classificar o indígena americano⁶. Na viagem de Pedro Teixeira de Belém a Quito executada entre 1639 e 1640, presente na Crônica de Bettendorf a partir do diário de viagem de Cristóvão da Cunha, essas classificações emergem em vários momentos, mas fica evidente quando Bettendorf descreve o que ele chama de Província dos Omáguas, já muito além das fronteiras demarcadas da América portuguesa. Os Omáguas estariam supostamente «avançados» na escala temporal de classificação utilizada por Bettendorf por conta de suas roupas de algodão, por sua estrutura e organização social e também pela existência de ilhas povoadas e cultivadas, assevera

sessenta leguas mais abaixo começa a melhor e mais delatada província de todas quantas há por este rio, que é a das águas chamadas commumente ámagoas, nome impróprio, tem esta província de longitude mais de duzentas léguas, continuando suas povoações quase a vista umas das outras; tem muitas ilhas povoadas e cultivadas todas, é a gente della de razão e de melhor genero, e anda vestida de vestidos de algodão, tecidos com grande arte, subtileza e curiosidade, e com variedade de cores, mui obediente o que em grande parte deve aos castelhanos mais vizinhos della (BETTENDORF, 1910, p. 105).

Essa escala de classificação acaba sendo utilizada de forma abundante em toda a crônica, ajudando a legitimar as ações dos missionários frente à diversidade dos povos do vale amazônico, mas também

6 Johannes Fabian: *Time and the Other: How anthropology makes its object*, New York 2014.

traçando uma linha de diferenciação em relação aos demais missionários e as práticas dos colonos. Quando disserta sobre o processo de missionação e as entradas ante os Guajajaras, Bettendorf afirma

Desce o padre Manoel Nunes o velho de superior da casa de nossa senhora da Luz, teve notícia dos gojajaras, que estavam pelo rio do Pinaré à riba postos em suas terras para banca de um sítio que chamam Capitiba, onde ainda de presente moram alguns parentes seus, tratou de os tirar dos mattos para fazer filhos de Deus, e para tê-los mais chegados ao povoado dos portugueses para lhes servirem por seu salario, quando assim lhes parecesse [...] com este despacho mandou o padre pratica-los, e elles com desejo de serem filhos de Deus e dos padres da companhia jesus sahiram de suas terras a custa do collegio, situando-se primeiro umas quatro e pouco depois uma tres jornadas da cidade de S. Luiz na paragem chamada Itaqui, onde fizeram sua aldea e moraram annos, indo os padres missionarios doutrinar, baptizar e ajudar em tudo todas as vezes que necessitavam de socorro espirital de suas almas, era cousa sabida que aquella aldea era pertencente no collegio que commumente a chamavam a aldea dos padres, e assim nem os mesmos governadores não entendiam com ella; só Ruy Vaz de Siqueira em tempo de seu governo mandou lá fazer tabaco, por serem terras boas para tabacaes, mas ficaram tão escandalizados os indios daquillo que muitos delles se tornaram para os mattos por não quererem por nenhum modo servir aos brancos, visto que nem os padres os tinham até então occupado em cousa de consideração (BETTENDORE, 1910, p. 136).

Essa linha de demarcação entre as práticas dos missionários e as práticas brutais de colonização dos moradores emergem na narrativa em vários momentos fortalecendo igualmente o argumento de justeza das ações dos missionários frente às tensões prementes e constantes com os colonos luso-brasileiros ali recém-instalados⁷. A crônica, igualmente caminha no sentido de demonstrar todo o tra-

7 Sobre os moradores e colonos no Estado do Maranhão, as correntes de migração e colonização suas atividades, tentativas com o fumo, o gado e a cana, e um certo isolamento dos principais centros de circulação comercial ver principalmente Arenz: De L'Alzette à l'Amazone, principalmente o capítulo 1: «Les frontières naturelles et politiques en Amazonie au XVIIe siècle».

balho de missionação que levava junto o processo de colonização e «conquista» na construção de uma Amazônia portuguesa e uma geografia jesuíta. Mas igualmente servia para traçar distinções nas práticas entre os agentes de colonização, fossem estes missionários ou colonos, demarcando principalmente a distinção com as práticas brutais dos moradores luso-brasileiros, demonstravam a Coroa portuguesa a inversão que poderia mesmo ocorrer nas categorias de classificação consolidadas, quando as práticas de exploração e brutalidade são decorrentes dos próprios agentes da colonização portuguesa, a leitura de quem seria o bárbaro era invertida e jogada para o espectro dos moradores luso-brasileiros. Era esse um dos argumentos na defesa e na necessidade do governo espiritual e temporal por parte dos jesuítas naquele espaço, a argumentação dos indígenas como cristãos e vassalos da Coroa portuguesa

achando-se já os padres missionários em maior número, repartiram-se pelas aldeias, alguns, ficando os mais reservados, mas para assistir em casa acudindo à cidade, e outros para as entradas para os sertões. Apenas começaram a tratar do governo espiritual das almas que lhes tinha concedido sua magestade, até então, quando logo viram por experiência que o espiritual sem o temporal dos índios não bastava para fazer fructo em suas almas e dilatar a missão. Por essa razão ajuntaram-se, consultaram entre si se convinha fosse algum para o reino tratar com sua magestade para que quisesse conceder ambos os governos, assim temporal como espiritual dos índios, aos padres missionários da Companhia de Jesus (BETTENDORF, 1910, p. 136).

São elementos que Bettendorf acentua na sua Crônica demarcando posições antes os moradores e buscando legitimar as posições tomadas junto à Coroa portuguesa com elementos que aumentavam seus poderes de ação no Estado do Maranhão. Poderes estes que tinham lugar em espaços e iam constituindo conhecimentos e geografias vividas.

GEOGRAFIA E LIMIARIDADES JESUÍTICAS NA MISSÃO DO MARANHÃO

O projeto de colonização e exploração dos recursos naturais do território tinham, portanto, um lugar importante na missão das ordens religiosas e evangelização de uma imensa porção do território, com uma miríade de grupos indígenas com uma variedade linguística e cultural até então espantosa mesmo para os missionários. Além de assegurar para a Coroa Católica aquela área em disputa, o projeto de conquista também avançava contra o risco colocado pelas ameaças «heréticas» francesas e neerlandesas, principalmente. A expansão jesuíta, como mencionado antes, teve início já em 1607, com os missionários Francisco Pinto e Luís Figueira, que saindo do Recife, no Estado do Brasil, navegaram até a região de fronteira para o Rio Jaguaribe e de lá empreenderam uma jornada até a Serra de Ibiapaba, onde estabeleceram sua primeira missão. A missão da Ibiapaba demarca igualmente essa primeira experiência dos missionários jesuítas com as fronteiras do espaço na Costa Leste Oeste, mas igualmente com a liminaridade das relações com o «outro» daquela costa. Suas atividades naquele espaço se encerram momentaneamente com a morte e martírio do Padre Francisco Pinto pelos grupos indígenas da Serra, que, entretanto, se utilizam por muito tempo ainda dos ossos do padre em celebrações sincréticas, ritos já mestiços e transculturais com referências indígenas e cristãs.

A historiografia anota muito vividamente que desde a chegada do Padre Antonio Vieira, em meados do século XVII, até a expulsão dos jesuítas em 1759, a Amazônia experimenta um século jesuíta. A ideia de «século jesuíta» é ancorada principalmente no fator preponderante da presença dos missionários da Companhia de Jesus percorrendo todo o vale Amazônico e exercendo forte influência na colonização tanto portuguesa quanto espanhola durante aqueles anos. Igualmente, os missionários jesuítas naquela

porção do território em disputa constroem muito lenta e pacientemente uma geografia jesuíta no vale do Amazonas, com os ajuntamentos nas fortalezas, as aldeias, as reduções e ainda as missões, onde adentravam juntamente a remeiros e práticos os labirintos da imensidão do território recortado por rios-mares, cujo veio principal era o rio das Amazonas (ARENZ, 2007, p. 33). Se considerarmos também as missões de Moxos e Chiquitos, na atual Bolívia e as missões do Paraguai, que se expandia até o Chaco, Corrientes e Misiones, no nordeste da atual Argentina, podemos ter uma dimensão do poderio jesuíta no coração da América do Sul. Mas o que exatamente significava essa «geografia jesuíta» no século XVII?

Essa expansão de fronteiras no espaço haveria de significar também para os missionários e igualmente para os cronistas uma brusca tentativa de compreender o seu «outro», e desse esforço de compreensão e adaptação ao espaço e ao «outro» reside a própria transformação cultural do narrador ou cronista. Assim, para além do projeto de colonização e cristianização daquele imenso território no vale do Amazonas e no Estado do Maranhão e Grão-Pará, é interessante observar os esforços descritos na crônica do padre João Felipe Bettendorf, do mesmo modo que se faz importante observar e reconhecer este empreendimento também como um empreendimento de geografia vivida.

A missão do Maranhão, propriamente, possuía uma estrutura que buscava reconhecer e englobar uma área imensa, missionando para o maior número de «gentios» que lhes fossem possíveis adentrando o vale do Amazonas e seus afluentes. Depois dos eventos de 1661, expulsão pelos moradores e negociação para o retorno, os jesuítas concentram-se em missionar na margem direita do Amazonas, ficando a margem esquerda para os demais missionários, tais como mercedários, franciscanos e capuchinhos. A estrutura da missão dos jesuítas era composta, assim, pelo Colégio da missão, geralmente próximo às principais fortalezas da região, Belém e São

Luís, e, portanto, assimilando uma simbiose entre o processo de colonização e evangelização, um segundo elemento que se marcava nessa geografia jesuíta eram as reduções ou aldeamentos, onde se buscava reunir um grande número de indígenas de grupos distintos num intento de construir uma certa homogeneização cultural, de assimilá-los ao cristianismo e à vassalagem à Coroa portuguesa, e por fim, um terceiro elemento eram as entradas, ou simplesmente «missões», onde os missionários exerciam o papel de aproximação e tentativa de convencimento sem ainda modificações culturais drásticas em seus modos de vida, e sem a presença constante e cotidiana dos missionários na aldeia. A crônica de Bettendorf é riquíssima acerca dessas relações fronteiriças e liminares.

A relação com o espaço e a tentativa de construir essa geografia jesuíta no vale amazônico é, entretanto, construída muito lentamente. E todas essas experiências são por fim dispostas em mapas como o executado pelo padre boêmio Samuel Fritz SJ (1654—1728), curiosamente jesuíta a serviço da Coroa espanhola, já no início do século XVIII, em 1707⁸, muito bem detalhado com o labirinto dos rios e as missões nos sertões, lugar da imensa «gentilidade» alvo da política e empreendimento dos jesuítas, espaços vividos, experimentados e mapeados pelos missionários da Companhia de Jesus. Importante ressaltar entretanto, como essas lentas experiências com os grupos indígenas, com conflitos, negociações e disputas emergem na representação cartográfica. Se por um lado essa representação emerge como o resultado explícito de uma geografia vivida e experimentada, por outro, ela também aglutina uma série de tempos e espaços múltiplos e díspares, condensados finalmente sobre a carta geográfica, apontando ela

8 Sobre o mapa de Fritz ver principalmente as discussões levantadas por André Ferrand de ALMEIDA. Samuel Fritz and the Mapping of the Amazon, *in: Imago Mundi* 55 (2003), 113-119. E ainda André Ferrand de ALMEIDA: Samuel Fritz Revisited: the Maps of the Amazon and Their Circulation in Europe, *in: Diogo RAMADA CURTO — Angelo CATTANEO — André FERRAND ALMEIDA (Ed.): La cartografia europea tra primo Rinascimento e fine dell'Illuminismo, Atti del convegno, Firenze 2003*, 133-153.

própria para uma determinada narrativa, representação que corta no tempo a história de um espaço com um determinado sentido bem delimitado, qual seja, a Amazônia portuguesa já no século XVII ou a geografia jesuíta da Missão do Maranhão.

Por fim, cabe ressaltar a importância do próprio Bettendorf nos diálogos, nas negociações para a construção desse espaço no final do século XVII, principalmente depois da nova legislação promulgada em 1680, com a revolta dos irmãos Beckman em 1684, que culminam com uma nova expulsão dos jesuítas, e com o processo de negociação e retorno em 1686, e finalmente com a elaboração de um novo regimento das Missões. Com este último se apresentava um plano mais detalhado voltado para as missões jesuítas na Amazônia de forma mais negociada com os moradores e colonos, o que representava uma vitória destes últimos malgrado as condenações em relação aos revoltosos. Mesmo assim, o Regulamento representara uma saída negociada para uma crise instalada e ainda um dispositivo que servia como um freio às ambições dos colonos. Para as populações indígenas, concentradas nos aldeamentos administrados pelos missionários, e malgrado as implicações culturais lesivas às suas culturas, poderia ainda haver certa autonomia face aos colonos e às autoridades, ao menos até o final da década de 1750, quando os jesuítas são expulsos de forma definitiva da América portuguesa, encerrando o século jesuíta na região.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, André Ferrand de. Samuel Fritz and the Mapping of the Amazon. *In: Imago Mundi* 55 (2003).

ALMEIDA, André Ferrand de. Samuel Fritz Revisited: the Maps of the Amazon and Their Circulation in Europe. *In: Diogo RAMADA CURTO — Angelo CATTANEO — André FERRAND ALMEIDA (Ed.); La cartografia europea tra primo Rinascimento e fine dell'Illuminismo*, Atti del convegno, Firenze 2003, 133-153.

ARENZ, Karl Heinz; Pinheiro Prudente, Gabriel de Cássio. Os padres «tapuitinga»: a atuação de jesuítas alemães na Amazônia pombalina

1750-1757. *In*: Encontro Internacional de História Colonial Cidade da Bahia: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades. **Anais Eletrônicos [do] 6. Encontro Internacional de História Colonial**: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades, Salvador 2017, 950-963.

ARENZ, Karl Heinz. **De L'Alzette à l'Amazonie. Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie Portugaise (1661—1693)**. Thèse de Doctorat en Histoire Moderne et Contemporaine, Paris 2007.

BETTENDORF, João Felipe. Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. *In*: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo LXXII, Parte I (1910), 13.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**, vol. 1: As artes de Fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

FABIAN, Johannes. **Time and the Other**: How anthropology makes its object, New York 2014.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses**: Narrativas sobre a Fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupi, Tapuia e historiadores. Estudos de História indígena e indigenismos**. Tese de Livre Docência, Campinas 2001.

O “tempo das águas” em Vila Bela colonial (1750-1777)

Vanice Siqueira de Melo¹

INTRODUÇÃO

O volume de água nos rios e as chuvas podem impactar em diversas atividades desenvolvidas pelas sociedades, como a navegação, a agricultura e a mineração. Assim, por exemplo, em Vila Bela, no ano de 1757, “o vento que predominou” foi o “nor-nordeste, que é frio e seco”. Essa condição climática explicaria o fato de que “não foi este ano de águas nem houve cheias, só sim trovões e raios, que são os efeitos do dito vento”. Além disso, teria florescido, em 1757, “bastante milho, porém muito pouco feijão, por causa das muitas secas” (AMADO; ANZAI, 2006, p. 67). A escassez de água, dessa maneira, justificaria o desenvolvimento agrícola do milho e a carência de feijão naquele ano.

Esse texto pretende analisar, assim, como as atividades desenvolvidas pela coroa portuguesa e pelos moradores de Vila Bela eram impactadas pela chuva e pelo regime das águas do Guaporé. Observa-se que a água, do rio ou da chuva, influenciava na execução das atividades mineradoras e agrícolas, na escolha dos lu-

1 Doutoranda e mestra em História pela Universidade Federal do Pará; professora do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará; pesquisa financiada pela bolsa Capes ProDoutoral.

gares para construir núcleos de povoamento português e articular operações de guerra. Assim, refletir acerca da capitania do Mato Grosso e, principalmente de Vila Bela, demanda considerar o papel que as águas desempenharam no desenvolvimento e articulação de diversas atividades desenvolvidas naquela área.

AS ÁGUAS DOS RIOS E DAS CHUVAS

A capitania do Mato Grosso foi criada em 1748. Essa capitania era formada por dois distritos: o de Cuiabá, onde estava situada a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727), e o do Mato Grosso, onde estava localizada Vila Bela da Santíssima Trindade (1752). Vila Bela tornou-se capital da capitania do Mato Grosso e foi fundada nas margens do Guaporé. Nesse sentido, frequentemente era impactada pelo regime das águas do Guaporé, como será analisado.

Vila Boa de Goiás era uma das capitanias que fazia fronteira com a do Mato Grosso. Por essa razão, havia um trânsito de pessoas entre elas. A intensidade das chuvas poderia afetar o deslocamento das pessoas entre essas duas capitanias. Exemplar disto foi uma carta que o primeiro governador do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, escreveu ao secretário de Estado, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, em julho de 1759. O governador relatava ao secretário que até aquele momento não havia “chegado o ouro de goiás sem embargo de haverem partido do Cuiabá para lá há 7 para 8 meses os portadores” que levaram as cartas do monarca e dele “para o governador daquela capitania”, o que se explicava em função das “excessivas chuvas que houve este ano” (AHU, Mato Grosso, Avulsos, Cx. 10, D. 605).

Além disso, o volume das águas das chuvas poderia atingir o desenvolvimento de algumas atividades. O ano de 1773 teria sido, em Vila Bela, “de poucas moléstias, como consequência das copiosíssimas chuvas que nele houve, sempre desejadas dos mineiros, ainda que não igualem-

te dos lavradores” (AMADO; ANZAI, 2006, p. 191). As chuvas teriam, assim, um impacto distinto nas atividades agrícolas e nas mineradoras.

A mineração do ouro no século XVIII teria sido realizada em dois tipos de depósitos: os aluvionais e os das rochas matrizes. Os depósitos aluvionais são as jazidas secundárias e originárias da decomposição da rocha matriz. Esses depósitos aluvionais foram formados a partir ação das águas pluviais e fluviais nas formações rochosas auríferas ao longo dos séculos e que transportaram o ouro, juntamente com areia e seixo, para fora da rocha, assentando-o nos leitos de rios e córregos (REIS, 2007, p. 98). A partir da localização, os depósitos de aluvião poderiam ser classificados em: leitos dos rios, tabuleiros e grupiaras. Enquanto os tabuleiros eram os depósitos que ocupavam as margens dos rios, um pouco acima dos leitos, as grupiaras eram mais elevados e estavam associadas às encostas das montanhas (CAPANEMA, 2013, p. 77).

A atividade mineradora estava condicionada ao tempo das águas e das secas. Na atividade mineradora, a água poderia ser aliada ou inimiga. Por um lado, nos períodos chuvosos, a prospecção e extração do ouro poderia ser limitada e até prejudicada pelo excesso de água. Já na exploração das margens dos rios e nos morros auríferos, a água era essencial para o desenvolvimento da exploração aurífera (CAPANEMA, 2013, p. 82). Como lembrou Junia Ferreira Furtado, sem água não havia exploração mineral seja porque os depósitos estavam nas margens dos rios ou pelo fato de que era usada para separar o ouro dos outros minerais (FURTADO, 2014, p. 45).

Algumas correspondências trocadas entre os governadores da capitania do Mato Grosso e o governo sediado em Portugal apontam o papel da água na atividade mineradora em Mato Grosso. Na carta, de abril de 1757, endereçada ao secretário de Estado Tomé Joaquim da Costa Corte Real, o governador Antonio Rolim de Moura pontuava como a água era importante para mineração e que a escassez

dela prejudicou o trabalho dos mineradores. Nessa missiva Rolim de Moura comunicava que havia “um novo descoberto nas vizinhanças de Cuiabá”. Pelas informações que tinha recebido, assegurava o governador que era “o melhor que até agora” havia “naquele distrito, não só por ter ouro de boa conta”, mas porque se tinha “achado já em légua e meia de comprido, também com bastante largueza para os lados” e não sabiam “até onde continuara”. Contudo, “por ser a paragem falta de águas, não deu no tempo das secas lugar aos mineiros para o disfrutarem a sua vontade”. Apesar disso, “se engrossou a monção que saiu daquela Vila em 15 de setembro para os portos de mar” e teriam levado “para cima de cem mil oitavas de ouro”. Por isso, “a expectação dos mineiros é grande para o tempo das águas” (APMT, Secretaria de Governo, Livro C — 04).

Além da correspondência escrita pelo Antonio Rolim de Moura, outros relatos apontam a importância da água na mineração. Em janeiro de 1757, também, foi feita a “partilha de um pequeno descoberto, ou mancha de ouro, que apareceu junto à chapada de São Francisco Xavier” e que “por falta de águas mal se lavrou” (AMADO; ANZAI, 2006, p. 68). Alguns anos depois, em 1768, foi extraído “ouro bastante, e se desentranharia muito mais, se fizessem ou se fossem as águas duráveis” (AMADO; ANZAI, 2006, p. 126).

No mês de setembro de 1769, o governador Luís Pinto de Sousa Coutinho encaminhou uma carta ao Francisco de Mendonça Furtado sobre o distrito de Cuiabá em um contexto no qual era proibida a exploração de diamantes (JESUS, 2006, p. 218)². Essa correspondência enviada pelo Sousa Coutinho assinalava uma perspectiva contrária a que foi encaminhada pelo Antonio Rolim de Moura, pois esclarece que em Coxipó a extração do ouro poderia ser feita com mais facilidade no período de escassez de água. Nesse sentido, a missiva explicava que o “descobrimto dos dia-

2 Segundo Nauk de Jesus, em sua tese, durante o século XVIII, foi impedida a exploração de diamantes no rio Coxipó-acima e nas cabeceiros do rio Paraguai.

mantes” foi “a maior infelicidade para este distrito, vedando-se por essa causa todo o trabalho dos mineiros nos sítios, que não só prometiam maior riqueza, mas que supriam pela sua situação a falta de água” que “muito experimenta este país”. Dizia, também, que o lugar chamado Coxipó, localizado “a três léguas de distância desta vila”, era a localidade “mais adequada para a extração do ouro no tempo das secas” (APMT, Secretaria de Governo, Livro C — 16).

As correspondências enviadas pelos dois governadores destacam duas situações distintas em relação a atividade mineradora e a água. No episódio narrado pelo Antonio Rolim de Moura, o tempo das secas não era um período propício para a mineração. Enquanto a ocorrência contada pelo Sousa Coutinho assinalava o aproveitamento da mineração durante o tempo das secas. Tratam-se, assim, de perspectivas opostas que, provavelmente, empregaram técnicas e recursos diferentes para minerar, mas que destacaram como a exploração mineral estava condicionada aos períodos de maior ou de menor intensidade das águas dos rios e das chuvas.

Como foi apontado, as águas também causavam impacto nas atividades agrícolas feitas no distrito de Mato Grosso. O ano de 1761 teria experimentado uma escassez de mantimentos em razão “de serem as chuvas continuadas” e que “não deram lugar aos lavradores tratarem das suas plantas, motivo por que houve a falta de mantimentos, digo, falta de sustento necessário” (AMADO; ANZAI, 2006, p. 82). A ausência ou o excesso de água, como teria ocorrido em 1761, poderia prejudicar as plantações agrícolas. Assim, para os lavradores era importante que houvesse um equilíbrio relação ao volume de água na região. Nesse sentido, por exemplo, em 1762 “houve algumas chuvas, porém não duraram aquele tempo que apeteçiam aos moradores do distrito, porque se aplacaram” e “acidentalmente chovia nas conjunções lunares”. Por essa razão, não “houve fartura de mantimentos, que se as águas abundantes costumam ser prejudiciais aos lavradores, não menos chegam a ser diminutas”, pois “não as havendo, não podem crescer e fortificarem-se os frutos” (AMADO; ANZAI, 2006, p. 85).

Os rios, por sua vez, são caracterizados por fenômenos naturais, como a enchente, cheia, vazante e a seca, que impactavam, por um lado, na navegação realizada neles pelos expedicionários. Além disso, tais fenômenos relacionados aos níveis de água interferiam no desenvolvimento de inúmeras atividades daqueles que estavam situados ao longo desses rios.

Em 18 de dezembro de 1761, o governador Antonio Rolim de Moura escreveu uma longa carta ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado expondo diversos assuntos referentes a capitania do Mato Grosso. Rolim de Moura explicava que o posto de Nossa Senhora da Conceição estava localizado “em cima de uma cachoeira, distante desta Vila [Vila Bela], rio abaixo, quinze até vinte dias de viagem”. Segundo o governador da capitania, “a dita cachoeira pelo tempo das águas não faz embaraço algum a navegação”. Contudo, “na força das secas as embarcações que passam para baixo hão de buscar o canal” e “nenhuma embarcação contra vontade da guarnição pode passar por ali em tempo de secas, ainda para baixo sem evidente perigo de se perder” (APMT, Secretaria de Governo, Livro C — 11).

O trecho da correspondência que Rolim de Moura encaminhou ao Mendonça Furtado trata da travessia de uma cachoeira em dois tempos: o das águas e o das secas. Haveria, assim, dois momentos, na perspectiva de Rolim de Moura, que se distinguiam pela volumosa presença ou escassez de água. Enquanto no tempo das águas as embarcações poderiam atravessar a cachoeira sem problemas, no tempo das secas havia um grande risco de perdê-las. Nesse caso, os sucessos das viagens pelo rio Guaporé poderiam estar condicionados, dentre diversos fatores, ao tempo que era realizada a expedição. O tempo das águas e o tempo das secas correspondem, assim, a dois períodos climáticos distintos que impactavam na navegação pelo.

A dinâmica da água dos rios afetava, igualmente, o planejamento bélico, a organização e estrutura militar de Vila Bela e dos mo-

radores dos rios Mamoré e Madeira. O desenvolvimento das atividades bélicas era, assim, caracterizado por um período marcado pela dinâmica fluvial. Os conflitos³ envolvendo os reinos ibéricos no Guaporé ensejou, em abril de 1763, o bloqueio do governador Antonio Rolim de Moura, em Santa Rosa, a velha, pelos castelhanos, que construíram um alojamento no Itanumas e, por conseguinte, dificultavam a comunicação entre Vila Bela e Santa Rosa. Nessa ocasião, os castelhanos aproveitaram que o rio não estava cheio e que o governador Rolim de Moura estava em Santa Rosa para bloquear a navegação. Nesse sentido, Rolim de Moura relatou ao Mendonça Furtado que o espaço no qual os castelhanos estavam “é o cotovelo, que faz pela parte de baixo a barra do rio Itunamas” com Guaporé. No “ano de águas ordinárias costuma cobrir-se delas; mas como este tem sido tão seco, por isso o inimigo a achou em termos de se poder ali alojar” (APMT, Secretaria de Governo, Livro C — 11). É provável que os castelhanos tenham escolhido estrategicamente a barra do Itanumas e o período para construir o dito alojamento: uma estação no qual o nível da água estava baixo. A avaliação que governador Antonio Rolim de Moura fez sobre o alojamento dos castelhanos, igualmente, lembra que a escassez da água naquele ano favoreceu a instalação de uma base castelhana naquele espaço.

O conhecimento acerca dos períodos das variações dos níveis de água e a maneira pela qual essa informação era fundamental para organizar uma operação e a estratégia militar também pode ser observado pelo fato de o enfrentamento aos índios, que eram acusados de cometerem ataques aos expedicionários no rio Madeira, não poderem ser realizados em qualquer período. É o que se expressa em uma

3 Após a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, os jesuítas a serviço da coroa espanhola retiraram as missões que estavam assentadas na margem oriental do Guaporé. Contudo, esses religiosos eram acusados pelos portugueses que realizarem entradas contínuas nessa região. Na década de 1760, os portugueses edificaram um destacamento militar onde estaria situada uma das antigas aldeias espanholas, a de Santa Rosa. O posicionamento das coroas ibéricas em lados opostos na Guerra dos Sete Anos e a anulação do Tratado de Madri animou os ânimos nessa área de fronteira, ensejando a organização de campanhas militares pelos portugueses e espanhóis no Guaporé.

carta escrita pelo Teotônio da Silva Gusmão escrita ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Em 1748, Teotônio da Silva Gusmão foi nomeado Juiz de Fora da capitania do Mato Grosso (ALMEIDA, 2012, p. 27). Anos depois, quando não era mais Juiz de Fora, Silva Gusmão propôs-se a edificar uma povoação na segunda cachoeira do Madeira, subindo o rio. Nesse sentido, em uma carta de julho de 1756 ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado, disse Antonio Rolim de Moura que, após deixar a função de Juiz de Fora, Teotônio da Silva Gusmão estava com um “projeto de se ir estabelecer nas cachoeiras com algumas pessoas” e “formarem na dita paragem uma espécie de arraial” que seria “de grande conveniência para ambas as capitanias [do Pará e do Mato Grosso]”. Além disso, Rolim de Moura pontuava que aumentaria “o interesse à nova Companhia de Comércio” e que ficaria “este rio mais povoado” e seria facilitada “a comunicação destas capitanias”⁴ (PAIVA; SOUSA; GEREMIAS, 1982, p. 22-27), pois

querendo Vossa Excelência remeter-me algumas vias, ou faz me algum aviso, não necessita mais, que de o remeter ao dito arraial para daí me ser enviado cá para cima: e como o dito Teotônio é ardiloso, ativo, e inclinado a obras, com a sua estada nas cachoeiras se poderão facilitar ao menos algumas delas (PAIVA; SOUSA; GEREMIAS, 1982, p. 22-27).

Com a finalidade de edificar a dita povoação, foi Silva Gusmão para a segunda cachoeira do Madeira. Nesse sentido, do rio Madeira, escreveu uma carta para o governador do Grão-Pará, em abril de 1760, na qual dizia que esperava que retornasse do Mato Grosso, no mês de junho, “duas igarités e soldados” para continuar o “curso ao gentio Mura” e que “de junho até janeiro é o tempo próprio para isto”, pois seria “quando este

4 Em 1752, a coroa portuguesa franqueou a navegação e o comercio entre a capitania do Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão através dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Assim, a povoação planejada pelo Teotônio da Silva Gusmão na segunda cachoeira do Madeira poderia servir como apoio aos que fariam aquela navegação.

gentio sai ao rio a infestar que agora como não há praias estão metidos nos seus lagos donde tem as [comedorias]” (APEP, código 54).

O relato do Teotônio da Silva Gusmão esclarece, assim, ao governador que haveria um período mais apropriado para combater os Mura. O tempo mais adequado para isso corresponderia ao da seca do rio Madeira, quando o volume de água baixaria, apareceriam as praias e os índios iriam até elas cometer os ataques aos que passavam pelo rio. Assim, talvez possamos pensar, para o espaço analisado, em um tempo de guerra que estaria relacionado a um tempo natural, o tempo das secas.

As características geográficas influenciavam na organização e composição militar na capitania do Mato Grosso. O governador do Mato Grosso João Pedro da Câmara escreveu ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado expondo que “este governo se não pode defender, somente com a companhia de dragões e pedestres”. Segundo o governador, os dragões “tem pouco uso a cavalo, por ser o país cortado de rios, e pantanais, e só servem para algumas diligencias de condução de ouro, e guarda dos diamantes” (AHU, Mato Grosso, Avulsos, Cx 13, D. 783).

Uma carta escrita pelo governador Antonio Rolim de Moura exemplifica, igualmente, a conexão entre a composição militar e as características geográficas da capitania do Mato Grosso. A carta do governador Rolim de Moura foi endereçada ao governador do Grão-Pará, Manoel Bernardo de Melo e Castro, e nela pedia socorro militar em decorrência das investidas que os espanhóis estavam realizando na região, principalmente no rio Guaporé. Na correspondência, Rolim de Moura dizia ao Bernardo de Melo e Castro que “os melhores soldados que” ele pode mandar “são os que tiverem mais uso e desembaraço em andar embarcados por ser no rio a maior parte do serviço a que os destino” (APMT, Secretaria de Governo, Livro C — 5).

Provavelmente, os soldados, com “uso e desembaraço em andar embarcados”, solicitados pelo Antonio Rolim de Moura iriam ocupar postos na Flotilha de Canoas Artilhadas. Organizadas pelo próprio

Rolim de Moura, a Flotilha de Canoas Artilhadas representava uma das medidas prescritas nas Instruções Régias dadas a esse governador e que pretendia garantir a segurança da capitania do Mato Grosso pelo rio Guaporé. A Flotilha teria sido constituída a partir do emprego e da adequação da arte militar europeia, adaptada à geografia do espaço colonial, e da apropriação dos métodos e estratégias de guerra indígenas (MELLO, 2009, p. 23-24).

A organização e operacionalização militar a partir da adequação das técnicas de guerra europeias às técnicas indígenas e características dos espaços coloniais não teria sido exclusiva da capitania do Mato Grosso. Como lembrou Pedro Puntoni, durante a Guerra dos Bárbaros a guerra brasílica representava o resultado da acomodação da arte militar europeia às condições ecológicas do Nordeste, bem como a assimilação das técnicas indígenas de guerra (PUNTONI, 2002, p. 91).

O tempo das águas poderia, também, ser considerado um tempo de proliferação de doenças. Esta perspectiva pode ser pensada a partir de uma correspondência que Antonio Rolim de Moura teria enviado ao secretário de Estado Tomé Joaquim da Costa Corte Real. No ofício que o governador Rolim de Moura enviou ao secretário, em março de 1759, relatava que, conforme as ordens reais, havia mandado “retirar de Aldeia de São José ao Padre Agostinho Lourenço”. O dito padre, segundo Rolim de Moura, “se empregou sempre com grande zelo e cuidado no aumento da mesma aldeia” e “somente de gente é que se aumentava pouco, em razão das epidemias que quase todos os anos há pelo tempo das águas” (AHU, Mato Grosso, Avulsos, Cx. 10, doc. 599).

As mudanças no ciclo das águas eram justificativas para o aparecimento de doenças. Nesse sentido, por exemplo, no ano de 1754, “nem na enchente nem na vazante” do rio se “experimentou doença alguma”. E, assim, “cada vez esse se vai apurando mais a saúde e os ares da Vila [Vila Bela]” (AMADO; ANZAI, 2006, p. 54-55). Como lembrou Nauk

de Jesus, as características ambientais da repartição de Mato Grosso e a localização de Vila Bela na margem do Guaporé contribuíram para a ocorrência de febres na região (JESUS, 2001, p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A água, do rio ou da chuva, interferia de diversas maneiras nas atividades que eram executadas pelos moradores da capitania do Mato Grosso e daqueles que percorriam os rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Planejamento e organização militar, desenvolvimento da agricultura e da mineração dependiam da relação e do conhecimento que aqueles sujeitos possuíam sobre as dinâmicas da água na região. Os fenômenos de vazante, seca, enchente e cheia dos rios pareciam, também, balizar um tempo para quem navegava pelos rios e orientava a execução de atividades na medida em que eram interpretados como *tempo de secas* e *tempo de cheias*. Assim, é preciso considerar a importância que os fenômenos naturais exercem sobre a sociedade que se constituiu na capitania do Mato Grosso no século XVIII.

FONTES

Impressas

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli (Org.). **Anais de Vila Bela, 1734-1789**. Cuiabá: Carlini e Caniatto; EdUFMT, 2006.

PAIVA, Ana Mesquita Martins; SOUSA, Maria Cecília Guerreiro de; GEREMIAS, Nyl-Iza Valadão Freitas. **D. Antônio Rolim de Moura — Primeiro Conde de Azambuja (Correspondências)**. V. 3. Cuiabá: UFMT, Imprensa Universitária, 1982.

Manuscritas

Carta de Teotônio Gusmão para Governador do Pará. Povoação de Salto, 13 de abril de 1760. Códice 54, Arquivo Público do Pará (APEP).

“Conta sobre o descoberto de N. Sr.a dos Remédios”. Vila Bela, 24 de abril de 1757. Arquivo Público do Mato Grosso (APMT), Capitania do Mato Grosso / Secretaria de Governo: Capitania do Mato Grosso — Secretaria de Governo — Livro C — 04, Fl. 116v, doc. 209.

“Reg.o de huá carta de S. Ex.a p.a o Secretro de Esto dos Neg.os da Mara sobre a decadência com q. se acha o distrito do Cuiabá por falta de [...] descobrimto; e se [...] as terras do Cochipo pelas intrigas que semearão alguns malévolos, com a fama de diamantes na da paragem”. Cuiabá, 25 de setembro de 1769. APMT, Capitania do Mato Grosso / Secretaria de Governo: Capitania do Mato Grosso — Secretaria de Governo, Livro Livro — C- 16, doc. 42, fl. 74.

“Reg.o de hua carta escripta ao Secretro de Estado, na qual se dá conta do Estado desta Capita”. Vila Bela, 18 de dezembro de 1761. APMT, Capitania do Mato Grosso / Secretaria de Governo: Livro de correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho. Livro — C- 11, doc. 30.

“Rego de hua carta pa o secretario de Estado Francisco Xer de Mend.a Furto, em q. se dá conta dos sucessos do principio da guerra”. Nossa Senhora da Conceição, 31 de maio de 1763. APMT, Capitania do Mato Grosso / Secretaria de Governo: Livro de correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho, Livro — C- 11, doc. 67.

“Rego de hua carta escrita ao Genal do Pará Manoel de Berndo de Melo e Castro”. Vila Bela, 31 de janeiro de 1762. APMT, Capitania do Mato Grosso / Secretaria de Governo: Capitania do Mato Grosso — Secretaria de Governo, Livro C-5, doc. 276.

Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela, 12 de julho de 1759. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 605.

Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, 20 de junho de 1766. AHU, Mato Grosso (Avulsos), Cx 13, D. 783.

Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela, 27 de março de 1759. AHU, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, doc. 599.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Gustavo Balbuena de. **Os juízes de fora e os conflitos de jurisdição na capitania do Mato Grosso**. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.
- CAPANEMA, Carolina Marotta. **A natureza política das minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII**. 2013. 235f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Agua útil, aguas milagrosas de la Capitanía de Minas Gerais (siglo XVIII). **Agua y Territorio**. Jaén (Espanha). N ° 3 (enero-junio 2014), p. 41-54. Acessado em 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17561/at.v1i3.1422>.
- JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América Portuguesa (1719-1778)**. 2006. 442f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- JESUS, Nauk Maria de. **Saúde e Doença: práticas de cura no Centro da América do Sul (1727-1808)**. 2001. 183f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2001.
- MELLO, Saulo Alvaro de. **O Arsenal da Marinha em Mato Grosso. Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)**. 2009. 340 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Grande Dourados, Dourados, 2009.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil (1650-1720)**. São Paulo, Hucitec/Edusp/Fapesp, 2002.
- REIS, Flávia Maria da Mata. **Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)**. 2007. 299f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

“Natureza inconveniente, natureza peculiar”: Uma breve história da chuva na Belém da Belle Époque

Kelvyn Werik Nascimento Gomes¹

INTRODUÇÃO

Com uma área estimada em mais de 6 milhões de quilômetros quadrados, onde mais de 70% desta está localizada em território brasileiro (FISCH; MARENGO; NOBRE, 1998), já é sabido que a região amazônica é vasta e, muito por conta disso, agrega uma infinidade de possibilidades, de modos e meios de vida, biodiversidade e, portanto, pesquisas. Um desses elementos que compõem esta região é o seu clima que pode ser definido, de modo geral, segundo Fisch, Marengo e Nobre, como quente e húmido (1998, p. 102). Mas, por conta da sua imensidão, esta definição sofre variações ao longo de sua extensão territorial, como é possível observar nos estudos apresentados por diversas outras áreas do conhecimento.

Sendo a região Norte o domínio morfoclimático mais pluvioso do Brasil — uma característica do seu clima tropical quente e húmido -, de maior total pluviométrico anual, percebemos ainda que existem ilhas morfoclimáticas localizadas ao longo do seu território. Assim, obser-

¹ Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará (2018). Mestrando em História Social da Amazônia no Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST — UFPA). Tem experiência na área de História e Ensino de História Local, atuando principalmente na temática da História Ambiental. <http://lattes.cnpq.br/1942254039564376>.

va-se que uma porção relativamente pequena deste espaço “não possui se quer 1 mês seco. Trata-se do setor centro ocidental da região e do pequeno núcleo em torno de Belém”, capital do Pará (NIMER, 1989, p. 377). Esta característica sobre nossa configuração climática já havia sido precedida ao longo de todo o processo de ocupação do Vale Amazônico. Colonizadores, viajantes, pesquisadores, naturalistas, missionários religiosos etc. já vinham relatando as diferenças climáticas encontradas ao longo deste processo que teve como eixo central o Rio Amazonas.

Dessa forma, este artigo busca levantar e discutir questões relacionadas a uma das principais características naturais da cidade de Belém, a sua chuva intensa e constantemente presente, que marca regimes de sociabilidade e mudanças de caráter histórico de longo prazo, tornando-se símbolo e referência da cidade. Esta chuva (que está para além do fenômeno natural) se apresenta como objeto de pesquisa histórico e social, influenciando e justificando algumas das principais mudanças ocorridas no período didaticamente conhecido como Belle Époque na Amazônia, com foco principal na primeira gestão do senador e então intendente Antônio José de Lemos que fez referência diversas vezes a este clima tão característico da capital paraense.

NATUREZA PECULIAR

Ainda na primeira metade do século XIX, por exemplo, o gaules Alfred Russel Wallace destacou a periodicidade destas chuvas, como uma característica de Belém, no decorrer da sua viagem pelo vale Amazônico. Segundo seu relato, tem-se em Belém “geralmente uma chuva”, o que deixa a atmosfera da cidade mais agradável. Já quando da sua entrada no interior do vale, este autor faz por diversas vezes referências à diferença climática entre a cidade de Belém e as demais localidades pelas quais passa o que nos leva a perceber o clima e as chuvas intensas e periódicas como uma peculiaridade da “Cidade do Pará”. Quando rememora o clima da capital paraense, já distante da mesma, o naturalista afirma que não se passava mais de três dias sem que chovesse, e continua

Tínhamos, quase sempre, bom tempo, todas as tardes, porém, no mínimo quatro ou cinco vezes por semana, tínhamos uma trovoada ou temporal que desabava repentinamente, acompanhado de violentos pés de vento, e, algumas vezes, de fortes descargas elétricas e de chuvas, porém que passavam dali a uma hora ou duas, ficando logo depois a atmosfera muito límpida e agradável (WALLACE, 2004, p. 256).

A menção que Wallace faz quanto à periodicidade das chuvas em Belém segue nos seus relatos sempre que este se depara com clima diferente desta. Seguindo sua viagem, o naturalista nos deixa a par de sua surpresa quando lhe é informado de que no Alto Rio Negro, onde se encontrava naquele momento, já fazia três meses que não chovia (2004, p. 302).

Wallace ressalta, ainda, a uniformidade do clima no Vale Amazônico, estabelecendo duas estações durante o ano: sendo uma a “estação das chuvas” ou “estação das águas”, que iria de janeiro a maio; e outra, a “estação das secas”, de junho a dezembro. Mesmo apontando certa uniformidade no clima da região do Vale, Alfred Wallace volta a destacar o clima de Belém como peculiar, nos lembrando, mais uma vez, da constância das chuvas mesmo em períodos considerados de seca nas demais partes da região amazônica.

A própria Belém do Pará, aliás, é um desses lugares excepcionais. Ali, as estações modificaram-se tanto, que tornam o seu clima um dos mais agradáveis do mundo. Durante toda a estação da seca, nunca se passa um intervalo de mais do que três dias, ou, quando muito, de uma semana, sem um ligeiro temporal de trovoadas, acompanhado de pesado aguaceiro, que em geral desaba à tarde, lá pelas 4 horas, e às 6 horas já passou outra vez (2004, p. 527).

Como podemos observar, inicialmente a partir da descrição de Wallace, o clima do Vale Amazônico tende a ser uniforme, guardando a região da capital paraense, peculiaridades que a diferenciam das

demais áreas visitadas e descritas por inúmeros viajantes naturalistas durante os séculos XIX e XX.

Pouco mais de um século depois Eidorfe Moreira destaca que o clima de Belém é resultado do que o próprio autor chama de uma relação “físico-climática”, sendo reflexo das condições geográficas da região onde ela se encontra. Moreira descreve “uma regularidade no regime pluviométrico da cidade” com uma frequência de chuvas no período da tarde tanto no inverno quanto no verão. Se observarmos, este autor estabelece dois períodos distintos durante o ano (inverno e verão). Sobre isso, Eidorfe Moreira afirma:

Como todas as regiões tropicais, a região belemense tem as suas estações reguladas pela pluviosidade e não pela temperatura, apresentando neste sentido duas estações definidas — inverno e verão — segundo a maior ou menor frequência e intensidade das chuvas, coincidindo aquele com a primeira metade do ano e este com a segunda.

[...]

Em Belém como na Amazônia, portanto, a palavra “estação” deve ser entendida em termos restritos e não em seu amplo sentido geográfico, uma vez que indica fases ou estados pluviométricos e não mudanças astronômicas (1966, p. 102).

Ratificando a peculiaridade da chuva em Belém, Eidorfe destaca que a precipitação pluviométrica na cidade é “sui generis”, estando, a capital paraense, portanto, “‘ilhada’ climatologicamente no estuário amazônico” (MOREIRA, 1996, p. 101).

Pouco tempo depois, Antonio Rocha Penteadó destaca que a região onde está localizada a cidade de Belém caracteriza-se pela sua “originalidade” (1968, p. 65) frente às demais regiões da Amazônia. Não havendo, portanto, estação seca em Belém. O autor afirma que por não haver em época alguma do ano, em Belém, uma variação térmica considerável, não podemos definir estações do ano. No entanto, o que as diferenciaria aqui seriam os índices de pluviosidade que identificariam “uma estação das chuvas,

e uma estação sêca, mais ou menos acentuadas e invadindo, em parte, uma e outra, conforme o ano; a primeira é denominada inverno e a segunda, verão” (PENTEADO, 1968, p. 70 e 75).²

Com mais de um século de distância, viajantes naturalistas e geógrafos se interessaram pelas observações e estudos sobre o clima da Amazônia e especificamente pelo clima da cidade de Belém já que este guarda peculiaridades que o diferenciam do restante da região. Foram inúmeras observações feitas ao longo dos anos que além de buscar sanar curiosidades serviram como apoio a agentes da administração pública ficando visíveis em seus relatórios de governo. Tais observações se davam ainda no âmbito do cotidiano e por isso também protagonizaram discussões e reclamações acaloradas entre os munícipes a partir das páginas de alguns jornais que circulavam na cidade.

NATUREZA INCONVENIENTE

A chuva ao longo do tempo em que se tem documentado a história de Belém ou da região amazônica tem chamado atenção daqueles que por aqui estiveram. No entanto, durante o período de mais ou menos 1870 a 1920 — conhecido didaticamente como Belle Époque na Amazônia — em que o mundo passava por transformações teórico metodológicas no campo das ciências, principalmente das ciências naturais, as preocupações com a higiene e saúde pública se exacerbaram e, também por conta disso, passaram a influenciar as transformações urbanas que aconteceram durante esse período, inclusive em Belém do Pará, que ficaria conhecida como a Petit Paris dos trópicos — ela participou ativamente da vida da cidade firmando-se enquanto agente natural e histórico.

2 Na mesma obra o autor completa a informação estabelecendo o período de duração de uma e de outra, mesmo afirmando que, em parte, uma invade a outra. Sendo o inverno, de janeiro a maio, e o verão, de junho a dezembro.

É consenso que com a inserção da navegação a vapor na região norte do Brasil a exploração e exportação de látex — financiada principalmente pelo capital inglês para atender intensamente o comércio internacional — fora intensificada. O excedente de riqueza oriundo da cadeia produtiva do látex, que contava ainda com a exploração do seringueiro no interior da floresta, serviu para financiar as transformações urbanas acontecidas em Belém nesse período e buscavam atender primordialmente as classes mais abastadas da sociedade que esperavam encontrar na cidade o conforto e o luxo que a sua riqueza podia proporcionar.

O foco que se tem dado nesta pesquisa compreende principalmente as transformações urbanas acontecidas durante o governo de Antônio José de Lemos enquanto intendente municipal. Por isso, cabe lembrar que apesar da ênfase que tem sido dada pela história as mudanças ocorridas durante a administração de Lemos, nesse contexto elas foram intensificadas; como foi demarcado anteriormente, o período de boom da economia da borracha é significativamente anterior a chegada de Antônio Lemos a intendência municipal, assim, não se deve pensar que tais mudanças não se fizeram uma preocupação das administrações anteriores. As fontes e a historiografia relativa a esse período nos levam a supor em geral que a influência dessa euforia possa ter sido o plano político e ideológico Lemista que estava associado ao das elites e ganha fôlego nesse momento. Além do desejo pessoal do dito intendente de se destacar no cenário político.

Em um de seus relatórios municipais, por exemplo, em resposta às críticas que lhe têm sido feitas sobre os gastos exagerados nas reformas empreendidas pela sua administração, Lemos é bastante categórico e sua resposta muito significativa quanto a esta questão. Paris e Londres eram referências tão diretas para Belém que, ao justificar os gastos da intendência com as reformas urbanas, Lemos cita os gastos destas duas “cidades tão adiantadas” como baliza.

Occupando-se de débitos contrahidos por diversas municipalidades de paizes os mais adeantados, como as de Paris e Londres, disse um tratadista: <íO Conselho Municipal de Paris não sabe o que deve!> E escuzado salientar què a phrase citada importa n'uma figura, empregada para demonstrar quão elevado, quão estupendo é esse debito. Entretanto, sr. presidente, trata-se da municipalidade de uma das mais antigas e mais adeantadas capitães européas; trata-se da municipalidade cuja s-sde está provida de todos os recursos, onde não falta coisa alguma e onde, entretanto, se cogita todos os dias no modo de melhorar a hygiene, os logradosiros e confortos públicos, de satisfazer por todos os meios possíveis ás exigências de um publico civilizado (BELÉM, 1905, p. 337-339).

As questões que se apresentam ao termos contato com esta fonte estão relacionadas aos grupos que têm interesse e serão favorecidos com tais mudanças que geram ônus para a cidade como um todo. A resposta está nos próprios planos e relatórios do governo Lemos quando este apresenta o calçamento de determinadas regiões da cidade. Materiais de qualidade superior são empregados em regiões mais nobres, já os de qualidade inferior em regiões menos nobres, ou da periferia. Se me for permitido fazer um trocadilho com uma máxima das ciências exatas, poderíamos afirmar que são grandezas diretamente proporcionais: classes mais altas têm acesso a infraestrutura de melhor qualidade e as mais baixas de qualidade inferior.

Presumo que preocupado com a imagem política que estava construindo, seria ilógico pensar que estes dados viriam descritos desta maneira nos documentos oficiais da intendência municipal. Desta forma, a interpretação das fontes é que pode nos levar a esta conclusão. Observemos abaixo na descrição extraída de uma destas fontes que materiais de melhor qualidade, como paralelepípedos, seriam aplicados em regiões mais centrais, portanto onde vivia e convivia a elite belenense; enquanto o aterro, por exemplo, estaria em locais mais periféricos, ou afastados do centro, como era o caso do Umarizal. A transcrição feita por Nazaré Sarges é bastante representativa

[...]: paralelepípedos de granito nas principais avenidas [...]. Usou o sistema de calçamento por macadame nas travessas centrais de maior trânsito. Usou paralelepípedos de asfalto nas vias que circundam o Teatro da Paz, para que o tráfego de “veículos, condutores de passageiros, circulando junto a esse prédio estadual” não perturbasse “Os assistentes das funções daquela casa de espetáculos”; pedras irregulares nas ruas de menor trânsito e aterrou grande trecho das zonas baixas de Belém: quase todo o bairro da Batista Campos, Marco, Cremação, Telégrafo, Umarizal e São Brás (2002, p. 165 e 166).

As fontes nos mostram que as transformações e os processos de reorganização do espaço da cidade de Belém não se fizeram de maneira aleatória, ou mesmo com um caráter abrangente do ponto de vista social. Políticas como o “bota-abaixo”³ conhecido e associado comumente — quase que exclusivamente — a cidade do Rio de Janeiro durante a administração de Pereira Passos e sua equipe de obras também estiveram presentes na capital paraense. Estas políticas eram fruto e estavam associadas as transformações características deste período de avidez por mudanças. Dentro deste contexto é importante ressaltar o papel de um agente histórico que pode ser considerado fundamental para se entender as minúcias das políticas públicas implementadas nestas cidades. Sua atuação profissional ganha importância ainda no século XVIII onde se aproxima do político e passa a desempenhar papel de destaque na disposição das cidades. Mas apenas a partir do XIX que passa a insistir em sublinhar sua competência científica (VIGARELLO, 1996). Tal mudança de status se traduz pelo surgimento de novas instituições, como, no caso da municipalidade de Belém, a criação do Serviço Sanitário Municipal. Este setor da municipalidade aliado ao de Obras públicas foram os responsáveis pelas transformações urbanas desse período. É aqui que médicos sanitaristas desempenham papel político e passam a influenciar diretamente a tomada de decisões de homens como Antônio Lemos.

3 Expressão que buscou destacar o caráter radical do conjunto de obras públicas que buscavam reformar principalmente o centro da cidade do Rio de Janeiro, então capital brasileira (O bota a baixo, 2014).

O que se esperava de Belém, uma metrópole cosmopolita e pretensamente europeia localizada no seio da floresta, às margens da Baía de Guajará e muito bem afortunada naquele momento⁴, era nada menos que uma cidade limpa e salubre. Assim, a chuva que nesta cidade se faz presente cotidianamente se transformaria num dos maiores inconvenientes aos planos burgueses e se imporia enquanto um desafio a equipe de obras da Intendência sendo usada muitas vezes pelos jornais como uma das maiores fraquezas daquele governo. A chuva se transformaria num tema central de disputas entre a população e a intendência, mediada pelos jornais de Belém e seus articulistas que visivelmente atenuavam o discurso sempre que se fizesse necessário, mas, de toda maneira, davam voz a diferentes grupos sociais.

Os jornais de Belém se fizeram palco para diversas reclamações relacionadas à chuva. Os alagamentos constantes em diversas regiões da cidade que além de dificultarem e até mesmo impedirem as pessoas de ir, vir e desfrutar dos passeios públicos irritava profundamente as classes mais altas com sua indumentária na maioria das vezes importada de Paris que fica enlameada ao passar pelas ruas, mesmo após dias da chuva ter caído. Além do mais, os alagamentos que perduravam por tanto tempo que, segundo o jornal eram fonte dos mais diversos tipos de miasmas, colocava em risco a saúde da população. Por isso, rogava-se ao nobre intendente de Belém que tomasse alguma providência quanto a este problema.

Já estamos realmente cansados de reclamar, da intendência municipal, melhoramento para o estado lastimoso em que se acha a travessa 22 de Junho (antiga 25 de março). Nas ultimas noites, em que temos tido muita chuva, ficou ella que parecia um verdadeiro lodaçal. As rendas da intendencia não são tão pequenas que não permittam tornar transitavel a referida travessa, na qual é perigoso passar em noites escuras, por terem deixado

4 Belém era a principal cidade exportadora do que era a segunda maior riqueza do país, a borracha (PRADO; CAPELATO, 1977, p. 286 — 307).

abertas covas, quando fizeram escavações para a retirada dos tubos da iluminação que antigamente já existia. Desejamos dessa vez ser mais bem sucedidos, do que outras em que temos feita idêntica reclamação (Diário de Notícias, 1893, p. 1).

Além de espaço para as reclamações públicas e contato com a intendência, os jornais de Belém também desempenharam papel fundamental nas transformações ocorridas aqui, não necessariamente as físicas, mas principalmente dos modos e meios de vida. Os jornais de Belém desempenharam neste período uma função didática para com o comportamento reprovável de determinadas pessoas. São exemplos aqueles que por diversas vezes foram levados ao cárcere ou protagonizaram verdadeiro “salseiro” em “logradouros” públicos após uns e outros goles da “branquinha”. As justificativas podiam ser diversas, mas a que mais parecia convencer era a que a cachaça, que transformava os (e “as”, já que mulheres também foram detidas por este mesmo motivo) “chuvas” em um problema social, sempre era bem vinda em dias de chuva para matar o frio e logo em seguida voltar ao trabalho. José Antonio de Oliveira, por exemplo,...

[...] é o que se pode chamar um homem previdente, tanto mais em tudo quanto diz respeito ao seu respeitavel canastro. Mal o céu enfarrusca-se, ameaçando chuva, o Oliveira prevê logo a abundancia d'água que pode cair e o frio que naturalmente há de fazer, pelo que trata logo de pôr-se ao abrigo d'este, não fazem aquisição de colchas e lenços, mas entrando numa taverna e ingerindo ahi uma dúzia de quarteirões da *branca*.

Ante-hontem foi um d'esses dias. Mal o céu cuspiu cá p'ra baixo uns pequenos choviscos, o homem, zás aferreceu num botequim e toca a *aquestrar-se* desde logo contra o frio que mais tarde poderia fazer.

Ficou então possuído d'uma quacidade impossivel, chegando esta por vezes a ser ofensiva aos diclames da boa moral. Previdente como ele, o sr. 1º prefeito, ao passar pelo local, calculando os mil e um roelos que o Oliveira poderia fazer, se o deixasse ali a continuar a *aquestrar-se*, resolveu envial-o para os fofos coxins da estação de policia, onde ele encontrou certamente os commodos e os confortos desejados.

Eis por que ás vezes não vale a pena a um homem ser tão previdente como o Oliveira.
Não serão jamais inúteis essas obras valiosas de propaganda e doutrinação (Hemeroteca digital. Jornal Folha do Norte. Belém do Pará. 17 de março de 1897. Echos e noticias, p. 2).

O sarcasmo e o bom humor da nota podem ser percebidos quando o colunista do jornal compara a suposta capacidade de prever acontecimentos futuros que Oliveira teria (como justificativa da sua bebedeira) a também capacidade de premonição — nesse caso positivamente preventiva — do 1º prefeito que passando pelo local onde se encontrava Oliveira o recolheu imediatamente para evitar que este não continuasse ofendendo os diclames da boa moral. Além do mais, quando o colunista relaciona a dita capacidade de Oliveira em “prever o tempo” ele primeiro nos dá uma informação importante e que já foi relatada nesse trabalho: a abundância da chuva enquanto característica da cidade, sendo reconhecida, mesmo que não claramente, mas possivelmente tanto pelo autor da notícia quanto pelo personagem central dela. Em seguida, o bom humor da nota segue quando ao afirmar que ao invés do nosso protagonista buscar abrigo do frio com um cobertor, ele busca sanar seu problema ingerindo bebida alcoólica em grande quantidade. É muito claro nesta que esse era um dos maus hábitos da população por ferir a “boa moral” da cidade burguesa.

Se os jornais eram o espaço das reclamações repetidas e por diversas vezes repetitivas, os relatórios da intendência municipal eram o espaço de resposta do intendente à população. Lemos sempre destacava seu empenho na melhoria, congratulava seus pares da Assembleia, pedia apoio da população e lançava mão de leis que influenciaram até na vida privada das pessoas como a que estabeleceu que os agentes da dita sessão de obras pudessem adentrar nas casas e estabelecimentos comerciais para vistorias. Além de obrigar, sob pena de multa, que os proprietários de terrenos alagadiços tomassem providências para com estes espaços (BELÉM, 1905, p. 18). Sob a ótica Lemista, como é possível observar, não só era uma obrigação de todos colaborar com a melhoria

do espaço urbano, como dividir a responsabilidade sobre os problemas de Belém com a sua população. Lemos ressalta em seus relatórios também as mudanças que já haviam sido realizadas ao final do seu primeiro governo, chamando atenção para a importância da canalização e esgotamento das águas pluviais.

A chuva em Belém com toda sua abundância conectou ciência e sociedade. Antes mesmo de 1896 a intendência municipal anterior a de Antonio Lemos já vinha tentando o estabelecimento de um núcleo de observações meteorológicas atrelado a Sessão de Obras Públicas. Segundo Emílio Goeldi, um dos pioneiros dos estudos do clima na Amazônia, este núcleo não teria durado mais que dois anos (CUNHA; BASTOS, 1973, p. 9). Assim, em 1896, com verba do próprio Museu Paraense, Goeldi importou as técnicas e os materiais necessários para as primeiras medições meteorológicas que durariam mais de 20 anos ininterruptamente. O contato de Goeldi para esta primeira fase do trabalho foi Julius Hann, referência nos estudos meteorológicos mais modernos e quem passou o contato de Peter Vogel, figura que, segundo Cunha e Bastos, disponibilizaria para a compra os aparelhos adequados a este trabalho (1973, p. 8).

As medições de Goeldi foram documentadas, mas não divulgadas nos boletins do museu. No entanto, foram, segundo o próprio Emílio Goeldi, solicitadas pela seção de obras públicas da intendência municipal e pelos jornais estudados. De um lado podemos supor a importância e a conexão das pesquisas de Goeldi e a sua colaboração para as ações empreendidas pela seção de obras de Belém. Por outro lado, os jornais como ponte entre estudos científicos (que muitas vezes ficaram restritos aos círculos frequentados pelos homens de ciência) e a população em geral, ou os saberes populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das últimas pesquisas tem se identificado que as águas em Belém desempenham papel determinante na vida da cidade. Sejam rios,

igarapés, canais ou a chuva; seja como caminho ou como dificuldade, as águas têm se mostrado agentes naturais que transformam a paisagem, mas também o sentir e o pensar das pessoas. Isto pode-se identificar desde muito tempo tendo em vista as fontes apresentadas aqui.

De toda forma, quem passar não mais que três dias em Belém deverá experimentar como a dinâmica da cidade se transforma quando a chuva cai. A paisagem muda, o movimento desacelera, o clima e a temperatura são alterados, as sensações e as relações são influenciadas mesmo em uma cidade que vive nos moldes das grandes cidades do século XXI. Esta influência da natureza, no seu fenômeno chuva, na vida das pessoas não é uma característica unicamente da cidade de Belém, mas pode ser considerada peculiar aqui. Viver em uma cidade chuvosa, onde a chuva é sinônimo de abundância, é estar sujeito aos seus caprichos e interagir com ela como se fosse uma entidade autônoma, cheia de manias e vontades.

Mas, do ponto de vista que aqui foi apresentado, a chuva foi mediadora da vida social e usada por vezes em discursos controlados como causadora de inconvenientes a uma série de ideais de época. Assim, nosso fenômeno natural, em sua abundância, também esteve atrelado a políticas públicas que na ânsia de integrar a capital ao círculo internacional das cidades urbanizadas, ou reurbanizadas, aterrou e canalizou as águas em áreas centrais ignorando o fluxo e as dinâmicas naturais, além das necessidades da população como um todo.

Estes processos têm desdobramentos e assim como antes, a população, o poder público e os mais diversos campos da ciência discutem este fenômeno, a sua ação e principalmente as possibilidades de minimizá-la, muitas vezes no sentido de controlá-la. O que infelizmente está na contramão de uma solução eficaz.

FONTES

BELÉM. Município de Belém. Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém na sessão do dia 15 de novembro de 1902, pelo inten-

dente Senador Antonio José de Lemos. Belém do Pará, Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1905.

Hemeroteca Digital. **Diário de Notícias**, 1893, p. 1.

Hemeroteca Digital. **Jornal Folha do Norte**. 17 de março de 1897. Echos e notícias, p. 2.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Osvaldo Rodrigues, BASTOS, Terezinha Xavier Bastos. **A contribuição do Museu Paraense Emílio Goeldi à meteorologia na Amazônia**. Belém, publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1973.

FISCH, Gilberto; MARENGO, José A.; NOBRE, Carlos A. **Uma revisão geral sobre o clima da Amazônia**. *Acta Amaz.* [online]. 1998, v. 28, n. 2.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: imprensa universitária, 1966.

O BOTA ABAIXO. *In: Dicionário da Política Fluminense*. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/o-bota-abaixo>. Acesso em: 24 nov. 2019.

NIMER, Edmon. **Climatologia do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1989.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará**: estudo de geografia urbana. 1 v. Universidade Federal do Pará, 1968.

PRADO, Maria Ligia, CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da Primeira República. *In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira*, v. 8. Difel, 1977, p. 286-307.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle époque (1870-1910). Belém: paka-tatu, 2002.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WALLACE, Alfred Russel, 1823-1913. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

História, Natureza e Cultura: diálogos de fronteiras

A natureza das regiões equinocais: Alexander Von Humboldt e a Geografia das plantas

Diego Estevam Cavalcante¹

INTRODUÇÃO

A natureza pródiga dos trópicos americanos foi cenário para as incursões de Alexander von Humboldt², aquele que é considerado um dos maiores intelectuais a passar pelo continente. Juntamente com seu companheiro de viagens Aimé Bonpland, percorreu entre 1799 a 1804 os territórios que compreendiam as colônias da América espanhola.

Os frutos decorrentes das experiências de Humboldt e Bonpland no continente americano e os impactos gerados posteriormente após analisados e divulgados na Europa desencadeou aquilo que Mary Louise Pratt (1999) chama de reinvenção da América. Humboldt não estudou somente a natureza local, ele se interessou também pelos modos de vida das populações, tanto indígenas quanto crioulas³, além dos passados dos povos ancestrais das sociedades andinas e mesoamericanas.

1 Aluno do curso de Doutorado em História na Universidade Federal do Ceará. O presente trabalho é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001. E-mail: diegoestevam@yahoo.com.br/diegoestevamc@outlook.com.

2 Nasceu em 1769 e faleceu em 1859. Até os 7 anos, idade com que perdeu o pai, cresceu vivendo nos bastidores da corte prussiana devido ao fato de seu genitor ter sido por muito tempo funcionário do rei Frederico II, atuando como camareiro real. Após a perda paterna passou a viver com a mãe, que era uma fervorosa calvinista e rigorosa matriarca. Cresceu em meio aos livros e já no início da vida adulta foi estudar na Escola de Minas de Freiburg.

3 Os crioulos eram os espanhóis brancos nascidos na América.

A partir do conceito de reinvenção da América nossa intenção é apresentar a natureza dos trópicos tomando como ponto de partida o *Essai sur la géographie des plantes* (1805), trabalho que inicia o conjunto de publicações resultantes das viagens que realizaram juntos.

Esse texto especificamente foi integralmente redigido somente por Alexander von Humboldt e um dos motivos para isso pode ter relação com o fato de Aimé Bonpland protelar até o limite os trabalhos de descrição e escrita sobre as plantas americanas. Como botânico formado ele era naturalmente o mais cotado para realizar essa atividade, mas sua aversão aos serviços técnicos de redação em uma escrivania não lhe chamava a atenção. Preferia, por outro lado, herborizar em campo, aproveitar o clima dos trópicos. Demorou além do convencional a enviar os primeiros resultados das análises, fato que deixou Humboldt profundamente irritado, principalmente devido aos erros com as descrições em latim. Em contraste com a morosidade do francês, Humboldt atuava com dedicação, tendo concluído o primeiro tomo do total de 34 volumes da obra *Viagens às regiões equinociais do Novo Continente* (WULF, 2016, p. 163). Esse tomo é que o apresentaremos ao longo dessas páginas: o *Essai sur la géographie des plantes*.

ESSAI SUR LA GÉOGRAPHIE DES PLANTES COMO NARRATIVA DE VIAGEM.

A essência do trabalho nos apresentou essa reinvenção da América a partir da exposição do olhar do viajante sobre a natureza dos trópicos e consoante a isso, presumimos que suas alegações serviram como fonte de informações para uma série de outros viajantes-naturalistas que percorreram os espaços das então colônias do império espanhol que produziam a casca da cinchona no decorrer do século XIX. Dito de outro modo, a visão de natureza elaborada pelo prussiano serviu também para reinventar a forma como esses outros naturalistas enxergaram o mundo natural à medida que atravessavam a América do Sul.

Como apontam Eurípedes Antônio Funes e Adelaide Gonçalves, esses relatos de viajantes se retroalimentavam no tempo e no espaço. Relatos produzidos a partir de expedições realizadas na região da Amazônia espanhola no século XVI foram utilizados por Humboldt no século XIX. Assim como as novas formas de observar e investigar a natureza utilizadas pelo prussiano e registradas por ele em narrativas também seriam seguidas por outros naturalistas em décadas posteriores, porque nesse momento — século XIX — o que estava em jogo, entre outras coisas, era “experimentar os princípios de identificação das espécies vegetais e animais, com o fim de explicar os efeitos do ambiente geográfico” (FUNES; PEREIRA, 2012, p. 24). E como veremos, essa era uma das intenções de Humboldt ao elaborar o *Essai sur la géographie des plantes*.

Ainda sobre a importância das narrativas e a quem interessa o legado dos registros escritos que são produzidos, Tzvetan Todorov é esclarecedor ao afirmar que “as narrativas de viagens são tão antigas como as próprias viagens — se não mais” (TODOROV, 1995, p. 60), e que a primeira remontava ao final dos séculos XV e XVI e segundo ele, por mais paradoxal que possa parecer, as narrativas antecederam as viagens porque desde o Medievo algumas delas, com maior ou menor dose de fantasia, ganharam apelo popular e serviram para manter desperta a curiosidade das pessoas. É o caso, por exemplo, das histórias de Marco Polo intituladas o *Livro das Maravilhas*. Elas se popularizaram primeiro na Europa devido à própria dinâmica geográfica do continente, que tornou possível o contato desses povos com outras culturas, fossem elas oriundas da África ou da Ásia devido à proximidade territorial. Portanto, desde o início os europeus conheciam a diversidade cultural porque seu passado e seu presente permitiam essas experiências.

Todorov vai além ao explicar as particularidades que compõem uma narrativa de viagem. Segundo ele, na contemporaneidade, ou seja, aos olhos do leitor atual, só faz sentido chamar legitimamente uma

narrativa de viagens por essa designação se ela cumprir dois aspectos importantes. O primeiro deles é a existência de uma certa tensão entre o sujeito da observação e o objeto observado. Dito de outra maneira, isso “é o que exprime, à sua maneira, a designação narrativa de viagens: narrativa, ou seja, narração pessoal e não descrição objetiva, mas também viagem, e, portanto, um quadro e circunstâncias exteriores ao sujeito” (TODOROV, 1995, p. 67). Ou seja, nesse primeiro momento há de se ter necessariamente um observador, um objeto a ser observado e preferencialmente uma viagem para que essa “tensão” — ele chama também de equilíbrio — possa fazer sentido: “Se apenas um dos ingredientes estiver presente deixemos o gênero em questão para resvalar em outro” (TODOROV, 1995, p. 67).

O segundo aspecto diz respeito à “[...] localização, no tempo e no espaço, das experiências descritas na narrativa”. Para uma narrativa de viagens ser o que verdadeiramente ela se propõe, ela tem de cumprir a regra de no espaço falar das descobertas dos outros, quer sejam esses outros os selvagens de distantes rincões ou civilizações fora da Europa, como é o caso dos povos asiáticos e africanos. Portanto, a narrativa de viagem tem que obrigatoriamente estar vinculada à questão da alteridade, mostrar o outro: “Uma viagem pela França não dá uma ‘narrativa de viagens’. Não que não haja exemplos disso; no entanto, falta-lhes inevitavelmente o sentimento de alteridade em relação aos seres (e às terras) evocados” (TODOROV, 1995, p. 68). Com Humboldt e sua expedição a natureza dos trópicos era o outro para o prussiano.

Cabe ressaltar que por questões de profundidade intelectual da obra que estamos nos dedicando no momento, o problema envolvendo os viajantes-naturalistas mencionados acima e seus respectivos escritos correlacionados aos escritos de Humboldt, serão mais bem debatidos em capítulos específicos apresentados em momento oportuno nessa mesma tese.

Ao analisar os relatos produzidas pelo prussiano, Mary Louise Pratt o define como sendo um sujeito que é ao mesmo tempo um Homem e uma Vida, alguém que construiu a si próprio. Não era um mero viajante e conseqüentemente não é só um escritor de viagem. Não executou suas viagens como um discípulo de Carl von Linné, aqueles que eram enviados para distantes regiões a fim de descobrir e mapear novas espécies da natureza com o propósito de alimentar o Sistema Natural criado pelo naturalista sueco. Suas empreitadas tinham objetivos distintos das várias viagens realizadas por naturalistas contemporâneos a ele. E as formas como foram organizadas também diferiam. A longa jornada pelas florestas da América espanhola foi integralmente financiada com recursos próprios, o que de certa forma revelava considerável autonomia no que dizia respeito aos objetos de investigação (PRATT, 1999).

O *Essai sur la géographie des plantes*, assim como os demais trabalhos do naturalista prussiano, foi publicado em comunhão com Aimé Bonpland, seu fiel companheiro de explorações. Publicado sim, porém, como dissemos, não foi escrito por ambos. Sobre o procedimento de publicação da obra, Humboldt ressalta no prefácio que:

A tabela que estou apresentando hoje foi baseada em minhas próprias observações e nas do Sr. Bonpland. Reunidos pelos laços da amizade mais íntima, trabalhando juntos por seis anos, compartilhando os sofrimentos a que o viajante está necessariamente exposto em países sem cultivo, resolvemos que todas as obras que são fruto de nossa expedição levarão nossos dois nomes de cada vez (HUMBOLDT; BONPLAND, 1805, p. VII-VIII).

Detendo uma considerável rede de sociabilidade, Humboldt tornou-se amigo íntimo de George Föster, o mesmo que havia acompanhado o capitão James Cook, o explorador britânico responsável por estabelecer os primeiros contatos com as terras que hoje correspondem ao território da Austrália (PRATT, 1999, p. 204).

Depois de formado passou a organizar maneiras de concretizar seu grande objetivo, qual seja, viajar pelo mundo fazendo explorações. Várias tentativas foram feitas, incluindo participar de duas explorações pelo Egito que pretendiam subir o Nilo, uma acompanhada de uma missão inglesa e outra acompanhando a expedição de Napoleão; e uma tentativa de viagem ao redor do globo juntamente com franceses, todas elas fracassadas. Já em companhia de Aimé Bonpland os dois partem rumo à Espanha onde com o apoio do primeiro-ministro espanhol Mariano de Urquijo, conseguem a autorização do rei Carlos IV para uma viagem aos territórios espanhóis na América, totalmente às expensas de Humboldt (PRATT, 1999, p. 204-206).

Tão logo que retornou à Europa, Humboldt buscou capitalizar suas investigações apresentando para o público alguns dos resultados e objetos que trouxe consigo. Mary Louise Pratt dá conta de uma exposição botânica que ele organizou no Jardin des Plantes. Além dessa capitalização, a grande quantidade de material trazido da América era algo sem precedentes e iria requerer a ajuda de terceiros. Nesse ponto, Humboldt principalmente, não se furtou de contar com o auxílio dessas pessoas. Por isso que no prefácio à obra ele dedica vários parágrafos e páginas aos agradecimentos para esses personagens. Nomes como os dos físicos Pierre-Simon Laplace e Jean-Baptiste Biot são invocados ao lado de botânicos como Augustin Pyrame de Candolle, Louis Ramond de Carbonnières e Carl Ludwig Willdenow. Além desses que foram citados, Humboldt destaca os trabalhos de outros estudiosos, os quais ele afirma que foram essenciais para o desenvolvimento das reflexões apresentadas nesse ensaio.

E como não poderia deixar de ser, Humboldt agradece as autoridades espanholas:

Não posso publicar este ensaio, o primeiro fruto de minha pesquisa, sem oferecer a homenagem do meu profundo e respeitoso reconhecimento ao governo, que me homenageou com uma proteção tão generosa durante o curso de minhas viagens: desfrutando de uma permissão que nunca foi concedida para nenhum indivíduo viver

cinco anos no meio de uma nação franca e leal, conheci nas colônias espanholas outros obstáculos que não os apresentados pela natureza física. A lembrança dessa benevolência do governo permanecerá tão perpetuamente gravada em minha alma quanto as marcas de afeto e interesse com que todas as classes de habitantes me honraram durante minha estada nas duas Américas (HUMBOLDT; BONPLAND, 1805, p. XI-XII).

Agradecer à coroa espanhola pela permissão concedida a ele e a Bonpland não é de causar estranheza, afinal a razão a seu lado quando afirmava que tal decisão não havia sido dada em favor de outra pessoa antes dele. Pelo menos não nessas proporções. Décadas antes Charles Marie La Condamine já havia passado na América espanhola, precisamente em 1735, encarregado pela Academia de Ciências de Paris de determinar exatamente o grau do arco do meridiano nos limites da linha do equador. Ocorre que La Condamine limitou sua estadia às colônias na América do Sul, enquanto Humboldt teve livre trânsito por toda a parte hispano-americana, do sul ao norte, do Orenoco aos vales do México. Muito por conta disso que Mary Louise Pratt considera que o empreendimento do naturalista prussiano em termos diplomáticos foi maior que o do francês, “devido em larga medida à experiência cortesã, conhecimento científico e firme tenacidade de Humboldt” (PRATT, 1999, p. 206).

Sua erudição alinhada ao um estilo específico de escrita fizeram os trabalhos do naturalista alcançar um imenso público nos dois lados do Atlântico. Curiosamente os textos de maior impacto no público-leitor não foram os de conteúdo estritamente científicos e, sim, aqueles que tratavam de sua expedição aos trópicos no melhor estilo narrativa de viagem, como por exemplo a monumental *Imagens da Natureza e Imagens das Cordilheiras e monumentos dos povos indígenas da América*.

NATUREZA, CIÊNCIA E SENSIBILIDADE ROMÂNTICA.

Muitas das digressões foram escritas à vista dos próprios objetos que descreveu, ao pé do Chimborazo ou nas costas do Mar do Sul (HUMBOLDT; BONDPLAND, 1805, p. VII). Um relato esboçado no exato momento em que os objetos que seriam descritos eram observados, como é o caso acima, nos indica algo à semelhança do que Flora Süssekind apresenta em sua obra. Em *O Brasil não é longe daqui* a autora argumenta que nos relatos de viagem sobre o Brasil no século XIX era possível perceber dois tipos bem característicos de viajantes: aquele para quem a paisagem trazia um momento de autorreflexão, um de volta para si mesmo em que o viajante estava mergulhado; e, também, um viajante que mesmo diante do cansaço, da exaustão e do desânimo, não deixa de anotar tudo o que vê pela frente, sem transpor para o papel seu estado de espírito. Os objetos, nos dizeres da autora sobre esse segundo tipo, são sempre observados para fins de estudo, “não de estímulo à autorreflexão ou ao êxtase”. Com efeito, para esse último caso não havia a mescla entre reflexões pessoais e técnicas, porque mesmo quando os naturalistas estavam envolvidos com “digressões ‘metafísicas’”, logo eram chamados de volta à realidade por algum ruído que servia como aviso sonoro para que continuassem a “observação interessada, classificatória, ao moto-contínuo da expedição” (SÜSSEKIND, 1990, p. 104 e seg.).

Não se trata de um texto eminentemente sobre botânica, em que versava somente sobre as plantas da América, e sua singularidade está assentada exatamente aí. Não é tomado pela forma descritiva de características externas dos seres, prática comum entre os discípulos de Carl von Linné, que buscava conhecer os vegetais de acordo com seus órgãos reprodutores a fim de reduzi-los a um sistema de classificação universal.

O texto revela trechos em que o naturalista refletia sobre como o aspecto da natureza incidia sobre o temperamento humano, como

na passagem em que elenca alguns pontos que eram admitidos como pertencentes aos estudos sobre a geografia das plantas e que faziam parte ao mesmo tempo da história política e moral dos homens, tais como a alimentação, que reverberava sobre o caráter e energia das paixões, a história das navegações e as guerras empreendidas para disputar as produções do reino vegetal (HUMBOLDT; BONPLAND, 1805, p. 29-30). Uma visão atenta sobre a importância que o reino vegetal exercia na vida humana, seja de ordem política ou pessoal.

Ele seguia com suas observações atentando para a importância que a sensibilidade humana exercia nos estudos sobre a vegetação, porque em seu ponto de vista “[...] o homem sensível às belezas da natureza ainda encontra explicações sobre a influência que o aspecto da vegetação exerce sobre o gosto e a imaginação das pessoas” (HUMBOLDT; BONPLAND, 1805, p. 30). Doravante esse ponto de vista a dita influência mencionada pelo autor iria reverberar no desejo do homem em entender mais sobre o mundo natural e seu lugar nesse ambiente: “[...] Ele terá prazer em examinar no que consiste o que é chamado de caráter da vegetação e a variedade de sensações que ela produz na alma de quem a contempla” (HUMBOLDT; BONPLAND, 1805, p. 30). Para Humboldt “[...] essas considerações são ainda mais importantes, pois se relacionam estreitamente com os meios pelos quais as artes da imitação e da poesia descritiva” conseguiriam afetar os envolvidos (HUMBOLDT; BONPLAND, 1805, p. 30).

Ao lado do amigo Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), ele foi um dos expoentes do romantismo alemão do século XVIII e suas visões de mundo e natureza eram muito alinhadas. Sintomático nesse sentido é o próprio uso dos termos artes de imitação e poesia descritiva utilizados pelo naturalista, porque coadunam com as formas de escrita típicas do romantismo. Inseridas no estilo narrativa de viagem essa dupla definição indicava que quem escrevia estava concentrado em mostrar para o leitor, geralmente da Europa, a totalidade da paisagem que é observada, enfatizando os detalhes, buscando colocar no

papel tudo o que julgava conveniente de ser descrito e que chamaria a atenção de quem fosse ler. A ideia principal era criar uma espécie de retrato falado do meio ambiente que era alvo de observação⁴.

A pergunta que fica é: que variedades de sensações ela, a natureza, produziria sobre o sujeito? O próprio naturalista apontava para o que supostamente ele entendia sobre quais seriam essas sensações:

[...] O aspecto simples da natureza, a visão de campos e bosques, causa um gozo que difere essencialmente da impressão que o estudo particular da estrutura de um ser organizado causa. Aqui é o detalhe que nos interessa e que excita nossa curiosidade; lá, é o todo, são massas que agitam nossa imaginação. Que impressão diferente causa o aparecimento de um vasto prado cercado por alguns grupos de árvores e o aparecimento de uma madeira densa e escura misturada com carvalhos e pinheiros? Que contraste marcante entre as florestas das zonas temperadas e as do equador, onde os troncos nus e delgados das palmeiras se elevam acima das árvores de mogno florido e apresentam pórticos majestosos no ar? Qual é a causa moral dessas sensações? Eles são produzidos pela natureza, pelo tamanho das massas, pelo contorno das formas ou pelo porte das plantas? Como esse porto, essa visão de natureza mais ou menos rica, mais ou menos risonha, influencia as maneiras e, principalmente, a sensibilidade dos povos? (HUMBOLDT; BONPLAND, 1805, p. 30-31)

Aqui e lá, América e Europa respectivamente. Aqui, na América, o detalhe da natureza e a natureza do detalhe chamava mais a atenção, era o que causava maior expectativa, excitação e curiosidade; na Europa era o conjunto da paisagem do meio natural que mexia com a mente. E é nesse lá e cá, apontando comparações através de inquietações, que Humboldt elaborava sua narrativa. Ao mesmo tempo tais

4 De forma a complementar nosso argumento, para Marcia Regina Capelari Naxara essa mudança teve início com o próprio Goethe, quando este chegou à conclusão de que classificar o mundo somente no ver, na aparência e características externas dos seres já não era mais suficiente. Para o romancista alemão se tornava necessário também “conferir importância à ideia de desenvolvimento interno, de forma a negar a fixidez dos seres e pensar o processo interior, de mobilidade e modificações ao longo do tempo e da própria vida”. In: Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 142.

preocupações em saber como a natureza interferia na sensibilidade humana era algo que colocava o naturalista prussiano em sintonia com as discussões sobre os conceitos de belo, pitoresco e sublime. Sendo expoente do romantismo sua narrativa sobre a geografia das plantas buscava evidenciar o equilíbrio entre os elementos do mundo natural, de modo a destacar as formas e como se conectam com o espaço que é visualizado. Marcia Regina Capelari Naxara nos ajuda a compreender as técnicas humboldtianas ao afirmar que:

Humboldt, na sua busca de compreensão da “unidade da natureza, indaga sobre a interação das forças naturais e sobre como o ambiente geográfico afeta a vida”, enfatizando a representação da paisagem como interpretação e forma, ao contar/descrever a natureza, proporcionando dessa forma, ao homem, defrontar-se com as suas forças, assombrar-se, de forma ambivalente, diante do que provoca sensações contraditória, difíceis de exprimir racionalmente (NAXARA, 2004, p. 156-157).

Se para ele a botânica descritiva não era suficiente, por outro lado não a negava. É que se pode observar na passagem a seguir:

As pesquisas de botânicos geralmente são direcionadas a objetos que abrangem apenas uma parte muito pequena de sua ciência. Eles lidam quase exclusivamente com a descoberta de novas espécies de plantas, o estudo de sua estrutura externa, os caracteres que as distinguem e as analogias que as unem em classes e famílias.

Esse conhecimento das formas sob as quais os seres organizados aparecem é sem dúvida a base principal da história natural descritiva. Deve ser considerado essencial para o avanço das ciências que lidam com as propriedades médicas das plantas, sua cultura ou sua aplicação às artes. Mas se vale a pena ocupar exclusivamente um grande número de botânicos, mesmo que seja provavelmente considerado do ponto de vista filosófico, não é menos importante fixar a geografia das plantas; ciência da qual apenas o nome ainda existe e que, no entanto, constituiu uma parte essencial da física geral (HUMBOLDT; BONPLAND, 1805, p. 13).

Principal base para a História Natural, a classificação dos seres era essencial para o avanço das ciências, porque lidava com a medicina, com a cultura — entendida aqui como agricultura — e com as artes. Mas, afinal, o que era a geografia das plantas proposta por Humboldt? No parágrafo seguinte ele nos dá um indicativo:

É essa ciência que considera as plantas em termos de sua associação local em diferentes climas. Vasto como o objeto que abraça, pinta de maneira ampla a imensa área ocupada pelas plantas, desde a região de neve perpétua até o fundo do oceano e até o interior do globo, onde vegetam, em cavernas escuras, criptógramas tão pouco conhecidos quanto os insetos que alimentam (HUMBOLDT; BONPLAND, 1805, p. 14).

Nesse sentido, a geografia das plantas considerava conhecimentos não somente botânicos para o estudo do reino dos vegetais. A ideia era, segundo o próprio nome indica, traçar uma espécie de cartografia das espécies vegetais que poderiam ser encontradas em diferentes pontos do globo. Humboldt deixa claro que a intenção não era apenas classificar as plantas de acordo com suas diferentes zonas e alturas, tampouco que satisfazia considerá-las de acordo com os graus de pressão atmosférica, temperatura, umidade e tensão elétrica. Lhe interessava igualmente distinguir os espécimes em duas classes: um que abarcasse as plantas com os mesmos modos de vida e outros que tinham hábitos totalmente diferentes (HUMBOLDT; BONPLAND, 1805, p. 14-15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interessante perceber que todo ato de observar, estudar e classificar a natureza empreendidos com bastante intensidade no período moderno, está rodeado de relações de poder. Classificar é exercer poder. E mesmo no caso de Humboldt, com toda as suas técnicas românticas de enxergar o mundo pela ótica da totalidade do mundo natural, ainda assim suas viagens pela América foram impregnadas

de disputas de poder, direta ou indiretamente. Ato contínuo, a partir do momento que Humboldt resolveu deslindar os trópicos americanos e conseqüentemente publicar suas descobertas frutos dos resultados de seus estudos, concebeu poder sobre o território americano ao produzir conhecimento sobre ele. E a partir do momento que esse conhecimento passou a circular pelas sociedades científicas europeias, proporcionou que mais sujeitos disputassem esse poder. Exemplo nesse sentido veremos adiante nessa mesma tese, como foi o caso das áreas de florestas de *Cinchona*, local que ele próprio visitou e escreveu sobre elas, o que serviu de base para viajantes-naturalistas posteriores ao longo do século XIX. Nessa mesma direção, é conveniente destacar também que todo esse movimento empreendido por Humboldt teve outra consequência: pressupomos que ele atingiu seu objetivo ao finalmente compor a afamada unidade da natureza que ele tanto almejava. Uniu o Novo Mundo ao Velho Continente e pode assim completar sua ideia de um grande *Cosmos*.

REFERÊNCIAS

FUNES, Eurípedes Antônio; PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. **La recreación de la amazonia brasileña através de los viajeros.** In: VALCUENTE DEL RIO, José Maria. *Amazonía: viajeros, turistas y poblaciones indígenas.* Tenerife: PASOS, RTP, 2012. p. 17-48. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19167/1/2012_capliv_eafunes.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

HUMBOLDT, A. L. de; BONDPLAND, A. **Essai sur la géographie des plantes;** accompagné d'un tableau physique des régions équinoxiales. Paris: Chez Levrault, Schoell et Compagnie, Libraires, 1805.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica:** em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império:** relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TODOROV, Tzvetan. **The Morals of History**. Minneapolis: University Minnesota Press, 1995.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza**: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. São Paulo: Planeta, 2016.

A cidade que habita as profundezas das águas...: apanhados historiográficos sobre Piranhas Velha, PB, na década de 1930

Ana Paula Cruz¹

INTRODUÇÃO

Neste ensaio, nascido de uma inquietação historiográfica, busca-se pensar a relação humano-natureza e como ela é visível num sentido historiográfico para se pensar a experiência do humano com as águas e como isto tem implicações com a construção de memórias. Então este é um exercício inicial e demonstrativo de possibilidades dessa implicação historiográfica para o sertão ao qual o Rio Piranhas está inserido, que não é diferente de tantos outros sertões. Como a relação com as águas têm uma profunda implicação no humano. Para os sertões secos de tantas coisas, não só no âmbito das escassas chuvas, as dinâmicas de açudagem, impuseram a construção de experiências profundas de lembranças e esquecimentos.

Em fins do século XIX, as populações nos sertões apresentavam forte dependência das forças naturais para sobreviver, devido, também, às limitações de investimentos feitas pelos poderes administrativos, no que se refere a construção de obras públicas que favorecessem

¹ Professora de História do IFPB-Campus Cajazeiras. Lattes CV: <http://lattes.cnpq.br/0065171900161201>. E-mail: anapaula.cruz@ifpb.edu.br.

as populações mais vulneráveis. Nesse contexto, a relação humano-natureza, diante da questão das águas, se torna saliente em no tempo das grandes secas, de modo que grande número de pessoas buscava novos espaços esperando conquistar melhores condições, o que ocasionava aglomerações nas cidades, não estruturadas para aumentos demográficos abruptos, acarretando males diversos como doenças, mortes, violência e fome, além da intensificação de relações de mandonismo local. Na primeira metade do século XX, empreende-se uma dinâmica de açudagem no Nordeste, no sentido de diminuir os impactos das estiagens e, com isso, diminuir os processos migratórios, portanto, apresenta-se a relação entre natureza e questões sociais, no sentido que as questões da natureza explicitam problemas sociais e humanos.

É nesse tempo que surge a experiência da antiga Vila de São José de Piranhas, doravante nominada apenas Vila de São José de Piranhas, localizada no Alto Sertão Paraibano, que deu origem à comunidade de Piranhas Velha, uma das tantas vilas que foram cobertas por águas de barragens, que inspira histórias e historiadores, pois quando uma cidade habita nas profundezas das águas, dela se pode ouvir vozes que revelam dinâmicas da relação entre ser humano e natureza.

SOBRE MEMÓRIA, LITERATURA E ÁGUAS

Os sertões secos do nordeste brasileiro têm tal marca natural devido à fatores atmosféricos, fisiográficos e ecológicos complexos que propiciam a tessitura do chamado semiárido, cujas características meteorológicas são de baixa precipitação de chuvas, ausentes, geralmente, de 7 a 9 meses por ano, o que corresponderia a outono, inverno e parte da primavera. As estações do ano não são tão diferenciais nas regiões equatoriais e subequatoriais, de sorte que a população desses espaços convive com altas temperaturas com exceção das regiões de serras e chapadas e comumente afirma que só há inverno quando chove e o resto tempo é verão, tempo da estiagem.

Mas em 1931, já estava evidente que a Vila de São José de Piranhas iria ser encoberta pelas águas do próprio rio que lhe confirmava o nome, sua identidade de lugar, São José de Piranhas (cf. LEITÃO, 1985). Ela estava localizada naquele lugar desde o século XVIII, no que era o sítio São José e nunca o rio se rebelou contra ela. Por que isso aconteceu? Por que as pessoas de pequena vila que já contava com praça pública e prédios comerciais precisariam ser transferidas? O que isso pode refletir?

Nesse primeiro momento da escrita sobre a história de uma cidade encoberta pelas águas, é interessante lançar o olhar sobre as construções que motivaram uma rebelião das águas. Para isto, proponho recorrer à escrita literária, um romance (por que não?) para se captar as memórias a esse tempo circundante. Dado que nesta escrita da literatura, há uma liberação da imaginação da autora ou autor, a partir das imagens presentes em sua memória, seja de experiências concretas do dia-a-dia ou do ouvir falar, seja de criações elaboradas a partir de suas leituras e abstrações teóricas e artísticas. A literatura pode expressar imagens e paisagens, detalhes da vida humana no mundo, enquanto amostra dos pensamentos nascidos da experiência histórica de alguém. É um modo de tocar o passado a partir de memórias (vozes) que se expressam através de invenções desse próprio passado.

E assim, nasce o contato com romance “A Barragem”, escrito por Ignez Mariz no ano de 1934 (publicado em 1937). Pelo sobrenome vê que é da família Mariz, conhecida na cidade de Sousa, PB. E em seu romance conta a história de Zé Mariano e sua família, que como retirantes da fome de 1932, chega para se empregar na construção da Barragem de São Gonçalo, então pertencente a Sousa, PB, e acaba servindo também na construção da barragem de Boqueirão de Piranhas (Barragem Engenheiro Avidos).

Nos lugares secos, os rios eram intermitentes, de modo que, sem as águas barradas, estas iam embora, o que implicava em só haver água abundante durante o tempo das chuvas. Ignês permite acessar o cheiro da chuva tocando a terra.

E aquele cheiro... Um sertanejo, mil leguas distantes que viva do sertão, sentirá vez por outra, não o perfume do mel e o rangido de carros de bois, de que nos fala Nabuco. Mas, este 'cheiro de chuva' característico! Este odor de terra sêcca afinal humedecido, que após longos mezes de verão a chuva manda de longe alguns segundos antes de chegar, e que nós, desde crianças, com volúpia ingenua aspiramos, aspiramos... (MARIZ, 1994 [1937], p. 211-212).

Nessa dinâmica de uma natureza seca e hostil, os rios, então, passam a ser elementos naturais valiosos para os habitantes da região, a ponto de ter, inclusive, no modo de falar popular, características humanizadas de comportamento como estados de humor e sentimentos quando dizem que 'o rio está brabo' ou assumir ações de trato com o corpo quando dizem 'é esperar o rio tomar água', para designar a recepção mais volumosa de água das chuvas pelos rios.

"Já se ergue imponente, uma das pontas da parede [do Boqueirão de Piranhas]. A outra irá se encravar na serra. O rio passa lá embaixo, escachoante, gritando de raiva, caudaloso. Amanhã é bem capaz de já ter ido embora" (MARIZ, 1994 [1937], p. 221). Assim, Ignês Mariz dava corpo e personalidade ao Rio Piranhas no seu romance que tratava sobre a construção da Barragem de São Gonçalo, vizinha da Barragem de Boqueirão de Piranhas.

Na passagem do século XIX para o século XX, quando a dependência humana em relação a natureza era muito intensa nesses interiores, as secas e chuvas ditavam a mobilidade humana de modo muito mais incisivo, especialmente, as mais empobrecidas. Este drama natural das secas potencializava o drama político e social que flagelava a vida das populações empobrecidas. Inclusive, nas dinâmicas das construções das

barragens, estas populações foram utilizadas, também, como meio de absorver como mão-de-obra o grande número de pessoas que migrava sem condições de sobrevivência diante da seca. Isto era tão impactante no que no romance escrito por Ignez Mariz, ela deixou transparecer seu pensamento político e social quando escreveu fazendo uma crítica ao tempo em que se explorava a mão de obra das populações deslocadas: “Se a humanidade fosse um pouco menos egoísta, olharia sempre para baixo e veria, além de cada um de nós, milhares de vida muito ‘suadas’ “ (MARIZ, 1994 [1937], p. 210-211).

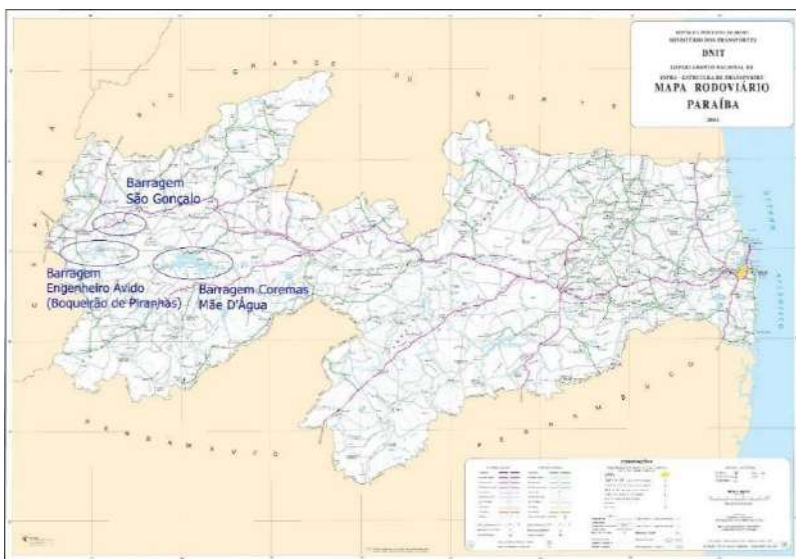
Assim como as águas são movidas nos rios por diferentes motivos e princípios, os humanos também se moviam em forma de grandes rios de humanos devido à junção de elementos diversos como: elementos naturais como as baixas ou ausência total e prolongada de precipitação de chuvas; forças políticas e econômicas que visavam a exploração dos sujeitos empobrecidos; a presença do desejo humano de sobrevivência e de busca de condições melhores de vida.

“Terminaram-se as barragens dos açudes Estreito, Feiticeiro e Choró, no Ceará. A avalanche humana se desloca para os acampamentos da Parahyba: São Gonçalo, Boqueirão, Condado...” (MARIZ, 1994 [1937], p. 109). Nesse trecho, Ignez Mariz deixa transparecer, em seu romance, essa mobilidade humana em torno das construções da barragens. Ela também retrata esse movimento dos sujeitos, em outro momento, referindo-se, mais especificamente, ao açude de São Gonçalo, construído mais abaixo do Boqueirão de Piranhas:

Sobre todas as cousas, no proprio ar, já se experimenta em São Gonçalo essa tristeza indefinida de fim de festa. A Barragem está pronta. Em meio ao revestimento de cimento da parede do lado da bacia hidraulica. Os caminhões afundam a estrada de Sousa a Pombal que se vai mudando para o acampamento do Corema. Este terá início em fevereiro. O povo també já vae arrumando trouxa para dar o fóra (MARIZ, 1994 [1937], p. 323).

A barragem de São Gonçalo faz parte do complexo da Bacia do Alto Rio Piranhas. Subindo leito do rio, encontra a Barragem Engenheiro Ávidos (Barragem do Boqueirão de Piranhas). Esta quando construída foi a responsável pela subidas das águas que encobriram a Vila de São José de Piranhas na década de 30. As duas obras foram desenvolvidas no mesmo período. E partilham as mesmas memórias de suas tramas, representadas por Igenes Mariz.

Mapa 1 - Mapa da Paraíba contendo o destaque das Barragens Engenheiro Ávidos, São Gonçalo, Coremas-Mãe D'Água



Fonte: DNIT-PB, 2002. Adaptações feitas pela autora.

Interessante notar que as barragens são um elo de ligação entre as tramas macrohistóricas da dinâmica social e política e as histórias de vida de sujeitos como os personagens representados, na obra “A Barragem”, que era a família de José Mariano e sua mulher Mariquinha e seus filhos que chegaram até as obras da barragem de São Gonçalo, retirados e sob o julga da seca e da fome de 1932 e que, como poucos, conseguiram ascender na obra e sair do bairro dos cassacos (termo utilizado para designar os trabalhadores das atividade de cavaterra) e ir para a Rua 16, que tinha esse nome por conter 16 chalés feitos pelo IFOCS (Cf. MARIZ, 1994 [1937]).

Ou seja, em torno das barragens, a qual destaca-se a Barragem do Boqueirão de Piranhas, as formas de lembrar incidem diretamente na maneira como o Norte e depois o próprio Nordeste (sobre o tema da invenção do Nordeste, cf. ALBUQUERQUE JR., 1999), passa a ser compreendido e imaginado a partir de discursos políticos, econômicos e culturais que o tecem para dentro e para fora de seus limites. Para fora, tem o sentido de ser representado no âmbito dos discursos no âmbito dos discursos nacional, como que buscando uma diferenciação de si (como lugar) para o todo, numa interação com uma trama mais ampla de forças; e o para dentro, tem o sentido de ser representado por aqueles que se entendem parte de suas territorialidades, como que um discurso para si tecendo suas próprias teias de poderes e táticas internas.

UMA CIDADE QUE DORME NO FUNDO DO RIO

Foi no início do século XIX que, nessa dinâmica de jogos de força, em uma conexão entre uma política nacional e que resvala na vivência local, iniciou-se um processo de modernização dos espaços interiores sertanejos. Ressaltando que isso não tinha, necessariamente, o sentido de promover distribuição de riquezas ou diminuição da desigualdade social que assolava a população empobrecida, mas como um meio de lidar com uma realidade que imprimia fortes movimentos migratórios humanos em tempos de secas, como o que se deu em 1877, uma das maiores secas totais, período em que morreram milhares pessoas.

Diante de tal característica climática e da ascensão de atores políticos de âmbito nacional e local interessados pelas questões do Nordeste e de ampliação de força política na região (é preciso recordar a dinâmica de forças da então chamada República Velha e as disputas para angariar apoios políticos fora da região Sul), deu-se a implantação da Inspetoria de Obras contra a Seca em 1909, a qual passou a se chamar IFOCS (Inspetoria Federal de Obras contra a Seca) em 1919 e Departamento Nacional de Obras contra a Seca de 1945 a 1999. Sua atuação era

organizar os trabalhos de levantamento de dados e conhecimento para o empreendimento de obras diversas para modernização do Nordeste.

É interessante notar a participação da ciência e da tecnologia na lida com a seca. No romance “A Barragem”, Ignez Mariz fez o registro do jornal a União que dizia: “O aproveitamento das terras irrigadas pelos grandes açudes por uma comissão de agrônomos era indispensável. O problema das secas é um problema agrícola que requer obras de arte. Só a engenharia e agronomia, de mãos dadas, trabalhando de acordo podem resolvê-lo” (MARIZ, 1994 [1937], p. 321).

Expedições de estudos científicos para conhecer melhor a estrutura geográfica e antropológica do Nordeste, conhecer os boqueirões e as passagens, para subsidiar programa de expansão da malha de estradas, de ferrovias, de rede elétrica e a expansão de programas de barramento de rios.

São dessa época, os estudos básicos de meteorologia, geologia, cartografia, hidrologia e hidrogeologia, botânica e topografia, sendo indispensável lembrar a atuação de verdadeiros cientistas como Geraldo A. Warring que chefiou os serviços hidrológicos da IOCS, de 1910 a 1911, tendo percorrido toda a Região e publicado o trabalho sobre o suprimento de água sobre o nordeste; os geólogos Horace E. Williams, Roderic Crandall, Ralph H. Sopper, Horatio L. Small, Guilherme Lane, Luciano Jacques de Moraes e Darell Crandall que elaboraram excelentes trabalhos nas áreas de hidrologia, hidrogeologia e climatologia; Flávio Torres Ribeiro de Castro que estudou diferentes tipos de barragens: Alberto Loefgren, Philipp Von Luetzelburg, C. M. Delgado de Carvalho, J. C. Branner e Muitos outros que executaram trabalhos de mais alto nível nas áreas de geologia, botânica e climatologia. Especial atenção foi conferida ao estudo sistemático de pluviometria e em 1910, foram instalados 124 estações pluviométricas (8 no Piauí, 36 no Ceará, 39 no Rio Grande do Norte, 35 na Paraíba e 6 em Pernambuco), de um programa de 300 estações (CARNEIRO, 2000, p. 42-43).

Nas grandes secas de 1915 e 1919, empreenderam-se o andamento de projetos para fundamentar as construções de açudes de modo que, no governo de Epitácio Pessoa, esse processo ganha força devido à própria ligação do presidente que tinha sua origem na Paraíba. Foi aprovada a Lei Epitácio Pessoa (Lei 3.965, de 1919 e regulamentada pelo Decreto N. 14. 102, de 17 de março de 1920) que “autoriza[va] a construção de obras necessárias à irrigação de terras cultiváveis no Nordeste Brasileiro e dá[va] outras providências” (cf. GUERRA, 1981).

Então em 1922, iniciam-se as construções a partir da contratação de empresas estrangeiras especializadas em barragens como a Northon Griffiths & Co. Ltd. (Inglesa), responsável pela conclusão do açude Acarape (CE) e construção dos açudes Quixeramobim e Patu (CE); a C.H. Walker & Co. Ltd. (Inglesa), responsável pela conclusão do açude Gargalheiras (RN) e construção do açude Parrelhas (RN) e a Dwight P. Robinson Inc. (Norte-americana), responsável pela construção dos açudes Poço dos Paus e Orós (CE) e a construção dos açudes São Gonçalo, Pilões e Piranhas (PB) (GUERRA, 1981, p. 62).

Sem ter uma noção de suas histórias, um observador olhando de longe as águas do Rio Piranhas, em seu tempo de corredeiras, deitado no seu leito, e com margens crescidas, seguindo as suas curvas, ora manso ora revoltado, avistando ao longe muitos serrotes que acabam ficando em tons de cinza e azul e verde, não pode imaginar que coberta por aquelas águas, repleta de lodo, dorme uma vila.

O rio passa a ser aquele que atua junto aos humanos dentro de uma dinâmica, como já foi dito, de lembrar e esquecer. Ele é sujeito e como elemento vivo, possui humores e transforma-se de acordo com o seu entorno. Ao contrário do que se pode pensar, ele também interfere nas vidas daqueles que com ele se relaciona, seja em momento contemporâneo dos viventes, como das gerações que se seguem aos eventos. O rio, ao tocar as vidas, impacta-as de modo intenso.

Os registros historiográficos das sesmarias aponta essa ligação do humano com a água que, por sua vez, faz germinar a terra, a

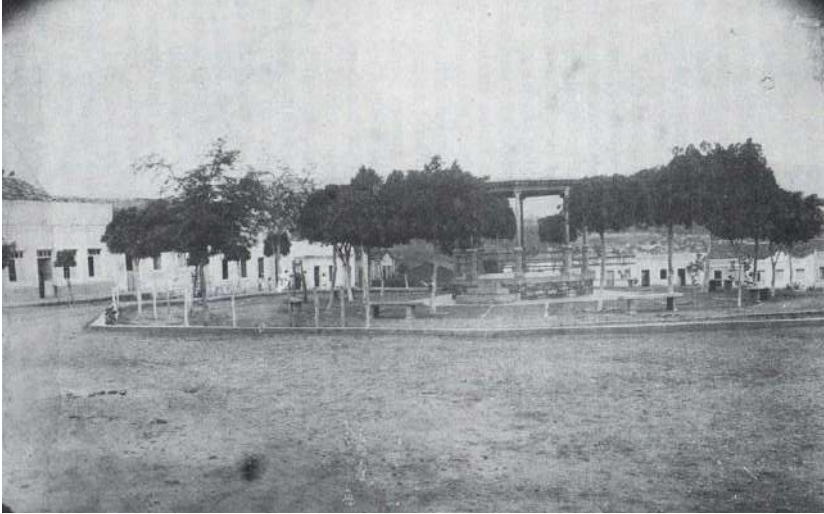
ponto de haver uma busca incessante pelas margens dos rios para constituir sua propriedade, especialmente quando se trata dos sertões de pouco chuva e de rios aparentemente secos na superfícies, mas capazes de verter água se o fundo de seus leitos forem rasgados em cacimbas e cacimbões (cf. AB'SABER, 2003).

O mesmo rio que cobriu a vila em sono profundo, também foi aquele que a fez se edificar visível aos olhos de tantos que buscava paragens no sertão de Piranhas. A Vila de São José de Piranhas remonta em suas origens, ao sítio São José no século XVIII, que foi pedido em sesmaria nas ribeiras do Rio Piranhas, em tempo de reconfiguração dos poderes sobre os sertões diante dos domínios da casa da Torre e dos Oliveira Ledo (Sobre o processo de ocupação territorial dos Sertões do Rio Piranhas na passagem do século XVII para XVIII, cf. MORAES, 2015).

Sesmaria N. 544 em 26 de janeiro de 1761
Capitão Francisco Xavier de Miranda, diz que arrematou em praça pública uma fazenda de gados no sítio S. José, ribeira das Piranhas, e o como o dito sitio é dominado pelo senhorio da casa da Torre ou seus herdeiros, que o possuem sem titulo e somente pela posse imemorial e não há notícia dos seus primeiros cultivadores que falecera desde muito, quer o suplicante por sesmaria três léguas de terra de comprido e uma de largo pelo rio abaixo e acima ou atravessando por uma e outra parte do rio, fazendo peão onde lhe parecer, contestando a parte de cima com o sitio Danta do capitão Vital Vieira e debaixo com o boqueirão da serra, do nascente com o sitio Bomfim de José Pereira da Silva e do poente com quem diretamente tocar. Foi feita a concessão, no governo de Francisco Xavier de Miranda Henrique (TAVARES, 1909, p. 291).

A Vila de São José de Piranhas, por volta de 1909, contava com 165 casas de regular construção, Cadeia, Casa de Conselho, Açougue e Mercado Público, 8 estabelecimentos de fazendas, 9 estabelecimentos de estivas e tinha feira-livre aos domingos. Além disso, tinha em sua municipalidade as comunidades de Santa Fé, Bonito, Viana e Caicosinho (Cf. TAVARES, 1909, p. 953).

Figura 1 - Antiga Vila de São José de Piranhas (no início do século XX)



Fonte: LEITÃO, 1985, p. 97.

A comunidade tecia transações comerciais com outros estados como Ceará, Rio Grande do Norte (Mossoró) Pernambuco (Recife) e a própria capital da Paraíba, produzindo cana, algodão, fumo e peles, portanto, também criadores de gado. Nesse sentido, pode-se afirmar que as pessoas experimentavam uma vida intensa, tecendo laços econômicos e também afetivos com o lugar. Tinha até praça pública com o tradicional coreto ao centro.

Avançada a construção da Barragem de Boqueirão de Piranhas, iniciada em 1922, e com o advento de anos seguintes de chuvas, e o passar do tempo, as águas não pararam de se mover e começaram a avançar sobre a Vila de São José de Piranhas. Tanto que, em 1931, mesmo com as obras da barragem paralisadas desde 1925, já era evidente a ameaça da invasão das águas.

Isso deve ter levado a um estado de insegurança e dúvidas e, portanto, angústia, a população local, especialmente a população mais empobrecida. Aqueles que tinham terras próximas às margens tinham uma indenização mesmo que irrisória. Um ponto importante a levar em consideração era o fato de que as terras que seriam invadidas pelas águas estavam marcadas por sentimento e afeto de seus

habitantes, pois faziam parte das histórias de suas vidas e estas teriam de ser deixadas para trás e serem reconstruídas em um novo lugar com o qual não possuía conexão interior.

O filho dos habitantes da nova sede de São José de Piranhas (nova), o professor Messias Ferreira de Lima, historiador conhecido por saber muito das memórias da cidade, que tem ancestrais enterrados no cemitério da na antiga vila adormecida nas águas do Piranhas, descreve da seguinte maneira o momento da partida da comunidade para a nova sede municipal.

Talvez, o momento mais triste da história piranhense tenha sido o dia 20 de dezembro de 1936. Nesta data a população dava adeus àquela localidade, onde muitos sonhos deixaram de ser realizados, sem direito de retornar à sua terra mãe, porque ali só restavam os escombros e o pouco que ali ficava logo seria tragado pelas águas volumosas do açude de Boqueirão. Era o adeus a rua Sete, a rua Quinze, o Escama Peixe, a rua do Xerém, a [rua] João Suassuna, ao Pernambuquinho, à Matriz e à pracinha do coreto. Ali era o lugar desse povo, mas ninguém tinha o direito de voltar Comandou esse vale de lágrimas que juntasse as águas do Piranhas daria para aumentá-la ainda mais, o padre Joaquim Ferreira de Assis, a frente da turba conduziu as imagens para a terra da promessa que ficaram a princípio na capela de São Sebastião depois transferidas para a o salão do Fórum, onde permaneceu até a conclusão da [nova] Matriz (LIMA, 2010, p. 92).

Com a retomada da construção da barragem em 1932, algo que se deu também em outras barragens do sertão a serem construídas, devido à influência de José Américo de Almeida, as ações administrativas locais retomam um projeto mais ousado de transferência da vila para outro lugar, o sítio Jatobá. Em 1935, estavam construindo açudes no local escolhido para a nova sede. Inclusive o dinheiro das indenizações de prédios públicos (da antiga vila) foi investido na construção de novos prédios no novo lugar (cf. LEITÃO, 1985). E em 1937, foi feita transferência solene para a nova sede com direito a festividades e sessão especial da Câmara Municipal (cf. LIMA, 2010, p. 93).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: LEMBRAR, ESQUECER, MERGULHAR

Dando continuidade a esse processo de conhecer as histórias de cidade submersa, no ano 2017, tive oportunidade de acompanhar o historiador Francisco Pereira Lima (o professor Pereira), meu pai, também filho da nova São José de Piranhas, até os escombros da antiga Vila de São José de Piranhas. Ao se dirigir ao cemitério, naquele período descoberto das águas, pois havia sido um ano seco de chuvas, ele rememorou a experiência que viveu de levar a sua avó, Dona Francisca das Chagas Lima (Mãe), até aquele lugar no ano 2000. Ela tinha 90 anos e deseja ver o lugar onde a sua mãe e seus ancestrais estavam enterrados. Ela apontou para um lado onde estaria a pedra (lápide) de seu avô, o Papai Souza, que seria José de Souza Rolim, um dos irmãos mais novos de Vital de Sousa Rolim (pai de Padre Rolim)

Figura 2 - Escombros do cemitério da Antiga Vila de São José, Piranhas Velha (São José de Piranhas, PB)



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2017).

O que importava naquele instante era o processo de lembrar, de registrar para não esquecer, de mergulhar num passado remontado a partir do significado daquele lugar para se entender e construir uma identi-

dade, entender o seu lugar no mundo e de como seu passado participou do mundo e, de alguma forma, apontando para a seu estar no presente.

Assim como o recuo das águas descobriam os tijolos dos escombros da cidade adormecida, o exercício de lembrar e escrever sobre um momento de encontro com lembranças do além [presente], afastava o esquecimento pelo mergulho no passado daquela comunidade que foi invadida pelas águas, que hoje é conhecida como Piranhas Velha.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz. **Os domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

CARNEIRO, Joaquim Osterne. O DNOCS e os recursos hídricos do nordeste semiárido. **Revista do IHGP**, João Pessoa, PB, n. 32, p. 39-58, fev. 2000.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**. Fortaleza, CE: DNOCS, 1981.

LEITÃO, Deusdedit. **São José de Piranhas**: notas para a sua história. João Pessoa: Unigraf, 1985.

LIMA, Messias Ferreira de. **São José de Piranhas**: um pouco de sua história. Cajazeiras: Gráfica Real, 2010.

MARIZ, Ignez. **A barragem**: romance. João Pessoa, PB: A União, 1994 [1937] (Biblioteca Paraibana).

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Entre mobilidades e disputas**: o sertão do Rio Piranhas, capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750. Fortaleza, CE: PPGH-UFC, 2015. Tese de Doutorado em História.

TAVARES, João de Lira. **A Parahyba, 2**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1909.

TAVARES, João de Lira. **Apontamentos para história territorial da Paraíba**. João Pessoa, PB: [s. n.], 1909.

Vidas (Re) Negadas: Zé Maria do Tomé e as implantações das políticas de morte no Perímetro Irrigada Jaguaribe-Apodi (1985 aos dias atuais)

Luciana Meire Gomes Reges¹

INTRODUÇÃO

A quarta-feira do dia 21 de abril de 2010 rompeu com o cotidiano do Vale do Jaguaribe. Os programas de rádio e o “boca a boca” trataram de espalhar o episódio trágico que ocorrera naquela manhã: o assassinato de Zé Maria do Tomé.

Costumeiramente chamado Zé Maria ou mesmo Zé, o líder comunitário morreu na mesma comunidade que nasceu e carregou em seu nome, Sítio Tomé, localizado na cidade de Limoeiro do Norte, no Ceará. Zé Maria era presidente da Associação Comunitária São João do Tomé, presidente da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra - Chapada do Apodi, liderança do movimento social e voz ativa nas lutas pelo direito à terra. O agricultor e ativista social deixou uma família de três filhos e esposa, mais a frente vamos destacar o papel da filha mais velha, Márcia Xavier.

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará, sob orientação da prof.a. Dra. Kênia Sousa Rios. Pesquisa em realização com o apoio da CAPES. Link do currículo lattés: <http://lattés.cnpq.br/9622080976657131>, endereço eletrônico: lucianamgreges@gmail.com.

A morte de Zé Maria do Tomé tinha tudo para ser apenas mais um número, mas não foi. A partir da segunda metade do século XX, o campo brasileiro é palco do derramamento de sangue de agricultores que enfrentam verdadeiras guerras contra o Agronegócio. A morte de Zé Maria do Tomé poderia apenas ilustrar o cotidiano violento do campo no Brasil, mas virou bandeira de luta, fincada no bojo do conflito entre camponeses e Agronegócio.

CAMPONESES X AGRONEGÓCIO

Para entender melhor a tensão entre classe camponesa e agronegócio, é importante voltarmos ao início dos anos de 1990 na região do Vale do Jaguaribe, com a instalação das grandes empresas agrícolas que faziam parte de um conjunto de Políticas Públicas do estado do Ceará, o qual tinha como signo a modernização, sendo figura central Tasso Jereissati² (PSDB).

Na conjuntura do fim da década de 1980, havia uma efervescência em torno do debate a favor da reforma agrária, sensibilizada pela retomada do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e, na esfera regional, pela elaboração do I Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA). O Ceará passava por um processo de transição política, dava-se início a “Era do Galeguinho dos Olhos Azuis”.

A emergência de Tasso Ribeiro Jereissati ao poder no campo político data da conjuntura política do pós-1986 e tem como questão central a derrota do grupo político denominado por “coronéis”. Assim, é eleito um jovem político de 38 anos, administrador pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), empresário, representante do Centro Industrial do Ceará (CIC), filho do senador Carlos Je-

2 Sobre Tasso Jereissati e as políticas desenvolvidas por ele, ver: ARRUDA, José Maria e PARENTE, Josénio (Org.). **A era Jereissati**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do Estado no Ceará**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1999.

reissati e genro de Edson de Queiroz. Seu slogan de campanha anunciava “O Governo das Mudanças”.

Tasso Jereissati inicia o processo de reestruturação do capitalismo, a princípio, com interesse de erradicar a fome no estado do Ceará, fazendo uso de um novo modelo de gestão orientado pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Saúde (OMS), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Food and Agriculture Organization (FAO).

Conforme Monte (2008), o Governo das Mudanças era estruturado em três pilares: a promoção do turismo em massa, a interiorização da indústria e a instalação da infraestrutura do agronegócio. Se, por um lado, era realizada uma significativa reestruturação socioeconômica e territorial, pelo outro, esse modelo de gestão foi responsável por alargar as desigualdades socioespaciais do estado do Ceará, fato que ampliou a concentração de terra, renda e capital.

Para a realização do processo de reestruturação do capitalismo, Tasso Jereissati recorreu a empréstimos de recursos com o Banco Mundial. Essa aproximação destaca o projeto estruturado em ditames neoliberais, circunscrito em enunciados como “novo”, “projeto moderno”, na territorialização do grande capital e expansão da agricultura nos moldes capitalistas.

O modelo do agronegócio que passa a ser incentivado e apoiado pelo Estado Brasileiro desde os anos de 1960 chega aos anos de 1990 com forte frete do capital estrangeiro interessado em inserir-se em meios que tivessem acesso técnico e científico, com estrutura de recursos hídricos, a fim de explorar a agricultura irrigada (ELIAS, 2002).

A Chapada do Apodi, localizada entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, é o que se denomina como fronteira agrícola, ou seja, usufrui de potencial de agricultura, através de solos férteis, estrutura hídrica e clima favorável. Em virtude da abundância da força de trabalho na região, torna-se “a menina dos olhos” dos investidores capitalistas.

Vale salientar que, com a instalação das empresas na região da Chapada, houve uma mudança drástica nas relações sociais e no mundo do trabalho. O agricultor familiar, que até então realizava seu fazer-se existir no mundo numa profunda relação de reciprocidade com a natureza, foi substituído pelos trabalhadores rurais, caracterizados pela ausência de vínculo com a terra, com a cultura ali plantada, relação adjetivada pelo binômio patrão-empregado.

A estrutura criada pelo Estado do Ceará, nomeada “caminhos das águas”, deve ser vista como um complexo que compreende estradas, reservatórios de água (Açude Castanhão), canais abertos (Canal da integração e Canal do trabalhador), porto para escoar produtos (Porto do Pecém), que atrai a instalação de empresas nacionais e multinacionais do agronegócio, em especial para o Projeto Público de Irrigação (ELIAS, 2002).

O Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi, localizado na região da Chapada do Apodi (Limoeiro do Norte e Quixeré - CE), teve como proposta inicial o loteamento de terras que seriam destinadas à agricultura camponesa para o desenvolvimento da agricultura familiar, priorizando culturas de subsistência. O projeto de reestruturação socioespacial se diluiu com a ausência de políticas públicas que possibilitassem ao homem do campo viver de sua produção. Logo, as grandes empresas passam a negociar arrendamentos e compras de lotes de terras, intensificando o processo de desterritorialização e alterando o modo de vida, as relações de produção e de trabalho (FREITAS, 2010).

A expansão da modernizadora agricultura teve no Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi uma possibilidade de fixação das empresas no campo, as quais, por meio da agricultura irrigada, passaram a explorar a fruticultura para exportação. Porém, percebemos as redes colaborativas pelas quais o Estado nas instâncias federal, estadual e municipal, a partir de políticas públicas

e programas governamentais, esboça a centralidade dentro de um projeto que prioriza as demandas de consumo globalizado e de acumulação capitalista.

Nos idos de 1990, as expansões das políticas neoliberais levaram ao crescente número de exportações de produtos agrícolas, sedimentando o modelo agroexportador. Em alinhamento com a lógica desenvolvimentista, no ano de 1995, inaugura-se a Política Nacional de Irrigação e Drenagem, o que resultou no ano seguinte, 1996, na quarta fase do projeto denominado Projeto Novo Modelo de Irrigação, o qual implica de forma direta no avanço do capital sobre o campo.

O projeto de expansão neoliberal teve sua porta de entrada no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, caracterizado sobretudo pela concentração fundiária por empresas e invasão de terras públicas. A implantação do projeto Jaguaribe-Apodi data de 1987, com a desapropriação de 10.284,26 hectares. Conforme os dados de Freitas (2010), havia 268 posseiros e/ou proprietários que detinham 15.106,68 hectares, divididos em 201 minifúndios, 52 pequenos, 14 médios e 1 grande proprietário. Vale salientar a concentração de terras de apenas 15 proprietários (14 médios e 1 grande), cerca de 43% da área total.

No processo de desapropriação das terras, o órgão instituído foi o Departamento nacional de Obras e Saneamento (DNOCS), que elencou critérios com base na Lei de Irrigação nº 6.662, datada de 25 de junho de 1979, cujas diretrizes orientava o pagamento de indenizações somente aos proprietários da terra que detivessem o registro da propriedade. Essa compreensão legal prejudicou desmedidamente os camponeses, já que a maioria não possuía documentos, pois a forma de ascensão à propriedade se dava pela hereditariedade das terras.

Dessa forma, podemos perceber que o valor pago aos proprietários que não possuíam documentação era bem inferior em relação àqueles com terras tidas como “regulares”. Logo, grande parcela dos camponeses sofreu com a desapropriação, restando apenas uma pequena que ficou em suas áreas inseridas no polígono do projeto.

ESTRANHAMENTO: O CAMPO NÃO É O MESMO, ZÉ TAMBÉM NÃO

Nesse mesmo período, nos fins dos anos de 1980, Zé Maria retornava de São Paulo para a comunidade do Tomé para casar com Dona Branquinha e trabalhar como agricultor na terra de seu pai. Contudo, na época, as famílias de camponeses que estavam situados na região da Chapada do Apodi passavam por diversas tensões com empresas nacionais e estrangeiras, sendo elas: Fruta Cor, Bananas do Nordeste S/A (Banesa) e Del Monte Fresh Produce.

Conforme os dados emitidos pelo DNOCS, o Agronegócio invadiu mais de 1.800 hectares. O Projeto Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi atrai a visibilidade do agronegócio para a fronteira agrícola, considerada a Chapada do Apodi.

A mudança constitui um novo cenário onde Zé Maria não é mais o mesmo, assim como a Chapada do Apodi também não é. Os modos de viver na Chapada passam por transformações drásticas, desde o processo de plantar à vida cotidiana.

Segundo relatos de Dona Branquinha, viúva de Zé Maria, os primeiros embates entre Zé Maria e os agricultores da comunidade do Tomé se deram pelo processo de expropriação das terras do Perímetro Irrigado. Todavia, um acontecimento é marcante no sentido de inserir Zé Maria no embate contra o Agronegócio: o adoecimento da filha primogênita.

Lembro que, na infância, quando começou a morrer animais domésticos e galinhas. E teve uma epidemia muito grande de alergia nas pessoas. Eu fui afetada e o médico prescrevia medicação e nada. Até que descobriram que um tratado havia deixado cair veneno na água da piscina que abastecia a comunidade.³

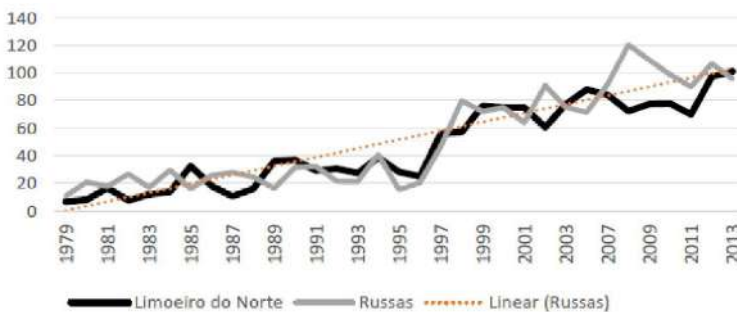
3 Entrevista com Márcia Xavier (filha de José Maria Filho), 29 anos, realizada em 24 de maio de 2020.

Não somente a família, mas toda a comunidade passava a conviver com as agruras da contaminação do agrotóxico na água, na terra, nos alimentos e mais à frente no ar. Além disso, os trabalhadores que manipulavam diversos agrotóxicos sem nenhuma instrução e precauções devidas foram acometidos por uma série de patologias. Inicialmente, verificou-se a recorrência de doenças de pele e alergias pelos habitantes do Tomé.

A partir de 2007, a professora e médica Raquel Rigotto (UFC) juntamente com o grupo TRAMAS (Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para Sustentabilidade — UFC) coordenaram estudos e análises sobre as causas de mortes no campo, em especial o alto número de pessoas com câncer.

Raquel Rigotto (2011), em seu estudo epidemiológico realizado na região da Chapada do Apodi, examinou 545 trabalhadores e destacou que, desses, 30,7% exibiu um quadro de contaminação aguda durante a pesquisa. Não obstante, podemos destacar a pesquisa do médico e pesquisador Saulo da Silva Diógenes.

Gráfico 6 - Taxas de mortalidade por neoplasias, ajustadas por idade, pela população brasileira de 2010, por 100.000 homens, Regiões de Saúde cearenses de Limoeiro do Norte e Russas, 1979-2013



Fonte: DIÓGENES (2017).

O gráfico denota o recorrente aumento de casos de câncer (neoplasia) e, em especial, denuncia a invisibilidade da morte de camponeses na região da Chapada do Apodi e do Perímetro Irrigado.

Cabe ressaltar que o processo de modernização do campo e o consumo intensivo de agrotóxicos têm como efeito na saúde dos trabalhadores o aparecimento de doenças crônicas, as quais podem acometer o sistema nervoso, tendo como efeitos sintomáticos alterações neuro-comportamentais, no sistema respiratório causa asma e fibroses pulmonares, além de hepatopatias tóxicas (FARIA; FASSA; FACCHINI, 2007; MEYER; SARCINELLI; ABREU-VILAÇA; MOREIRA, 2003).

Os camponeses saíram da condição de sujeito à sujeitados pelas teias do Agronegócio que usurpou sua identidade de ligação e pertencimento à terra, lógica de trabalho ligado ao tempo da natureza e às culturas de produção da terra, uma nova experiência com a saúde e as doenças (os modos de acesso à terra e à água, bases do modo de viver e produzir das populações camponesas).

A expansão do Agronegócio e o inconsequente uso de agrotóxicos modificaram a estrutura do cotidiano dos camponeses com o ambiente, a saúde e o trabalho. Assim, o enfrentamento da modernização do campo pelo Capitalismo liderada pela burguesia agrária foi vivenciado a duras perdas pelos camponeses, que sofrem, sangram e morrem.

EXPANSÃO DO CAPITAL E POLÍTICAS DE MORTE

O Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi que configurava enquanto política pública para subsidiar o camponês em um modelo de agricultura familiar, foi devastado com a união entre o Estado do Ceará e o grande empresariado no campo, que impeliaram uma nova de ser e de produzir sentido ao homem do campo.

A Modernidade que adentra o campo faz parte de projeto hegemônico do Capitalismo sob a configuração do neoliberalismo. Nesse ínterim, o filósofo Achille Mbembe é um importante referencial na reflexão sobre o pensamento racial no mundo ocidental e a emergência da modernidade em sua relação intrínseca com o

desenvolvimento do Estado Moderno e do capitalismo, sobretudo da chamada acumulação primitiva do capital, que, para o autor, não foi superada e ainda segue o curso (MBEMBE, 2018).

Sob tal ótica, Mbembe desenvolve o conceito de necropolítica, analisando como a contemporaneidade configura a vida ao poder da morte. A reflexão de Mbembe tem como ponto de partida os conceitos de biopoder de Michel de Foucault, bem como estado de exceção e estado de sítio de Giorgio Agamben, que o possibilitam compreender que o direito de matar emerge com a compreensão de que o outro é o inimigo (MBEMBE, 2018).

Para Mbembe, ao mesmo tempo que o Estado moderno surge com e para o mercado global (é a máquina de guerra do Estado moderno que permite a empresa colonial, isto é, a escravidão em massa, o sistema de plantação e a acumulação primitiva de capital), o liberalismo é a ideologia que justifica esta operação. E, assim, teriam sua continuidade no século XXI o neoliberalismo e os seus processos de globalização.

Os estudos de Mbembe colocam em relevo a divisão que categoriza os sujeitos entre os que *devem viver* e os que *devem morrer*, algo que não acontece de forma arbitrária, mas dentro de uma lógica na qual raça e classe são preponderantes no processo de desumanização dos sujeitos que *devem morrer*, tornando natural as políticas de morte exercidas pelo ocidente na modernidade, sob regime de democracia (MBEMBE, 2018).

A necropolítica é sustentada pelas desigualdades geradas pelo sistema capitalista e pelas políticas neoliberais que promovem a diminuição do papel do estado na economia e também patrocina o deixar morrer, de uma parcela da população excluída, ou seja, quem é considerado descartável e quem não. Essas estratégias fortalecem os capitais privados (nacional e internacional).

Nos campos brasileiros, a necropolítica exerce poder nos dispositivos políticos e judiciários, no sentido que agem na flexibilização das leis ambientais, na expropriação das terras de camponeses, na liberação de uso e comercialização de agrotóxicos, na negação de direitos.

A invisibilidade da morte de agricultores por câncer e os altos índices de intoxicação por agrotóxicos fazem parte de um processo de invisibilização no qual essas vidas estão categorizadas como as que *devem morrer*, os que têm a vida negada ou exposta à morte. A necropolítica, ou políticas de morte, também age de forma sutil, silenciosa e velada, impossibilitando a sobrevivência de camponeses, pois vistos como inimigos tornaram-se alvo do sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história que narro até aqui entrelaça a trajetória de vida do líder comunitário e ambientalista Zé Maria do Tomé, que lutava por uma região que vêm sofrendo, nas últimas três décadas, um intenso e desordenado processo de reorganização do espaço social produtivo, o qual foi apropriado pelo agronegócio de forma indiscriminada e arbitrária (SILVA, 2016).

A trajetória de Zé Maria defronta-se com o alicerçamento do agronegócio na região da Chapada do Apodi, que atravessa os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. O estranhamento sentido por Zé Maria do Tomé é a emergência de uma nova realidade que produz um rede de significados onde o agricultor passa a ser visto como trabalhador rural, a pluralidade de culturas dá lugar ao grande latifúndio, o tempo que era da natureza, coordenador pelo nascer e pôr do sol, passa a ser o tempo do relógio, da produção, do capital.

A partir dos anos de 1980, o Estado, com um sedutor discurso de modernização do campo, criou uma estrutura, com recursos públicos, que possibilitou a instalação de diversas empresas agrícolas

(criação do Perímetro Irrigado, construção de estradas e caminhos, reservatórios de água - o Castanhão, o Canal da Integração).

Os camponeses da Chapada do Apodi tiveram suas terras tomadas, a água contaminada e o acesso negado, seu modo de vida profundamente modificado, abandonado pelo Estado e pelas políticas públicas. Além do ar, que também passou a ter efeito adoeecedor com as pulverizações aéreas.

Zé Maria do Tomé foi morto com 44 anos, e até os dias atuais, seu assassinato não teve solução. As lutas lideradas por Zé Maria do Tomé versavam as políticas de morte vivenciadas pelos camponeses e deflagradas pelo Agronegócio. Ele é um dos invisíveis, um dos invisibilizados pelas políticas de morte.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Maria; PARENTE, Josênio (Org.). **A era Jereissati**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002.

DIÓGENES, Saulo da Silva. **(In)visibilização das causas de câncer na zona rural do município de Limoeiro do Norte-CE**: a vulnerabilização das comunidades rurais e os riscos dos usos dos agrotóxicos. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fortaleza, 2017.

ELIAS, Denise (Org.). **O Novo espaço da Agricultura globalizada: O Baixo Jaguaribe — CE**. Fortaleza: Funece, 2002.

FARIA, N. M. X.; FASSA, A. G.; FACCHINI, L. A. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para a realização de estudos epidemiológicos. **Cienc Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 25-38, 2007.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo, SP: n-1 edições. 2018.

MEYER, A.; SARCINELLI, P. N.; ABREU-VILAÇA, Y.; MOREIRA, J. C. Os agrotóxicos e sua ação como desreguladores endócrinos. *In*: PERES, F.; MOREIRA, J. C. **É veneno ou é remédio: agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 101-20, 2003.

MONTE, Francisca Silvania. Os paradigmas da modernização do Estado do Ceará. **Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 87-104, 2008.

RIGOTTO, R. M. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidades, resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC. Expressão Popular, 2011.

SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do Estado no Ceará**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1999.

SILVA, Francisco Antonio da. **Um vale do estado: a despossessão de comunidades rurais por projetos públicos de irrigação e infraestrutura hídrica no Ceará**. Projeto de Pesquisa submetido ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC. Fortaleza, 2016.

Bicho solto, bicho preso: debates e políticas sobre os animais de criação no Cariri cearense (1850-1870)

Hugo Eduardo Damasceno Cavalcante ¹

INTRODUÇÃO

Raymond Williams, em *Cultura e materialismo*, nos indaga: “quando dizemos ‘natureza’, temos a intenção de incluir a nós mesmos?” (WILLIAMS, 2011, p. 89). Por vezes, as formas de controle do ambiente, as “conquistas”, “dominações” e “explorações” dizem muito mais respeito aos humanos do que a qualquer outra coisa. O presente artigo parte de algumas reflexões sobre minha atual pesquisa de mestrado, em que investigo as diversas relações e sentidos entre sociedade e natureza, mais especificamente os animais de criação.

A própria noção de “animal de criação” faz referência aos animais enquanto propriedade. A morte de bois e o roubo de cavalos, por exemplo, eram entendidos no Brasil Império, e legalmente instituídos pelo Código Criminal de 1830, como crimes contra a propriedade. É diante dessas reflexões iniciais que problematizaremos como os animais “de criação” — em que destacaremos o boi — se inseriam numa rede de significados ampla e complexa. A região do Cariri, localizada no sul do Ceará, é o

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH/UFC). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. E-mail: hugoeduardocavalcante@gmail.com.

nosso recorte espacial para essas discussões, mas vai muito além disso. Vários discursos ajudaram a constituir a ideia de que o Cariri seria um “oásis do sertão”, responsável por dar apoio e servir de refúgio para os sertões vizinhos em momentos de seca. Proferidos pelos jornais, viajantes, políticos e tantas outras vozes, esses discursos, que estavam envolvidos nas ideologias senhoriais, carregavam sentidos que iam muito além de uma exaltação da natureza, mas que também tinham suas conotações políticas, econômicas, culturais e identitárias.

De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Junior, “não tomamos os discursos como documentos de uma verdade sobre a região, mas como monumentos de sua construção” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 35). A noção de *invenção* é um importante meio para problematizar em que medida alguns discursos se apropriaram de características da natureza como forma de representar o Cariri. Isso não quer dizer que essas características sejam presentes em todos os lugares da região, mas que serviram para legitimar um modelo de representação que se pretendia ser generalizante. Era a partir desses discursos que se criava um abismo entre o que era considerado “oásis” e o “sertão”.

Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 35).

Discutiremos mais adiante que, na segunda metade do século XIX, o meio natural foi utilizado por alguns desses discursos, como tentativa de privilegiar a agricultura em detrimento da criação de animais, e em especial a pecuária, por exemplo. E é nesse contexto que o presente artigo pretende refletir sobre as relações com os bois que circulavam na região. Como os discursos veiculados nos jornais tratavam dessa questão? Os animais deveriam ser criados presos ou soltos? Qual o pa-

pel das cercas, proteger os roçados ou impedir o avanço dos animais? Que códigos e leis foram utilizados para regular esses conflitos?

Segundo Williams, “nos processos pelos quais interagimos com o mundo físico, criamos não apenas uma natureza humana e uma ordem natural alterada; também criamos sociedades” (WILLIAMS, 2011, p. 113). A postulação do Cariri enquanto um “oásis” estava arraigado, assim, com uma concepção de natureza que correspondia a uma posição de privilégio, que servia como um destaque positivo para as regiões ao entorno mas que, impunha uma série de desafios, como os conflitos relacionados com a presença dos bois e a constante destruição das lavouras. Um dos veículos utilizados como propagador desses discursos foi o jornal *O Araripe*, como veremos a seguir.

O ARARIPE: ENTRE DISCURSOS E POLÍTICAS

Publicado entre os anos de 1855 e 1864, *O Araripe* foi o primeiro periódico do interior da província do Ceará (ALVES, 2010, p. 53), e tinha critérios de entendimento das conjunturas sociais bem estabelecidos. Além de trazer notícias, debates e críticas, ele também foi um importante instrumento de exposição e debate entre as classes senhoriais, além de servir como um importante instrumento de reivindicação desses senhores para a Câmara dos Vereadores e o governo provincial.

Segundo a historiadora Maria Daniele Alves, o jornal se propunha a apresentar “uma melhor compreensão e meios de adequação às ideologias liberais, garantir o progresso, a instrução política e educacional, bem como civilizar os habitantes da região” (ALVES, 2010, p. 53). Em sua dissertação de mestrado, ela analisou como o periódico elaborou “desejos de civilização”, inspirado pelas ideias e práticas liberais que se faziam presentes na província do Ceará.

Desde a sua fundação, para Denise de Menezes Dantas, “seus produtores tinham como objetivo transformar costumes e hábitos através das ideias divulgadas pela imprensa local”, que agradassem, sobretudo, às

classes senhoriais, “com o intuito de tornar a região semelhante aos pontos mais adiantados e civilizados do Império” (DANTAS, 2018, p. 41). Isso não quer dizer que essas noções estivessem atreladas aos interesses de todas as pessoas, mas se enquadravam ao que o liberalismo presente no Cariri entendia enquanto civilização. Por seu teor político-partidário, vários sujeitos ali se relacionavam principalmente políticos, comerciantes, proprietários rurais e donos de escravos (DANTAS, 2018, p. 58).

Desse modo, as páginas dos jornais eram preenchidas por diferentes temáticas, mas as críticas feitas contra a criação de gados podem ser percebidas ao longo de todo o jornal. Muitas das colunas publicadas nem eram assinadas, a fim de evitar a exposição direta de seus autores (que também utilizavam de pseudônimos). Na edição de 1 de setembro de 1855, o jornal destacava que, numa dessas colunas sem assinatura,

A retirada dos gados, que se apascentão nas faldas do Araripe é uma das necessidades mais culminantes desta comarca, que demanda dos poderes provinciaes uma medida prompta e energica; uma condição necessaria do adiantamento de nossa agricultura. Toda ves que uma industria menos importante pode aniquilar outra que é conciderada fonte da riqueza publica e que circums-tancias peculiares recommendão como mais proficua e adecuada, é força que aquella desapareça; e, si se dà a possibilidade de lograr duplo proveito, deslocando-a ou removendo a, seria uma inepecia deixar que uma desaparecesse em proveito da outra, que não pode indemnisar a sua perda. Neste caso está a criação e a agricultura no Cariri. È evidente que a criação de gados não pode existir de envolta com a roteação dos campos, e não é possivel manter-se a ambas a menos, que não se attente contra a segunda, e nao se pretenda proscrever os trabalhos agricolas, pois que não sendo possivel conter os gados em certos e determinados circulos toda vez que seos donos os não tenham em cercados proprios, tem elles de levar a destruição aos campos, e mais prestes que os gafanhotos da Arabia redusir a destroços as plantas mais lucrativas, os cereaes mais indispensaveis ao homem. Por conseguinte sendo os trabalhos agricolas aquelle dos dons, que mais nos importa, e o mais consentaneo com a natureza do paiz, as nossas municipalidades não devem hesitar em sacrificar-lhe a criação, se é sacrificio arrear

para os certões á pequena distancia gados que enlaguecem na humanidade de nossos brejos, que não procrião e que estão fora de seo elemento de vida, aquellas salubres e vigorosas pastagens das campinas, aquelle no secco e eminentemente robustecedor dos nossos certões [...] (O ARARIPE, 1 de setembro de 1855, f. 2-3).

O que estava em jogo nas entrelinhas era, no entanto, o domínio e exploração das terras agricultáveis. Na leitura do jornal, existe uma sensação de que as duas atividades econômicas são dicotômicas (agricultura x pecuária; bem x mal), mas isso talvez não representasse a realidade material. Existiam senhores que estavam envolvidos com as duas atividades, assim como trabalhadores livres, libertos ou escravizados que as exerciam de maneiras e proporções muito diferentes. *O Araripe* visava representar, então, uma parte da classe senhorial insatisfeita e que se prejudicava com as invasões dos gados. As representações dos bois como empecilhos para o desenvolvimento regional vinham justificadas por números, cálculos e nomes dos sítios que haviam sofrido esses prejuízos. Em coluna publicada em 19 de janeiro de 1856, intitulada “A praga dos gados”, se colocava que

As distroioções nas lavouras no proximo anno que findou foraõ espantosas; os gados deraõ um prejuiso aos agricultores da comarca em mais de cem contos de reis; calculen-se os viveris destruídos pelo preço medio de nosso mercado: essa offensiva destruição motivou a immigração de grande parte de nossa população, e a subida de preço dos generos no mercado. Para puder-se apreciar essa perda, de innumerous males basta saber-se que nos poucos sitios ao pè da serra, denominados Jacob, Bebida-nova, Pascoa, Almecigas, Guaribas, Romualdo, Corraes, e Fabrica o gado consumiu 261 covas de mandioca, facto provado com documentos que existem em nosso poder. Se nesses poucos sitios dençe essa crescida destruição, naõ é possível faser-se juiso certo do capital perdido por taes destruições em todos os mais sitios da comarca, a atender-se as perdas das canas, milho e feijaõ & contra factos naõ vigoraõ argumentos Srs. criadores, e vos-desafiamos para demonstrares em como os gados que vagueaõ nos sítios agricolas, tem igual valor aos damnos por elles causadas (O ARARIPE, 19 de janeiro de 1856, f. 2).

Os discursos não paravam por aí, visto que os leitores também se organizavam politicamente em prol de pressionar o governo provincial a atender os interesses dos senhores que viam na agricultura sua principal fonte de renda. Ao longo do século XIX, uma série de discursos circularam no intuito de destacar que o modelo experimentado até então de pecuária precisaria ser superado, a partir do realce para “termos como espírito de rotina, semi-selvagem e bravia, letargia dos criadores, imprevidência, processos rudes, atraso, etc.” (MENDES, 2017, p. 23). Na região do Cariri, as ideias que circulavam no jornal *O Araripe* tentavam representar a atividade pastoril a partir desses elementos. Os gados, na coluna anterior, eram uma “praga” e, por isso, deveriam ser afastados para impedir os prejuízos causados nas plantações. Em publicação de 22 de dezembro de 1855, o comunicado da organização de um abaixo assinado foi feito no intuito de conclamar a participação de todos os “srs interessados na retirada dos gados na comarca”:

Existe um escritorio da redação do Araripe uma petição ao governo da provincia pidindo para mandar retirar os gados do Cariry, 2 legoas para lá dos ultimos sitios de plantar em toda comarca.

Aos srs. interessados se convida que o venhão assignar até o dia 24 de dezembro corrente

O red. (O ARARIPE, 22 de dezembro de 1855, f. 4).

Por outro lado, as discussões não paravam apenas nas páginas dos jornais. Vários conflitos aconteciam materialmente, no dia a dia, relacionando pessoas e animais. Um dos elementos que faziam convergir as relações entre sociedade e natureza era, desse modo, a presença das cercas — não apenas como limite para o início ou fim da propriedade, mas também como conflito. As relações entre a agricultura e a criação de animais estava perpassada, assim, pela exigência e manutenção das cercas.

CONFLITOS NAS OU POR CONTA DAS CERCAS?

No mês de maio de 1872, nos arredores do sítio Pão-Secco, um crime envolvendo um boi aconteceu. O processo criminal foi elaborado a partir do crime de dano (art. 266 do Código Criminal), que tentava proteger os “ataques a propriedade”. O boi em questão era considerado para a lei uma propriedade, não apenas um animal (um boi, ou natureza...). A zona de conflito, a cerca, motivou o problema que acarretou na morte do animal, apesar dos embates entre os envolvidos no processo terem se dado um pouco antes e em outros espaços. No testemunho de Lourenço Alves Pereira Camará, senhor de quarenta e sete anos, agricultor e morador do sítio Pão-Secco, havia uma declaração de que, poucos dias antes do crime, Francisco Cardoso Moreno falou sobre o boi morto que “por estar estragando os legumes das roças pretendia matá-lo”². O narrado na folha de queixa foi que

Tendo casualmente entrado em um dos dias do mês de maio próximo findos um boi manco do queixoso nos roçados do querelado, cuja cerca nenhuma segurança oferece, minutos depois fora encontrado próximo aos mesmos roçados com uma grande facada, de que morreu no mesmo dia, verificando-se pelos vestígios deixados que esse fato tivera lugar dentro daqueles roçados.³

Mas, aparentemente, esse não teria sido o único crime cometido por Francisco Cardoso Moreno. Antonio Pedro do Amarante, disse no seu depoimento que Francisco Cardoso já havia matado uma porca dele, em outra ocasião. Segundo ele, “sabe não ter o roçado do réu cerca alguma, e que tem por costume maltratar os animais alheios”⁴. O relato sobre a ausência ou a deficiência das cercas nos roçados do réu é constante com várias outras testemunhas. Isso parecia justificar

2 Processo criminal — Dano. Centro de Documentação do Cariri. BR.CDOCC, FHP, C1; DN. Caixa 01, pasta 11, 1873, f. 10.

3 *Idem*, f. 2.

4 *Idem*, f. 11v.

o fato de o boi ter invadido as suas terras, mas não o da tentativa de proteger sua pequena lavoura. As constantes referências ao estado da cerca parecem procurar uma justificativa para a invasão dos animais, mas não da reação de Francisco Cardoso Moreno.

O animal em questão pertencia ao capitão José Geraldo de Carvalho, e nesse ponto, o processo nos traz vários outros sujeitos que não falam diretamente nos relatos das testemunhas. Um desses casos ocorre no testemunho de Bernardo de Salles Coitinho, agricultor de 35 anos e morador do sítio Cobras. Na sua visão do ocorrido, ele teria saído de sua casa para tirar uns cipós e, no meio do caminho, encontrou com um escravo do capitão. Em seu relato, o cativo não tem nome, não tem idade e não tem voz. Mas a narrativa construída no processo lhe dá uma importância significativa para a centralidade de acusação do crime: ele estaria “tangendo um boi”, “dizendo que dito boi estava com uma facada”, o que fez com que Bernardo se dispusesse a verificar os ferimentos do animal, assim como seguir “contra rastros até ao pé das roças do réu, onde viu o lugar em que o escravo encontrara o boi deitado”. Os rastros do animal não foram as únicas pistas do crime, de acordo com seu testemunho, mas também a presença de “um varão seu [de] cinco cabelos pegados”. Além disso, ele teria ouvido falar que o ferimento no boi não teria sido causado por Francisco Cardoso Moreno “e nem gente sua”, mas sim “os meninos do réu havia acertado fora das roças”⁵.

Outros crimes também ocorreram em locais próximos a essas cercas, como no caso da morte de um cavalo no ano de 1871. Em seu testemunho, Pedro José de Oliveira coloca que acordou cedo para retirar umas sanguessugas que ficavam na levada de um brejo, no sítio Lagoa Encantada, lugar em que dividia com várias outras famílias. O agricultor, como se classificou no relato de testemunho do processo, acabou encontrando algo que o fez repensar

5 *Idem*, f. 13.

o motivo que lhe levou a sair de casa naquele dia. Logo ali, ao lado da levada, no pé da cerca que delimitava a divisão do lugar em que morava com o sítio Cabras, Pedro José se deparou com um cavalo morto. A morte parecia ter um culpado humano: o animal estava “amarrado pelo pescoço e pela venta”⁶. Um conhecido seu, o Raimundo, disse para ele que havia presenciado o momento da morte. Segundo ele, o autor teria sido José Munis, morador do sítio Cabras. Dificilmente uma pessoa assumia que havia visto ou presenciado o crime — o testemunho sempre era mediado por alguém que não se fazia presente no processo. No relato de Raimundo José de Oliveira isso se repetiu: segundo ele, quem havia lhe contado foi “um trabalhador de dona Vicencia, cujo nome ignora, e que estava presente”⁷.

O cavalo não apareceu ali do nada, nem foi morto sem motivo. Acredito que a cerca cumpre um papel extremamente simbólico, sendo uma zona de conflito. O animal pertencia a Ismael Samuel da Cunha, que havia contratado Manoel Antonio do Espírito Santo, também morador do sítio Lagoa Encantada, para adestrar o bicho. Na queixa, o processo constata que o cavalo não havia morrido ali pela manhã, quando foi encontrado por Pedro José, mas sim na noite do dia anterior. Segundo o processo, logo na folha de queixa, “tendo o referido cavallo sahido do seu cercado, e entrado pela primeira vez no do acusado, foi por este amarrado pela venta e pescoço, e pendurado em uma estaca, resultando poucos momentos depois a sua morte”⁸. Apesar de o crime ter sido cometido nessa zona de conflito, os motivos que levaram José Munis a matar o cavalo não ficam evidentes de acordo com as narrativas do processo criminal. Mesmo assim, ele acabou sendo culpado e condenado pelo crime de dano.

6 Processo criminal — Dano. Centro de Documentação do Cariri. BR.CDOCC, FHP, C1;DN. Caixa 01, pasta 02, 1871, f. 6v.

7 *Idem*, f. 9v.

8 *Idem*, f. 2f.

Esse tipo de delito era discriminado no terceiro capítulo do Código Criminal de 1830, no qual era classificado como um “crime contra a propriedade”. Baseado em dois artigos, nos quais enquadravam um sujeito enquanto criminoso no caso de “destruir, ou danificar uma coisa alheia de qualquer valor” (art. 266) e “se a destruição, ou danificação for de coisas, que servirem a distinguir, e separar os limites dos prédios” (art. 267), as leis estabeleciam para os culpados o pagamento de multa e/ou prisão de até quatro anos, caso houvesse circunstâncias agravantes.

O crime cometido por José Munis envolveu aspectos relevantes que não significavam unicamente a morte de um animal; estavam ali inseridos conflitos relacionados à propriedade e a disposição das cercas. Por outro lado, os conflitos também se evidenciavam a partir de diversas políticas e leis, como veremos a seguir.

POSTURAS E COMO (TENTAR) CONTROLAR SOCIALMENTE OS ANIMAIS.

“Sem dúvida o boi suscita toda uma série de interesses e providências administrativas alinhadas, de início, pelas posturas municipais” (CAMPOS, 1998, p. 95). São artigos que tratam sobre a regulação das caçadas, atribuição de divisões das terras do Cariri entre a agricultura e a criação de animais, a criação livre dos animais e a necessidade de pastores, a circulação dos cavalos, a dos cachorros, o horário de trabalho permitido para o gado nos matadouros, a necessidade de cercas para evitar os conflitos por conta dos bichos, a permissão para matar animais “invasores”, a proibição da criação de animais na serra do Araripe, dentre outras coisas.

Nesses artigos, cabras, porcos, gatos, gazelas, vacas, cavalos aparecem e tentam ser controlados. Os Códigos de Posturas eram baseados, assim, nos costumes da época (VIEIRA, 2015, p. 26). Isso não quer dizer que todas as pessoas obedeciam, mas que haviam mecanismos

de controle que ditavam o que deveria ser seguido ou não. As Posturas eram um conjunto de leis que visavam controlar determinadas práticas e costumes para cada cidade ou povoação. No Cariri, alguns artigos destinados para cada cidade (Crato, Barbalha, Jardim e Missão Velha) se repetiam, mas não era uma regra, e nem a sua maioria. Para quem descumprisse ou contraviesse esses códigos eram estabelecidas multas que seriam arrecadas para as Câmaras Municipais ou destinadas para os prejudicados de quem insistisse em desobedecer às normas, mas também podia resultar numa estadia na prisão.

Nos códigos de posturas estabelecidos para a cidade do Crato, no ano de 1854, um ano antes das publicações do *Araripe*, já se tentava delimitar onde a presença do gado poderia ser permitida. No artigo 50, do código, se coloca que “fica proibida a criação de gados soltos sem pastor, ou seja vacum e cavalariço, ou de qualquer espécie miúda em toda esta freguesia do Crato”, mas com “exceção do Riacho dos Carás, e parte do Cariú nele adjacente, sem compreensão todavia das suas cabeceiras, que nascem do Araripe, e que forem de terras regadias, onde igualmente se não poderá criar”. Que contraviesse a lei seria multado “em 2\$000 réis”. As leis também tinham validade para as povoações das zonas limítrofes das cidades, como “fica também proibida a mesma criação na povoação de Sant’Anna”, “assim como nas fraldas do Araripe, até onde costumam andar as águas da rega”⁹. Também “é extensiva a serra de S. Pedro a proibição”, “devendo os criadores de gados, que moram nas circunvizinhanças, fazer cercas em todas as partes por onde possam subir seus gados para destruírem as plantações”¹⁰.

Por outro lado, existiam também alguns códigos que protegiam os pastos dos criadores, talvez para não deixar o terreno para a criação tão difícil, como é o caso do artigo 66 das Posturas do Crato, que

9 LEAL, Almir; BARBOSA, Ivone Cordeiro (Org.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará — compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. — ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009, Tomo II, f. 444.

10 *Idem*, f. 445.

colocava que “qualquer pessoa que neste município deitar fogo nos pastos alheios sem ordem do proprietário, vaqueiro, ou administrador dos tais pastos, pagará a multa de 20\$000 réis” ou “sofrerá vinte dias de prisão”¹¹. A multa é dez vezes maior do que para as contravenções anteriores, o que nos faz pensar as diferenças de classe entre as pessoas da região. Vários trabalhadores eram moradores dos sítios desses senhores, e talvez pudessem ser responsabilizados ou prejudicados por algumas medidas. No Código da vila de Jardim, publicado também em 1854, ditava que “ninguém poderá plantar na povoação de Porteiras e seus arredores sem fazer cerca, principiando do chão com sete palmos de altura”. A multa estabelecida era de 2\$000, além “do prejuízo que causar o animal que entrar”¹².

Em alguns inventários do mesmo ano da promulgação do Código de Posturas do Crato, em 1854, alguns animais são avaliados em valores bem superiores aos das multas. No inventário de Ana Maria Guedes, esposa falecida de Pedro Soares Celestino, e moradora na mesma cidade, alguns animais valiam bastante, por exemplo. A família tinham muitas posses, como itens em ouro e prata, terras, bens e móveis, além de vários bichos. Entre eles, “um cavalo castanho de cela” foi avaliado em 100\$000 reis, enquanto “quatro cavalos capados” foram avaliados pelo mesmo valor desse primeiro, com cada um valendo 25\$000. “Uma vaca parida” valia 16\$000, enquanto “dois bois mansos” totalizavam 40\$000. Cada uma das “oito cabras paridas” valiam 1\$000, enquanto um “novilhote”, ou bezerro, foi avaliado pelo mesmo valor¹³. Em outro inventário, como o de Francisco Pereira dos Santos, também havia sido declarados vários bens, itens em ouro e prata, terras, escravizados e dois animais: um “cavalo russo velho” avaliado em 16\$000 e uma “égua nova” equivalente a mesma quantia¹⁴.

11 *Idem*, f. 446.

12 *Idem*, f. 483-484.

13 Inventário. Centro de Documentação do Cariri. BR. CDPH. URCA. Caixa 14, pasta 201, 1854, f. 9-11.

14 Inventário. Centro de Documentação do Cariri. BR. CDPH. URCA. Caixa 14, pasta 214, 1854, f. 8.

Se tentarmos comparar a quantia estabelecida pelas multas e pelos animais nesse período, podemos encarar uma série de problemas para as pessoas que, dificilmente, tinham em sua posse muitos animais. Alguns camponeses tinham uma única vaca, além de um pequeno roçado, no qual deveriam trabalhar e destinar uma parte da produção para o senhor da terra. Para os grandes proprietários, as multas pesavam bem menos em comparação com os trabalhadores pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre os debates e as políticas que tratam dos animais de criação levantados nesse trabalho, não se encerram apenas entre as páginas dos jornais e as letras da lei. Há vários outros aspectos que trazem à tona questões culturais, de poder e de trabalho, por exemplo, que também evidenciam diferentes sentidos atribuídos aos animais. Esse trabalho foi um esforço de diálogo entre alguns pontos, mas é apenas o início de um trajeto.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALVES, Maria Daniele. **Desejos de civilização**: representações liberais no jornal O Araripe 1855-1864. 2010. 148f. Dissertação (mestrado em História) — Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- CAMPOS, Eduardo. **A invenção do discurso ambiental**. Fortaleza: Casa de José de Alencar - Programa Editorial, 1998.
- DANTAS, Denise de Menezes. **Política, natureza e imprensa**: a narrativa dos liberais cratenses no jornal O Araripe (1855-1864). 2018. 167 f. Dissertação (mestrado em História) — Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2018.

MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. **Pecuária semi-selvagem**: ciência, natureza e tempo no Ceará do século XIX. 2017. 216 f. Dissertação (mestrado em História) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

VIEIRA, David Durval Jesus. **A cidade e os “bichos”**: poder público, sociedade e animais em Belém (1892-1917). 2015. 130 f. Dissertação (mestrado em História) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

Ciência e Imagem nas descrições botânicas de Francisco Freire Alemão

*José Felipe Oliveira da Silva*¹

O presente estudo analisa a produção iconográfica do botânico e médico Francisco Freire Alemão (1797-1874); expressivo nome da ciência nacional conhecido por sua atuação na Comissão Científica de Exploração (1859-1861). Entre as atividades que lhe consumia tempo: o desenho de plantas que observava e colhia nas matas estava entre as principais. Darcy Damasceno (1986) destacou que desde o início de seus estudos havia uma dedicação na produção de esboços com desenhos de espécies arbóreas e florais a partir de 1834, chegando a estudar desenho. Suas principais obras com desenho de plantas são: Estudos botânicos (1834-1866) representam em 19 volumes o resultado de toda uma vida de observação, esboços e descrição de diversas espécies de plantas; assim como Flora Cearense (1859-1861) reúne suas notas e desenhos de plantas em sua expedição ao Ceará numa obra de 09 volumes.

No que concerne ao trabalho científico de Freire Alemão existe uma produção considerável². Esses trabalhos têm como centralidade a

1 Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Cf.: Moraes, Rita de Cássia de Jesus. Nos verdes campos da ciência: a trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão (1797-1874) Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) — Casa de Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, 2005; Silva, Marcelly Pedra Rezende da. Cartas para que te quero: Francisco Freire Allemão e a comunidade cientí-

reconstrução histórica da sua trajetória (formação, instituições, obras, redes de contato e referenciais) possibilitando compreender a cultura científica da qual sua obra é produto e desvio. Todavia, nossa centralidade será entendê-lo como botânico ilustrador de plantas e paisagens; em que circunstâncias históricas deu-se a experiência dessa produção.

Todavia, não tomamos a iconografia de Freire Alemão como uma grande leva de trabalhos historiográficos que abordaram o material pictórico de artistas e naturalistas viajantes: como ponto de partida para reconstrução da ambiência histórica na qual as representações estão imersas. A exemplo dessa perspectiva, Eduardo França Paiva em texto introdutório sobre a iconografia como fonte para a História do Brasil destaca que “é necessário ir além da dimensão mais visível ou mais explícita dela. [...] a imagem é uma espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades [...] por isso ela não se esgota em si” (PAIVA, 2006, p. 19). Dialogamos com esta postura até certo ponto, pois não fazem parte do escopo deste texto indagar os desenhos de Freire Alemão apenas como indícios de um contexto social “exterior” e determinante, mas buscamos problematizar a iconografia do botânico em sua materialidade e existência social e histórica.

Os desenhos de Freire Alemão são dispositivos instituidores de visualidades sobre a natureza, nos termos propostos pela *História Visual*, que segundo Ulpiano Bezerra de Menezes tem como premissa o deslocamento nos historiadores “das fontes visuais (iconografia e iconologia) para um tratamento mais abrangente da visualidade como uma dimensão importante da vida social e dos processos sociais” (MENESES, 2003, p. 01). Uma análise mais abrangente que não limita a experiência histórica do ver, do

fica dos oitocentos. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) — Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2014; CAVALCANTE, Francisca Hisllya Bandeira. “O Brasil é o Ceará”: as notas de viagem de Freire Alemão e Capanema e suas impressões sobre o Ceará (1859-1861). Dissertação de mestrado. Centro de Humanidades/Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012.

representar, do imaginar à iconografia, mas tendo um substrato histórico sedimentado em diversas camadas de sentido, suportes, dispositivos e práticas que podem envolver as dimensões do escrito e da oralidade em diálogo/tensão com os vestígios visuais.

Nesse sentido, é fundamental pensar os desenhos num regime de sistematização/ordenamento do olhar no discurso científico que estruturou as imagens ilustrativas em textos dedicados à descrição botânica de plantas e paisagens. Na esteira historiografia das Ciências³ que tem dedicado estudo a desenhos, aquarelas e ilustrações produzidas por naturalistas, reconhecemos o desenho botânico como um procedimento científico de registro rigoroso de detalhes morfológicos de plantas e da “fisionomia das paisagens”. Lorelai Kury ressalta que “o naturalista evidencia aí a importância que as imagens têm em seu trabalho científico” (KURY, 2001, p. 867). Nessa perspectiva, busca-se a análise da linguagem, dos códigos, regras e práticas próprias do fazer científico no Brasil oitocentista com o qual Alemão operou na construção de sua iconografia botânica e naturalista.

A TAXONOMIA BOTÂNICA E A NOMEAÇÃO DO VISÍVEL

Em carta ao naturalista bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), Francisco Freire Alemão justifica as dificuldades em re-meter-lhe amostras de madeiras, frutas e sementes das matas do Brasil, dá-nos uma sumária ideia das circunstâncias que envolvia o fazer científico de um botânico oitocentista que descrevia e ilustrava plantas.

3 Nos referimos a trabalhos como: Alves, Cláudio José. *Natureza e cultura nas ilustrações da Comissão Científica de Exploração (1851-1861)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2012; JULIANELE, R. L. João Barbosa Rodrigues: O caráter de visualidade da ilustração botânica no Brasil. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Letras e Artes. Escola de Belas Artes, 1997; KURY, L. Francisco Freire Alemão, Botânico e Viajante. In: L. Kury (Org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda, 2009.

Vossa Senhoria conhece melhor do que ninguém, quanto essas coisas são difíceis por cá: eu não tenho quem me ajude; vou eu mesmo aos matos, colho as plantas; descrevo-as e desenho-as logo que chego à casa, e isto em grande fadiga; seco-as; e enfim inspeciono a impressão, gravando eu mesmo os próprios desenhos; qualquer coleção que eu queira fazer, hei de a fazer por minhas próprias mãos; ajunte Vossa Senhoria a isto os inconvenientes do clima, e os embaraços de minhas ocupações, e verá se me é possível fazer muita coisa (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1961, p. 118).

Este procedimento de ilustrar plantas foi impulsionado pelo advento da linguagem dos táxons do botânico sueco Carl Lineu em obras como *Systema Naturae* (1735) e *Species Plantarum* (1753). Estas embasaram o estudo florístico de regiões ainda inexploradas ao propor a classificação das plantas baseado principalmente no estudo das flores. Lineu desenvolveu um sistema coeso e operante ao privilegiar os caracteres reprodutivos, utilizando uma nomenclatura binominal (gênero e espécie). Instituiu uma linguagem universal organizando as plantas atendendo aos critérios morfológicos. O Sistema da natureza de Lineu impôs um parâmetro visual de identificação e classificação das espécies (PRATT, 1999, p. 56).

Nesse sentido, o desenho de plantas possuía lugar estratégico no trabalho de um botânico na busca por descrever os detalhes das flores, frutos e sementes. No Brasil, a primeira obra de grande fôlego nesse sentido foi a monumental *Flora Fluminense* (1783-1790) de Frei Mariano da Conceição Veloso (1741-1811). Esta foi referência para a geração de Freire Alemão demonstrado em sua diligência no fomento de uma tradição de ilustração e desenho botânico no país. Como membro fundador da Sociedade Velosiana de Ciências Naturais (1850) seu objetivo em instaurar um periódico para publicar desenhos de plantas.

Ando aqui com desejos de reunir os poucos que se ocupam de sciencias naturaes para formar um núcleo ou começo de uma sociedade a qual tenho tenção de dar o título de Sociedade Vellosiana, em obsequio ao auctor da Flora Fluminensis. O mais difficil da empresa é a publicação de um periódico scientifico que me parece um elemento indispensável a estabilidade dessa sociedade. Como deve ser acompanhado de estampas será muito dispendioso (FUNDAÇÃO..., s/d, s/p).

As estampas tinham papel fundamental no processo de circulação de conhecimentos. Através das correspondências entre Freire Alemão e outros estudiosos das ciências naturais podemos pôr em evidência os procedimentos e práticas em torno da ilustração científica. Os desenhos assumiam o papel de “substitutos” ou mesmo de exemplares de plantas numa rede de mobilização de espécies e informações entre cientistas em diferentes espaços e contextos. Como acontecia recorrentemente entre Alemão e von Martius.

De todas elas o desenho é feito por mim a vista da planta fresca, assim como a descrição; e enfim as três estampas últimas, as do pau-pereira, do maririçó, e a da Azeredia de Arruda, foram litografadas por mim, porque para gravar um desenho me levam 25 mil-réis. É pois necessário que todo este meu trabalho seja muito imperfeito, tanto na parte artística, como na descritiva; tudo deve ser considerado um ensaio, ou aprendizado (ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1961, p. 119).

O fato de desenhar-se frente às plantas tem rebatimento no procedimento da autópsia como ferramenta de evidencia científica em botânica. O lugar do sentido da visão na construção do conhecimento científico, segundo Foucault, tem proeminência, pois a história natural não é nada mais que a nomeação do visível. Entretanto, não se trata de simples cópia, mas de estabelecer estruturas de visibilidade — no caso da estrutura botânica — “Limitando e filtrando o visível, a estrutura lhe permite transcrever-se na lingua-

gem. Por ela, a visibilidade do animal ou da planta passa por inteiro para o discurso que a recolhe” (FOUCAULT, 1999, p. 184).

Ao usar uma linguagem universal para classificação de espécies em todo planeta, que foi adotada por naturalistas em várias partes no mundo, Freire Alemão tinha em vista a possibilidade de dar a ver a flora brasileira a lugares longínquos. Não é por acaso que sempre que se tratava da divulgação de uma espécie por ele inserida no sistema, tinha a diligência de usar o latim — idioma universal da botânica nos séculos XVIII e XIX — e depois, em grande parte dos casos, a tradução em português. Em 1848, ele divulga uma nova espécie de leguminosa (*Zollernia mocitaíba*), que popularmente era chamada de Maria-preta, jacarandá-moçutuaíba ou apenas moçutuaíba. Freire Alemão a descreve a partir de sua morfologia reprodutiva e, em latim.

Flores racemosi, vix odorati. Pedunculus angulosus pilis subtilibus, raris, ferrugineis inspersus; ad divisuras bracteolis munitus: pedicelli breves bracteolis duabus subevanides instructi. Calyx, in alabastro acuminatus, integer, clausus, puberulus; sub anthesi irregulariter ruptus, cito decidens. Corollae aestivatio papilionacea, pelata quinque inaequalia, posticum maius, subrotunda, albo-rosea, post anthesin patentia, fugacia. Stamina decem, circa ovarium conniventia, petalis breviora, aliquantum ascendentia, quinque alterna parum longiora; filamenta brevissima, subulata, glabra: anthaerae basifixae, erectae, basi emarginatae, apice acuminatae, biloculares, loculis oppositis, rima dehiscentibus. Pistillum erectum, falcatum, stamina parum superans: Ovario basi attenuato, apice in stylum brevem curvum, continuato, extus fusco-pubescenti, multiovulato: ovulis anatropis, transversis: stigma punctiforme (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1961, p. 588).⁴

4 Ver: ALEMÃO, Freire. Leguminosa: *Zollernia mocitaíba* (Esp. nova) “Ramos com flores de perfume fraco. A pequena haste com angulosos o cabelo com seda, raro, e foram polvilhados com marrom avermelhado; parcelar, fortificado com brácteas, pedicelos curtos; revestida com duas bractéolas. Cálice, encaixado e acuminado, com poucos intactos, no bloco, puberulus; irregularmente durante a floração entrou em erupção, desaparecendo rapidamente. Corolla aestivatio papilionacea com cinco pétalas desiguais volta, branco-rosa após a floração patente, são fugazes. Dez tópicos, fechando o ovário, mais curto do que as pétalas, tanto ascendente, cinco alternadas ligeiramente mais longas; Filamentos curtos, subulata lisa, antera emergindo da base erguida aponta para o bilocular da ponta, bolsas lacuna oposição é semeada. Pistilo vertical, azevinho, que gira um pouco excesso de Ovário: base de atenuar na base, no estilo do curto curvado exteriormente continuar castanho-púberes, multiovulata: óvulos anatropis transversal; estigma punctiforme” (tradução livre).

A descrição de Freire Alemão enfatiza a morfologia da flor da leguminosa (corola, pistilo, estames, ovários); ele assinala formato, tamanho, número. Outro ponto a ser assinalada é que uma tentativa de fazer corresponder o texto com a ilustração da espécie [figura 1]. Por esse motivo, na ilustração, os órgãos da planta estão numerados de acordo com a numeração que aparece no texto. Os parâmetros de sua descrição são visuais, atendendo a taxonomia proposta pela história natural.

O naturalista brasileiro, ao invés de adotar um critério pragmático, partiu da própria estrutura morfológica (reprodutiva) da planta para classificá-la. O que tem rebatimento na compreensão do que seria uma descrição mais exata, afeita a objetividade naturalista. As plantas deveriam ser descritas em função de sua constituição botânica, descartando toda uma rede semântica de inserção da espécie no mundo social e da cultura, como ainda destaca Mary Louise Pratt.

Era um sistema descritivo designado para classificar todas as plantas da terra, conhecidas e desconhecidas, de acordo com as características de suas partes reprodutivas. Vinte e quatro (e, mais tarde, vinte e seis) configurações básicas de estames, pistilos etc. foram identificadas e distribuídas de acordo com as letras do alfabeto. Quatro parâmetros visuais adicionais completavam a taxonomia: número, forma, posição e tamanho relativo. [...] Tendo sua origem nos esforços classificatórios anteriores de Roy, Tournefort e outros, a abordagem de Lineu tinha uma simplicidade e elegância ausente em seus antecessores (PRATT, 1999, p. 56).

Nessa perspectiva, temos como escopo de estudo a partir dos desenhos botânicos e de paisagem em Freire Alemão a construção de uma visualidade para o mundo natural instituída pela botânica. Assim como o entendimento das práticas e regras na produção de imagens que ora como produtos de determinada forma de operar com o sentido da visão, ora como agentes em sua materialidade como *coisas* na dinâmica histórica da experiência visual.

Figura 3 - Leguminosa zollernia mocitaíba (Esp. nova) de Freire Alemão



DESCREVENDO A “FISIONOMIA DAS PAISAGENS

Em seção do IHGB, de 1857, são aprovadas as instruções para os trabalhos da Comissão Científica de Exploração. O Dr. Francisco Freire Alemão responsável pelos estudos e pesquisas em botânica inscreve a construção de uma “geografia botânica” como uma das contribuições de sua seção para o conhecimento do país. Para esse delineamento não bastava esquadriñar individualmente cada espécie, mas tornar evidente o que no conjunto da vegetação poderia expressar o “aspecto ou fisionomia” de determinado recorte espacial.

Observará o aspecto geral do País quanto a sua vegetação primitiva ou secundária, com relação à natureza do terreno e seus acidentes, e às condições meteorológicas ordinárias. Em cada localidade notará as espécies que naturalmente aí vegetam, com o fim de concorrer para o delineamento da geografia botânica do Brasil (TRABALHOS DA COMISSÃO [1862] *In*: BRAGA, 1962, p. 173-174).

Para o botânico dar conta da “aparência” da vegetação, assim como suas marcas na constituição do território fazia parte do rigor de seu ofício. Cada paisagem seria descrita em termos de sua particu-

laridade típica, esta, por sua vez, consistia no encontro dos caracteres botânicos com as marcas da ação humana (cultura ou costume). A espessura temporal dessa conexão deixava seu registro no “aspecto do país” o que em termos técnicos poderia ser expresso pela existência de uma vegetação “primária” e “secundária”, isto é, os diferentes tempos do mundo natural engendrados pelas derrubadas, culturas ou aclimação de espécies — fatores de remodelação da paisagem que não poderiam escapar da descrição do interior do Brasil.

Pela leitura das orientações para os trabalhos botânicos⁵ redigidas por Freire Alemão ficam evidente alguns elementos teóricos da ciência fluente no período nos quais a dimensão visual aparece como suporte para registra-se com exatidão e sistematicidade as paisagens. De modo que ao lado de suas notas de viagem ele produziu significativo número de desenhos de plantas (em sua maioria a lápis) e animais, planos de edificações e igrejas.

O botânico ainda assevera a coleta “das árvores, além dos ramos, flores e frutos para estudo e formação de ervários, colherá amostras da madeira, resina, óleo etc.: de tudo em quantidade suficiente para ser distribuído pelos museus nacionais, e mesmo estrangeiros” (FREIRE ALEMÃO, *op. cit.*, p. 173). A formação de coleções botânicas instituiria a forma dessa visibilidade baseada nos critérios da taxonomia botânica. Cada planta desenhada ou coletada deveria inserir-se no *sistema natural* de Lineu. Este método pretendia classificar todas as plantas do planeta pelos caracteres reprodutivos em gênero e espécie. As ilustrações de Freire Alemão focavam a morfologia de plantas (havia predileção para as flores), sua estrutura básica que determinaria sua inserção no sistema.

5 Margaret Lopes (1996) ressaltou que por si só as instruções das seções mereceriam estudo à parte, na medida em que nos permitem visualizar aspectos das compreensões que os diretores do Museu Nacional e das principais instituições científicas da Corte tinham sobre suas ciências, bem como alguns de seus interesses de estudo. LOPES, Maria Margaret. “Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará” História, Ciências, Saúde — Manguinhos, III (1): 50-64 Mar.-jun. 1996, p. 54.

Este fato tem rebatimento no teor cumulativo da ciência moderna em interface com o advento dos museus. As coleções ordenariam a profusão de objetos e informações (BARBUY, 2008, p. 252) coletados nos mais diferentes recortes espaços-temporais. Nesse sentido, o aspecto da comunicação e circulação do conhecimento científico nos museus, segundo Sarah Benchetrit, na busca “por oferecer uma estética que propicie um tipo de deleite sensorial” (BENCHETRIL, 2010, p. 15) tenha elementos de ressonância na diligência de artistas e naturalistas no que tange as várias representações visuais por meio de desenhos, pinturas, ilustrações, aquarelas, exposições e até mesmo textos escritos.

Bruno Latour, afirma que essa mobilização de plantas, objetos, fósseis, pinturas de animais e de plantas, entre outros, para comporem coleções de artigos de várias partes do planeta num só lugar (museu de história natural, jardim, herbário, coleção particular) indica a busca da ciência moderna pela “capacidade de dominar visualmente todas as plantas da terra” (LATOURE, 2011, p. 366). Também tinha uma implicação de método: os botânicos não mais dependeriam de zarpar em expedições aventureiras pelos sete oceanos para conhecer a flora do planeta, apenas organizava o material adquirido por viajantes em exposições, surgindo assim uma classe particular de naturalista — o de gabinete. Em outras palavras, a ciência oitocentista própria das coleções e gabinetes tinha como objetivo “dar a ver” a flora planetária a partir de um único lugar, instituindo um olhar “totalizado” sobre a variedade e as diferentes espécies do globo.

Dessa forma, é justo pensar como a dimensão visual estruturou a descrição da flora em Freire Alemão, tendo em vista que foi elaborado um número significativo de ilustrações de plantas de próprio punho. Em sua obra o escrito e o visual (pictórico ou não) constituíam os fios da tessitura de seus estudos⁶. Entretanto, cabe ressaltar-se que o “*visual*”

6 Uma série de ilustrações botânicas de Freire Alemão foi publicada nos Trabalhos da Sociedade Velosiana entre os anos 1850-1855, no periódico Guanabara. Eram desenhos da morfologia de plantas (flores, sementes, folhas e frutos) ao lado de textos que seguia a mesma estrutura das partes da planta. Estas publicações nos ajudarão a acompanhar e analisar alguns estudos e

em seu fazer científico não se resumira à produção iconográfica, mas enquadrava-se num campo instituído pela história natural que elegeu a visão como o sentido que dava suporte a evidência e a descrição.

Georges Didi-Huberman em *De semelhança a semelhança*⁷, ao postular uma crítica à casuística entre palavra e imagem, entre a coisa que se vê e a que se escreve (ou se diz), aponta alguns caminhos metodológicos de análise para pensar o escrito em sua dimensão imagética, “até fazer da imagem isoladora e fascinante, o lugar e a questão próprios engajados no ato de escrever” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 26). O que aponta pensarmos a escrita naturalista em constante relação ao campo de representação imagética do mundo natural no XIX. Um não pode ser pensado sem o outro, imagem e escrito convergem para a construção de uma mesma realidade: o que é a natureza e suas potencialidades para a sociedade.

Quando de sua estada no Ceará como membro da Comissão Científica, remete a 29 de novembro de 1859, do Icó, carta a sua irmã Policena Freire descrevendo a paisagem da ribeira do Jaguaribe onde as florestas de carnaúbas monopolizavam grandes extensões no vale daquele rio.

Representem na idéia uma faixa de areia com 20, 30, e mais braças de largura, serpeando do Aracati até quase às extremas da Província, tendo nos dois terços inferiores de um lado e doutro vargens planas como um terreiro de uma a duas léguas de largura, e cobertas quase sómente de florestas de carnaúbas, e que no tempo das águas ficam

desenhos de espécies descobertas e classificadas pelo próprio Freire antes da sua participação na comissão científica (1859-1861).

7 Nesse texto, Huberman analisa a obra de crítica literária de Maurice Blanchot que vai dos anos 1930 até os anos 1970. Segundo o autor o crítico procurou na imagem e na semelhança a condição essencial para compreender a sua condição de escritor e leitor, assim como, de forma geral, a literatura. Na referência aqui destacada a obra analisada é Espaço Literário (1953) onde Blanchot questiona a possibilidade de uma “linguagem imaginária”, isto é, uma separação entre imagem e linguagem: “Será que a própria linguagem não se torna inteiramente, na literatura, imagem, não uma linguagem que conteria imagens ou que colocaria a realidade em figuras, mas que seria sua própria imagem, imagem de linguagem — e não uma linguagem figurada —, ou ainda linguagem imaginária, linguagem que ninguém fala, ou seja, que se fala a partir de sua própria ausência, assim como a imagem aparece sobre a ausência da coisa?” *apud* HUBERMAN, Georges Didi. **De semelhança a semelhança**. Alea, v. 13, n. 01, 2011, p. 26-27.

submergidas; isto é, quase cem léguas quadradas! O que deve ser imponente. A transição dêste vale que chamam ribeiras do Jaguaribe, cuja vegetação de carnaúbas é sempre verde, assim como a das matas frescas dos tabuleiros, que limitam o vale do rio, para o sertão propriamente dito, é insensível; mas quando nos achamos em pleno sertão, não pudemos deixar de ser singularmente impressionados tanto pelo aspecto particular do país [...] um país todo montuoso tendo às vezes lombadas de muitas milhas de extensão, deixando entre si estreitos vales, ou grotões [...]. Êsses montes, tabuleiros e vales são cobertos são cobertos de catingas ou carrascos, isto é duma vegetação especial, e de árvores sôltas [...] Tudo está sem folha, e como se por ali houvesse passado o fogo [...] Quando um homem se acha no alto dum dêsses oiteiros torrados, e que lança a vista ao longe observa no meio dessa aridez correrem cintas largas duma verdura admirável (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1961, p. 156).⁸

A paisagem de Freire Alemão era uma composição entre elementos naturais (vegetação, relevo, clima) e humanos (poços e cacimbas, criatório de gado, estradas, vilas e povoados). Para isso lança mão de códigos e referências muito próprias da pintura de paisagem, gênero de pintura ensinada na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), da qual era sócio honorário. Esta vertente era marcada pela busca dos artistas em registrar a natureza nacional em sua exuberância e exotismo.⁹ Pablo Diener constata que, a partir da segunda metade da centúria, “esse gênero se confundiu com uma pintura centrada em motivos históricos, mas atendendo a um registro minucioso da paisagem” (DIE-

8 Ver: Carta de Freire Alemão a sua irmã Policena Freire. Icó, 20 de novembro de 1859.

9 “Mais recentemente, outro aspecto importante da atuação da Academia tem sido estudado: o papel central que ela desempenhou no projeto político do Império de construção da nação e da sua identidade cultural, liderado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nesta perspectiva, coube à Academia a produção de pinturas e esculturas, principalmente de temática histórica e indianista, além dos retratos. Esta função justificou os grandes investimentos nos prêmios de viagens e nas encomendas oficiais aos principais artistas da época, como Vitor Meireles e Pedro Américo”. PEREIRA, Sônia Regina. **Revisão historiográfica da arte brasileira do século XIX**. Revista IEB, n. 54, p. 95. Vale ainda ressaltar, segundo a autora que a construção da iconografia nacional não se resumia ao âmbito oficial, mas numa rede envolvendo tanto instituições públicas como estabelecimentos particulares como no caso da firma Fleissus Irmãos & Linde que em 1861 ofereceu importante curso de xilogravura. Na exposição Nacional do mesmo ano um de seus sócios, Carl Lind produziu duas litografias sobre a carnaúba — uma sobre retratando a árvore e outra o estande expositivo dos produtos da carnaúba.

NER, 2013, p. 06). Nesses termos, o critério de enquadramento a este gênero de pintura dava-se pela (DIENER, 2013, p. 06). Nessa perspectiva, a descrição de Alemão assume conotações pictóricas: uma pintura de paisagem codificada em letras epistolares, conforme o gênero do relato de viagem. De modo que ele apreendeu e deu a ver, mediante o escrito, o caráter singular da paisagem do Ceará fazendo uso de princípios que eram comuns à arte a ciência.

Em suas andanças pelo Ceará Freire Alemão não perdia oportunidade em fazer esboços (desenhos) e anotações sobre paisagens, plantas e cidades. Na sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional está arquivado um número significativo de planos de vilas e cidades desenhadas e ilustrações botânicas¹⁰. Mesmo não sendo um artista de formação, demonstrou domínio de princípios e técnicas do período. Era um traço histórico do saber daquele momento o trânsito de habilidades e parâmetros diversos entre os diferentes campos. Lígia Prado destaca que “no século XIX, o saber e o conhecimento individuais eram concebidos de forma aberta e sem fronteiras tão estritamente marcadas, como aconteceu no século seguinte” (PRADO, 2008, p. 101).

Freire Alemão estabeleceu relações profícuas com artistas da Academia Imperial de Belas Artes, do qual era membro honorário¹¹, particularmente com Manuel Araújo Porto-Alegre¹² e José dos Reis Carvalho, este foi seu companheiro na expedição ao Ceará, parceria esta registrada no seu Diário de Viagem (1859-1861) e que nos dá uma ideia que o diálogo

10 Além dos desenhos de ilustração botânica pode-se constatar um forte interesse de Alemão em desenhos urbanos — casas, igrejas, elementos variados da cultura material. A prática dos desenhos nesse letrado extrapolava os propósitos científicos, havia um verdadeiro cultivo da estética artística. Podemos afirmar a partir de desenhos como *Desenho do Túmulo de Virgílio* (1843), *Desenho da casa do poeta Torquato Tasso* (1843), ambos feitos na viagem a Nápoles, na comitiva que trouxe a imperatriz Thereza Cristina ao Brasil. Cf.: Anais da Biblioteca Nacional, *op. cit.*, p. 103.

11 Cf.: Documentos Biográficos — **Título de membro honorário da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro expedido em favor de Francisco Freire Alemão**. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1855. In: Anais da Biblioteca Nacional, *op. cit.*, p. 44.

12 Cf.: Catálogo da **correspondência** ativa de Freire Alemão, onde há a indicação de algumas cartas a Manuel Araújo Porto Alegre onde o botânico dá notícias de seu estado de saúde o que indica alguma proximidade entre eles. Anais da Biblioteca Nacional, *op. cit.*, p. 62.

entre arte e ciência apresentava-se na produção dos trabalhos em ambas as disciplinas. É verificável grande correspondência entre a iconografia do pintor da Comissão Científica, Reis Carvalho, e o diário de viagem de Alemão; assim como uma recorrência de mesmos temas e planos nos desenhos do botânico e nas aquarelas do artista¹³. O historiador Claudio Alves, em tese sobre as ilustrações da expedição imperial, destaca que no contexto do contato entre Freira Alemão e os artistas da AIBA, “sem dúvida o olhar do naturalista foi aperfeiçoado pela meticulosidade do olhar do artista” (ALVES, 2012, p. 272). De modo que as correspondências entre os desenhos do botânico e a produção do pintor e outros artistas e naturalistas de seu tempo são indícios de um campo histórico de visualidade com a qual Alemão operava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo que pode ser ressaltado que este estudo teve como baliza a compreensão da experiência histórica da visualidade não apenas como um repositório de realidades externas; mas em sua dinâmica específica na medida em que entende o visual numa dimensão abrangente do Social.

Este é um campo fecundo de investigações, na medida em que a produção iconográfica e escrita de Freire Alemão seja contraposta a outros registros, seja de artistas ou de outros naturalistas, possibilitando dessa forma elementos para reconstrução da dimensão da visualidade na experiência histórica no século XIX.

13 Pelo cotejamento entre o diário de Alemão e as aquarelas de Reis Carvalho a vegetação em alguns momentos assume papel central no relato dos seus usos, em outros momentos ela aparece compondo cenários como ambiente de fundo onde se desenrola a narrativa. O que nos aponta para uma estrutura tipicamente narrativa em Reis a partir dos critérios do relato de viagem, isto é, ocorre uma narrativização da natureza. A centralidade dos elementos naturais na construção dos relatos de expedições é produto da relação entre viagem e história natural instituída no século XVII. No século anterior os relatos de viagem faziam das descrições sobre a natureza um apêndice da obra ou como mera digressão formal da narrativa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Claudio José. **Natureza e Cultura nas ilustrações da Comissão Científica de Exploração (1859-1861)**. Tese (doutorado em História), São Paulo: UNICAMP, 2012.
- BARBUY, Heloísa. **Dos gabinetes de curiosidades aos museus do século XIX. Contexto de florescimento dos museus modernos do ocidente**. In: ALMEIDA, M.; VERGARA, Moema (Org.). *Ciência, História e Historiografia*. SP: Via Lettera, 2008.
- BENCHETRIL, Sarah; BEZERRA, Rafael; MONTENEGRO, Aline (org.) **Museus e Comunicação: exposição como objeto de estudo**. RJ: MHN, 2010.
- BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **De semelhança a semelhança**. Alea, v. 13, n. 01, 2011.
- DIENER, Pablo. **Reflexões sobre a pintura de paisagem no Brasil no século XIX**. Perspective, n. 2, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Francisco Freire Alemão. **Discurso pronunciado na Sociedade Vellosiana. [Rio de Janeiro, s.d.]** Classificação Geral: Manuscritos. I-28, 9, 80 (Os grifos em negrito foram acrescentados).
- KURY, Lorelai (Org.). **Comissão Científica do Império (1859-1861)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda, 2009.
- KURY, Lorelai. **Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem**. História, Ciência e Saúde-Manguinhos, Vol. VIII, 2001.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESPE, 2011.
- LOPES, Maria Margaret. **“Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará”** História, Ciências, Saúde — Manguinhos, III (1): 50-64 Mar.-Jun. 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo v. 23, nº 45, p. 11-36 — 2003.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagem**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PEREIRA, Sônia Regina. Revisão historiográfica da arte brasileira do século XIX. **Revista IEB**, 2008.

PRADO, M. Lígia. **Pintura Histórica e Ciência**: o tema da febre amarela na disputa de imagens nacionais. *In*: ALMEIDA, M.; VERGARA, Moema (Org.). *Ciência, História e Historiografia*. SP: Via Lettera, 2008.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.

Natureza e Modernidade de Belém pela íris dum belga

Tunai Rehm¹

1.

Georges Wambach nasceu na Antuérpia em 1901 e aportou em solo paraense no ano de 1939. Sua passagem esteve relacionada ao convite feito pelo então prefeito da capital do estado, Abelardo Condurú, que, após um jantar no ateliê do artista na famosa avenida Atlântica, Rio de Janeiro, lançou a proposta para realizar pinturas tendo como motivos os cenários da cidade de Belém. Em sua curta passagem pela já conhecida cidade das mangueiras, deixou ao menos nove trabalhos produzidos em aquarelas, adquiridos pelo poder municipal e se encontram até os dias de hoje no Museu de Artes de Belém.

Dos pais herdou o tino artístico e em sua trajetória deu vazão a sensibilidade que o permitiu se tornar uma referência no campo da pintura, no Brasil. Emile Xavier Wambach (1854-1924), seu pai, foi um reconhecido violinista, organista, compositor e também regente de orquestra. Sua mãe, Marie Wambach de Duve (1865-1957), foi uma artista plástica, aquarelista famosa no meio artístico em finais do século XIX. Boêmio com uma vida regada a luxos e grandes gastos. Ganhou notoriedade no circuito artístico europeu produzindo quadros com nus femininos e paisagens europeias (FIGUEIREDO, 2014, p. 279).

1 Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia — Campus Castanhal.

A escolha de Wambach partir rumo aos trópicos em parte tinha motivações no contexto europeu, o fascismo estava “paralisando a vida artística europeia” (FIGUEIREDO, 2014, p. 279), por outro lado, é importante atentar as razões de atração que o fizeram seguir a direção do Brasil. Na década de 1930 houve um processo de decadência dos valores atribuídos as produções artísticas na Europa. Os regimes autoritários na Europa mostravam ser contrários as ideias propaladas nas vanguardas da época. Segundo o historiador alexandrino, Eric Hobsbawm, haviam duas dificuldades que criavam um grande obstáculo naquele momento. Em primeiro lugar, naquele momento, os ideários vanguardistas no campo artístico, não necessariamente seguiam as compreensões políticas da época, nem esquerda tampouco de direita. O futurismo na Itália representou uma exceção, tendo em vista o seu apoio ao fascismo de Benito Mussolini. É importante considerar ainda que os modernistas e sua arte possuíam apelo junto a uma minoria, enquanto os regimes autoritários tinham caráter populista (HOBSBAWM, 2013, p. 272-273).

Mas afinal, por que o Brasil? O que o país ofereceria ao ilustre pintor? Qual a imagem reproduzida do país na Europa nos anos de 1930? Provavelmente, é mais interessante questionar qual seria afinal o cenário que imaginava encontrar. Havia naquele momento uma quantidade de informações e uma capacidade de circulação de ideias muito maior que anos ou séculos anteriores. A tecnologia permitia a atenuação das distâncias e uma menor ignorância a lugares alhures do continente europeu. Um exemplo desse processo é o papel desempenhado pela estrutura diplomática dos países que necessitavam ter conhecimento acerca do outro, suas potencialidades naturais, geográficas e ainda as possibilidades nos âmbitos econômicos, administrativos e políticos. É possível deduzir que provavelmente, para um artista europeu, a conexão com terras que atravessavam atlântico estariam atreladas a relatos de autoridades políticas, literatos ou, principalmente as representações criadas por pintores viajantes que

passaram pelos trópicos. A Bélgica já possuía relação com o Brasil construída há tempos. Seja por meio da visita de reis, artistas ou políticos estabeleceram uma história de contato entre as duas nações.

A imagem do país foi construída desde o período colonial com a perspectiva dos trópicos como um paraíso terreal, o chamado Novo Mundo. Fora do campo político e diplomático, mas sem perder de vista, artistas de renome passaram pelos trópicos e deixaram para a posteridade registros que, provavelmente, contribuíram para Wambach formular a sua ideia sobre o país e aguçar sua curiosidade. Eckhout, Post, Debret, Rugendas Taunay dentre outros. Além disso, o pintor possuía relações com Edith Blin, então casada com um brasileiro, e provavelmente, transferiu a ele as mais lisonjeiras perspectivas do país fazendo seguir ao sul do continente americano.

Se havia crise no cenário da arte internacional, Wambach conseguiu em solo brasileiro transportar para suas letas, serenidade e paz, obtendo grande repercussão no circuito midiático e êxito em sua empreitada nos trópicos.

O presente artigo preocupasse em evidenciar característica peculiar da cidade de Belém, a sua natureza, mais especificamente, a flora exuberante nas telas do artista. Ainda que o pintor flamengo somente tenha conhecido Belém em fins da década de 1930, é possível encontrar em suas pinturas referências da capital em seu período de fins do século XIX. Importante ressaltar, neste momento, a cidade passou por grandes transformações urbanas, ensejadas pelas autoridades políticas e muito influenciadas pelos chamados padrões de modernidade. Outras grandes capitais brasileiras da época também passaram por processo similar tal como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife ou Amazonas. Em terras amazônicas, havia uma necessidade em associar tais reformas aos aspectos da região, isto é, amalgamando os aspectos naturais e a modernização do espaço citadino.

2.

Ao longo de sua trajetória enquanto artista plástico, Georges Wambach pintou telas com caráter religioso, nus femininos, mas ganhou notoriedade mesmo produzindo telas em que a paisagem seria o tema principal. Exemplo disso, foi a publicação do periódico carioca *Revista da Semana*, no ano de 1938, anunciando que o “esplendido pintor belga que passou alguns meses entre nós e fixou em magníficas aquarelas inúmeros aspectos da nossa natureza”, iria apresentar em Bruxelas, na *Galerie de la Toison d’Or*. por meio de uma grande exposição as produções referentes as paisagens brasileiras.

Já o Brasil sua primeira grande exposição irá ocorrer no Rio de Janeiro, em 1942. O Museu Nacional de Belas Artes foi seu palco. Aos diferentes críticos que acompanharam a exposição, agradou mais as obras de caráter paisagístico. A organização seguiu a divisão de “vinte e oito telas a óleo, dez aquarelas e oito desenhos a bico de pena”. Em crítica, o jornal *A Manhã* enfatiza que “os desenhos e aquarelas parecem constituir a parte mais pessoal de sua obra, aquela em que se percebe o seu acento mais autêntico. [...] a nossa paisagem encontra nos óleos do sr. Georges Wambach, um intérprete fiel” (*A MANHÃ*, 1943, p. 5). Os quadros que representam espaços onde a natureza é o elemento principal ganham notório destaque, vira referência em sua exposição e classificação positiva entre os críticos.

O ponto de partida norteador deste artigo é a tela *Avenida Independência*, de 1939. Nela, alguns aspectos da modernidade paraense chamam atenção, tais como a larga avenida — o chamado *boulevard* — o bonde que percorre os trilhos no centro da imagem ou ao lado esquerdo o Museu de ciências naturais, atualmente recebe o nome Emílio Goeldi. Ainda assim, para os fins deste trabalho, interessa a representação construída acerca do aspecto natural em suas obras. A Exuberância das mangueiras nas grandes avenidas, ainda hoje encontradas nas ruas do centro da capital, já se faziam

notar levando o pintor a destacar o arco verde que ornamenta os logradouros, o contraste de cores no chão sugerindo as frestas de folhas e galhos, desenhando a sombra que atenuaria ameniza o intenso calor tão peculiar da região amazônica. Ao centro, um sujeito, personagem que conduzirá o leitor em meio a viagem no tempo e na construção da Belém moderna que, ainda que representada no ano de 1939, faz referência outro momento histórico². Chamo a atenção para esse personagem, um solitário que caminha pelos trilhos da modernidade do bonde. Alguém como um solitário, um *flâneur* que caminha e perluastra os lugares da cidade, observa os logradouros, os prédios, os espaços que vão ganhando forma e se apresentando cada vez mais similares a Belém de fins do século XIX.

O conceito de Walter Benjamin de *flâneur* favorece tal reflexão em busca de um passado da lembrança, um fausto de tempos do auge da economia da borracha. Reconstrói por meio de uma narrativa fluida e descritiva a cidade de Belém (CASTRO, 2010). Seguindo esta perspectiva, Fábio de Castro escreve em *Cidade Sebastiana*, acerca da construção de uma saudade da população paraense acerca de um passado idealizado. Em sua obra, questiona o que faria com que sujeitos, homens e mulheres, sentissem nostalgia cerca do período da chamada *Belle Époque*, uma saudade de um passado não vivido.

A capital paraense se transformou com uma ampla reforma e mudou o cenário do centro urbano, ainda que muitas vezes o dito progresso e as melhorias não alcançassem os bairros periféricos em que morava a maior parte dos trabalhadores. Bulevares ganharam espaço, permitiram dar vazão aos padrões sanitários alargando as ruas e as diferenciando das antigas ruelas estreitas e tortuosas do plano mais antigo da cidade. A modernidade fazia-se presente com a introdução dos bondes elétricos substituindo os de tração animal,

2 Esta proposta faz referência ao encontro de período diferentes por meio da obra e remete ao conceito de Anacronia. Tal discussão pode ser encontrada em artigo. Cf. TUNAI REHM. Um outro flâneur: Anacronia e Modernidade em Belém pelos pincéis de Georges Wambach. Faces da História, 2018, p. 148-167.

fora a valorização do aspecto verdejante em espaços públicos. Praças e logradouros foram ornamentados com a intensificação do plantio de mangueiras na área central e, por isso, recebeu o epíteto “Cidade das Mangueiras”. Ao analisar o discurso de viajantes, autoridades políticas, vozes da literatura local e o quadro pintado por Wambach, a cidade vai sendo descortinada e a natureza se mostrando elemento essencial para compreender a história de uma sociedade no seio da Amazônia.

3.

O ideário da modernidade de fins do século XIX surge em meio as transformações urbanas ocorridas na Paris, tendo à frente o barão Georges Haussman. Sua fama ecoou de maneira retumbante ultrapassando o oceano e chegando ao outro lado do atlântico. Antonio Lemos, intendente de Belém de 1896 a 1911, em seu primeiro relatório publicado no ano de 1902, citava o exemplo do político francês para reforçar a ideia de que “não raro os poderes públicos têm necessidade de empregar meios de extrema energia, no interesse do embelezamento urbano”. Para isso, o “proceder de Haussmann, em Paris, a cujos esforços a grande capital francesa deve a transformação de inúmeros bairros” (BELÉM, 1902a, p. 183) serve de padrão a fim enaltecer o plano de transformação urbana que traçou para o meio citadino belemense.

É importante compreender que o processo de mudança social nem sempre foi benéfico aos populares. No momento em que o embelezamento atinge os centros das cidades, a pobreza, cólera, motins e miséria tornam-se experiências que “alimentam s medos sociais e justificam os golpes de picaretas” (RONCAYOLO, 1999). As grandes capitais europeias como Londres ou Paris provocam em seu próprio povo um duplo sentimento acerca da modernidade que se apresenta, admiração e temor diante de algo novo (BRESCIANI, 2004, p. 8).

Em princípios do século XX, a capital da república brasileira, o Rio de Janeiro, vivenciou um momento conhecido como “a regeneração”.

Uma época de grandes reformas urbanas, o que fazia criar por meio dos discursos políticos “a sensação de que o país estava em harmonia com o progresso e a civilização mundiais” (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 26).

Em Belém, grupos que desenvolveram seu potencial econômico e político a partir da valorização no mercado da extração do látex e, conseqüentemente da borracha, foram impulsionadores do capital que gerou as transformações no ambiente citadino. Seringalistas, comerciantes se destacaram nesse processo. Com as mudanças sendo oportunizadas por uma elite econômica, era necessário que fossem criados espaços a fim de melhor confortá-la. Esse processo engendra uma política de reformulação dos mecanismos de distinção social (SARGES, 2010, p. 173).

Na capital paraense, a intendência promove em dezessete de março do ano 1898 a lei municipal n.º187. Esta designa uma comissão a fim de traçar os padrões higiênicos e estéticos da cidade a fim de oferecer a orientação necessária para guiar o trabalho das reformas. Pelo documento, serviços de alargamento, nivelamento e alinhamento das ruas, praças e travessas; o padrão para futuras edificações, fossem elas públicas ou privadas; além do estudo de drenagem de solo e dessecação de pântanos deveriam padronizados respeitando os as melhores práticas internacionais (BELÉM, 1902a, p. 95).

Desse modo, era necessário desconstruir a imagem de Belém enquanto uma sociedade feia, promíscua, insalubre. A civilidade, salubridade e urbanização representavam os novos parâmetros para a capital amazônica. Ao seguir tais preceitos, acabou por ser atribuído a cidade os epítetos de Francesinha do Norte, ou ainda, a Paris N'América (SARGES, 2002, p. 173). Um dos símbolos desta capital faustosa, civilizada, moderna era o famoso Theatro da Paz, inaugurado em fevereiro de 1878. Não à toa, motivo de inspiração para Georges Wambach demonstrar seu talento em tela.

O pintor flamengo detalha o teatro em seu tamanho e representatividade. É interessante perceber que ainda que objeto de sua preocupação e estudo fosse a edificação, o artista não deixou de captar a nature-

za tão presente em seus arredores e símbolo do cotidiano do paraense. As famosas chuvas vespertinas também se fizeram representar. Tão comuns nos fins de tarde, ornamentam o céu de Wambach e afirmam a natureza como elemento essencial nos títulos do autor.

Além do céu nublado Belém aparece em uma espécie de miscelânea onde mesclam-se prédios, largas avenidas, bondes com a opulenta e imperativa natureza invariavelmente presente. De acordo com o historiador Françoise Choay, os chamados espaços verdes ganham destaque no meio urbano a partir de meados do século XIX. Essa criação fora impulsionada a partir do processo da revolução industrial que como consequência teve o crescimento exponencial da população citadina, muitos oriundos do meio rural em busca que de empregos na cidade (CHOAY, 1999, p. 104).

O Intendente Antonio Lemos argumentava que “muito têm a lucrar a saúde pública, por meio do estabelecimento, em larga escala, de grandes núcleos de vegetação, no próprio coração da cidade” (BELÉM, 1902, p. 179). Com isso, vão sendo desenvolvidas obras e reformas no bosque municipal, nas praças e áreas verdejantes revelando a associação entre a estética natural e a higienização como medida de uma época em que o cientificismo é pilar fundamental. Os espaços verdejantes contribuem, dessa forma, para ampliar as relações entre sujeitos, isto é, homens e mulheres, e o meio natural. Para compreendê-los, é necessário estabelecer um inventário amplo, bem elaborado e completo das relações entre sociedade e natureza permitindo a leitura da sociedade e sua integração entre os seres humanos e o ambiente em que estão inseridos (MARTINS, 2007).

Mas afinal, como pensar essa natureza representada nos quadros de Wambach e presente na paisagem da capital?

O historiador José Augusto Pádua explica que os sujeitos históricos possuem uma historicidade e estão imbuídos de compreensões próprias, portanto, reagindo de maneiras particulares em relação ao meio ambiente com o qual interagem (PÁDUA, 2010, p. 81 — 101).

Ao transportar tal perspectiva para o cenário de Belém, na transição do final do século XIX e início do séc. XX”, a política da intendência tomava os logradouros públicos, tal como a Praça da República, Batista Campos dentre outras, ou ainda, os grandes arcos verdes marcados pelas folhagens das mangueiras no centro da cidade como uma política de seu governo, valorizando a estética natural como maneira de demonstrar a boa relação com o meio natural e suas benesses. Maria de Nazaré Sarges relata que o processo de arborização da cidade representava uma busca pela vida saudável, esta diretamente ligada à natureza. Para as autoridades, o plantio do vegetal representaria uma melhora na qualidade de vida a medida em que purificaria o ar por meio da fotossíntese, além disso, contava-se com a beleza de uma cidade adornada pelos corredores verdes, além preocupação em amenizar o clima quente dos trópicos (SARGES, 2010, p. 182).

Um dos elementos que mais ganharam destaque durante a vigência do governo do velho intendente foi a representação da Mangífera Indica, também conhecida como Mangueira. Luiz Otavio Airoza, em dissertação, atenta que o ideal de salubridade associado ao vegetal estabelecia que as árvores teriam como função contribuir com a oxigenação do ar, o embelezamento da cidade e sombras que protegeriam a população dos fortes raios solares além de atenuar o calor peculiar da cidade (AIROZA, 2008, p. 123). O mandatário municipal tinha como discurso que as medidas estariam “de acordo com os direitos da população flagelada pela agrura do clima” (BELÉM, 1902a, p. 178). Os parques e jardins também seriam incluídos nesse processo, afinal, o ajardinamento e a arborização seriam benéficas para a “conveniência pública e a economia municipal”. O aprimoramento estético visava construir um ambiente mais agradável com potencial de atrair turistas, investidores ou diferentes formas que gerassem lucro e circulação de capital para a cidade.

O bosque municipal representava importante área do município. Os médicos sanitários Victor Godinho e Adolpho Lindenberg, em meio a uma viagem ao norte do Brasil, passaram pela capital pa-

raense e destacaram que nele ainda havia um “bom pedaço dessa mata virgem”, tradicional da região amazônica. Caracterizam-no com “banco toscos, feitos de velhos troncos, oferecem repouso ao transeunte, e por toda a parte a natureza pujante e esplendorosa agradece com o balsamo de suas folhas e flores a ação acariciadora do homem que a beneficia” (GODINHO; LINDENBERG, 1906, p. 128).

Antonio Lemos provavelmente foi o gestor responsável pela intensificação a política do plantio das mangueiras em território paraense. Surgiu inicialmente na Ásia, tese reforçada pela existência em países como Índia, Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka. O fruto e folha estavam associados à fortuna, abundância e fertilidade. Eram utilizados em cerimônias religiosas do hinduísmo, budismo e islamismo. Em Belém, particularmente no ano de 1779, brotaram as primeiras sementes da *Mangífera Indica*. Nas propriedades particulares de João Manoel Rodrigues e do arquiteto Antonio José Landi germinaram as primeiras sementes da capital paraense (AIROZA, 2008).

Antes da mangueira tornar-se referência estética e potencial de Belém, houve um processo de adaptação e aprovação entre outros vegetais. O velho intendente indica que “vários têm sido os ensaios de arvores apropriadas á arborização urbana. Ora a amendoeira, ora a samaumeira, ora a mutambeira, mereceram as preferencias da administração”. Porém, das citadas, todas “oferecem desvantagens, que não as tornam praticamente utilizáveis” (BELÉM. 1902a, p. 200).

Ao discorrer sobre as qualidades da árvore, o intendente destaca que ela “desenvolve-se com rapidez, cresce a alturas consideráveis e esgalha com regularidade”. Mais do que isso, consegue conjugar as qualidades “de uma folhagem densa e constantemente renovada” o que possibilitaria uma sombra “ampla” e “perfeita”. Com tal característica ganha ênfase o papel exercido por sua folhagem e a importância da amenização do calor por meio da sombra produzida. Em função de seu potencial o velho lemos destaca que “foi por isso que, entre ordens por mim dadas ultimamente no Horto municipal, sa-

lienta-se a recomendação para o cultivo, em grande escala, de mangueiras destinadas à arborização (BELÉM. 1902a, p. 200).

Enquanto Lemos adornava o vegetal com lisonjas, Godinho e Lindenberg chamam a atenção para “um pequeno defeito”. Alertavam que em sua “grandeza e majestade”, além da “beleza que ostentam” quando aproximam o olhar, apresentam um “tronco tortuoso, onde se veem cicatrizes produzidas por um machado regularizador”. Mesmo apresentando esta pequena imperfeição, os sanitaristas preferiam as mangueiras em detrimento às árvores de “chapéu se sol” encontrado em algumas ruas (GODINHO; LINDENBERG, 1906, p. 128).

Não foram somente os jardins e praças que receberam o incentivo para o plantio das mangueiras, os logradouros belenenses estariam recheados por árvores, uma natureza opulenta, símbolo e referência dessa *Belle-Époque* à moda amazônica. Tal como mais uma vez destacam os sanitaristas: “arborização das avenidas é toda de frondosas mangueiras, por entre as quais produz belíssimo efeito a iluminação a arco voltaico”, tendo na Avenida Nazaré uma “arborização imponente, causando logo a entrada belíssimo efeito” (GODINHO; LINDENBERG, 1906, p. 128).

Figura 4 - Georges Wambach, Palácio do Governo, 1939, aquarela, 38cm x 63,5cm



Fonte: Acervo do Museu de Arte de Belém.

Na organização espacial da cidade de Belém, a Avenida Independência, atualmente denominada Avenida Magalhães Barata — referência ao ex-governador do estado —, representa um prolongamento da Avenida Nazaré. Dado esta situação é fácil compreender que as características das suas são similares. Alargamento das avenidas, o arco de mangueiras e desde os fins do século XIX e início do XX já é possível ver linhas de bonde perpassando sua estrada. Quando os médicos referenciam os arcos de Mangueira também é possível ler uma associam com a Avenida que fora alvo dos pincéis de Georges Wambach. O espaço público do meio urbano belenense no ano de 1939 (ano em que o artista assina o quadro) ainda guardava muitas das características engendradas em período anterior.

Georges Wambach em sua passagem pela capital paraense, buscou delinear, por meio das pinturas em aquarela, alguns pontos possivelmente foram definidos em conjunto com o então prefeito, Abelardo Conduru — quem com o dinheiro público adquiriu as telas para adornar o prédio da prefeitura, em 1939. Para tanto, o palácio do governo foi alvo de suas paletas. Em crítica escrita no periódico *Vamos Lêr!*, o quadro é descrito como “casarão antigo como palácio do governo”, e capacidade de transpor ao papel tornava sua tela “uma cópia viva do original!” (VAMOS LÊR!, 1940, p. 36). O escritor paraense, Raimundo Moraes, escreve acerca dos dois edifícios que aparecem na imagem, ao lado direito e ao fundo em amarelo o prédio da interventoria estadual e bem a frente em destaque de azul, a prefeitura. Para ele, “dois veneráveis documentos da arquitetura monótona dos lusíadas”, mais do que isso, revelou “pormenores, nugas e contornos externos que escapam a crítica apressada dos espectadores escoteiros” (MORAIS, 1940, p. 113).

O que a crítica de *Vamos lêr!* e o escritor não enxergaram, olvidaram ou simplesmente não quiseram expor em seu texto foi o fato de nenhum dos dois atentar para o aspecto natural na obra do pintor belga. Ao fazer da tela “Palácio do Governo” foco de análi-

se, logo o olhar foi direcionado para a leitura de dois dos prédios mais conhecidos do município, somando-se ao próprio título da obra, o que reforça a preocupação dos críticos. No conjunto das produções de Georges Wambach são predominantes as paisagens naturais. Aquarelas que comumente destacaram ambientes praieiros, bosques, jardins, ou ainda, mesmo quando os prédios se fizeram presentes, não deixou de dar ênfase ao aspecto da natureza que os circundava. Essa preocupação não deixou de estar presente na referida obra. O ângulo buscado pelo artista situa sua lente como se estivesse posicionado em meio a praça D. Pedro. A partir deste ângulo, o pincel tocava a tela delineando a prefeitura — quase como pano de fundo —, pois a personagem principal aqui são as árvores, a opulência natural encontrada em uma capital nos trópicos. As mangueiras que desde os fins do século XIX já eram propaladas pela intendência como o vegetal que construiria (e construiu) uma identidade da cidade de Belém, são apresentadas em primeiro plano e constroem o cenário que traz ao fundo os prédios públicos.

Essa vegetação, além de ornamentar, ruas, bosques, praças também oportunizava alimentação a população. Isto porque a manga, seu fruto, é muito apreciada pelos moradores locais. Semelhante ao que ocorre ainda hoje, ocorria o apedrejamento de mangueiras no intuito de roubar-lhe seus frutos. Em 1901, decretava-se que ao “apedrejador de mangueiras” seria vedado o direito de se deleitar com o fruto conquistado, após a depredação do patrimônio público. Em um momento de modernização de hábitos e costumes, era inconcebível aceitar tal prática. Para conter tais ações, o município de Belém decretou “multa de 100\$, expulsão imediata para fora do jardim, parque ou bosque, e pagamento do dano que causar, sendo o infrator detido pelo guarda ou administrador do jardim, para ser entregue à autoridade competente” como punição aqueles que transgredirem a lei (CONSELHO MUNICIPAL DE BELÉM, 1901, p. 54).

Na época, ainda que houvesse uma legislação para dar conta acerca de condutas a serem tomadas pelos populares, um código de posturas, fora publicado no jornal *Folha do Norte* o caso de um grupo de um “grupo de vadios” denunciados pela população por ter como diversão “apedrejar uma mangueira” (FOLHA DO NORTE, 1901 p. 2). No ano seguinte, em vinte e seis de dezembro de 1902, a intendência publica o registro da intensificação dos apedrejamentos e varejamentos de árvores situadas em praças e vias públicas, indo contra o Código de polícia municipal e desobedecendo o prescrito pela autoridade local (BELÉM, 1902b, p. 143).

4.

Georges Wambach provavelmente não estudou a história do Pará republicano, provavelmente nem passou seus dias na capital buscando arquivos ou livros que retratassem o histórico de prédios e obras da capital. Ainda assim, por meio de seu estilo da busca por esse natural que é possível alcançar um outro tempo que está presente em sua obra, o que provavelmente sequer fora sua intenção. Como escreveria Jorge Coli, as obras de arte não são bolas de gude, elas falam, têm vida própria. E neste caso, as obras de Wambach ajudam a conhecer a história da cidade de Belém (COLI, 2012, p. 41-42).

Os quadros expostos neste trabalho foram todos produzidos no ano de 1939 e foram encomendados pelo então prefeito da cidade. Hoje, eles estão presentes no Museu de Artes de Belém e podem ser visitados. Ao conhecer a obra do pintor belga e perceber suas técnicas, estilos, preferências, e possível identificar nele uma predileção pelo aspecto natural que sempre chamou a sua atenção desde sua chegada no Brasil. Sendo assim, este aspecto não poderia se fazer distante do que ele produzira em sua passagem por Belém.

Ao fazer a leitura das obras do pintor belga, aqueles que a leem são diretamente reportados a um período, a uma outra época. Ganha

espaço o plano anacrônico, como não poderia ser diferente ao ter como objeto da história as imagens. Georges Didi-huberman é quem defende esse encontro de épocas distintas, uma “montagem de tempos heterogêneos” que formam anacronismos (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 22-3). É por isso que, inevitavelmente, ao atentar para a natureza presente nas obras do pintor flamengo, mais precisamente ao papel exercido pelas mangueiras, o espectador é levado ao período em que o vegetal mais ganhou notoriedade e contribuiu para transformar Belém do Pará na “Cidade das Mangueiras”.

REFERÊNCIAS

AIROZA, Luís Otavio Viana. **Cidade das Mangueiras**: aclimação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses. [dissertação]. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **A Cidade Sebastiana**. Era da Borracha, Memória e melancolia numa Capital da Periferia da Modernidade. Belém, Edições do autor, 2010.

CHOAY, Françoise. A Natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes”. **Projeto História** (18), São Paulo: 1999.

COLI, Jorge. A obra ausente. *In*: SAMAIN, Etienne (Org.). **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

COSTA, Ângela Marques; SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890-1914. No **Tempo das Certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Georges Wambach e o Brasil. *In*: BUENO, Clodoaldo; MASCARO, Luciana Pelaes; STOLS, Eddy (Org.). **Brasil e Bélgica**: cinco séculos de conexões e interações. São Paulo: Narrativa Um, 2014.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do Tempo**: História da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. **Tempos Fraturados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

RONCAYOLO, Marcel. Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris Haussmanniana. *In: Revista Projeto História: cidade e cultura*, São Paulo (18), 1999.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1910)**. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estud. av.*, 2010, v. 24, n. 68, p. 81-101.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

Fontes

BELÉM. Intendente, 1897-1902 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1897-1902** — Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1902. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1902a. Vol. 1.

BELÉM, Intendencia Municipal. **Actos e Decisões do Executivo Municipal (1902)**. Belém: Secção de Obras d’A Provincia do Pará, 1902b.

BELÉM, Conselho Municipal de Belém: **leis e Resoluções Municipaes**. Certificadas na Administração Municipal do Senador Antonio José de Lemos. Pará. Typographia d’o Pará. 1901.

GODINHO, Victor; LINDENBÉRG, Adolpho. **Norte do Brazil através do Amazonas, do Pará e do Maranhão**. LAEMMERT & C. Editores. Rio de Janeiro e São Paulo. 1906.

MORAIS, Raimundo. “Belém na Íris dum Belga”. *In: Cosmorama*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1940.

Periódicos

A Manhã, Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 1943, p. 5.

Folha do Norte, Belém, 10 de Janeiro de 1901, p. 2.

Vamos lêr!, Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1940, p. 36.

Índice remissivo

Agronegócio, 486, 490, 492, 495, 542.

Águas, 174, 287, 374, 397, 418, 419, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 436, 443, 452, 453, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 479, 481, 482, 483, 484, 488, 521.

Amazônia, 13, 81, 225, 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 257, 258, 266, 267, 269, 286, 288, 311, 312, 313, 315, 316, 320, 324, 325, 327, 328, 347, 348, 350, 356, 358, 359, 417, 418, 421, 422, 425, 441, 442, 444, 445, 452, 454, 459, 527, 532, 541.

Amazônia portuguesa, 267, 312, 328, 347, 348, 356, 359, 421, 425.

América portuguesa, 99, 258, 266, 267, 274, 278, 280, 281, 282, 285, 287, 296, 306, 338, 352, 363, 415, 419, 425.

Antropologia alemã, 241.

Assembleia legislativa, 68, 71

Bichos, 506, 508, 510.

Brasil Império, 497.

Câmara Municipal, 47, 48, 155, 482.

Canteiros de obras, 46, 48, 51, 56.

Capistrano de Abreu, 241, 242, 244, 245, 250, 254, 255, 256.

Cariri, 13, 497, 498, 499, 500, 502, 503, 505, 506, 507, 508.

Cartografia, 174, 209, 380, 424, 468, 478.

Ceará colonial, 411.

Centro-Sul, 116.

Charque, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 219.

Cinchona, 458.

Civilização, 48, 83, 84, 85, 97, 144, 161, 242, 252, 254, 286, 287, 288, 289, 290, 295, 312, 419, 454, 484, 499, 500, 509, 533.

Comércio interprovincial, 210.

Condição de saúde, 126, 127, 130, 135.

Confederação do Equador, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 119, 120, 121, 208.

Criminalidade, 83, 345.

Cristãos-Novos, 301, 302, 304, 308.

Descendentes, 91, 160, 229, 237, 254, 299, 301, 302, 402.

Desenho botânico, 513, 514.

Diário de Pernambuco, 48, 52, 207, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 218, 219, 221.

Drogas do sertão, 347, 348.

Economia colonial, 402.

Estatuto político, 331.

Estrangeirismo, 46, 47, 49.

Família, 16, 25, 29, 30, 31, 42, 44, 48, 67, 110, 155, 160, 164, 172, 176, 179, 185, 187, 282, 307, 314, 362, 367, 368, 369, 371, 372, 377, 473, 476, 485, 491, 508.

Família [s] escrava [s], 29, 31, 32, 33, 37, 42, 43, 44, 45.

Fiscalidade, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 71, 73, 75, 384.

Fortaleza, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27, 93, 95, 98, 103, 104, 115, 121, 122, 123, 173, 174, 175, 177, 184, 188, 189, 209, 242, 256, 308, 345, 377, 378, 394, 399, 411, 484, 486, 495, 496, 507, 509, 510, 512.

Fronteira [s], 181, 208, 212, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 254, 258, 272, 275, 278, 279, 280, 281, 282, 287, 288, 330, 338, 339, 343, 351, 353, 354, 357, 359, 383, 401, 405, 410, 411, 416, 417, 418, 419, 422, 423, 426, 428, 433, 487, 490, 523.

Georges Wambach, 527, 530, 531, 533, 537, 538, 539, 540, 541.

Guarda Nacional, 166, 167, 170, 191, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204.

História Ambiental, 415, 441.

História da ciência, 233.

História social, 18, 246.

Homens de cor, 193, 198, 202, 203.

Imprensa, 45, 48, 50, 109, 121, 122, 127, 128, 129, 139, 140, 198, 200, 204, 499, 509.

Indígenas, 32, 35, 46, 56, 81, 89, 90, 92, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 208, 230, 250, 251, 275, 288, 289, 312, 313, 314, 316, 318, 320, 323, 324, 330, 332, 345, 349, 350, 351, 353, 373, 375, 379, 380, 393, 399, 402, 403, 404, 410, 416, 417, 418, 421, 422, 424, 425, 436, 439, 457, 463, 469.

Infância, 132, 146, 147, 149, 150, 490.

Institucionalização, 146, 147, 150, 151, 248.

Itaguaí, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172.

Jaguaribe-Apodi, 13, 488, 489, 492, 495.

Jornais, 26, 78, 80, 84, 105, 109, 116, 122, 126, 127, 128, 129, 132, 137, 138, 139, 140, 170, 179, 185, 187, 307, 445, 449, 450, 451, 452, 498, 500, 502, 509.

Judeus sefarditas, 300.

Jurisdição, 67, 153, 331, 333, 334, 336, 337, 341, 342, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 387, 389, 391, 393, 397, 406.

Maranhão, 143, 288, 347, 422.

Mato Grosso, 230, 235, 278, 279, 280, 281, 289, 295, 313, 317, 318, 321, 428, 429, 431, 432, 434, 435, 436, 437, 438, 439.

Milícias, 192, 195, 198, 199, 201, 203, 204.

Missões jesuítas, 425.

Modernidade, 85, 150, 189, 194, 492, 493, 529, 530, 531, 532.

Monte-mor o Novo, 89.

Mulheres, 37, 38, 40, 148, 149, 165, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 183, 184, 186, 189, 225, 299, 318, 404, 407, 450, 531, 534.

Natureza, 62, 81, 187, 227, 231, 232, 236, 242, 243, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 307, 320, 334, 384, 385, 401, 402, 411, 439, 453, 457, 458, 459, 460, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 474, 488, 492, 494, 497, 498, 499, 502, 509, 512, 514, 518, 521, 522, 524, 529, 530, 532, 534, 535, 536, 537, 539.

Notícias marítimas, 210, 212, 213, 215.

Novas capitanias, 273, 281.

Ocupação, 79, 80, 85, 86, 99, 257, 258, 265, 266, 269, 275, 277, 288, 292, 295, 325, 330, 331, 338, 339, 351, 359, 361, 362, 399, 400, 405, 410, 442, 480.

Oitocentos, 34, 35, 91, 92, 101, 102, 131, 144, 177, 209, 512.

Perímetro Irrigado, 489, 490, 491, 495.

Pernambuco, 31, 37, 38, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 72, 73, 75, 106, 107, 112, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 207, 208, 210, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 252, 281, 296, 297, 305, 307, 308, 329, 330, 333, 334, 335, 337, 339, 340, 342, 345, 380, 381, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 392, 393, 394, 397, 398, 399, 412, 478, 481, 509.

Pobreza, 112, 146, 168, 182, 183, 263, 264, 532, 541.

Poder, 16, 18, 20, 21, 39, 41, 45, 46, 47, 49, 52, 53, 61, 62, 63, 64, 66, 74, 77, 90, 92, 94, 97, 101, 103, 106, 108, 114, 118, 122, 130, 135, 137, 138, 140, 142, 144, 149, 151, 157, 172, 191, 192, 194, 195, 197, 203, 231, 247, 258, 262, 268, 273, 282, 283, 290, 296, 302, 303, 304, 323, 331, 336, 337, 338, 344, 359, 366, 367, 369, 375, 377, 384, 407, 410, 418, 426, 433, 453, 468, 469, 486, 493, 494, 509, 510, 527.

Política, 19, 32, 33, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 63, 64, 67, 68, 72, 74, 90, 92, 93, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 107, 112, 115, 116, 119, 120, 122, 128, 129, 139, 143, 155, 193, 194, 195, 204, 227, 231, 256, 258, 259, 265, 267, 272, 277, 278, 283, 287, 288, 289, 297, 303, 311, 320, 326, 328, 334, 335, 336, 337, 343, 359, 362, 378, 399, 400, 410, 424, 439, 447, 465, 476, 477, 486, 492, 499, 533, 535, 536.

Políticas de morte, 492, 493, 494, 495.

Projeto de modernização, 46, 53.

Província do Ceará, 23, 96, 103, 113, 122, 499.

Província do Rio de Janeiro, 156, 171.

Regência, 70, 118, 195.

Registros paroquiais, 29.

Rello, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171.

Repartição de Obras Públicas, 43, 56.

Rio Grande do Norte, 29, 30, 31, 33, 37, 42, 117, 118, 119, 329, 330, 333, 345, 346, 379, 399, 478, 481, 487, 494.

Rio Piranhas, 340.

Rios, 37, 209, 231, 234, 253, 254, 294, 316, 329, 337, 352, 373, 397, 398, 400, 405, 411, 416, 419, 423, 424, 427, 428, 429, 431, 432, 433, 434, 435, 437, 452, 474, 475, 477, 478, 480, 489.

São Luís, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 142, 147, 149, 151, 243, 263, 268, 292, 314, 381, 383, 389, 390, 395.

Século XIX, 18, 29, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 57, 64, 75, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 92, 93, 104, 111, 126, 127, 129, 132, 138, 140, 146, 158, 159, 167, 173, 185, 187, 189, 203, 208, 214, 215, 218, 221, 226, 233, 305, 442, 458, 459, 464, 466, 469, 471, 474, 477, 498, 502, 510, 522, 523, 524, 525, 526, 529, 531, 532, 534, 535, 538, 539, 541.

Século XVIII, 31, 36, 40, 52, 92, 109, 111, 122, 213, 225, 230, 231, 234, 272, 274, 277, 278, 280, 282, 285, 286, 288, 289, 292, 294, 296, 299, 302, 329, 331, 335, 337, 340, 342, 344, 349, 354, 355, 357, 359, 367, 375, 394, 398, 409, 424, 429, 430, 437, 439, 448, 465, 473, 480.

Séculos XVII e XVIII, 228, 233, 235, 412.

Sertão, 17, 103, 235, 252, 254, 262, 267, 279, 285, 289, 291, 292, 293, 295, 296, 305, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 379, 397, 399, 400, 401, 402, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 471, 474, 480, 482, 484, 498, 522.

Sertão do Piancó, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 342, 343, 345.

Sertão Paraibano, 472.

Sertões do Norte, 286, 290, 338.

Sesmarias, 289, 366, 373, 374, 376, 409.

Setecentos, 91, 290, 291, 328.

Sociedade, 26, 32, 35, 36, 40, 49, 52, 62, 63, 73, 83, 86, 89, 90, 98, 116, 126, 129, 131, 138, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 167, 168, 171, 178, 192, 195, 196, 197, 201, 203, 232, 233, 242, 247, 248, 259, 260, 262, 263, 264, 282, 289, 301, 304, 306, 320, 349, 362, 401, 408, 409, 437, 439, 446, 452, 497, 502, 510, 515, 521, 525, 532, 533, 534.

Tapuitinga, 12, 312, 325, 418, 425.

Territorialização, 31, 36, 487.

Território jurisdicional, 331, 336, 337, 343.

Tesourarias, 70.

Tratado de Madri, 230, 236, 275, 279, 280, 287, 316, 433.

Vila Bela, 280, 427, 428, 432, 433, 436, 437, 438.

Vila de índios, 89, 91, 99, 100, 104, 411.

Realização



Apoio



Este livro foi composto em fonte Minion Pro,
em e-book formato pdf, com 548 páginas
Dezembro de 2020



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Livro com artigos apresentados no VI Seminário Internacional História e Historiografia. Os trabalhos aqui reunidos fizeram parte dos Simpósios Temáticos “O Oitocentos na periferia do império: perspectivas em debate”, “O Mundo Atlântico: colonização, sertões e fronteiras (séculos XVI ao XIX)”, “História e Historiografia ambiental na Pan Amazônia” e “História, Natureza e Cultura: diálogos de fronteiras”. Do Sertão nordestino à floresta Amazônica, em tempos e espaços diversos, os temas se enredam pela constituição de fronteiras que se movem e de modo conflituoso, aproximam espaços distantes ao mesmo tempo que distanciam tempos aproximados.